

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidato(a): Arquiteto e Urbanista CAMILA CORSI FERREIRA.

Dissertação defendida e julgada em 14/01/2011 perante a Comissão Julgadora:



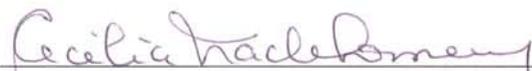
Prof.^a. Dr.^a. **MARIA ANGELA PEREIRA DE CASTRO E SILVA BORTOLUCCI - (Orientadora)**
(Escola de Engenharia de São Carlos/USP)

APROVADA



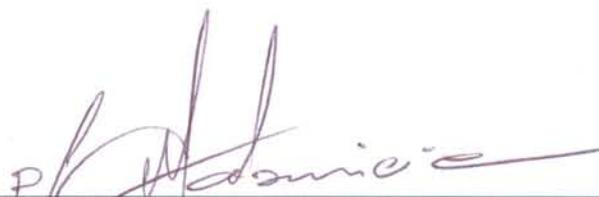
Prof. Dr. **CARLOS ROBERTO MONTEIRO DE ANDRADE**
(Escola de Engenharia de São Carlos/USP)

Aprovada



Prof.^a. Dr.^a. **MARIA CECILIA NACLERIO HOMEM**
(Instituto de Estudos Brasileiros/USP)

Aprovada



Prof./ Titular **RENATO LUIZ SOBRAL ANELLI**
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo



Prof. Associado **PAULO CÉSAR LIMA SEGANTINE**
Presidente da Comissão da Pós-Graduação da EESC



Arquitetura Residencial Urbana
Espírito Santo do Pinhal, 1880-1930

Camila Corsi Ferreira

EESC – USP

2010

Camila Corsi Ferreira

Arquitetura Residencial Urbana
Espírito Santo do Pinhal, 1880-1930

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração
Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo

Orientadora
Prof.^a Dr.^a Maria Ângela P. C. S. Bortolucci

São Carlos, 2010.

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Tratamento
da Informação do Serviço de Biblioteca – EESC/USP

F383a Ferreira, Camila Corsi
 Arquitetura residencial urbana : Espírito Santo do
 Pinhal, 1880-1930 / Camila Corsi Ferreira ; orientador
 Maria Ângela P. C. S. Bortolucci. -- São Carlos, 2010.

 Dissertação (Mestrado-Programa de Pós-Graduação em
 Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria
 e História da Arquitetura e do Urbanismo) -- Escola de
 Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo,
 2010.

 1. Arquitetura residencial urbana. 2. Arquitetura
 Paulista. 3. Patrimônio histórico. 4. Ecletismo. 5. Ciclo
 do café. 6. Espírito Santo do Pinhal. I. Título.

A Deus

Dedico esse trabalho

a meus pais,

Islê e Maria Cecília,

e aos meus irmãos,

Paulo César e Maria Carolina.

Agradeço pelo amor, força, apoio e incentivo durante a realização desse trabalho, pois sem eles nada disso seria possível.

Agradecimentos

À querida professora Maria Ângela Bortolucci, pela inestimável orientação e incentivo e pelo apoio nos momentos difíceis; ao professor Carlos Roberto Monteiro de Andrade, pela gentileza, disponibilidade e importante contribuição no direcionamento da questão urbana na pesquisa, e à professora Maria Cecília Naclério Homem, pelas valiosas contribuições e sugestões, e pela participação nas bancas de qualificação e de defesa.

À minha família: meus pais Islê e Maria Cecília, e meus irmãos, Paulo César e Maria Carolina, sempre presentes em todos os momentos, ajudando nos levantamentos métricos e fotográficos dos casarões, apoiando em todas as dificuldades, com carinho, paciência e incentivo.

Aos atuais proprietários e funcionários dos casarões, Melão Martini, Prefeitura Municipal, Jacob Antunes, Chiquinho de Marco, Suzana Colleti, Célia Florence, Laura Del Guerra, Pedro Marangoni, Pedro H. Sertório, Vonildo Fonseca, João Vergueiro, Norma Barsotini, Ilusca Baldassari, que prontamente se dispuseram a ajudar na pesquisa, abrindo a porta de suas residências e dando valiosas informações sobre a história do lugar e das famílias; a José Roberto Domingues, por possibilitar o acesso ao Casarão Barão de Motta Paes; aos moradores da cidade Gera Staut, Dóris Rizzoni Ansaldo, Iramaia Ferreira Bagini, Manoel Carlos Lessa Vergueiro, Elvira Florence, Renata Tamasso, Marly Bartholomei, Israel Jacinto e Antonio Carlos Cavalheiro S. Júnior, pelas importantes informações prestadas e documentos fornecidos; aos primos Maria Fernanda e Lucas Corsi e ao amigo Daniel de Marco, pela colaboração nos levantamentos métricos.

Aos funcionários das bibliotecas da EESC-USP e do Museu e Biblioteca Municipal “Abelardo Cezar”, de Espírito Santo do Pinhal; aos funcionários da Câmara Municipal e da Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal; aos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo; e aos demais arquivos visitados, pelo pronto atendimento e pelos esclarecimentos valiosos.

Aos colegas Luciana Mascaro, Ana Barbosa, Vladimir Benincasa, Thais Cruz, Mateus Rosada, Marcus Vinícius; ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da EESC – USP, especialmente Marcelinho, Geraldo e Kaio.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), cujo apoio foi imprescindível para a realização desse trabalho.

Finalmente, a todos os que contribuíram, direta e indiretamente, para o desenvolvimento e realização desse trabalho.

A contagem de tempo
do poeta
não é a do relógio
nem da folhinha.
É amadurecer de poemas
a envolvê-lo e tirar-lhe
toda marca de tempo
de folhinha
e relógio
e a situá-lo
na franja além do tempo
onde paira o sentido
a razão última das coisas
imersas de poesia.

Poema dedicado a Abgar Renault, Carlos Drummond de Andrade

“Você se lembra bem como eram as casas em que nós nascemos, crescemos e nos estragamos? Lembra-se, sim. Quem não se lembra dessas coisas? Aquelas casas que é melhor a gente chamar de ‘casarões. ‘Casarão’... Esta palavra dá bem ideia de um grande ôco sonoro, de um vasio enorme, acústico, retumbante, onde tudo rebôa forte e longo, ondula bambamente, repercute com estrondo em ressonâncias fundas... Tudo: - a mão estranha que bate na porta a deshoras; o degrau da escada que range; a madeira do guarda-corpo deserto que estala; o besouro que dá com a testa dura no vidro da janela de guilhotina...”

Guilherme de Almeida

Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, 82:177, S. Paulo, 1942.

Resumo

FERREIRA, Camila Corsi. **Arquitetura Residencial Urbana: Espírito Santo do Pinhal, 1880-1930**. 531p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

Estuda a arquitetura residencial urbana em Espírito Santo do Pinhal, região paulista de economia cafeeira. Insere-se no contexto de produção de casarões urbanos patrocinados pela riqueza acumulada pelo café, edificados no final do século XIX e início do século XX, constituindo importante acervo arquitetônico do ecletismo e da história do ciclo cafeeiro no estado de São Paulo. A abordagem teórica apóia-se especialmente em autores como Maria Cecília N. Homem; Nestor Goulart Reis Filho; Carlos Lemos; Maria Ângela Bortolucci. Documenta e analisa 34 casarões representativos desse período. Destaca a importância do estudo da arquitetura da burguesia cafeeira, e aponta para necessidade de conscientização e preservação deste patrimônio como documento histórico e arquitetônico.

Palavras-chave: Arquitetura Residencial Urbana. Arquitetura Paulista. Patrimônio Histórico. Ecletismo. Ciclo do Café. Espírito Santo do Pinhal.

Abstract

FERREIRA, Camila Corsi. **Urban Residential Architecture: Espírito Santo do Pinhal, 1880-1930**. 531p. M.Sc. (Dissertation) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

Studies the urban residential architecture in Espírito Santo do Pinhal, São Paulo's region of coffee economy. It is inserted in the context of the production of urban houses sponsored by the wealth accumulated with coffee, built in the late nineteenth and early twentieth centuries, constituting important architectural collection of the eclecticism and the history of the coffee cycle in the state of São Paulo. The theoretical approach is based especially on authors such as Maria Cecília N. Homem; Nestor Goulart Reis Filho; Carlos Lemos; Maria Ângela Bortolucci. Documents and analyzes 34 representative houses of this period. Stresses the importance of studying the architecture of the coffee bourgeoisie, and points to the need for awareness and preservation of this heritage as historical and architectural document.

Word-key: Urban Residential Architecture. Paulista Architecture. Historical Heritage. Eclecticism. Cycle of the coffee. Espírito Santo do Pinhal.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 – OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO	
1.1 Pinhal no período de transição monarquia – república.....	30
1.2 Cidade moderna, novas relações urbano – arquitetônicas	75
CAPÍTULO 2 – IMPLANTAÇÃO TRADICIONAL: CASARÕES NO ALINHAMENTO.....	102
CAPÍTULO 3 – A TRANSIÇÃO: CONSOLIDAÇÃO DOS RECUOS LATERAIS.....	149
CAPÍTULO 4 – NOVO ESQUEMA DE IMPLANTAÇÃO: CASARÕES ISOLADOS NO LOTE.....	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	224
REFERÊNCIAS.....	232
APÊNDICE 1 – Bens públicos	245
APÊNDICE 2 – Casarões com levantamento completo	246
APÊNDICE 3 – Quadro geral das edificações - levantamento completo	247
APÊNDICE 4 – Casarões com levantamento fotográfico	251

APÊNDICE 5 – Fichas de levantamento	262
Casarão Almeida Vergueiro – 1880	265
Casarão do Museu e Biblioteca Municipal – antes de 1886	279
Casarão Barão de Motta Paes – 1890	292
Chalet Monte Negro – 1896	305
Casarão Chiquinho de Marco – 1900	314
Casarão Dr. Fabiano A. Nogueira Porto – 1903	326
Casarão Arnaldo D’ávila Florence – década de 1910	340
Casarão Francis Davidson – 1912	352
Casarão Francisco Ribeiro – 1920-25	366
Casarão Villas Boas – 1922	382
Casarão dos Moutinho – depois de 1923	404
Casarão Manoel Almeida Vergueiro – 1928	417
Casarão Norma Barsotini – 1929	436
Casarão Francisco Belize – 1930	453
ANEXO 1 – Documentos sobre a Colônia Nova Louzã	470
ANEXO 2 – Estação Ferroviária de Espírito Santo do Pinhal	489
ANEXO 3 – Reprodução do Álbum do Pinhal, elaborado pelo Comendador Monte Negro em 1903, com fotografias de L. Tognetti	493

Introdução

A preservação dos monumentos antigos é antes de tudo uma mentalidade¹.

Ao analisarmos o poema de Carlos Drummond de Andrade, percebemos o conceito de que toda memória transmuta o passado, mais que o reflete, por ser “processo contínuo de construção e atualização de identidades que não perde de vista o futuro”². Dessa forma, percebemos também que o conceito de memória é fundamental na formação e atualização das identidades, o que passa necessariamente pela arquitetura, enquanto criadora de símbolos passíveis de se transformar em identidades culturais. O estudo e a preservação das obras remanescentes se fazem fundamentais em uma sociedade que visa à formação de cidadãos conscientes, conhecedores de sua história e mantenedores da memória de seu país. Foi a partir destas reflexões que buscamos compreender a condição atual do patrimônio edificado no final do século XIX e início do século XX, composto por exemplares de casarões residenciais urbanos em Espírito Santo do Pinhal³, cidade localizada em região paulista de economia cafeeira. Defendemos a posição de que tais edificações constituem importante acervo arquitetônico do ecletismo e história do ciclo do café no estado de São Paulo.

Ao buscar a compreensão do presente para a construção de um futuro consciente, o estudo do passado e seu reconhecimento através de uma releitura

¹ CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo, Editora UNESP, 2001.

² ARAÚJO, Maria Marta M. A poesia de Drummond e o patrimônio cultural mineiro. Disponível em: www.iepha.mg.gov.br/.../590-a-poesia-de-drummond-e-o-patrimonio-cultural-mineiro. Acesso em: 03 nov. 2010.

³ No decorrer do texto iremos nos referenciar à cidade apenas pelo nome Pinhal, por ser esta a forma mais usada por seus moradores.

constante dos fatos mais significativos se fazem questão fundamental. A identidade de um povo é, além de outros fatores, formada com referências de sua memória, seu passado. O século XIX e o início do século XX são de especial interesse por representarem um período de grandes transformações no panorama da cultura nacional⁴ e particularmente no estado de São Paulo, onde houve também, nesse momento, a introdução da cultura do café. Em Campinas o novo ciclo agrícola já existia em 1830, e sua expansão atingiu a região de Pinhal por volta de 1860, podendo ser considerado o grande fator de povoamento dessa região, bem como de toda região paulista. Falar sobre a história de Pinhal é, em grande parte, contar a história do desenvolvimento paulista, a partir da introdução da cultura do café na então província de São Paulo, fato que gerou desdobramentos como a instalação da ferrovia e conseqüente facilidade de comunicação entre as zonas cafeicultoras e o porto de Santos, para exportação do produto.

Na região de Pinhal, os primeiros cafezais aparecem por volta de 1820, mas seu desenvolvimento em larga escala acontece depois de 1860. Apesar do início da formação da cidade ter sido anterior à chegada do café, é a ele que deve seu grande desenvolvimento e enriquecimento – a economia local sempre foi baseada principalmente no café -, fatores que possibilitaram sua inserção no cenário político nacional.

A cultura cafeeira começou a perder força no município em 1929, seguindo o rastro deixado pela quebra da bolsa de Nova Iorque (EUA). Nesse período aumentou o êxodo rural e a cidade começou a apresentar uma característica de serviços. Atualmente o café continua sendo a sua principal cultura agrícola - gerando

⁴ A transferência da Corte para o Brasil, a mudança da sede do governo para o Rio de Janeiro, deslocando o centro de decisões e a polarização do comércio interno e externo, a abertura dos portos às nações amigas tiveram como conseqüência o desencadeamento de fatos históricos como a Independência e a decadência e posterior abolição do trabalho escravo que irão culminar, em fins do século, com a proclamação da República.

empregos também na área de serviços, seguido da cana-de-açúcar e do milho. A cidade conta ainda com indústrias de metalurgia e confecções, cerca de 30 escritórios de café e sete armazéns, além de uma das principais indústrias de máquinas para café do país, a Pinhalense Máquinas Agrícolas. Possui uma cooperativa cafeeira, a COOPINHAL (Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Pinhal), fundada em 9 de agosto de 1959⁵.

A segunda metade do séc. XIX e as primeiras décadas do séc. XX foi um período de intensas transformações na sociedade paulista e na conformação do território. São fundadas inúmeras cidades e, principalmente, se intensificam as relações urbanas: as cidades passam a oferecer cada vez mais conforto e comodidades aos seus habitantes. Pinhal, por sua inserção no ciclo do café, fez parte desse processo de desenvolvimento urbano. Acontecimentos como a abolição da escravidão, introdução de mão-de-obra imigrante, livre e assalariada, a implantação da linha férrea em grande parte do estado para escoamento da produção cafeeira, a introdução da energia elétrica e de abastecimento de água – que em Pinhal aconteceu em 1898 e 1902 respectivamente⁶ -, entre outros, produziram, como afirma Frehse (2005, p. 224), um “indivíduo dilacerado entre o mundo velho e o novo, entre o passado e o presente, entre o antigo e o moderno”, que, apesar de vivenciar essa dualidade, não resistiu ao processo de absorção de elementos da cultura européia, justamente pelo fato da “ausência de uma cultura profundamente enraizada”, que “deixou caminho aberto para novas formas de vida” (FREHSE, 2005, p.62).

⁵ Produção em Espírito Santo do Pinhal: de 1912 a 1922 foram produzidas cerca de 705.871 arrobas de café beneficiados; em 2003 (IBGE) - Café (em coco) - quantidade produzida: 7600 toneladas; Café (em coco) – valor da produção: 20.984 mil reais.

⁶ RIZZONI, Ernesto. Poliantéia do centenário do Pinhal 1849-1949. Espírito Santo do Pinhal, 1949, p. 20 -21.

Tal desenvolvimento proporcionado pelo dinheiro do café mudou as características de Pinhal, que passava de acanhada à possuidora de “progresso material”, segundo palavras do jornal A República, de 15 de março de 1903, e, portanto, marcada por um novo estilo arquitetônico representativo desse novo contexto econômico e cultural, o ecletismo. Segundo Reis Filho (1997, p.152), será a camada formada por militares, médicos e engenheiros, cujas profissões os aproximam das ciências positivas e que propiciarão a propagação do movimento positivista, que irá

[...] construir e utilizar uma arquitetura mais atualizada e tecnicamente elaborada, em sintonia com os padrões europeus daquela época, arquitetura tipicamente urbana, produzida e utilizada sem escravos, não como exceção palaciana, mas como resposta universal para as necessidades de todos os tipos e, teoricamente, de todas as regiões nacionais, onde o ecletismo, manipulado pelos profissionais renovadores de seu tempo, apresentou-se durante a segunda metade do século XIX – e mesmo durante o início deste – como um veículo estético eficiente para a assimilação de inovações tecnológicas.⁷

O ecletismo surgiu na Europa nas três últimas décadas do século XVIII e permaneceu até princípios do século XX, período que pode ser considerado de intenso fervor político e cultural, em que se consolidava o poder burguês. Nesse momento, a Europa estava se urbanizando e industrializando rapidamente. Benincasa (2003, p. 110) relata que foi também o período do início das “[...] grandes escavações arqueológicas em locais como Pompéia, na Itália, no Oriente Próximo e no Norte da África”, possibilitando importantes descobertas para a história da arquitetura e “[...] despertando grande interesse da população européia por tudo o que se relacionasse com as grandes civilizações do passado”.

Dessa forma, e como reação ao neoclassicismo, que já não atendia ao desejo por novas representações, a burguesia européia vai encontrar nas formas

⁷ REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997, p.178.

arquitetônicas do passado, representativas dos grandes períodos da criação humana, a maneira de valorizar e satisfazer a necessidade de afirmação, o que levou, entre outros, ao Renascimento na Itália; ao gótico na Inglaterra e França⁸.

Segundo Patetta (1987), o historicismo respondeu às exigências da classe dominante, porém sacrificando seu potencial criador uma vez que “[...] a cultura arquitetônica deleitou-se, por mais de cem anos, com o fato de ter acolhido os mais variados elementos lexicais, extraíndo-os de todas as épocas e regiões, recompondo-os de diferentes maneiras, de acordo com princípios ideológicos [...]”⁹. O autor divide tais princípios ideológicos em três correntes, a *composição estilística*, de imitação de formas de linguagens anteriormente bem definidas, como o neogótico; o *historicismo tipológico*, segundo o qual se escolhia o estilo de acordo com a função que o edifício teria, como o neogótico para edifícios religiosos, o neorenascentista para edifícios públicos, entre outros; e por fim os *pastiches compositivos*, que misturava vários estilos históricos para realizar composições extravagantes e inimagináveis, mas com soluções tecnológicas inovadoras.

O neoclassicismo e o neogótico não se fundiram, passaram a coexistir; entretanto, o princípio da imitação, que na teoria foi refutado e criticado entre “[...] neogóticos e neoclássicos, na prática, contribuiu, para que se chegasse à total liberdade na escolha do estilo, com a formação da grande corrente historicista, onde praticamente todas as combinações foram possíveis”, afirma Bortolucci (1991, p.59).

De acordo com Lemos (in: FABRIS, 1987, p. 70), “devemos entender Ecletismo como sendo toda a somatória de produções arquitetônicas aparecidas a

⁸ **BENINCASA**, Vladimir. Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830-1930. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2003, p. 110.

⁹ **PATTETA**, Luciano, in FABRIS, Annateresa ; LEMOS, Carlos A.C.... [et al.]. Ecletismo na arquitetura brasileira. São Paulo: Nobel/Edusp, c1987, p. 13.

partir do final do primeiro quartel do século passado [...]” no Brasil. Foi um estilo importado que atendeu às exigências de um novo contexto econômico e cultural, e que Puppi (1998, p.17) descreve: “a emergência de um novo contexto cultural determina um novo partido, e finalmente, ao novo partido corresponde o novo estilo.” Patetta (in: FABRIS, 1987, p. 13) afirma que, na Europa, o Ecletismo era a cultura arquitetônica própria da classe burguesa, cujas prioridades eram o conforto, as novidades e o progresso, mas que “rebaixava a produção artística e arquitetônica ao nível da moda e do gosto”. No Brasil, o Ecletismo foi assimilado como sinal de progresso e liberdade de expressão, sem considerações de ordem filosófica, na qual estavam envolvidos os neoclássicos e neogóticos europeus¹⁰, uma vez que não houve essa obrigação, possibilitando uma transição entre o país arcaico e o país que se modernizava, especialmente na região paulista, com a riqueza do café.

Como parte de um processo, o homem desempenha, através de sua obra, um papel na história que transcende sua individualidade e função social, e a continuidade dessa obra ultrapassa sua época, deixando suas marcas. No século XIX e início do século XX esse homem sofreu influências decorrentes do encontro de culturas, seja através da chegada dos imigrantes, ou ainda pelo contato direto com a Europa, alterando modos de vida e, especialmente, os programas de necessidades, um dos fatores determinantes na formação do partido arquitetônico. Tais mudanças, ao alterarem o comportamento e a vida do homem, refletem, portanto, no processo de produção do espaço, principalmente no das moradias urbanas, cujos programas deveriam, a partir da abolição, abrir mão do escravo como

¹⁰ BORTOLUCCI, M. Ângela P. de Castro e Silva. Moradias urbanas construídas em São Carlos no período cafeeiro. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991, p. 64.

“peça” fundamental no funcionamento da residência, além de se adaptarem às demais inovações inerentes ao processo de transformação da sociedade.

Os casarões urbanos financiados pela riqueza acumulada pelo café foram construídos em Pinhal nas últimas décadas do século XIX, principalmente depois da instalação da ferrovia na cidade, e nas três primeiras décadas do século XX, e constituem ainda um significativo acervo arquitetônico na cidade. São luxuosas residências construídas para fazendeiros de café e profissionais liberais enriquecidos, como médicos e advogados, em sua maioria no período compreendido entre 1880 – o início do progresso da cafeicultura na cidade – e 1930, que, em decorrência da quebra da bolsa em Nova Iorque, gerou um processo de estagnação na economia local e conseqüentemente, na produção arquitetônica. São edificações cujas implantações diferem entre si na maioria dos casos, e que também apresentam diferenças formais relevantes. Isso levou a um dos critérios de escolha dos casarões selecionados na pesquisa: registrar a diversidade desse patrimônio. Esses casarões se localizam, principalmente, na parte central da cidade, nas proximidades da Igreja Matriz, atual Praça da Independência.

É importante ressaltar que na escolha dos casarões de elite não tivemos a intenção de dar grau de valor ou maior importância a esse grupo de exemplares. Entendemos que todas as manifestações arquitetônicas são passíveis de serem consideradas patrimônio cultural, como afirmado na Carta de Veneza, de maio de 1964:

Artigo 1º: A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

Portanto, a escolha dos casarões da elite atendeu ainda aos seguintes critérios: maior facilidade de contato com os atuais proprietários e, conseqüentemente, acesso; maior possibilidade de perceber as transformações arquitetônicas; além de ser nesses locais que há maior evidencia da relação entre poder e arquitetura, por causa do poder econômico e cultural dessa classe no referido período.

Ao longo dos últimos anos, no entanto, grande parte dessas edificações está sendo destruída ou descaracterizada. São escassos, os registros, documentação ou estudos mais aprofundados sobre a cidade, e inexistentes os estudos sobre sua arquitetura. Nossa pesquisa possibilita, assim, maior conhecimento do lugar, das pessoas e, especialmente, dessas edificações, das relações da cidade com os casarões enquanto desenho e projeto, bem como da maneira como a questão do patrimônio pode ser vista por seus habitantes. Pretendemos, dessa forma, contribuir também para que essa visão seja ampliada de modo a permitir maior conscientização sobre a necessidade de preservação por parte da comunidade, e com a adoção de medidas efetivas para a manutenção desse patrimônio pelas autoridades municipais. Acreditamos que a pesquisa fornece subsídios para uma conscientização da necessidade de preservação do patrimônio como documento histórico e arquitetônico, na direção de uma correta intervenção no sentido de restaurar, conservar e preservar, com a colaboração de especialistas na área. Esperamos que a contribuição da pesquisa também se configure em âmbito regional e nacional pelo fato de tratar da produção arquitetônica de um momento bastante importante da nossa história.

Essas foram as motivações que nos levaram a tentar compreender a cidade de Pinhal e suas edificações históricas a partir dos exemplares remanescentes. Para

melhor atender aos objetivos da pesquisa, teria sido muito valiosa a consulta, no Arquivo da Prefeitura Municipal, aos projetos datados do final do século XIX e do início do século XX. Não foi possível, no entanto, realizar essa consulta, pois os processos anteriores à década de 1960 foram *queimados* pela administração da década de 1970. Dessa forma, para compensar essa perda, a pesquisadora realizou levantamentos métrico e fotográfico em quatorze dessas edificações remanescentes, além do levantamento fotográfico de outras vinte edificações, totalizando trinta e quatro edificações.

No decorrer da pesquisa outros arquivos foram consultados e pesquisados, e estão detalhados em seguida. Na Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal foram consultadas atas das reuniões da Câmara de 1879 a 1930, tendo sido coletadas informações a respeito das melhorias que estavam acontecendo em Pinhal no final do século XIX. Foi encontrada inclusive uma referência a um Código de Posturas, que regulamentava as construções. No entanto, o referido documento não foi encontrado. Além disso, foram coletadas informações a respeito dos imigrantes que chegaram à cidade. No Museu e Biblioteca Municipal “Dr. Vergueiro César” - Espírito Santo do Pinhal, apesar da desorganização do acervo, foram consultadas e coletadas informações valiosas através de livros sobre a história local, fotografias da cidade desde o final do século XIX, periódicos e alguns desenhos do casarão onde hoje está localizado a Biblioteca. Além disso, foram encontrados exemplares de jornais locais, sendo o mais antigo datado de 1903, que nos mostram o cotidiano da cidade e recuperam seus espaços, usos e ações que aconteceram a fim de sua modernização. Infelizmente, esses jornais estão guardados em sacos plásticos pretos, e colocados uns sobre os outros em um depósito. Não existe uma ordem nem seqüência de datas para seu armazenamento, o que dificultou

consideravelmente o acesso aos exemplares. A forma como estão guardados muito prejudicou o estado dos mesmos, que literalmente esfarelaram quando retirados do saco para consulta. No Sistema Integrado de Bibliotecas da USP – DEDALUS, EESC-USP, UFSCAR tivemos acesso a livros, dissertações, teses e periódicos referentes ao tema da pesquisa. O material consultado engloba várias partes da revisão bibliográfica, como ampla bibliografia referente à história da arquitetura eclética, da habitação e dos modos de vida no final do século XIX e início do século XX no mundo e no Brasil; além de temas como instalação da ferrovia no Brasil, imigração italiana, lavoura cafeeira. No Centro de Memória da UNICAMP – Campinas coletamos informações sobre Campinas do final do século XIX e sobre seu relacionamento com Pinhal através do contato dos políticos das duas cidades, registrados em jornais da época, além do registro do intercâmbio de informações entre os moradores das duas cidades. Já no Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – CONDEPHAAT foi possível consultar os processos de tombamento solicitados para vários casarões da cidade, bem como seus pareceres. E, finalmente, por sugestão da Banca de Qualificação, incluímos a visita ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde encontramos documentos referentes à cidade, sobretudo no período que vai desde a fundação da cidade até o final do século XIX.

Apresentamos, a seguir, os critérios adotados na escolha dos casarões:

- cronológico, edificados entre 1880 – início do progresso da cafeicultura na cidade e, portanto, da riqueza – e 1930, período da quebra da bolsa de Nova Iorque;
- localização das residências, em sua maioria implantadas no centro da cidade (Figura 01);

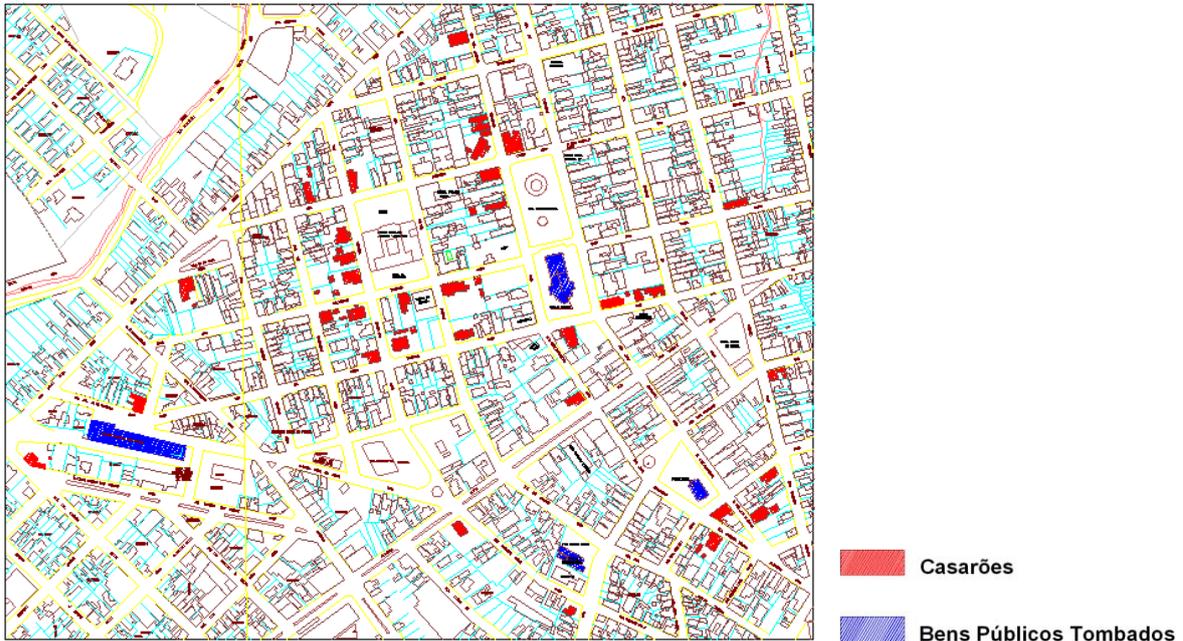


Figura 01. Mapa de localização dos casarões pesquisados no centro da cidade, baseado em mapa digital fornecido pela Prefeitura Municipal de E. S. Pinhal.

-
- disponibilidade de documentação;
 - diferenças tipológicas (implantação) e formais;
 - edificações com risco de demolição, devido à iminência de perdê-las;
 - residências que ainda conservam o mobiliário da época.

Em todas as 14 edificações foram realizados levantamentos 'in loco', uma vez que não há registros nem documentos, como plantas e mapas. Para cada casarão selecionado, foram recolhidos dados que estão apresentados nas fichas de levantamento (Apêndice 5). Foi realizado levantamento métrico destas 14 edificações, sendo os desenhos feitos em campo, à mão livre e em papel quadriculado, a partir das dimensões internas medidas com trena. Posteriormente esses desenhos foram passados para arquivos digitais pelo software AutoCAD e transformados em arquivos JPEG. O levantamento fotográfico buscou registrar as fachadas e, quando possível, o interior das edificações, além de detalhes

construtivos e ornamentais, e de mobiliário da época, quando existente. Para o registro fotográfico foi utilizada câmera digital. Estas fotografias também foram usadas para auxiliar a execução dos desenhos. O levantamento documental gerou mais de 5.000 imagens digitais, todas devidamente editadas e sistematizadas no nosso banco de dados.

Após inúmeras reflexões e contribuições da Banca do Exame de Qualificação, a dissertação ficou estruturada em quatro capítulos, organizados de modo a possibilitar primeiro um entendimento da cidade, e depois a análise tipológica dos casarões através dos levantamentos. Dessa forma, o primeiro capítulo apresenta a ocupação do território e analisa a evolução urbana, desde a formação da cidade em 1850 até o final da década de 1930, apontando as características de sua implantação e traçando um panorama do desenvolvimento urbano, com a introdução das inovações, e as mudanças na vivência da cidade. O segundo capítulo apresenta um panorama geral sobre o conceito de morar europeu e sua apropriação no contexto da pesquisa, e posteriormente estuda as localizações dos casarões e palacetes, seu histórico, as implantações nos lotes e os estilos adotados nas construções, analisando os partidos adotados e a predominância de certas tipologias, dos casarões edificadas ainda no alinhamento. Já o terceiro e o quarto capítulos tratam das implantações de transição, com a consolidação dos recuos no terceiro capítulo e o afastamento total dos limites dos lotes no quarto capítulo, analisando os partidos da mesma forma que no segundo capítulo.

A subdivisão dos capítulos 2, 3 e 4 não seguiu ordem cronológica, como pensamos no início, pois a partir do estudo dos casarões percebemos que as implantações extrapolam no tempo. Por exemplo, há uma edificação de 1920 ainda

no alinhamento frontal do lote, e há em 1912 um palacete totalmente isolado no lote. Há em 1923 uma edificação eclética com implantação totalmente solta no lote, e em 1930 um casarão com referências neocoloniais edificado no alinhamento lateral. Portanto, a opção da divisão desses capítulos seguiu a tipologia e não data.

Quanto à nomeação dos casarões, os critérios utilizados foram os seguintes: manter o nome original, quando existente; como é conhecido atualmente o casarão na cidade; e o nome do atual proprietário, quando não se encaixar em nenhuma das opções anteriores. A nomeação de cada cômodo das edificações seguiu a denominação e uso atuais, e o uso original foi descrito – sempre que possível – nas fichas de levantamento.

Quando foram identificadas alterações nos edifícios, essas foram indicadas nas plantas. Esse procedimento, no entanto, não foi realizado à exaustão, muitas vezes por conta dos proprietários que colocavam restrições de acesso ou permanência nos cômodos.

1. Capítulo 1 - Ocupação do território e desenvolvimento urbano.

1.1. Pinhal no período de transição monarquia - república

Fundação da cidade e sua ordenação urbana

O esforço modernizador e desenvolvimentista proporcionado pela introdução da cultura cafeeira no estado de São Paulo possibilitou a formação de inúmeras cidades, localizadas em regiões de circulação da mercadoria e com clima favorável ao seu plantio. De acordo com Ghirardello (2002, p. 125), “grande parte das cidades paulistas fundadas durante o século XIX tem os seus chãos originados de patrimônios religiosos”, quando “um fazendeiro ou grupo deles doava terras rurais à Igreja Católica, que passaria a zelar pelo futuro povoado, sob a proteção religiosa de um santo, em geral determinado pelo doador”. Espírito Santo do Pinhal, cidade paulista que teve sua formação na mesma época do surto cafeeiro e seu desenvolvimento por ele patrocinado, originou-se a partir de uma doação de terras. As razões de tal doação diferem, no entanto, dos motivos que levaram outros fazendeiros ao mesmo ato, uma vez que estes estavam interessados, por exemplo, na valorização das terras ao redor caso o povoado progredisse, na proximidade de mão-de-obra para possível uso nas propriedades agrícolas, entre outros¹. Em Pinhal, essa doação de terras estava relacionada a uma disputa entre fazendeiros pela sua posse, sendo a solução adotada para a finalização do conflito.

¹ GHIRARDELLO, Nilson. À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 127.

O território hoje ocupado por Pinhal, caracterizado pela sua topografia montanhosa, de colinas alongadas separadas por vales fluviais, foi sendo gradativamente ocupado desde fins do século XVII e início do século XVIII, “[...]embora por aqui passassem apenas as caravanas de aventureiros à cata de riquezas.” (CALDEIRA, 1936, p. 49).

Com o final do ciclo do ouro em Minas Gerais e a descoberta de novas minas em Goiás, houve um aumento no número de “aventureiros” em direção ao planalto Central a fim de juntar riqueza. Para os viajantes provenientes de São Paulo, o caminho seguido passava por “[...]Jundiahy, Itapema, Atibaia, Jaguary (hoje Bragança), Mogy Mirim e Guassú, Itaquy, Itapeva, Casa Branca, Batataes[...]” (CALDEIRA, 1936, p. 50) até atingir o planalto. Eram comuns os desvios da rota original em busca de pontos de pouso, e a região de Mogi Guaçu firmava-se como local de descanso. Segundo Martins (1986, p.61), o território de Pinhal ficou ilhado em um círculo de povoações que iam surgindo por causa dos locais de parada.

A partir do crescente número de pessoas em direção à nova fonte de fortuna, a “Estrada dos Goiases” passou a ter intensa circulação, e, ainda de acordo com Martins (1986, p. 39) logo começaram a serem requeridas diversas sesmarias ao longo da mesma, o que justificava a construção de pousadas e abrigos para os viajantes. Em Mogi Guaçu², as primeiras sesmarias foram outorgadas logo nas primeiras décadas do século XVIII, e já abrangiam parte do território de Pinhal. A maior parte de suas terras, no entanto, encontrava-se isolada do movimento povoador verificado principalmente a partir de 1720, tendo sido ocupadas, por posse, somente no ano de 1808 por Antonio Carlos de Azevedo (natural de

² Mogi Guaçu, cidade do Estado de São Paulo, faz divisa a oeste com o município de Pinhal. A distância entre as duas cidades é de 48 km.

Bragança Paulista). O motivo para que terras tão férteis e localizadas próximo a uma via de circulação intensa tenham permanecido à margem desse processo de ocupação territorial se deve à combinação de dois fatores: a dificuldade de apropriação devido à topografia montanhosa e a ausência de maiores atrativos que justificassem sua ocupação anterior.

O posseiro Antonio Carlos apropriou-se de uma área de 592,30 alqueires – 14,33 km² - localizada exatamente nas cabeceiras do Ribeirão dos Porcos, um dos cursos d'água que hoje atravessa a cidade e deságua no rio Mogi Guaçu, fundando a fazenda Pinhal. Essa propriedade possuía “forma alongada” e acompanhava “o curso de diversos córregos ou ribeirões” (MARTINS, 1986, p.67.) O milho e o trigo podem ser consideradas as mais antigas culturas plantadas na fazenda, cuja extensão era de 5,3km. Além disso, possuía algumas modestas benfeitorias, uma casinha de pau-a-pique coberta de sapé e um pequeno pasto. A fazenda pertenceu a Antonio Carlos até 1821, e nesse ano foi vendida para a família de Felipe Santiago da Cruz.

No decorrer da primeira metade do século XVIII, mais precisamente entre a data da venda da fazenda, em 1821, até a data da doação de uma parte das terras para o Divino Espírito Santo, em 1849, essas terras, cuja população aumentava gradativamente em virtude da circulação de notícias sobre a fertilidade do solo, foram causa de brigas e alvo de disputas, inclusive judiciais. Apesar de serem aos poucos subdivididas, permaneceram no centro do conflito por 29 anos. Essa questão já foi devidamente estudada por Martins (1986), que relata a história da disputa dos herdeiros de Felipe Santiago da Cruz pela posse da fazenda, onde terceiros foram envolvidos ao comprarem partes da propriedade. Um desses proprietários posteriormente envolvido na questão foi Romualdo de Souza Brito, natural de Mogi

das Cruzes, que fez a doação das terras do patrimônio. Esse ato, apesar de não pôr fim à disputa, marcou o nascimento da cidade de Espírito Santo do Pinhal. Relatou Rizzoni ([1950?], p. 82) que

Romualdo de Souza Brito, iniciando certa vez a derrubada dos pinheiros existentes no atual largo da Matriz, para o plantio de milho, foi obrigado a interromper o serviço em virtude dos gritos de desafio e dos tiros de espingarda e de trabuco que lhe foram dirigidos.

Romualdo viu-se envolvido nesse contexto de brigas, apesar de nada ter a ver com o fato. Acreditamos que, devido à sua extrema religiosidade, pensou em uma solução para esse problema doando 40 alqueires, incluindo o local do incidente, para a ereção de uma capela integrante do patrimônio do Divino Espírito Santo. Esse ato foi registrado em cartório³, sendo, portanto, irrevogável. Definiu-se, assim, aquele momento como início da formação do povoado que, em 1883, foi elevado à categoria de cidade.

A área aproximada das divisas das terras doadas ao patrimônio (Figura 02) compreendia as proximidades da atual Rua Barão de Motta Paes, seguindo por terras que passam pela atual Igreja de São Benedito, indo até o caminho que seguia para Ouro Fino, depois contornando pelo antigo cemitério, atual Praça Rio Branco, daí seguindo até passar em frente ao edifício da Estação Ferroviária, alcançando o ponto inicial na Rua Barão de Motta Paes.

³ Sobre a escritura de doação das terras, ver MARTINS, 1986, p. 242.

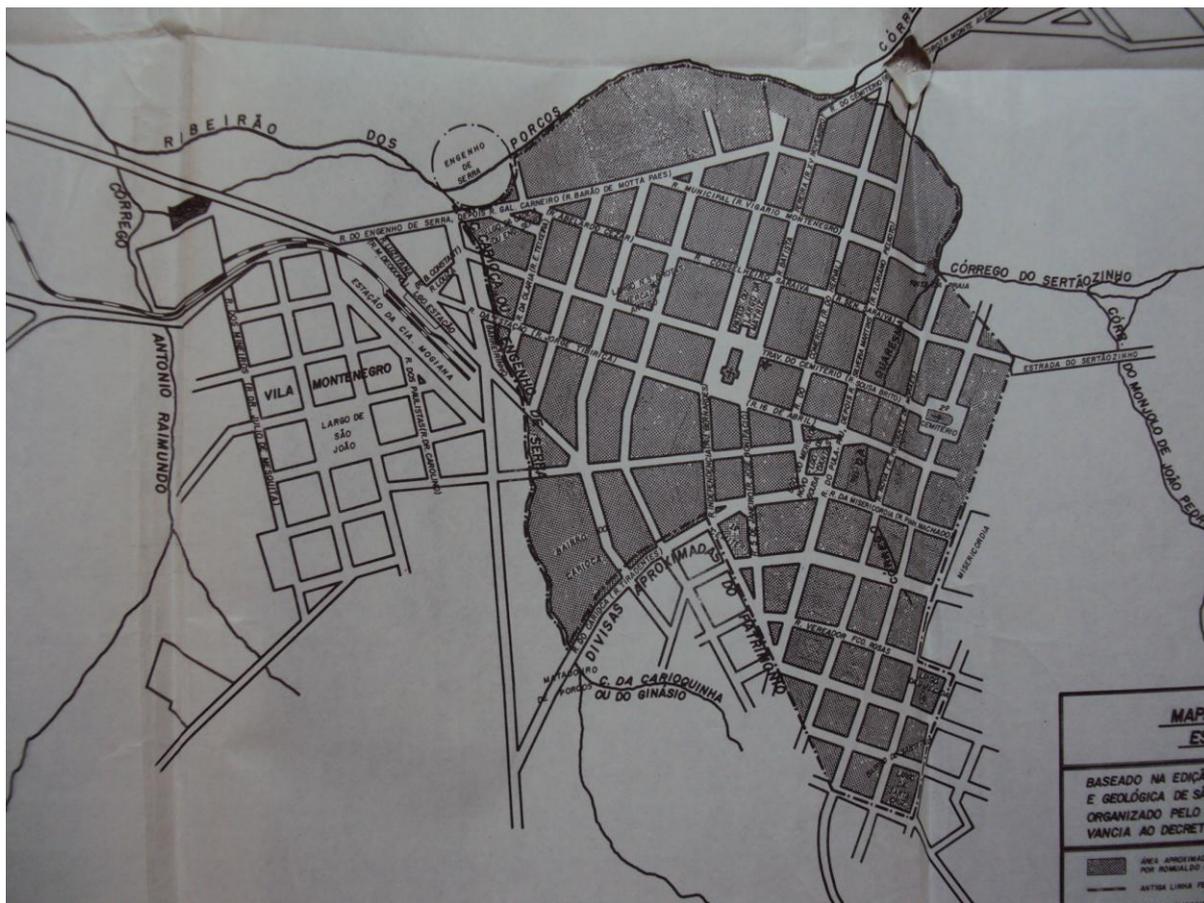


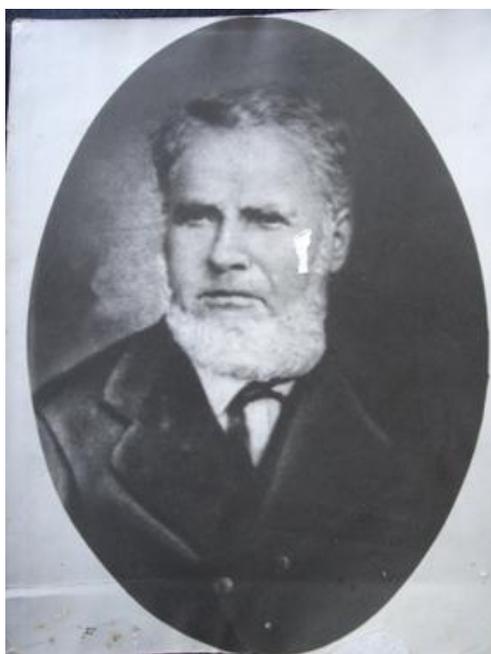
Figura 02. Reprodução de Mapa Histórico da cidade de Espirito Santo do Pinhal, baseado na edição preliminar de 1903 da Comissão Geographica e Geológica de São Paulo.
 Fonte: MARTINS, 1986.

Em 13 de fevereiro de 1850 um ofício foi enviado ao Bispo de São Paulo, que “[...] concedeu provisão dando licença para a ereção da Capela DO DIVINO ESPÍRITO SANTO E NOSSA SENHORA DAS DORES” (MARTINS, 1986, p.308), tendo sido celebrada a primeira missa em 25 de dezembro de 1851 (MARTINS, 1986, p.182). Segundo Martins (1986, p.309), a construção da capela foi contratada por 200\$000 com o pedreiro Eleutério de Oliveira Prestes⁴, valor que incluía “a ereção de um altar provisório” (MARTINS, 1986, p.309), por Romualdo, seu filho José Antonio de Souza Brito e por Joaquim Correa Gomes. Baseando-se nesse depoimento, encontramos em Rizzoni [1950?] uma correspondência do dia 05 de

⁴ De acordo com Caldeira (1936, p. 53), Eleutério era o único construtor da povoação.

julho de 1888⁵, onde “Maneco do Correio⁶” afirma que “Francisco Pereira Machado, José Romualdo e Luiz Romualdo encarregaram-se do cerco da capela e fizeram um soalho alto, erigindo ali o altar provisório para os ofícios divinos” (p.123).

Quando Romualdo doou as terras para o patrimônio, as pessoas que tinham fazendas nas proximidades foram rapidamente demarcando suas casas em volta do largo da matriz, que estava sendo aberto. A derrubada da densa floresta e a construção da capela demorou dois anos.



Figuras 03 e 04. Reprodução de fotografias de Romualdo de Souza Brito e sua mulher Tereza Maria de Jesus.

Fonte: Acervo do Museu e Biblioteca Municipal.

O início do povoado foi descrito em 1887 por Francisco Pereira Machado, tabelião que se mudou de São João da Boa Vista para Pinhal em 1851:

Cheguei para aquelle logar no dia 25 de agosto de 1851, para alli fazer minha residência, vindo tambem commigo meu finado pae Manoel Pereira dos Reis, nossas famílias e escravos. [...] O logar onde se achavam fincados seis esteios para a edificação da capellinha, estava ainda, por

⁵ Notícia enviada por autor anônimo ao “Diário de Campinas” e transcrita pelo autor em seu livro.

⁶ Manoel Joaquim Netto de Moraes Júnior, agente do correio de Pinhal na época da fundação da cidade.

traz do oitão futuro da mesma, todo em mattas, capoeiras e pinheiraes. O largo todo da capela (hoje cidade) estava juncado de madeiras derribadas na queimada [...] Tinha apenas as casas principiadas seguintes: a de Romualdo de Sousa Brito, fazendo-se, estava por barrear-se da qual era official carpinteiro Domingos de Souza Freire, irmão do dono da casa; ainda uma casinha pequena abaixo desta, que era do finado Pedro Xavier, onde morava Jorge Allemão, ferreiro; Joaquim Corrêa Gomes já tinha fincado os esteios da sua casa, no fundo do pateo, sem ter mais benfeitorias; ao lado direito, descendo, tinha uma casa da venda de Rita Cardoso, irmã de Francisco Mendes, valentão do bairro, e para baixo só tinha o inspetor José Justino de Toledo. No fundo da capella, estava principiado o engenho de serra que fazia José Antonio de Souza Brito [...] Também tinha uma pequena casa (abaixo do largo hoje), que era de Luiz de Souza Brito, na qual casa morei dous a três mezes; bem como Joaquim Pedroso estava fazendo uma casa do lado direito, subindo para o pateo. Eram as casas que haviam nesse tempo, e mais uma pequena perto de José Justino, em que morava Manoel da Silva, ao pé do ribeirão.⁷

Informações complementares sobre o povoado em meados do século XIX foram encontradas em exemplares do jornal “A Cidade”, em textos de Bartholomei (2006), que afirma que o acesso ao povoado era feito pelo “caminho do Vilas Verdes”, por onde em 1889 passaria a linha do trem, e onde hoje existe o bairro da Raia. Esse bairro deve sua denominação ao fato de ter sido o local escolhido para as raias de corridas de cavalos que aconteciam no final do século XIX e início do século XX. De acordo com Salvetti (1994, p.72), era “[...] um esporte praticado por pessoas de pouca renda: suas tardes domingueiras eram enfeitadas pelos amantes de corridas de cavalos” em duas pistas de corridas, “[...] sendo uma chamada ‘Raia de cima’ e a outra denominada ‘Raia de baixo’.” Ambas as antigas raias foram transformadas em vias públicas, e continuaram com a denominação de ‘Raia de cima’ e ‘Raia de baixo’, formando o bairro da Raia.

Bartholomei (2006) ainda informa que dentro da cidade o primeiro trilho foi aberto pela Estrada dos Braganceiros, depois Rua do Engenho de Serra, depois

⁷ MARTINS, Roberto Vasconcellos. Divino Espírito Santo e Nossa Senhora das Dores do Pinhal - História de Espírito Santo do Pinhal. São Paulo: Imprensa Latina, 1986, p. 305-306.

Rua General Carneiro e atual Rua Barão de Mota Paes. Este caminho seguia até a casa de Antonio Carlos de Azevedo – construída em pau a pique e coberta de sapé-, o primeiro morador em 1808 (BARTHOLOMEI, 2006, p. C6), próximo à desembocadura de três ribeirões, aproximadamente no final da atual Rua XV de Novembro.

Um segundo caminho foi aberto por entre a mata, subindo a atual rua XV de Novembro, passando pelo largo da matriz e indo em direção à saída para Albertina e Ouro Fino, já em Minas Gerais. Esse caminho forma um eixo, que se adapta ao espigão da colina, sendo o principal da cidade, a partir de onde se desenvolveu a malha urbana na direção oeste, onde o relevo era mais propício e também onde foram instalados os trilhos da Companhia Mogiana e os edifícios da Estação Ferroviária e armazéns de café no final da década de 80 do século XIX. Torres (2006, p. 45) ressalta que no lado leste o traçado urbano avançou lentamente por causa da limitação imposta pelo relevo, que é mais movimentado e impróprio para a expansão urbana. Dessa forma, percebemos que a expansão da cidade de Pinhal foi orientada pela topografia de seu sítio urbano, observando as limitações e se expandindo onde o terreno apresentava maiores possibilidades de adaptação.

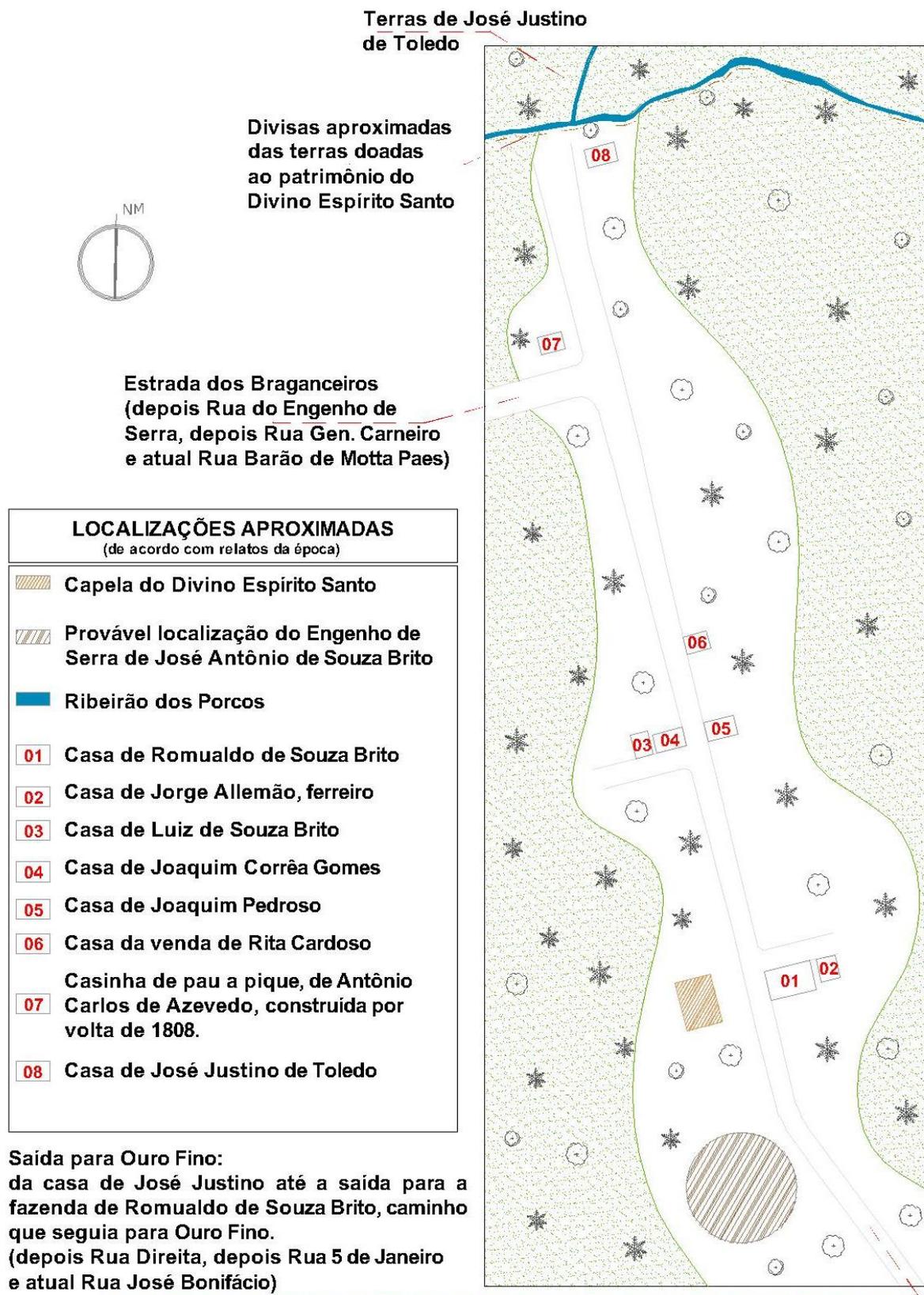


Figura 05. Reconstituição do povoado de Espírito Santo do Pinhal em 1851, baseado no relato do tabelião Francisco Pereira Machado (MARTINS, 1986, p 305-306).

No jornal “A Cidade”, Bartholomei (2006, p.C4) descreve:

A vida no povoado era muito pacata. Ninguém morava na cidade a não ser artesãos e alguma rameira. As famílias residiam em suas fazendas, onde tinham seu ganha pão. As pessoas somente iam à vila em dias de missa, ou festas de santos e, para isso, iam construindo casas ao redor da capela.⁸

Com o crescimento da povoação pela chegada de novos moradores, o Bispo de São Paulo concedeu, em 03 de agosto de 1853, “[...] provisão para a ereção e fundação do cemitério da Capela do Espírito Santo e Dores, da freguesia de Mogi-Guaçu”⁹. A população solicitou ainda, em 22 de julho de 1855, que o Bispo “tornasse curada a Capela do Divino Espírito Santo” (MARTINS, 1986, p.316), através de um abaixo assinado representando 200 moradores, o que aconteceu em 1856.

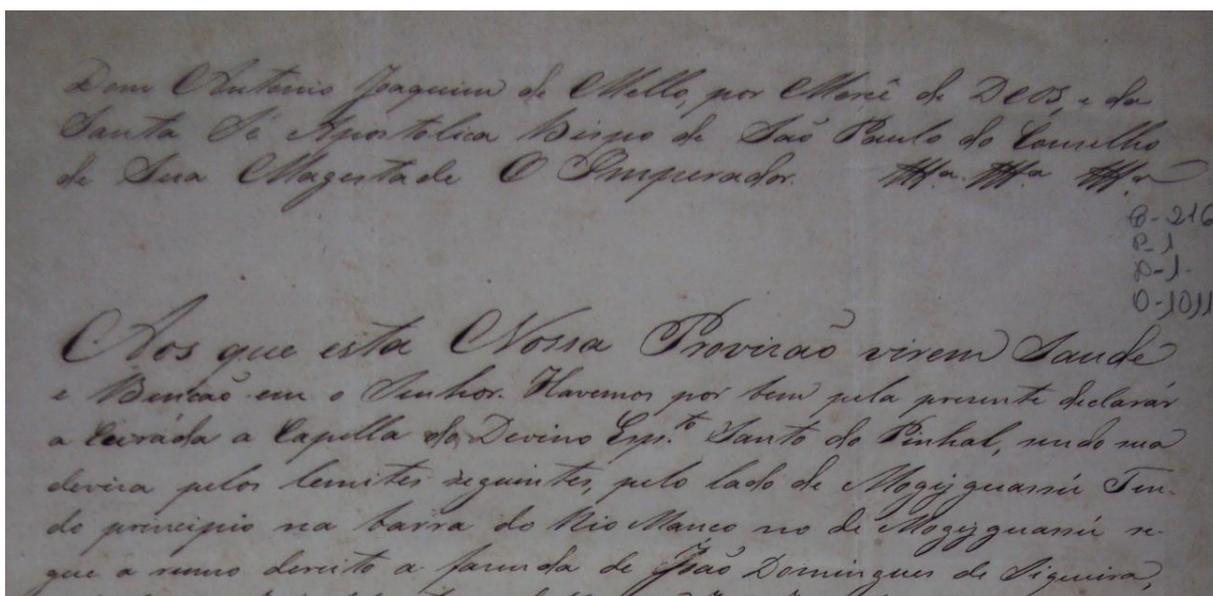


Figura 06. Parte inicial do documento que declara “curada a Capella do Divino Espírito Santo”, de 02 de abril de 1856.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Nos anos entre 1849 e 1860 houve um aumento da população, vinda de outras regiões paulistas, como “[...] Mogi das Cruzes, terra de Romualdo e de sua família; de Bragança, para cultura de cereais, e criadores de Minas Gerais”

⁸ Jornal “A Cidade”, de 02 de dezembro de 2006.

⁹ MARTINS, Roberto Vasconcellos. Divino Espírito Santo e Nossa Senhora das Dores do Pinhal - História de Espírito Santo do Pinhal. São Paulo: Impressora Latina, 1986, p. 311. De acordo com o autor, esse primeiro cemitério se situava na atual Praça Rio Branco, onde foi edificado o prédio da Casa de Câmara no final do século XIX, e que atualmente sedia a Prefeitura Municipal.

(MARTINS, 1986, p.341), e em 24 de março de 1860 o governo da província de São Paulo elevou a capela à categoria de Freguesia. Em 09 de abril de 1877 a Freguesia passou à categoria de Vila, e em 10 de março de 1883, à categoria de Cidade.

A origem de Pinhal foi singular, uma vez que a cidade não surgiu a partir de povoações preexistentes nem teve seu sítio escolhido com o intuito de se formar uma aglomeração. O local onde hoje se encontra o centro, iniciado em 1849, foi escolhido por ter sido o palco de confronto relevante envolvendo os donos das fazendas. Trata-se de um lugar alto, um espigão circundado por córregos e ribeirões na parte mais baixa, fazendo parte de um amplo entorno de topografia montanhosa. O núcleo inicial foi organizado em torno da praça da atual Igreja Matriz, então capela, de onde partem algumas ruas em tabuleiro de xadrez até o limite das divisas do patrimônio.

De acordo com Marx (1980, p.24), “como as cidades medievais, acomodando-se em terrenos acidentados e à imagem das portuguesas, as povoações brasileiras mais antigas são marcadas pela irregularidade”, onde encontramos constantemente “[...] ruas tortas, esquinas em ângulo diferente, variação de largura nos logradouros de todo o tipo, sobe-e-desce das ladeiras”. Ainda segundo o autor, “as fundações urbanas mais recentes, particularmente as dos últimos dois séculos, além de terem outra implantação, são de traça mais regular” (MARX, 1980, p.25), o que não as impede de moldarem-se às condições topográficas locais. Podemos identificar no traçado urbano de Pinhal a presença de aclives e declives das ladeiras e das esquinas com ângulos diferentes, como relata Marx (1980), caracterizando certa irregularidade, ao mesmo tempo em que se integra a um traçado mais regular com o quadriculado de algumas áreas. O contorno tem delimitação definida em virtude dos limites estabelecidos na escritura de doação das terras. O fato de não haver mapas

que mostrem as transformações urbanas dificultou uma análise mais aprofundada dessa questão.

A tendência do desenvolvimento da cidade em torno da capela, e depois Igreja Matriz, enquadra-se na afirmação de Marx (1980, p.28) de que “[...] uma Praça de Matriz se impôs pelas povoações do interior com destaque indiscutível”. Posteriormente, outros núcleos de atração foram se estabelecendo, como o edifício da Casa de Câmara (Figura 07) e a Estação Ferroviária no final do século XIX, possibilitando o surgimento de eixos entre esses núcleos e a Praça da Matriz, locais ocupados por casas térreas e sobrados adequados à topografia.

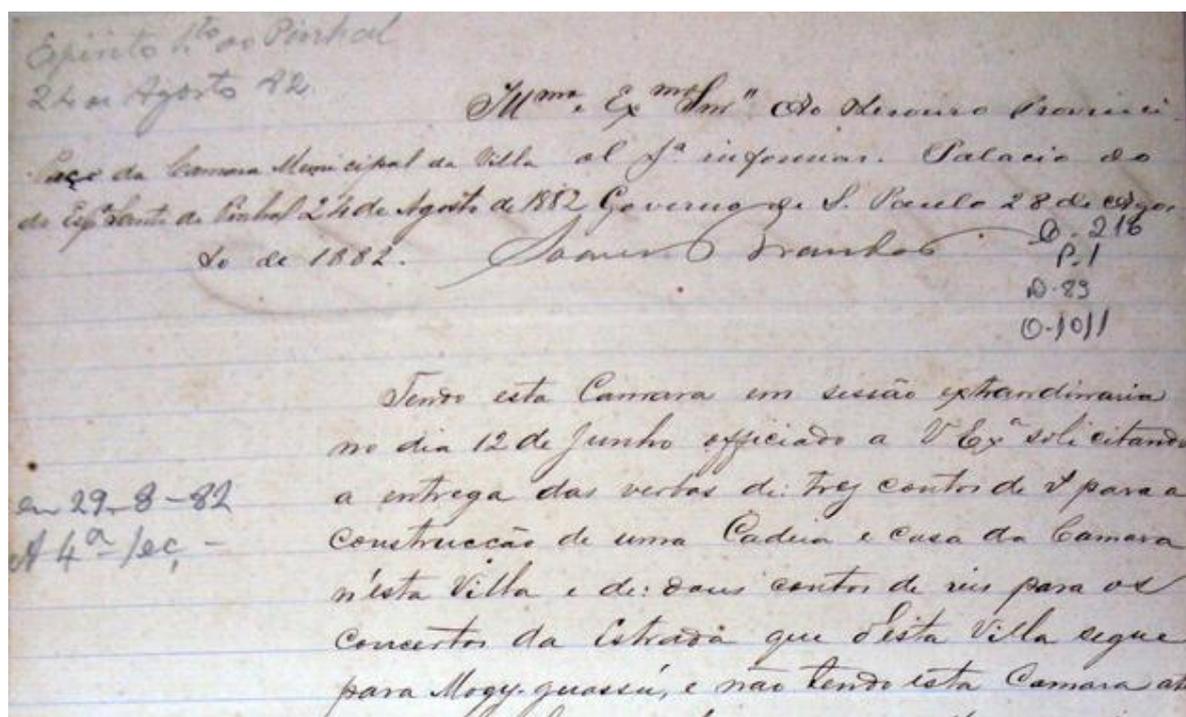


Figura 07. Parte inicial do documento que solicita verba para construção da Casa de Câmara, de 28 de agosto de 1882.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

No Brasil do período colonial, especialmente do século XVIII,

Aproveitando antigas tradições urbanísticas de Portugal, nossas vilas e cidades apresentavam ruas de aspecto uniforme, com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais sobre os limites dos terrenos. Não havia meio-termo; as casas eram urbanas ou rurais, não se concebendo casas urbanas recuadas e com jardins.¹⁰

¹⁰ REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997, p. 22.

Da mesma forma, os anos do século XIX anteriores à Independência não apresentam grandes mudanças dos esquemas urbanísticos e arquitetônicos com relação ao século XVIII, e Reis Filho (1997, p.34) afirma que o século XIX “[...] conservou praticamente intato, até a sua metade, o velho esquema de relações entre a habitação e o lote urbano que herdara do século XVIII”. A partir da Independência, a feição urbana passa por um processo de transformação, em virtude das mudanças dos diferentes fatores de influência, econômicos, sociais, políticos e tecnológicos, que vão exigir novas relações sócio-espaciais. A arquitetura também sofre alterações, “como as platibandas amputando os beirais dos telhados, a geometrização e a simetria dos cheios e vazios das fachadas, a introdução de outros materiais e detalhes construtivos”¹¹. Reis Filho (1997, p.42) afirma que “a essas transformações no campo da arquitetura correspondiam modificações significativas nos centros urbanos”, melhor percebidas nas cidades maiores.

Os registros de imagem mais antigos de Pinhal, que datam da década de oitenta do século XIX, indicam uma cidade com vínculos arquitetônicos tradicionais, percebidos nos casarões edificadas no alinhamento e nas laterais dos lotes, com telhados geralmente de duas águas com beirais, ainda construídos em taipa. Na década seguinte é notório o aumento no número de edificações¹², e percebemos que, apesar das poucas modificações empreendidas, já é possível encontrarmos sobrados aderindo às platibandas, como vemos nas figuras 08 e 09.

¹¹ **MARX**, Murillo. Cidade Brasileira. São Paulo: Ed. Melhoramentos, EDUSP, 1980, p.98.

¹² Segundo o Almanaque da Província de São Paulo para o ano de 1885, havia 280 casas em construção regular em Pinhal e 9.000 habitantes no município (SECKLER, 1884, p. 357); o Almanaque de Espírito Santo do Pinhal de 1893-1894 informa que em 1893 havia 535 casas em construção regular na cidade e 16.000 habitantes no município (LESSA, 1893, p. 22).



Figuras 08 e 09. Espírito Santo do Pinhal em 1886 e 1897, respectivamente. Fonte: MARTINS, 1986. Introdução da cultura do café no município

Observamos, em meados do século XIX, a ascensão da então província de São Paulo, tornando-se uma das regiões mais dinâmicas do país. Segundo Reis Filho (1997, p.146)

O vulto assumido pela cultura do café no centro-sul, em meados do século XIX, transferiu rapidamente para essa região o centro de gravidade

econômica e política do País, que se conservara até então localizado nas províncias do Nordeste, graças às lavouras mais antigas, do algodão, do fumo e especialmente de cana-de-açúcar.

Na Europa, o conjunto de avanços tecnológicos, com profundas transformações socioeconômicas, iniciado principalmente na Inglaterra em meados do século XVIII, possibilitou, nos centros urbanos em crescimento, uma “expansão dos grupos de renda média e conseqüente elevação do nível de vida dos trabalhadores” (HOLLOWAY, 1984, p.18). Dessa forma, houve uma ampliação nos padrões de consumo de massa, permitindo, inclusive, o aumento da demanda pelo café, “produto até então consumido por um pequeno número de pessoas ricas e cosmopolitas” (HOLLOWAY, 1984, p.18).

Na primeira metade do século XIX o controle português foi finalmente rompido através de sua emancipação política em 1822, e, de acordo com Holloway (1984, p.20) surgia, nessa época, “uma elite local, nascida no país, que também devia sua existência à estabilidade da economia mundial e ao papel periférico que o Brasil nela desempenhava”. Essa elite agro-exportadora, formada por latifundiários, funcionários e alguns comerciantes, deu prosseguimento aos objetivos dos dirigentes portugueses, orientando os interesses do país para uma política agrária de exportação. Como o tradicional setor agrícola voltado para exportação estava estagnado, “o café surgiu como uma nova possibilidade garantindo, de meados do século XIX em diante [...] à elite nacional, herdeira do regime colonial, um novo período em sua privilegiada posição no âmbito da economia mundial” (HOLLOWAY, 1984, p.20). Ainda segundo Holloway (1984, p.21),

[...] a crescente demanda por café na Europa e América do Norte, a possibilidade de crescente produção no Brasil e a migração em massa da Europa Meridional para as fazendas de café convergiram, na década de 1880, para formar no São Paulo rural um complexo histórico que durou até que a crise da década de 1930 abalasse seus alicerces.

Em São Paulo, no entanto, não havia mão-de-obra suficiente e necessária para um plantio em larga escala, principalmente por estar comprometido o tráfico negreiro, por causa uma série de pressões exercidas tanto por fatores externos quanto internos que culminaram com a abolição da escravidão em 1888. A solução encontrada pelos poderes constituídos e local foi uma política imigratória iniciada antes mesmo do final oficial da escravidão.

Esse foi, em linhas gerais, o quadro brasileiro no século XIX, que perdurou até o início dos anos 30 do século XX. E foi nesse contexto de desenvolvimento proporcionado pela crescente produção cafeeira, mas ainda marcado pela predominância do regime escravista, que João Elisário de Carvalho Monte Negro¹³ adquiriu, de Joaquim José de Campos Silva, uma fazenda em terras do atual município de Pinhal, em 25 de janeiro de 1867, "como consta da escriptura publica passada no livro de notas do escrivão do juizo de paz da freguesia de Mogy-guassú" (MONTE NEGRO, 1872, p.1). A fazenda localizava-se na "freguesia do Espírito Santo do Pinhal, município e comarca da cidade de Mogy-mirim" (MONTE NEGRO, 1872, p.1), e possuía originalmente 200 alqueires, sendo que em 1872 já apresentava o dobro dessa área¹⁴. Com relação à denominação original, encontramos informações de que

[...] o primitivo nome d'esta fazenda foi das *Palmeiras*; mas o actual proprietario, para honrar a terra da sua naturalidade e em attenção ás pessoas ali empregadas, oriundas da Louzã, substituiu (assim que a comprou em janeiro 1867) o nome da fazenda e do ribeiro que a corta, dando a uma denominação de *Nova Louzã* e ao outro a de *ribeiro de*

¹³ De acordo com Carlos B Montenegro, sobrinho bisneto do comendador, seu tio separou o sobrenome para mostrar sua desaprovação e não participação na parte da família que optou pela violência ao serem partidários da guerra entre liberais e o regime dominador. (apud FREITAS, 2004).

¹⁴ MICELI, Paulo. Um fazendeiro contra o latifúndio. In: "ARUNCE. Revista de Divulgação Cultural". Lousã, Portugal, 5/6 (Jan./Dez.1991), p. 25.

Arouce, denominações já sancionadas pela assembléa legislativa da provincia de S.Paulo ¹⁵.

Monte Negro emigrou para o Brasil no início da década de 1840, vindo de Lousã, próximo a Coimbra, Portugal, e se dedicou primeiramente ao comércio, trabalhando como caixeiro viajante. Tendo enriquecido dessa forma, decidiu investir seu capital na formação de um patrimônio em Pinhal, fundando a colônia Nova Louzã¹⁶ (Figura 10), que pode ser considerada “uma das primeiras experiências com o regime de trabalho livre de que se tem notícia”¹⁷. Além de plantar algodão, milho, feijão, arroz, o café era a principal cultura em sua propriedade. Em 1872 já contava com cerca de 100.000 pés. (FREITAS, 2004, p. 43).

O Comendador fundou, em 18 de julho de 1888, a vila Montenegro¹⁸ (Figura 12), localizada no perímetro urbano da cidade e onde se instalaria, em 1889, a Estação Ferroviária, e onde também seria edificado seu casarão em 1896, e no ano de 1903, organizou um álbum de fotografias¹⁹ com imagens de toda a cidade, a fim de divulgá-la nos grandes centros da época. Monte Negro foi um grande incentivador da plantação do café em Pinhal, montando a primeira máquina de beneficiar café, a vapor (Figura 11), e construindo o primeiro terreiro ladrilhado para a secagem do produto.

¹⁵ **ARANHA**, P. W. BRITO. Memória sobre a fundação e estado actual da fazenda da Nova Louzã. In: Memórias Historico-Estatísticas de algumas Villas e Povoações de Portugal. Lisboa, Livraria de A. M. Pereira – Editor, 1871, pg. 79-148. Disponível em: <www.cm-lousa.pt/biblio/arquivo.../58_pdf_memorias_historicas_lousa.pdf>. Acesso em: 27 set. 2007.

¹⁶ A Fazenda Nova Louzã recebeu a visita do Imperador D. Pedro II em 16 de setembro de 1878, por convite feito pelo Comendador Monte Negro, seu amigo pessoal. Outras informações sobre a Colônia Nova Louzã podem ser encontradas no **ANEXO 1**.

¹⁷ **SCOTT**, Ana Sílvia Volpi; **TRUZZI**, Oswaldo M. S. Pioneirismo, disciplina e paternalismo nas relações de trabalho entre proprietário e imigrantes no século XIX: o caso da colônia de Nova Lousã, em São Paulo. In: Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA - Porto, III Série, vol. 6, 2005, p. 340.

¹⁸ **RIZZONI**, Ernesto (org.) Anuário Pinhalense - 1951. Folhetim de “A Folha”. Espírito Santo do Pinhal, 1951.

¹⁹ Este álbum encontra-se reproduzido no **ANEXO 3**.

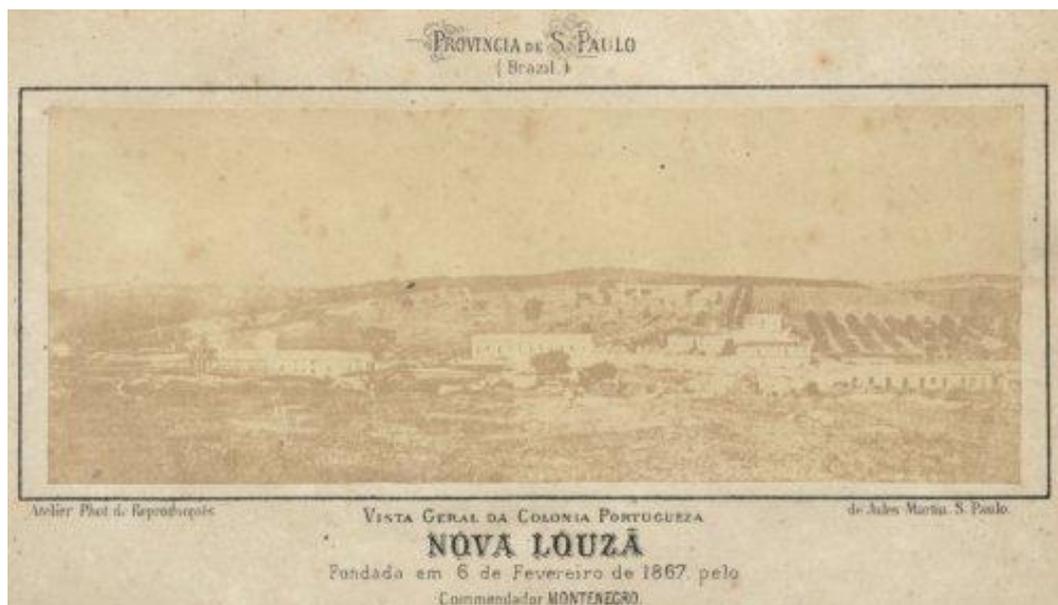


Figura 10. Propaganda da Colônia Nova Louzã, publicada no Almanaque Literário José Maria Lisboa, de 1880, mostrando a vista geral da colônia.

Fonte: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/lugaresesquecidos/novalouza.htm>>.

É muito provável que tenha sido através de Monte Negro que a cultura cafeeira teve seu desenvolvimento em larga escala em Pinhal, pois os registros anteriores indicam a presença de pequenas lavouras de café nas fazendas da região. As primeiras plantações de café, segundo Bartholomei (2006), datam de 1820, e se localizavam na fazenda ‘Ribeirão da Cachoeira’, no Abertão²⁰, de propriedade de Vicente Rocha Campos, um dos maiores proprietários de terra daquele tempo: “[...] sua fazenda possuía engenho de cana, então coisa rara na região, e fazia rapadura e aguardente. Tinha criação de porcos, além de plantações de milho, trigo, arroz, feijão e café”²¹. Bartholomei (2006) afirma ainda que o segundo proprietário de terras a plantar café foi Romualdo de Souza Brito em sua fazenda Boa Esperança, em 1828.

²⁰ O Bairro do Abertão localiza-se no caminho que liga Pinhal a Albertina – MG. Existe o Abertão de Baixo, localizado no município de Pinhal, e o Abertão de Cima, nas terras de Albertina. Mapa sobre essa região pode ser consultado em MARTINS, 1986, p.689. É possível que as terras da fazenda ‘Ribeirão da Cachoeira’ estivessem localizadas nos dois municípios.

²¹ Jornal ‘A Cidade’, de 16 de dezembro de 2006, p.C4.



Figura 11. Vista geral da Vila Monte Negro. Fonte: 'Álbum do Pinhal, 1903'.



Figura 12. Edifício da primeira máquina de beneficiar café, a vapor, de Monte Negro e Antunes, na antiga Rua General Carneiro, atual Rua Barão de Motta Paes. Fonte: 'Álbum do Pinhal, 1903'.
Chegada da ferrovia

Podemos afirmar que o desenvolvimento da produção cafeeira, ocorrido entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, teve uma direta relação com a instalação e expansão ferroviária e o crescimento da população a partir da imigração.

No estado de São Paulo, a importância do café acentua-se a partir de 1850, quando a cafeicultura começa a tomar vulto mais expressivo ao longo do antigo Picadão de Cuiabá e do Caminho de Goiás, e extensas áreas de florestas são derrubadas para implantação de novas áreas de cultivo. Nessa época, era ainda muito vantajoso plantar café no Vale do Paraíba e na região Central, devido à maior proximidade dessas regiões com os portos exportadores.

A expansão dos cafezais pelo interior da então província criou, segundo Saes (1984, p. 40/41), “[...] enormes distâncias entre as lavouras e o porto de Santos, dificuldade a que se aliam o volume crescente das safras e o elevado preço do transporte animal. Este se tornou antieconômico”. Além disso, o estado das estradas de rodagem era precário; não havia manutenção constante, nem mão-de-obra suficiente para isso. Quase sempre a conservação, e mesmo a abertura de estradas, era efetuada por escravos dos próprios lavradores, os maiores interessados.

A fim de que fossem realizadas melhorias no sistema de transporte, foi necessário dispor de capitais locais, advindos dos lucros da lavoura do café, e esses investimentos viabilizaram a substituição do tradicional sistema de transporte com tropas de mulas pela extensa malha ferroviária a partir de meados do século XIX no estado de São Paulo.

Saes (1984, p.67) defende a idéia de que “[...] o desenvolvimento das vias férreas não obedeceu a um plano sistemático; ele foi comandado pelos interesses dos administradores, produtores e comerciantes de café”, uma vez que os fazendeiros reclamavam a linha férrea até suas propriedades, alegando que “a proximidade da linha férrea tem por objetivo reduzir o custo de transporte para os produtos agrícolas de exportação (em especial o café)” (SAES, 1984, p. 54). Isso significa que as iniciativas de implantação da estrada de ferro no estado de São

Paulo, por razões de ordem econômica, acompanharam a produção de café, e que sua expansão seguiu os rumos das plantações, ao contrário do que acontecia em plano nacional onde a implantação de ferrovias visava atender às necessidades de integração territorial. A expansão das exportações de café, decorrente das melhorias no transporte, foi "a grande responsável pela diversificação e modernização da economia paulista" ²² no final do século XIX. Essa questão da complexidade das relações que envolviam os setores de café e ferrovias já foi estudada por outros autores; portanto, vamos nos deter apenas no que se refere a Pinhal.

Uma das principais ferrovias paulistas²³ foi a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro²⁴, formada em 1872 com o objetivo de ligar a cidade de Mogi - Mirim a Campinas, tendo seu primeiro trecho inaugurado em 1875. Essa Companhia foi formada após longa discussão sobre sua viabilidade e a preferência por se prolongar a ferrovia para Rio Claro, embate resolvido com a construção das duas linhas, a Companhia d'Oeste em 1870, seguindo o trecho Campinas - Rio Claro, e a Companhia Mogyana em 1872, ligando inicialmente Campinas a Mogi Mirim. É interessante notar, já no momento da discussão sobre para qual cidade deviam seguir os trilhos, se para Rio Claro ou Mogi-Mirim, a atuação do comendador Monte Negro, sob o pseudônimo de Julio d'Arouce, ao lado de Campos Sales, presidente da província.

²²GRANDI, Guilherme. Café e expansão ferroviária: a Companhia E. F. Rio Claro (1880-1903). São Paulo: Annablume, FAPESP, 2007, pp. 17.

²³A primeira ferrovia construída em território paulista foi a Estrada de Ferro D. Pedro II, posteriormente Central do Brasil, que ligava São Paulo e o Rio de Janeiro e atendia todo o Vale do Paraíba. Já a primeira ferrovia a ser construída integralmente no estado de São Paulo foi, segundo Saes (1981, p.22), "objeto da concessão feita em 1856 ao Barão de Mauá, Marques de Monte Alegre e J. A. Pimenta Bueno para a construção de uma estrada de ferro de Santos a São Paulo e a Jundiaí", tendo sido concluída em 1867, já transferida a concessão para a companhia inglesa, a São Paulo Railway, que transportava o café até o porto de Santos.

²⁴Inicialmente denominada Companhia Mogyana de Estradas de Ferro, passou a ser denominada Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação em 1888, com o início dos serviços de navegação no Rio Grande. Em 1923, com a desativação do serviço de navegação, voltou ao nome original, Companhia Mogyana de Estradas de Ferro. Em 1936 é fundada a Companhia Mogyana de Transportes, depois Rodoviário da Cia. Mogiana. Em 1937 o nome Mogyana passou a ser grafado com I. Como o período tratado no texto é anterior à mudança, será usado no texto o nome com a ortografia original, com "Y".

Sustentei, auxiliado por opiniões muito autorizadas, que a linha principal de nossa estrada deve prolongar-se de modo a tocar na cidade de Rio Claro, passando por Limeira. Demonstrei que é esta a direção mais natural, mais útil aos principais municípios agrícolas desta parte da província e conseqüentemente mais vantajosa aos interesses e créditos da linha.

Julio d'Arouce, em quem reconheço um amigo de subido mérito, contestou-me começando por pretender demonstrar que a estrada deve ser levada a Moji-Mirim, e concluindo por pedir um meio termo entre a sua e a minha opinião; isto é, entendo afinal que depois de chegar ao rio dos Couros, três léguas aquém daquela cidade, deve a linha pender à esquerda, passar por Limeira e seguir em direção ao Rio Claro.²⁵

A polêmica sobre qual prolongamento da via férrea deveria prevalecer, se a estrada para Moji-Mirim ou a de Rio Claro, acabou sendo resolvida, ainda depois de muitas divergências, com a possibilidade da concretização das duas estradas de forma independente, uma vez que,

[...] de parte a parte, cada um sustenta que pode realizar o seu prolongamento. A questão, pois, é de mera possibilidade. Se as duas empresas acaso puderem realizar simultaneamente, tanto melhor para a lavoura e o comércio da província.²⁶

Os incorporadores da Companhia Mogyana foram, em sua maioria, fazendeiros, os principais interessados em que os trilhos fossem levados em direção aos seus cafezais. A partir de 1886, os trilhos da Mogyana atingiram a fronteira e penetraram em Minas Gerais²⁷, tendo sido instalados nesse percurso outros vários ramais, os chamados trechos “cata-café”. Várias cidades, entre elas Amparo, Socorro, Serra Negra, Itapira, Espírito Santo do Pinhal, Poços de Caldas, Vargem Grande, Guaxupé, Cajuru etc, foram interligadas pela ferrovia, formando uma complexa rede pelos antigos sertões, subsidiando as fazendas na ampliação de

²⁵CAMPOS SALES, M. F. Estrada de Ferro de Campinas ao Rio Claro, in *Gazeta de Campinas*, 30.01.1870, p.1. Apud: SAES, F. A. M. de. *Op. Cit.*, 1981, p. 58.

²⁶CAMPOS SALES, M. F. Estrada de Ferro de Campinas ao Rio Claro, in *Gazeta de Campinas*, 30.01.1870, p.1. Apud: SAES, F. A. M. de. *Op. Cit.*, 1981, p. 61.

²⁷ SAES, F. A. M. de. *As ferrovias de São Paulo (1870-1940)*. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 52.

suas plantações²⁸ e permitindo uma maior integração cultural entre a capital e o interior.

Do mesmo modo que ocorria em outras regiões do interior paulista, os fazendeiros pinhalenses também reclamavam a aproximação da linha férrea para suas propriedades. Como resultado da campanha promovida por Monte Negro (sob o pseudônimo de “Júlio d’Arouce”), ainda em 1870, “a Companhia Mogiana [...] aquiescera em registrar no ano de 1875 o traçado de um ramal, que partindo da então Vila de Mogi-Guaçu fizesse ponto terminal nesta cidade”, mas que

[...] dêle definitivamente se desinteressara por ter construído outro que, tendo início na mesma Vila, terminava em Poços de Caldas, nas lindes mineiras, após atravessar Mato-Sêco, Cascavel (hoje Aguai) e São João da Boa Vista.²⁹

O desinteresse da Mogiana pela construção do ramal de Pinhal incitou os fazendeiros pinhalenses a se organizarem para constituir uma companhia própria para a instalação de um ramal. Pela Lei n. 87, de 21 de abril de 1880 vemos que

Foi o governo auctorizado a conceder, sem ônus algum para a província, privilegio a Lucio Ribeiro da Motta, [...] ou à Companhia que organizarem: - ao 1º para a construcção, uso e goso de um ramal de estrada de ferro, que partindo da linha Mogiana, no lugar que mais consulte os interesses commerciaes e economia de construcção, vá ter à Villa do Espírito Santo do Pinhal [...].³⁰

No entanto, foi somente após a promulgação da Lei n. 11, de 27 de março de 1886, que foi efetivada a criação de uma companhia própria para a instalação do ramal. Tal lei concedia privilégios a fazendeiros e políticos para estabelecerem, por si ou por meio de Companhia por eles organizada, uma linha que fizesse a ligação

²⁸ **MATOS**, Odilon de N. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. Campinas, SP: Pontes, 1990, p. 100-1.

²⁹ **RIZZONI**, Ernesto. *Pinhal – História em notícia*. Espírito Santo do Pinhal: Tipografia Santa Luzia, s/d, p.8.

³⁰ *Repertório das Leis Promulgadas em 1876-1889*, vol. 1, edição de 1898, p. 104. Apud: **MARTINS**, Roberto Vasconcellos. *Op. Cit.*, 1986, p. 376.

entre as cidades de Espírito Santo do Pinhal e Mogi-Guaçu, da linha Mogyana³¹. Dessa forma, esses fazendeiros e políticos, entre eles o Comendador Monte Negro, José Ribeiro da Motta Paes, Francisco Pinto da Fonseca, Vicente Gonçalves da Silva, Francisco Xavier Ribeiro, Francisco Antonio Rosas³² e José Antonio de Souza Brito, reuniram-se em 30 de abril de 1886 para constituir a empresa “Companhia Carris de Ferro Pinhalense”. De acordo com Rizzoni [1950?], foram necessárias várias reuniões no decorrer do ano de 1886, a fim de dar prosseguimento aos estudos que permitiriam a instalação da linha do trem e do edifício da estação ferroviária. Os estudos foram concluídos em fevereiro de 1887. Segundo relatório do engenheiro Garcia Redondo, responsável pelo projeto, a estrada ficou com uma extensão de 38 km e 760 metros³³. Para o início dos trabalhos, os representantes da Companhia solicitaram a autorização governamental, sendo que “o governo, com espanto de todos, indeferiu o pedido, sob a alegação de que a Mogyana possuía prioridade, pois registrara o traçado do ramal pinhalense em 1875” (Rizzoni, [1950?], p.9). Assim, a Companhia Mogyana ficou responsável pela construção do ramal, utilizando-se dos estudos previamente realizados pela companhia pinhalense, tendo contratado “com o Governo da Província, a 1º de março de 1888, a construção das linhas de Mogy-Guassú ao Espírito Santo do Pinhal [...]”³⁴.

É importante salientar que tanto o Comendador Monte Negro como o Barão de Motta Paes, responsáveis diretos pelos esforços iniciais para a instalação do

³¹ Repertório das Leis Promulgadas em 1876-1889, vol. 1, edição de 1898, p. 104. Apud: **MARTINS**, Roberto Vasconcellos. *Op. Cit.*, 1986, p. 376.

³² Segundo Bartholomei (2006), Dr. Francisco Antônio Rosas era médico e comerciante em Santos. Foi em uma viagem de negócios a Pinhal que conheceu Lucinda, neta do Barão de Motta Paes, tendo com ela se casado e então se estabelecido na cidade.

³³ **RIZZONI**, Ernesto. Pinhal – História em notícia. Espírito Santo do Pinhal: Tipografia Santa Luzia, s/d, p.60.

³⁴ **PINTO**, Adolpho Augusto. História da Viação Pública de São Paulo (Brasil). São Paulo: Typ. e papelaria de Vanorden & Cia., 1903, p. 53.

ramal, conseguiram que a linha férrea passasse por suas propriedades, edificando nelas as estações de Nova Louzã e Motta Paes, respectivamente.

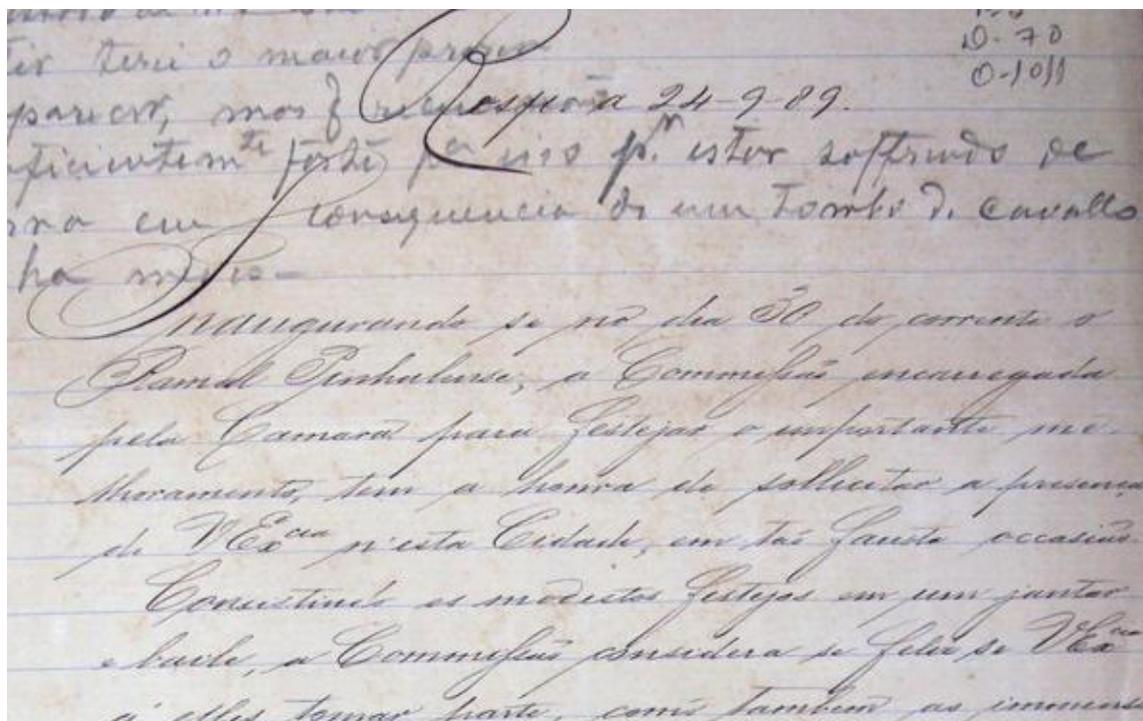


Figura 13. Parte do convite para a inauguração do Ramal Pinhalense, de 20 de setembro de 1889.
Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A estação de Pinhal (km 37) foi inaugurada em 30 de setembro de 1889³⁵ (Figuras 13 e 14), assim como as estações de Conselheiro Laurindo (km 9), Nova Louzã (km 19) e Motta Paes (km 27) (Figuras 15 e 16), que faziam parte desse trecho da linha férrea. Os edifícios para a estação e armazém de Pinhal ainda estavam em construção na época de sua inauguração – data em que partiu de Campinas o trem inaugural. As obras foram concluídas em 02 de abril de 1890, de acordo com o Relatório da Companhia Mogiana (MARTINS, 1986, p.378).

³⁵ Documentos sobre a inauguração da estação ferroviária são apresentados no **ANEXO 2**.



Figura 14. Inauguração do Ramal de Pinhal, em 30 de setembro de 1889.
Fonte: Torres (2006).

O primeiro edifício da estação de Pinhal (Figuras 17 e 18) foi construído pelo empreiteiro Nicolau Rehder, responsável inclusive pela instalação dos trilhos e da construção dos armazéns para estocagem de café. Houve uma ampliação em 1909, que não atendeu à demanda e, em 1913, de acordo com relatório da Mogyana, foi "construído em Pinhal, no mesmo local da estação antiga, que foi demolida, outro edifício mais amplo, servindo para estação, armazém e casa do chefe" (Relatório da Mogyana, 1913). Este é o edifício que permanece atualmente, que vemos nas figuras 19 e 20. Nos aspectos externos, notamos que essa edificação não apresenta características estéticas sofisticadas, tendo sido concebida principalmente para

atender à estocagem da produção de café, como ramal de um complexo maior, sem se preocupar com uma elaboração de plantas e elevações suntuosas.



Figura 15. Chefes dos ramais de Conselheiro Laurindo, Nova Louzã, Motta Paes e Ipê.
Fonte: <http://www.sfreinobreza.com/itapinhal.htm>

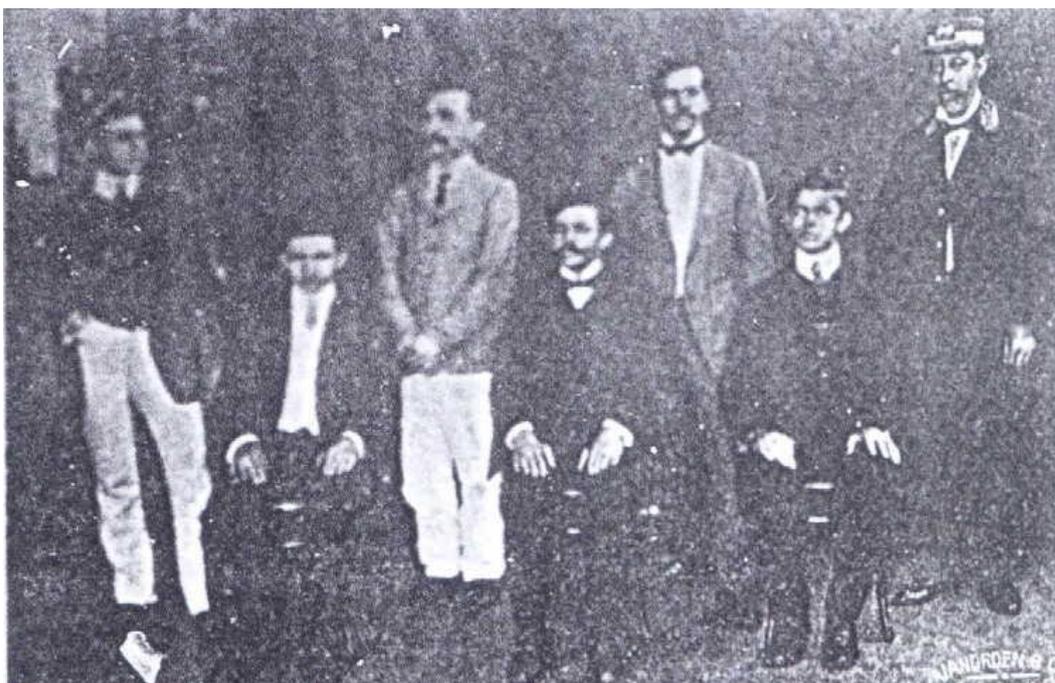


Figura 16. Trabalhadores da ferrovia. Fonte: <http://www.sfreinobreza.com/itapinhal.htm>



Figura 17. O Ramal de Pinhal em foto do Jornal 'A Republica', de 21 de maio de 1905.
Fonte: Acervo do Museu e Biblioteca de Espírito Santo do Pinhal.

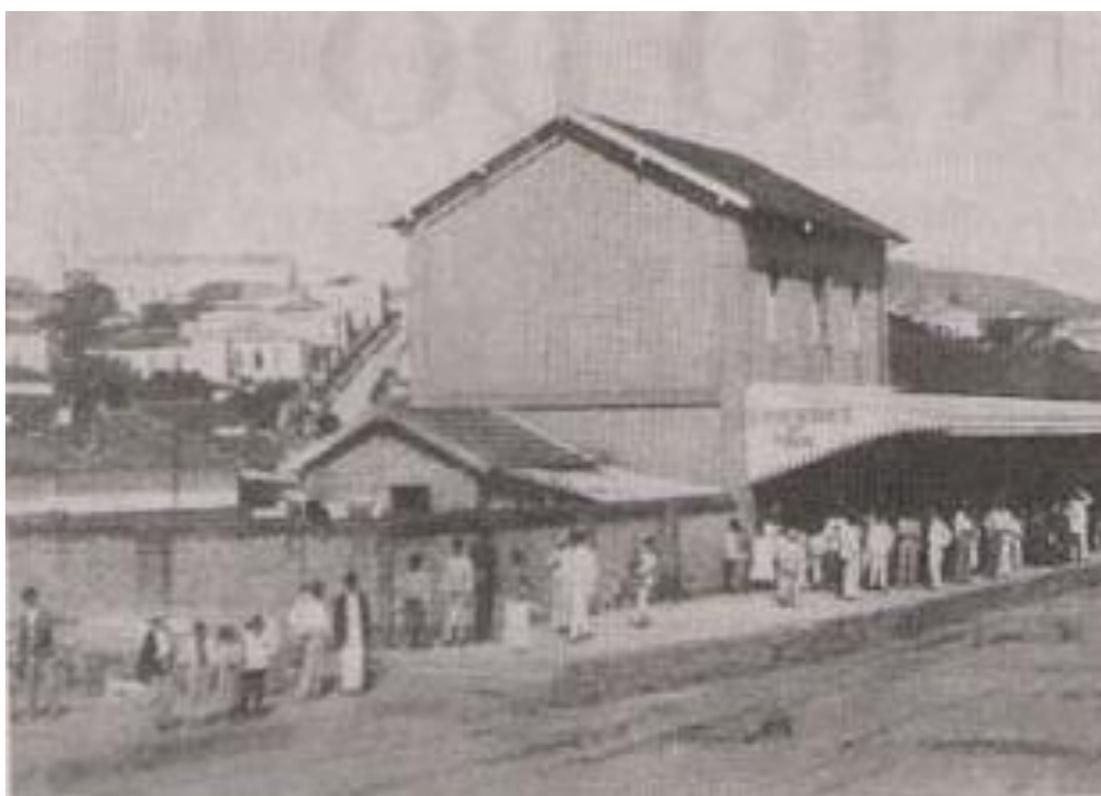


Figura 18. Estação de Pinhal em 1908.
Fonte: Jornal 'A Cidade', 21 de abril de 2007.



Figura 19. A Estação como sede da Cooperativa dos Cafeicultores de Pinhal, em 2008.

Além das já citadas facilidades proporcionadas pela instalação da ferrovia, podemos destacar também uma preocupação com melhorias urbanas no entorno do edifício da Estação Ferroviária. Na Sessão da Câmara Municipal, de 06 de junho de 1889, há “indicação para se melhorar a Rua 16 de abril, que é a mais curta para chegar à estação ferroviária”.

Além de o transporte ferroviário ter facilitado o escoamento da produção de café e, em conseqüência, possibilitado crescimento econômico, sua instalação propiciou também circulação de informações, de pessoas e de ideias, conjuntura que lançou, segundo Bortolucci (1991, p.01) “as bases para o aparecimento de um novo ‘fazer arquitetônico’”. A estrada de ferro possibilitou a chegada dos imigrantes, sobretudo italianos, para trabalhar na lavoura e na construção nas cidades, e dos materiais importados, fundamentais para a execução da nova arquitetura – “o

ecletismo, sinônimo de progresso e linguagem do poder econômico” (LEMOS, in FABRIS, 1987, p.73).



Figura 20. A Estação como sede da Cooperativa dos Cafeicultores de Pinhal, em 2007.

Fim da escravidão e os imigrantes

Além das melhorias no transporte, através do desenvolvimento de uma malha ferroviária, a produção e a expansão da cafeicultura estavam condicionadas ao encaminhamento da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. A imigração europeia para o Brasil se constituiu na solução para o problema da mão-de-obra nas fazendas de café. A expansão da produção cafeeira demandava uma quantidade

crescente de braços para as fazendas que se espalhavam pelo interior da então província de São Paulo³⁶.

Ainda que o regime escravista propiciasse a principal força de trabalho para a produção de café até o final da década de 1880, por volta de meados do século XIX algumas políticas de atração de imigrantes começaram a ser implementadas. Entre essas ações, Saes (1981, p.42) mostra que passagens gratuitas são oferecidas, desde 1882, aos imigrantes, para se deslocarem rumo às plantações de café onde se faziam mais necessárias. De acordo com Holloway (1984, p.71), o fluxo maior de italianos coincidiu com a conjuntura de estagnação da economia na Itália, por toda a década de 1880. Dessa forma, “quando os recrutadores de mão-de-obra começaram a divulgar o programa paulista, em fins da década de 1880, a atração do transporte gratuito mostrou-se forte”. Paralelamente ao processo lento e gradual da abolição da escravidão, o Governo Imperial procurou incentivar a vinda de imigrantes europeus³⁷. Ainda que não houvesse consenso entre os fazendeiros paulistas, aqueles que se diziam a favor do fim da escravidão o faziam porque “[...] tinham imigrantes para substituir os escravos” (HOLLOWAY, 1984, p.62).

A preferência pela imigração europeia pode ser também analisada à luz do discurso sobre a mestiçagem no Brasil, que emerge dentro do contexto de colonização europeia no século XIX. Por influência das principais correntes científicas europeias (como o naturalismo científico, o darwinismo social, o eugenismo e o determinismo biológico) havia a crença da necessidade do branqueamento da população, por causa de suposta melhor capacidade intelectual

³⁶ As questões relativas ao final da escravidão e à imigração no Brasil podem ser vistas em autores como DAVATZ, PETRONE, MATOS, entre outros.

³⁷ IOTTI, Luiza H. A política imigratória brasileira e sua legislação – 1822 – 1914. Disponível em: <<http://oriundibrasile.blogspot.com/2010/01/histori-36-far-lamerica-3-avancos-e.html>>.

do branco. A miscigenação aparece como solução, aqui legitimada pelo discurso científico das causas biológicas, como uma saída à evolução racial³⁸.

Ainda no final da década de 1840, ocorreram as primeiras tentativas de emprego de trabalhadores livres europeus nas fazendas de café em São Paulo. Coube ao senador Nicolau Vergueiro a primeira experiência de importação de famílias de trabalhadores europeus para a fazenda Ibicaba, sua propriedade em Limeira, Vergueiro concebera um contrato de parceria segundo o qual se destinava à família do colono certo número de pés de café para o cultivo e certa área de exploração para subsistência, em troca de uma remuneração proporcional ao montante de gêneros produzido pela família, descontadas as despesas de transporte, adiantamentos e recursos para a instalação inicial³⁹.

Ao contrário do senador Vergueiro, Monte Negro apresentou, como afirma Scott (2005, p. 342), uma atitude francamente pioneira: a de instituir o emprego de mão de obra livre remunerada sob uma base estritamente salarial. Ainda segundo Scott (2005, p.342), Monte Negro valeu-se das políticas imigratórias financiadas pelo governo para introduzir 29 portugueses, naturais da vila de Lousa, em sua fazenda em Pinhal, Nova Louzã. Aí instituiu, em 1867 - 21 anos antes da Abolição -, o pioneiro sistema de mão-de-obra livre remunerada:

O *systema*, pois, adoptado no estabelecimento, para a distribuição do serviço, é o salário mensal, o único *systema* que deixa de produzir descontentamentos nos colonos, causar ou dar azo a queixas e até a sérios motins, como tem sido exemplo vivo algumas colonias d'esta bella provincia. (MONTE NEGRO, 1872, p.2)

³⁸ FERREIRA, Camila Corsi. O discurso racial como dispositivo de poder. São Carlos, SAP – EESC - USP, 2009.

³⁹ DAVATZ, Thomas. Memórias de um colono no Brasil (1850). São Paulo: Livraria Martins Editora, 1972, p.

A experiência de Monte Negro não foi, entretanto, seguida por outros fazendeiros do município de Pinhal, onde a escravidão existiu formalmente até pelo menos dois meses antes da libertação dos escravos em maio de 1888. Rizzoni ([1950?], p. 105) mostra que, em 25 de março de 1888, “[...] foram libertos incondicionalmente 252 escravos[...]”, pertencentes aos principais fazendeiros: barão de Motta Paes; tenente-coronel J. J. Almeida Vergueiro; capitão Antônio Villas-Boas Sobrinho; capitão Lúcio Ribeiro da Motta; tenente Vicente Gonçalves da Silva, e Dr. José Vergueiro, entre outros. Houve, porém, fazendeiros que libertaram seus escravos com cláusula de serviços, sendo que a libertação imediata só aconteceria mediante pagamento de indenização⁴⁰. O fato de os senhores do café consentirem em alforriar seus escravos antes mesmo da assinatura da lei apenas aconteceu por causa da existência das políticas imigratórias que compensariam a falta dos escravos nas lavouras, da mesma forma que em toda a então província.

Imigração italiana em Pinhal

Os motivos e os atrativos para a instalação de imigrantes italianos em Pinhal (Figuras 22 e 23) foram os mesmos que em toda a então província; chegavam como substitutos dos escravos nas lavouras de café, perdurando uma situação de semi-escravidão que culminou, em 1902, num decreto do governo italiano proibindo a imigração subsidiada para o Brasil. Em Pinhal, a maioria dos imigrantes italianos encontrou boas condições de trabalho e de inserção social⁴¹, contribuindo, não só para suprir a demanda de mão-de-obra nas fazendas, como também para o desenvolvimento do comércio de atividades urbanas (Figura 21). Dessa forma,

⁴⁰ RIZZONI, Ernesto. Pinhal – História em notícia. Espírito Santo do Pinhal: Tipografia Santa Luzia, s/d, p. 102.

⁴¹ TORRES, Valéria A. R.; TESSARINE, Luiz G. Espírito Santo do Pinhal: A Rainha da Serra. São Paulo: Noovha América, 2006, p.34.

[...] surgiram as pequenas indústrias: de máquinas (Del Guerra/Piagentini e Federighi); de macarrão (Ferriani); de madeira (Zaffani); entre outras. As pequenas empresas de prestação de serviços também emergiram impulsionadas pelos italianos: curtume (Corsi); ferreiro (Casalecchi); ourives e relojoeiro (Ragazzoni); venda e posto de gasolina (Tamaso); barbeiro (Scanapieco); hotel (Salveti); marmoraria (Martinelli); pintor (Pasotte); fotógrafo (Togneti); gráfica (Jannini) etc.⁴²



Figura 21. Estabelecimento comercial na Praça da Matriz.
Fonte: 'Álbum do Pinhal, 1903'.

⁴² TAMASO, Izabela. Tratorando a história: percepções do conflito na prática da preservação do patrimônio cultural edificado em Espírito Santo do Pinhal (SP). Brasília, Dissertação (Mestrado) – PPGAS/UnB, 1998, p. 30.

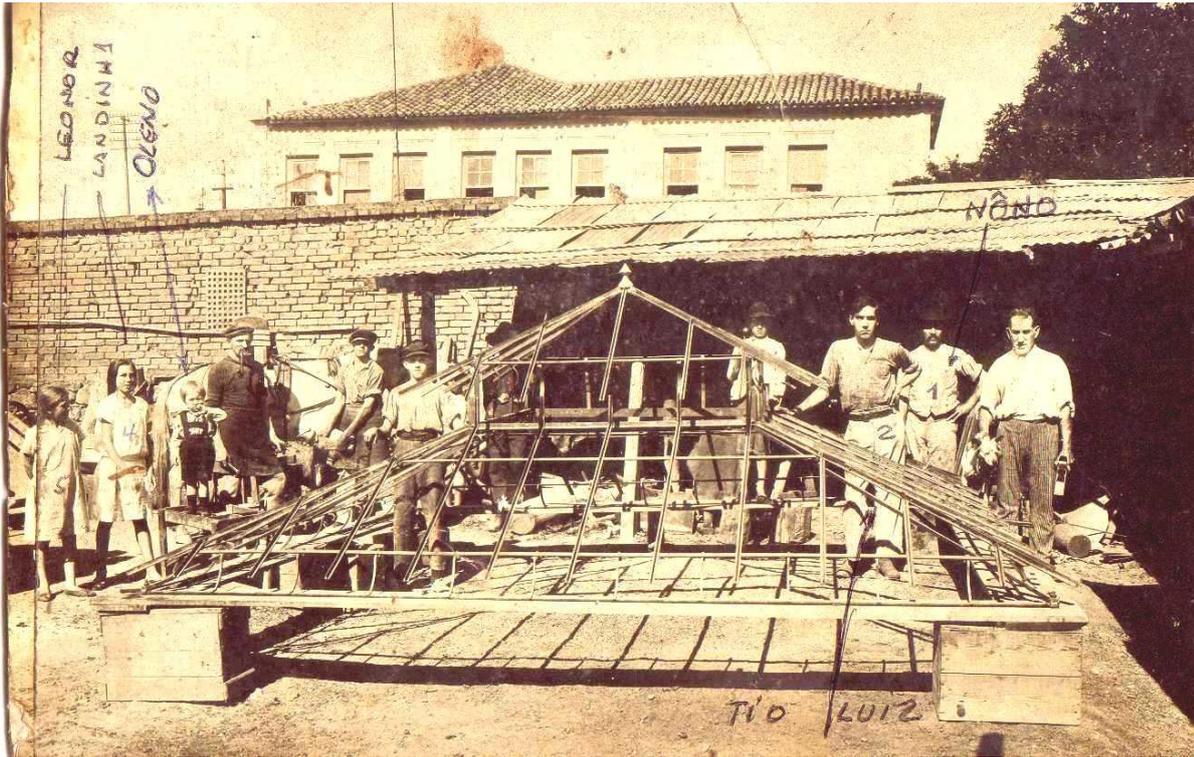


Figura 22. Família Turbiani em 1924, com o construtor Giovanni Turbiani, bisavô da autora.
 Fonte: Arquivo da Família Turbiani.

<p>REGISTRO GERAL N.º 651357</p> <p>Esta carteira de identidade pertence a</p> <p><i>Olga Pavizi Turbiani</i></p> <p>Natural de <i>Italia</i></p> <p>Nascido a <i>6</i> de <i>Outubro</i> de <i>1890</i></p> <p>Filiação: <i>Angelo Pavizi e</i> <i>Amabile Brandi</i></p> <p>Cor. <i>Branca</i> Olhos <i>Azuis</i></p> <p>Nacionalidade <i>Italiana</i></p> <p>São Paulo, <i>5</i> de <i>Dezembro</i> de <i>1912</i></p> <p>CHIEFE DO SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO</p> <p>T. G. I. - Mod. 19</p>	<p>REGISTRO N.º 363087</p> <p>Nome: <i>Olga Pavizi Turbiani</i></p> <p>Observações: <i>Profissão doméstica</i></p> <p><i>Selos de acordo com</i> <i>a lei anterior ao Dec. Lei</i> <i>1.966 de 16.11.40</i></p>	<p>SERVIÇO DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS</p> <p>Admitido em território nacional em caráter</p> <p><i>Permanente</i> (permanente ou temporário)</p> <p>com permanência <i>definitiva</i></p> <p>nos termos do art. 1.º 1.º</p> <p>do decr. n.º 3.010, de 20 de Agosto de 1938.</p> <p>Data do desembarque: <i>25</i> / <i>5</i> / <i>1892</i></p> <p>Embarcação:</p> <p>Porto: <i>Rio de Janeiro</i></p> <p>Passaporte n.º _____ expedido em _____</p> <p>(cidade) (data) / 19__</p> <p>Visado pela autoridade consular brasileira em _____</p> <p>(cidade)</p> <p>sob n.º _____ no ano de _____</p> <p>São Paulo, <i>12</i> de <i>Março</i> de <i>1940</i></p> <p>DELEGADO DE FISCALIZAÇÃO DE ESTRANGEIROS</p>
---	---	--

Figura 23. Carteira de estrangeiro, pertencente a imigrante italiana que desembarcou em 1892 no Rio de Janeiro e morou posteriormente em Pinhal.
 Fonte: Arquivo da Família Turbiani.

Transformações sociais e espaciais em Espírito Santo do Pinhal em fins do século XIX.

A nova forma de habitar do paulista no século XIX inicia-se a partir das transformações econômicas advindas do desenvolvimento da cultura cafeeira em São Paulo. As primeiras mudanças ocorridas na forma de morar se devem a diversos fatores, segundo Homem (1996, p. 49), e “[...] determinaram a metamorfose no modo de vida e a renovação dos programas das necessidades”. Podemos enumerar: o aumento do número de fortunas; o transporte ferroviário; as viagens à Europa, e o crescente processo de urbanização. Foi o início “[...] uma nova era: a do consumo, do utilitário, da higiene e da publicidade e também dos estudos”⁴³. As viagens à Europa eram constantes, facilitadas pelo advento da ferrovia, o que gerou novos modos de pensar e habitar. A mudança nos meios de transporte possibilitou, junto dos outros fatores, a transformação dos espaços domésticos, locais agora de consumo de bens industrializados, de novos utensílios e mobiliário.

As primeiras levas de imigrantes europeus começaram a chegar da Europa, contribuindo para a transformação da cidade em importante centro comercial, financeiro e industrial. Além disso, houve a popularização do tijolo, e, ao utilizá-lo na construção de obras, permitiu seu aprimoramento. Surgem as primeiras casas em estilo neoclássico, acompanhadas de novo programa de necessidades, analisados por Lemos (1999, p.17) à luz da legislação vigente e a ser construída:

[...] ao se debruçar sobre a moradia das décadas seguidas à proclamação da República, [...] desenha por meio da arquitetura um arcabouço histórico para entender as razões pelas quais uma série de normativas municipais e estaduais vão qualificar as maneiras de construir e morar da população remediada, da casa do rico e de seu oposto.

⁴³ **HOMEM**, Maria Cecília Naclério. O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p.57.

A riqueza proporcionada pelo café atingiu também outras cidades do Estado de São Paulo, e a ferrovia possibilitou o intercâmbio de informações, ideias, hábitos e também do modo de construir e morar. As cidades do interior incorporaram essas novidades, e o estilo eclético na arquitetura, muitas vezes executado pelas mãos dos imigrantes italianos, passa a predominar.

A partir da década de 80 do século XIX, Pinhal inicia um período de intensas transformações sociais e urbanas. Como a maioria das cidades paulistas

Em torno da Igreja, começavam a espocar edifícios de arquitetura imponente, expressão visual dos valores de uma época, dando lugar à alvenaria burguesa. Em lugar da taipa de pilão (agora com tijolos) são construídos edifícios com novos programas de uso, isto é, teatros, lojas maçônicas, templos protestantes, escolas leigas e precedendo todos, o Gabinete de Leitura. Até mesmo a tosca Matriz e a velha Câmara e Cadeia são remodeladas com vistas à transformação da imagem da cidade, de núcleo acanhado de feição colonial para dar lugar às propostas ecléticas que vinham da Corte, compondo na antiga Praça da Matriz, às vésperas de tornar-se a Praça da República, um índice iconográfico da mentalidade vigente.⁴⁴

Essas edificações, construídas nas quadras ao redor da Praça da Matriz, região nobre da cidade, eram luxuosas moradias da aristocracia cafeeira, que refletiam o poder econômico, social e político dos moradores. A situação econômica decorrente da produção cafeeira permitiu a apropriação de novas formas de vida, mudando hábitos e costumes já ultrapassados. Além da Praça da Matriz, a estação ferroviária surge também como um novo núcleo de atração do tecido urbano, e entre a Praça da Matriz e a estação ferroviária, “[...] quadras regulares descem suavemente exibindo casarões que anunciam a república [...]”⁴⁵.

⁴⁴ **MARTINS**, Ana Luiza. A invenção e/ou eleição dos símbolos urbanos: História e Memória da cidade paulista, in BRESCIANI, Stella (org.) *Imagens da cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo, ANPUH/ SP; FAPESP, 1993, p.184.

⁴⁵ **MARX**, Murillo. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, EDUSP, 1980, p. 36.

Encontramos informações de que no ano de 1885 havia na cidade “[...] 280 casas em construção regular e 1200 habitantes, sendo a população do Município superior a 9000 almas”, aparecendo como taapeiro Francisco Franco da Rocha; carpinteiros e empreiteiros de obras Joaquim José Venâncio, Joaquim Pereira dos Santos, José Justino Rodrigues e Manoel Antonio Mera; e pedreiros e construtores de obras Antonio Masseti, Antonio Pierrot, Henrique Stein, João Antonio Rodrigues Possar e Laurindo Ribeiro da Cunha⁴⁶. Em 1893, a população era superior a 16 mil habitantes, e havia 550 prédios, sendo empreiteiros de obras em 1893: Antonio Pierroni, Carlos Bruschini, Depuys Paulo, Henrique Brenel, José Domingues, José Ferreira Lopes⁴⁷.

Uma das discussões do ano de 1885 referia-se à necessidade de instalação de iluminação pública, realizada pela câmara municipal, com

[...] o velho petroleo, o clássico kerosene, a matéria combustível escolhida”, inserido “em postes colocados de longe em longe, em caixas de vidro, viam-se as luzernas, os bempazejos lampeões, semelhantes a olhos de fogo amarelos, a diminuir a densidade da escuridão das noites trevosas.⁴⁸

Ainda assim, o povo estava habituado a se recolher cedo, logo ao anoitecer. Esse hábito foi se modificando com a melhora da iluminação pública, que passou a atender a população que crescia, e que movimentou a vida local. A iluminação pública, com energia elétrica, iniciou-se oficialmente em 12 de março de 1898, progresso propiciado pelo dinheiro do café e precoce, uma vez que em São Paulo a

⁴⁶ **SECKLER**, Jorge e Cia. Almanach Administrativo, Commercial e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1885. Terceiro Anno. São Paulo: Editores - Proprietários, 1884, p.359-360.

⁴⁷ **LESSA**, Antonio Thomas Pacheco; **CAMPOS**, Tullio Theodoro de. Almanaque de Espírito Santo do Pinhal 1893-1894. Espírito Santo do Pinhal, 1894, p.36.

⁴⁸ **MARTINS**, Roberto Vasconcellos. Divino Espírito Santo e Nossa Senhora das Dores do Pinhal - História de Espírito Santo do Pinhal. São Paulo: Imprensa Latina, 1986, p. 803.

companhia inglesa Light obteve o monopólio da iluminação também em 1898, sendo que

Em nossa terra não foi admitida com facilidade. O receio, em virtude dos perigos que oferecia, era grande. Lidava-se com o desconhecido. Muito tempo depois, no interior das residências e dos estabelecimentos comerciais ainda fumegavam as velas de sêbo, as lamparinas a óleo e os lampiões a querosene, enquanto nas ruas fulgurava uma luz, antes vermelha e mortiça e depois clara e brilhante, como a que temos agora.⁴⁹

Em pouco tempo chegavam à cidade as companhias de teatro, que “alugavam casas de particulares; as salas (das residências) transformavam-se em platéias e as alcovas em camarins” (MARTINS, 1986, p.805). Também aconteciam recitais de pianos, e os circos de cavalinhos⁵⁰. As festas religiosas eram também numerosas e concorridas.

A apropriação do espaço público era diferenciada entre as classes. O uso da cidade pelas camadas populares como espaço de sociabilidade é notado como principal. Ainda que a elite utilizasse o espaço público, o fazia em locais reservados, como palanques. A classe abastada tinha também a casa, longe das ruas e dos olhares alheios, isolada em grande parte pelo porão alto. As residências eram palco de recitais e festas, sendo para tanto utilizada a sala de estar, ou salão, a zona de representação da casa burguesa. De acordo com Bartholomei (30.12.2006, p. C4), havia um local que exerceu grande “[...] influência na vida social pinhalense, sendo mesmo o lugar preferido para hospedagem de ilustres pessoas vindas de fora”,

⁴⁹ RIZZONI, Ernesto (org.) Poliantéia do centenário do Pinhal 1849-1949. Espírito Santo do Pinhal, 1949.

⁵⁰ No século XIX, os espetáculos circenses não aconteciam na lona, mas em um espaço de alvenaria e madeira, e passavam muito tempo no mesmo local. Eram chamados de circos de cavalinhos, por utilizarem esses animais nas apresentações, e também para transportar equipamentos. Em Pinhal, os circos de cavalinhos se apresentavam com frequência, e aconteciam inclusive como meio de angariar fundos para as obras da Matriz, nas últimas décadas do século XIX (RIZZONI, [1951?]).

durante quase todo o período de 1872 a 1892: a chácara da Dona Luciana⁵¹. Havia nesse local uma casa grande, já demolida, que a proprietária transformou em

[...] elegante e apurado local de reuniões sociais. Os muitos dotes de sua personalidade propiciaram [...] a efetivação daquilo que se tornou, depois, a encantadora característica de uma sociedade em fase de formação. (BARTHOLOMEI, 30.12.2006, p. C4).

Nessa chácara, reuniam-se, “por anos a fio, cotidianamente, ao entardecer, moças e moços ligados às melhores castas da cidade”, buscando participar dos serões que ali aconteciam, “nos quais, a cordial palestra se alternava com cantos e danças”, para onde fazendeiros levavam a família, “que se fazia acompanhar de mucamas e moleques”⁵². Podemos estabelecer aqui um paralelo com D. Veridiana da Silva Prado, paulistana de família tradicional, de ideias ousadas para a época, que assumiu o controle econômico da família quando se separou de seu marido, Martinho Prado. Sua residência, um casarão ainda hoje existente na rua paulistana que leva seu nome, tornou-se também um ponto de encontro para reuniões sociais e intelectuais.

Além desse ponto de encontro da sociedade pinhalense, em outras residências também aconteciam reuniões, de acordo com o jornal ‘Folha’, de Pinhal, datado de 13 de junho de 1943, que narra os “concertos domésticos” ali promovidos: iam ouvir, na casa da Família Loureiro, o canto de Bertha Loureiro; na residência de Henrique Florence: Mozart, Bach, Beethoven, Chopin, Litz, Wagner; em casa de

⁵¹ Luciana Cândida de Magalhães Oliveira era viúva de José Joaquim Bernardes de Oliveira, importante latifundiário originário de São Caetano da Vargem Grande, hoje Brasópolis, Minas Gerais. José Bernardes, como era conhecido, mudou-se para Pinhal com a esposa em 1865, onde adquiriu a Fazenda São José. Faleceu sete anos mais tarde, com 45 anos, deixando viúva D. Luciana, que vendeu a Fazenda São José ao Barão de Motta Paes e adquiriu sua “chácara” nas proximidades do perímetro urbano de Pinhal. Apesar da denominação, a “chácara” de D. Luciana tinha dimensões de fazenda. Atualmente a rua que liga a Praça da Independência e a Praça Visconde Rio Branco (onde se localiza a Prefeitura Municipal) é denominada José Bernardes, em homenagem ao latifundiário.

⁵² BARTHOLOMEI, Marly de Alencar Xavier. Espírito Santo do Pinhal – O Romance de Pinhal. São Paulo: Bellini Cultural, 2010, p. 61.

Amando Vergueiro, do Dr. Abelardo César ou de Dona Leonina Vergueiro, o piano tocado por esta ou por sua filha, Mariquinha Vergueiro; a voz de Haddock Lobo.

Outro fato significativo, que mostra a riqueza e novas formas de civilidade e convívio, foi a grande árvore de Natal enviada da Europa por Carolina Krug Florence ao seu filho Henrique Florence, fato bastante comentado na época por causa do luxo.

Uma tarde, soube que o dr. Henrique Florence convidara diversas pessoas para mostrar uma cousa que sua mãe, d. Carolina Florence, a celebre educadora, lhe enviara da Europa, para festejar o Natal. [...] Finalmente, encaminhamo-nos para a residência de Henrique Florence [...]. Chegamos lá no começo da noite: o dr. Abelardo (César), Amando (Vergueiro), Leônidas Rodrigues Mendes. [...] O dr. Henrique bateu palmas e disse: vamos cumprimentar São Nicolau. Ao mesmo tempo abriram-se duas portas, e via-se no meio da sala uma linda árvore, toda iluminada com bandeirinhas e velinhas de cores que resplandeciam, cintilando nos enfeites e nos brinquedos que pendiam dos galhos da árvore. Do lado, sorria-nos um velho vestido de vermelho com uma enorme barba branca, tendo um cajado em uma das mãos. Disseram-me que era São Nicolau. Fiquei deslumbrado. Nunca tinha visto cousa tão bonita [...] Então o dr. Henrique contou-nos que acabara de receber a maior parte do que ali se achava, da Europa, como presente de sua mãe.

Nesse momento, a residência era o principal espaço de sociabilidade da sociedade pinhalense, que passaria a utilizar novos espaços com a posterior modernização da cidade e do aparecimento de locais como teatros, cinemas, clubes e jardins públicos.

Influência da religião

Um dos principais elementos na composição da paisagem urbana brasileira foi a construção da igreja católica e, nas cidades formadas no século XIX, “quando o xadrez viário se impôs, um Brasil bastante transformado viu se difundir, principalmente pelo interior, a característica igreja e praça da matriz.”⁵³ As igrejas matrizes com suas praças dominaram a paisagem, e, segundo Marx (1980, p.92),

⁵³ **MARX**, Murillo. Cidade Brasileira. São Paulo: Ed. Melhoramentos, EDUSP, 1980, p.91.

“constituem o marco principal do centro e caracterizam-nas para o forasteiro”. Tais características são percebidas na formação urbana de Pinhal, onde a vida cotidiana foi se desenvolvendo em torno da praça da matriz, palco da construção dos casarões das pessoas mais ricas e influentes.

A presença do fator religioso em Pinhal é especialmente significativa por emergir na cidade desde o momento de sua fundação. De acordo com Tamaso (2008, p.10), era grande o número de festas religiosas e procissões ocorridas desde o final do século XIX, (Figura 24). A autora afirma que “[...] assim como o espaço das igrejas, as festas relacionadas aos santos padroeiros constituíram momentos em que manifestações de fé e devoção transformaram-se em lugares de afirmação de identidade étnica.” (TAMASO, 2006, p.84). Tais acontecimentos se inserem no cenário descrito por Marx (1980, p.95), quando afirma que

“[...] a prática da religião saiu das igrejas e ganhou os seus adros e ruas mais distantes. Envolveu a cidade como festa pública, acontecimento social e manifestação de arte. Teve [...] nas procissões, ainda vivas, manifestações típicas, correspondentes às imagens dos santos que permanentemente zelavam as ruas.”



Figura 24. Procissão do Divino Espírito Santo, início do século XX.

Fonte: <http://www.proerdpinhal.com.br/historiapinhal/fotospinhalantigo.htm>

As festas religiosas faziam parte – e fazem parte até hoje – do cotidiano da cidade, e tanto o momento da construção da capela primitiva quanto o posterior

momento da reforma e ampliação da Igreja contaram com a participação e apoio da população.

Até 1885, as missas eram rezadas na primitiva Capela, que foi edificada a partir da “[...] doação de madeiras que uns faziam, da construção das paredes de pau a pique, custeada por outros, de telhas para o tecto, de ‘esquadrias’ que vinham de um ou outro engenho de serra, para as portas e janellas.” (MARTINS, 1986, p. 827). Com o crescimento da população, a antiga Capela não mais comportava os fiéis, e houve a necessidade de ampliação: “Quando, por volta de 1885, era vigário o revdm. Padre José Daniel de Carvalho Monte Negro, já haviam sido levantadas as paredes da matriz, de taipas socadas pelo hábil artista Francisco Franco da Rocha.” (MARTINS, 1986, p. 828). Martins (1986, p.828) afirma que nessa época a nave ainda estava descoberta, e as pessoas assistiam à missa sob sol ou chuva. Com a morte do vigário Monte Negro (irmão do Comendador Monte Negro) em 1888, as obras ficaram paradas e foi somente a partir de 1892, com a formação de comissões – das quais faziam parte, entre outros, Cel. Francisco Xavier Ribeiro, Joaquim José de Almeida Vergueiro -, que as obras foram concluídas.

Foram entao construídos o côro, as galerias lateraes, as columnas, que as supportam, [...] o soalho, as grades de ferro, no pavimento inferior e superior e o arco central da nave, separando o corpo da igreja do altarmór, revestindo-se também as paredes internas de simples camada de reboco e caiação.⁵⁴

Segundo o Jornal do Commercio, de 1926/27, os serviços internos foram concluídos pelo empreiteiro José Domingues. “Ficou o edifício requerendo, entretanto, o revestimento externo das paredes de taipa, de terra vermelho-escura, com grandes beiraes.” (MARTINS, 1986, p.830). Dando prosseguimento às obras

⁵⁴ MARTINS, Roberto Vasconcellos. Divino Espírito Santo e Nossa Senhora das Dores do Pinhal - História de Espírito Santo do Pinhal. São Paulo: Imprensa Latina, 1986, p. 829.

iniciou-se, após campanha para angariar fundos, a construção do frontispício, da fachada e da torre. Para tanto, foi contratado o engenheiro Henrique Florence⁵⁵, residente em Pinhal, que realizou “[...] a planta e respectivo projeto, orçamento e direcção das obras, chamando concorrência pública para apresentação de propostas.” (MARTINS, 1986, p.830). A proposta de execução escolhida foi a do empreiteiro Joaquim Antonio Trigueiro, de Amparo.

As obras foram atacadas; a architectura moderna ostentou-se, desde o início, graças ao projecto engenheiro dr. Henrique Florence. Profundas escavações foram feitas, para os alicerces destinados a supportar o formidável peso da colossal fachada.

Todas as fundações foram feitas em concreto, no grande rectangulo que ahi se vê. Centenas de barricadas de cimento e enorme quantidade de area lavada, addicionados a cascalho puro, constituíram a fortíssima argamassa que veio acima do nível da terra. Foram sobrepostas pesadas alvenarias assentadas em cimento até o pavimento das escadas que levam ao côro. Afinal, em ‘estyllo romano e renascença’, se desenharam os contornos da linda torre, ladeada de duas esplanadas.⁵⁶

O estilo eclético era aqui caracterizado como renascença, com viés de influência italiana, por ter vínculo com a construção de uma representação simbólica da religião. A técnica construtiva era mista, por ser o embasamento de alvenaria e as paredes em taipa. Esta etapa teve fim em agosto de 1898; ficaram ainda por terminar, no entanto, as escadarias da frente, as janelas e os vitrais da pia batismal e da escada que conduz ao coro. Tais trabalhos ficaram a cargo dos moradores, que contribuíram financeiramente e organizando a execução dos serviços, e a direcção das obras foi realizada, nesse momento gratuitamente, por Henrique Florence. A igreja aparece, na figura 25, com as escadarias da frente terminadas, em 1903.

⁵⁵ Henrique Florence era filho de Hércules Florence, francês, e de Carolina Krug Florence, alemã. Nasceu em Campinas, e se formou em Engenharia na Alemanha. Casou-se com sua prima Evangelina Florence, filha de Antonio, o oitavo filho de Hércules. Foi o engenheiro responsável pela metragem das ruas de Campinas, e mapeou nessa cidade a rota da febre amarela. Em 1888 teve participação na criação do edifício do Instituto Agrônomo de Campinas. É citado como residente em Espírito Santo do Pinhal a partir da última década do século XIX.

⁵⁶ **MARTINS**, Roberto Vasconcellos. Divino Espírito Santo e Nossa Senhora das Dores do Pinhal - História de Espírito Santo do Pinhal. São Paulo: Imprensa Latina, 1986, p. 831.

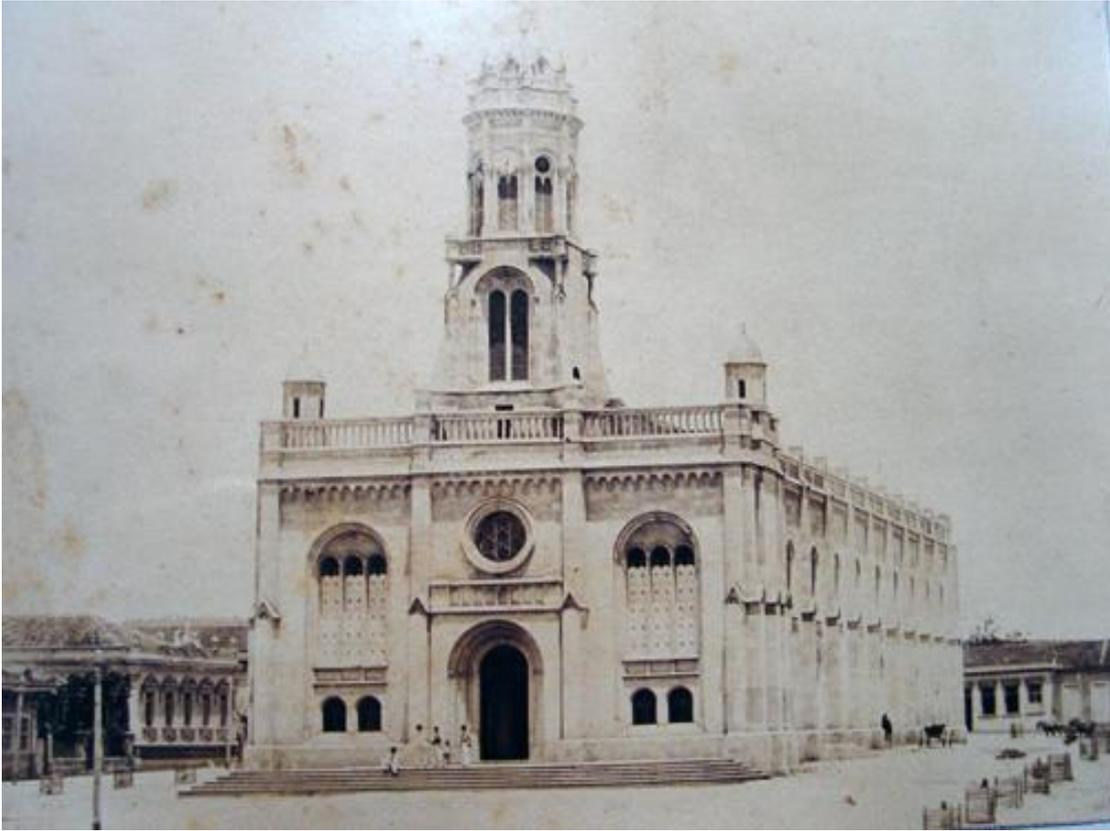


Figura 25. Vista exterior da Igreja Matriz, aparecendo à esquerda o casarão que pertenceu a Romualdo de Souza Brito, demolido. Fonte: 'Álbum do Pinhal', 1903.



Figura 26. Igreja Matriz de Espírito Santo do Pinhal em 2008.

1.2. Cidade moderna, novas relações urbano - arquitetônicas

A cidade que a República encontrou

Ao contrário da cidade dos anos da escravidão, Martins (1993, p.186) afirma que “[...] no limiar da década de 1890, estava desenhada no cenário, uma nova cidade, com calçamento, coreto na praça, obediente ao figurino francês [...]”, e iluminada. A partir dessa nova concepção espacial, advinda de uma nova sociedade em formação devido ao café, surgem novas formas de ocupação do espaço. Vemos, na figura 27, que Pinhal seguia essa tendência com calçadas delimitadas e iluminação nas ruas.



Figura 27. Trecho da Rua Conselheiro Saraiva, em frente ao edifício do Grupo Escolar Almeida Vergueiro. Fonte: 'Álbum do Pinhal', 1903.

A formação do espaço urbano laicizado das cidades do interior paulista, onde acontece a dessacralização do espaço⁵⁷ pela instalação de edificações de usos laicos próximos à Matriz, não encontra correspondência em Pinhal, local de domínio da Igreja desde seu início. Em torno da Igreja Matriz pinhalense, a maioria das edificações na transição do século XIX para o século XX era de residências, pertencentes principalmente à classe dominante, dos grandes fazendeiros de café, que sempre mantiveram relações estreitas com o vigário local. Ainda hoje as relações políticas da cidade passam pela apreciação do pároco. Ainda que nessa época houvesse qualquer uso comercial no entorno da igreja, esse era de alguma forma vinculado à classe dominante.

Tamaso (1998) afirma haver a inserção de atividades industriais, inclusive de beneficiamento de café, de pequenas empresas de prestação de serviços, oficinas, hotéis, casas de shows e teatros, em vários pontos do espaço urbano, porém não no entorno imediato da Praça da Matriz. Ao lado da praça localizava-se o Clube Recreativo, fundado em 1895 pelo médico Dr. Carlos Alberto Ferreira Brandão, que existe até hoje no mesmo local, porém funcionando em outra edificação. O bar 'A Paulicéia', importante ponto de encontro da época, que funcionava no mesmo local e edifício com o mesmo uso, e inclusive com o mesmo nome. Lamentavelmente, no final de 2010 foi transformado em loja de departamentos. Havia também nesse entorno a Farmácia Central, do Major Faustino Pereira da Silva⁵⁸, que era "tradicional lugar de encontro, sobretudo para conversas sobre política"⁵⁹.

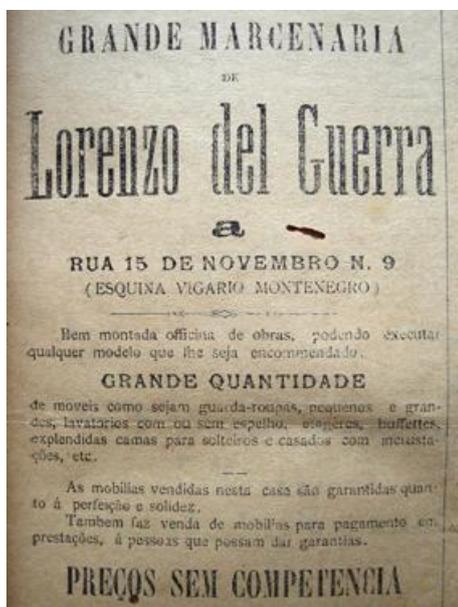
Tais novidades na espacialidade urbana de Pinhal, ainda que fortemente vinculada à tradição religiosa, permitiu novas formas de vivência da cidade nas

⁵⁷ **MARTINS**, Ana Luiza. A invenção e/ou eleição dos símbolos urbanos: História e Memória da cidade paulista. In: **BRESCIANI**, Stella (org.) *Imagens da cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo, ANPUH/ SP; FAPESP, 1993, p.186.

⁵⁸ **BARTHOLOMEI**, Marly A. Xavier. *Espírito Santo do Pinhal – O Romance de Pinhal*. São Paulo: Bellini Cultural, 2010, p. 120.

⁵⁹ **LEMOS**, Carlos A.C. *A república ensina a morar (melhor)*. São Paulo, SP: Editora Hucitec, 1999, p. 71.

primeiras décadas do século XX, juntamente com a pavimentação de ruas, construção de passeios públicos, construção de novas praças e de novas residências, cujos partidos arquitetônicos já estavam se alterando. Percebemos uma nova relação entre os espaços públicos e privados, como afirma Homem (1996, p. 61): “[...] o modo de vida urbano buscou sobrepor-se ao modo de vida provinciano, característico da sociedade anterior [...]”, permitindo o aparecimento de novos pontos de encontro e de convívio que não apenas as residências.



Figuras 28 e 29. Anúncios de atividades comerciais.
Fonte: Jornal 'A República', de 23 de julho de 1903.

Nesse sentido, vale lembrar Hardman (1988, p. 43) quando afirma que “o espaço urbano aparece como uma solução dupla: instrumento de aplicação do capital de uma oligarquia enriquecida com o café e local de exercício da civilidade que tal grupo pretendia”. Segundo Saia (1978, p.193), as propriedades mais importantes são de “sargentos, alferes, capitães, futuros barões e viscondes, tenentes, coronéis e brigadeiros”. Esta classe conseguiu manter o poder político aliado ao poder econômico no Império até o início da República. Em Pinhal a aristocracia cafeeira, que habitava o entorno da então Praça da Matriz, teve

presença importante no cenário político através de nomes como José de Almeida Vergueiro, deputado; Abelardo Cerqueira Cesar, senador; Abelardo Vergueiro Cesar, deputado federal e Secretário da Justiça, filho do senador Abelardo Cesar; Antonio Benedito Machado Florence, deputado; Francisco Álvares Florence, deputado e Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo; José Maria Whitaker, advogado, jurista e Ministro da Fazenda, que iniciou sua carreira na advocacia em Pinhal ⁶⁰.



Figura 30. Praça da Igreja Matriz de Pinhal em 1903. Vemos o coreto e o chafariz ao centro, e os casarões no entorno. Fonte: Arquivo Família Vergueiro.

Ao redor do Grupo Escolar Dr. Almeida Vergueiro ⁶¹ (Apêndice 01), projetado por Victor Dubugras e inaugurado em 28 de novembro de 1897, muito próximo da Praça da Matriz, outras edificações foram erguidas. Inclusive, foi por influência do

⁶⁰ RIZZONI, Ernesto (org.) Poliantéia do centenário do Pinhal 1849-1949. Espírito Santo do Pinhal, 1949.

⁶¹ O Grupo Escolar Dr. Almeida Vergueiro foi tombado através do Projeto Memória Escolar do Estado de São Paulo, do governo Montoro. A escola é componente do Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal, pela Resolução SC-35, de 16.11.1992, processo de tombamento no 26.264/88, arquivo do Condephaat.

Grupo Escolar que foi executado o primeiro banheiro dentro de residência na cidade, numa das reformas do casarão do Barão de Motta Paes, construído em 1890.



Figura 31. Grupo Escolar Dr. Almeida Vergueiro, projeto de Victor Dubugras, de 1897.
Fonte: Acervo do Museu e Biblioteca de Espírito Santo do Pinhal.

Influência italiana na arquitetura: os imigrantes construtores.

De acordo com Tamaso (1998, p. 31), a importância dos imigrantes italianos em Pinhal “vem do fato de terem participado diretamente desta nova concepção material e cultural da cidade”, contribuindo para as transformações na estrutura principalmente após o advento da República. Como afirma Bortolucci (1991, p.16) em São Carlos, além dos fazendeiros, os imigrantes foram o outro grupo social que teve “importante participação na mudança da feição urbana ao se estabelecerem com várias atividades, como alfaiates, sapateiros, açougueiros, entre outras”. Tal fato também foi observado por Homem (1996, p.56), afirmando que “foi notável a presença, em São Paulo, de comerciantes, técnicos e artesãos, alemães, ingleses,

franceses, suecos e italianos”, destacando-se, nas primeiras levas de imigrantes europeus, “[...] os construtores, os mestres-de-obras e pedreiros alemães, italianos e portugueses.”

Os imigrantes italianos participaram ativamente da vida cultural da cidade, fundando em 1889 o primeiro teatro, inicialmente chamado “Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Francisco Crispi”, depois alterado em 1895 para “Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Dante Alighieri”⁶², que possuía grande salão de baile e espaço para exposições teatrais. Funcionava em um casarão de esquina, demolido na década de 1980 para servir de estacionamento de supermercado.

A forma de ocupação do solo continuou sendo determinada pela classe dominante. As áreas preferidas da elite cafeeira, e posteriormente também dos imigrantes bem sucedidos, foram sempre as quadras da parte alta da cidade, em torno da Praça da Matriz ou próximas a ela, principalmente na rua que liga a Praça à Estação Ferroviária. Segundo Tamaso (1998, p. 29), foram poucos os italianos que conseguiram poder econômico e/ou político a ponto de se instalar nessa região. Foram incorporados à elite “por haver realizado alianças com famílias luso-brasileiras tradicionais”. Já os demais imigrantes habitavam o que Tamaso (1998) chamou de “parte baixa” da cidade, compreendida no entorno da Vila Monte Negro, à Estação Ferroviária e ao ‘chalet’ do Comendador Monte Negro. O comendador foi uma liderança forte na cidade, de caráter inovador, mesmo sem pertencer à elite. Por não se esquecer da sua origem de imigrante, manifestava sentimentos de identificação com a população menos favorecida, tratando a todos com respeito e dignidade, e também vínculos de moradia.

⁶² BARTHOLOMEI, Marly de Alencar Xavier. Espírito Santo do Pinhal – O Romance de Pinhal. São Paulo: Bellini Cultural, 2010, p. 148.

Lemos (1989, p.87) enfatiza a influência do imigrante em nossa arquitetura, principalmente a domiciliar, cuja atuação causou uma revolução no modo de construir com a introdução de novas técnicas, e também, indiretamente, alterações nos programas de necessidades.

Foram os imigrantes italianos que tiveram um papel fundamental no desenvolvimento e constituição da arquitetura local, trazendo as formas de construir do ecletismo europeu. De fato, participaram da constituição da cidade eclética republicana como um todo. Diversas edificações laicas foram construídas por eles, entre elas a “Sociedade de Mútuo Socorro Dante Alighieri” em 1889, o Éden Theatro em 1913 e o Cine Theatro Avenida em 1927. Nos diversos documentos pesquisados⁶³ encontramos o italiano Tomaz Abatte, que em 1904 era construtor em Pinhal.

Um construtor teve importância especial nas décadas de 1910 e 1920 na cidade: o imigrante italiano Giovanni C. Turbiani (bisavô da autora). Várias foram as edificações construídas por Turbiani⁶⁴, que trabalhava em parceria com outro construtor, Guerino Costa, até o início da década de 1930. Muda-se para a capital do estado e vai trabalhar no escritório de Anhaia Melo.

⁶³ Almanques, atas da Câmara Municipal, livros de impostos, jornais.

⁶⁴ Algumas das construções de autoria de Turbiani, em parceria com Costa, podem ser encontradas no **APÊNDICE 5**.



Figura 32. Casas geminadas construídas pelo imigrante italiano Giovanni Turbiani, na Praça Cardeal Leme, na década de 1920.

As melhorias na cidade.

Nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX Pinhal recebeu vários melhoramentos nos serviços e equipamentos urbanos, cujas iniciativas foram em grande parte financiadas pela “aristocracia cafeeira local”, ampliando e diversificando seus negócios. Com esses investimentos foram melhoradas significativamente as condições de higiene e conforto para a população. Podemos citar a iluminação pública, com energia elétrica, que se iniciou oficialmente em 12 de março de 1898; a inauguração do serviço de abastecimento de água (Figura 34) em 01 de janeiro de 1902; a inauguração da nova captação de água potável e serviço de esgotos (Figura 35) em 01 de janeiro de 1908, ano em que havia 6.900

habitantes na cidade e 25.000 no município ⁶⁵; pedido de linha telefônica (Figura 36) em 1908; a inauguração do Jardim Público da Praça da Independência (Figura 33) e um novo coreto em 01 de janeiro de 1909 ⁶⁶; a inauguração do novo mercado municipal em 1908 ⁶⁷.

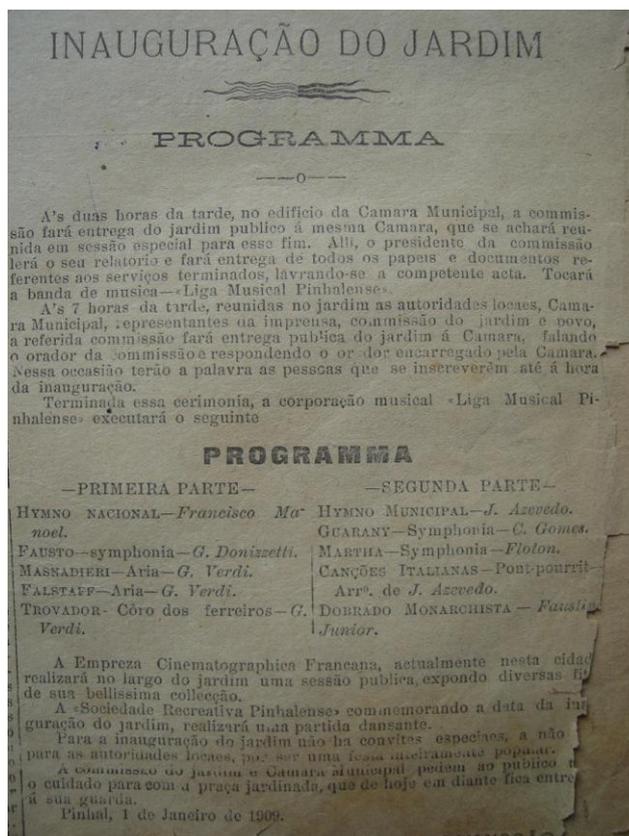


Figura 33. Notícia sobre a inauguração de jardim público, no Jornal 'O Pinhalense', de 01 de janeiro de 1909. Fonte: Acervo do Museu e Biblioteca de Espírito Santo do Pinhal.

De acordo com Rizzoni (1949) em 22 de janeiro de 1912 foi dada concessão, pela Câmara Municipal, aos senhores Dr. Alfredo Eugênio Vieira de Almeida, Artur de Almeida Vergueiro e Carlos Duarte Cruz, para a construção vários ramais de linhas férreas movidas a eletricidade, ligando vários pontos do município. O mesmo

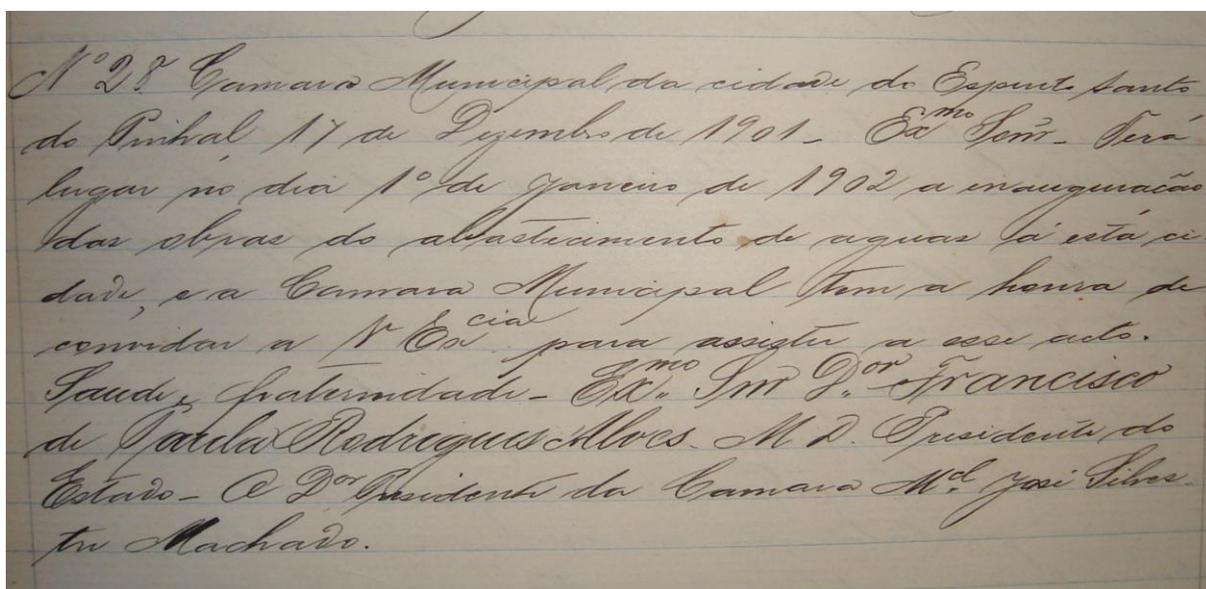
⁶⁵ Vemos em **GOMES** (1918, p. 24) que em 1911 a população do município era de 33.316 habitantes, e de 8.316 habitantes a da cidade.

⁶⁶ **RIZZONI**, Ernesto (org.) Poliantéia do centenário do Pinhal 1849-1949. Espírito Santo do Pinhal, 1949.

⁶⁷ **CALDEIRA**, João Netto. Álbum de Espírito Santo do Pinhal. São Paulo: Organização Cruzeiro do Sul, 1936, p.76.

autor relata que em 30 de maio de 1914 aconteceu a inauguração das instalações da Usina do Salto, para expansão da iluminação elétrica da cidade.

Em 17 de abril de 1902 foi contratado o engenheiro João Duarte Júnior, pela Câmara Municipal, para a execução dos serviços de canalização de água, de acordo com Ata da Câmara Municipal de Pinhal. Mas, segundo Bartholomei (2010, p. 61), o problema do abastecimento de água foi sanado na parte central da cidade em 1902 por iniciativa de uma sociedade particular entre Lúcio Motta Paes e seu filho Cel. Motta Sobrinho, que entraram com capital para o material necessário às obras, e o construtor Ângelo Domingues, que entrou com a mão-de-obra. Durante a Primeira Guerra Mundial – 1914-1918, o serviço de abastecimento foi doado à Prefeitura Municipal de Pinhal.



N.º 2.ª Câmara Municipal, da cidade de Espírito Santo do Pinhal, 17 de Junho de 1901. Ex.º Sr. Sr. Terá lugar no dia 1.º de Janeiro de 1902, a inauguração das obras do abastecimento de águas da esta cidade, e a Câmara Municipal tem a honra de convidar a Sr.ª Cia. para assistir a esse acto. Saudes e fraternidade. Ex.º Sr. D.º Francisco de Paula Rodrigues Alves. M.º D. Presidente do Estado - O D.º Presidente da Câmara M.º José Tibério Machado.

Figura 34. Convite endereçado ao então Presidente do Estado, Rodrigues Alves, para a inauguração do serviço de abastecimento de água em 1902. Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal.

N.º 33 Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal, em 24 de Agosto de 1908 Ex. Sr.º
Estando esta Câmara executando o serviço da rede de esgotos, para o saneamento desta cidade, o serviço esse contractado com os Srs.ºs Mendes Gonçalves, Antonio Passos e Rogério Cesar rectos. Julgou substituir a Câmara, se não se de seu

Figura 35. Parte de relatório sobre a execução da rede de esgotos em 1908. Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal.

N.º 42 Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal, em 23 de Setembro de 1908 Cidadão
Respondendo ao vosso officio de 19 do corrente, p^{me} informar vos que a "Companhia Luz Eléctrica e Telephônica Pinhalense", com sede neste município, por concessão da Câmara manterá uma rede telephônica dentro deste município

Figura 36. Parte de relatório sobre a instalação de rede telefônica em Pinhal em 1908. Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal.

Ultima hora
TELEPHONE
Foi hontem ligada a linha telephonica Itaipirenses com a desta cidade e a rede Bragantina.
Hontem, ás dez horas da noite, falamos com o sr. Candido da Silveira que se achava em Amparo.
Parabens á nossa população.

Figura 37. Notícia sobre ligação da linha telefônica, em foto do Jornal 'O Pinhalense', de 1909. Fonte: Acervo do Museu e Biblioteca de Espírito Santo do Pinhal.

CALÇAMENTO
O sr. capm. Prefeito Municipal já mandou fazer o orçamento para a construção da calçada que deve rodeiar a nossa igreja matriz, afim de iniciar as respectivas obras.
Com esse serviço tão necessario á nossa bella matriz, muito lucrará o embelezamento da nossa cidade, a par da commodidade do publico.

Figura 38. Anúncio do Prefeito sobre o calçamento da Praça da Matriz, no Jornal 'O Pinhalense', de 16 de março de 1909. Fonte: Acervo do Museu e Biblioteca de Espírito Santo do Pinhal.

Além dessas melhorias urbanas, em 1918 existia o Trolão Pinhal – Andradas, uma linha de veículos puxada por 4 mulas que fazia o percurso de Pinhal a então Caracol, hoje Andradas, em Minas Gerais. O percurso era feito em três horas e meia, e começou a funcionar em 1916, quando a estrada que ligava essas cidades era de chão batido, intransitável nos períodos de chuva. Também em 1918 os irmãos Augusto e João Antunes levaram à cidade de Pinhal os primeiros automóveis. Também nesse ano o Cel. Armando vergueiro comprou um Ford, “[...] que chegou pelo trem da Mogiana, e foi recebido na estação por 200 pessoas que lá estiveram para vê-lo de perto”⁷⁸.

Apesar desses melhoramentos, as ruas da cidade ainda eram de terra. Somente na década de 1920, segundo Bartholomei (2010, p.146), é que o calçamento começou a ser realizado, na gestão do prefeito Motta Sobrinho (1920-1924). A autora transcreve uma entrevista de Ângelo Domingues, onde este relata que o prefeito “[...] viajava muito para a Europa e ficava impressionado ao ver as cidades européias com suas ruas de paralelepípedo”. A partir disso, Motta Sobrinho contratou os serviços de Ângelo Domingues, construtor e avô do entrevistado, para que ele “providenciasse igual calçamento”, e as pedras foram doadas pelo prefeito, sem ônus para a prefeitura. A primeira rua calçada foi a atual José Bonifácio, conhecida na cidade como Rua Direita, possivelmente por ser a principal rua comercial da cidade. Notamos aqui que a força econômica dos comerciantes foi fundamental para que essa rua recebesse o calçamento em primeiro lugar. Em seguida receberam calçamento as ruas do entorno da Praça da Matriz, e a partir da área central, também as demais ruas.

⁷⁸ SALVETTI, Amantino O. Pinhal no Passado. Espírito Santo do Pinhal: Gráfica Pinhal, 1994, p.21.

De acordo com Gomes (1918, p.25-26), o aspecto geral da cidade em 1918 conta com

[...] ruas largas, rectas, abahuladas, com passeios cimentados. O desenvolvimento da cidade é surpreendente, só igualado por poucas cidades do Estado. Conta 1500 casas, quasi todas de estylo moderno, algumas luxuosas [...]. Possui muitos edifícios públicos, entre os quaes sobresahe, pela sua fachada, o edificio do Grupo escolar. Ainda possui a cadêa e fórum, a Igreja Matriz [...]. A cidade é bem illuminada a electricidade, por uma empreza particular. Possui boa rede de esgotos e água canalizada, arrendadas, também, por empreza particular. É descortinada há muitos kilometros na estrada de ferro; os que chegam experimentam agradável impressão ao avistar o casario estender-se pelas colinas e baixadas, sobresahe, aqui e alli as torres, torreões e cúpulas das igrejas e edificios de exquisitas architecturas.

É interessante notar que o autor caracteriza a arquitetura como esquisita, provavelmente por ainda haver relutância por parte da população na adoção de novos estilos. Percebemos que as camadas populares reagiram com desconfiança quando houve a introdução da luz elétrica na cidade (conforme visto da página 65), tendo dificuldades em aceitar a novidade. Esses fatos indicam uma população ainda “despreparada” culturalmente para a assimilação das novidades introduzidas pela classe mais abastada, que tinha contato com São Paulo, a Corte e a Europa e entendiam e aceitavam o progresso.



Figura 39. Rua José Bonifácio, continuação da Praça da Independência, em 1903.
Fonte: 'Álbum do Pinhal', 1903.

Notamos claramente o fato de que a maioria das edificações no início do século XX se encontrava ainda dentro das soluções do partido colonial, edificadas no alinhamento, com beirais e os telhados de duas águas paralelos ao alinhamento dos lotes, tendo apenas as construções da classe abastada já começado a incorporar os princípios do ecletismo, algumas com recuos e jardins laterais.



Figura 40. Praça da Independência, na década de 1920, vendo-se à esquerda o Casarão Almeida Vergueiro. Fonte: Torres (2006).

Gomes (1918) também nos fornece indicações sobre os profissionais da época. Em 1918 eram engenheiros os senhores Dr. Amador Joly e Dr. Henrique Jorge Guedes, e os empreiteiros eram Alfredo da Silva Barreto, Antonio Arbelli, José Pereira da Silva, Eugenio Budini, José Tousini, Eugenio Zanuzzi, Sebastião Pires, Guerino Costa e Giovanni Turbiani, Joaquim da Silva Topa, Andrade & Guimarães, Neves & Gonçalves, entre outros. Acreditamos que esses profissionais foram os responsáveis pelas edificações das primeiras décadas do século XX, apesar de que não conseguimos obter a confirmação de sua atuação nos casarões pesquisados, uma vez que poucas famílias souberam dizer os nomes dos seus construtores. Além disso, a obtenção de informações a esse respeito foi bastante dificultada pelo fato de

não haver mais as plantas originais devido à queima dos arquivos em administrações da Prefeitura Municipal de Pinhal nas décadas de 1960 e 1970.



Figura 41. O edifício que serviu de Cadeia Pública e hoje abriga a Prefeitura Municipal, em foto do Jornal 'A Republica', de 21 de maio de 1905.

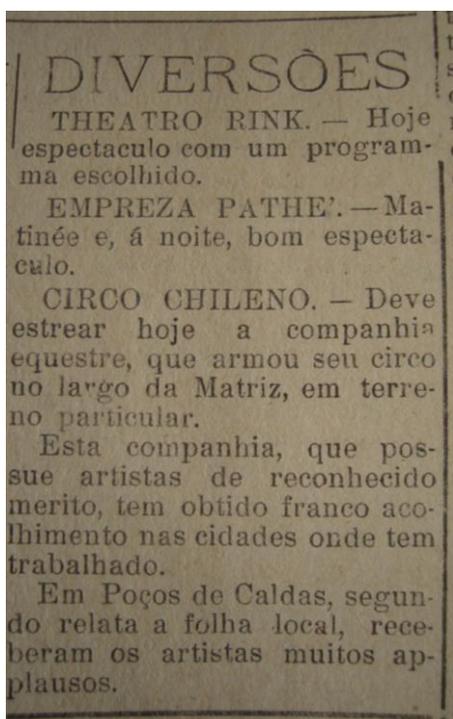
Fonte: Acervo do Museu e Biblioteca de Espírito Santo do Pinhal.



Figuras 42 e 43. O edifício que serviu de Cadeia Pública e hoje abriga a Prefeitura Municipal, e o edifício da atual Delegacia e Cadeia Pública, tombado pelo CONDEPHAAT, respectivamente.

Vivendo a cidade: a emergência cultural. Novos locais de convívio.

Os melhoramentos urbanos introduzidos em Pinhal no final do século XIX e primeiras décadas do século XX permitiram o surgimento de novos pontos de encontro e atividades de lazer para a população e também para a “aristocracia cafeeira”. Nesse momento surgiram teatros, cinemas, clubes, bandas de música, padarias e confeitarias da moda. Vários eram os espetáculos de circo que se apresentavam na cidade e as reuniões sociais aconteciam também nos clubes, além das residências.



Figuras 44 e 45. Anúncios de festas, circo e teatro, no Jornal 'O Pinhalense', de 05 de março de 1910. Fonte: Acervo do Museu e Biblioteca de Espírito Santo do Pinhal.

Segundo Rizzoni (1949), em 11 de setembro de 1909 foi inaugurado o Teatro Rink Pinhalense, e em 07 de setembro de 1910, o Teatro Recreio Pinhalense, com a Companhia de Operetas Clara Dela Guardiã⁷⁹ de propriedade do Capitão Manoel Joaquim Gonçalves, mais tarde Pavilhão Santa Clara e demolido na década de

⁷⁹ BARTHOLOMEI, Marly de Alencar Xavier. Espírito Santo do Pinhal – O Romance de Pinhal. São Paulo: Bellini Cultural, 2010, p. 161.

1990. Nessa época os filmes eram primeiramente exibidos durante o dia e sonorizados por uma orquestra local. “[...] Eram uma novidade de tal ordem, que provocavam furor na população com filas intermináveis, e sessões varias vezes repetidas a pedido da assistência”⁸⁰. De acordo com Bartholomei (2010, p. 148), o Pavilhão Santa Clara, primeiro cinematógrafo de Pinhal, de propriedade de Manoel Joaquim Gonçalves, inovou ao realizar exibições de filmes ao ar livre, na Praça da Matriz, aonde o número de pessoas chegou a 3 mil. Novamente vemos a cidade usada como espaço de sociabilidade, de integração, de convívio pelas classes populares e os imigrantes. A classe mais abastada, ainda mantinha também a zona de estar de suas residências como espaço para convívio, oferecendo bailes e saraus.

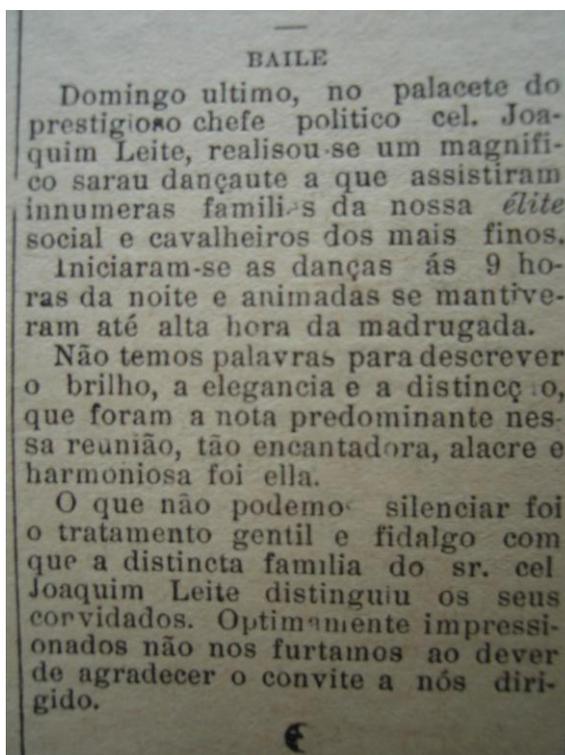


Figura 46. Notícia de baile em residência, no Jornal 'O Pinhalense', de 17 de setembro de 1909. Fonte: Acervo do Museu e Biblioteca de Espírito Santo do Pinhal.

⁸⁰ SALVETTI, Amantino O. Pinhal no Passado. Espírito Santo do Pinhal: Gráfica Pinhal, 1994, p.10.

O Teatro Rink Pinhalense foi um grande salão de patinação para onde se dirigiam os jovens da época, e mesmo tendo sido um sucesso com essa função, passou também a exibir filmes depois das sessões de patinação. Posteriormente, o teatro foi vendido (1913), e aí passou a funcionar um cinema, o Teatro Éden, de propriedade do Sr. Pedro Monici, de cuja inauguração participou a Companhia Teatral de Operetas La Oz, de São Paulo⁸¹. Como cinema funcionou até a década de 1990, tendo ficado abandonado por certo tempo e adquirido novos usos posteriormente. Foi demolido em outubro 2010.



Figura 47. Banquete no Club Pinhalense, em 08 de dezembro de 1911.
Fonte: Acervo do Museu e Biblioteca de Espírito Santo do Pinhal.

⁸¹ RIZZONI, Ernesto (org.) Poliantéia do centenário do Pinhal 1849-1949. Espírito Santo do Pinhal, 1949.

Além desses empreendimentos, houve também, de acordo com Rizzoni (1949) a inauguração da Banda Ítalo-Brasileira em 11 de janeiro de 1913; a fundação do Róseo Clube Pinhalense em 16 de junho de 1914; a fundação do Centro Recreativo 13 de Maio em 01 de novembro de 1914; e a fundação do Circolo Italiano em 1916⁸². O desenvolvimento da cidade possibilitou, inclusive, a abertura de inúmeras casas bancárias, como Vilas Boas, Leite e Ferreira, Bizzacchi S/A, e a instalação do Banco Comercial do Estado de São Paulo⁸³.

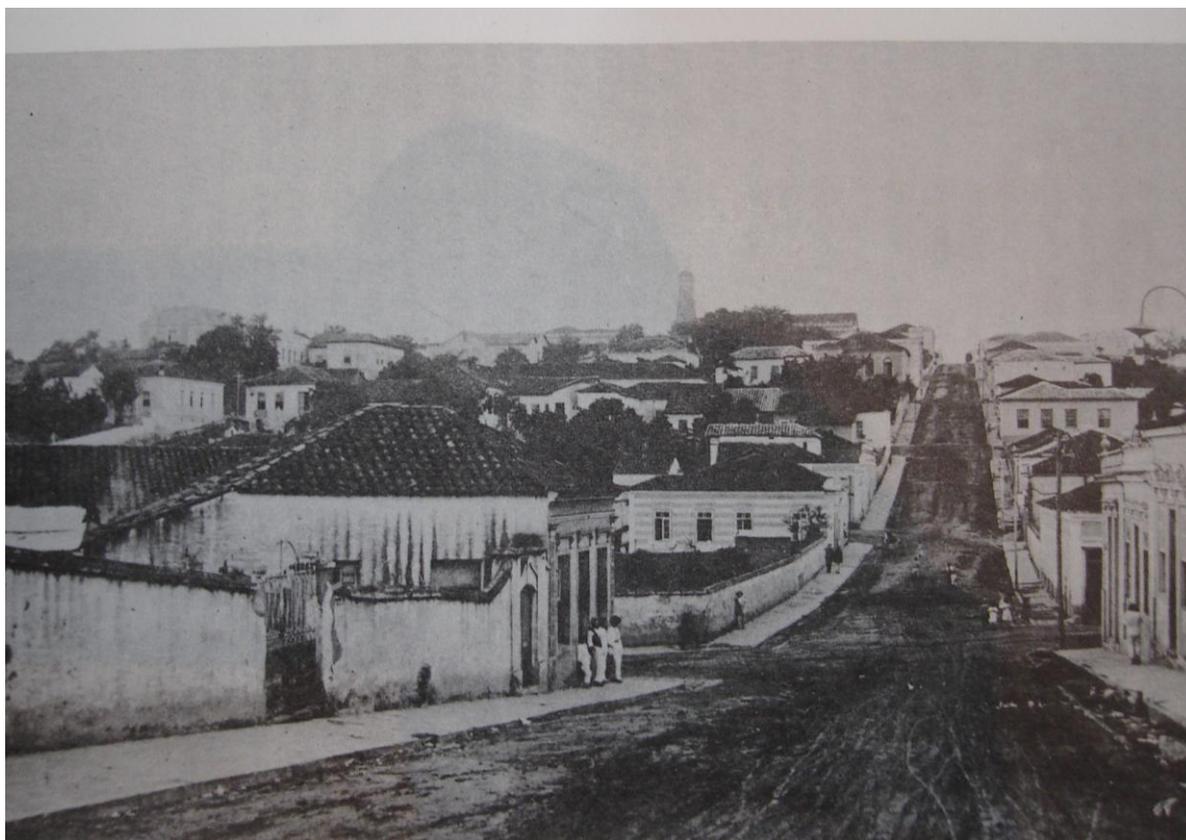


Figura 48. Rua Jorge Tibiriçá, em junho de 1916, vendo-se a torre da Igreja Matriz ao fundo.
Fonte: Martins (1986).

⁸² CALDEIRA, João Netto. Álbum de Espírito Santo do Pinhal. São Paulo: Organização Cruzeiro do Sul, 1936, p.69.

⁸³ SALVETTI, Amantino O. Pinhal no Passado. Espírito Santo do Pinhal: Gráfica Pinhal, 1994, p.32.

Banco Commerciale
Italo-Brasiliario

CASA MATRIZ-SÃO PAULO
Filiaes: Rio de Janeiro, Santos, Ribeirão Preto, Botucatu, Esp. Santo do Pinhal e S. Carlos

Sociedade anonyma

Capital realizado 5.000.000.000
Fundo de Reserva 1.200.000.000

Contas correntes, Recebimento, Descontos adiantamento e Cobranças.
Recebe deposito com juro a prazo e com aviso

1 Meses 4 .i.
2 " 5 .i.
3 " 6 .i.
Ao anno) Hora do expediente: das 8 às 4 da tarde nos dias uteis; nos feriados, das 8 às 12.

Vendem-se valores e passagens para qualquer parte da Europa e Republica Argentina.

LARGO DA MATRIZ, 33
ESP. S. DO PINHAL

Figura 49. Anúncio de Banco, no Jornal 'O Pinhalense', de 1910.
Fonte: Acervo do Museu e Biblioteca de Espírito Santo do Pinhal.

THEATRO «D ALIGHIERI»
Estreou hontem nesta casa de espectaculos, o afamado prestidigitador Vigilante, que já tivemos occasião de applaudir no «Theatro Rink» ha poucos dias quando alli trabalhou.
O illusionista Vigilante, dá hoje um espectaculo variado executando um programma escolhido.

COMPANHIA DRAMATICA
Está trabalhando em Nova Louzã, a companhia dirigida pelos artistas Teixeira e Prado.
Hontem devia ter aquella compangia realizado o seu 3.º espectaculo, estando annunciando para hoje o 4.º e ultimo naquella localidade.

Figura 50. Anúncio de apresentação de espetáculos, no Jornal 'O Pinhalense', de 1910. Fonte: Acervo do Museu e Biblioteca de Espírito Santo do Pinhal.

O PINHALENSE

TRIANON
Bar Chic e Confeitaria
- DE -
N. Cavalheiro & Companhia

« Casa de primeira ordem, elegante e confortavel »
Grande e bem installada seccão de Seccos e Moihados finos

Empadas, pastais, sandwiche, doces superiores, chá, café e chocolate diariamente. Atende com promptidão as encomendas, fazendo entrega das mercadorias a domicilio. Incumbido do serviço de banquetes. Encargado do fornecimento de doces para bailes, casamentos e baptizados.

Ninguém faça compras sem indagar primeiro os preços do TRIANON.

Largo da Matriz, n. 20. - E. S. do Pinhal.

Figura 51. Anúncio da Confeitaria Trianon, no Jornal 'O Pinhalense', de 15 de outubro de 1917. Fonte: Acervo do Museu e Biblioteca de Espírito Santo do Pinhal.

DIVERSÕES

EDEN-THEATRO
Hoje, haverá espectaculo neste elegante theatro, ponto de reunião das familias pinhalenses.
Um escolhido programma será posto em execução.

RADIUM
Os salões do *Radium* estarão abertos hoje, como é de costume, afim de proporcionar ao nosso publico excellentes espectaculo cinematographico.
Será exhibido hoje o bello film—«Princeza Alexia,» sensacional drama.

CIRCO QUEIROLO
Ainda devido ao mau tempo, não foi possivel estrear hontem, o grande circo dos afamados Irmãos Queirolo, cuja estréa dar-se-há hoje, caso o tempo permita.

Figura 52. Anúncio de espetáculos, no Jornal 'O Pinhalense', de 06 de abril de 1918. Fonte: Acervo do Museu e Biblioteca de Espírito Santo do Pinhal.



Figura 53. Anúncio de padaria, no Jornal 'A Notícia', de 22 de janeiro de 1920. Fonte: Acervo do Museu e Biblioteca de Espírito Santo do Pinhal.



Figura 54. Anúncio de abertura de cinema, no Jornal 'O Pinhalense', de 06 de abril de 1918. Fonte: Acervo do Museu e Biblioteca de Espírito Santo do Pinhal.



Figura 55. Anúncio de abertura de agencia de automóveis em Pinhal, no Jornal 'A Notícia', de 05 de abril de 1925. Fonte: Acervo do Museu e Biblioteca de Espírito Santo do Pinhal



Figura 56. Anúncio de circo, no Jornal 'O Pinhalense', de 06 de abril de 1918. Fonte: Acervo do Museu e Biblioteca de Espírito Santo do Pinhal.

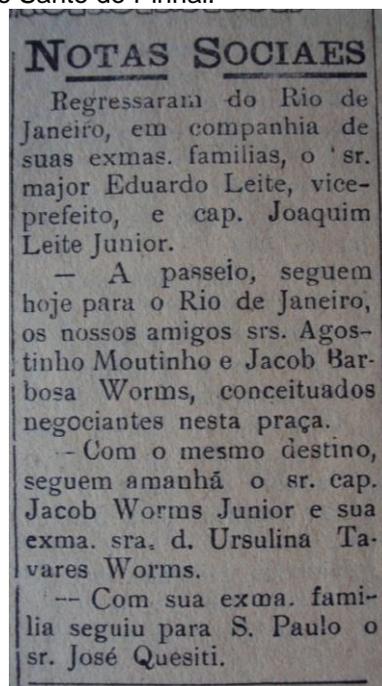


Figura 57. Notícia de viagens dos fazendeiros e suas famílias, no Jornal 'A Notícia', de 20 de maio de 1923. Fonte: Acervo do Museu e Biblioteca de Espírito Santo do Pinhal.



Figura 58. Avenida Oliveira Motta, 2006.

Na década de 1920, a cidade se expandia com a abertura da Avenida Oliveira Motta, onde se localizaria o Cine Theatro Avenida, inaugurado em dezembro de 1927 e que se tornaria importante espaço de sociabilidade. Essa avenida tornou-se um novo eixo da malha urbana, ligando extremos urbanos fora do eixo centro – estação ferroviária. É uma avenida larga, com canteiro central, ao contrário das ruas existentes, preparada para os veículos que circulavam na cidade. Nessa avenida foram construídos casarões, atualmente já demolidos, sendo remanescente apenas o Casarão dos Moutinho. Na figura 58 vemos a Avenida em 2006, com o Theatro Avenida à esquerda, ainda antes da restauração. Foi reinaugurado em 11 de dezembro de 2009 ⁸⁴.

⁸⁴ O projeto de restauração foi selecionado pela AATA - Associação Amigos do Theatro Avenida, e o projeto técnico foi de Jerônimo Cruz. Matéria exibida no site da EPTV.com, em 11/12/2009. Disponível em: http://eptv.globo.com/busca/busca_interna.aspx?280175. Acesso em: 02 fev. 2010.



Figura 59. Anúncio do Theatro Avenida, no Jornal 'Ba-Ta-Clan', de 06 de janeiro de 1929. Fonte: Acervo do Museu e Biblioteca de Espírito Santo do Pinhal.



Figura 60. Cine Theatro Avenida após restauração, na Avenida Oliveira Mota, em 2010.

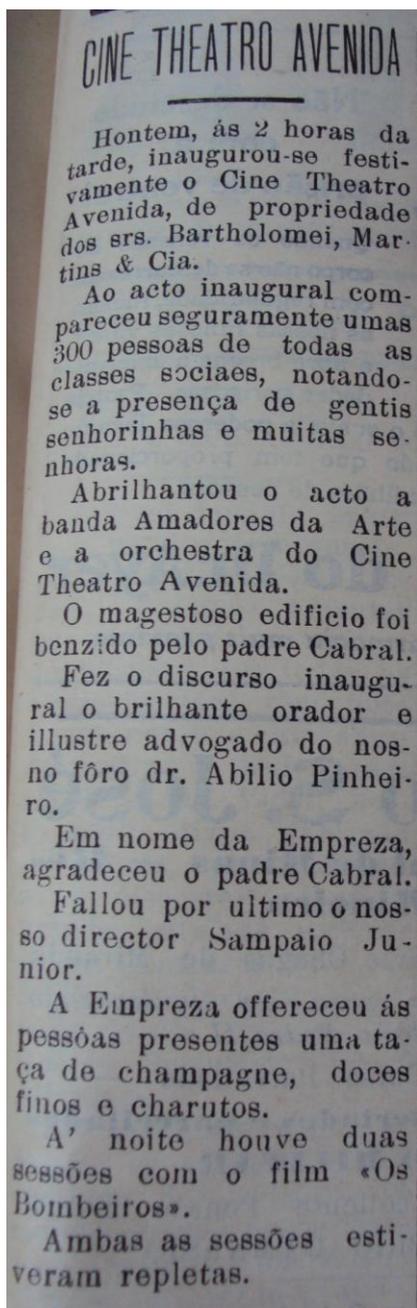


Figura 61. Notícia sobre a inauguração do Theatro Avenida, no Jornal 'A Notícia', de 22 de dezembro de 1927.



Figura 62. Inauguração do Theatro Avenida, em dezembro de 1927. Fonte: Torres (2006).



Figura 63. Detalhe do frontão do Theatro Avenida, 2010.



Figura 64. Foto de vista aérea da cidade, de 2005.
Fonte: Revista Poliantéia.



Figura 65. Vista parcial da cidade, 2008.



Figura 66. Vista parcial da cidade, vendo-se o edifício da antiga Estação Ferroviária.



Figura 67. Vista da Avenida Oliveira Motta, com o Casarão dos Moutinho à esquerda.

Foi a quando a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque que provocou a ruptura, ocasionando o início de um período de estagnação na cidade de Pinhal.

Nesse capítulo percebemos que a cidade de Pinhal, a partir da introdução da cultura cafeeira em meados do século XIX, conseguiu seu desenvolvimento. E alcançou as primeiras décadas do século XX adotando uma nova arquitetura, que começava a se distanciar dos antigos partidos tradicionais de implantação e com uma nova intenção plástica. Um ecletismo trazido pela mesma ferrovia que também trazia novos materiais de construção e novas ideias. Ao estudarmos a cidade e seus usos, notamos que esta também foi usada como espaço de sociabilidade pelos ricos, uma vez que estes possibilitaram as melhorias urbanas através do dinheiro obtido com o café, ao mesmo tempo em que usavam a zona de estar de suas residências como espaço de representação, utilizando a arquitetura como manifestação de poder. Essa constatação fica ainda mais evidente quando vemos a riqueza na ornamentação e no mobiliário nessas áreas de estar, o que pode ser encontrado nas fichas de levantamento (APÊNDICE 5), além de ser uma questão de conforto.

Além disso, notamos ainda que a classe dominante de Pinhal se aproveitou das suas viagens e de seu conhecimento dos centros mais desenvolvidos, realizando uma arquitetura dentro do seu tempo, ainda que algumas soluções tenham sido apreendidas tardiamente, para mostrar sua conexão com as novidades em voga.

2. Capítulo 2 – Implantação tradicional: casarões no alinhamento.

Este capítulo apresenta um panorama geral sobre o conceito de morar europeu e sua apropriação no contexto da pesquisa, e posteriormente estuda as localizações dos casarões, seu histórico, as implantações nos lotes e os estilos adotados nas construções, analisando os partidos adotados e a predominância de certas tipologias, dos casarões edificadas ainda no alinhamento.

Várias foram as transformações ocorridas, ao longo do tempo, na habitação, e uma das mais significativas foi a privacidade. A partir do século XVII diversos acontecimentos possibilitaram a valorização dessa característica: a invenção da imprensa em 1454, que permitiu ampla circulação de conhecimento a partir da reprodução em maior escala dos livros, antes restritos aos mosteiros e ao controle da Igreja Católica; o descobrimento da América pelos portugueses, cuja expansão territorial e cultural contribuiu para uma ampliação nos horizontes intelectuais; e ainda a Reforma e a Contra-Reforma questionando a base da cultura mística e os dogmas da Igreja medieval. Novas visões de mundo estavam sendo colocadas, novos conceitos estavam em construção, como o da utilidade, onde algo que tem função ocupa um lugar no todo e contribui para sua formação.

Nesse período, o papel das habitações ainda era o de abrigar rituais como uma participação em um jogo social, ignorando o conceito de conforto. A casa era um espaço público, e os momentos da família eram compartilhados com pessoas externas à família, como já observou Homem (1996, p.25):

[...]nas cortes ou palácios da aristocracia européia, desconhecia-se a privacidade. Nobres e criados entravam e saíam a qualquer hora. [...] Possuíam livre acesso aos dormitórios, onde eram recebidos por pessoas deitadas ou recostadas em seus leitos. O parto e a morte eram públicos.

No século XVIII, o enriquecimento dos burgueses através do comércio faz crescer o desejo de interferência nas questões do Estado, pois afinal são eles que possuem o dinheiro que financia o rei. Nasce, a partir disso, uma consciência cidadã que culmina com a Revolução Francesa, no final do século. Ao lado da Revolução Industrial, em meados do século XIX, que modifica a ordem econômica e política baseada no capitalismo, possibilita uma Revolução Cultural capaz de influenciar e modificar hábitos, idéias, pensamentos, modos de viver e habitar em várias partes do mundo, inclusive – ou principalmente – na sociedade burguesa parisiense.

No século XIX se consolidam o domínio do privado sobre o público, às noções de intimidade, privacidade, conforto e salubridade sendo atribuídas à habitação; é quando, como observa Perrot (1992, p.307), “[...] as classes dominantes, que têm ojeriza à plebe bronca e suja, acomodam-se nos locais públicos, e especialmente nos transportes coletivos, em nichos protetores”.

A casa da burguesia francesa busca soluções arquitetônicas onde cada aposento apresenta uma função específica e autônoma, separada dos criados. É uma casa com muitos significados, é o “domínio privado por excelência”, “é um elemento de fixação”, é também um “assunto da família, o lugar de sua existência, seu ponto de encontro”, e ainda é, “propriedade, objeto de investimento e estabelecimento”, como disse Perrot (1992, p.308-309). A casa burguesa está em correspondência com os rituais burgueses de representação, tendo elegido a sala de estar como a parte mais bem cuidada da residência, e na sala de jantar, onde, de

acordo com Guerrand (1992, p.332), exibem-se aos convidados seus valiosos pertences e se tratam de negócios à mesa.

Analisando a esfera pública burguesa, Habermas (1984, p.43) observa

[...] o fato de que são pessoas privadas que nela se relacionam entre si como público. A compreensão que o tirocínio público tem de si mesmo é dirigido especificamente por tais experiências privadas que se originam na subjetividade, em relação ao público, na esfera íntima da pequena família. Esta é o local em que historicamente se origina a privacidade, no sentido moderno de uma interioridade livre e satisfeita.

Nesse processo de privatização do espaço da família, os locais que antes acumulavam funções se especificam. A casa passa a se tornar mais espaçosa para o indivíduo, com o aumento no número de quartos privados, decorados à maneira de quem o habita. Nesse contexto o “salão” serve à sociedade como uma sala de recepção para noitadas onde os convidados se reúnem. Segundo Habermas (1984, p. 62), “a linha entre a esfera privada e a esfera pública passa pelo meio da casa”, e Homem (1996, p.27) completa, dizendo que essa linha passa mais precisamente pela sala de estar, sendo esse espaço o mais bem cuidado da casa tanto em termos decorativos quanto arquitetônicos. A autora continua afirmando que a zona de estar da casa burguesa “era o local onde se exibiam a riqueza, a opulência e a educação da família e dos convivas”¹. Nesse sentido concorda Guerrand (1992, p.332), quando diz que o estar burguês “compreende obrigatoriamente um espaço público de representação”, e completa dizendo que há ainda “um espaço privado para a intimidade familiar e espaços de rejeição”. Benjamim (1983, p.141) interpreta esse interior como sendo o “estojo da vida privada”, local de contraponto ao local de

¹ **HOMEM**, Maria Cecília Naclério. O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 27.

trabalho, onde “não lhe ocorre a idéia de ampliar sua reflexão de homem de negócios ao nível social”.

Assim a casa se inova ao introduzir o vestíbulo como espaço de distribuição, eliminando as passagens diretamente entre os cômodos e privilegiando a dimensão privada da vida doméstica. Ainda procurando resguardar a privacidade, a casa recuou do alinhamento da rua a fim de se afastar dos olhares indiscretos, e com a utilização de porões elevou-se acima do nível da calçada, um recurso inclusive utilizado para resolver os problemas de umidade. Correia (2004, p.65) diz que o interior burguês se revela “como espaço de consumo, incorporando em profusão os produtos que a indústria lança em grandes quantidades no mercado”, o que deveria sugerir principalmente o poder econômico do proprietário, além de seu gosto.

A cozinha e o banheiro, localizados nos fundos da habitação ou nos porões, na segunda metade do século XIX, passaram a contar com abastecimento de água e esgoto, favorecendo a adoção de princípios de uma nova noção de salubridade e conforto.

A arquitetura brasileira, nascida basicamente de um hibridismo de influências de portugueses e índios ², tem o século XIX como período de novas contribuições. Com a vinda da Família Real portuguesa no início do século XIX, chegou também a Missão Artística Francesa em 1816, chefiada por Lebreton, sendo integrante o renomado arquiteto europeu Grandjean de Montigny³, que introduziu o que Benincasa (2003) chamou de “o primeiro estilo internacional” da história da arquitetura brasileira, o Neoclássico. A Imperial Academia de Belas-Artes, instalada no Rio de Janeiro, tem inaugurados seus primeiros cursos em 1826, sendo a

² **BENINCASA**, Vladimir. Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830-1930. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2003, p. 103.

³ **REIS FILHO**, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997, p. 116.

arquitetura por eles elaborada caracterizada pela simplicidade das formas e clareza construtiva.

De acordo com Koch (2004, p. 59), “[...] numa concepção mais estrita, ‘Neoclassicismo’ denota o estilo artístico próprio da Europa entre 1770 e 1830, influenciado pela Antiguidade grega”, cujo aspecto exterior

[...] é caracterizado pela parede frontal do templo grego com tímpano triangular, ou pela elevação com colunas (pórtico). Meias-colunas, pilastras e cornijas conferem harmonia ao edifício, enquanto mútulos, pérolas, contas, palmetas e os ornamentos sinuosos da Grécia clássica funcionam como decoração ao lado de guirlandas, urnas e rosáceas.

No Brasil, o fato de o período de predominância do ser simultâneo ao início do ciclo do café no vale do Paraíba fez com que os fazendeiros concebessem suas habitações dentro dos padrões vigentes na Corte, uma vez que estavam enriquecendo e queriam afirmar sua participação no poder e na nobreza do país; dessa forma, divulgavam o estilo neoclássico, assumido como oficial pelo Império.

No entanto, por conta da falta de mão-de-obra especializada, das técnicas construtivas ainda rudimentares e da carência de matéria-prima nobre, a apropriação do estilo neoclássico pelas várias camadas da população não seguia as leis vitruvianas da Academia de Belas-Artes do Rio de Janeiro, o que, segundo Benincasa (2003, p. 107), significa que essa produção arquitetônica não pode ser classificada como neoclássica. Tais edificações apresentavam características clássicas, que ficavam restritas aos acabamentos das fachadas, geralmente de importância secundária, como pilastras e capitéis encimados por cornijas e estátuas, principalmente nos cunhais; vergas em arco pleno com bandeiras de vidro colorido ou vergas retas arrematadas por cimalkhas salientes ou pequenos tímpanos. O autor afirma, e concordamos com ele, que, para as residências do interior do país,

a grande contribuição do neoclassicismo foi com relação à composição das fachadas.

Lemos (1987, p. 72), referindo-se à cidade de São Paulo, afirma que esta permaneceu à margem do progresso material até a metade do século XIX, praticamente não tendo conhecido o neoclássico introduzido pela Missão Francesa, vindo a se desenvolver e assumido a liderança como centro político e econômico somente após a substituição da cana pelo café e com a instalação da estrada de ferro pelos ingleses em 1867. De acordo com Benincasa (2003, p. 112),

Até a década de 1870 a arquitetura da Província de São Paulo, isolada em sua pobreza, pouco havia se modificado desde as inovações introduzidas pelo período pombalino; mesmo o Neoclássico pouco a havia influenciado. A falta de dinheiro impedia qualquer inovação em grande escala.

Chegavam pelos trilhos da recente estrada de ferro milhares de produtos industrializados; definia-se o comércio, surgiam grandes empreendimentos imobiliários, instalavam-se indústrias e crescia a população. A velha cidade edificada de taipa foi derrubada e reconstruída em tijolos, pretendendo uma modernidade que buscava antes de tudo “banir todas as marcas do provincianismo roceiro”⁴, introduzindo o ecletismo, o estilo do período cafeeiro, que significou a adoção de uma nova linguagem arquitetônica e, além disso, um novo modo de construir a partir de novas técnicas construtivas e novos programas.

Marins (2004, p.146) afirma que o Ecletismo foi um “[...] estilo arquitetônico multifacetado que se inspirava na recuperação das linguagens construtivas do passado europeu como o Românico, o Gótico, o Renascimento e o Maneirismo, estava em voga na Europa ao longo do século XIX”, que Lemos (in FABRIS, 1987, p.73) classificou como “sinônimo de progresso e linguagem do poder econômico”.

⁴ LEMOS, Carlos A.C. in: FABRIS, Annateresa. Ecletismo na arquitetura brasileira. São Paulo: Nobel/Edusp, c1987, p. 74.

De acordo com Patetta (1987, p. 13), o Ecletismo “[...] era a cultura arquitetônica própria de uma classe burguesa que dava primazia ao conforto, amava o progresso (especialmente quando melhorava suas condições de vida), amava as novidades, mas rebaixava a produção artística e arquitetônica ao nível da moda e do gosto”.

Tal estilo correspondia a uma postura pela qual os arquitetos poderiam recorrer a uma variedade de estilos, linguagens compositivas e decorativas codificadas, baseadas na arquitetura original de diferentes países ou períodos históricos, mudando a expressão colonial da casa brasileira, dando-lhe um caráter europeu. Mesmo com a modernização dos sistemas construtivos, tipológicos, de instalações e dos arcabouços de ferro, aço ou concreto, prédios de escritórios ou estações ferroviárias continuavam sendo revestidos com roupagens historicistas.

No bojo destas transformações, a moradia urbana foi submetida a profundas alterações, apresentando variações qualitativas e contribuindo para a distinção das classes sociais. Nesse sentido, a casa urbana do fazendeiro de café foi expressão do poder e prestígio.

E a cidade feita de construções simples, térreas e quase sempre no alinhamento, ocupadas em sua maioria por religiosos, funcionários e toda sorte de gente envolvida com os negócios urbanos, passou a acolher também as elegantes e luxuosas mansões dos barões do café, onde quase todo material importado utilizado e a mão-de-obra imigrante refletiam um novo modo de construir⁵.

A classe burguesa contribuiu diretamente no avanço das técnicas construtivas durante o século XIX ao solicitar a melhoria das instalações sanitárias, o aumento e especificação dos cômodos da residência, maior conforto e funcionalidade dos

⁵ BORTOLUCCI, M. Ângela P. de Castro e Silva. Moradias urbanas construídas em São Carlos no período cafeeiro. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991, p.26.

ambientes ⁶. No entanto, talvez a maior de todas as solicitações foi a de que as edificações deveriam vir embaladas por expressões formais coerentes com seu poder financeiro.

Bortolucci (1991, p.67), tratando da cidade de São Carlos, afirma que

Na expansão deste processo manifestaram-se as mais diversas tendências estilísticas, respeitando uma unidade formal, por vezes, ou mesmo juntas numa única obra: neo-renascimento, neo-românico, neogótico, 'art-nouveau', neocolonial etc. Esse era o desejo de uma classe enriquecida, que buscava de todas as maneiras estar na moda, utilizando-se para isto de todas as novidades que surgiram.

Dessa forma, tanto para a arquitetura quanto para os modos de vida, o século XIX foi um período de revolução, proporcionada pela riqueza proveniente do cultivo do café em terras paulistas,

[...] no qual traços comportamentais vindos do passado indígena, do período sertanista e dos tempos áureos do açúcar foram rapidamente justapostos ou mestiçados à intensa europeização permitida pelas imensas fortunas exportadoras, pela rapidez dos trens e, especialmente, pela entrada maciça de dezenas de etnias de imigrantes⁷.

Em Pinhal, as residências urbanas construídas entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX, além das novas técnicas construtivas, contavam com novos partidos arquitetônicos, dentro do estilo eclético. Como “resquício” da arquitetura colonial, ainda havia residências edificadas totalmente no alinhamento dos lotes, que posteriormente foram sendo afastadas de um lado, apresentando nova implantação com jardim e entrada laterais.

⁶ **PATTETA**, Luciano, in **FABRIS**, Annateresa ; **LEMOS**, Carlos A.C.... [et al.]. Eclétismo na arquitetura brasileira. São Paulo: Nobel/Edusp, c1987, p. 13.

⁷ **MARINS**, Paulo César Garcez. Vida cotidiana entre os paulistas: moradias, alimentação, indumentária. In: Setubal, Maria Alice. Terra paulista: histórias, arte, costume. São Paulo: CENPEC/IMESP, 2004, p. 133.



Figura 68. Vista de um trecho da Rua 16 de Abril, que liga a Praça da Matriz à Estação Ferroviária. Fonte: 'Álbum do Pinhal', 1903.

Os exemplos de implantação tradicional estão nas imagens das edificações remanescentes 01, 04 e 13 do Apêndice 4; e também nas fotografias de residências 08, 09, 10, 14, 16, 18, 27, 29, 30, 33, 35, 36, 37, 38, 40, 43, 49, 54, 59, 61, 70, 81 e 87, feitas na transição do século XIX para o século XX, constantes do 'Álbum do Pinhal, 1903' (ANEXO 3). Além dessas, outras quatro edificações também apresentam a implantação tradicional, tendo sido realizados levantamentos completos (APÊNDICE 5), e são discutidas nesse capítulo. São elas:

Casarão Almeida Vergueiro, de 1880 (figura 17 do Anexo 3);

Casarão do Museu e Biblioteca Municipal, de 1886 (figura 05 do Anexo 3);

Casarão Chiquinho de Marco, de 1900 (figura 82 do Anexo 3);

Casarão Dr. Fabiano A. Nogueira Porto, de antes de 1903 (figura 34 do Anexo 3).

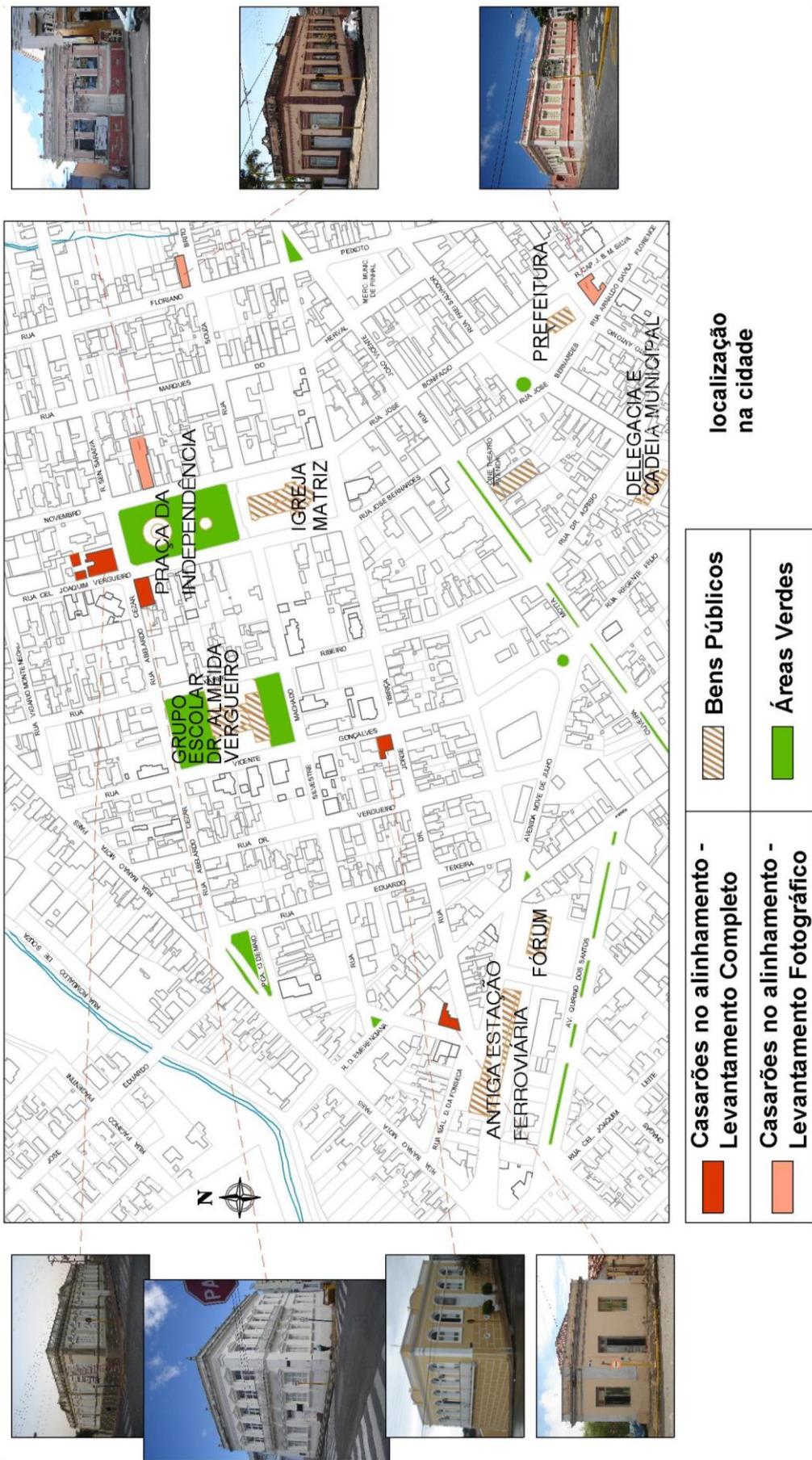


Figura 69. Mapa dos casarões com implantação tradicional, edificados no alinhamento dos lotes.

Na sua formação, a cidade de Pinhal ainda foi influenciada pela arquitetura tradicional, trazida pelos dos primeiros moradores que, vindos de outras regiões do estado de São Paulo e de Minas Gerais, utilizaram um modelo de forte ascendência portuguesa sob novas condições. Segundo Reis Filho (1997, p.22)

[...] durante o período colonial a arquitetura residencial urbana estava baseada em um tipo de lote com características definidas. Aproveitando antigas tradições urbanísticas de Portugal, nossas vilas e cidades apresentavam ruas de aspecto uniforme, com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais sobre os limites dos terrenos.



Figura 70. Rua José Bonifácio, antiga Rua 5 de janeiro, com a Igreja Matriz ao fundo, na transição do século XIX para o século XX. As edificações, implantadas nos alinhamentos dos lotes, já começam a apresentar características ecléticas nas fachadas, com a substituição dos beirais por platibandas e a incorporação de ornamentação nas fachadas. Fonte: Torres (2006).

As primeiras edificações utilizaram a taipa de pilão⁸ como sistema construtivo, “considerada marca registrada dos paulistas”, utilizada também “em todo o interior e também em áreas de penetração bandeirante como Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Paraná”⁹, além de apresentarem beirais estreitos em telhados de duas e quatro águas, cobertos com telha capa e canal, paredes lisas com poucas aberturas, definindo uma volumetria simples ou se enfileirando no alinhamento dos lotes. Foi o período em que “a uniformidade dos terrenos correspondia à uniformidade dos partidos arquitetônicos: as casas eram construídas de modo uniforme [...]” (REIS FILHO, 1997, p. 24).

Lemos (1989, p. 94) relata que

A casa antiga, ainda de taipa, dos primórdios do café, aquela com salas na frente, alcovas no miolo escuro e varanda com sua cozinha anexa, pelo lado de trás, estava ainda vinculada ao partido colonial: geminada de ambos os lados ou raramente provida de passagem lateral para carros, coberta sempre por telhados de duas águas, sendo a cumeeira necessariamente paralela ao alinhamento e isso devido à possibilidade de os panos de telhas das casas contíguas terem continuidade fácil, o que evitava interseções vulneráveis às águas pluviais, providência típica de sistemas construtivos destituídos de recursos apropriados aos desvios da chuva.

Posteriormente, em torno da década de 1870, em São Paulo e depois no interior da província,

O uso do tijolo começou a concorrer com a taipa, primeiramente nas reformas, permitindo o remanejamento das fachadas. Nesse período, surgiram interpretações singelas do Neoclassicismo em voga no Rio de Janeiro¹⁰.

Com relação ao partido adotado, percebemos que em Pinhal predominou a implantação adaptada às condições topográficas, o partido de Minas Gerais, que

⁸ Como nem sempre foi detalhado o tipo de taipa utilizado, acreditamos que seja taipa de pilão pela tradição paulista.

⁹ **MARINS**, Paulo César Garcez. Vida cotidiana entre os paulistas: moradias, alimentação, indumentária. In: Setubal, Maria Alice. Terra paulista: histórias, arte, costume. São Paulo: CENPEC/IMESP, 2004, p. 102.

¹⁰ **HOMEM**, Maria Cecília Naclério. O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 71.

respeitava o perfil do terreno¹¹. Segundo Marins (2004, p.161), “os sobrados de meia-encosta nas áreas cafeeiras são decorrência da presença dos mineiros em terras paulistas”. E de fato isso se confirma em Pinhal pela forte presença de mineiros.

Na tipologia adotada nas moradias influenciadas pela arquitetura tradicional, em geral, na frente havia a sala de estar com janelas voltadas para a rua, seguida por um corredor para onde se abriam quartos e alcovas, e que chegava, nos fundos, ao ambiente de refeições, com a cozinha ao lado. No quintal ficava a “casinha” (LEMOS, 1989, p.31), que podemos encontrar no Casarão Chiquinho de Marco, construído em torno de 1900.



Figura 71. Exemplos remanescentes de casas construídas no partido colonial, no alinhamento e com telhado em duas águas com cumeeira paralela à rua, porém reformada para receber ornamentação eclética na fachada e platibanda.

¹¹ LEMOS, Carlos A.C. Alvenaria Burguesa. São Paulo: Nobel, 1989, p. 34.

Influência da legislação

Com a elevação da freguesia a vila e município em 09 de abril de 1877 e a posse da primeira Câmara em 20 de abril de 1879, houve a preocupação com a implantação de leis reguladoras das atividades urbanas e de ordem pública, a fim de assegurar boas condições de conforto e higiene para a população. A menção mais antiga que encontramos sobre a existência de um Código de Posturas em Pinhal foi uma referência à Resolução nº 16, de 23 de junho de 1881, em ofício endereçado à Câmara Municipal pinhalense pelo governo da Província, em 23 de abril de 1884¹², sobre discussão a respeito de largura dos passeios públicos.

E já em 09 de janeiro de 1882 a Câmara Municipal se reuniu para requerer ao governo da província o envio do Código de Posturas, a fim de que pudessem realizar as modificações solicitadas nos artigos.

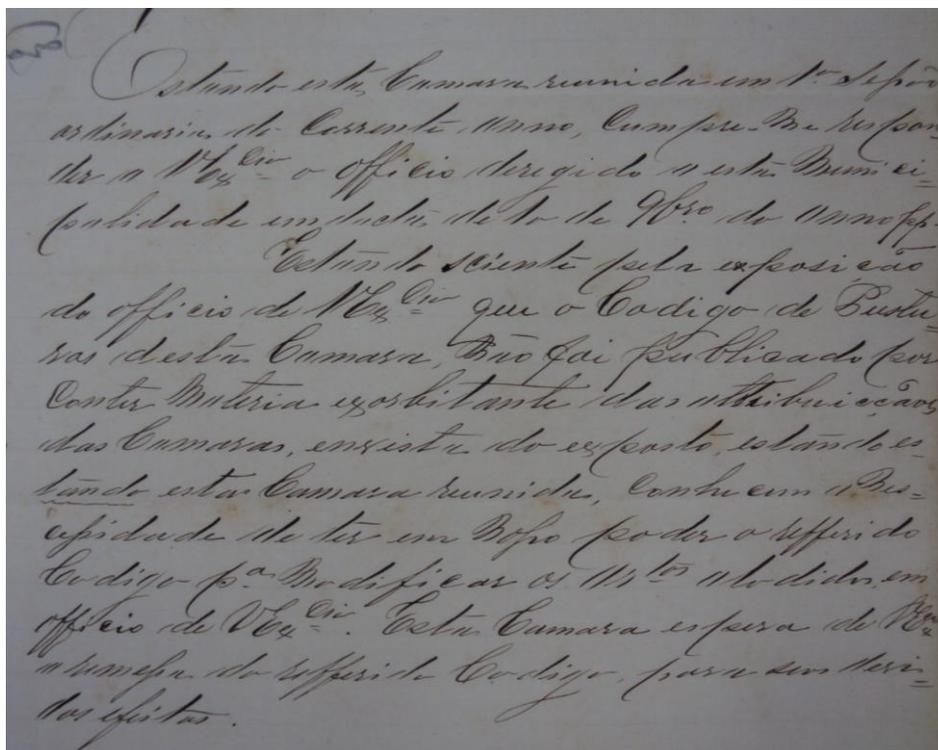
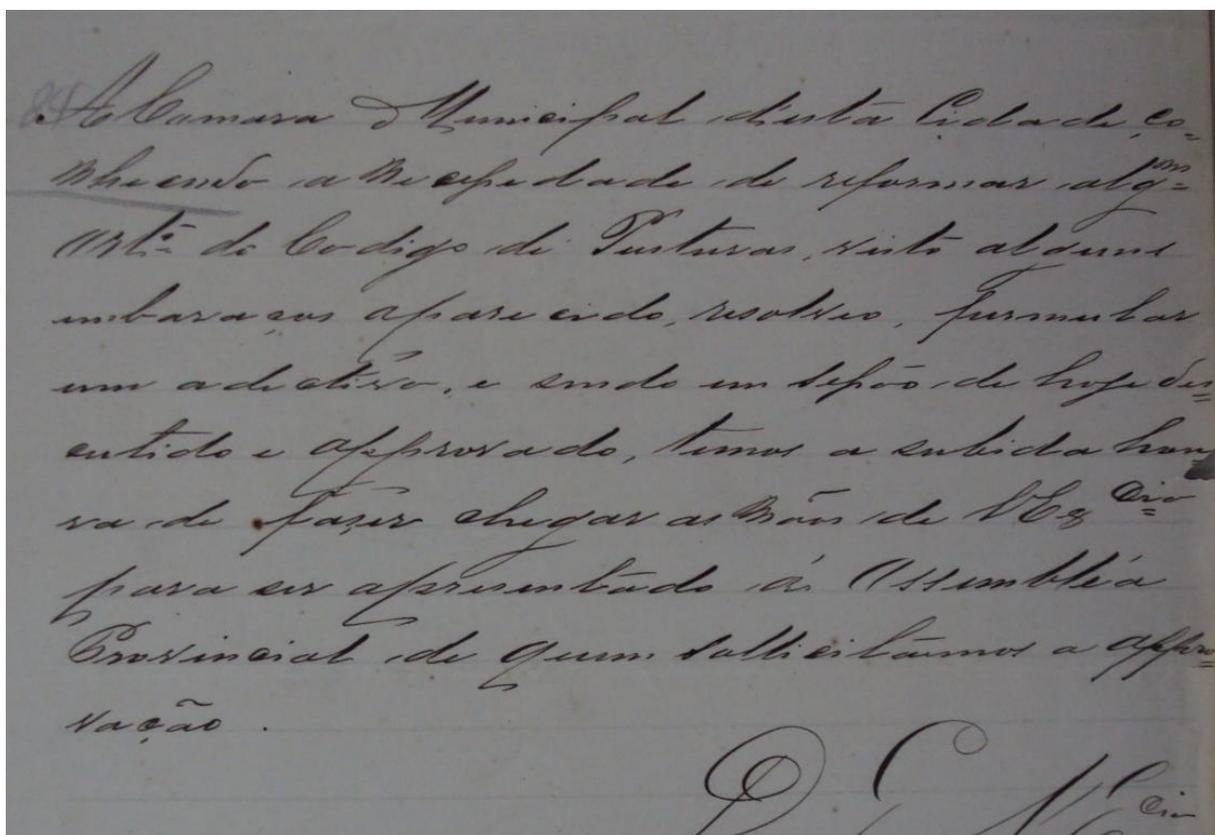


Figura 72. Carta endereçada ao presidente da província, em 09 de janeiro de 1882, pela Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal, para enviar o Código de Posturas para serem feitas as modificações necessárias. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

¹² Material pesquisado no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Posteriormente, no Repertório das Leis Promulgadas em 1876-1889 ficou registrado que “A resol. N. 16 de 30 de março de 1882 aprovou o Cod. de Posturas da Camara Municipal desta Villa”¹³. Em 1884, já tendo sido elevada à categoria de cidade um ano antes, a Câmara Municipal enviou, em 21 de fevereiro, nova correspondência solicitando aprovação para reformas no Código de Posturas, “visto alguns embaraços aparecidos”¹⁴, contratemplos não especificados na correspondência.



A Camara Municipal desta Cidade, Co-
municando a necessidade de reformar algu-
m do Código de Posturas, visto alguns
embaraços apparecidos, resolveo, formular
um aditivo, e sendo em sessão de hoje dis-
cutido e approvado, temos a subida hon-
ra de fazer chegar as mãos de Voz. Voz.
para ser apresentado á Assemblia
Provincial de quem submittamos a appro-
vação.

Figura 73. Carta endereçada ao presidente da província, em 21 de fevereiro de 1884, pela Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

¹³ Repertório das Leis Promulgadas em 1876-1889, vol. 1º, edição de 1898, p. 104. Apud: **MARTINS**, Roberto Vasconcellos. Divino Espírito Santo e Nossa Senhora das Dores do Pinhal - História de Espírito Santo do Pinhal. São Paulo: Impressora Latina, 1986, p. 375.

¹⁴ Material pesquisado no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Já em 1885, “a Resol. nº 38, de 15 de junho de 1885, aprovou um additivo ao Cod. de Posturas da Camara Municipal desta cidade”¹⁵. Em 19 de julho de 1888, a sessão da Câmara Municipal elaborou correspondência ao governo da província solicitando aprovação para o novo Código de Posturas de Pinhal¹⁶. Infelizmente, não nos foi possível localizar nenhum dos códigos de posturas de Pinhal, e foi informado, por funcionários da Câmara Municipal de E. S. Pinhal, que não existem documentos desse tipo em seus arquivos. Também não os localizamos em nossa pesquisa no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Assim, podemos concluir, pelas informações obtidas, que houve um esforço da administração para atender às necessidades de mudanças nos códigos em vigor, demonstrando possivelmente uma exigência de uma população que se urbanizava de forma desordenada.

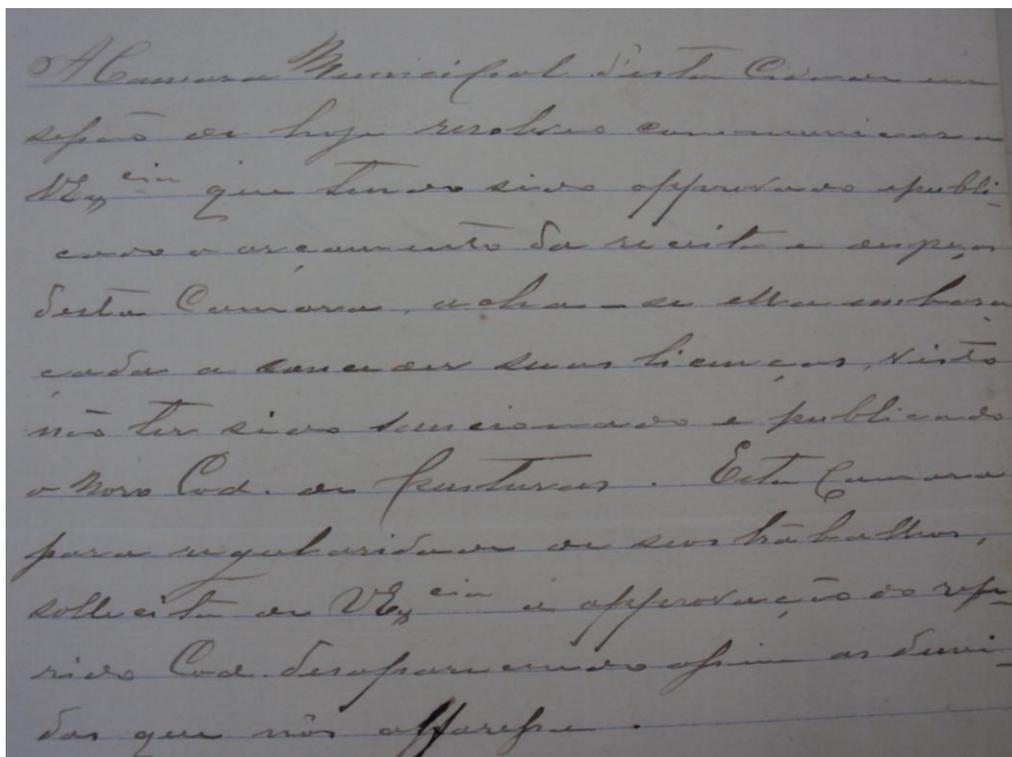


Figura 74. Carta endereçada ao presidente da província, em 19 de julho de 1888, pela Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

¹⁵ Repertório das Leis Promulgadas em 1876-1889, vol. 1º, edição de 1898, p. 104. Apud: **MARTINS**, Roberto Vasconcellos. Divino Espírito Santo e Nossa Senhora das Dores do Pinhal - História de Espírito Santo do Pinhal. São Paulo: Impressora Latina, 1986, p. 376.

¹⁶ Material pesquisado no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Os casarões

Histórico e Localização na cidade

A forma de ocupação do solo em Pinhal foi determinada pelas classes dominantes, sendo as áreas preferidas da elite cafeeira, e posteriormente dos imigrantes bem sucedidos e relacionados com os fazendeiros, as quadras da parte alta da cidade, em torno da Praça da Matriz. A tendência do desenvolvimento da cidade em torno da capela (e depois Igreja Matriz) enquadra-se na afirmação de Marx (1980, p.28) de que “[...] uma Praça de Matriz se impôs pelas povoações do interior com destaque indiscutível”. Posteriormente, no final do século XIX, outros núcleos de atração foram se estabelecendo, como o edifício da Casa de Câmara e Cadeia e a Estação Ferroviária, possibilitando o surgimento de eixos entre esses núcleos e a referida praça. A Estação Ferroviária, surgindo como um novo núcleo de atração do tecido urbano possibilitou a existência, no eixo de ligação, de “[...] quadras regulares (que) descem suavemente exibindo casarões que anunciam a república [...]”¹⁷.

Analisando a ocupação na cidade dos casarões construídos no alinhamento do lote, percebemos uma predominância de proprietários que eram fazendeiros de café¹⁸, que, “[...] transformado no ‘coronel’ e no homem de negócios, ocupava os postos-chave da estrutura econômica, política e social”¹⁹. Tal predominância indica que esses cidadãos não só tinham o meio financeiro de possuir esses terrenos, os mais caros da cidade, como também usavam seus casarões para mostrar seu poder

¹⁷ **MARX**, Murillo. Cidade Brasileira. São Paulo: Ed. Melhoramentos, EDUSP, 1980, p. 36.

¹⁸ Fato constatado pelo estudo do Álbum do Pinhal, de 1903, elaborado pelo Comendador Monte Negro (**ANEXO 3**).

¹⁹ **HOMEM**, Maria Cecília Naclério. O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 117.

econômico e cultural, através de cópias e releituras da arquitetura em voga nos grandes centros nas suas residências. Geralmente localizados nas esquinas, essas edificações referenciam o enriquecimento da sociedade local com o café²⁰. Dois desses casarões, nessas condições, foram levantados: o Casarão Almeida Vergueiro, casa térrea de porão alto, e o Casarão do Museu e Biblioteca Municipal, sobrado de dois andares.

Casarão Almeida Vergueiro - 1880

Podemos considerar o Casarão Almeida Vergueiro como sendo uma das mais antigas edificações ainda remanescentes na cidade, datado de 1880. Foi construído pelo Coronel Joaquim José de Almeida Vergueiro, mineiro vindo de Brasópolis (MG) em 1879, e importante fazendeiro de café em Pinhal. Nessa época, o antigo Largo da Matriz ainda não havia sido calçado, o que aconteceu depois do início das obras do casarão.

Não havia calçamento nem jardim, a igreja ainda era um quadradão de taipa; a luz se restringia a um ou outro lampião, assim mesmo 15 dias ao mês. Água encanada e esgoto, nem pensar, só bem depois... Os escravos iam buscar água nas bicas, e existia até os que tinham a profissão de vender água de porta em porta, os aguadeiros²¹.

Esse casarão foi, de acordo com Bartholomei (2010, p.170), “centro de importantes reuniões políticas e celebrações sociais” no século XIX. A autora afirma, por exemplo, que de lá partiu, em 1893, a procissão que levaria a pedra fundamental do hospital até o local escolhido para sua edificação. Rizzoni (1950, p.188) relata que, após o ato oficial de inauguração da estrada de ferro em 1889, “[...] teve lugar em casa do Dr. Almeida Vergueiro um lauto banquete oferecido pela comissão dos

²⁰ LAPA, José Roberto A. A cidade: Os cantos e os antros: Campinas 1850-1900. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 105.

²¹ BARTHOLOMEI, Marly de Alencar Xavier. Espírito Santo do Pinhal – O Romance de Pinhal. São Paulo: Bellini Cultural, 2010, p. 93.

festejos à diretoria, engenheiro da Cia. Mogiana, no qual tomou parte grande número de convidados [...]”. Além desses relatos, do jornal ‘Folha’, de Pinhal, datado de 13 de junho de 1943, “[...] quando (Francisco) Glycerio veio aqui iniciar a campanha republicana o fez na casa de seu pai (Joaquim José de Almeida Vergueiro, pai de Amando), na casa grande de esquina do Largo da matriz, uma das primeiras construídas com tijolos em Pinhal, e pelo pedreiro Henrique Beur [...]”.

Posteriormente o casarão foi dividido ao meio pelo Coronel Joaquim José de Almeida Vergueiro, “[...] ficando uma entrada só, entre seus filhos, Dr. Amando, do lado esquerdo, na esquina, e D. Maria Augusta Vergueiro do lado direito” (BARTHOLOMEI, 2010, p.94). Após essa divisão, o Coronel Vergueiro construiu outra residência baseada em um projeto de um engenheiro suíço, que trouxe de uma de suas viagens à Europa²². Viajava após cada término de safra do café, e passava meses em Paris, de onde trouxe o mordomo Aléxis Noirez.

Mesmo conservando sua casa em Pinhal, após o casamento dos filhos mudou-se para São Paulo, onde era muito bem relacionado. Passou a habitar uma chácara no Largo do Arouche, e tinha o hábito de passear a cavalo pela Avenida Higienópolis, pela Rua da Consolação, com os amigos, entre eles o governador Campos Salles²³.

Isso nos mostra que a família Almeida Vergueiro era bem relacionada também na capital da província. A família, enriquecida com o dinheiro do café, podia realizar constantes viagens para São Paulo, a Corte e a Europa. Os ganhos com o

²² De acordo com Bartholomei (2010, p. 93), essa outra residência construída por Joaquim José é o chalé que aparece na fotografia 41, do ‘Álbum do Pinhal, 1903’ (ANEXO 3). No ano da realização do álbum, a edificação pertencia ao Tenente Coronel Eduardo Teixeira.

²³ BARTHOLOMEI, Marly Xavier. Espírito Santo do Pinhal – O Romance de Pinhal. São Paulo: Bellini Cultural, 2010, p. 94-95.

café permitiam a adoção, por essa elite, de práticas e representações da burguesia como classe dominante²⁴.

Casarão do Museu e Biblioteca Municipal - 1886

Já o Casarão do Museu e Biblioteca Municipal²⁵, implantado em esquina, começou a ser edificado, de acordo com Bartholomei (2010, p.164), por volta de 1880, e aparece concluído em fotografia de 1886. Foi o primeiro sobrado da cidade. Pertenceu ao Sr. José Antônio de Sousa Brito, também fazendeiro de café, cujas iniciais podem ser vistas no balcão de ferro fundido acima da porta de entrada, que contém a inscrição JASB juntamente com a data de 1887. José Antônio era irmão de Romualdo de Souza Brito, responsável pela doação das terras para o início da cidade. José Antonio faleceu em 1889, e um ano depois, o casarão foi vendido para o Coronel Francisco Xavier Ribeiro, outra importante figura do cenário pinhalense. Ele foi coronel comandante superior da Guarda Nacional, tomou posse no Conselho de Intendência, e criou, em 1893, a Associação de Imprensa Pinhalense. Em foto de 1903, o casarão aparece como sendo de propriedade de sua viúva, D. Maria José Ribeiro. Foi adquirido pela Prefeitura Municipal em meados do século XX, que ali instalou o Museu e Biblioteca Municipal. O prédio se mantém praticamente fiel à sua feição original.

Casarão Dr. Fabiano Augusto Nogueira Porto - 1903

Além dessas duas edificações, outro casarão que apresenta implantação tradicional, porém não se localiza no entorno imediato da Praça, e sim no eixo Praça

²⁴ **HOMEM**, Maria Cecília Naclério. O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 17.

²⁵ A edificação foi tombada, como componente do Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal, pela Resolução SC-35, de 16.11.1992, processo de tombamento no 26.264/88, arquivo do Condephaat. Segundo o parecer desse processo, o edifício apresenta "modenatura neoclássica".

da Matriz - Estação Ferroviária, é o Casarão Dr. Fabiano Augusto Nogueira Porto. Está edificado na antiga Rua da Estação, hoje Rua Jorge Tibiriçá. Fabiano Porto foi o primeiro juiz de direito da comarca de Espírito Santo do Pinhal, instalada em 12 de outubro de 1892. Veio de Jacareí, e casou-se com Maria Augusta, filha de Joaquim José de Almeida Vergueiro (primeiro proprietário do Casarão Almeida Vergueiro). Seu casarão foi edificado antes de 1903, pois não há registros anteriores a essa data. Até 1960 pertenceu a Odilon Porto, filho do casal, depois a Cory Porto Fernandes, neto de Fabiano, deputado federal, que a reformou em data desconhecida, e, por fim, a Suzana Colleti de Assunção Fagundes, atual proprietária. No casarão encontramos móveis antigos, que foram adquiridos na década de 1960 e vindos de outros casarões demolidos. Aparece em foto de 1903 como propriedade de Dr. Fabiano Augusto Nogueira Porto.

Apesar do Dr. Fabiano ter se casado com a filha de importante fazendeiro de café, preferiu construir sua residência fora do entorno imediato da Praça. Como as chácaras paulistas semi-urbanizadas de meados do século XIX, esse casarão foi implantado em um lote de esquina, no caminho para a Estação Ferroviária²⁶. Notamos que tal caminho, a ligação centro – estação, foi local preferido por proprietários já no século XX, inclusive de novos fazendeiros de café. Isso nos indica que as classes abastadas estavam interessadas em ocupar as melhores localizações urbanas, preservando a proximidade com o centro e com a ferrovia simultaneamente.

²⁶ **HOMEM**, Maria Cecília Naclério. O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 71.

Casarão Chiquinho de Marco - 1900

Outro casarão levantado que se encaixa nesse partido é o Casarão Chiquinho de Marco (nome do atual proprietário), construído por volta de 1900, como pensão para servir de pouso para quem chegasse à cidade, pois está localizada em frente à antiga Estação Ferroviária. escolhemos esse casarão por ter preservado o banheiro do lado de fora da edificação, a 'casinha' (LEMOS, 1989, p.31). Esse casarão aparece em foto de 1903 como pertencendo à viúva de David Antonio Coelho, que na mesma época era também proprietária do casarão de esquina da frente, que lhe servia de residência. Em 1944 pertencia a Isolino de Oliveira e mulher, ainda apresentado tipologia de pensão e comércio. Em 1949, era de propriedade de Pascoalino Fuzzetto e sua mulher, Cecília Capra Fuzzetto, que o vendeu em 22 de abril de 1949 a Nicola de Marco e Francisco de Marco (este menor à época, assistido por seu pai Cristovão Antonio de Marco). Hoje, Francisco, o Chiquinho de Marco, é o proprietário e mora no casarão. Foi ele quem nos forneceu tais informações e possibilitou acesso à Escritura de Compra e Venda do imóvel.

Implantação das edificações nos lotes

Os casarões de Pinhal que se enquadram no partido de implantação tradicional foram construídos no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, caracterizando uma apropriação relativamente tardia pois, de acordo com Reis Filho (1997), as edificações com essas características, que ainda seguiam esquemas coloniais, avançando sobre os limites laterais e frontais do lote²⁷, sendo comum o recuo de apenas um lado, pertencem em sua maioria à primeira metade

²⁷ REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997, p.34.

do século XIX. Considerando-se que a cidade foi fundada em 1849 e que os primeiros moradores ainda não possuíam o dinheiro que a cafeicultura só traria no final daquele século, entendemos que a arquitetura em Pinhal não poderia ter se desenvolvido de outra maneira. A apropriação de novas ideias a partir das referências arquitetônicas dos grandes centros só foi possível, posteriormente, graças ao capital proveniente do desenvolvimento da cultura do café, principalmente depois da instalação do ramal ferroviário em 1889.

Dessa forma, os casarões construídos no espírito eclético em Pinhal só foram viabilizados a partir das duas últimas décadas do século XIX, e podem ser considerados

Um novo tipo de residência, a casa de porão alto, ainda 'de frente para a rua', (que) representava uma transição entre os velhos sobrados e as casas térreas. [...] nos bairros de caráter residencial, a nova fórmula de implantação permitiria aproximar as residências da rua, sem os defeitos das térreas, graças aos porões mais ou menos elevados, cuja presença era muitas vezes denunciada pela existência de óculos ou seteiras com gradis de ferro, sob as janelas dos salões²⁸.

Apresentam essas características os casarões Almeida Vergueiro (1880) e Dr. Fabiano Augusto Nogueira Porto (antes de 1903), sendo ambas as edificações de uso residencial, de porão e erguidas no alinhamento, dentro do que Reis Filho (1997, p. 127) chamou de importante inovação, pois

Como os pavimentos térreos eram elevados com relação à rua, não podiam ser ocupados por lojas, mas apenas por residências, indicando a moradia dos grandes proprietários rurais, em contraposição às casas de comerciantes e oficinas, que abriam as portas diretamente para as ruas. (grifo da autora).

São casarões implantados em lotes de esquina, com a entrada principal localizada no eixo de simetria da fachada frontal, enquadrando-se na afirmação de

²⁸ Ibid., p.40.

Bortolucci (1991, p. 226), em que essas grandes construções eram erguidas no alinhamento das esquinas de imensos lotes, em geral nas quadras próximas à Igreja Matriz.

Casarão Almeida Verqueiro - 1880

Na implantação do casarão de 1880, o terreno tem um leve declive e o porão é baixo, não utilizável na parte voltada para a rua, e o volume ocupa os alinhamentos frontal e lateral, com pequeno recuo lateral. A volumetria se desenvolve seguindo a planta em forma de “U”, com um alpendre no vazio central voltado para os fundos. O corpo principal está localizado de frente para a Praça da Matriz, e o fechamento do acesso lateral, que já existia pelo menos desde 1903, é feito por meio de portão e gradis de ferro, separados por colunas encimadas com vasos. A entrada principal está voltada para a praça. Há um acesso de serviços e automóveis pela rua lateral, nos fundos do lote, com edificações novas - uma edícula e garagens, dando acesso ao casarão pela cozinha.

Casarão Fabiano Augusto Nogueira Porto - 1903

Já no casarão de 1903, cujo terreno tem grande declividade, a entrada principal está voltada para a Rua Vicente Gonçalves, na esquina com a antiga Rua da Estação (atual Rua Jorge Tibiriçá), onde há um acesso de serviços e automóveis e acesso para o casarão pela cozinha. O porão alto, ventilado por óculos locados sob as numerosas janelas, é habitável, por causa do grande desnível do terreno. Do lado da divisa com o vizinho, há um recuo mínimo, sem acesso à rua, apenas para efeito de iluminação. Entendemos que a existência desse recuo parece ser original pois já era mínimo em pelo menos em 1903 e indica uma preocupação com a higiene, afastando-se da tipologia colonial com alcovas.

Marins (2004, p. 178) afirma que

A adoção do porão alto fez com que a maior parte das novas casas térreas da segunda metade do século adquirisse uma certa privacidade em relação à rua, na medida em que o piso único, que era o da intimidade familiar, ficava mais elevado e, portanto, resguardado em relação aos pedestres[...].

Nesse sentido, esse novo tipo de residência de transição traria consigo mudanças na tipologia e, conseqüentemente, nos modos de vida da sociedade enriquecida pelo café, como veremos mais adiante.

Casarão do Museu e Biblioteca Municipal - 1886

O primeiro sobrado da cidade teve originalmente uso residencial, sendo elevado do solo e com indícios de porão, erguido no alinhamento e sem recuos, cujo terreno tem leve declive. A fachada principal está localizada de frente para a praça, para onde também está voltada a entrada principal, que é atualmente a única entrada. O outro acesso ao prédio se faz por uma edificação nova, nos fundos.

Esse é o único casarão remanescente construído em taipa de pilão, cujas espessuras de parede estão em torno de 30cm.

Casarão Chiquinho de Marco - 1900

O casarão de 1900, cuja importância está relacionada principalmente à sua tipologia, preservando o primeiro – e único banheiro existente no século XIX –, ainda existente na parte posterior do corpo principal da edificação. É uma edificação térrea com porão, originalmente de uso misto, atualmente de uso residencial, erguida no alinhamento e sem recuos. Não apresenta características estilísticas relevantes. O casarão está implantado em lote irregular de esquina, e ocupa os alinhamentos frontal e lateral. A entrada principal está voltada para a Rua Jorge Tibiriçá, e deste lado há um acesso de serviços, um de pedestres para o quintal e um de automóveis para a garagem nos fundos do lote. O terreno apresenta um pequeno declive, que

possibilitou a existência do porão baixo, mas que permite seu uso como depósito, nos fundos da construção. Tem embasamento de tijolos, e suas paredes também são de tijolos. O fechamento do muro da frente é feito com um portão de ferro, que dá para o alpendre dos fundos, um portão de madeira, de acesso ao quintal, e um portão de madeira para automóveis.

Aspectos Externos: as características do edifício e os elementos arquitetônicos

Essas edificações construídas nas duas últimas décadas do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX foram uma demonstração do prestígio e do poder de seus proprietários, refletindo “não apenas o poder econômico, mas o gosto, o grau de informação e o cosmopolitismo de seu proprietário”²⁹. Esses proprietários se reuniam junto à Corte, ou nos centros urbanos de maior influência regional, por seus interesses ou participação na administração pública, e levavam,

[...] ao regressar às suas terras, as sementes de uma nova experiência arquitetônica que procuravam reproduzir em suas moradias urbanas e rurais. A adoção desses padrões representava mesmo a participação no poder central, do qual emanavam como arquitetura oficial. (REIS FILHO, 1997, p. 124).

Talvez por essa razão tenha havido a preferência pelas linhas clássicas, sendo comuns os pequenos frontões sobre as janelas; as bossagens nas paredes externas; o frontão triangular arrematando a platibanda, entre outros³⁰. Estas são algumas das características do neoclassicismo, estilo oficial adotado pela Corte, que “[...] denota o estilo artístico próprio da Europa entre 1770 e 1830, influenciado pela Antiguidade grega”³¹, cujo aspecto exterior

²⁹ **BENINCASA**, Vladimir. Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830-1930. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2003, p. 113.

³⁰ **BORTOLUCCI**, M. Ângela P. de Castro e Silva. Moradias urbanas construídas em São Carlos no período cafeeiro. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991, p.26.

³¹ **KOCH**, Wilfried. Dicionário dos estilos arquitetônicos. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 59.

O aspecto exterior da arquitetura neoclássica é caracterizado pela parede frontal do templo grego com tímpano triangular, ou pela elevação com colunas (pórtico). Meias-colunas, pilastras e cornijas conferem harmonia ao edifício, enquanto mútulos, pérolas, contas, palmetas e os ornamentos sinuosos da Grécia clássica funcionam como decoração ao lado de guirlandas, urnas e rosáceas³².

No entanto, como as condições de técnica executiva, materiais, mão-de-obra escrava e projeto nas cidades menores eram rudimentares, era difícil atender fielmente aos padrões da Academia, pois

Os elementos estruturais, construídos de taipa de pilão, adobe ou pau-a-pique – portanto de terra - não permitiam o uso de colunatas, escadarias, frontões ou quaisquer tipo de soluções mais complexas. Nessas condições, as características neoclássicas ficavam restritas apenas a elementos de acabamento das fachadas, como as platibandas, com seus vasos e suas figuras de louça ou as portas e janelas arrematadas com vergas de arco pleno [...] ³³.

Dessa forma, também por causa da mão-de-obra precária, Lemos (1989, p. 102) concluiu que

[...] as ricas mansões se sujeitavam aos ditames inflexíveis dos estilos eleitos pelo pensamento vigente, mas não eram necessariamente projetadas a partir de uma teoria ou de um conjunto de regras tendo-se em vista uma expressão própria ou um personalismo identificador – pois muitas delas foram simplesmente copiadas, numa verdadeira transposição, de modelos europeus integralmente reproduzidos aqui em novas avenidas.

As residências urbanas das províncias constituíam, para alguns autores, cópias imperfeitas da arquitetura dos grandes centros³⁴. No entanto, discordamos desse ponto de vista, pois nem por isso devem ser consideradas sem valor; ao contrário, representam o enriquecimento de uma classe que estava integrada ao seu mundo e seu momento, buscando mostrar seu pertencimento utilizando-se das soluções em voga nos centros de referência, seja na arquitetura, no cotidiano. Não

³² Ibid., p. 60.

³³ REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997, p.124.

³⁴ Ibid., p.124.

se poderia esperar uma cópia fiel, mesmo porque não havia essa obrigação. As novas apropriações são a grande riqueza e o grande mérito dessa arquitetura, que inovou com criatividade e flexibilidade.

As platibandas foram usadas de maneira mais livre em seu desenho e sua composição. A princípio seguiam modelos eruditos copiados de álbuns, ou manuais importados. Posteriormente, tornaram-se peculiares, principalmente quanto mais se afastaram dos grandes centros, sendo criadas segundo o repertório popular de pedreiros e mestres-de-obras sem formação acadêmica³⁵, mas sempre arrematadas por ânforas, compoteiras, vasos, bustos, palmas, estátuas, outras compostas de elementos vazados, como balaústres³⁶. Na cobertura dessas edificações, as telhas coloniais tipo capa e canal foram sendo gradativamente substituídas pelas telhas francesas.

Casarão Almeida Vergueiro - 1880

Este casarão já incorpora a linguagem do Ecletismo, predominando características classicizantes, com volumetria compacta, simetria na fachada principal, modenatura com proporções rígidas e ritimadas. Comparando-se as fotos do casarão em 1903 e atualmente, percebe-se que houve modificações na platibanda, na ornamentação da fachada e no arremate da porta principal, que aconteceram em data desconhecida. Certamente deve ter sido reformado para atender o novo estilo.

³⁵ **BENINCASA**, Vladimir. Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830-1930. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2003, p. 116.

³⁶ **LEMOS**, Carlos A.C. in: FABRIS, Annateresa. Ecletismo na arquitetura brasileira. São Paulo: Nobel/Edusp, c1987, p. 81.

A volumetria compacta do casarão se desenvolve seguindo a planta em forma de “U”, cujo telhado é em águas, sendo que as telhas em 1903 eram do tipo colonial, e do tipo francesa já na década de setenta do século XX. Nas fachadas voltadas para o exterior, a platibanda é ornamentada com balaustradas, e as platibandas nas fachadas voltadas para o interior são retas e sem ornamentos, sendo a transição entre elas arrematada com uma pequena voluta. Através da foto de 1903, percebe-se que a platibanda original não apresentava os balaústres e sim uma seqüência de estatuetas. De qualquer forma, trata-se de uma construção ajustada às características do ecletismo.

A entrada do casarão anteriormente apresentava verga em arco pleno, e era ladeada por pilastras que iam até a platibanda, confirmando o que diz Reis Filho (1997, p. 126): “era comum conservar com vergas retilíneas as portas e janelas da fachada, tratando-se em arco pleno apenas a porta principal, de modo a destacá-la do conjunto”. Essa solução se manteve pelo menos até 1903, quando a verga da porta principal passou a ser também retilínea, da mesma forma que as janelas, encimada por frontão cimbrado interrompido. E as pilastras que antes cercavam apenas a porta principal passaram a incluir as duas janelas adjacentes, também apresentando frontão cimbrado interrompido, uma de cada lado. Esse conjunto foi coroado por uma platibanda de frontão cimbrado interrompido.

Portanto, atualmente, a fachada frontal é simétrica e com a porta principal no centro, e quatro janelas de cada lado. Também na fachada lateral há simetria, repetindo o mesmo frontão da fachada principal no eixo da fachada lateral. Conta com nove janelas, de vergas retilíneas arrematadas por pequeno frontão de arco pleno. Na fachada principal, as janelas localizadas à esquerda da porta principal eram, em 1903, de guilhotina, enquanto as janelas do lado direito eram de abrir, com

venezianas na parte de fora e vidraças na parte de dentro, com bandeira de vidro fixo. Posteriormente as janelas de guilhotina foram trocadas por janelas de abrir, entre as décadas de 70 e 80 do século XX. Sobre a argamassa de revestimento foram aplicados diversos ornamentos, em torno das janelas, cimalkas e frontões sobre as janelas, falsas pilastras com capitéis, fustes e bases nos cunhais; embasamento imitando pedras aparelhadas. A bossagem dos cunhais reproduz pilastras cujo desenho se aproxima da ordem jônica.

Casarão do Museu e Biblioteca Municipal - 1886

Como vimos anteriormente, o processo de renovação e modernização por que passou a cidade no final do século XIX, especialmente após a instalação do ramal ferroviário, determinou alterações profundas nas residências urbanas e, conseqüentemente, na maneira de morar. As edificações que não foram demolidas passaram por um processo de reforma modernizador, com ornamentação eclética sobre sólidas paredes de taipa, com platibanda no lugar dos beirais e janelas de abrir com venezianas e vidro substituindo as do tipo guilhotina³⁷. Foi o caso do sobrado de 1886, edificado já dentro do estilo eclético, onde predominam características classicizantes, mas com a técnica construtiva ainda em taipa, tanto pela espessura das paredes externas, quanto por registros da época, que segundo Martins (1985, p.828), relatam a construção do prédio da Matriz “com paredes de taipa socadas pelo hábil artista Francisco Franco da Rocha”, em 1885. Pela proximidade das datas, acredita-se que tenha sido usado o mesmo sistema na construção desta edificação.

³⁷ **BORTOLUCCI**, M. Ângela P. de Castro e Silva. Moradias urbanas construídas em São Carlos no período cafeeiro. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991, p.86.

Sua volumetria é compacta, e há simetria na fachada principal, modenatura com proporções rígidas e ritimadas, além de platibanda com pinhas, janelas e portas encimadas por frontões triangulares, e pilastras. Tais características são típicas do Neoclassicismo, onde há ritmos eqüidistantes entre as janelas e portas, eixos de simetria ao centro da fachada, arcos de 180° (ou plenos) ou vigas retilíneas nas vergas e, nos sobrados mais ricos, gradis nos balcões superiores e bandeiras de ferro batido com as iniciais do proprietário ou a data de inauguração³⁸.

Na fachada frontal está a porta principal, com duas janelas de cada lado, no térreo, e cinco portas na parte superior. Já a fachada lateral tem cinco janelas no térreo e cinco portas balcão no pavimento superior, seguindo o mesmo tratamento sofisticado da fachada frontal. Entretanto, essa fachada se prolonga com mais duas janelas, tanto no térreo como no pavimento superior, de tratamento simplificado, marcando a parte de serviços do edifício. A separação entre os dois tipos de tratamento é feita por meia-pilastra, marcando a separação entre a ala social e a de serviços, e nesse volume o cunhal tem bossagem imitando pedras aparelhadas.

A fachada frontal apresenta ornamentação sóbria e rígida, onde cada envasadura do pavimento superior segue o mesmo alinhamento da envasadura do inferior. Os cunhais são arrematados por meias-pilastras, terminando nas platibandas, que são retas, com poucos ornamentos geométricos e pinhas marcando o eixo central de cada fachada e nos cunhais, apenas nas fachadas voltadas para o exterior. O telhado é em águas com telhas do tipo colonial.

A porta principal, com verga reta e encimada por frontão triangular, é de madeira de duas folhas, ornadas com grandes almofadas, e de bandeira de vidro

³⁸ **MARINS**, Paulo César Garcez. Vida cotidiana entre os paulistas: moradias, alimentação, indumentária. In: Setubal, Maria Alice. Terra paulista: histórias, arte, costume. São Paulo: CENPEC/IMESP, 2004, p. 173.

fixo, cujo gradil de ferro trabalhado com volutas não aparecia na foto de 1903. A fachada lateral, que aparece em foto de 1886, está com duas portas e quatro janelas no térreo; em foto de 1897, já aparece modificada; em 1903, com apenas uma porta e seis janelas. Essa porta foi substituída por janela após 1903, em data desconhecida. As janelas, da mesma forma que a porta, também têm vergas retilíneas, arrematadas por frontão triangular. Atualmente são de abrir, com vidro na parte externa e bandeira de vidro fixo, e folha cega na parte interna, preservadas dessa forma até hoje. Também as portas do pavimento superior têm vergas retilíneas, arrematadas por frontão triangular em massa, e são de abrir, com vidro na parte externa e bandeira de vidro fixo, e folhas cegas na parte interna. Apenas as janelas da ala de serviços têm vergas e frontões retilíneos. Abrem-se para balcões apoiados nas paredes por volutas, com parapeito de ferro batido artisticamente trabalhado. No gradil central estão as iniciais JASB trabalhadas em ferro. Nesse sentido, tais soluções são coerentes com Reis Filho (1997, p. 40), quando relata que “no patamar superior, situavam-se as portas dos salões; aqueles salões cujas janelas, como nos sobrados, abriam sobre a rua e nos quais se alinhava um mobiliário de gênero formal, junto às paredes decoradas [...]”.

Marins afirma que (2004, p. 173) “a amplitude dos sobrados neoclássicos urbanos era sinal da opulência dos fazendeiros e demonstração da importância que a vida social realizada no espaço urbano começava a ter na província paulista”. Entendemos que esse sobrado se encaixa completamente nessa afirmação. Foi o primeiro edifício assobradado da cidade, construído em uma esquina da Praça da Matriz, com características estéticas que seguiam as tendências estilísticas da época, representando um raro remanescente nessas características na cidade.

Esses dois exemplares, de 1880 e 1886, encaixam-se na arquitetura elaborada na província com a influência da Academia, que se caracterizou pela “clareza construtiva e simplicidade de formas. Apenas alguns elementos construtivos como cornijas e platibandas eram explorados como recursos formais”³⁹. Neles as platibandas escondem o telhado colonial e dão à fachada um formato retangular, ornamentadas por pinhas, no segundo exemplar, e estátuas de louça do Porto no primeiro exemplar, caracterizando as estações do ano, as virtudes, os continentes, deuses gregos, entre outras possíveis representações. Essa ornamentação foi substituída por balaustres em data desconhecida.

Como bem sintetizou Benincasa (2003, p. 105) sobre as edificações rurais,

O ritmo era marcado por frisos, pilastras – cuja ordem obedecia às leis vitruvianas, como de resto, toda a composição da fachada – e pelas janelas e portas, que, em substituição ao pombalino arco batido, passaram a ostentar bandeiras em arco pleno com rebuscados desenhos em forma de rosáceas preenchidas com vidros coloridos. As janelas e balcões superiores passaram a contar com rendilhados guarda-corpos de ferro forjado ou fundido. As paredes, que nas obras principais eram construídas com pedra ou tijolos, eram revestidas com argamassa fina e pintadas de cores suaves como o branco, rosa, amarelo ou azul-pastel, dando destaque às janelas e portas com molduras de pedra aparelhada. Em sua porção central, as fachadas podiam apresentar corpos salientes encimados por frontões triangulares ou semicirculares [...].

Percebemos que essas constatações são válidas também para os casarões que pesquisamos em Pinhal no mesmo período, final do século XIX.

Casarão Dr. Fabiano A. N. Porto - 1903

Encontramos em Marins (2004, p. 178) uma constatação que mostra características como as do Casarão Dr. Fabiano A. N. Porto:

Na transição do neoclassicismo para a linguagem eclética, notamos a permanência da equidistância das janelas e do eixo simétrico neoclássicos, ao mesmo tempo em que a ornamentação já ia sendo marcada pelo Neorenascimento e pelo Neo-maneirismo, com bossagens, medalhões circulares e ornamentos florais em argamassa.

³⁹ REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997, p.117.

Nesse casarão, sobre a porta de entrada, exatamente no eixo de simetria da fachada, há um frontão na altura da platibanda, em arco e com uma roseta de cada lado. E esse mesmo frontão aparece no eixo de simetria da fachada lateral. Sua volumetria é compacta, com modenatura com proporções rígidas, planta retangular, platibanda com balaustrada, janelas de vergas em arco pleno, porta encimada por frontão e pilastras, o que nos leva a identificá-lo como um exemplar eclético, de características classicizantes.

O telhado apresenta quatro águas no corpo principal, e três águas no anexo do fundo, onde existe um dormitório e um banheiro. As telhas em 1903 eram do tipo colonial. Apresenta platibandas ornamentadas com balaustradas, acompanhando o alinhamento das ruas. Nas outras fachadas são retas e sem ornamentos. Ainda na foto de 1903, notamos que não havia platibanda e sim um pequeno beiral arrematado por frisos retilíneos.

Na fachada frontal a porta principal esta ladeada por duas janelas de cada lado, sob porão com óculos, fechados por gradil, integrando-os à composição das fachadas. Na fachada lateral existem seis portas que se abrem para balcões de ferro fundido. Nos cunhais há pilastras que chegam até a platibanda.

A porta principal é em madeira de duas folhas de abrir, ornadas com grandes almofadas e com puxadores em cobre, encimada por um gradil que cobre a bandeira fixa e vai até a verga em arco pleno. Em 1903, esse gradil existia apenas na verga, e a bandeira abaixo era em madeira. Podemos ver as letras A V, lembrando as iniciais de Almeida Vergueiro, e a data de 1911 gravadas no gradil. As janelas e as portas da fachada lateral são em vergas de arco pleno, de duas folhas de madeira com almofadas de abrir para dentro e duas folhas envidraçadas de abrir para fora, com

bandeira de vidro fixo. As portas também têm duas folhas de madeira com almofadas de abrir para dentro e duas folhas em vidro de abrir para fora, com bandeira de vidro fixo. Notamos, comparando as fotos atuais com a de 1903, que o desenho das folhas das janelas e portas mudou e, atualmente, os vidros são transparentes e coloridos. O gradil de ferro que forma o guarda corpo do balcão aparece na foto de 1903, e é artisticamente trabalhado. O casarão foi edificado com embasamento de alvenaria de tijolos, com altura de 1,50m na parte da frente e vai crescendo na lateral, seguindo o desnível do lote. As paredes externas têm 0,30cm de espessura, e o piso é de assoalho de madeira nas áreas sociais e íntimas, ladrilho hidráulico na cozinha e cerâmica nos banheiros, resultado de reformas.

Os casarões de 1880 e de 1903 são do tipo casa térrea de porão alto, encaixando-se no que Reis Filho (1997, p. 40) afirmou: “representava uma renovação, inovação dentro dos velhos moldes construtivos”.

Casarão Chiquinho de Marco - 1900

Este casarão foi erguido em um lote irregular de esquina e tem na fachada frontal duas janelas e uma porta, enquanto na fachada lateral há quatro janelas e uma porta. Não há recuo na divisa com o lote vizinho, apenas o grande quintal nos fundos que acompanha a Rua Jorge Tibiriçá e cujo muro de tijolos apresenta um portão de ferro de acesso ao alpendre dos fundos, um portão de madeira de acesso de pedestres ao quintal e um portão de madeira para automóveis.

O telhado é irregular e acompanha o desenho do lote. Apresenta platibanda nas fachadas voltadas para as ruas desde a época de sua construção, reta e com poucos ornamentos retilíneos em massa. Na parte interna, o telhado possui beiral. Nas divisas das fachadas frontal e lateral há imitação de pilastras, com base

saliente, formando um conjunto de evidentes vínculos com o ecletismo, ainda que singelo. As telhas ainda são do tipo colonial, como em 1903.

A porta principal é em madeira com almofadas e bandeira com vidro fixo, com verga reta. As portas na foto de 1903 eram em madeira lisa, com bandeira de vidro fixo ornada com gradis em ferro. As envasaduras apresentam janelas de verga reta, de abrir de folhas cegas do lado interno e vidro do lado externo, sendo alguns coloridos, e bandeira com vidro fixo, transparentes e coloridos. Pela foto de 1903, percebemos que as janelas já eram dessa forma.

Nos casarões com implantação tradicional, a assimilação tardia das modificações introduzidas pelo ecletismo, evidenciadas nos detalhes decorativos de argamassa; nas molduras decorativas no entorno de janelas e portas; dos tímpanos triangulares ou cimbrós sobre as aberturas. Notamos também maior apuro na elaboração dos telhados e das platibandas, com balaustres, pinhas, estátuas; e também na elaboração dos gradis trabalhados em ferro nos balcões; o destaque dado às portas principais, que ganharam destaque na composição da fachada, ostentando postigos envidraçados e gradis metálicos finamente elaborados, e janelas das fachadas externas. A volumetria desses casarões, no entanto, pouco se alterou, permanecendo mais compacta e de pouca movimentação.

Já as técnicas construtivas foram aprimoradas, sendo as casas construídas com o uso da alvenaria estrutural de tijolos, “[...] muito mais maleável do que as anteriores, propiciando a confecção de vãos cada vez mais elaborados”⁴⁰, possibilitando melhor nível de acabamento, sem as limitações da antiga taipa.

⁴⁰**BENINCASA**, Vladimir. Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830-1930. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2003, p. 117.

Aspectos Internos: Tipologia e uso dos espaços

O programa dos casarões foi mudando ao longo do século XIX e, de acordo com Marins (2004, p.179), essa mudança

[...] evidencia uma lenta aproximação das elites cafeicultoras em direção às novas formas de sociabilidade dos salões, amplos o suficiente para abrigar festas e saraus que reuniam as famílias, antes mais reservadas. Alcovas desapareceram também nos sobrados urbanos, assim como, à semelhança das sedes rurais, os corredores foram sendo utilizados para facilitar uma circulação menos invasiva. Os materiais importados, como mármore, ladrilhos, azulejos e estatuas ornamentais se disseminaram, na medida em que os trens também facilitavam seu transporte sem maiores riscos. O tijolo foi paulatinamente substituindo a taipa de pilão e o pau-a-pique, ganhando maior difusão apenas nas últimas décadas do século XIX, como aconteceu com os banheiros.

A casa urbana ainda continuava locada no alinhamento da rua, mas já incorporava ambientes com novos usos, ainda que a distribuição dos espaços ainda correspondesse aos modelos da arquitetura colonial⁴¹. Nas casas térreas a zona íntima ficava no meio da casa, entre a zona social na frente e a de serviços, ao fundo, com a “varanda” e cozinha, ainda vinculada ao partido colonial. Nos casarões mais antigos pesquisados percebemos uma maior vinculação com a tipologia colonial. Ainda que as edificações tenham sido reformadas e descaracterizadas, preservaram, em geral, a destinação original desses espaços.

Essa valorização do pavimento térreo levou Benincasa (2003, p. 106) a dizer que, no final do século XIX,

A banalização do uso do térreo provocou o aparecimento de muitas casas de um só pavimento, mesmo entre as mais abastadas, erguidas sobre porões baixos, não utilizáveis, ventilados por óculos locados sob as numerosas janelas, sendo que esses óculos se transformaram em mais um elemento de composição das fachadas.

⁴¹ REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997, p.126.

Interiormente, além da reorganização de espaços, as edificações receberam aprimorada decoração, sendo que as salas e salões das casas mais abastadas ampliaram-se em número e se especializaram em função, surgindo as saletas de recepção ou visita, de música, de jantar, entre outras. A partir desse momento os ambientes foram cada vez mais abertos às vistas alheias, para receber convidados para festas, jantares, saraus lítero-musicais. Graças aos avanços tecnológicos na iluminação dos ambientes internos nos períodos noturnos, com os lampiões de mecha circular e mangas de vidro, foi possível uma gradativa mudança nos velhos hábitos coloniais. No entanto, as dependências íntimas continuavam sóbrias. Os hábitos mudaram, principalmente os de recepção e modos à mesa, procurando reproduzir costumes europeus, pois “ser civilizado era ser educado e levar a vida conforme as metrópoles européias, entre as quais não podia faltar Paris”⁴².

Esse contexto tem sido tratado por diversos autores, entre eles, Marins (2004, p. 145), que reforça sua importância destacando a “abertura dos portos, a instalação da Corte no Rio de Janeiro e os altíssimos lucros proporcionados pelo café”, que “introduziriam os costumes sofisticados das cidades aburguesadas européias no cotidiano das elites paulistas, reduzindo a importância das tradições portuguesas” e introduzindo grande variedade de objetos importados da Europa.

Segundo Homem (1996, p. 27), “a zona de estar destinada ao estar da casa burguesa transformou-se na parte mais bem cuidada tanto do ponto de vista arquitetônico quanto decorativo. Era o local onde se exibiam a riqueza, a opulência e a educação da família e dos convivas”. Nesse sentido, tanto o estar formal quanto o informal eram representados pelo salão e sala de jantar que, além de mais amplos,

⁴² **HOMEM**, Maria Cecília Naclério. O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 55.

recebiam tratamento especial com a decoração⁴³. As paredes ganhavam um revestimento de argamassa que, a seguir, poderiam ser decoradas de várias maneiras, revestidas com papel de parede importado da Europa; ou com lambris de madeira; ou pintadas, com motivos florais, paisagens, cenas bucólicas, cenas urbanas, entre outros⁴⁴. Tal decoração de paredes internas, assim como ocorreu nas casas neoclássicas, só era efetuada em cômodos destinados às visitas. Nos cômodos mais reservados as paredes possuíam uma pintura mais simples.

Casarão Almeida Vergueiro - 1880

No acesso principal desse casarão, a porta é de madeira de duas folhas de abrir, ornadas com grandes almofadas e com puxadores em cobre, e de bandeira fixa em madeira. Os degraus que levam ao nível do piso estão recuados, criando um pequeno patamar, para permitir que se abram as folhas da porta de entrada. A soleira de granito forma um degrau sobre a rua, e nesse pequeno patamar o piso é xadrez em mármore preto e branco. Em seguida, três degraus em mármore levam ao nível da construção, com piso em madeira, para o qual se abrem as portas das salas de visitas. Esse pequeno corredor é fechado por uma porta de madeira e vidro, com bandeira de vidro fixo, que dá acesso à área íntima da casa. Por essa descrição notamos seu vínculo com as construções apresentadas por Reis Filho (1997, p. 40), onde,

[...] para solucionar o problema do desnível entre o piso da habitação e o plano do passeio, surgia uma pequena escada, em seguida à porta de entrada. Essa, com puxadores de cobre e com duas folhas ornadas de grandes almofadas, abria-se sobre um pequeno patamar de mármore, quase sempre com desenhos de xadrez em preto e branco. Após a escada, a proteger a intimidade do interior da vista dos passantes, ficava uma porta em meia altura, geralmente de vidro ou de madeira recortada.

⁴³ Ibid, p.81.

⁴⁴ **BENINCASA**, Vladimir. Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830-1930. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2003, p. 117.

Essa mesma disposição descrita acima também foi encontrada no casarão de 1903, que será descrito na sequência.

Continuando no casarão de 1880, vemos que no interior da sala à esquerda da porta principal, com pé-direito de 3,50m, as paredes são divididas em painéis, marcados por entalhes ricamente trabalhados, contendo pinturas florais. No teto, este mesmo tipo de acabamento percorre todo o perímetro e, ao centro, dando arremate para o grande lustre, uma rebuscada floral de folhas de acanto estilizadas. Estes aspectos estão de acordo com a descrição de Reis Filho (1997, p. 128) para as construções dessa época, onde

As paredes [...] eram divididas em painéis, por meio de régua de madeira. As horizontais corriam em duas alturas: a primeira ao nível dos peitoris das janelas, servindo ao mesmo tempo de resguardo para os espaldares das cadeiras que o costume dispunha, muitas vezes, enfileiradas ao longo das paredes; a outra corria bem acima, fixando o arremate de portas e janelas, que, por sua vez, faziam a marcação vertical. Recebiam os papéis decorativos e quadros.

Gigantescos lustres de cristal, por meio dos quais tentava-se multiplicar a precária iluminação das velas. Acima destes, os forros, de tabuas de madeira, eram às vezes decorados com maior apuro, principalmente nos pontos centrais, junto aos ganchos de suportar lustres.

Esta descrição reafirma o fato de que, nesse momento, os proprietários já apresentavam uma preocupação em demonstrar sua riqueza através de suas residências, sendo a área social a mais valorizada, o que foi observado por Homem (1996, p. 18) na residência paulistana, que “[...] passaria a ser a mais bem cuidada e de maior luxo, para individualizar-se, a fim de expressar o êxito econômico, o gosto, as preferências culturais do proprietário, transformando-se no cartão de visitas dos moradores”. Os costumes mais sóbrios, herdados do período colonial, foram sendo substituídos pelas salas de receber bem decoradas, com louças e mobiliário de luxo,

que possibilitavam a projeção social dos proprietários ⁴⁵. Todo o piso da casa é em parquet, com desenhos de madeira em duas cores, exceto o piso das áreas molhadas.

O casarão apresenta duas circulações: um corredor interno e outro externo. O corredor interno é o eixo que divide simetricamente a planta, apesar de hoje já estar modificada. Infelizmente, não há registros de como era a planta antigamente. Atualmente tal corredor liga a área social, composta por salas de estar e de jantar, à área de serviços, passando pelos dormitórios, e dá acesso a um alpendre, situado no meio da planta, na parte dos fundos. Já o corredor externo, lateral e descoberto, dá acesso às áreas de serviço. A circulação segregada possibilitada pelos corredores, que substituía aquela realizada através dos cômodos, garantia a constituição de uma privacidade antes inexistente⁴⁶.

Casarão do Museu e Biblioteca Municipal - 1886

Com relação ao sobrado de 1886, vemos que a entrada da edificação se dá diretamente no piso do térreo, sendo que a soleira forma dois degraus de acesso a esse pavimento. O piso no vestíbulo de entrada e no acesso à escada é cerâmico ricamente decorado com motivos geométricos e florais, e o teto é liso, e tem lustre trabalhado em ferro. Nos demais cômodos do térreo o piso atual é de taco de madeira, e no pavimento superior é feito em régua de madeira. Em ambos os pavimentos, o teto não possui ornamentação, sendo forro de madeira em todo o pavimento superior e nas salas do pavimento térreo. As paredes tampouco são ornamentadas, possuindo apenas uma régua de madeira contornando o vestíbulo de entrada, na altura da porta; no pavimento superior encontramos régua de madeira

⁴⁵ **MARINS**, Paulo César Garcez. Vida cotidiana entre os paulistas: moradias, alimentação, indumentária. In: Setubal, Maria Alice. Terra paulista: histórias, arte, costume. São Paulo: CENPEC/IMESP, 2004, p.146.

⁴⁶ Ibid., p. 179.

nas paredes de todos os cômodos, na metade da altura das portas. A pouca ornamentação do interior do casarão pode ser vista nas colunas existentes no hall e nas salas do térreo, compostas por fuste com êntase e capitel renascentista com acanto em volutas e colarinho. Nesse sentido, percebemos que esse exemplar se encaixa na descrição dos sobrados da época, onde o piso térreo, que antes era reservado às lojas, aos escravos e aos depósitos, passou a ser utilizado pelos moradores, dando origem a novos espaços, que passaram a ser ocupados pelos cômodos de permanência diurna da família, para fins mais valorizados socialmente⁴⁷, sobre pisos de assoalho, apoiados em vigas de madeira, a cerca de um metro do chão dos antigos porões.

Junto à rua foram localizadas as salas de recepção, a chamada área social, e mais para o interior, ainda no térreo, situaram-se os cômodos de serviço e, no sobrado, os cômodos mais íntimos, o que notamos ter sido o caso nesse sobrado. Ao estudarmos a planta com os acessos antigos, notamos que havia uma única circulação central, que ligava a porta de entrada à porta dos fundos da cozinha. A partir dessa circulação acessava-se a escada para o segundo pavimento e, na cozinha, a porta que dava para a rua. No pavimento térreo observamos grandes cômodos provavelmente parte da zona de estar da residência, local das grandes recepções e jantares de negócios. A partir do vestíbulo de distribuição, acessam-se as salas de estar e jantar; acessa-se à esquerda o que pode ter sido um gabinete no térreo exatamente à frente da edificação, e a escadaria em madeira que leva ao segundo pavimento. No segundo pavimento chega-se a um vestíbulo particular, que dá acesso aos antigos quartos da residência. O pé-direito é de 5,20m em ambos os

⁴⁷ REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997, p.42.

pavimentos. Nota-se a ausência de alcovas, tendo os cômodos iluminação e ventilação diretos e adequados.

De acordo com o funcionário do museu, foi realizada pela Prefeitura uma intervenção em dezembro de 2002. No entanto, podemos perceber que foram realizadas outras modificações no prédio no século XX, pois notamos o fechamento dos vãos no embasamento, que serviriam para ventilação do porão, além da substituição da porta que existia na provável cozinha por uma janela, e o conseqüente fechamento do acesso para a rua. Notamos também o fechamento de uma porta no interior do casarão, na parede que separa o que deveria ter sido a sala de jantar da cozinha. Em 1886, havia uma edícula nos fundos do terreno, que apresentava ligação direta com a cozinha. Já em foto de 1897, notamos que a edícula foi demolida, e vemos uma porta de acesso direto da cozinha para o quintal. Não existem mais vestígios de zona de serviços. Nos fundos do lote foi erguida uma nova edificação, e foi criada uma ligação interna entre os dois prédios.

Como vimos acima, à descrição das entradas das edificações dessa época corresponde à entrada do casarão de 1903, que é constituída por um patamar sobre o qual se abrem as folhas da porta principal e cuja soleira de granito forma um degrau sobre a rua, com o patamar sendo de piso em madeira. Depois, há onze degraus em madeira que levam ao nível do casarão, um pequeno vestíbulo, também com piso em madeira, para o qual se abrem as portas da sala de visitas e de um atual dormitório. Todo o piso da casa é assoalho em madeira, e cerâmica na cozinha e banheiros. Esse hall é fechado por uma porta de madeira com almofadas e bandeira de vidro fixo, que dá acesso à área íntima da casa. A partir desse hall acessa-se um pequeno corredor para onde se abrem as portas da sala de jantar, de

dois dormitórios e da cozinha, que possui uma escada de acesso direto ao quintal e ao porão.

Notamos que não há, em nenhum compartimento, paredes e tetos ornamentados. Estes foram provavelmente cobertos, mas não encontramos informações a esse respeito. Há, no entanto, lustres ricamente ornamentados nas salas de estar e de jantar, e mais singelos nos dormitórios.

Há no casarão um corredor interno, que é o eixo que divide simetricamente a planta, hoje um pouco modificada. A partir desse corredor acessam-se os vários cômodos da edificação, sendo que do lado direito estão localizados os dormitórios, e do lado esquerdo estão as salas de estar e jantar, ambas com portas abrindo para a sacada de guarda corpo de gradil de ferro, localizados na fachada lateral. Nos fundos estão localizados um dormitório e um banheiro, e também a cozinha, que se liga ao quintal por uma escadaria de dezoito degraus. O porão, de altura suficiente para ter sido habitado no tempo em que foi construído, passou por uma reforma e hoje abriga uma casa separada do casarão, com dormitórios, cozinha, banheiro e área de estar. É evidenciado nas fachadas por bossagem imitando pedras aparelhadas.

Casarão Chiquinho de Marco - 1900

Atualmente, a entrada do casarão de 1900 é constituída por um hall para onde se abre a porta da frente, cuja soleira forma um degrau sobre a calçada. O piso é todo original, em assoalho de pinho de Riga, de acordo com o proprietário. O interior do casarão é bastante simples, sem ornamentos. A partir do hall acessa-se à esquerda a sala de estar e dois dormitórios à direita; depois há um corredor que dá acesso a um dormitório do lado esquerdo e à sala de jantar. A partir dessa sala acessa-se um dormitório à esquerda, um dormitório na parede do fundo e a atual

cozinha do lado direito. Pela cozinha chega-se ao alpendre dos fundos, por onde se acessa o banheiro e para onde se abrem as janelas dos quartos. O piso na cozinha, no banheiro e no alpendre é o ladrilho hidráulico. Nota-se que existem basicamente duas as vias de circulação paralelas, uma interna pela construção, e outra pelo alpendre, encaixando-se nos critérios de circulação descritos por Lemos (1989, p. 98), onde houve “[...] a substituição do primitivo corredor externo, agora transformado em jardim, por um corredor coberto, isto é, por um alpendre disposto longitudinalmente ao longo da casa, para o qual abriam as janelas dos dormitórios”. Nos fundos do lote há um cômodo para despejo, um local para lavar roupas e um banheiro, a ‘casinha’, com apenas uma bacia sanitária. Esse local foi, provavelmente, apenas fossa na época da construção. O pé-direito é de 3,20m.

Vemos, portanto, que a velha casa colonial, de conforto moderado e mobiliário rústico, encheu-se de repente de inúmeros artefatos industrializados, ingleses, que facilitavam o serviço doméstico e aumentavam o conforto, principalmente na residência dos mais abastados. Os fazendeiros de café e posteriormente os profissionais liberais tinham o desejo de adotar as novidades construtivas, e tinham os meios financeiros e culturais de realizá-lo⁴⁸. A sofisticação das casas deu-se em todos os níveis. As áreas de estar foram progressivamente adquirindo uma característica de abertura ao exterior, às visitas, assumindo maior importância pela intensificação das relações sociais, ganhando, dessa forma, decoração e mobiliário cada vez mais primorosos. O piso nos ambientes internos, o assoalho colonial permaneceu, porém agora provido de tábuas de diferentes

⁴⁸ **BORTOLUCCI**, M. Ângela P. de Castro e Silva. Moradias urbanas construídas em São Carlos no período cafeeiro. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991, p.89.

madeiras, mais estreitas e melhor cortadas, com encaixe do tipo macho e fêmea, em várias tonalidades, compondo desenhos, ou ainda o piso de tacos de madeira, os ‘parquets’. O forro ganhou destaque e era obrigatória sua decoração nos ambientes sociais, sendo o tipo de composição mais comum o saia e camisa. Não obstante, já apareciam novas soluções, “[...] com tábuas formando desenhos geométricos em losangos e retângulos concêntricos, muitas vezes seguindo o mesmo desenho do assoalho”. Ao meio, recebia “o arremate de medalhões entalhados em madeira, dos quais pendiam belos lustres de cristais importados” ⁴⁹, como no caso desses exemplares.

Nas áreas íntimas, a maior mudança foi o desaparecimento das alcovas, que nem foram encontradas nesses exemplares, sugerindo que já se fazia presente a preocupação com a salubridade das edificações. Contudo, vemos que o surgimento dos banheiros internos ainda não foi assimilado nesses exemplares, tendo sido introduzidos tardiamente por reformas que descaracterizaram a planta e, por vezes, a fachada, como no caso da fachada interna do casarão de 1880. Encontramos a antiga ‘casinha’ dos tempos coloniais no exemplar de 1900. No caso desses exemplares, vimos que a zona de serviço estava incorporada à habitação, apesar de permanecer como apêndice, no fundo da casa, nunca merecendo o acabamento primoroso destinado à área de estar, como, por exemplo, no sobrado de 1886, e no casarão de 1900.

As mudanças na tipologia dessas residências foram lentas, pois ainda predominava a volumetria sem movimento, estática, em um bloco único com apêndice no sobrado de 1886 e no casarão de 1903, e um bloco em forma de “U”

⁴⁹**BENINCASA**, Vladimir. Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830-1930. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2003, p. 118.

voltado para o interior do lote, no casarão de 1880, com a mesma volumetria compacta. As zonas de estar, íntima e de serviços, quando foi possível realizar uma análise, permanecem bem delimitadas, com a área social já se abrindo para o exterior. De maneira geral, esses proprietários enriquecidos direta ou indiretamente com o dinheiro do café, souberam aproveitar as inovações tecnológicas e formais disponíveis, construindo ou aperfeiçoando suas residências de modo a deixá-las em conformidade com o espírito de sua época.

3. Capítulo 3 – A transição: consolidação dos recuos laterais.

Este capítulo trata das implantações de transição, com a consolidação dos recuos laterais, e posteriormente estuda as localizações dos casarões, seu histórico, as implantações nos lotes e os estilos adotados nas construções, analisando os partidos adotados e a predominância de certas tipologias, dos casarões edificados ainda no alinhamento, como no segundo capítulo.

As várias transformações ocorridas durante a segunda metade do século XIX no Brasil foram decisivas ao desencadear o processo de revisão da moradia em relação à forma de construir e de morar, levando ao “desprestígio dos velhos hábitos de construir e habitar”¹.

A nova situação econômica decorrente da produção cafeeira permitiu a apropriação de novas formas de vida, mudando hábitos e costumes já ultrapassados, e possibilitou a generalização do uso de equipamentos importados, libertando os construtores do primitivismo das técnicas tradicionais de construção, ao financiar os novos processos de produção, inclusive o da construção civil. Os avanços tecnológicos atingiram todas as camadas da sociedade do século XIX, com o aparecimento de novas técnicas construtivas e com o aperfeiçoamento das indústrias de materiais, como o ferro e o vidro. Essas transformações foram

¹ REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997, p. 44.

viabilizadas pela modernização dos transportes, uma vez que o aparecimento das linhas férreas permitiu o deslocamento e o intercâmbio de materiais e experiências.

Além disso, com a substituição do trabalho escravo e o início da imigração européia essas novas técnicas construtivas puderam ser aperfeiçoadas. Os hábitos diferenciados das massas imigradas contribuíram também para o aparecimento dos novos esquemas de implantação, onde as edificações começavam a se afastar dos limites com os lotes vizinhos e introduziam jardins laterais, sob a inspiração do Ecletismo. Ainda havia residências edificadas totalmente no alinhamento dos lotes, resquício da arquitetura colonial, e que posteriormente foram sendo afastadas de um lado, apresentando essa nova implantação. Reis Filho (1997) explica que

As primeiras transformações verificadas então nas soluções de implantação ligavam-se aos esforços de libertação das construções em relação ao limite dos lotes. O esquema consistia em recuar o edifício dos limites laterais, conservando-o freqüentemente o sobre o alinhamento da via pública. Comumente o recuo era apenas de um dos lados; do outro, quando existia, reduzia-se ao mínimo.

As exigências com relação às mudanças das condições de higiene solicitavam ambientes com ventilação e iluminação adequados, sendo que os recuos laterais, e às vezes frontais, supriam tais demandas. Segundo Homem (1996, p. 77), “tudo indica que essa tendência de jardins com entradas laterais seja do terceiro quartel do século (XIX), quando se começou a valorizar a ventilação e a insolação das casas, em vista da profilaxia das moléstias transmissíveis”. Nesse momento, “a arquitetura aproveitava o esquema da casa de porão alto, transferindo, porém a entrada para a fachada lateral” (REIS FILHO, 1997, p. 46), com acesso pelo jardim, eliminando-se a porta diretamente colocada sobre a calçada ². Esse novo esquema de implantação rompia com as tradições coloniais e exigia modificações tanto nos

² **MARINS**, Paulo César Garcez. Vida cotidiana entre os paulistas: moradias, alimentação, indumentária. In: Setubal, Maria Alice. Terra paulista: histórias, arte, costume. São Paulo: GENPEC/IMESP, 2004, p. 179.

tipos de lotes quanto nas edificações, que passavam a ser dotadas de serviços de água e esgoto.

Os usos e as formas da arquitetura residencial foram se modificaram para atender às exigências de uma classe enriquecida pela cafeicultura, que cada vez mais almejava ver-se europeizada. Assim os proprietários mais abastados buscavam e obtinham “maior refinamento técnico, uma integração crescente nos benefícios da civilização industrial e, conseqüentemente, um refinamento de usos, até então desconhecidos “³. A solução arquitetônica e a decoração interna destas residências teriam de refletir não apenas o poder econômico, mas o gosto, o grau de informação e o cosmopolitismo de seu proprietário, e também sua implantação deveria seguir os novos modelos, atestando dessa forma sua inclusão na modernidade.

O processo de consolidação dos recuos laterais foi lento, através de sucessivas experiências. Os primeiros exemplares apresentavam apenas discreto afastamento em um dos lados, sendo que posteriormente foram se definindo claramente os jardins do lado, valorizando socialmente as elevações laterais que para eles se voltavam.

Segundo Reis Filho (1997, p. 50), nos anos da transição dos séculos XIX para o XX, antes de 1914, “[...] podia-se considerar como completa a primeira etapa de libertação da arquitetura em relação aos limites dos lotes. Fundiam-se, desse modo, duas tradições: a das chácaras e a dos sobrados”. No entanto, em Pinhal ainda encontramos exemplos tardios dessa implantação acontecendo nas décadas de 1910 e 1920, extrapolando no tempo. O autor afirma ainda que a conservação dos edifícios sobre o alinhamento frontal, na via pública, revela “[...] os compromissos de

³ REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997, p. 50.

um passado ainda recente com o de trabalho escravo e com os esquemas rígidos dos tempos coloniais” (REIS FILHO, 1997, p. 54). Internamente, a destinação geral dos compartimentos ainda era a mesma, com a parte da frente, a zona social com a sala de visitas, abrindo para a rua; os quartos acessados por um corredor ou dispostos em torno da sala de jantar (ou varanda), no centro; e a zona de serviços, com a cozinha e o banheiro, nos fundos. Esse esquema de circulação substituiu o partido colonial, e é caracterizado, segundo Lemos (1989, p. 96), “[...] pelo corredor lateral descoberto, patrocinador de ar e luz aos cômodos intermediários. Essa nova solução realmente foi um rompimento com a tradição”. As residências mais abastadas contavam com lotes laterais ajardinados, e aquelas cujas possibilidades não permitiam isso, apresentavam pequenas entradas descobertas, fechadas por portões de ferro.

Como exemplo dessa nova forma de implantação com recuos laterais, em Pinhal, de relação da arquitetura com o lote e também com a cidade, temos as imagens das edificações remanescentes 02, 03, 05, 06 (o prédio da esquerda foi demolido na metade de 2010), 07, 10, 11, 12, 16 e 19 do Apêndice 4; e também as fotografias 06, 11 (que é o casarão remanescente nº 03), 12, 19, 23 (que é o casarão remanescente nº 07), 25, 26, 28, 32, 39, 74 (que é o casarão remanescente nº 19, descaracterizado), e 86, feitas na transição do século XIX para o século XX, constantes do ‘Álbum do Pinhal, 1903’ (ANEXO 3). Além dessas, outras quatro edificações também apresentam a implantação com recuos laterais, tendo sido realizados levantamentos completos, e são discutidas nesse capítulo. São elas:

Casarão Barão de Motta Paes, de 1890 (figura 39 do Anexo 3);

Chalet Monte Negro, de 1896 (figura 84 do Anexo 3);

Casarão Arnaldo D’ávila Florence, da década de 1910;

Casarão Francisco Ribeiro, de 1920-25.

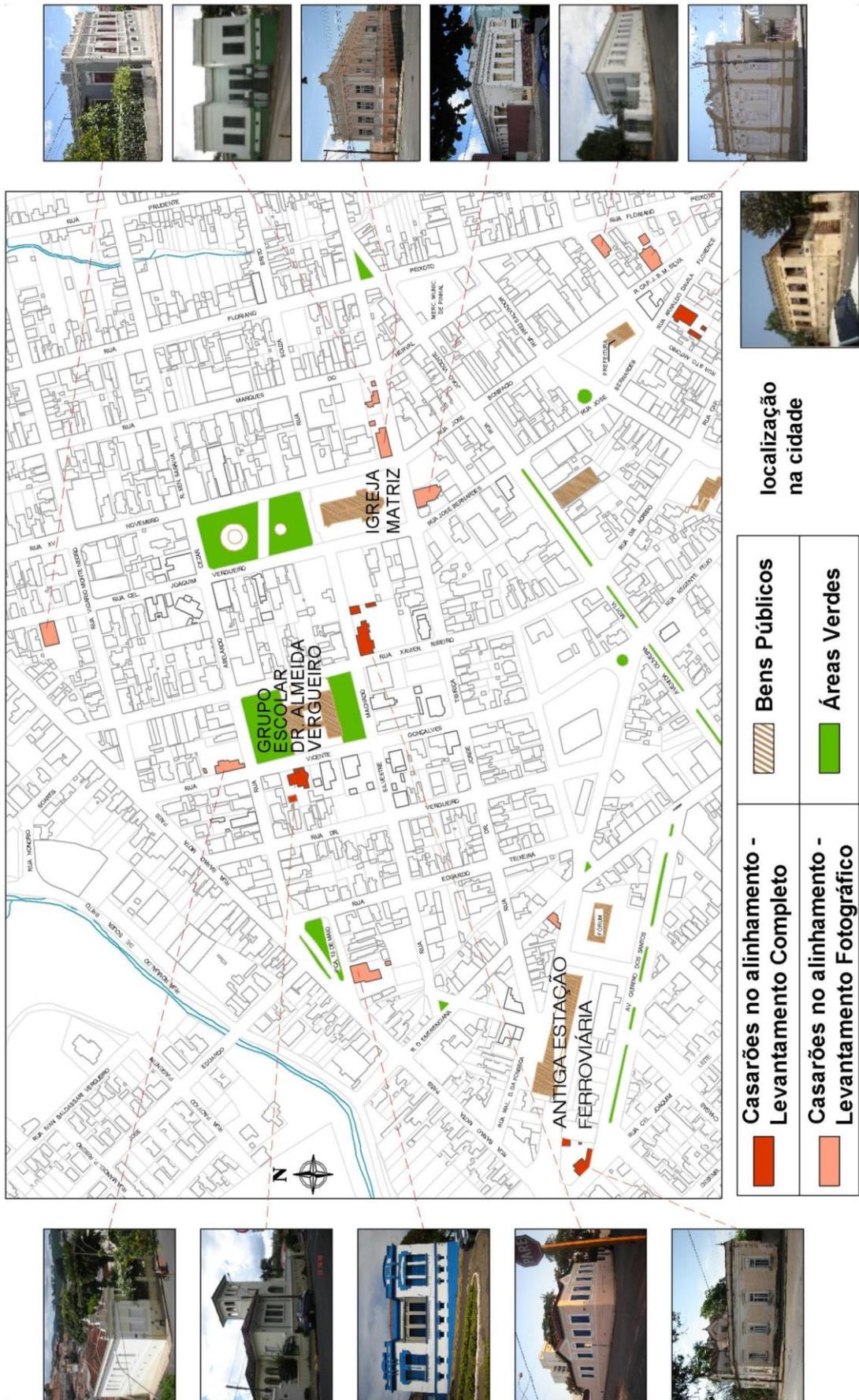


Figura 75. Mapa dos casarões de transição, edificados no alinhamento frontal dos lotes e com recuos laterais.

Segundo Benincasa (2003), é a partir desse momento que as ideias higienistas e os novos conceitos do morar europeu se instalam em São Paulo⁴. Assim, além das soluções internas das residências, que buscavam mostrar o poder econômico e cultural do proprietário, as exigências com relação às mudanças das condições de higiene requeriam ambientes com ventilação e iluminação adequados, sendo que nesse momento os recuos laterais supriam tais demandas⁵.

Ao mesmo tempo, a tecnologia construtiva sofreu grandes modificações principalmente nas últimas décadas do século XIX, uma vez que a alvenaria do tijolo com a vinda dos imigrantes veio substituir as antigas técnicas do adobe e das taipas de mão e de pilão. Os imigrantes, inclusive, contribuíram para a modificação da paisagem urbana por terem aberto muitas olarias, possibilitando a popularização dessa nova técnica construtiva, que era muito mais maleável do que as anteriores, permitindo a confecção de vãos maiores nas fachadas.

Histórico e localização na cidade

As edificações construídas nas quadras ao redor da Praça da Matriz, região nobre da cidade, eram luxuosas moradias da aristocracia cafeeira, que refletiam o poder econômico, social e político dos moradores, como vimos. Percebemos a preferência da elite cafeeira também por se instalar, além da Praça da Matriz, em quadras mais abaixo, ao redor do Grupo Escolar Dr. Almeida Vergueiro, projetado por Victor Dubugras, de 1897. Foi o caso do casarão que veremos em seguida.

⁴ **BENINCASA**, Vladimir. Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830-1930. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2003, p. 113.

⁵ **REIS FILHO**, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997, p. 46.

Casarão do Barão de Motta Paes - 1890

Esse casarão se localiza em uma das quadras ao redor da escola, abaixo da antiga Praça da Matriz, ocupando um grande lote de esquina, de frente para a Rua Xavier Ribeiro e com o lado esquerdo voltado para a Rua Silvestre Machado.

Esse casarão, residência urbana do Barão no final do século XIX, foi construído por José Ribeiro da Motta Paes, natural de Conceição dos Ouros, MG. Posteriormente, foi alugado para Silvestre Machado, seu advogado, sendo que no álbum organizado pelo Comendador Monte Negro o advogado aparece como proprietário em 1903.

O Barão foi o maior proprietário de terras em Pinhal, além de homem influente na cidade, tendo sido proprietário de outras edificações, como por exemplo, o casarão que aparece na figura 30 do Anexo 3. Foi o mentor do processo que elevou a freguesia a vila em 1877, e atuando na política, foi Presidente da Câmara em 1879 e posteriormente, por mais três vezes, quando ainda era Tenente-coronel, sendo membro do Partido Liberal. Recebeu o título de Barão, por Decreto Imperial, em 23 de dezembro de 1887 ⁶, por serviços prestados à sociedade e por sua atuação contra a escravidão. Por conta das pressões para o fim da escravidão, libertou seus escravos em 16 de abril de 1888, juntamente com outros fazendeiros da cidade. Eles pretendiam se mostrar abolicionistas, mas os libertaram apenas um mês antes da assinatura da Lei Áurea. Foi também um dos organizadores da Companhia Carris de Ferro Pinhalense, que pretendia instalar a ferrovia na cidade. De acordo com

⁶ BARTHOLOMEI, Marly de Alencar Xavier. Espírito Santo do Pinhal – O Romance de Pinhal. São Paulo: Bellini Cultural, 2010, p. 83.

Bartholomei (2010), o Barão passou seus últimos anos e faleceu no casarão, em 19 de dezembro de 1915, com 87 anos, de onde partiu o cortejo fúnebre⁷.

Chalet Monte Negro – 1896

Ao contrário dos outros fazendeiros, encontramos diferente opção por parte do Comendador Monte Negro, que preferiu se instalar longe do centro, próximo à Estação Ferroviária recém-inaugurada, exatamente onde os imigrantes não pertencentes à elite habitavam, local que Tamaso (1998) chamou de “parte baixa” da cidade ⁸. Essa região compreendia o entorno da Vila Monte Negro, próximo ao prédio da Estação Ferroviária e ao ‘chalet’ do Comendador, sendo que ambas as edificações pertenciam ao Comendador João Elisário de Carvalho Monte Negro. Próspero fazendeiro de café, Monte Negro loteou essas terras e fundou a Vila Montenegro, doando uma parte para a instalação do prédio da Estação Ferroviária e construindo, em 1896, o ‘chalet’ em um dos seus terrenos. O fechamento do terreno desse casarão era feito por meio de gradis de meia altura em 1903, mas atualmente é cercado por muros altos, e tanto o portão de acesso principal quanto o portão para automóveis são em madeira, sem ornamentos.

Monte Negro emigrou para o Brasil no início da década de 1840, vindo de Lousã, próximo a Coimbra, Portugal, e se dedicou primeiramente ao comércio, trabalhando como caixeiro viajante. Realizou sua primeira viagem à província de São Paulo em 1856, e já em 1867 comprou as terras onde fundou a Colônia Nova Louzã, onde se estabeleceu com 29 imigrantes portugueses, “com trabalho livre e

⁷ Ibid, p. 86.

⁸ **TAMASO**, Izabela. Tratorando a história: percepções do conflito na prática da preservação do patrimônio cultural edificado em Espírito Santo do Pinhal (SP). Brasília, Dissertação (Mestrado) – PPGAS/UnB, 1998, p. 29.

remunerado em plena época do regime de escravidão no Brasil”⁹ (ANEXO 1). Em 1894 realizou uma viagem à Europa, retornando um ano depois, e em 1896 construiu seu casarão, conhecido em Pinhal como ‘chalet’ do Comendador. Faleceu em 8 de maio de 1915, com quase 91 anos, solteiro, e está sepultado no Cemitério Municipal de Pinhal em um túmulo simples, segundo seu desejo expresso em testamento. Como não teve filhos, deixou o chalé para seu sobrinho Alfredo. O segundo proprietário do casarão era da família Pieroti, e em 1949 passou a pertencer a Fernando V. Martins, sendo que sua esposa, Lavínia Lessa Martins, vendeu o imóvel em 1976 para o atual proprietário, Jacob Leme Antunes.

Entendemos que a opção do Comendador por construir sua residência nesse local se deve ao fato de ser possuidor de quase todo o entorno nessa região, e, além disso, também era imigrante como a maior parte da população desse local. Foi uma pessoa de ideias progressistas, avançadas para a época, e pudemos perceber pelos registros (ANEXO 3) que era uma pessoa altruísta, livre de preconceitos. Talvez por tudo isso Monte Negro tenha se sentido livre para se instalar em suas terras, em oposição à elite do entorno da Igreja Matriz. Acreditamos, inclusive, na hipótese de ter sido o Comendador de certa forma excluído da sociedade abastada da época, ainda que de maneira sutil e velada, por causa de seus pensamentos de liberdade em uma época de escravidão; de igualdade em um tempo da mais marcada discriminação social.

Casarão Arnaldo D'ávila Florence – década de 1910

Esse casarão foi construído em uma das quadras ao redor do prédio da Prefeitura Municipal - Praça Rio Branco, em frente à quadra onde há o atual prédio

⁹ BARTHOLOMEI, Marly de Alencar Xavier. Espírito Santo do Pinhal – O Romance de Pinhal. São Paulo: Bellini Cultural, 2010, p. 64.

da Câmara Municipal. Ocupando um grande lote no meio da quadra, foi edificado na década de 1910, mas não foram encontradas informações sobre a data exata da construção. Estima-se que tenha sido construída nesse período através de dados obtidos em jornais da década, e também porque a edificação faz parte dos bens pinhalenses tombados, construídos entre 1880 e 1920 ¹⁰. O primeiro proprietário foi Paulino de Sousa Pinto, também fazendeiro de café e neto do fundador da cidade, Romualdo de Souza Brito. O imóvel foi vendido para Dr. Arnaldo D'ávila Florence próximo à década de 1940, e permanece na família até hoje, sendo de propriedade de M. Célia do Amaral D'ávila Florence, mulher do neto de Arnaldo.

Dr. Arnaldo era filho de Amador Bueno Machado Florence, que era neto de Hércules Florence, francês que chegou ao Brasil em 1824, famoso por participar da Expedição Langsdorff e por ter sido o precursor no invento da fotografia. Seu avô era também Amador Bueno Machado Florence, irmão, entre outros, de Francisco Álvares Machado Florence, pai de Francisco Álvares Florence, prefeito de Pinhal na década de 1940; e por parte de pai, irmão de Henrique Florence, engenheiro formado na Alemanha, que morou e trabalhou em Pinhal em fins do século XIX, por volta de 1890. Dr. Arnaldo ocupou, por quase vinte anos, a vaga da Cúria Metropolitana do Estado no conselho do Condephaat.

A expansão urbana da cidade seguia, além do eixo Praça da Matriz – Estação Ferroviária, a direção do edifício da Prefeitura Municipal, sendo que esse exemplar se encaixa nessa ocupação.

¹⁰ A edificação foi tombada, como componente do Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal, pela Resolução SC-35, de 16.11.1992, processo de tombamento no 26.264/88, arquivo do Condephaat. O parecer para tombamento deste imóvel, além de ressaltar o valor arquitetônico, informa seu “significado histórico afetivo, referência de um espaço de luta, de quem precocemente militou na área da preservação constituindo-se o imóvel, sobretudo por seu acervo, em núcleo da memória paulista e local”, referindo-se ao Dr. Arnaldo.

O casarão da década de 1910 pode ser considerado um exemplar tardio, pois apresenta apenas recuos laterais; da mesma forma, o Casarão Pedro Marangoni também é tardio, tendo o mesmo partido de fins do século XIX em 1920.

Casarão Francisco Ribeiro – 1920-25

Esse casarão localiza-se no centro da cidade, a duas quadras da Praça da Independência, e tem a frente voltada para a Praça da Bandeira, onde está edificado o Grupo Escolar Dr. Almeida Vergueiro, ocupando um lote no meio da quadra.

Começou a ser construído em 1920, e foi finalizado em 1925. De acordo com relatos do atual proprietário, o médico Dr. Coutinho iniciou a edificação, mas vendeu o casarão logo em seguida para o fazendeiro Francisco Ribeiro, que o finalizou. O atual proprietário também afirma que Francisco utilizava o mirante para deixar trancadas suas filhas mais velhas. No entanto, não foram encontrados documentos que comprovem essa versão.

Encontramos no livro de Roberto Capri, *O Estado de São Paulo e o Centenário da Independência: o Comércio e a Indústria*, de 1926, uma foto do casarão como sendo de propriedade do fazendeiro de café José dos Reis Pontes. Aparece em foto de 1949 como sendo de propriedade de João Alfredo Ribeiro. Atualmente, o lote onde está o casarão apresenta-se subdividido, sendo que a parte dos fundos, que chegava até a rua da quadra de baixo, foi desmembrado e vendido em data não sabida.

Implantação da edificação no lote

As primeiras residências urbanas com nova implantação apareceram somente após a supressão do tráfico de escravos e o início da imigração européia, e com o

desenvolvimento do trabalho remunerado e a implantação do sistema ferroviário, “[...] com o que se poderia chamar de ‘deslocamento’ da construção dos limites do lote e um esforço da conquista e incorporação do espaço externo à arquitetura das residências” ¹¹.

As exigências com relação às mudanças das condições de higiene solicitavam ambientes com ventilação e iluminação adequados, fato que requeria o distanciamento da edificação do alinhamento lateral do lote a fim de haver espaço para a abertura de janelas e portas, sendo que os recuos laterais apareceram para preencher tais demandas. Essas edificações foram sendo progressivamente afastadas de um lado, surgindo novo esquema de implantação, com jardim e entrada laterais. Nesse momento, “a arquitetura aproveitava o esquema da casa de porão alto, transferindo, porém a entrada para a fachada lateral” (REIS FILHO, 1997, p.46), com acesso pelo jardim.

Dessa forma, “[...] as primeiras transformações verificadas então nas soluções de implantação ligavam-se aos esforços de libertação das construções em relação ao limite dos lotes” ¹², recuando o edifício dos limites laterais e freqüentemente conservando a fachada frontal sobre o alinhamento da via pública.

No entanto, a manutenção da casa térrea de porão alto implicava em desnível com relação ao terreno, dificultando o contato da arquitetura com os jardins laterais. Essa questão foi resolvida com a “[...] presença de varandas apoiadas em colunas de ferro, com gradis, às quais se chegava por meio de caprichosas escadas com degraus de mármore” (REIS FILHO, 1997, p. 46). Exemplos desse tipo são os casarões analisados nesse capítulo.

¹¹ REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997, p. 48.

¹² Ibid., p. 44.

Casarão Arnaldo D'ávila Florence – década de 1910

Esse exemplar tem a solução acima descrita, com a cobertura do alpendre de entrada sustentada por colunas de ferro. No caso desse casarão, o terreno apresenta pouco declive, e está implantado em um grande lote no meio da quadra, ocupando o alinhamento frontal e tendo duas entradas com jardins laterais. Olhando o casarão de frente, vemos, do lado direito, a entrada para pedestres, que leva por uma escadaria ao alpendre de acesso principal à residência. Do lado esquerdo existe um acesso para veículos, além do jardim. É uma casa de porão alto, de uso residencial, que se configura em formato de “U”, com a fachada principal erguida sobre o alinhamento das ruas, com pouca e sóbria ornamentação, no estilo eclético, apresentando influência do art nouveau e secession, além de algumas características neoclássicas, como volumetria compacta, simetria na fachada, modenatura com proporções rígidas, platibanda com balaustrada.

Este exemplar se encaixa na descrição de Homem (1996) do sobrado do Coronel Carlos Teixeira de Carvalho, construído em São Paulo no ano de 1884, sendo igualmente isolado das laterais do lote,

[...] já contando com duas entradas, a social, feita pelo portão de ferro, mais estreito, o qual introduz o visitante pelo alpendre que acompanha lateralmente a casa, e a de serviço, mais larga, por onde transitavam os criados e os carros a tração animal ¹³.

Pela comparação das datas, vemos que casarão de Pinhal, é, portanto, um exemplar tardio.

¹³ **HOMEM**, Maria Cecília Naclério. O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 111.

Casarão Francisco Ribeiro – 1920-25

Da mesma forma, o casarão de 1920 também tem a fachada principal erguida sobre o alinhamento do lote, tendo dois grandes recuos laterais com jardins, sendo que apenas um dá acesso à residência e à garagem. É uma casa de porão alto, de uso residencial, que se configura em formato de “T”, cujo terreno tem pouco declive. Olhando o casarão de frente, vemos, do lado direito, a única entrada, com um portão de ferro artisticamente trabalhado, que leva por uma escadaria, de degraus em mármore, ao alpendre de acesso principal à residência. O lado esquerdo, sem acesso, é fechado por gradis trabalhados sobre base de alvenaria.

Ao contrário desses casarões, que foram implantados em quadras no meio dos lotes, dois outros casarões têm o esquema de implantação com recuo lateral, pertencentes, entretanto, ao final do século XIX, tempo em que essa solução surgia: o casarão de 1890, do Barão de Motta Paes, e o de 1896, do Comendador Monte Negro. Por estarem implantados em lotes de esquina, ambos se encaixam na descrição de Lemos (1989), sendo que

Quando em lotes de esquina, ficavam essas casas exatamente sobre os alinhamentos convergentes para permitirem o máximo de recuo lateral, recuo às vezes de mais de 15 ou 20 metros. Portanto, lotes muito grandes e de exceção na trama urbana e já houve gente que ligou essa amplidão ajardinada a uma saudade da fazenda, da roça [...], desejo, para quem podia gastar, de alargar o tal corredor lateral descoberto, quase sempre desproporcionado dada a grande altura das paredes em relação à sua largura¹⁴.

Casarão Barão de Motta Paes – 1890

É um sobrado, de uso residencial, elevado do solo e com porão alto, possibilitado pelo declive do terreno, erguido no alinhamento frontal e com amplo jardim lateral, para onde estão voltados o alpendre e a porta da entrada principal.

¹⁴ LEMOS, Carlos A.C. Alvenaria Burguesa. São Paulo: Nobel, 1989, p. 98.

Sua volumetria é compacta, e a fachada principal, de modenatura com proporções rígidas e ritimadas, está localizada de frente para a Rua Xavier Ribeiro, sendo o acesso lateral limitado por um portão de ferro artisticamente trabalhado, além de gradis fixos, separados por colunas. Pela Rua Silvestre Machado há um acesso de serviços e automóveis, nos fundos do lote, onde há edificações, e onde há entrada para o casarão pela cozinha. O casarão já incorpora a linguagem eclética, edificado em tijolos e cujo telhado é em águas, de telhas francesas e com beiral em todas as fachadas, acompanhando a planta.

Chalet Monte Negro – 1896

Seguindo essa descrição também há o sobrado de 1896, cujo terreno tem um pequeno declive. É de uso residencial, elevado do solo com base de pedra e com porão que aproveita o declive natural do terreno, erguido no alinhamento e com jardins laterais, sendo sua volumetria movimentada. Está implantado em lote bastante irregular, com seu formato parecido com um triângulo, e três faces são voltadas para diferentes ruas. Ocupa parte do alinhamento do lado da Rua Coronel Joaquim Leite, sendo cercado no outro lado, na frente e nos fundos por um grande jardim. A entrada principal está voltada para a rua paralela à rua do prédio da Estação Ferroviária, e há um acesso de serviços e automóveis nessa mesma rua, nos fundos do lote, onde existem uma garagem coberta e uma casa de empregados que não fazem parte do conjunto original. Por essa entrada há acesso para o casarão pela cozinha.

Esse recuo lateral provido de jardins era, nas palavras de Marins (2004, p. 180), “[...] antecessor daqueles frontais, sendo que ambos obviamente estiveram acessíveis às camadas medias ou altas, que podiam comprar terrenos maiores e liberar espaço para o cultivo de plantas ornamentais”.

Pela descrição e análise da implantação desses exemplares, percebemos que inovaram quanto ao isolamento da casa com relação aos limites do terreno, principalmente os casarões edificados no final do século XIX, pois aconteceram no mesmo período em que esse novo esquema aparecia na capital da Província. Os dois casarões das décadas de 10 e 20 do século XX são resistências.

Aspectos Externos: as características do edifício e elementos arquitetônicos

Casarão Barão de Motta Paes – 1890

O casarão de 1890 pode ser classificado dentro do estilo eclético, com características clássicas. A fachada frontal é simétrica e vemos no centro uma janela, destacada do conjunto, tendo sido encimada por frontão cimbrado interrompido em 1903, e é atualmente com beiral em duas águas, e outras duas janelas de cada lado. O tratamento da fachada lateral também apresenta simetria, por repetir o mesmo frontão da fachada principal no eixo da fachada lateral, já bastante descaracterizada. As janelas têm vergas retilíneas e folhas de abrir, as venezianas internas e as de vidro externas, com bandeira de vidro fixo.

A entrada da edificação se dá por um alpendre voltado para o jardim lateral, cujo acesso se faz por uma pequena escada com piso em mármore branco. A porta é de madeira e vidro de duas folhas de abrir, e se abre para um hall de entrada. Todo o piso da casa é em parquet, com desenhos de madeira em duas cores, exceto o piso da cozinha e banheiros. A partir desse hall, chega-se à sala de estar, por onde se acessam os outros cômodos.

Comparando-se as fotografias de 1903 e atualmente, notamos que claramente houve reformas ao longo do século XX, onde foram mudados: o alpendre

da entrada principal; o telhado, que antes tinha platibanda e atualmente tem beiral; a ornamentação das fachadas, que era ricamente trabalhada em motivos florais, assim como os frontões que encimavam as aberturas, e que hoje é bastante singela; os óculos do porão, que eram pequenos, comum à época, e hoje são maiores e com grade. Nessa época, a parte do sobrado ainda não existia. Além dessas modificações, outras internas provavelmente aconteceram, mas não foram obtidas informações a esse respeito nem a data em que ocorreram.

É interessante notar o caso desse casarão, onde inicialmente havia a platibanda escondendo o telhado, que posteriormente passou a ter beirais, situação inversa ao que acontecia com os demais exemplares analisados. Infelizmente, não foram encontradas informações nem datas que pudessem ajudar a explicar essa reforma.

Chalet Monte Negro – 1896

O sobrado de 1896 tem a fachada frontal simétrica e no centro a porta principal, de madeira de duas folhas de abrir, ornadas com grandes almofadas e com puxadores em cobre e com bandeira fixa de vidro, onde há desenhos decorativos e uma imagem não identificada. É acessada por uma escadaria que leva a um alpendre, cuja cobertura é sustentada por pilares metálicos, e uma janela de cada lado, enquadrando-se no que Reis Filho (1997, p. 165) chama de “conjuntos metálicos de maior importância”, os alpendres. Segundo o autor,

A importância funcional, plástica e construtiva que assumiram, pode ser comprovada por sua variedade e frequência. Presentes em quase todas as residências havia alguns salientes, com telhado próprio e como que justapostos à construção de alvenaria; havia outros incluídos no corpo da casa; [...] havia os cobertos de vidro.

No andar superior há uma porta que se abre para uma sacada, localizada acima da porta principal. As outras fachadas voltadas para a rua apresentam apenas janelas, e as fachadas voltadas para o jardim lateral e para o quintal apresentam portas e janelas. Encontramos na parede da varanda alpendrada do fundo, de acesso à saleta, partes revestidas com azulejos, seguindo o costume português¹⁵. As janelas do térreo têm vergas retilíneas, encimadas por frontão em massa com volutas e motivos florais, sendo a presença do peitoris marcada no revestimento das fachadas por elementos decorativos de massa, e as janelas do pavimento superior também são em vergas retilíneas, porém encimadas por frontões triangulares em massa. São de madeira, duplas de abrir com venezianas dentro e vidro por fora, onde há inscrição das iniciais MN - Monte Negro, evidenciando esmero na ornamentação e apuro construtivo. Foi edificado com embasamento em pedra, e paredes em tijolos, fabricados na olaria da Colônia Nova Louzã, de sua propriedade, que contém suas iniciais.

Podemos perceber reformas através das fotos antigas, que nos mostram o alpendre da frente ladeado por escadaria dos dois lados, diferentemente do que vemos atualmente, onde há apenas uma escada, e cujo alpendre foi aumentado até alcançar o alinhamento do lote.

Casarão Arnaldo D'ávila Florence – década de 1910

Nesse casarão vemos que a fachada frontal é simétrica e tem cinco janelas, com os óculos dos porões imediatamente abaixo dos vãos das janelas, e falsa bossagem na base. A fachada lateral esquerda também é simétrica, com cinco janelas e aberturas dos porões sob os vãos, e a fachada lateral direita apresenta

¹⁵ REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997, p. 160.

quatro janelas e uma porta, de acesso principal, pelo alpendre, que tem telhado independente sustentado por finas colunas de ferro sem ornamentos.

O acesso principal do casarão se dá pelo alpendre de entrada lateral. A partir da calçada, existem cinco degraus que levam ao nível onde se encontra o jardim lateral e o quintal nos fundos, formando um pequeno patamar a partir do qual se atinge o alpendre, subindo mais nove degraus. Aí há a porta principal, de duas folhas em madeira com almofadas e bandeira de vidro fixo, que se abre para um pequeno vestíbulo de distribuição. A porta principal tem verga reta, as portas internas são em madeira lisa, de duas folhas de abrir, com bandeira de vidro fixo, e a porta que se abre para o átrio central iluminado é em madeira e vidro, com bandeira de vidro fixo. As janelas têm vergas retas e moldura em massa no contorno, sendo encimada por frontão retilíneo, e são de guilhotina com vidros coloridos de motivo geométrico do lado externo, e duas folhas de abrir no lado interno, em madeira lisa. Reis Filho (1997, p. 163) afirma que “[...] os vidros, coloridos, conferiam ao espaço interior um encanto especial, assegurando, ao mesmo tempo, grande luminosidade”.

O telhado é de quatro águas na parte da frente, e segue os blocos laterais com três águas, sendo a parte do centro do “U” coberta com telhas transparentes sustentadas por estrutura em ferro, tendo um gradil trabalhado em voltas em seu final. Foi construído em alvenaria de tijolos. Tem platibanda ornamentada com pequeno frontão no eixo e com balaustradas apenas da fachada frontal, tendo beirais nas demais fachadas. Pode-se perceber que nesse exemplar a ornamentação das fachadas tem influências do art nouveau e também do estilo secession, saindo da linguagem clássica, mais austera.

Casarão Francisco Ribeiro – 1920-25

Analisando esse casarão, notamos assimetria na fachada frontal, sendo que do lado em que há o acesso principal para a edificação existe um alpendre, e a parede do casarão nesse local fica, portanto, recuada em relação ao alinhamento. Essa parede tem duas janelas com venezianas, de verga retilínea. No centro da fachada, cuja parede está no alinhamento, há uma janela de verga em arco pleno, e acima se ergue o mirante, coberto. Em seguida, continuando no alinhamento, há três janelas de verga retilínea. Abaixo dos vãos das janelas há os óculos dos porões. A ornamentação da fachada é sóbria, com faixas retilíneas em massa sobre as envasaduras, e imitações de pedra marcando o embasamento. O guarda corpo do alpendre apresenta ornamentos. Na fachada lateral direita há o alpendre e a escada de acesso, três janelas de vergas retas, óculos dos porões logo abaixo, e o alpendre dos fundos. Já na fachada lateral esquerda há um alpendre, em semicírculo, para onde se abrem a porta e as janelas da sala de jantar. É um alpendre coberto, com guarda corpo ornamentado e colunas unidas por arcos, e ladeado dos dois lados por escadas, com piso de ladrilho hidráulico de motivos geométricos.

O acesso principal do casarão se dá pelo alpendre da entrada lateral direita, com escada de quatorze degraus em mármore, cujo piso é ladrilho hidráulico com motivos florais. A entrada é coberta por uma estrutura de ferro trabalhada, com telhas de vidro em formato de concha, logo acima da verga. A porta principal é em madeira e vidro de duas folhas de abrir e duas folhas fixas, com gradil trabalhado em motivos Art Nouveau, com bandeira de vidro fixo. Esta se abre para um grande vestíbulo de distribuição, que tem piso de assoalho e forro também em madeira. Esse é o piso em todo o casarão, exceto nas áreas molhadas, que é cerâmico, por causa de reformas. Tem verga reta, as portas internas são em madeira lisa, de uma

folha de abrir, com bandeira de vidro fixo, e a porta que se abre para o alpendre da sala de jantar é em madeira e vidro com gradil trabalhado, e com bandeira de vidro fixo, de duas folhas de abrir. As janelas têm vergas retas e moldura em massa em cima, e são de duas folhas de vidro de abrir, com bandeira de vidro fixo. As janelas dos dormitórios têm veneziana por fora.

Percebemos nesse casarão uma identificação com algumas obras de Victor Dubugras, arquiteto que chegou a São Paulo provavelmente em 1891, segundo Reis Filho (2005, p.19), onde atuou com Ramos de Azevedo e posteriormente no Departamento de Obras Públicas de São Paulo – DOP entre 1894 e 1897. Enquanto fazia parte desse departamento, Dubugras realizou vários projetos para grupos escolares no estado de São Paulo, entre eles o Grupo Escolar Dr. Almeida Vergueiro, em Pinhal, no final do ano de 1897, coincidentemente localizado em frente ao referido casarão. A escola faz parte do grupo neogótico de obras do arquiteto.

Podemos afirmar que esse casarão, construído por Giovanni Turbiani dentro do espírito eclético, foi influenciado pelo art nouveau da fase orgânica de Dubugras, ainda que tais influências tenham sido apreendidas tardiamente, sendo que algumas semelhanças foram notadas, por exemplo, entre o casarão e os projetos de Dubugras para as residências de Flávio Uchoa, 1902, Horácio Sabino, de 1902-1904, e Numa de Oliveira, 1903, ambas parte do momento em que o arquiteto aproximava-se da organicidade¹⁶. Entre as semelhanças estão as janelas retangulares, excepcionalmente austeras; os volumes econômicos nos relevos, cuja lisura contrasta com os elementos mais rebuscados da porta principal e de sua

¹⁶ MIYOSHI, Alex. Victor Dubugras, arquiteto dos caminhos. In: Revista de História da Arte e Arqueologia. UNICAMP, Campinas, n. 12 (Jan./Dez. 2009), p. 94.

cobertura metálica envidraçada; a presença do mirante, que ele denominava torreão em suas obras; a leveza dos arcos e arremates das colunas da varanda semicircular; os balaústres em “escamas de peixe” redesenhados; os elementos metálicos com desenhos ornamentais; e outros arremates ondulados, todos presentes no referido casarão. Com relação aos mirantes, é importante a observação de Reis Filho (1997):

A preocupação de domínio da paisagem era revelada pela presença de mirantes. Sob a forma de torreões, terraços elevados, lanternins ou simples plataformas junto aos muros, eram uma constante na arquitetura brasileira de quase todo o período em que influíram os esquemas do Ecletismo. As casas mais ricas, em São Paulo, situadas nos pontos mais elevados, eram dotadas de torres com mirantes, como o comprova a maior parte das residências daquela época ou dos primeiros anos do século XX, que se conservam em bairros em torno da Avenida Paulista, Campos Elíseos ou Bela Vista¹⁷.



Figura 76. Victor Dubugras, residência Horácio Sabino, 1903, São Paulo.
Fonte: Reis Filho (2005).

¹⁷ REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997, p. 160.



Figura 77. Victor Dubugras, residência Numa de Oliveira, 1903, São Paulo.
Fonte: Ficher (2005).



Figura 78. Victor Dubugras, projeto para a Vila Uchoa, de Flávio Uchoa, 1902, São Paulo.
Fonte: Reis Filho (2005).



Figuras 79 e 80. Casarão Francisco Ribeiro, 1920-25, Espírito Santo do Pinhal – SP.

Segundo Benincasa (2003), “[...] a grande novidade nas janelas talvez tenha sido a utilização freqüente das venezianas, que se vulgarizaram a partir das ideias higienistas, por possibilitarem uma eficiente ventilação, ao mesmo tempo em que escureciam os ambientes”¹⁸. No entanto, a utilização da veneziana por fora e a vidraça por dentro só seria freqüente “já no século XX, depois de 1920”¹⁹. As antigas

¹⁸ **BENINCASA**, Vladimir. Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830-1930. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2003, p. 117.

¹⁹ **REIS FILHO**, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997, p. 161.

guilhotinas dariam espaço ao caixilho envidraçado, preso ao batente através de dobradiças metálicas, e apesar disso encontramos janelas de guilhotina no casarão da década de 1910.

Aspectos Internos: Tipologia e uso dos espaços

A edificação residencial urbana do final do século XIX passou por mudanças significativas com relação aos esquemas de implantação, como vimos. Seu interior, entretanto, ainda continuava, assim como o aspecto externo, a receber tratamento especial na decoração, nos revestimentos das paredes, dos forros e também nos pisos, ainda se mantendo como espaço de sociabilidade e como imagem representativa do poder pecuniário de seus proprietários. Nesse momento, é natural que, à sofisticação plástica, tenha correspondido uma maior complexidade dos programas e uma maior liberdade de configuração interna.

Tanto o estar formal quanto o informal persistiam, no primeiro andar, representados respectivamente pelo salão e pela sala de jantar, que recebiam tratamento especial. Eram mais amplas e a decoração mais rica, feita à base de papéis nas paredes e pinturas no forro. A sala de jantar continuava sendo o ponto mais amplo da casa²⁰.

Percebemos nos exemplares tratados nesse capítulo um distanciamento com a tipologia tradicional, já abolindo os corredores e se utilizando do hall de entrada. Apesar disso, a sala de jantar ainda era tratada como local central da habitação, da mesma forma que os paulistanos, mantendo “[...] obediência aos programas antigos que davam à sala de jantar, ou ‘varanda’, a posição de centro de interesse da moradia”. Esse espaço, também conhecido como sala-praça, “era o lugar do

²⁰ **HOMEM**, Maria Cecília Naclério. O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 81.

convívio familiar por excelência”²¹, onde todos passavam a maior parte do tempo. Essas salas se abriam para alpendres, o que as prolongava para o exterior²².

Os banheiros e as cozinhas tinham as paredes azulejadas e os pisos revestidos de ladrilho hidráulico²³, e passaram a ser, segundo Homem (1996, p.29) o foco de mecanização da casa, com o advento “[...] dos canos galvanizados e do material impermeável, a fabricação da torneira, bem como a invenção do sifão e da privada sifonada, patenteada pelos ingleses”, que “permitiram que a água corrente passasse da pia da cozinha ao lavabo e ao WC e, daí, ao banheiro”

Externamente, os pisos usados eram o ladrilho hidráulico; as pedras polidas, como mármore e granito; as pastilhas cerâmicas. Eram instalados em assoalhos de madeira, e posteriormente, “[...] foi introduzida a nova técnica de lajes construídas a partir do sistema de abobadilhas de tijolos apoiadas em trilhos de estrada de ferro, usados como viga”²⁴.

Na cozinha e nas demais dependências de serviço, apareciam utensílios como aparelhos de chá e café; fôrmas, panelas, chaleiras; talheres de prata; cristais; e nas salas surgiu uma infinidade de objetos puramente decorativos, como tapetes persas, bibelôs de porcelanas, relógios, quadros, vasos. “Por toda a casa, pequenos e grandes objetos enfeitando-a” (BENINCASA, 2003, p. 104).

Casarão Barão de Motta Paes – 1890

No interior do casarão de 1890 encontramos paredes e tetos ornamentados nas áreas sociais, onde também o piso forma desenhos em ‘parquet’ de duas cores.

²¹ LEMOS, Carlos A.C. A república ensina a morar (melhor). São Paulo, SP: Editora Hucitec, 1999, p. 24.

²² REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997, p. 166.

²³ BENINCASA, Vladimir. Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830-1930. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2003, p. 117.

²⁴ Ibid., p. 118.

Nos tetos a ornamentação é em réguas de madeira, e os motivos das pinturas parietais são florais, onde também há réguas em madeira escura. A porta que separa o hall de entrada da sala de jantar é em madeira e vidro, de duas folhas de abrir, com verga em arco. As demais portas internas, das áreas sociais, são em madeira com almofadas.

Este casarão tem um eixo interno, que divide simetricamente a planta atualmente, e que liga a sala de estar, acessada no vestíbulo de entrada, à zona de serviços, passando pela sala de jantar e possibilitando a entrada em dois dormitórios. Chegando à copa, passa-se à cozinha e daí ao quintal, e a partir dela também se chega a outro dormitório, um banheiro e à escada que leva ao pequeno segundo pavimento, composto por dois dormitórios e um banheiro. Pela sala de estar chega-se também, caminhando no sentido da rua, a outros dois dormitórios e mais um banheiro. Nos fundos da edificação há uma edícula e garagens. Por estar localizado ao redor do Grupo Escolar Dr. Almeida Vergueiro, os encanamentos deste possibilitaram a construção do primeiro banheiro em residência na cidade, por causa da proximidade das instalações e pelo poder aquisitivo do proprietário.

Em 2007, ano do levantamento, houve uma reforma bastante necessária, que arrumou os problemas apresentados na ficha (APÊNDICE 5), como umidade nas paredes, pinturas descascadas, madeira gasta, sem, no entanto, descaracterizar o casarão.

Chalet Monte Negro – 1896

No sobrado de 1896, um hall de entrada, para onde se abrem o escritório e um dormitório, é acessado a partir de um alpendre na parte da frente. Existe uma divisória em madeira e vidro que separa esse hall do restante da casa, e atrás da

divisória está a escada que leva ao piso superior, onde existem 3 dormitórios e um banheiro, que no projeto original era também dormitório.

Continuando no pavimento térreo, há um banheiro, e logo em seguida a sala de jantar, que se comunica de um lado com a sala de estar - que pode ser acessada por uma entrada lateral independente em alpendre -, e do outro lado com uma saleta, outro banheiro, uma sala de almoço e, por fim, a cozinha. A saleta possui uma porta que se abre para uma varanda alpendrada, já nos fundos da edificação. As janelas são originais, com as iniciais do sobrenome do Comendador gravadas nos vidros. Possui dois alpendres, um frontal e um lateral, e uma varanda em um dos quartos no piso superior. Há modificações no piso da casa toda, que possui carpete cobrindo o piso original de madeira. Não se sabe se havia pintura nas paredes, que hoje são brancas, mas o teto das áreas sociais ainda mostra os ornamentos em madeira. Na zona de estar, o teto é ornamentado com madeira.

De acordo com o atual proprietário, o casarão foi reformado entre as décadas de 1920 e 1930, tendo sido modificados a cozinha e banheiro no térreo para melhorar as instalações. Além disso, foi construído um banheiro no pavimento superior, no lugar de um dos dormitórios, cômodo que foi diminuído. Na década de 1970, o piso original de madeira foi coberto por carpetes, mas felizmente não foi removido.

Casarão Arnaldo D'ávila Florence – década de 1910

Sobre o casarão de 1910, vemos que o piso no vestíbulo de entrada e na sala central é o parquet com duas cores, e assoalho em madeira comum nos dormitórios, e em cerâmica e ladrilho hidráulico nas demais dependências. A partir desse vestíbulo de entrada acessam-se dois dormitórios, e este é fechado por uma porta

de madeira e vidro, com bandeira de vidro fixo, que dá acesso às outras áreas da casa.

Notamos que nesse exemplar, como no caso de 1896, não há profusa ornamentação interna, sendo lisos as paredes e tetos em vários cômodos. Na sala de estar as paredes também são lisas, mas o teto é em forro de madeira, e há aí lustre em madeira ornamentado. Ao contrário dos casarões em que a área social era a mais cuidada, aqui é nos dormitórios voltados para a rua que as paredes são ricamente pintadas com motivos florais até a altura das vergas das janelas e portas.

A principal circulação interna acontece a partir do vestíbulo de distribuição, paralelo à rua, por aonde se chega a dormitórios dos dois lados e em seu final à sala central, atualmente sala de estar. A partir desse grande salão acessam-se um dormitório voltado para a rua, que dá acesso a outro dormitório também voltado para a rua; um escritório voltado para a lateral; um corredor de serviços que leva à cozinha nos fundos, no final do bloco do lado esquerdo, passando por banheiro; um cômodo a partir do qual se chega à sala de jantar, no final do bloco do lado direito; e finalmente, o átrio central que leva ao quintal, dando acesso também à sala de jantar do lado direito e à cozinha do lado esquerdo, por portas de duas folhas de abrir de madeira lisa com bandeira de vidro fixo. Esse átrio divide simetricamente a planta, e leva ao quintal através de uma pequena escada de seis degraus, ladeada por muretas finalizadas por pedestais, encimados com pinhas de louça nas cores azul e branco. O porão alto pode ser acessado por uma estreita abertura, de um metro de altura, nos fundos, e é evidenciado nas fachadas por ressaltos.

Foi realizada uma pequena reforma em 2008 nas janelas da edificação, que estavam bastante degradadas. Os vidros coloridos, pintados com composição geométrica, foram refeitos e recolocados como originalmente. Não foram

encontradas fotografias antigas que pudessem nos mostrar possíveis modificações na fachada e/ou no interior.

Casarão Francisco Ribeiro – 1920-25

Nesse caso, apenas as paredes das salas de estar e jantar são ornamentadas. No interior da sala de estar, com pé-direito de 3,70 metros, as paredes são divididas em painéis por meio de régua de madeira, sendo que a régua horizontal corre fixando o arremate das portas e janelas. Esses painéis apresentam pinturas com motivos florais. Na sala de jantar também há painéis com pinturas de motivos florais, e o teto aí é em forro de madeira com grande lustre de madeira. Essas salas são ligadas por uma grande porta de madeira e vidro, de quatro folhas, duas de abrir no centro e duas fixas nas laterais. As paredes dos outros cômodos são lisas, bem como os tetos.

A principal circulação interna acontece a partir do vestíbulo de distribuição, perpendicular à rua, por onde se chega à sala de estar, voltada para a rua; à sala de jantar, que se abre para o alpendre da fachada lateral esquerda; à biblioteca e, nos fundos, fechado por uma porta de madeira, à área íntima e de serviços. Do lado direito estão os dormitórios e um banheiro, e do lado direito está a zona de serviços. Nesse lado há também um dormitório e um banheiro, mas não sabemos se fazem parte do conjunto original. A porta da cozinha abre-se para um grande alpendre, para o qual se abre também um dormitório. A porta da cozinha é também encimada por uma estrutura de ferro com telhas de vidro em formato de concha, logo acima da verga, mas sem ornamentos. A partir desse alpendre chega-se ao quintal por uma escadaria de treze degraus. O piso é de ladrilho hidráulico como o da entrada.

No centro da planta há uma escada de madeira em caracol, que leva a um pavimento intermediário, que dá acesso ao telhado, e a partir do qual se chega ao

mirante, por uma escada de madeira sob um alçapão. No térreo, ao lado da escada, há um alçapão que leva ao porão por uma pequena e estreita escada de madeira. O porão tem pé-direito de 2,45 metros, e aí vemos a estrutura de sustentação de grandes vigas do piso de madeira, e também as abóbadas de tijolo com estreitas vigas de ferro sobre as quais se apóiam os pisos de ladrilho hidráulico, conforme descrito por Reis Filho (1997, p. 165).

Segundo relato do proprietário foi realizada uma reforma em 1975 nas áreas molhadas, onde foram trocados o forro e o piso da copa, da cozinha e do banheiro. Além disso, a estrutura também passou por melhoramentos, no madeiramento e nas vigas do telhado, pilares e porão.

Ao mesmo tempo em que a tipologia ia mudando com o aparecimento do hall e o progressivo desaparecimento do corredor interno, conservava-se, em grande parte, a destinação geral dos compartimentos. A parte fronteira, abrindo para a rua, era reservada para a sala de visitas; dispunham-se os quartos em torno de um corredor ou da sala de almoço (varanda) na parte central, ficando cozinha e banheiro ao fundo²⁵. O que se pode constatar é que as inovações nas soluções arquitetônicas, seja de partido, de tipologia ou de ornamentação, extrapolam no tempo, não seguindo propriamente uma ordem cronológica. Aconteceram de acordo com o desejo dos proprietários.

Podemos dizer que esses casarões ecléticos da classe abastada de Pinhal, integrantes do momento de transição com a consolidação dos recuos laterais, são ricos exemplares que antecedem à progressiva introdução de características neocoloniais, vinculadas ao novo esquema de implantação, que veremos a seguir.

²⁵ REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997, p. 46.

4. Capítulo 4 – Novo esquema de implantação: casarões isolados no lote.

Este capítulo trata das implantações com afastamento total dos limites dos lotes e, posteriormente, estuda as localizações dos casarões, seu histórico, as implantações nos lotes e os estilos adotados nas construções, analisando os partidos adotados e a predominância de certas tipologias, dos casarões edificadas ainda no alinhamento, como nos capítulos anteriores.

As experiências arquitetônicas que aconteceram no Brasil nos anos após o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, levaram ao arrefecimento das manifestações ecléticas em virtude das dificuldades no recebimento dos materiais de construção importados. Foi o momento da introdução de novas alternativas, entre elas, do art nouveau e, posteriormente, do neocolonial, e do movimento modernista. Lemos (1989) afirma que os materiais básicos para construção, quando importados, eram proibitivos¹, o que forçou a interrupção das importações e também o desenvolvimento industrial nacional, acabando com a dependência européia vigente até então.

A arquitetura brasileira, principalmente na região centro-sul, estava “[...] libertada dos compromissos mais diretos com o trabalho escravo, beneficiada por

¹ LEMOS, Carlos A.C. Alvenaria Burguesa. São Paulo: Nobel, 1989, p. 164.

uma relativa atualização técnica”, e “[...] iria iniciar a procura de caminhos novos que exigiriam necessariamente a renovação das fórmulas de implantação”².

Os esquemas de implantação da arquitetura urbana sofreram transformações significativas principalmente após 1918, quando o partido dos casarões do período de transição, as casas nos alinhamentos e com recuos laterais, foi substituído pelo partido da construção isolada em seus quatro lados, afastados obrigatoriamente dos limites dos lotes. Esse momento corresponde ao início do maior desenvolvimento industrial e da diversificação da produção rural do país, solução que Lemos (1989, p. 99) classifica, em São Paulo, como sendo “[...] própria do tempo em que a indústria e o comércio começaram realmente a contar no panorama econômico, já tirando do café a exclusividade de apresentar milionários e famílias enricadas”.

Bortolucci (1991, p. 90) afirma que já a partir da primeira década do século XX passou a ser cada vez mais freqüente, em São Carlos, a casa urbana inteiramente isolada no lote, cujos proprietários “podiam ser fazendeiros, não mais só de café, e também imigrantes enriquecidos”, parte importante do cenário das atividades urbanas. Percebemos que em Pinhal esse tipo de implantação predominou apenas após o fim da Primeira Guerra, sobretudo na década de 1920.

As características das residências da classe mais abastada iam sendo aperfeiçoadas, com novos critérios de composição, onde, além das edificações passarem a ser totalmente isoladas em meio a jardins, ainda conservando um paralelismo com relação aos limites do lote, mas com telhados movimentados e beirais recortados, “[...] poderiam participar com mais desenvoltura da composição

² REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997, p. 56.

arquitetônica, em vez de ficarem escondidos e acomodados atrás de platibandas”³. No restante do lote, as edificações externas, as chamadas edículas, e os demais espaços externos possuíam caprichados jardins. Além disso, essas casas apresentavam porão, e, conseqüentemente, alpendres e varandas acessíveis por poucos degraus, para vencer o desnível.

A década de 1920 é marcada pelo impulso crescente dado à indústria da construção civil, que após período de desaceleração, voltou a produzir edificações, dessa vez com materiais de construção nacionais da ainda incipiente indústria brasileira. Nessa ascensão, ganhou força nas discussões locais de cunho artístico a questão da nacionalidade, preocupação que em princípio, durante as décadas de 1890 e 1900, traduziu-se com maior intensidade nos meios literários (com o regionalismo e os temas folclóricos ou sertanejos), e que somente em meados da década de 1910 repercutiu com força na classe de arquitetos, em parte devido às ações de Ricardo Severo em São Paulo, e José Mariano Filho, no Rio de Janeiro. Segundo Pinheiro (2003), esse

Meio sociocultural bastante conservador (estava) ansioso por encontrar argumentos que reafirmassem as origens nacionais das elites paulistas diante da ameaça representada pela maciça imigração européia, principalmente a italiana, que inundara São Paulo no início do século XX, não só a cidade, mas também o interior do estado⁴.

Nesse sentido, tratava-se da apresentação de uma proposta de arquitetura que valorizasse a herança local em oposição aos valores importados, possibilitando a emancipação cultural das nações americanas diante do velho continente. No Brasil, essa situação foi favorável à difusão do neocolonial, que se desenvolveu sob

³ LEMOS, Carlos A.C. Alvenaria Burguesa. São Paulo: Nobel, 1989, p. 99.

⁴ PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Ricardo Severo e o “estilo tradicional brasileiro”. In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (org.). A missão portuguesa: rotas entrecruzadas. Bauru: UNESP, 2003, p. 225.

duas formas, uma comprometida com estudos precisos do acervo colonial brasileiro, chamada de neocolonial luso-brasileiro; e outra formulada a partir de modelos importados, geralmente norte-americanos e mexicanos com forte influência hispânica, caracterizando quase sempre uma imitação com ênfase ao apelo estético, o neocolonial hispano-americano. Existe alguma confusão terminológica, mas os termos consagrados para se referir ao neocolonial hispano-americano é estilo missões, enquanto que o neocolonial luso-brasileiro é denominado simplesmente neocolonial. O estilo missões, em particular, alterou de maneira marcante a paisagem de inúmeras cidades brasileiras, inclusive de São Paulo, nos anos 30.

O marco de lançamento do movimento foi a conferência "A Arte Tradicional no Brasil" ditada em 1914 na Sociedade de Cultura Artística de São Paulo pelo arquiteto e engenheiro português Ricardo Severo, que defendia o estilo colonial brasileiro de raízes lusitanas como o verdadeiro estilo nacional, em contraposição ao ecleticismo e o revivalismo da arquitetura da época que, segundo o autor, representavam estilos estranhos à tradição brasileira. Assim, o estilo neocolonial seria um movimento de raiz ao mesmo tempo tradicionalista e moderno.

Para Pinheiro (2003), antes de ser um estilo, foi principalmente um movimento artístico-cultural.

Configurou-se por meio do debate de idéias e ações que constituíram um glossário de formas arquitetônicas destinadas a caracterizar – em pedra e cal – a nacionalidade, gerando obras que pretendiam instituir ambientes brasileiros genuínos, por serem condizentes técnica, bioclimática e culturalmente com a vida no país⁵.

⁵ Ibid., p. 225.

Kessel (2008) afirma que

O neocolonial, através da produção textual e construída, caracterizou-se por uma especificidade em relação às variantes do ecletismo no sentido que seus proponentes revelam uma intencionalidade expressa em propostas político-pedagógicas de expressão arquitetônica da identidade brasileira⁶.

Ao mesmo tempo, a disseminação de modelos neocoloniais indiscriminadamente por mestres-de-obras, descompromissados com uma possível filiação com o conteúdo formal “autêntico” do neocolonial luso-brasileiro, permitiu soluções variadas e espontâneas, popularizando-se, dessa forma, o ‘neocolonial simplificado’, que Lemos (1989, p. 184) chama de

[...] estilo paulistano, logo espalhado pelas cidades próximas, como Campinas, Santos, Sorocaba, que teve suas regras de composição arquitetônica estabelecidas espontaneamente, sem um responsável direto, constituindo essa ocorrência um verdadeiro ato de criação coletiva.

Mascaro (2008, p. 130) afirma que o ‘neocolonial simplificado’ identificado por Lemos (1989) “pressupõe uma hierarquização da produção arquitetônica de tendência neocolonial segundo classes sociais”, mas explica que, em sua pesquisa, pode constatar que

[...] a simplificação e a fuga dos cânones do movimento também foram praticadas por eruditos; e, por conseqüência, a produção vazia de conteúdo ideológico não deve ser associada unicamente a profissionais supostamente sem formação.

Verificamos em Pinhal a difusão deste ‘neocolonial simplificado’, realizado por profissionais imigrados, cujo contato com o repertório neocolonial ocorreu pelos veículos de comunicação da época, como cinema, rádio, revistas, catálogos, entre outros, tendo sido incorporado ao novo esquema de implantação, do palacete. Entretanto, também encontramos um exemplar tardio de casarão com características

⁶ KESSEL, Carlos. Arquitetura neocolonial no Brasil: entre o pastiche e a modernidade. Rio de Janeiro: Jauá Editora, 2008, p. 129.

essencialmente ecléticas, o que pode significar certo conservadorismo e apego às tradições do início do século XX.

Com relação ao espaço interno desse novo modelo de edificação, notamos que o corredor central da planta colonial foi completamente esquecido, generalizando-se a ideia de 'sala-praça', não havendo qualquer tentativa de separação ostensiva entre zonas e permitindo, dessa forma, maior liberdade de organização espacial.

Nesse período, afirmou-se definitivamente a copa, que já havia sido introduzida no programa da habitação, encontrada em todos os exemplares desse capítulo; e também que se vulgarizou o uso da edícula no fundo do quintal, fatos presente nos exemplares de 1922, 1928, 1929 e 1930.

Segundo Bortolucci (1991, p. 324),

Até essa época, ainda era muito comum a utilização do 'porão habitável', como dependência de empregados, ou mesmo de um quarto ao lado da cozinha. O gabinete, ou escritório, continuou a ser usado, mas apareceram situações diferentes para sua localização, certamente atendendo a necessidades particulares do proprietário. Houve também a existência de um pequeno hall de entrada, mesmo quando havia o alpendre.

Classificamos os exemplares levantados, listados a seguir, dentro desse novo esquema de implantação, e são analisados nesse capítulo:

Casarão Francis Davidson, 1912;

Casarão Villas Boas, 1922;

Casarão dos Moutinho, depois de 1923;

Casarão Manoel de Almeida Vergueiro, 1928;

Casarão Norma Barsotini, 1929;

Casarão Francisco Belize, 1930.

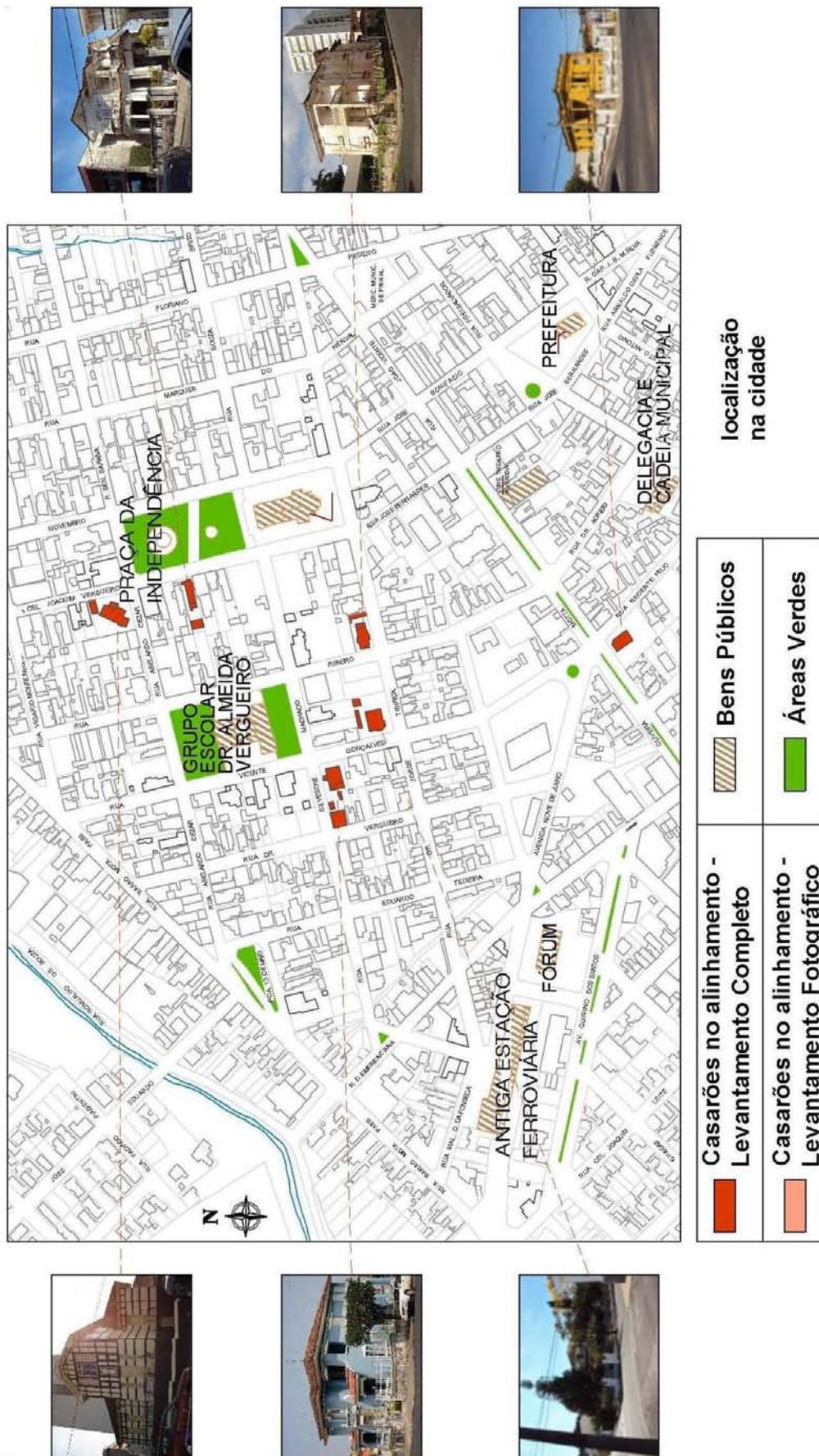


Figura 81. Mapa dos palacetes, edificados totalmente isolados no lote.

Histórico e localização na cidade

A tendência das formas de ocupação do espaço urbano seguiu, após a Primeira Guerra, a mesma determinação ditada pela classe abastada que desde o final do século XIX se apropriava dos terrenos mais próximos ao entorno da Praça da Igreja Matriz, como o casarão de 1912, o casarão de 1930 e o casarão de 1922; e no eixo Praça-Estação, como os casarões de 1928 e 1929. Ainda na década de 1920, surgiu um novo eixo urbano com a abertura da Avenida Oliveira Motta, local também escolhido pela elite local. Infelizmente, os casarões edificadas nessa direção foram demolidos, sendo remanescente apenas o exemplar de 1923.



Figura 82. Casarão da Família Barsotini, construído por Giovanni Turbiani na década de 1920, localizado na Avenida Oliveira Motta, já demolido.
Fonte: Família Turbiani.

Casarão Francis Davidson – 1912

Este casarão ocupa um lote de esquina, que confronta com as ruas Cel. Joaquim Vergueiro e Abelardo Cezar, na parte de baixo da Praça da Independência. O terreno onde se localiza o tal palacete pertencia ao Barão de Motta Paes, que o

deixou para sua filha Emiliana da Motta Paes na primeira década do século XX. Foi vendido em 1911 para Francis Cavenagh Davidson, natural da Inglaterra, que nessa época era comprador de café em Santos. Por causa de sua atividade comercial, Davidson viajava para Pinhal a fim de comprar café, e nessa cidade se casou com Amélia, filha de Alfredo de Almeida Vergueiro. O casarão foi inaugurado em 1912, e foi residência de Davidson e Amélia por tempo não sabido, até que o ‘Inglês’, como era conhecido, mudou-se para Ubatuba levando seus dois filhos mais velhos e deixando em Pinhal a esposa e o filho bebê. O casarão permaneceu na família e hoje pertence à viúva de Fernando Vergueiro, Laura L. Del Guerra⁷.

Casarão Francisco Belize – 1930

Também no entorno imediato está este casarão, que ocupa um lote no meio da quadra, de frente para a referida praça. Foi edificado em 1930 por Francisco Belize, médico e tio avô da atual proprietária, Ilusca Tereza Vergueiro Baldassari. Utilizava o escritório da residência para atender pacientes. Aparece em foto de 1936 como sendo de propriedade do Capitão Antenor de Almeida Vergueiro, avô de Dona Ilusca. O proprietário foi um dos poucos imigrantes italianos, segundo Tamaso (1998), que se instalaram nessa região, sendo que para isso deveriam possuir poder econômico ou político, e fazerem parte da elite “por haver realizado alianças com famílias luso-brasileiras tradicionais”⁸.

Casarão Villas Boas – 1922

Já este exemplar está localizado na esquina da Rua Vicente Gonçalves com a Rua Silvestre Machado, na região central da cidade, a duas quadras da Igreja Matriz

⁷ **BARTHOLOMEI**, Marly de Alencar Xavier. Espírito Santo do Pinhal – O Romance de Pinhal. São Paulo: Bellini Cultural, 2010, p. 168-169.

⁸ **TAMASO**, Izabela. Tratorando a história: percepções do conflito na prática da preservação do patrimônio cultural edificado em Espírito Santo do Pinhal (SP). Brasília, Dissertação (Mestrado) – PPGAS/UnB, 1998, p. 29.

e próximo ao Grupo Escolar Almeida Vergueiro, ocupando um grande lote de esquina, que alcança a rua de baixo (Rua Dr. Vergueiro), e com volumetria bastante movimentada. Foi edificado pelo Coronel Joaquim Villas Boas, fazendeiro de café do município, para ser sua residência urbana. Construiu também um grande depósito para estocagem de café, segundo informações da família. Há uma fotografia sua que consta de álbum de 1936, e outra na Revista Poliantéia de 1949, como sendo de propriedade da viúva do coronel, Dulce Vergueiro Villas Boas. No entanto, aparentemente a foto do álbum de 1936 é mais recente que a foto que aparece na Poliantéia, pois observamos que na primeira existe a cobertura na entrada principal do palacete, que é também sacada no pavimento superior. Na segunda foto essa estrutura não faz parte da edificação, o que nos leva a concluir que foi construído inicialmente sem essa cobertura. Não foram encontradas, entretanto, informações que comprovem essa hipótese, nem outras fotografias antigas que pudessem mostrar como era essa fachada inicialmente.

Casarão dos Moutinho – depois de 1923

Outro exemplar remanescente localizado na Avenida Oliveira Motta, ocupa um grande lote de esquina com a Rua Regente Feijó, afastado da Praça da Independência. Nessa mesma avenida há, algumas quadras acima, o Cine Theatro Avenida, de 1927. Esse casarão foi edificado depois de 1923. Infelizmente, não foram encontradas informações sobre a data exata da construção. Estimamos que tenha sido construído nesse período através de dados obtidos em jornais da década, pois nesse ano consta a informação sobre um terreno em nome dos irmãos Moutinho nesse endereço e eles, comerciantes portugueses, donos de uma padaria na principal rua de comércio da cidade, foram os primeiros proprietários desse casarão. Não há registros que confirmem o nome do construtor, mas de acordo com

a família Turbiani, o palacete foi edificado por Giovanni Turbiani, juntamente com Guerino Costa. Ambos foram responsáveis por várias edificações nesse período na cidade. O atual proprietário, Vonildo G. Fonseca, não forneceu nenhuma informação sobre o histórico da edificação.

Foi usado, até uns quinze anos atrás, como residência. Ocasionalmente tem sido utilizado com alguma atividade de serviço no porão. Na década de 1960, ou antes, foi utilizado pela prefeitura municipal. Na década de 1970, havia no porão um curso de inglês, enquanto a família de Atério Cavalheiro habitava a casa. Há uns cinco anos o terreno foi usado como concessionária. É importante ressaltar que foi solicitado estudo de tombamento para esse casarão, pelo processo nº 55.901/07 do Condephaat: “Ass.: Solicita Abertura de Estudo de Tombamento do prédio denominado Palacete dos Moutinhos, situado na Avenida Oliveira Mota com Rua Regente Feijó. Município de Espírito Santo Do Pinhal”. Essa ação se faz urgente e necessária, uma vez que o exemplar está abandonado e com risco de ruir.

No eixo Praça-Estação Ferroviária estão implantados os palacetes de 1928 e de 1929.

Casarão Manoel Almeida Vergueiro – 1928

Esse exemplar está localizado na esquina da Rua Jorge Tibiriçá, com a Rua Xavier Ribeiro, a uma quadra da Igreja Matriz, ocupando um grande lote de esquina, que fazia divisa com o lote do casarão do Barão de Mota Paes, mas que foi subdividido e reduzido. Foi construído pelo fazendeiro e advogado Manoel Almeida Vergueiro, e aparece em foto de 1936, como sendo de sua propriedade. O atual proprietário, João Vergueiro, é neto de Manoel. Habita o casarão, e mantém os móveis antigos deixados pelo avô, além de cuidar para que a edificação não sofra alterações que a descaracterize.

Casarão Norma Barsotini – 1929

Já esse casarão está localizado na esquina da Rua Jorge Tibiriçá, com a Rua Vicente Gonçalves, a duas quadras da Igreja Matriz, cujo lote, de esquina, também é grande e com leve desnível. O primeiro proprietário foi o fazendeiro e advogado Capitão Eduardo Leite Vieira, aparecendo em fotografia na Revista Poliantéia, de 1949, como sendo de sua propriedade. A atual proprietária, Norma Barsotini, viúva do neto do Capitão, mora no casarão e aí mantém móveis antigos, além de cuidar para que a edificação não sofra alterações que a descaracterize. Esse casarão foi o local escolhido para hospedar, em 1931, o Cardeal Leme, pinhalense, o segundo cardeal do país e da América Latina, um dos responsáveis pela campanha pelo monumento do Cristo Redentor no Rio de Janeiro (BARTHOLOMEI, 2010).

Implantação da edificação no lote

O novo esquema de implantação, com a edificação totalmente isolada no meio do lote, afastada em relação a todos os limites, foi, de acordo com Reis Filho (1997) uma grande transformação, e após 1918, “em São Paulo, surgiam como exemplos as edificações em bairros residenciais em torno da Avenida Paulista, sobretudo na direção de Santo Amaro, na Aclimação e Perdizes”⁹. Lemos (1989) afirma “que essa solução é própria do tempo em que a indústria e o comércio começaram a contar no panorama econômico”, e que

Essas casas [...] possuíam certas características em seus partidos e nesse aspecto morfológico apresentavam seus critérios exclusivos de composição. Já que eram edifícios isolados, seus telhados poderiam participar com mais desenvoltura da composição arquitetônica, em vez de ficarem escondidos e acomodados atrás de altas platibandas¹⁰.

⁹ REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997, p. 71.

¹⁰ LEMOS, Carlos A.C. Alvenaria Burguesa. São Paulo: Nobel, 1989, p. 99.

Em Pinhal a economia ainda estava muito vinculada à cafeicultura, não tendo se diversificado com comércio e indústria de maneira significativa.

Geralmente, o maior afastamento lateral correspondia à passagem de veículos, e era evidenciada pela respectiva cobertura, saliente no corpo da casa. Aí se localizava a entrada lateral da residência, de acesso ao hall. Os antigos jardins laterais iam desaparecendo, sendo que

Só mesmo nos casos excepcionais, de lotes com dimensões exageradas e por exigência da própria solução arquitetônica, é que áreas laterais eram ajardinadas sempre como continuação dos jardins da frente, mas interrompendo-se nas proximidades dos fundos, áreas que confinavam com os locais de serviços e intimidade. [...] Os espaços adequados para as coisas comprometidas com o mundo rural, com a intimidade e resquícios da escravidão, seriam não dos lados, mas nos fundos¹¹.

Os casarões assobradados desse período em Pinhal já não se localizavam mais nos alinhamentos dos lotes. Dessa forma, estavam resguardados do exterior, preservando sua intimidade. Nesse sentido, puderam dispensar os antigos porões altos e se aproximar dos jardins. Entretanto, com uma topografia montanhosa, a implantação continuou seguindo o partido mineiro, com sobrados à meia-encosta mantendo porões para vender os desníveis. Ainda assim também encontramos as edículas, garagens e depósitos. De acordo com Reis Filho (1997, p. 78), “transferiam-se para o fundo das casas aquelas dependências, uma vez que, longe do alinhamento e das vistas dos passantes, as residências reduziam seus embasamentos, conservando apenas porões discretos, com galerias para arejamento”.

¹¹ REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997, p. 74.

Casarão Francis Davidson – 1912

Esse exemplar é um sobrado, de uso residencial, com porão habitável e com as fachadas apresentando imitações de réguas de madeira e sem outro tipo de ornamentação. Percebemos claras referências ao movimento estético e social inglês Arts and Crafts, da segunda metade do século XIX, cujo apogeu aconteceu entre 1896 e 1898, que defendia a valorização do trabalho humano enquanto obra de arte em contraposição à mecanização e à produção em massa. O casarão está implantado em lote de esquina, totalmente isolado no lote, com jardins na frente. Ao contrário das outras edificações da época, já isoladas totalmente no lote, este palacete foi implantado de modo a fazer frente para a esquina, sem seguir paralelamente, portanto, o alinhamento das ruas. A entrada principal está voltada para a esquina e para a praça, e há um acesso de automóveis pela rua Cel. Joaquim Vergueiro, além de outro acesso para pedestres pela Rua Abelardo Cezar, que chega aos fundos do lote, dando acesso à cozinha.

O telhado, em águas e com telhas do tipo francesa, é movimentado e apresenta beirais em todo o perímetro. Tem base em alvenaria, com porão, e o fechamento do lote é feito de gradis ornamentados fixos sobre uma base de alvenaria, tendo um portão, também de ferro ornamentado, localizado na esquina para o acesso principal de pedestres. Na entrada lateral de automóveis, na rua Cel. Joaquim Vergueiro, há um portão de madeira e muro, e na entrada lateral da Rua Abelardo Cezar há outro portão de ferro com muro.

Casarão Villas Boas – 1922

Este também é um sobrado, originariamente de uso residencial e atualmente usado como escritório de advocacia, com porão habitável. Está implantado totalmente isolado no lote, cercado por jardins, sendo que o terreno tem grande

declive, o que possibilitou a existência de um porão que não é percebido na fachada frontal, que está ao nível do chão.

O telhado é em águas, com beirais arrematados com estuque, e com telhas do tipo colonial. Foi construído em alvenaria de tijolos, e tem a base ornamentada com imitação de pedra. O fechamento do lote é feito com gradis ornamentados fixos sobre uma base de alvenaria, tendo um portão também de ferro ornamentado localizado próximo à esquina, voltado para a Rua Vicente Gonçalves, para acesso de pedestres e de veículos ao casarão. Além da edificação principal, há no grande lote uma edícula, uma garagem e um barracão, antigamente utilizado para estocagem de café.

Casarão dos Moutinho – depois de 1923

Edificado após 1923, o sobrado da Avenida Oliveira Motta tem igualmente porão habitável, e está implantado em um grande lote de esquina, totalmente isolado e cercado por jardins, cujo terreno tem pouco declive. Seu uso original era residencial, estando atualmente abandonado. Esse casarão é um exemplar de resistência, pois as demais edificações da mesma época apresentavam características neocoloniais, enquanto este ainda é eclético; mas a forma de implantação segue a tendência vigente. Podemos classificá-lo como um exemplar de transição. O acesso de pedestres ao lote é feito a partir da esquina, e a partir daí por uma escada de quatorze degraus que leva ao alpendre de acesso ao casarão.

Tem base em alvenaria de tijolos, com porão, e dois acessos, sendo o de pedestres na esquina, com um portão de ferro artisticamente trabalhado, e um portão maior, para entrada de automóveis, voltado para a avenida. O porão alto pode ser acessado por três portas na fachada direita, e é evidenciado nas fachadas pelos óculos sob as aberturas do andar superior, bem como por bossagens. O

fechamento do lote é feito atualmente com muros entre os pilares originais, onde provavelmente existia um gradil de ferro como nas outras construções da época.

Casarão Manoel Almeida Vergueiro – 1928

Já o casarão de 1928, localizado no eixo Praça-Estação, é um sobrado, de uso residencial, elevado do solo e sem porão, implantado totalmente isolado no lote e cercado por jardins. Tem base em alvenaria, e o fechamento do lote é feito com gradis ornamentados fixos sobre uma base de alvenaria, tendo um portão também de ferro ornamentado localizado na esquina, para acesso de pedestres, e um acesso de veículos pela Rua Jorge Tibiriçá. Além do casarão, há no lote uma edícula e uma garagem. O terreno tem grande declive, e o acesso de pedestres ao lote é feito a partir da esquina, e a partir daí por uma escada de quatorze degraus que leva ao alpendre de acesso principal.

Casarão Norma Barsotini – 1929

Da mesma forma, a edificação de 1929 é um sobrado de uso residencial, elevado do solo e sem porão, implantado totalmente isolado no lote e cercado por jardins. Sua base também é em alvenaria, e o fechamento do lote é feito com gradis ornamentados fixos sobre uma base de alvenaria, tendo um portão também de ferro ornamentado localizado na esquina, para acesso de pedestres, e um acesso de veículos pela Rua Jorge Tibiriçá. Além do casarão, há no lote uma edícula e uma garagem. O terreno tem declive acentuado, e o acesso de pedestres é feito a partir da esquina, e a partir daí por uma escada de dez degraus que leva ao alpendre de acesso principal. O telhado é em águas, bastante movimentado e com recortes e frontões barrocos.

Casarão Francisco Belize – 1930

As habitações edificadas em terrenos menores buscavam igualmente se apropriar das novas possibilidades, ainda que de maneira menos ostensiva.

Conservando-se em geral sobre os limites laterais dos lotes, recuavam quase sempre alguns metros das vias públicas, onde apareciam miniaturas de jardins. Com esses surgiam, também, certas inovações plásticas, de sentido puramente formal, onde se acompanhavam de modo quase caricato as variações das correntes arquitetônicas. Em casos especiais, surgiria um afastamento, em um dos lados, dando lugar a uma passagem para automóveis. [...] as edículas viriam acomodar-se aos limites de fundo do terreno. Dessa forma, havia uma valorização social e arquitetônica de certos espaços e desvalorização de outros, com os jardins na frente e fachadas rebuscadas, acentuando a importância das frentes e ocultando a modéstia dos fundos¹².

Esse foi o caso desse casarão, provavelmente por não haver mais terrenos disponíveis próximos a esse, mais do que por falta de meios pecuniários, pois o proprietário era um médico bem sucedido na cidade. É do mesmo modo um sobrado, de uso residencial, elevado do solo e com porão no fundo aproveitando o desnível do lote, erguida no alinhamento de uma lateral, com recuo do outro lado sem jardim e com jardim frontal, no estilo eclético com referências neocoloniais e estilo missões. A entrada principal está voltada para a praça, e há um acesso de serviços e automóveis que leva ao fundo do lote, onde há garagem, e onde há acesso para o casarão pela cozinha. Tem base em alvenaria, e o fechamento do recuo frontal é fechado por meio de balaústres, tendo portão de ferro artisticamente trabalhado para acesso de pedestres, e outro portão em ferro, também trabalhado, para acesso de automóveis. Os portões são separados por colunas. A entrada da edificação se dá por um patamar sobre o qual se abrem as folhas da porta principal, de duas folhas de abrir com vidros coloridos e ornamentação em gradis de ferro artisticamente trabalhados. A escada que leva da calçada até o hall da porta de

¹² REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997, p. 67.

entrada principal é em mármore branco, e o piso é de ladrilho hidráulico em preto e branco. Do lado oposto, junto ao alinhamento do lote, há a porta que dá acesso ao que hoje é uma sala de TV, e que na década de 1930 era a entrada do consultório médico do proprietário original. É como a porta da entrada principal, de duas folhas de abrir, em madeira e vidro, e para se chegar nela passa-se por um hall externo, coberto.

Aspectos Externos: as características do edifício e elementos arquitetônicos

Com relação aos aspectos externos da arquitetura realizada dentro do novo esquema de implantação, encontramos em Lemos (1989) esclarecedora descrição:

A tônica desses palacetes isolados eram as coberturas movimentadas, com seus beirais bastante recortados e nessa hora recorreu-se mesmo ao ecletismo desenfreado, com o abandono do obrigatório neoclássico, para serem escolhidos os mais variados estilos ou combinações de modernismos que permitissem com mais facilidade a sempre almejada personalização do imóvel rico.

Essas já são casas de edículas obrigatórias e de jardins bem cuidados. Casas também de porão e quase sempre, de alpendres e varandas acessíveis por meia dúzia de degraus. Varandas elevadas, revestidas de finos ladrilhos hidráulicos importados da Europa e sustentadas por abobadilhas compostas de arcos abatidos de tijolos ancorados, em suas nascenças, em trilhos de ferro. Aliás, essa técnica também era empregada na confecção de pisos dos banheiros elevados, que os ricos exigiam junto aos dormitórios, e no revestimento das cozinhas em cima dos porões¹³.

Segundo o autor, nessas edificações os porões eram muitas vezes habitáveis, abrigando os quartos de empregados. Com relação às soluções técnicas, estas eram mais ou menos semelhantes ao período anterior, sendo que a alvenaria estrutural de tijolos forçava a repetição das plantas nos dois pavimentos. Os pisos, em madeira, exigiam a existência de porões no pavimento térreo e de forros de gesso ou madeira nos dois andares, e os telhados amplos, quase sempre com

¹³ LEMOS, Carlos A.C. Alvenaria Burguesa. São Paulo: Nobel, 1989, p. 99.

beirais, podiam lançar as águas nos jardins, ou ainda mostrar o sistema de condutores e calhas em balanço.



Figura 83. Palacete da Família Barsotini, construído por Giovanni Turbiani na década de 1920, no estilo Neocolonial com influência do estilo Missões.
Fonte: Família Turbiani.



Figura 84. O Palacete da Família Barsotini, em 2007.
Fonte: Família Turbiani.

Neste momento acontecia a difusão do neocolonial, como vimos no início do capítulo. Lemos (in Fabris, 1987, p. 75) assegura que as “obras populares nascidas da reprodução simplificada dos modelos ‘eruditos neocoloniais’, [...] chegaram a

compreender a quase totalidade das construções da década de 1920”. Estão incluídos nesse grupo as edificações do estilo Missões.

O neocolonial e o estilo missões possuem fundamentos comuns, pois a arquitetura colonial tanto no Brasil como no restante da América Latina trazem as mesmas raízes ibéricas. Contudo, há diferenças, especialmente nos detalhes decorativos e no partido, pois no neocolonial, por exemplo, a planta geralmente é retangular, e o telhado é de quatro águas com beiral sustentado por cachorros, enquanto que no estilo missões, a liberdade da composição é maior, tendo os arquitetos adeptos do estilo trabalhado bastante com jogos de volumes.

Característica marcante é a profusão de elementos decorativos na fachada, onde encontramos colunas retorcidas, telhas em forma de pluma, arcos no hall de entrada, reboco em relevo, azulejos, pinhas e frontões; o estilo missões, conforme Lemos (in Fabris, 1987), é composto por

[...] tijolo à vista, incorporado ao estilo tradicional preenchendo os vãos entre cunhais e pilastras de pedra; a pedra desapareceu e faixas de argamassa caiada passaram a ordenar a modinatura dos frontispícios; beirais estucados com falsos cachorros, depois beirais lisos; jardineiras com gerânios nos peitoris das janelas; vitrais; faixas de cimento moldado cercando as quatro fachadas na altura das vergas das janelas do segundo pavimento. Foram raras as casas térreas desse estilo¹⁴.

Os telhados foram, em geral, mais movimentados e cobertos por telhas tradicionais ou francesas, sendo muito utilizado o beiral, forrado de estuque ou não. Um complemento indispensável foi o alpendre, aplicado de formas variadas - pequeno ou mais longo, com telhado independente ou não -, mas sempre contornado por elementos vazados em meia-lua, e precedido por uma escada de

¹⁴ LEMOS, Carlos A.C. in: FABRIS, Annateresa. Ecletismo na arquitetura brasileira. São Paulo: Nobel/Edusp, c1987, p. 96.

poucos degraus, devido à existência de porão¹⁵. Além disso, bastante recorrente foi o emprego

[...] pequenos balcões no pavimento superior, todos necessariamente guarnecidos de guarda-corpos executados com “meias-luas” desencontradas, como aqueles semicírculos empregados por Victor Dubugras no Largo da Memória, em 1919; o uso de jardineiras em balanço abaixo dos peitoris para o plantio de gerânios; emprego exclusivo de venezianas nos dormitórios, sendo elas facultativas nas salas de estar diurno; adoção de pequenos ou grandes vitrais¹⁶.

Casarão Francis Davidson – 1912

Entretanto, nesse exemplar vemos que predomina o estilo eclético. O acesso principal dessa edificação acontece por meio de uma pequena escadaria em “L”, que leva do nível do jardim a um patamar intermediário subindo-se três degraus, e depois ao patamar da porta de entrada, através de sete degraus. Essa escada tem piso em mármore cinza e cerâmica decorada, e a soleira de granito forma um degrau sobre o patamar, onde há a porta principal, de duas folhas em madeira com almofadas trabalhadas e frontão triangular em madeira, bandeira de vidro fixo e com puxadores em cobre, que se abre para um pequeno hall de distribuição. Todo o piso da casa é o parquet, com desenhos de madeira em duas cores, exceto o piso das áreas molhadas.

A porta principal tem verga reta; as portas internas são de madeira de duas folhas de abrir com almofadas e com bandeira de vidro fixo, e a porta que se abre para a zona de serviços é em madeira e vidro colorido, tipo vai-e-vem. As janelas têm vergas retas, sendo encimada por imitação de régua de madeira, e existem em vários tipos. Vemos janelas de duas folhas de abrir com vidros do lado externo,

¹⁵ **BORTOLUCCI**, M. Ângela P. de Castro e Silva. Moradias urbanas construídas em São Carlos no período cafeeiro. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991, p.323.

¹⁶ **LEMOS**, Carlos A.C. Alvenaria Burguesa. São Paulo: Nobel, 1989, p. 184.

janelas com vidro e veneziana, janelas de uma folha de vidro de abrir, todas em tamanhos e desenhos variados.

Bartholomei (2010) classifica a obra dentro do estilo enxaimel. No entanto, numa análise mais atenta, percebemos claras referências ao movimento estético e social inglês Arts and Crafts, da segunda metade do século XIX, cujo apogeu aconteceu entre 1896 e 1898¹⁷. Fundamental para a compreensão dessa arquitetura é o conceito do pinturesco, muito discutido no século XIX, que seria, no contexto cultural inglês, a contrapartida do Iluminismo. Janjulio (2009, p.13) afirma que

[...] ao racionalismo cartesiano, com sua ortodoxia, regularidade, proporção e matemática, seu mundo das formas, reage a arte empirista, o Pinturesco, o mundo dos sentidos e da experiência, o mundo da irregularidade, da impetuosidade e dos detalhes inesperados.

Nesse sentido, percebemos uma convergência de ideias, sendo “[...]características gerais do repertório pinturesco na arquitetura a assimetria forçada, as volumetrias complexas, os recursos de cromatismo e textura e as composições aditivas, que caracterizam todas as composições análogas”¹⁸.

O movimento Arts and Crafts representou um retorno à natureza, uma vez que buscou a adequação do edifício ao seu entorno, e onde se destaca uma continuidade e unidade entre casa, entorno e interior. As novas proporções formais e as experimentações com os materiais a serem utilizados indicam liberdade de desenho, sendo destacadas as características estruturais, enfatizando o processo

¹⁷Esse movimento defendia a valorização do trabalho humano enquanto obra de arte em contraposição à mecanização e à produção em massa. As idéias do crítico de arte John Ruskin (1819 - 1900) e do medievalista Augustus W. Northmore Pugin (1812 - 1852) são fundamentais para a consolidação da base teórica do movimento, sendo que a transposição desse ideário ao plano prático foi realizado por William Morris (1834 - 1896), o principal líder do movimento. Os principais arquitetos, que fundariam o Arts and Crafts na arquitetura, foram William Richard Lethaby, Edward Prior, Philip Webb, Charles Francis Annesley Voysey, Charles Rennie Mackintosh, Mackay Hugh Baillie Scott, Richard Barry Parker e Raymond Unwin.

¹⁸ **JANJULIO**, Maristela da Silva. Arquitetura residencial paulistana dos anos 1920: ressonâncias do Arts and Crafts? Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos – USP, São Carlos, 2009, p.14.

de construção do edifício. Dessa forma, “sugeriam uma forma orgânica emergindo da paisagem” (JANJULIO, 2009, p.18).

Ao analisarmos as fachadas do casarão Francis C. Davidson, percebemos que as soluções plásticas encontram paralelo, por exemplo, nos cottages de Barry Parker para Letchworth, na diferenciação entre térreo e pavimento superior, e além disso, notamos também assimetria e movimento nos volumes compositivos, cujo telhado único, com beirais e em águas, acompanha a movimentação da planta. Janjullo (2009) afirma que essa influência também pode ser encontrada na obra do engenheiro Olavo Soares Abreu Caiuby, formado na Escola de Engenharia do Mackenzie e atuante na cidade de São Paulo na década de 1920. Fato curioso é a coincidência aqui encontrada, pois Olavo era filho de Amando Soares de Abreu Caiuby, fazendeiro de café de Pinhal em 1878, morador da Fazenda Taúva, que participou como membro do juízo municipal no período de 1881-1884 e é citado nos almanaques de 1885 e de 1893 como habitante deste município. A participação de Olavo no projeto do casarão de Francis C. Davidson não foi confirmada, pois os registros encontrados não estabelecem uma relação entre o engenheiro e o proprietário. Além disso, o casarão foi edificado em 1912, quase dez anos antes da consolidação do Arts and Crafts paulistano. É mais plausível que o proprietário, que era inglês, tenha trazido consigo essa referência que ele provavelmente vivenciou na Inglaterra no final do século XIX.

Outra influência que podemos perceber nessa edificação é o destaque do que seria a estrutura, através de recursos de cor diferenciando as falsas régua de madeira da vedação das paredes. O casarão foi edificado em 1912, quase dez anos antes da consolidação do Arts and Crafts paulistano, o que pode indicar que o proprietário, que era inglês, trouxe consigo essa referência que ele provavelmente

vivenciou na Inglaterra no final do século XIX. Dessa forma, entendemos que o exemplar se enquadra na linguagem eclética, pois os recursos estilísticos de influência do Arts and Crafts referem-se apenas à ornamentação da fachada. Não há nenhuma relação com o sistema construtivo, que era de alvenaria de tijolos. No interior do casarão há paredes, tetos e pisos ricamente trabalhados e ornamentados, como nos demais exemplares, caracterizando o destaque à zona de estar, espaço de sociabilidade daquela sociedade.



Figura 85. Casa em Letchworth. Fonte: Janjulio (2009).



Figura 86. Casa na Rua Estados Unidos, no Jardim América, em São Paulo, de autoria do engenheiro Olavo Soares Abreu Caiuby. Fonte: Janjulio (2009).



Figura 87. Fachada do Casarão Francis Davidson, voltada para a esquina da Praça da Independência.



Figura 88. Fachada do Casarão Francis Davidson voltada para a Praça da Independência.

Casarão Villas Boas – 1922

O estilo missões foi divulgado no Brasil por conta da crescente difusão do cinema americano, e se difundiu rapidamente. Kessel (2008, p. 140) esclarece que

Apesar das semelhanças formais justificadas pela proximidade entre as arquiteturas coloniais portuguesa e espanhola, o Estilo Missões representava o último dos frutos da árvore eclética que o movimento neocolonial tinha se proposto a derrubar – e o fato de que boa parte do público não-erudito tomasse um pelo outro constituía-se em fator de irritação para os propugnadores do neocolonial.

O autor ainda afirma que o neocolonial e o missões são caracterizados pela importância dada ao paisagismo e pelo respeito à topografia, tendo conquistado em São Paulo seu espaço no Jardim América, bairro inspirado no conceito de ‘cidade-jardim’ desenvolvido por Ebenezer Howard no final do século XIX¹⁹.

O casarão de 1922 pode ser enquadrado no estilo eclético onde predominam características neocoloniais, como o tipo de arremate do telhado, com beirais; volutas nas janelas; ornamentação em estuque nas paredes externas, inspirada em motivos platerescos e churriguerescos; e uso da pedra, fazendo referência ao estilo missões. Internamente, manteve-se fiel às manifestações ecléticas através da permanência das pinturas parietais e ornamentação nos tetos. A fachada frontal é simétrica e tem no centro uma janela no térreo e uma porta no andar superior, ressaltadas com relação à face principal, e ornamentada com volutas e pedras. O tratamento das fachadas laterais não apresenta simetria, sendo diferentes entre si e estando descaracterizadas. As portas e janelas são encimadas por faixas retilíneas na parte inferior e curvas na parte superior. O telhado é em águas, com beirais arrematados com estuque, e com telhas do tipo francesa.

¹⁹ FERREIRA, Camila Corsi. Estratégias de preservação do Jardim América: teoria e prática em seu processo de tombamento. São Carlos, SAP – EESC - USP, 2009.



Figura 89. Palacete Villas Boas, 2007.

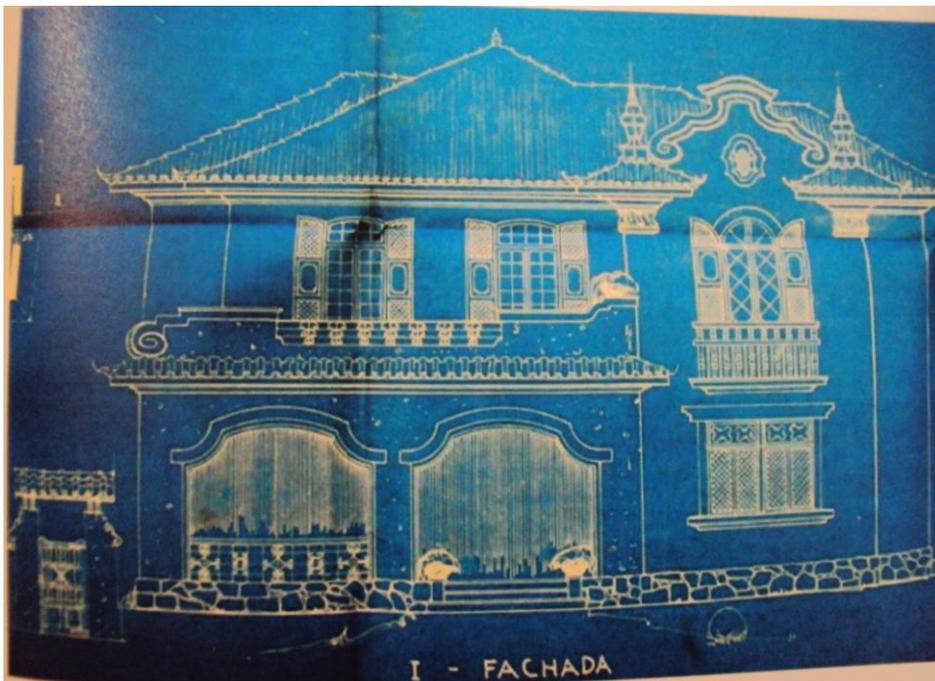


Figura 90. Casa na Rua Lucatã, de características híbridas do Neocolonial e do Missões, de autoria do engenheiro Olavo Soares de Abreu Caiuby. Fonte: Janjulio (2009).

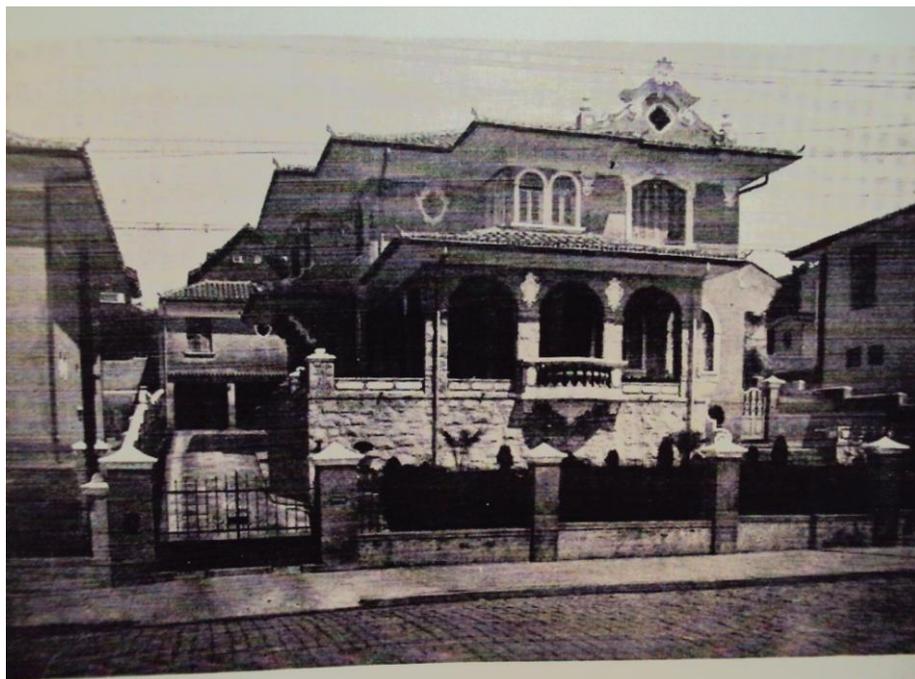


Figura 91. Casa na Rua Tupi, em estilo Neocolonial, de autoria do engenheiro Olavo Soares de Abreu Caiuby.

Fonte: Janjullo (2009).

Casarão dos Moutinho – depois de 1923

Ao contrário dos exemplares analisados acima, o casarão construído depois de 1923 é um exemplar tardio, uma vez que, quando as outras edificações da mesma época apresentavam características externas neocoloniais, este ainda é inspirado em um ecletismo classicizante; apenas a forma de implantação segue a tendência da época.

Marins (2004) afirma, entretanto, que os “palacetes ecléticos ajardinados, à semelhança dos encontrados na Avenida Paulista e nos bairros paulistanos de Campos Elíseos e Higienópolis, também foram erguidos no interior paulista”²⁰, e cita uma edificação de Ribeirão Preto nessa linha, de 1929. Esse fato indica que tal tipologia pode ter sido tardiamente apreendida em todo interior do estado de São Paulo, estando a cidade de Pinhal incluída nesse contexto.

²⁰ **MARINS**, Paulo César Garcez. Vida cotidiana entre os paulistas: moradias, alimentação, indumentária. In: Setubal, Maria Alice. Terra paulista: histórias, arte, costume. São Paulo: CENPEC/IMESP, 2004, p. 178.

A fachada voltada para a Avenida Oliveira Motta é assimétrica, tendo no centro três janelas de vergas retas, com óculos do porão logo abaixo e encimada por ornamentos em massa, que possuem duas pilastras nos seus limites; à direita há uma janela também de verga reta, e uma pilastra marcando o cunhal da fachada; e à esquerda vemos o alpendre, de telhado com platibanda independente e cercado por balaustres. Nos cunhais da edificação, um retângulo, há pilastras em massa, e no alpendre há colunas com caneluras no fuste e capitel de acantos em volutas típico do Renascimento. A fachada lateral direita é simétrica, tendo no eixo uma sacada, para onde se abria a sala de jantar. Do lado esquerdo, a fachada tem três janelas e o alpendre, e nos fundos há uma janela e duas portas, que se abrem para um alpendre descoberto, que leva aos fundos da edificação por uma escada de quatorze degraus. Sua platibanda é ornamentada por balaustradas em todo o perímetro, que esconde o telhado de quatro águas, de telhas do tipo colonial. Foi construído em alvenaria de tijolos.

A profusa ornamentação exterior apresenta colunas e pilastras com capitel renascentista com acanto em volutas e colarinho e fuste com caneluras. Uma das janelas da fachada voltada para a Avenida é encimada por frisos com dentes românicos, bem como duas janelas da fachada voltada para a Rua Regente Feijó e todas as janelas da fachada do fundo. A fachada lateral voltada para o interior do lote já está em processo de ruína, não sendo possível identificar os elementos que ali existiram.

Casarão Manoel Almeida Vergueiro – 1928

Esse exemplar foi construído no estilo neocolonial com referências ao estilo eclético e ao estilo missões. Os telhados são movimentados, com beirais e acabamento em estuque; as sacadas têm peitoris de acabamento em arcos

sobrepostos, com os eixos desencontrados e com pequenas rosas em massa nesses eixos; há floreiras sob as janelas; vitral na escada; elementos de composição do estilo neocolonial. Além disso, tem elementos ecléticos, como os ornamentos das fachadas e as colunas do patamar de entrada e das sacadas, que são clássicas, com êntase no fuste e capitéis renascentistas.

A fachada voltada para a Rua Xavier Ribeiro é simétrica, sendo que há no térreo uma janela com veneziana por fora e vidro por dentro, de abrir, e o alpendre; e no pavimento superior, seguindo as aberturas do térreo, uma janela e uma sacada, com a porta do escritório. A fachada voltada para a Rua Jorge Tibiriçá também tem simetria, e as aberturas do andar superior acompanham as aberturas do pavimento térreo, sendo que há nessa fachada apenas janelas. Ao contrário da fachada frontal, ela tem a parte do eixo saliente, e o telhado nessa parte é de duas águas. Há janelas com venezianas, janelas só com vidro, e um vitral no pavimento superior onde passa a escada. Já a fachada voltada para o recuo lateral tem um volume saliente na sala de jantar, e que forma uma sacada no pavimento superior. Em todas as elevações o térreo e o pavimento superior têm diferenciação na textura das paredes externas, e floreiras sob as janelas.

Casarão Norma Barsotini – 1929

Igualmente edificado no estilo neocolonial, com referências ao estilo eclético e ao estilo missões, foi esse casarão, que possui telhados movimentados com beirais e acabamento em estuque; sacadas com peitoris de acabamento em arcos sobrepostos, com os eixos desencontrados; vitral na escada; frontão barroco saliente no telhado; janelas com muxarabis; elementos de composição do estilo neocolonial. Além disso, também tem elementos ecléticos, como os ornamentos das

fachadas e as colunas do patamar de entrada e das sacadas, de capitel com referência à ordem jônica.

A fachada voltada para a Rua Vicente Gonçalves tem um eixo central marcado por um frontão saliente no telhado, e tem em cada lado alpendres no térreo e sacadas no pavimento superior. A fachada voltada para a Rua Jorge Tibiriçá acontece da mesma forma, com a parte central com janelas e encimada por frontão, e com alpendres e sacadas em cada lado. As janelas dos dormitórios não têm venezianas, e sim muxarabis, indicando influência moura, provavelmente decorrente de raízes ibérica, dentro do estilo missões.

Casarão Francisco Belize – 1930

Além desses exemplares, o casarão de 1930 também faz referência ao estilo missões, ainda que deva ser classificado como eclético por conta dos elementos da profusa ornamentação da fachada, que são característicos desse estilo, como as colunas clássicas e os balaustres no balcão lateral. A presença do estilo missões pode ser notada pelos lampiões de ferro na fachada principal, e também pela forma semicircular do balcão. Sua volumetria é movimentada, as fachadas são assimétricas, e os telhados movimentados em várias águas têm com beirais e acabamento em estuque.

A fachada frontal é assimétrica, e há no centro um balcão semicircular, que forma uma varanda no térreo e uma sacada no andar superior. As esquadrias são em madeira, e as janelas de veneziana de abrir. A fachada lateral também apresenta assimetria, com saliências mínimas marcando a sala de jantar e a sala de almoço, com o telhado em duas águas sobre o ressalto da sala de jantar, que tem no pavimento superior uma sacada. Toda a extensão das fachadas é marcada na laje de piso do pavimento superior por telhas engastadas na parede, simulando um

beiral de efeito meramente estético. A fachada dos fundos não tem aberturas, só a porta que leva da cozinha ao quintal por uma escada, para vencer o desnível do terreno, e tem volume saliente, sem ornamentação.

Aspectos Internos: Tipologia e uso dos espaços

No que se refere aos aspectos internos dos palacetes, Homem (1996, p. 201) afirma que, “[...] de modo geral, observou-se a preferência pela distribuição francesa, especialmente quando se tratava de sobrado”. As residências mais abastadas, recuadas das laterais do lote urbano, apresentariam a distribuição a partir do vestíbulo, ou hall, solução que possibilitaria a ventilação e iluminação de todos os cômodos, além da independência entre si ²¹, eliminando o antigo corredor colonial, sendo o local de confluência entre as três zonas distintas da habitação: o estar, o repouso e os serviços, surgidas a partir dessa mudança na tipologia.

Cada ambiente teria sua função específica, sendo que para cada atividade destinava-se um espaço exclusivo. Os halls foram utilizados pelo estar informal, enquanto as atividades culturais aconteciam nos ambientes de estar formal, como bibliotecas e salas de música. Entre os serviços e a área social surgiu a copa, ou sala de almoço, ligadas diretamente; “[...] o gabinete local, exclusivo do homem, permaneceu na parte fronteira, com entrada independente” (HOMEM, 1996, p. 129).

²¹ HOMEM, Maria Cecília Naclério. O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p.29.

A área social permaneceu na frente, no térreo, espaço de transição entre o público e o privado; os serviços, nos fundos; e a área íntima passou para o pavimento superior, no geral.

Ainda que a cidade tenha passado a oferecer pontos de convívio externo às residências, formaram-se nos palacetes paulistanos “[...] pequenas cortes e salões onde se cultivavam o luxo, a moda, a etiqueta, as formas de cortesia e as atividades artísticas como o teatro e a música [...]”²². Dessa forma,

A chamada zona de representação burguesa, formada pela sala de jantar, sala de visitas e salão, foi a que recebeu tratamento diferenciado, com ornamentação nas superfícies e na decoração, com móveis e objetos em profusão. Nos interiores, acumulou-se uma massa de objetos caros, de prata, bronze, porcelana e cristal; cortinas, reposteiros; papéis ou pinturas nas paredes²³.

As partes laterais e superiores eram reservadas às pessoas mais íntimas das famílias, por serem parte do repouso; já os fundos da edificação “[...] eram locais de completa desvalorização social, verdadeiro desprestígio, quase tabu, herdado dos tempos em que ali estariam os escravos e acomodando agora os filhos daqueles”²⁴.

Segundo Reis Filho (1997, p.72), tais esquemas “vigorariam até cerca de 1945 e, de certo modo, até hoje”, resultado da

[...] influência das antigas tendências de discriminação social, em relação aos locais de trabalho ou de intimidade, caracterizados pela presença dos serviços e das famílias, tendências ainda largamente influenciadas pelos hábitos coloniais e pelo regime escravista. [...] O tratamento arquitetônico e paisagístico acompanhava os níveis de valorização social. A quantidade e o tipo de decoração variava em escala decrescente das salas às cozinhas, passando pelos quartos e cozinhas.

²² Idem, p.18.

²³ Ibid., p.29.

²⁴ REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997, p. 72.

Os perímetros das plantas dessas casas isoladas eram geralmente recortados, “[...] com saliências e reentrâncias devido às movimentações do telhado, o que parece um contra-senso porque o certo seria a cobertura sujeitar-se aos ditames do contorno da construção”²⁵.

Em Pinhal, podemos afirmar que, de certo modo, houve a distribuição francesa, apesar de não ter sido bem resolvida. A passagem pelos ambientes para se chegar a outros ainda era uma solução recorrente.

Casarão Francis Davidson – 1912

O programa desse casarão também incluía uma garagem. No interior, encontramos salas à esquerda e à direita da porta principal, com pé-direito alto, cujas paredes são divididas em painéis por meio de régua ricamente trabalhadas. A régua horizontal corre fixando o arremate das portas e janelas, e esses painéis são subdivididos por régua, sendo que em seu interior há pinturas com motivos florais. O teto da sala de estar tem régua em madeira escura, ornamentadas com pequenas volutas, em todo o perímetro, e no centro, marcando o local do grande lustre de cristal, um círculo com detalhes em madeira. Já o teto da sala de jantar é todo ornamentado em massa, com motivos de flores, folhagens, geométricos, e acanto em volutas.

O exemplar se enquadra na linguagem eclética, pois os recursos estilísticos de influência do Arts and Crafts referem-se apenas à ornamentação da fachada, não havendo nenhuma relação com o sistema construtivo, que era de alvenaria de tijolos. Também notamos o estilo eclético presente no interior do palacete, onde há paredes, tetos e pisos ricamente trabalhados e ornamentados, como nos demais

²⁵ LEMOS, Carlos A.C. Alvenaria Burguesa. São Paulo: Nobel, 1989, p. 101.

exemplares, caracterizando o destaque à zona de estar, espaço de sociabilidade daquela sociedade.

Pelo vestíbulo de entrada, a partir do qual acontece a principal circulação interna, são acessadas a sala de jantar à esquerda e a sala de estar à direita, que tem uma porta que se abre para uma pequena sacada, voltadas para o grande jardim frontal, e em seu final chega-se a um acesso à esquerda para a zona de serviços, e a um acesso à direita para a área íntima do casarão, bem como de uma escada em madeira que leva ao sótão.

Nessa planta percebemos uma nítida separação entre as zonas, e o acesso independente entre elas; além disso, há também o aparecimento da copa, com passagem alternativa direta para a sala de jantar. A existência de um único cômodo no pavimento superior pode indicar um espaço de estar exclusivo da família, enquadrando-se nas soluções dos palacetes dessa época em outros locais.

Casarão Villas Boas – 1922

Com relação ao exemplar de 1922, notamos que o programa incluía, além da edificação principal, dependência de empregados, garagem e depósito para estocagem de café.

A entrada da edificação se dá pela fachada lateral, embaixo da cobertura que marca o acesso para a garagem, nos fundos do lote, e as folhas da porta principal se abrem diretamente na recepção, onde antigamente era a sala de estar. O piso nesse cômodo é o ladrilho hidráulico; todas as paredes têm pinturas e o teto apresenta ornamentação em madeira. A porta é de madeira e vidro de duas folhas de abrir, com bandeira fixa em vidro, e seu gradil é trabalhado. O piso das áreas sociais no térreo é o parquet, trabalhado em duas cores, sendo no corredor o piso

de taco. Já o piso do local da escada é o ladrilho hidráulico, e os demais cômodos do térreo tiveram seus pisos trocados. No andar superior, o piso é o taco, não original. A sala hoje usada pelo proprietário do imóvel foi originalmente usada como sala de música, e apresenta grande profusão de ornamentação eclética no teto e nas paredes, ainda preservados.

No térreo, esse casarão tem uma grande área social, que engloba a antiga sala de estar, sala de música e a atual sala de reuniões, que funcionava como sala de jantar. Nos fundos estão localizados a cozinha e os banheiros construídos posteriormente, a antiga cozinha, um escritório que era um dormitório, e um depósito que antigamente funcionava como sala de costura. No pavimento superior se localizava a área íntima, apenas com dormitórios, hoje salas para os advogados. Os cômodos do térreo vinculados à antiga área social apresentam sacadas e varandas, e apenas o cômodo maior do andar superior apresenta uma grande sacada. Essa descrição enquadra-se na tipologia recorrente para esse tipo de edificação, com a setorização dos espaços e a circulação entre os cômodos já independente.

A existência do porão habitável foi possível por causa do grande declive que há no terreno, e, de acordo com Lemos (1989, p.99), os porões, que nessas casas isoladas eram geralmente habitáveis, abrigavam os quartos de empregados. Não se sabe se era essa a destinação desse espaço na época da construção, mesmo porque há uma edícula no fundo do lote, que servia como dependência para os empregados. Atualmente, é usado como depósito. Foi realizada, por volta de 1997, uma reforma que modificou a cozinha, no térreo, que por ser muito grande deu lugar a dois cômodos e dois banheiros. No andar superior, um dormitório foi modificado e transformado em banheiro. As pinturas parietais foram restauradas, mantendo-se os motivos originais, porém com tonalidades diferentes das originais.

Casarão dos Moutinho – depois de 1923

O abandono e a descaracterização do casarão eclético de 1923 não nos permitiu realizar uma análise consistente, uma vez que, sem informações sobre os usos originais, trabalhamos com suposições e deduções. O acesso principal dessa edificação se dá pelo alpendre de entrada lateral, de piso de ladrilho hidráulico decorado, onde há a porta principal, de duas folhas em madeira com almofadas e bandeira de vidro fixo, que se abre para um pequeno vestíbulo de distribuição. O piso em toda a casa é o assoalho de madeira, exceto na cozinha e no banheiro.

A partir desse vestíbulo, acessa-se à esquerda o que pode ter sido um dormitório, que por sua vez tem comunicação com o provável dormitório contíguo, que se abre para a sala de jantar. Do lado direito há duas prováveis sala de estar, voltadas para a avenida. Seguindo pelo vestíbulo de entrada e virando à esquerda, temos mais um cômodo do lado direito, e se chega ao que deve ter sido a sala de jantar, que se abre para uma pequena sacada. Essa grande sala dá acesso a um cômodo do lado esquerdo, e nos fundos à cozinha, a uma provável copa e ao único banheiro. A cozinha e a copa abrem-se para um alpendre descoberto nos fundos.

A tipologia ainda apresenta referências tradicionais, pois verificamos que há comunicação entre os cômodos. Contudo, já é possível perceber certa setorização das zonas, e a possível introdução da copa entre a cozinha e a sala de jantar. Esse exemplar pode ser considerado, em todos os aspectos analisados, como sendo resistente, de transição.

Notamos que não há paredes e tetos ornamentados em vários cômodos. Como está abandonado há anos, não podemos saber se havia ornamentação, nem como eram os tetos, pois estes não mais existem. Todas as portas são em madeira com almofadas, de duas folhas de abrir, com bandeira de vidro fixo, ornamentadas.

As poucas janelas que ainda existem são de duas folhas de abrir, com madeira do lado interno e vidro do lado externo, com bandeira de vidro fixo. Todas as aberturas têm vergas retas.

Casarão Manoel Almeida Vergueiro – 1928

O programa do exemplar de 1928 tem, além da edificação principal, garagem e dependência de empregados. Apesar de já apresentar referências neocoloniais e influência do estilo missões externamente, manteve-se, no interior, fiel às manifestações ecléticas através da permanência das pinturas parietais e da ornamentação nos tetos. No interior da área social, nas salas de estar, de música e de jantar, há rica ornamentação, sendo as paredes divididas em painéis por meio de régua de madeira, ricamente trabalhadas. A régua horizontal corre fixando o arremate das portas e janelas. Esses painéis são subdivididos por régua, e em seu interior há pinturas com motivos florais. O teto da sala de jantar apresenta régua, ornamentadas com pequenas volutas, em todo o perímetro, e no centro há um grande lustre ornamentado em madeira. Na sala de música o teto é igualmente decorado, com um lustre central em cristal.

O piso da área social é o parquet, com trabalhos em duas cores de madeira, e em madeira nos outros cômodos, exceto na cozinha e no banheiro. No pavimento superior, o piso é original em peroba rosa. No alpendre e nas sacadas o piso é o ladrilho hidráulico ornamentado. As portas principais são de madeira e vidro, de uma ou duas folhas de abrir, e as portas que separam a sala de estar da sala de música e da sala de jantar são de quatro folhas em madeira e vidro. As janelas são de madeira, de veneziana e vidro nos dormitórios, e de ferro e vidros coloridos em outras dependências, com vergas retas; as janelas com ornamentação em volta, na

fachada da Rua Jorge Tibiriçá têm verga curva. Em algumas janelas há jardineiras com gerânios. Os lustres são originais.

O acesso principal nesse exemplar se dá pelo alpendre de entrada lateral, de piso de ladrilho hidráulico decorado, onde há a porta principal, de duas folhas em madeira com almofadas e vidro e bandeira de vidro fixo, que se abre para a sala de estar. Há também nesse alpendre uma porta de acesso ao escritório, usado dessa mesma forma pelo primeiro proprietário. Entre o escritório e a sala de estar há também uma porta. Seguindo a partir da sala de estar, há a sala de música, e à esquerda há a sala de jantar, a partir da qual há o único acesso aos fundos da edificação. Entre a sala de jantar e a cozinha há atualmente um lavabo, que originalmente foi um banheiro completo, e uma sala, usada como copa. Em frente a essa sala há uma escada em madeira, que leva ao pavimento superior, e nos fundos, ao lado da cozinha, há um hall, que era aberto originalmente. A escada que leva ao segundo pavimento chega a um hall, que de um lado se abre para uma varanda, e de outro segue por um corredor em direção à Rua Xavier Ribeiro, eixo da planta, que dá acesso a dois dormitórios, um banheiro, duas suítes e um escritório ao fundo. O escritório abre-se para uma varanda, exatamente em cima do alpendre de acesso da casa. A grande suíte voltada para a rua tem também uma pequena sacada.

De acordo com o proprietário, poucas foram as modificações no projeto original na parte de estar da edificação. Ainda no ano da construção, o local da escada foi alterado, indo da parte da frente para trás, onde se encontra atualmente. A cozinha foi modernizada. O banheiro do térreo tornou-se um lavabo, mas o banheiro do andar superior permaneceu inalterado. Em cima da cozinha, onde era telhado, foram construídos um closet e um banheiro, transformando um dormitório

em suíte. Outro dormitório foi também transformado em closet e banheiro para o dormitório maior. Sobre o hall construído posteriormente na parte dos fundos, foi construída uma sacada. O beiral em estuque, que era ornamentado, foi pintado na década de 1960. Em 2005, foi feita uma reforma para melhorias, sem alterações na tipologia.

Casarão Norma Barsotini – 1929

Da mesma forma que o exemplar anterior, a edificação de 1929 também tem incluídos em seu programa uma garagem e dependência de empregados. Apesar de já apresentar referências neocoloniais e influência do estilo missões externamente, também se manteve interiormente fiel às manifestações ecléticas, com a permanência das pinturas parietais e da ornamentação nos tetos.

O acesso principal do casarão se dá pelo alpendre de entrada paralelo à esquina, de piso de ladrilho hidráulico decorado, onde há duas janelas e a porta principal, de duas folhas em madeira com almofadas e vidro e bandeira de vidro fixo, que se abre para a sala de estar. Seguindo a partir da sala de estar, há à esquerda a sala de música, com acesso a um alpendre lateral, e em frente há a sala de jantar, a partir da qual há um acesso a uma varanda. Também a partir da sala de estar, chega-se a um corredor de circulação, que dá acesso a uma saleta, à escada de madeira que leva ao pavimento superior, e aos fundos, onde leva à sala de almoço. Dessa sala chega-se à cozinha do lado esquerdo, e também a uma suíte do lado direito, além de outro alpendre, que leva ao quintal.

No interior da área social, nas salas de estar, de música e de jantar, há rica ornamentação, sendo as paredes das salas de estar e de música pintadas inteiras, com motivos florais. O teto da sala de jantar apresenta régua de madeira, ornamentadas com pequenas volutas, em todo o perímetro, e no centro há um

grande lustre ornamentado em madeira. Na sala de música o teto é igualmente decorado, com um lustre central em cristal.

A escada que leva ao segundo pavimento chega a um hall, que dá acesso aos dormitórios e ao banheiro aí existentes. Há nesse pavimento quatro varandas, nos quatro cantos da edificação, para onde se abrem os dormitórios.

As portas principais são de madeira e vidro, de uma ou duas folhas de abrir, e a porta que separa a sala de estar da sala de música é de quatro folhas em madeira e vidro. As janelas são de madeira, de veneziana de abrir e de guilhotina com vidro nos dormitórios, e de ferro e vidros coloridos em outras dependências. Os lustres são originais. O piso dos alpendres é ladrilho hidráulico com motivos geométricos, e o piso da sala de estar é o mesmo do alpendre de acesso principal. Nas salas de jantar e de música o piso é em madeira, bem como no pavimento superior. Na cozinha, na sala de almoço e nos banheiros o piso é cerâmico.

De acordo com a proprietária, as pinturas existentes nas paredes da sala de jantar foram cobertas, e o banheiro do pavimento superior foi modificado. No térreo, o único dormitório existente nos fundos foi dividido, sendo agora uma suíte. Não foi precisada a data das modificações. Notamos que na saleta no térreo havia uma janela, que foi fechada.

Casarão Francisco Belize – 1930

No caso desse casarão, a pouca largura do terreno forçou o alongamento da edificação. A planta se configura como as tipologias coloniais do século XIX, pois tem uma sequência de cômodos enfileirados, havendo a necessidade de caminhar por dentro deles para se chegar aos outros. A zona de estar é ornamentada. Existe

um cômodo que servia de consultório médico para o proprietário, com acesso independente pelo jardim frontal.

A partir do pequeno vestíbulo de entrada, acessa-se a sala de estar, com um grande vitral e teto ornamentado. Por essa sala chega-se a outra, cujas janelas se abrem para a frente do lote, no balcão semicircular, e que utilizada, segundo a proprietária, como sala de música. Ainda na sala de estar, acessa-se o antigo gabinete médico, hoje sala de televisão, a escada em madeira e a grande porta de madeira e vidro que leva à sala de jantar. Esta apresenta profusa ornamentação no teto, e réguas de madeira nas paredes, que já não possuem as originais pinturas. O piso da área social é o parquet, com composições em duas cores. Pela sala de jantar, chega-se a um pequeno lavabo construído embaixo da escada, e à copa, ao depósito e à cozinha, ambientes modificados. A cozinha foi subdividida e diminuída, e o espaço remanescente transformado em uma suíte.

Existem duas escadas que dão acesso ao piso superior, uma a partir da sala de estar, como já foi dito, e outra em área reservada, a partir da copa. No andar superior há um grande hall, de onde se pode ver os vitrais que acompanham a escada, e de onde se acessa um dormitório, voltado para os fundos, um banheiro da época da construção, que ainda apresenta as peças sanitárias originais, e uma saleta íntima. Passando por essa saleta, acessam-se dois dormitórios, ambos com balcões, e um armário. O dormitório que se abre para o balcão semicircular, na frente da edificação, é uma suíte, e a porta do banheiro se abre para um terceiro balcão, que se estende até o alinhamento lateral do lote. Todo o perímetro da edificação apresenta, na altura da laje, um pequeno beiral. O piso dos banheiros do piso superior são ladrilhos hidráulicos originais, e assoalho nos demais cômodos.

De acordo com a proprietária, a cozinha do casarão foi reformada em 1980, sendo subdividida e diminuída. Dessa forma, houve espaço para a inserção de uma suíte no pavimento térreo. As pinturas parietais das áreas de estar foram cobertas pela mãe da atual proprietária, em data não sabida.

Segundo Reis Filho (1997), as habitações edificadas com economia de terreno, como é o caso, não chegavam a aproveitar totalmente as novas possibilidades, tanto formais quanto tipológicas. Exemplo disso é o fato da obrigatória disposição enfileirada dos cômodos fazer com que a circulação de serviços se realizasse através das salas²⁶. Todavia, as mesmas tendências apresentadas pelas edificações de maiores dimensões com relação à valorização social e arquitetônica de certos espaços em detrimento de outros podem ser percebidas nesse exemplar, como o tratamento esmerado do interior da zona de estar.

Como vimos, as inovações relativas aos programas de necessidades das classes mais abastadas traziam o “morar à francesa”, introduzindo o vestíbulo como espaço de distribuição entre as zonas da residência – estar, repouso e serviço, eliminando assim as passagens diretamente entre os cômodos e privilegiando a dimensão privada da vida doméstica²⁷. Segundo Bortolucci (1991, p.92), “outro aspecto desse ‘programa francês’, que acabou não vigorando por muito tempo, foi a área de serviço e a cozinha localizadas no porão, enquanto a sala de jantar continuava no pavimento térreo”, solução não encontrada em nenhuma residência levantada em Pinhal. Outra novidade proveniente do “morar à francesa” foi a

²⁶ REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997, p. 68.

²⁷ HOMEM, Maria Cecília Naclério. O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 129.

introdução do gabinete, ambiente localizado na parte da frente da edificação, ao lado da sala de visitas, integrando a zona de estar, o que encontramos nos exemplares de 1928, 1929 e 1930. Além disso, outras novidades deste período foram, de acordo com Bortolucci (1991, p.94), “[...] a edícula, dependência de serviço e acomodação dos empregados, construída no fundo do quintal; e a copa, que se tornou o local preferido da família para as refeições e para permanência (ler jornal, costurar, estudar etc.), deixando quase sem uso a sala de jantar e a de visitas”.

Apesar das especificidades locais e das interpretações pessoais, a arquitetura do pós-guerra em Pinhal, até 1930, procurava seguir as tendências em voga nos grandes centros, da mesma maneira que nos períodos anteriores. As possibilidades financeiras advindas com a cafeicultura continuavam a crescer, e cada vez mais o luxo e a riqueza deveriam ser exibidos. Além disso, os imigrantes enriquecidos com o comércio ou sendo profissionais liberais também mostravam sua nova condição através da arquitetura. Com a crise da cultura cafeeira, com o café perdendo força no município a partir de 1929, seguindo o rastro deixado pela quebra da bolsa de Nova Iorque (EUA), essa situação de riqueza e possibilidades foi rompida. Iniciou-se um processo de estagnação na economia local e conseqüentemente, na produção arquitetônica. Os problemas enfrentados na agricultura atingiram os grandes produtores rurais e refletiram no espaço urbano e na arquitetura, e não se pode dizer que houve outro período tão rico na cidade nesse sentido.

Considerações Finais

Inúmeras foram as transformações ocorridas nos últimos anos do século XIX e primeiros do século XX na região paulista, na qual se insere Pinhal, uma das cidades da expansão cafeeira do estado de São Paulo, totalmente receptiva às novas influências nas formas de habitar e construir.

É o período do desenvolvimento da cultura do café e da instalação de uma extensa malha ferroviária, que facilitou a comunicação entre as zonas cafeeiras e o porto de Santos, mas também a vinda dos imigrantes e das novidades da Europa. Em Pinhal, a intensificação da produção de café, ocorre a partir de 1860 e da instalação da ferrovia, em 1889. Assim, o transporte ferroviário e a nova situação econômica favoreceram a consolidação definitiva das novas ideias, e sem dúvida o ecletismo esteve associado ao binômio café-ferrovia¹. As tendências ecléticas, ainda que alheias ao meio, foram prontamente aceitas pela sociedade, como expressão de refinamento cultural e modernidade. O mesmo trem que possibilitou o escoamento da produção de café trouxe os materiais de construção importados, produzidos em massa e indispensáveis para a difusão do novo estilo em voga. Além disso, trouxe também o imigrante italiano, que não necessariamente se fixou nas fazendas de café, muitas vezes preferindo a cidade. Como ocorreu em São Carlos, “[...] eles se transformaram nos executores do ecletismo, a mão-de-obra disponível e necessária, para a implantação das novas técnicas já conhecidas por eles” (BORTOLUCCI, 1991, p. 378).

¹ BORTOLUCCI, M. Ângela P. de Castro e Silva. Moradias urbanas construídas em São Carlos no período cafeeiro. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991, p. 378.

Em Pinhal, a arquitetura eclética foi introduzida pelo fazendeiro de café, que frequentemente visitava São Paulo e Rio de Janeiro, e que, conhecendo também as cidades européias, buscou inspiração na produção arquitetônica destes lugares para executar sua própria residência urbana, que deveria representar sua posição social e econômica. A consolidação dessa imagem do fazendeiro de café passou necessariamente pela remodelação de sua residência urbana. Nesse sentido, esse ecletismo produzido em outros lugares e especialmente na capital da então província de São Paulo serviu de para novas apropriações e reinterpretações locais.

Nesse sentido concordamos com Benincasa (2003, p. 277), quando afirma que

O Ecletismo proporcionou a realização de casas nos mais variados estilos e formas. Apesar de ter seu repertório formal muito criticado, por ser uma releitura livre e, às vezes, superficial, de estilos consagrados do passado, foi um período muito criativo e inovador da arquitetura mundial, principalmente no tocante às inovações tecnológicas, e, mesmo tratando-se do primeiro estilo internacional, isto é, que proliferou e teve aceitação em quase todas as regiões do mundo, na época, permitiu mais contribuições e adaptações regionais do que a linguagem do modernismo, cujo repertório formal, técnicas construtivas e materiais de construção eram mais definidos.

A arquitetura residencial urbana de Pinhal, que inicialmente apresentava um aspecto externo limpo de ornamentações, caracterizado por uma certa monotonia estética, passou, a partir da década de 1880, a ostentar cada vez mais elementos decorativos vinculados à linguagem eclética. Essas manifestações ecléticas em Pinhal foram, de maneira geral, de forma tardia e superficial, no sentido de estarem livres de maiores compromissos com considerações de ordem filosófica e mesmo formal. Desse modo, as diversas tendências estilísticas ocorreram de maneira mais livre, bastando, muitas vezes, a justaposição, às antigas estruturas construtivas, de uma 'decoração' classicizante, 'art-nouveau' ou até mesmo neocolonial.

Novos programas e técnicas construtivas foram assimilados pela sociedade local, produzindo uma diversificação do antigo partido da moradia urbana, onde os agenciamentos internos foram, progressivamente, tendendo a uma maior liberdade de organização espacial.

Podemos perceber, nos casarões com implantação tradicional (estudados no capítulo 2), a assimilação do ecletismo, evidenciadas nos detalhes decorativos de argamassa, nas molduras decorativas no entorno de janelas e portas, dos tímpanos triangulares ou cimbrados sobre as aberturas. Notamos também maior apuro na elaboração dos telhados e das platibandas, com balaustres, pinhas, estátuas; e também na nos gradis trabalhados em ferro nos balcões; o destaque dado às portas principais, na composição da fachada, ostentando postigos envidraçados e gradis metálicos finamente elaborados, e maior apuro nas janelas das fachadas externas.

As mudanças na tipologia dessas residências foram introduzidas em edificação onde ainda predominava a volumetria compacta e sem movimento. Já as técnicas construtivas foram aprimoradas, sendo as casas agora mais bem construídas com o uso da alvenaria de tijolos, “[...] muito mais maleável do que as anteriores, propiciando a confecção de vãos cada vez mais elaborados”², que possibilitou melhor nível de acabamento, sem as limitações da antiga taipa, usado primeiramente no Casarão Almeida Vergueiro.

Nas duas últimas décadas do século XIX, notamos a predominância das casas térreas de porão alto, implantadas no alinhamento e sem recuo ou com recuo mínimo, e apenas um sobrado. Mas ainda na última década do século XIX apareceu

²BENINCASA, Vladimir. Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830-1930. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2003, p. 117.

a implantação com recuos laterais, mantendo-se, portanto, simultaneamente à implantação tradicional, que ainda persistiu até a primeira década do século XX.

Assim, os casarões do período de consolidação dos recuos laterais (vistos no capítulo 3) são mais soltos, com mais movimento em planta e nos telhados, agora com amplos recuos laterais. Observando e analisando a implantação desses exemplares, percebemos que inovaram quanto ao isolamento da casa com relação aos limites do terreno, principalmente os casarões edificadas no final do século XIX, acontecendo no mesmo período em que esse novo esquema aparecia na capital da Província. Apenas dois dos dois casarões, estudados no capítulo 3, foram construídos nas décadas de 10 e 20 do século XX, configurando-se, portanto, como exemplares mais tardios. Nesses casarões, as elevações laterais voltadas para o jardim do recuo lateral passaram a ser mais valorizadas, predominando ainda o estilo eclético, porém já começando a abandonar as influências classicizantes e se abrindo a novas referências nas ornamentações, como, por exemplo, o art nouveau. Aqui começou a aparecer um distanciamento com a tipologia tradicional de plantas, já abolindo os corredores e se utilizando do vestíbulo de entrada.

Os casarões implantados inteiramente isolados no lote (tratados no capítulo 4) surgiram em Pinhal, em maior número, na década de 1920. No entanto, não podemos deixar de ressaltar a precocidade de pelo menos um exemplar que detectamos em nossa pesquisa, o casarão de 1912.

Foi nesses casarões que verificamos a difusão do 'neocolonial simplificado', realizado por profissionais imigrados, cuja formação teve que se ajustar ao novo repertório neocolonial, através dos veículos de comunicação da época, como cinema, rádio, revistas, catálogos, entre outros. No entanto, também percebemos que características do ecletismo ainda se faziam presentes, mesmo que com menos

força. Constatamos a presença de telhados mais movimentados e beirais forrados de estuque; de faixas ornamentais de argamassa; de jardineiras sob as janelas; de parapeitos de elementos vazados em meia-lua; vitrais; ao lado de elementos ecléticos, como colunas com êntase no fuste e capitéis renascentistas.

Com relação à tipologia das plantas, podemos afirmar que o programa de necessidades apresentava novidades que incluíam novas edificações no lote; houve, de certo modo, a disposição à francesa, apesar de persistirem as passagens internas pelos ambientes. Talvez ainda fosse uma solução recorrente por força dos hábitos da vida doméstica da época.

A arquitetura do século XIX vem sendo progressivamente estudada e reavaliada, em um processo iniciado há algumas décadas, passando necessariamente pela quebra dos preconceitos. Esse movimento certamente está contribuindo para o surgimento de uma nova consciência sobre a proteção e a restauração do patrimônio cultural do século XIX e das primeiras décadas do século XX.

Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade.³

De maneira geral, os significados de que são imbuídas as obras de arquitetura, seja propositalmente desde sua formação ou atribuídos posteriormente, mostram-nos, de acordo com Pinheiro (2006, p.5), o papel da arquitetura como símbolos passíveis de se transformarem em identidades culturais. A questão da formação da identidade de um povo, que perpassa o âmbito urbano, apresenta-se

³ Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios - Carta de Veneza - 1964.

como crucial para a formação de cidadãos conscientes e capazes de atuar em sociedade. De acordo com Toledo (1984, p.20),

[...]a perda das manifestações arquitetônicas e paisagísticas expressivas, impossíveis de serem recriadas fora dos quadros que as geraram, leva à perda justamente dos referenciais que permitem a identificação do cidadão com sua cidade. Essa perda de identificação tem graves efeitos psicológicos[...]

e leva também a transtornos de ordem pessoal e social, podendo levar à marginalidade, o que conseqüentemente gera ações de violência e depredação do patrimônio.

Marins (2004, p. 170) afirma que

O processo de urbanização das populações paulistas ocorrido sobretudo a partir da década de 1960 acabou por valorizar excessivamente as terras urbanas, levando a demolições em massa das antigas moradias erguidas durante o Império ou mesmo nas primeiras décadas do século XX". Simultaneamente, a inconsciência dos cidadãos fez com que a vontade de modernizar fosse superior à de preservar seu próprio passado, representado pelos casarões.

Nesse sentido, este estudo pretende fornecer, em primeiro lugar, subsídios para uma conscientização da necessidade de preservação do patrimônio como documento histórico e arquitetônico de Pinhal, a fim de que os exemplares remanescentes que se encontram condenados ao abandono, à destruição, ou à descaracterização, devido à total falta de apoio técnico e financeiro dos órgãos destinados à proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural, quer sejam municipal, estadual ou federal, possam ter elementos para ações e intervenções coerentes e responsáveis que permitam a sua recuperação, conservação e utilização.

Um segundo objetivo foi o de permitir um maior conhecimento do lugar, das pessoas e das edificações, pois conhecendo a história entenderemos nosso presente. Pretendemos aqui dar visibilidade ao valor dessa arquitetura, contribuindo

dessa forma para que haja maior conscientização sobre a necessidade de preservação por parte dos civis, e para que medidas efetivas de manutenção desse patrimônio possam ser tomadas pelas autoridades municipais. Verificamos uma preocupante escassez de estudos referentes a essa produção arquitetônica de Pinhal, o que certamente impede que ações que assegurem sua manutenção sejam devidamente tomadas. Não se preserva aquilo que não se conhece, é preciso dar a conhecer para então saber preservar. Dessa forma, acreditamos que, a partir da nossa contribuição, haverá subsídios para formar uma conscientização da necessidade de preservação do patrimônio como documento histórico e arquitetônico, e da obrigação dos envolvidos nos órgãos municipais de uma correta intervenção no sentido de conservar e preservar, buscando a ajuda de especialistas na área.

Além disso, este estudo poderá contribuir também na definição de políticas públicas de preservação local, pensando-se um crescimento mais ordenado da cidade, levando em consideração a existência, na malha urbana, desses casarões e demais edificações construídas em um período tão significativo para a história da cidade, cuja presença é fundamental para que não se percam as referências históricas e a própria identidade de seus habitantes.

Essa arquitetura guarda em si valores culturais, sociais e simbólicos. São representantes de distinção social e poder econômico de uma época de importantes e significativas transformações. É fundamental a preservação dessas referências que representam as raízes culturais do lugar. Essa arquitetura do ciclo do café se constitui em marco e documento vivos da memória cultural da cidade de Espírito Santo do Pinhal.

Sem as descrições dos homens do passado, sem os traços do que construíram, cada um de nós, ao enfrentar o estudo da cidade em seu desenvolvimento histórico, sente-se obrigado a ‘reconstruir’ o passado, para tentar entender o que os seres humanos que aqui habitaram, construíram, pensaram, sonharam e realizaram. ⁴

⁴ GLEZER, Raquel. Visões de São Paulo. In: **BRESCIANI**, Stella (org.) *Imagens da cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo, ANPUH/ SP; FAPESP, 1993, p.175.

Referências

- ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Maria Cecília M. **Dicionário Ilustrado de Arquitetura**. São Paulo: ProEditores, 1998. 2 volumes.
- ANDRADE, Antonio Luiz Dias de. **Um Estado Completo que Pode Jamais ter Existido**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- ARANHA, P. W. BRITO. Memória sobre a fundação e estado actual da fazenda da Nova Louzã. In: **Memórias Historico-Estatísticas de algumas Villas e Povoações de Portugal**. Lisboa, Livraria de A. M. Pereira – Editor, 1871, pg. 79-148. Disponível em: <www.cm-lousa.pt/biblio/arquivo.../58_pdf_memorias_historicas_lousa.pdf>. Acesso em: 27 set. 2007.
- ARANTES, Antonio Augusto (org.). **Produzindo o passado: Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural**. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- ARAÚJO, Maria Marta M. **A poesia de Drummond e o patrimônio cultural mineiro**. Disponível em: www.iepha.mg.gov.br/.../590-a-poesia-de-drummond-e-o-patrimonio-cultural-mineiro. Acesso em: 03 nov. 2010.
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como história da cidade**. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL. Livros de Atas de Sessões Ordinárias e Extraordinárias. Anos de 1868 a 1930.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
- _____. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- ASSOCIAÇÃO PINHALENSE DE CULTURA. Revista comemorativa – 150 anos. Espírito Santo do Pinhal: Pinhal Print, 1999.
- BALDINI, Umberto. **Teoria del Restauro e Unità di Metodologia**, 2 vols.. Firenze, Nardini; 1º vol, 1997, 8ª ed. (1ª ed. 1978); 2º vol., 1997, 6ª ed. (1ª ed. 1981).

- BARBOSA, Ana Aparecida. **Uma fresta na neblina**: estudo da possibilidade de restauro urbano do Serro. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos – USP, São Carlos, 2007.
- BARTHOLOMEI, Marly de Alencar Xavier. **Espírito Santo do Pinhal – O Romance de Pinhal**. São Paulo: Bellini Cultural, 2010.
- BENINCASA, Vladimir. **Velhas fazendas**: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830-1930. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2003.
- BENJAMIM, Walter. “**Paris, capital do século XIX**”. In: LIMA, Luís Costa (org.). Teoria da literatura em suas fontes. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, v. II, p. 141.
- BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. São Paulo: Ateliê, 2002.
- BONELLI, Renato. Verbete: Il Restauro Architettonico. In: **Enciclopedia Universale dell'Arte, Novara, Istituto Geografico de Agostini**, 1983, 4. ed. (1. ed. 1958).
- BORGES, Marcos L. **Recuperação estrutural de edificações históricas utilizando perfis formados a frio**. Dissertação (Mestrado), Escola de Engenharia de São Carlos – USP, São Carlos, 2001.
- BORTOLUCCI, M. Ângela P. de Castro e Silva. **Moradias urbanas construídas em São Carlos no período cafeeiro**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- BRAGA, Márcia (Org.) **Conservação e Restauro: Arquitetura**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2003.
- BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê, 2005.
- BRESCIANI, Stella (org.) **Imagens da cidade**: séculos XIX e XX. São Paulo: ANPUH/ SP; FAPESP, 1993.
- BRUAND, Y. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- CALDEIRA, João Netto. **Álbum de Espírito Santo do Pinhal**. São Paulo: Organização Cruzeiro do Sul, 1936. 154 p.
- CAMPELLO, Glauco. Patrimônio e Cidade, Cidade e Patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.23, p.116-125, 1994.

- CANABRAVA, A. P. **O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo: (1861-1875)**. São Paulo: s.n., 1951.
- CANCLINI, Néstor Garcia. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.23, p.94-115, 1994.
- CAPRI, Roberto. **O Estado de São Paulo e o Centenário da Independência: o Comércio e a Indústria**. São Paulo: Pocaí & Co, s. d.
- CARBONARA, Giovanni. **Avvicinamento al Restauro**. Teoria, Storia, Monumenti. Napoli, Liguori, 1997.
- CARSALADE, Flávio de Lemos. **Patrimônio Histórico e marketing cultural**. Disponível em: <http://www.armond.adm.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=11>. Acesso em: 23 jul. 2007.
- CARTA DE VENEZA (1964). **Documento de Restauro**. Veneza, 1964. Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004. 10ª ed.
- CERTEAU, Michel de; GIRARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. 6ª ed.
- CHOAY, Françoise. **A Alegria do Patrimônio**. São Paulo, Editora UNESP, 2001.
- CORONA, Eduardo & LEMOS, Carlos A.C. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Edart, 1972.
- CORREIA, Telma de Barros. **A construção do habitat moderno no Brasil – 1870-1950**. São Carlos: Rima, 2004. p. 47-77.
- COSTA, Lúcio. **Arquitetura**. Rio de Janeiro: Ed. Bloch, 1980.
- CURY, Isabelle (Org.) **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil (1850)**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1972.

DINIZ, Wivian; SOUZA, Luiz A. C. **Manual de conservação preventiva do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Escola de Belas Artes da UFMG – IEPHA, 2002.

FABRIS, Annateresa ; LEMOS, Carlos A.C.... [et al.]. **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel/Edusp, c1987.

FERREIRA, Camila Corsi. **O discurso racial como dispositivo de poder**. São Carlos, SAP – EESC - USP, 2009. (Monografia apresentada na disciplina: SAP 5873 - Sociedade Civil e Estado: dimensões clássicas e contemporâneas e seus desdobramentos sociais e urbanos).

_____ **Estratégias de preservação do Jardim América**: teoria e prática em seu processo de tombamento. São Carlos, SAP – EESC - USP, 2009. (Monografia apresentada na disciplina: SAP 5824 – O Espaço da Cidade I: Gênese e Formação do Urbanismo Moderno).

_____ **Recuperação da Área da Estação Ferroviária**. São Carlos, SAP – EESC - USP, 2003. (Trabalho de Graduação Integrado).

FICHER, Sylvia. **Os Arquitetos da Poli**: Ensino e Profissão em São Paulo. São Paulo: FAPESP, Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo** - Trajetória Política Federal de Preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc/IPHAN, 1997.

FREHSE, Fraya. **O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império**. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____ Lemos por Freshe. In: **Revista de Antropologia**, SÃO PAULO, USP, 2000, V. 43 n° 1. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0034-770120000001&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 12 dez. 2007.

FREIRE, Gilberto de Mello. **Casa Grande & Senzala** – formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 23 ed., Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1984.

_____ **Sobrados e mocambos** – decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 4 ed., Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1968.

FREITAS, Sônia M. de. **Memórias do comendador Monte-Negro e da colônia Nova Louzã**. In: Revista ARUNCE n° 17/19, pág. 39-53, 2004. Disponível em: <<http://memoria-historia.com.br/artigos%20e%20textos/colonianovaouza-artigo.pdf>>. Acesso em: 14. dez. 2007.

- GHIRARDELLO, Nilson. **À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- GIOVANNONI, Gustavo. Verbete: Restauro dei Monumenti. In: **Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti**, Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana (Treccani), 1936, v. 18, pp. 127-130.
- GOMES, Iclerico. (org.) **Annuario de Espírito Santo do Pinhal, Itapira, Mogy-mirim e Mogy-guassu**. São Paulo: Casa Vanorden, 1918.
- GRANDI, Guilherme. **Café e expansão ferroviária: a Companhia E. F. Ria Claro (1880-1903)**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2007.
- GUERRAND, R-H. **Espaços privados**. In: PERROT, M. (org.) História da vida privada. V. 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 325-411.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 13 -109.
- HARDMAN, Francisco Foot. **O trem fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- HOLLOWAY, T. H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo (1886-1934)**. Tradução: Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- _____. Sobre a construção da Capital do Café e da Indústria (1875-1930). In: **Warchavchik, Pilon, Rino Levi** – três momentos da arquitetura paulista. São Paulo: FUNARTE / Museu Lasar Segall, 1983, p.29-52.
- IOTTI, Luiza H. **A política imigratória brasileira e sua legislação – 1822 – 1914**. Disponível em: <<http://oriundibrasile.blogspot.com/2010/01/histori-36-far-lamerica-3-avancos-e.html>>. Acesso em: 24 set. 2009.
- JANJULIO, Maristela da Silva. **Arquitetura residencial paulistana dos anos 1920: ressonâncias do Arts and Crafts? Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos – USP, São Carlos, 2009.**

JOKILEHTO, Jukka Ilmari. **A History of Architectural Conservation**. Oxford, Butterworth-Heinemann, 1999. Disponível em: <<http://www.iccrom.org>>. Acesso em: 10 Set. 2006.

KESSEL, Carlos. **Arquitetura neocolonial no Brasil: entre o pastiche e a modernidade**. Rio de Janeiro: Jauá Editora, 2008.

KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos** / Wilfried Koch; tradução Neide Luzia de Rezende. 3ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação**. São Paulo: Fapesp, 1998.

_____ História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. In: **Revista CPC**, São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, nov. 2005/ abr. 2006. Disponível em: <<http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf07revistacapa.php?idrevista=2>> Acesso em: 3 set. 2006.

LAPA, José Roberto A. **A cidade: Os cantos e os antros: Campinas 1850-1900**. São Paulo: EDUSP, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**; tradução Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003. 5ª ed.

LEME, Durvalino. **Memórias de um Pinhalense**. São Paulo, 1978.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. **Genealogia Paulistana**. São Paulo: Duprat & comp., 1903-05. 9 v.

LEMOS, Carlos A.C. **Alvenaria Burguesa**. São Paulo: Nobel, 1989.

_____ **A república ensina a morar (melhor)**. São Paulo, SP: Editora Hucitec, 1999.

_____ **Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Edições Melhoramentos: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

_____ **Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café**. São Paulo: EDUSP, 1999.

_____ **Cozinhas, etc.:** um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1976.

- _____ **História da casa brasileira.** São Paulo, SP: Editora Contexto, c1989.
- _____ **O que é Patrimônio Histórico.** São Paulo, Brasiliense, 1981.
- _____ **Aspectos da Antropologia Cultural envolvidos nos processos de preservação de bens arquitetônicos.** Palestra proferida no Seminário: Garantindo a Permanência da Memória – Casa Fazenda do Pinhal. São Carlos, nov. 2006.
- LESSA, Antonio Thomas Pacheco; CAMPOS, Tullio Theodoro de. **Almanaque de Espírito Santo do Pinhal 1893-1894.** Espírito Santo do Pinhal, 1894.
- LEVY, Maria Stella Ferreira. **O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972).** Rev. Saúde Pública vol.8 suppl.0 São Paulo June 1974. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101974000500003&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 out. 2009.
- LIMA, Liliane Obando Maia de Hollanda. **A preservação do Patrimônio Histórico Cultural como instrumento de desenvolvimento econômico.** Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/artigos/patrimoniocultural.html>>. Acesso em: 23 jul. 2007.
- LOPES, Fátima F. **Memória, História, Educação:** trilhas sugeridas por um Almanaque. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação/UNICAMP, Campinas, 2002. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000253632>>. Acesso em 14 dez. 2007.
- LUNÉ, Antonio Jose Baptista de; FONSECA, Paulo Delfino. **Almanak da Província de São Paulo para 1873.** Edição fac-similar. São Paulo, SP: IMESP/ Secretaria de Cultura, 1985.
- MARINS, Paulo César Garcez. Vida cotidiana entre os paulistas: moradias, alimentação, indumentária. In: Setubal, Maria Alice. **Terra paulista:** histórias, arte, costume. São Paulo: CENPEC/IMESP, 2004, p.89-190.
- MARTINS, Roberto Vasconcellos. **Divino Espírito Santo e Nossa Senhora das Dores do Pinhal - História de Espírito Santo do Pinhal.** São Paulo: Impressora Latina, 1986.
- MARX, Murillo. **Cidade Brasileira.** São Paulo: Ed. Melhoramentos, EDUSP, 1980.
- _____ **Cidade no Brasil em que termos?** São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MASCARO, Luciana Pelaes. **Difusão da arquitetura neocolonial no interior paulista, 1920-1950**. Tese (Doutorado) – Escola de Engenharia de São Carlos – USP, São Carlos, 2008.

MATOS, O. N. de. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. Campinas, SP: Pontes, 1990.

MENEGUELLO, Cristina. "A preservação do patrimônio e o tecido urbano. Parte 1. A reinterpretção do passado histórico". **Arquitextos**, Texto Especial nº 007. São Paulo, Portal Vitruvius, ago. 2000. Disponível em: www.vitruvius.com.br/arquitextos/arc000/esp007.asp. Acesso em: 17 dez. 2007.

"A preservação do patrimônio e o tecido urbano. Parte 2. Manchester, Dublin e São Paulo: reflexões a partir de três estratégias para a recuperação do passado urbano". **Arquitextos**, Texto Especial nº 008. São Paulo, Portal Vitruvius, ago. 2000. Disponível em: www.vitruvius.com.br/arquitextos/arc000/esp008.asp. Acesso em 17 dez. 2007.

MICELI, Paulo. Um fazendeiro contra o latifúndio. In: "**ARUNCE. Revista de Divulgação Cultural**". Lousã, Portugal, 5/6 (Jan./Dez.1991), p. 25-33. Disponível em: <http://usuarios.lycos.es/amimuseu/paulomiceli.htm>. Acesso em: 27 set. 2007.

MIYOSHI, Alex. Victor Dubugras, arquiteto dos caminhos. In: **Revista de História da Arte e Arqueologia**. UNICAMP, Campinas, n. 12 (Jan./Dez. 2009), p. 89-104. Disponível em: www.unicamp.br/chaa/rhaa/.../Revista%2012%20-%20artigo%204.pdf. Acesso em: 11 fev. 2010.

MONTE NEGRO, João Elisiário de Carvalho. **Opúsculo sobre a Colônia Nova Louzã fundada por João Elisiário de Carvalho Monte Negro em 1867**. Campinas: Typographia Gazeta de Campinas, 1872.

MORAES, Antonio Carlos R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

NEEDEL, Jeffrey D. **Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PARENT, Michel. O futuro do patrimônio arquitetônico. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.19, p.112-123, 1984.

PERROT, M. **Maneiras de Morar**. In: PERROT, M. (org.) História da vida privada. V. 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 307-323.

PESSOA, José S. B. (org.) **Lucio Costa**: documentos de trabalho. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

PETRONE, Maria Thereza. **Lavoura canvieira em São Paulo**: expansão e declínio (1765-1851). São Paulo: Difel, 1968.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Ricardo Severo e o “estilo tradicional brasileiro”. In: LE MOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (org.). **A missão portuguesa: rotas entrecruzadas**. Bauru: UNESP, 2003, p. 225-232.

_____. William Morris e a SPAB. In: **Rotunda**, 2004, n.3, p.23. Disponível em: www.iar.unicamp.br/rotunda/rotunda03.pdf. Acesso em: 06 set. 2006.

_____. A História da Arquitetura Brasileira e a Preservação do Patrimônio Cultural. In: **Revista CPC**, São Paulo, v.1, n.1, p. 41-74, nov. 2005/ abr. 2006. Disponível em: http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf07_revista_capa.php?id_revista=2. Acesso em: 3 set. 2006.

PINTO, Adolpho Augusto. **História da Viação Pública de São Paulo (Brasil)**. São Paulo: Typ. e papelaria de Vanorden & Cia., 1903. Disponível em: <http://www.archive.org/stream/historiadaviaco01pintgoog>. Acesso em: 07 fev. 2010.

PUPPI, Marcelo. **Por uma história não moderna da Arquitetura Brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

_____. **A nova história do século XIX e a redescoberta da dimensão imaginária da arquitetura**. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg058/arg058_02.asp. Acesso em: 31 jul. 2006.

QUATREMÈRE DE QUINCY. Verbetes: Restauração, Restaurar, Restituição, Ruína. In: **Rotunda**, 2003, n. 2, pp. 107-117. Disponível em: www.iar.unicamp.br/rotunda/rotunda02.pdf. Acesso em: 18 fev. 2008.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

_____. **Victor Dubugras: Precursor da Arquitetura Moderna na América Latina**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

RIZZONI, Ernesto (org.) **Anuário Pinhalense - 1951**. Folhetim de “A Folha”. Espírito Santo do Pinhal, [1951?].

_____ **Pinhal – História em notícia.** Espírito Santo do Pinhal: Tipografia Santa Luzia, 1950?.

_____ **Poliantéia do centenário do Pinhal 1849-1949.** Espírito Santo do Pinhal, 1949.

RUSKIN, John. **The Seven Lamps of Architecture.** Sunnyside, Kent, George Allen, 1889, 6. ed.

SAES, F. A. M. de. **As ferrovias de São Paulo (1870-1940).** São Paulo: Hucitec, 1981.

SAIA, Luis. **Morada paulista.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

SALMONI, Anita; DEBENEDETTI, Emma. **Arquitetura Italiana em São Paulo.** São Paulo: Perspectiva, 1980.

SALVETTI, Amantino O. **Pinhal no Passado.** Espírito Santo do Pinhal: Gráfica Pinhal, 1994.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi; TRUZZI, Oswaldo M. S. Caminhos Cruzados: o estudo da migração entre a Lousã (Portugal) e a Nova Lousã (Brasil) nos anos oitocentos. In: **II CONGRESSO PORTUGUÊS DE DEMOGRAFIA** - “Demografia e população: Novos desafios”. Lisboa, Portugal, 2004. Disponível em: http://www.apdemografia.pt/pdf_congresso/1_Ana_Silvia_Volppi_Scott.pdf. Acesso em: 29 ago. 2007.

_____ **Pioneirismo, disciplina e paternalismo nas relações de trabalho entre proprietário e imigrantes no século XIX: o caso da colônia de Nova Lousã, em São Paulo.** In: **Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA** - Porto, III Série, vol. 6, 2005, pp. 339-354. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3391.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2007.

_____ **Redes de conterrâneos: A imigração de lousanenses ao Brasil imperial.** In: **Portuguese Studies Review**, 14 (2), 2006/7, publicado em 2009, pp. 39-61. Disponível em: http://www.trentu.ca/admin/publications/psr/14_2.html. Acesso em: 05 fev. 2010.

SECKLER, Jorge e Cia. **Almanach Administrativo, Commercial e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1885.** Terceiro Anno. São Paulo: Editores - Proprietários, 1884.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990.** São Paulo : EDUSP, 1997.

_____ **Códigos de morar.** Disponível em:
<<http://www.vitruvius.com.br/resenhas/textos/resenha051.asp>>. Acessado em:
26.nov.2006.

SEVCENKO, Nicolau (org). **História da vida privada no Brasil.** Vol. 2. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____ **História da vida privada no Brasil.** Vol. 3. República: da Belle Époque a era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Eliane Azevedo. **Manual do morador de Olinda:** Conservação das edificações particulares do sítio histórico de Olinda. Olinda: Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, 1992.

SILVA, Geraldo Gomes da. **Arquitetura do ferro no Brasil.** São Paulo: Nobel, 1986, c1985.

SITTE, Camillo. **A Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos.** São Paulo, Atica, 1992.

SOUBIHE, Maria Lucia C. V. **Ribeirão Preto:** restauração do patrimônio do centro. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1992.

STEIN, S. J. **Grandeza e decadência do café.** São Paulo: Brasiliense, s.d.

TAMASO, Izabela. **Tratorando a história:** percepções do conflito na prática da preservação do patrimônio cultural edificado em Espírito Santo do Pinhal (SP). Brasília, Dissertação (Mestrado) – PPGAS/UnB, 1998.

_____ A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios... In: **Revista Sociedade e Cultura**, v. 8, n. 2,(jun./dez 2005). Goiânia: Departamento de Ciências Sociais, FCHF/UFG, 2005, p. 13-36. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie390empdf.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2007.

TAMASO, Renata Maria. São Benedito e Santa Luzia: manifestações de fé e identidade étnica. In: **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 77-89, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/703/70390106.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2007.

_____ Identidade, Espaços Étnicos e Tempo Histórico. In: **ANPUH**, São Paulo. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/downloads/CD%20XVIII/autores.html>>. Acesso em: 11 fev. 2008.

Do Patrimônio do Divino ao Patrimônio de São Benedito e Santa Luzia: espaços urbanos e identidade. In: **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br>>. Acesso em: 22 dez.2009.

TAMASO, Izabela M.; TAMASO, Renata M.; SAULLO, Juliana M. T. **Victorio Tamaso: Memórias de uma cidadania em ação**. Campinas, SP: Magister-Baron, 2000.

TELES, Carlos Dion de Melo. **Técnicas de conservação e restauro de edifícios históricos**. Palestra proferida na Semana da Engenharia Civil da EESC-USP, São Carlos, 29.08.2005.

TOLEDO, Benedito Lima de. Bem cultural e identidade cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.20, p.20-32, 1984.

Álbum Iconográfico da Avenida Paulista. São Paulo: Ed. Ex Libris, 1987.

TORRES, Valéria A. R.; TESSARINE, Luiz G. **Espírito Santo do Pinhal: A Rainha da Serra**. São Paulo: Noovha América, 2006.

VIEIRA, Sonia. **Como escrever uma tese**. São Paulo: Pioneira, 1996.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. São Paulo, Ateliê, 2001.

Sites Internet:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/>

<http://www.memorialdoimigrante.org.br/>

<http://www.estacoesferroviarias.com.br/>

<http://www.iphan.gov.br/>

<http://www.cultura.sp.gov.br/>

<http://www.pinhal.sp.gov.br/>

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/>

<http://www.eesc.usp.br/eesc/administracao/biblioteca/pub/catalogos/index.php>

Jornais - consultados no arquivo do Museu e Biblioteca Municipal:

1. A Republica

1903 – janeiro a novembro

1904 – janeiro a novembro

1905 – março a outubro

2. Gazeta do Pinhal

1907 – janeiro a dezembro

3. O Pinhalense

1909 – janeiro a dezembro, nºs 165 ao 280

1910 – janeiro a dezembro

1917 – janeiro a dezembro

1918 – janeiro a dezembro

1928 – janeiro a dezembro

1929 – janeiro a dezembro

4. O Trabalho

1911 – janeiro a dezembro

5. A Notícia

1920 – janeiro a dezembro

1921 – janeiro a dezembro

1923 – janeiro a dezembro

1925 – janeiro a dezembro

1927 – janeiro a dezembro

1930 – janeiro a dezembro

6. O Pinhal

1928 – janeiro a dezembro

7. BA – TA – CLAN

1929 – janeiro a dezembro

8. A Cidade (exemplares da autora)

2006 – janeiro a dezembro

2007 – janeiro a dezembro

Bens Públicos

Espírito Santo do Pinhal - SP

APÊNDICE 01



Escola Estadual Almeida Vergueiro



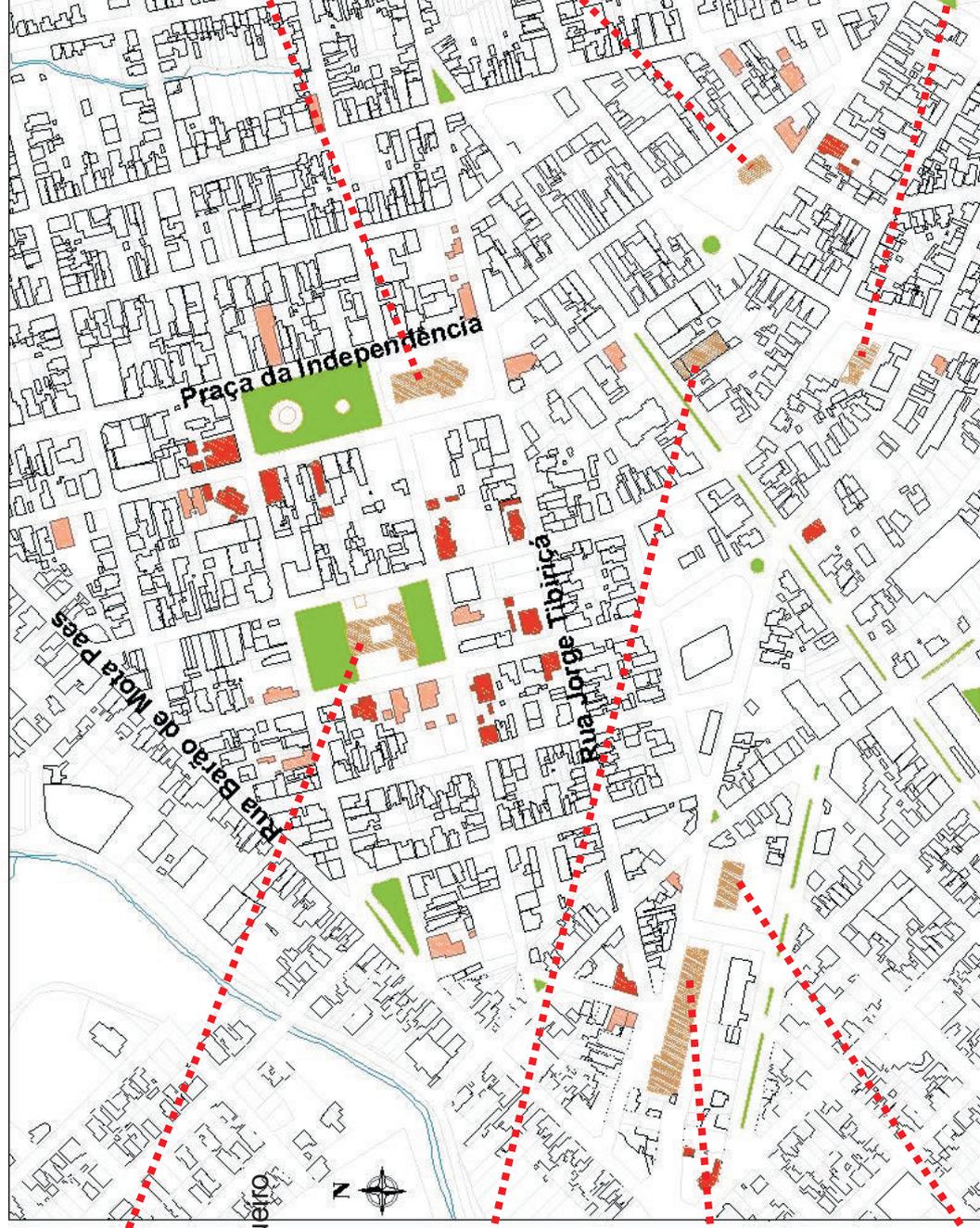
Cine Theatro Avenida



Estação Ferroviária



Fórum Dr. Fabiano Porto



-  Bens Públicos
 -  Áreas Verdes
- Esc. 1:200

-  Casarões com levantamento fotográfico
-  Casarões com levantamento completo



Igreja Matriz



Prefeitura Municipal



Delegacia

Casarões com Levantamento Completo **Espírito Santo do Pinhal - SP**

APÊNDICE 02



-  Casarões com levantamento fotográfico
-  Casarões com levantamento completo



-  Bens Públicos
 -  Áreas Verdes
- Esc. 1:200

Elaboração: Arq. Camila Corsi Ferreira

Esc. 1:200 maio.2010



APÊNDICE 03

Lista dos Casarões com Levantamento Completo, organizados em ordem cronológica.

FOTO	NOME	DATA	ENDEREÇO
	Casarão Almeida Vergueiro	por volta de 1880	Praça da Independência, 247
	Casarão do Museu e Biblioteca Municipal	antes de 1886	Praça da Independência, 275
	Casarão Barão de Motta Paes	por volta de 1890	Rua Xavier Ribeiro, 44
	Chalet Monte Negro	1896	Rua Cel. Joaquim Leite, 31

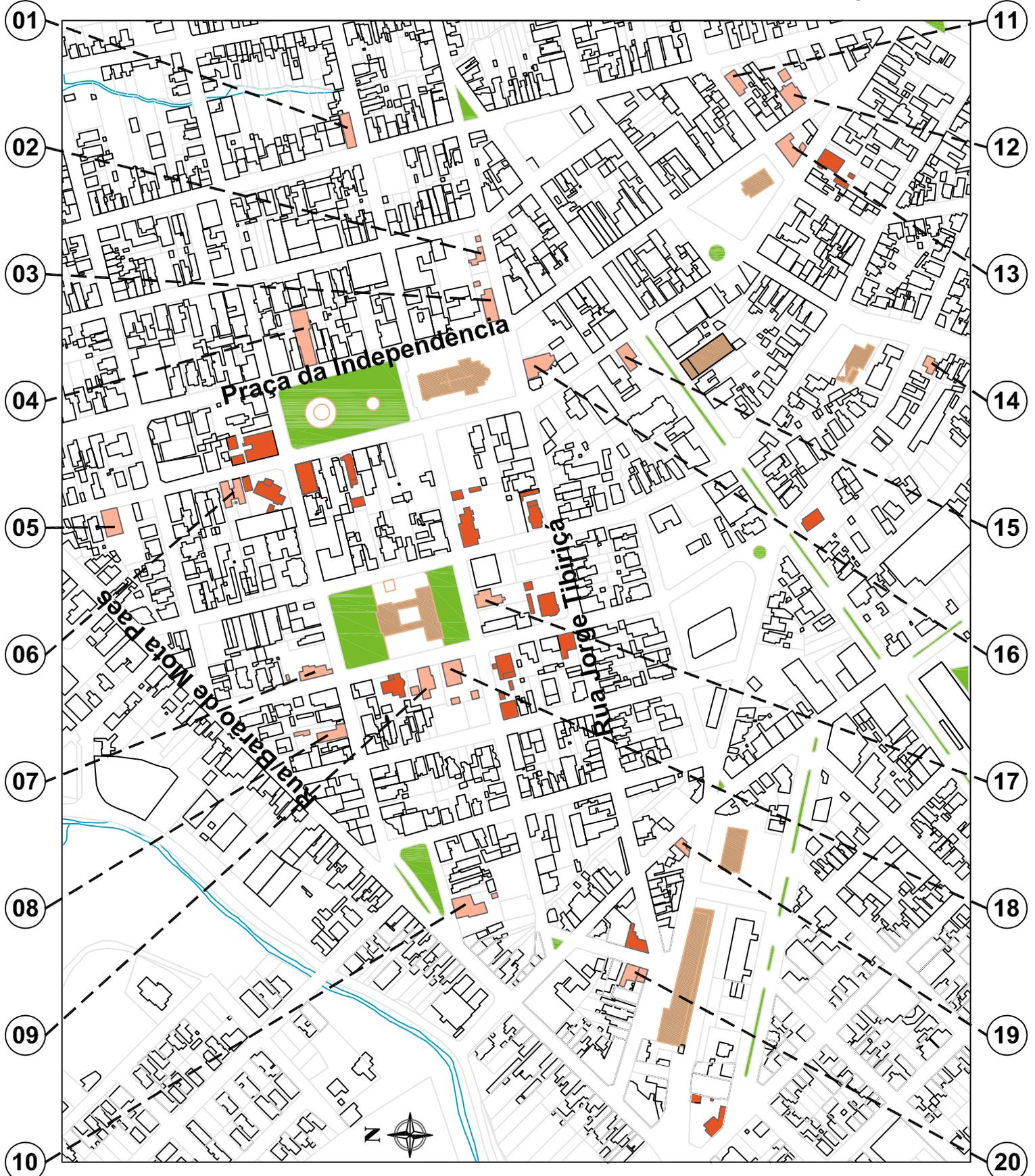
Lista dos Casarões e Palacetes com Levantamento Completo, organizados em ordem cronológica.			
FOTO	NOME	DATA	ENDEREÇO
	Casarão Chiquinho De Marco	por volta de 1900	Rua Jorge Tibiriçá, 454
	Casarão Dr. Fabiano A. Nogueira Porto	antes de 1903	Rua Vicente Gonçalves, 187
	Casarão Arnaldo D'ávila Florence	década de 1910	Rua Arnaldo D'ávila Florence, 22
	Casarão Francis Davidson	1912	Praça da Independência, 263

Lista dos Casarões e Palacetes com Levantamento Completo, organizados em ordem cronológica.			
FOTO	NOME	DATA	ENDEREÇO
	Casarão Francisco Ribeiro	1920-25	Rua Vicente Gonçalves, 219
	Casarão Pedro H. Sertório	1922	Rua Vicente Gonçalves, 247
	Casarão dos Moutinho	depois de 1923	Avenida Oliveira Motta, 201
	Casarão Manoel Almeida Vergueiro	1928	Rua Jorge Tibiriçá, 104

Lista dos Casarões e Palacetes com Levantamento Completo, organizados em ordem cronológica.

FOTO	NOME	DATA	ENDEREÇO
	Casarão Norma Barsotini	1929	Rua Jorge Tibiriça, 178
	Casarão Francisco Belize	1930	Praça da Independência, 309

-  Bens Públicos
-  Casarões com levantamento fotográfico
-  Áreas Verdes
-  Casarões com levantamento completo





01 - 1912 - Rua Floriano Peixoto, 362



02 - Rua Dezanzeis de Abril, 75



03 - 1890 – Praça da Independência, 17



04 - 1915 – Praça da Independência, 161



05 – Rua Cel. Joaquim Vergueiro, 139



06 – Rua Cel. Joaquim Vergueiro, 51



07 – Praça da Bandeira, 173



08 – Rua Abelardo César, 144



09 – Rua Vicente Gonçalves, 266



10 – Praça Treze de Maio, 171



11 – Rua Floriano Peixoto, 159



12 – 1910 – Rua Cap. João B. M. Silva, 209



13 – Rua Cap. João B. M. Silva, 209



14 – Rua Regente Feijó, 189



15 – Rua José Bernardes, 98



16 – 1914 – Praça da Independência, 495



17 – Praça João Plínio Fernandes, 340



18 – Praça João Plínio Fernandes, 290



19 – Rua Emerenciana Leite, 41



20 – 1900 – Rua Benjamim Constant, 15

A seguir serão apresentadas as fichas de levantamento completo de 14 edificações, tendo os levantamentos sido realizados no período entre fevereiro de 2007 e maio de 2009. Para a realização dessas fichas, foi necessário fazer o levantamento métrico 'in loco', uma vez que não foram encontradas plantas de nenhuma das edificações estudadas; além disso, foram feitos também levantamento fotográfico e entrevistas para coleta de informações.

As etapas necessárias para a elaboração do inventário do patrimônio material de Espírito Santo do Pinhal vêm sendo guiadas por publicações já existentes, baseando-se em seu trabalho de sistematização, e também a partir da análise de diferentes metodologias aplicadas pelo IPHAN, e pelos governos de vários estados. Nesse caso, o procedimento metodológico utilizado tem como referência principal as fichas de inventário do Inepac – Rio de Janeiro; as fichas desenvolvidas pelo Ipac – Bahia; as fichas elaboradas pelo DPH – São Paulo; bem como textos de apoio que abordam a questão da metodologia para inventários.

A escolha dos casarões obedeceu aos seguintes critérios:

- cronológico, edificados entre 1880 – início do progresso da cafeicultura na cidade e, portanto, da riqueza – e 1930, período da quebra da bolsa, que gerou um processo de estagnação na economia local e conseqüentemente, na produção arquitetônica;
- localização das residências, em sua maioria implantadas no centro da cidade;

- disponibilidade das fontes, a fim de facilitar o trabalho e reduzir tempo;
- diferenças tipológicas e formais de exceção, dificilmente encontradas em cidades de pequeno porte com relação ao mesmo período;
- edificações com risco de demolição, devido ao risco de perdê-las sem documentação;
- residências onde ainda exista mobiliário de época.

Quanto à nomeação dos casarões, os critérios utilizados foram os seguintes: nome original, quando existente; como é conhecido atualmente o casarão na cidade; e o nome do atual proprietário, quando não se encaixar em nenhuma das opções acima. A nomeação de cada cômodo das edificações seguiu a denominação e uso atuais, e o uso original foi descrito – quando sabido – nas fichas de levantamento. As alterações identificadas foram indicadas nas plantas.

Os levantamentos constam de:

- informações gerais sobre o bem levantado;
- localização e ambiência;
- desenhos das plantas de implantação e dos pavimentos;
- descrição arquitetônica, dados tipológicos e construtivos;
- estado de conservação e intervenções realizadas;
- dados históricos e proteção existente.

Fichas de Levantamento

APÊNDICE 05

Espírito Santo do Pinhal – SP

As edificações, apresentadas em ordem cronológica, são as seguintes:

Casarão Almeida Vergueiro – 1880

Casarão do Museu e Biblioteca Municipal – antes de 1886

Casarão Barão de Motta Paes – 1890

Chalet Monte Negro – 1896

Casarão Chiquinho de Marco – 1900

Casarão Dr. Fabiano A. Nogueira Porto – 1903

Casarão Arnaldo D'ávila Florence – década de 1910

Casarão Francis Davidson – 1912

Casarão Francisco Ribeiro – 1920-25

Casarão Pedro H. Sertório – 1922

Casarão dos Moutinho – depois de 1923

Casarão Manoel Almeida Vergueiro – 1928

Casarão Norma Barsotini – 1929

Casarão Francisco Belize – 1930

identificação

data da construção

Casarão Almeida Vergueiro

por volta de 1880

endereço atual
Praça da Independência, 247 - Centro

endereço original
Praça da Matriz

primeiro proprietário
Cel. Joaquim José de Almeida Vergueiro

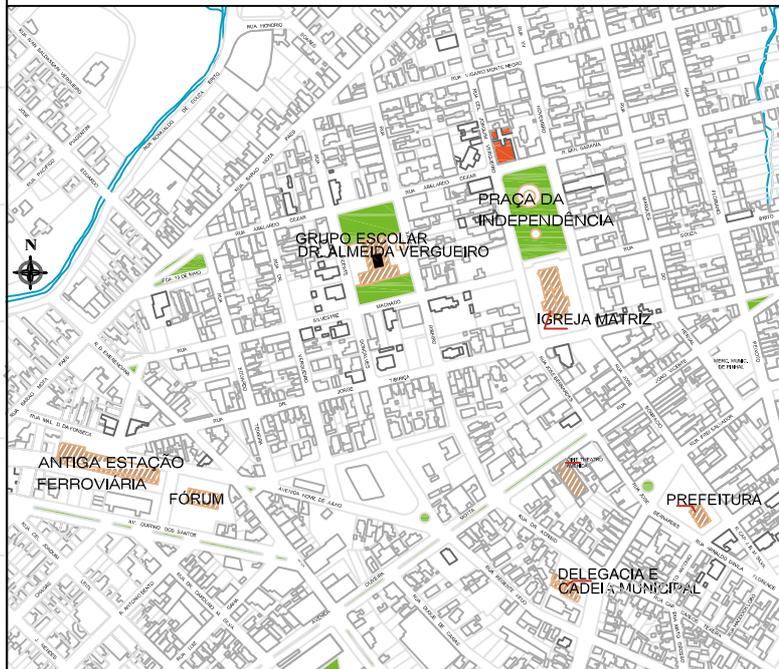
atual proprietário
Fernando M. Martini

uso original
Residência

uso atual
Residência

construtor
pedreiro Henrique Beur

área construída
459,19m²



- Casarão Almeida Vergueiro
- Bens Públicos
- Áreas Verdes

localização



Fachada principal. 2010.

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Manoel Carlos Lessa Vergueiro

data
Agosto / 2007 265

Casarão Almeida Vergueiro

O casarão localiza-se no centro da cidade, em uma das quadras em torno da Praça da Independência, onde está implantada a Igreja Matriz. Ocupa um lote de esquina com o lado esquerdo voltado para a Rua Cel. Joaquim Vergueiro, e apresenta volumetria pouco movimentada.



 Casarão Almeida Vergueiro



Fachada lateral do casarão, na Rua Cel. Joaquim Vergueiro, vendo-se as entradas de automóveis e serviços. 2010.



Vista do casarão a partir da Rua Abelardo Cezar. 2010.



Vista da parte de baixo da Praça da Independência, com o casarão à direita. 2010.



Fachadas principal e lateral. 2010.

responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato

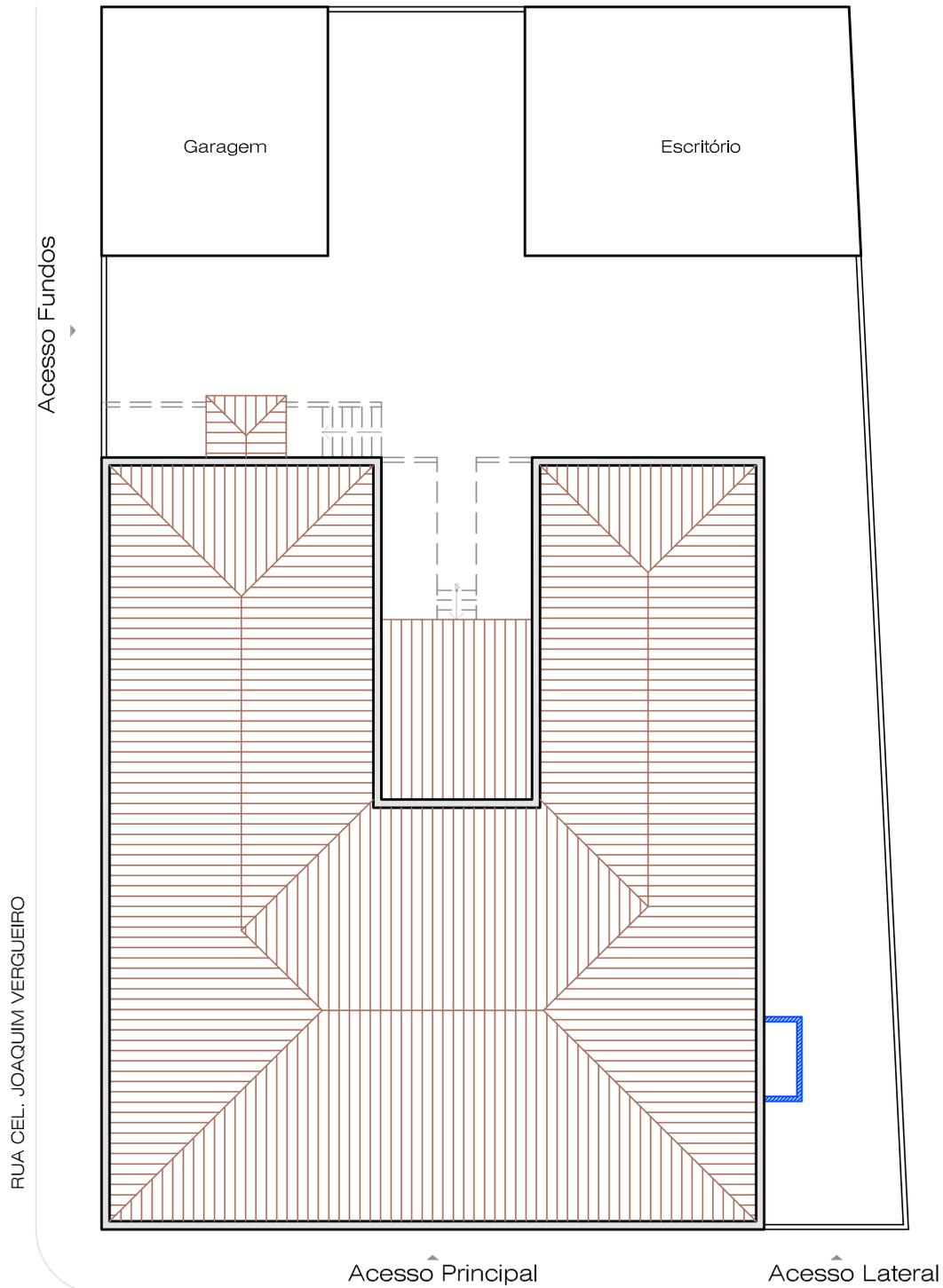
Manoel Carlos Lessa Vergueiro

data

Agosto / 2007

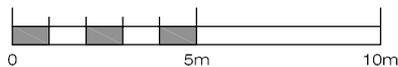
266

Casarão Almeida Vergueiro



 Construído
 Demolido

IMPLANTAÇÃO
Casarão Almeida Vergueiro
Pça da Independência, 247
A = 459,19m²



responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Manoel Carlos Lessa Vergueiro

data
Agosto / 2007 267

Casarão Almeida Vergueiro



-  Construído
-  Demolido

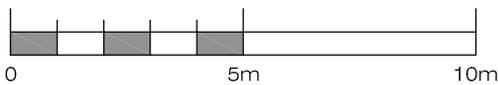


PLANTA

Casarão Almeida Vergueiro

Pça da Independência, 247

A= 459,19m²



responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Manoel Carlos Lessa Vergueiro

data
Agosto / 2007 268

É uma casa térrea, de uso residencial, elevada do solo e sem porão, erguida no alinhamento, no estilo eclético onde predominam características classicizantes. Apresenta volumetria compacta, simetria na fachada principal, modenatura com proporções rígidas e ritimadas. O corpo principal está localizado de frente para a praça, e o fechamento do acesso lateral é feito por meio de gradis fixos e um portão de grade, separados por colunas encimadas com vasos. A entrada principal está voltada para a praça, e há um acesso de serviços e automóveis pela rua lateral, nos fundos do lote, onde há edificações novas, e onde há acesso para o casarão pela cozinha.

Há um recuo lateral, onde hoje há um pequeno portão de acesso, e que já existia pelo menos desde 1903. O telhado é em águas e acompanha a planta em forma de "U". As telhas em 1903 eram do tipo colonial, e do tipo marselha já na década de setenta do século XX. Apresenta platibanda ornamentada com balaustradas, nas fachadas voltadas para o exterior. A platibanda nas fachadas voltadas para o interior são retas e sem ornamentos, sendo a transição entre elas arrematada com uma pequena voluta. Através da foto de 1903, percebe-se que a platibanda original não apresentava os balaústres e sim uma seqüência de estatuetas.



Pilastra de fuste com caneluras.



Frontão cimbrado restaurado. 2008.



Entrada lateral, em frente à Praça da Independência. 2008.



Detalhe de composição da fachada, vendo-se pilastra e platibanda com balaústres.

O terreno tem um pequeno declive. A fachada frontal é simétrica e vemos no centro a porta principal, e quatro janelas de cada lado. O tratamento da fachada lateral também apresenta simetria, por repetir o mesmo frontão da fachada principal no eixo da fachada lateral. Há nove janelas, de vergas retilíneas arrematadas por frontão de arco pleno. Na fachada principal, as janelas localizadas do lado esquerdo da porta eram, em 1903, de guilhotina, e as janelas do lado direito eram de abrir, com venezianas na parte de fora e vidraças na parte de dentro, com bandeira de vidro fixo. As janelas de guilhotina foram posteriormente trocadas por janelas de abrir, em data não identificada.



Vista da porta principal.



Conjunto da entrada principal,
encimado por frontão cimbrado
interrompido.



Detalhe de janela.

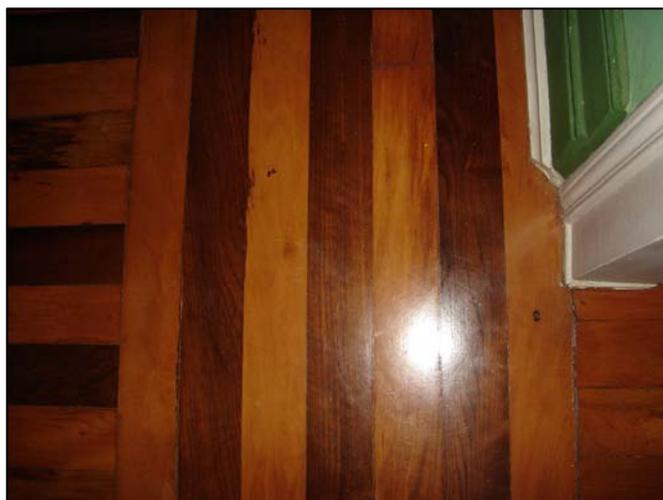


Vista da fachada principal.

A entrada da edificação se dá por um patamar sobre o qual se abrem as folhas da porta principal, que em 1903 apresentava verga em arco pleno, e era ladeada por pilastras que iam até a platibanda, destacando-se do conjunto. A verga da porta passou a ser também retilínea, encimada por frontão cimbrado interrompido, e as pilastras que antes cercavam apenas a porta passaram para os lados, englobando nesse conjunto a porta e duas janelas, que também passaram a apresentar frontão cimbrado interrompido, uma de cada lado. Esse conjunto foi coroado por um frontão cimbrado interrompido. A porta é de madeira de duas folhas de abrir, ornadas com grandes almofadas e com puxadores em cobre, e de bandeira fixa em madeira. A soleira de granito forma um degrau sobre a rua, e o patamar apresenta piso xadrez em mármore preto e branco. Em seguida, três degraus em mármore levam a outro patamar, com piso em madeira, para o qual se abrem as portas das salas de visitas. Todo o piso da casa é em parquet, com desenhos de madeira em duas cores, exceto o piso das áreas molhadas. Esse pequeno corredor é fechado por uma porta de madeira e vidro, com bandeira de vidro fixo, que dá acesso à área íntima da casa.



Vista interna da porta principal.



Piso da casa em parquet de duas cores.



Piso em mármore preto e branco no patamar da entrada principal.



Hall de entrada, vendo-se a porta que dá acesso à sala de jantar ao fundo.

No interior da sala à esquerda da porta principal, com pé-direito de 3,50m, as paredes são divididas em painéis, marcados por entalhes ricamente trabalhados, contendo pinturas florais. No teto, este mesmo tipo de acabamento percorre todo o perímetro e, ao centro, dando arremate para o grande lustre, uma rebuscada floral de folhas de acanto estilizadas.



Sala de estar, com o bar ao fundo.



Lustre da sala de estar, original.



Sala de estar, vendo-se ao fundo o hall de entrada.



Detalhes da ornamentação interna do teto e da parede da sala de estar, respectivamente.

O casarão apresenta duas vias de circulação: um corredor interno e outro externo. O corredor interno é o eixo que divide simetricamente a planta, apesar de hoje já estar modificada. Atualmente tal corredor liga a área social, composta por salas de estar e de jantar, à área de serviços, passando pelos dormitórios, e dá acesso a um alpendre, situado no meio da planta, na parte dos fundos. Já o corredor externo, lateral e descoberto, dá acesso às áreas de serviço. Nos fundos da edificação há uma edícula e garagens.



Sala de jantar, com a porta do hall de entrada à direita.

Dormitório.



Segunda sala de estar, próxima à sala de TV.



Lustre da segunda sala de estar, original.



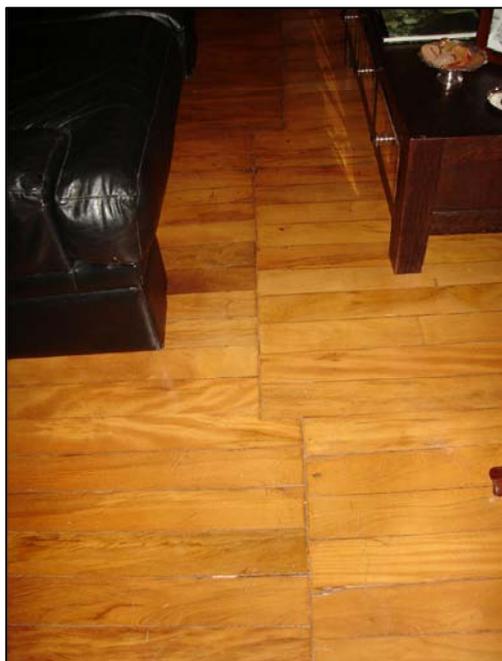
Lustres, originais.



Janela e porta,
originais.



É possível notar, analisando-se o piso de assoalho, que paredes foram removidas, o que indica que a casa já passou por reformas ao longo do século XX. Não foram encontradas, no entanto, registros e/ou informações precisas sobre essas mudanças. A fachada foi modificada, provavelmente ainda na primeira década do século XX, recebendo ornamentos ao gosto eclético então em voga. Como aconteceu na maioria das casas remanescentes desse período, a cozinha e o banheiro foram modernizados, tendo sido construídos banheiros novos e um lavabo na parte da frente, fazendo uma pequena saliência com relação ao corpo principal da edificação. Foi restaurada pelo atual proprietário, em 1999, tendo sido recuperados a fachada, as esquadrias e todo o interior do casarão, sem no entanto descaracterizá-lo. Além disso, foi construído um lavabo, cujo corpo fica saliente com relação à fachada lateral interna; Em 2009, a fachada foi pintada em duas cores, ressaltando-se os ornamentos preservados.



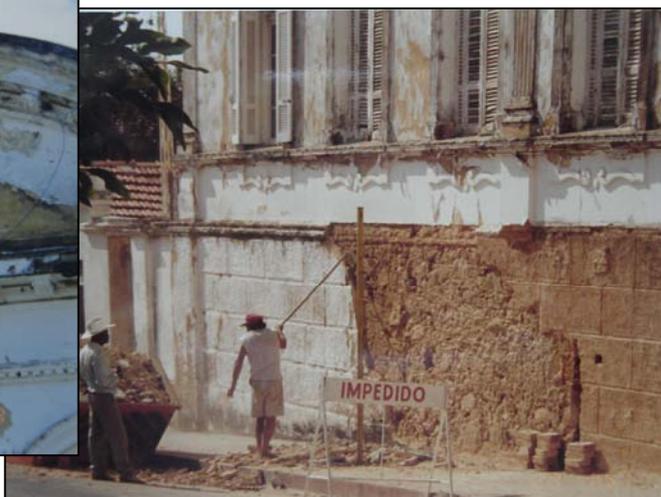
Marcas no piso de paredes removidas em data não sabida.



Estado das esquadrias e paredes em 1999, antes de ser restaurado pelo atual proprietário. Fonte: Arquivo Melão Martini.



Fachadas principal e lateral do casarão em 1999, antes de serem restauradas pelo atual proprietário.
Fonte: Arquivo Melão Martini.



Casarão Almeida Vergueiro



O casarão na época do levantamento. 2007.

O casarão em 2010, já com nova pintura.

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Manoel Carlos Lessa Vergueiro

data
Agosto / 2007 277

Casarão Almeida Vergueiro

Podemos considerar este casarão como sendo uma das mais antigas edificações ainda remanescentes na cidade, datado de 1880. Foi construído pelo Coronel Joaquim José de Almeida Vergueiro, mineiro vindo de Brasópolis (MG) em 1879, e importante fazendeiro de café em Pinhal.

Esse casarão foi, de acordo com Bartholomei (2010, p.170), “centro de importantes reuniões políticas e celebrações sociais” no século XIX. A autora afirma, por exemplo, que de lá partiu, em 1893, a procissão que levaria a pedra fundamental do hospital até o local escolhido para sua edificação. Rizzoni (1950?, p.188) relata que, após o ato oficial de inauguração da estrada de ferro em 1889, “[...] teve lugar em casa do Dr. Almeida Vergueiro um lauto banquete oferecido pela comissão dos festejos à diretoria, engenheiro da Cia. Mogiana, no qual tomou parte grande número de convidados [...]”. Além desses relatos, “[...] quando Glycerio veio aqui iniciar a campanha republicana o fez na casa de seu pai, na casa grande de esquina do Largo da matriz, uma das primeiras construídas com tijolos em Pinhal, e pelo pedreiro Henrique Beur [...]”.

Esse casarão foi dividido ao meio pelo Coronel Joaquim José de Almeida Vergueiro, “[...] ficando uma entrada só, entre seus filhos, Dr. Amando, do lado esquerdo, na esquina, e D. Maria Augusta Vergueiro do lado direito” (BARTHOLOMEI, 2010, p.94).

O casarão encontra-se da área envoltória de bens tombados, definida pela Resolução SC-35, de 16.11.1992, processo de tombamento no 26.264/88, arquivo do Condephaat. Foi solicitado estudo para seu tombamento, pelo guichê nº 01.013/09 “Ass.: Solicita Abertura de Estudo de Tombamento do imóvel situado à Praça da Independência, 247. Município de Espírito Santo Do Pinhal.



Praça da Matriz - Residência do Capitão Amando De Almeida Vergueiro.
Fonte: “Álbum do Pinhal”, 1903.



O casarão na década de 1970, com a entrada lateral fechada e as janelas com os vidros para fora.
Fonte: Arquivo Melão Martini.



O casarão na década de 1980, com a entrada lateral novamente aberta e com as venezianas para fora.
Fonte: Arquivo Melão Martini.



O casarão em 2007, visto a partir do casarão do Museu e Biblioteca Municipal.

responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato

Manoel Carlos Lessa Vergueiro

data

Agosto / 2007

278

identificação

Casarão do Museu e Biblioteca Municipal

data da construção

antes de 1886

endereço atual

Praça da Independência, 275 - Centro

endereço original

Praça da Matriz

primeiro proprietário

José Antônio de Sousa Brito

atual proprietário

Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal-SP

uso original

Residência

uso atual

Museu e Biblioteca

construtor

não identificado

área construída

413,73m²



- Casarão do Museu e Biblioteca Municipal
- Bens Públicos
- Áreas Verdes

localização



Vista do sobrado em 2010.

responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

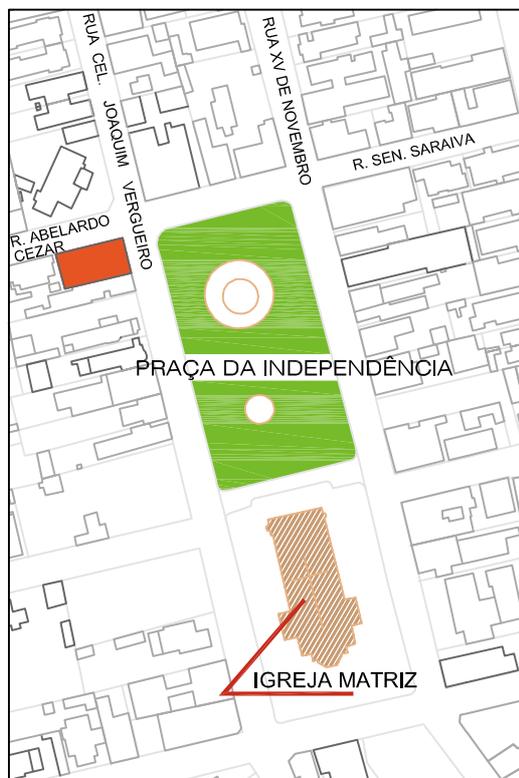
contato

Antônio Santos -
funcionário do Museu

data

Fevereiro / 2007 279

O casarão localiza-se no centro da cidade, em uma das quadras em torno da Praça da Independência, onde está implantada a Igreja Matriz. Ocupa um lote de esquina, que faz frente com a referida praça e tem o lado voltado para a Rua Abelardo César, e apresenta volumetria sem movimento.



 Casarão do Museu e Biblioteca Municipal



Vista da parte de baixo da Praça da Independência, com o casarão à frente. 2010.



Vista do casarão no fundo, descendo-se a partir da Igreja. 2008.



O casarão em 2008.



Fachada lateral. 2007.

implantação

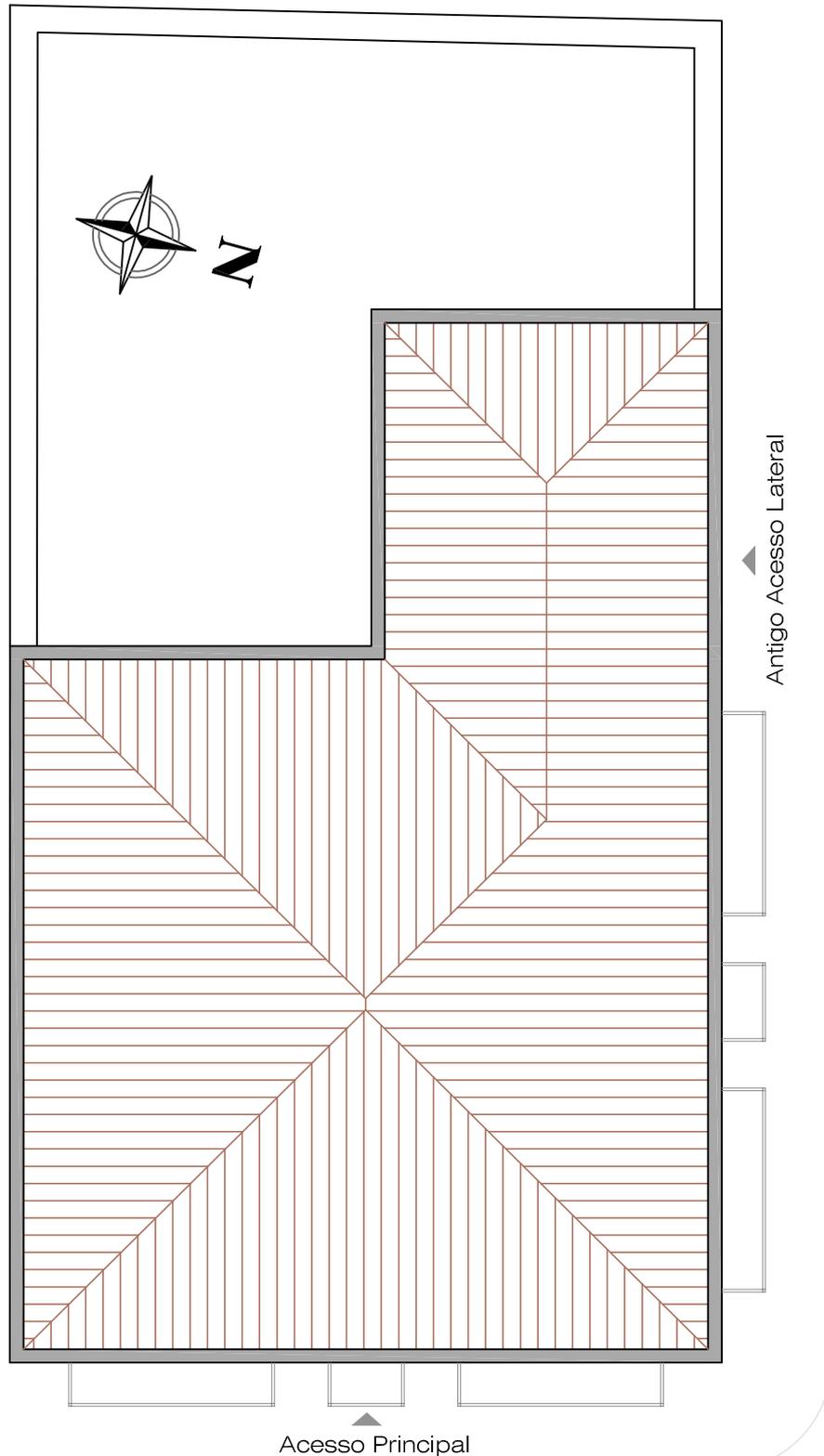
identificação

Casarão do Museu e Biblioteca Municipal

Casarão do Museu e Biblioteca Municipal

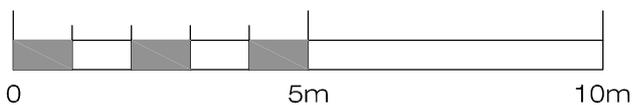
Pça da Independência, 275

A= 413,73m²



PÇA. INDEPENDÊNCIA

IMPLANTAÇÃO



responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato

Antônio Santos -
funcionário do Museu

data

Fevereiro / 2007 281

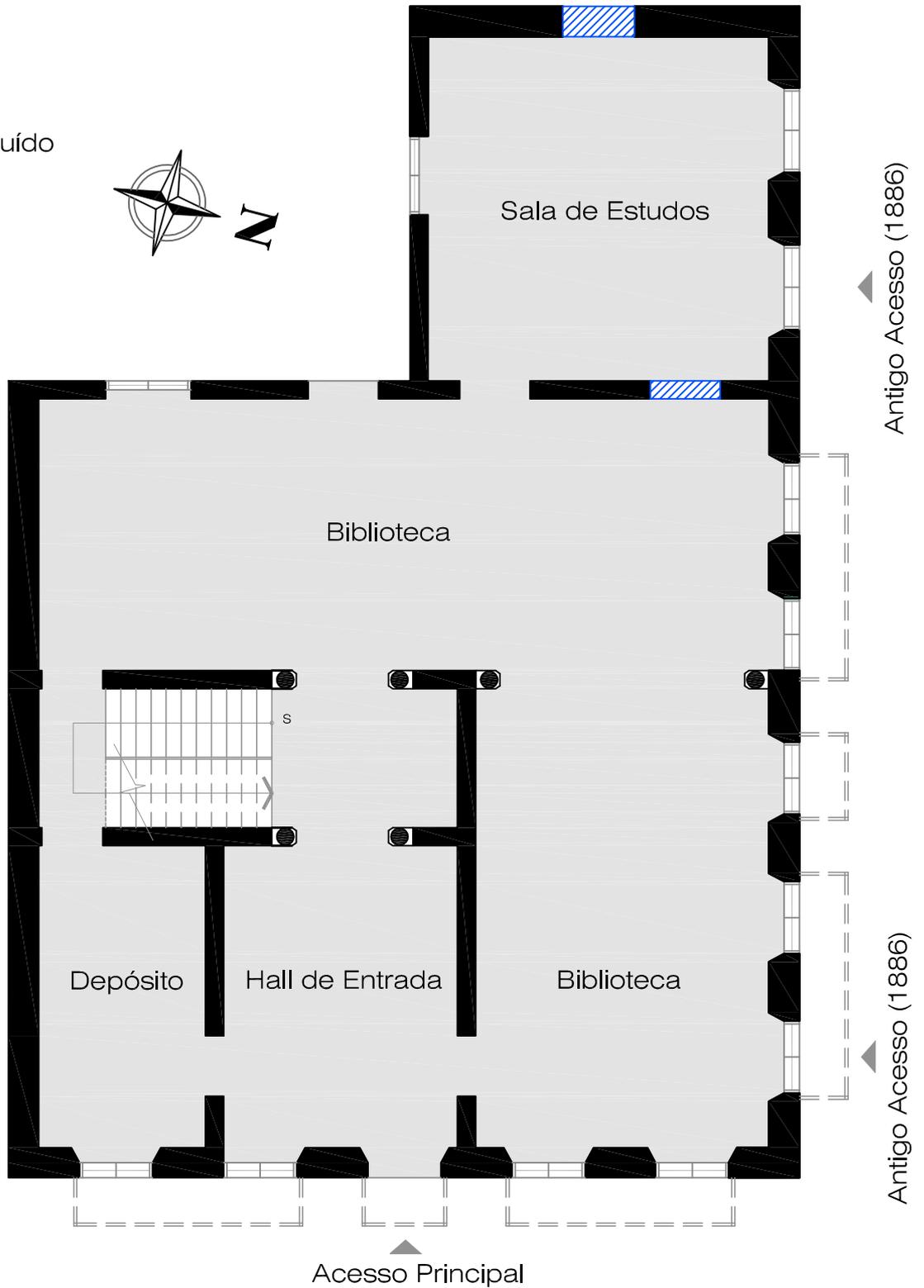
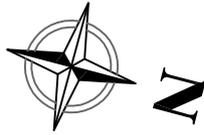
Casarão do Museu e Biblioteca Municipal

Pça da Independência, 275

Antigo Acesso (1897)

A= 211,27m²

 Construído



PLANTA
Pavimento Térreo

0

5m

10m

responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato

Antônio Santos -
funcionário do Museu

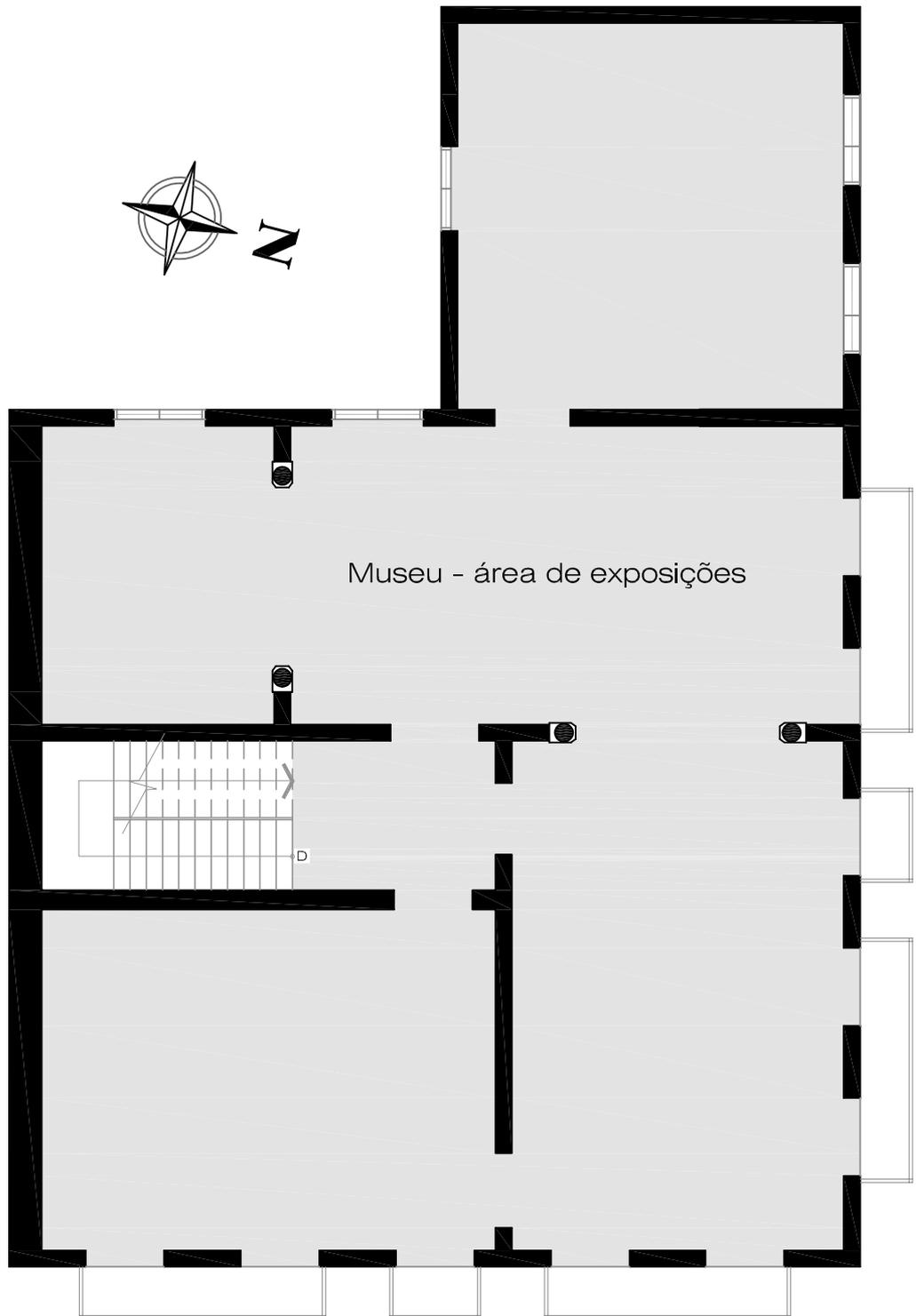
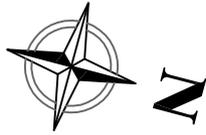
data

Fevereiro / 2007 282

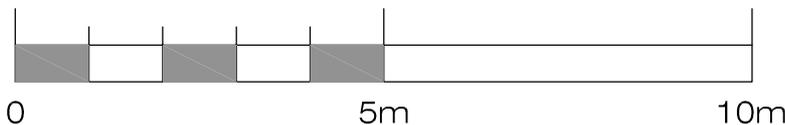
Casarão do Museu e Biblioteca Municipal

Pça da Independência, 275

A= 202,46m²



PLANTA
Pavimento Superior



É um sobrado, originalmente de uso residencial, elevada do solo e com indícios de porão, erguida no alinhamento, no estilo eclético onde predominam características classicizantes. Apresenta volumetria compacta, simetria na fachada principal, modenatura com proporções rígidas e ritimadas, além de platibanda com pinhas, janelas e portas encimadas por frontões triangulares, e pilastras. O corpo principal está localizado de frente para a praça. A entrada principal está voltada para a praça, e é atualmente a única entrada. O outro acesso ao prédio se faz por uma edificação nova, nos fundos.

Não há recuo lateral, e o telhado é em águas e acompanha a planta. As telhas são do tipo capa e canal. Apresenta platibandas retas, com poucos ornamentos geométricos, com pinhas marcando o eixo central de cada fachada e nos cantos, nas fachadas voltadas para o exterior.



Fachada principal, em frente à Praça da Independência. 2008.

O terreno tem declive. A fachada frontal é simétrica e apresenta no centro a porta principal, com duas janelas de cada lado, e cinco portas na parte superior. A fachada lateral apresenta sete janelas no térreo e cinco portas e duas janelas no pavimento superior. A fachada frontal apresenta pouca e sóbria ornamentação, e rígida, onde cada envasadura segue o mesmo alinhamento da envasadura inferior. Os cantos são arrematados por pilastras de pé-direito duplo, terminando na platibanda. A porta principal, com verga reta e encimada por frontão triangular em massa, é de madeira de duas folhas, ornadas com grandes almofadas, e de bandeira de vidro fixo. A bandeira apresenta gradil de ferro trabalhado com volutas, que não aparecia na foto de 1903.

As janelas também têm vergas retilíneas, arrematadas por frontão triangular em massa; são de abrir, com vidro na parte externa e bandeira de vidro fixo, e tábuas de madeira na parte interna, preservadas dessa forma até hoje. As portas do pavimento superior têm vergas retilíneas, arrematadas por frontão triangular em massa, e são de abrir, com vidro na parte externa e bandeira de vidro fixo, e tábuas de madeira na parte interna, seguindo o padrão das janelas do pavimento térreo. Abrem-se para balcões apoiados nas paredes por volutas, com parapeito de ferro batido artisticamente trabalhado, e vemos no gradil sobre a porta de entrada as iniciais JASB trabalhadas em ferro.



Detalhe do gradil do balcão do pavimento superior.



Vista da porta do pavimento superior, com balcão em ferro trabalhado.



Vista da porta principal.



Inscrição no gradil: as iniciais JASB, do primeiro proprietário, e a data de 1887.

A entrada da edificação se dá diretamente no piso do térreo, sendo que a soleira forma dois degraus de acesso a esse pavimento. O piso no hall de entrada e no acesso à escada é cerâmico ricamente decorado com motivos geométricos e florais, e o teto é liso, e tem lustre trabalhado em ferro. Nos demais cômodos do térreo o piso atual é de taco de madeira, e no pavimento superior é feito em régua de madeira. Em ambos os pavimentos, o teto não possui ornamentação, sendo forro de madeira em todo o pavimento superior e nas salas do pavimento térreo. As paredes tampouco são ornamentadas, possuindo apenas uma régua de madeira contornando o hall de entrada, na altura da porta; no pavimento superior encontramos régua de madeira nas paredes de todos os cômodos, na metade da altura das portas.



Vista do hall de entrada, vendo-se a praça pelas aberturas.



Piso do hall de entrada, no térreo.



Piso do hall da escada, no térreo.



Escada de acesso ao pavimento superior.

Ao estudarmos a planta com os acessos antigos, notamos que havia uma única circulação central, que ligava a porta de entrada à porta dos fundos da cozinha. A partir dessa circulação acessava-se a escada para o segundo pavimento e, na cozinha, a porta que dava para a rua. No pavimento térreo observamos grandes cômodos provavelmente parte da zona de estar da residência, local das grandes recepções e jantares de negócios. A partir do vestíbulo de distribuição, acessam-se as salas de estar e jantar, acessa-se à esquerda o que pode ter sido um gabinete no térreo exatamente à frente da edificação, e a escadaria em madeira que leva ao segundo pavimento. No segundo pavimento chega-se a um vestíbulo particular, que dá acesso aos antigos quartos da residência. O pé-direito é de 5,20m em ambos os pavimentos. Nota-se a ausência de alcovas, tendo os cômodos iluminação e ventilação diretos e adequados.



Vista do hall da escada e da sala do fundo, a partir do hall de entrada.



Vista de sala do térreo.



Janelas voltadas para a
Rua Abelardo César.



Vista da sala do fundo, onde provavelmente
funcionava a zona de serviços do casarão na
época da construção.

A sóbria ornamentação do interior do casarão pode ser vista nas colunas existentes no hall e nas salas do térreo, compostas por fuste com êntase e capitel renascentista com acanto em volutas e colarinho.



Sala no pavimento superior.



Sala do pavimento superior, vendo-se
ao fundo o hall da escada.



Sala no pavimento superior.



Detalhe de ornamentação em madeira, de
parede do andar superior.



Capitel em estilo renascentista.



Colunas dos pórticos no térreo.



Lustres, originais.



Janela e porta,
originais.



De acordo com o funcionário do museu, foi realizada pela Prefeitura uma intervenção em dezembro de 2002. No entanto, podemos perceber que foram realizadas outras modificações no prédio no século XX, pois notamos o fechamento dos vãos no embasamento, que serviriam para ventilação do porão, além da substituição da porta que existia na provável cozinha por uma janela, e o conseqüente fechamento do acesso para a rua. Notamos também o fechamento de uma porta no interior do casarão, na parede que separa o que deveria ter sido a sala de jantar da cozinha. Em 1886, havia uma edícula nos fundos do terreno, que apresentava ligação direta com a cozinha. Já em foto de 1897, notamos que a edícula foi demolida, e vemos uma porta de acesso direto da cozinha para o quintal. Não existem mais vestígios de zona de serviços. Nos fundos do lote foi erguida uma nova edificação, e foi criada uma ligação interna entre os dois prédios.



Aberturas no forro, em virtude de má conservação.



Marcas de umidade no assoalho de madeira.

Detalhe de onde foi fechada uma abertura de porta,
em data não sabida.

Foi edificado antes de 1886, pois em constatamos sua presença em uma foto de 1886. O balcão de ferro fundido acima da entrada contém a inscrição JASB juntamente com a data de 1887. Essas iniciais pertencem ao primeiro proprietário, José Antônio de Sousa Brito, irmão do fundador da cidade. Aparece em foto de 1903 como sendo de propriedade da viúva do Cel. Francisco Xavier Ribeiro. Posteriormente foi adquirido e restaurado pela Prefeitura Municipal e meados do século XX, que ali instalou o Museu e Biblioteca Municipal.

A fachada lateral aparece em foto de 1886 com duas portas e quatro janelas no térreo, que em foto de 1897 já foi modificada; em 1903 a fachada aparece com uma porta e seis janelas. Essa porta foi substituída por janela após 1903. As paredes foram provavelmente edificadas em taipa, tanto pela espessura das paredes externas, quanto por registros da época, que segundo Martins (1985, p.828), relatam a construção do prédio da Matriz “ *com paredes de taipa socadas pelo hábil artista Francisco Franco da Rocha*”, em 1885. Pela proximidade das datas e pela espessura das paredes externas, acredita-se que tenha sido usado o mesmo sistema na construção da casa.

A edificação foi tombada, como componente do Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal, pela Resolução SC-35, de 16.11.1992, processo de tombamento no 26.264/88, arquivo do Condephaat. Segundo o parecer desse processo, o edifício apresenta “modenatura neoclássica”.



Vista de um trecho da cidade, vendo-se ao fundo, próximo à Igreja, o sobrado, em 1903.



Desenho do casarão, de D. Tatinha Fernandes, 1974.
Fonte: Arquivo do Museu Municipal Dr. Abelardo Cézar.



Praça da Matriz - Sobrado da Viúva do Cel. Francisco Xavier Ribeiro, em 1903. Fonte: “Álbum do Pinhal”, 1903.

responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato

Antônio Santos -
funcionário do Museu

data

Fevereiro / 2007 291

ARQUITETURA RESIDENCIAL URBANA ESPÍRITO SANTO DO PINHAL, 1880-1930

FICHA DE LEVANTAMENTO

identificação

data da construção

Casarão Barão de Motta Paes

1890

endereço atual

**Rua Xavier Ribeiro, 218
Centro**

endereço original

**Rua que passa em frente ao
Hotel Belisário**

primeiro proprietário

**José Ribeiro da Motta
Paes - Barão**

atual proprietário

Mario Alves Barbosa Neto

uso original

Residência

uso atual

ONG Crescer no Campo

construtor

**não
identificado**

área construída

412,27m²



- Casarão Barão de Motta Paes
- Bens Públicos
- Áreas Verdes

localização



Vista do casarão a partir da Praça João Plínio Fernandes, atrás do Grupo Escolar Almeida Vergueiro. 2010.

responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato

José Roberto Domingues

data

Agosto / 2007

292

Casarão Barão da Motta Paes

O casarão localiza-se no centro da cidade, em uma das quadras em torno da Praça da Independência, onde está implantada a Igreja Matriz. Ocupa um lote de esquina com o lado esquerdo voltado para a Rua Silvestre Machado, e apresenta volumetria pouco movimentada.



 Casarão Barão de Motta Paes



O casarão visto da Rua Silvestre Machado. 2010.

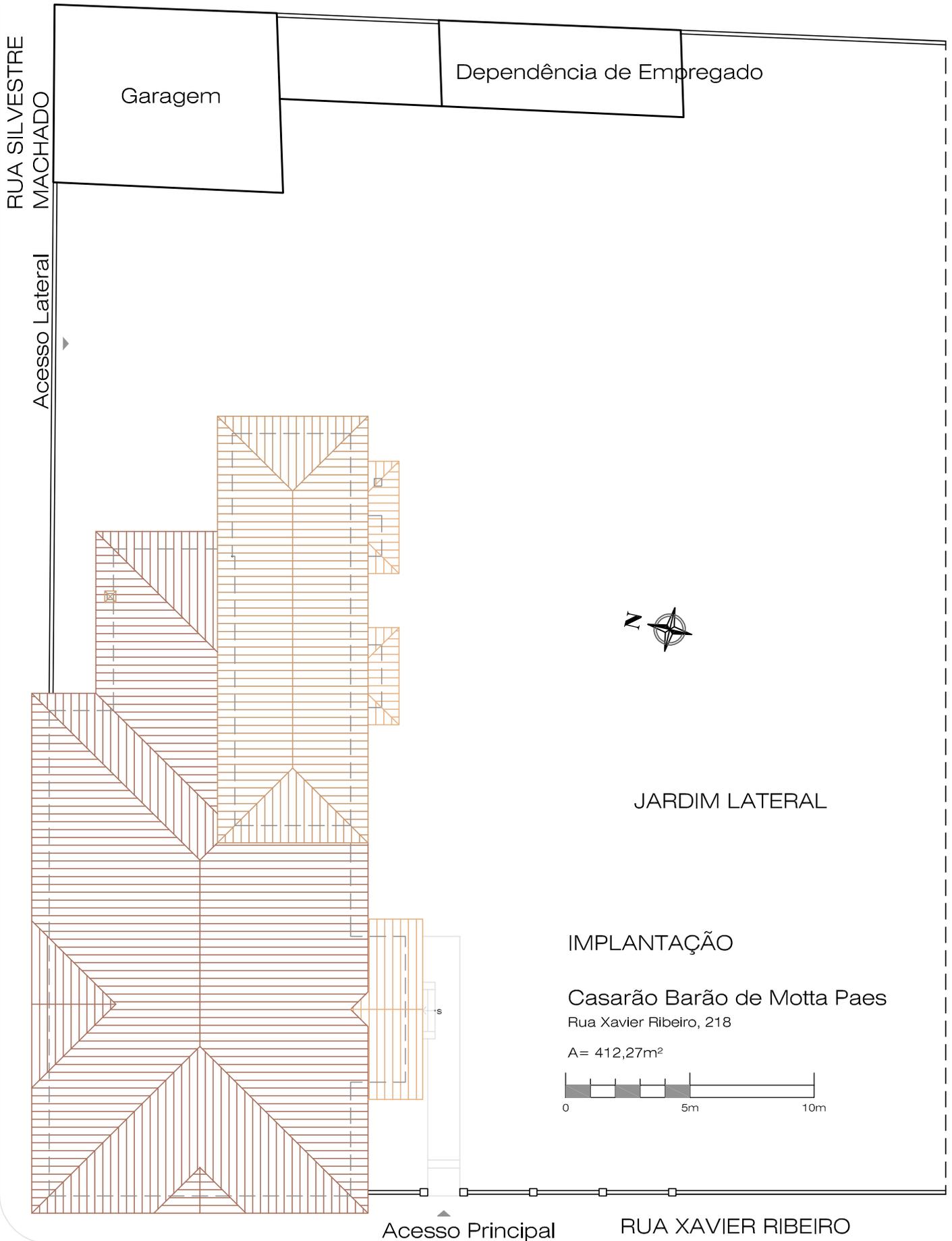
O casarão e a Rua Xavier Riberio. 2010.



implantação

identificação

Casarão Barão da Motta Paes



responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
José Roberto Domingues

data
Agosto / 2007 294

Casarão Barão da Motta Paes

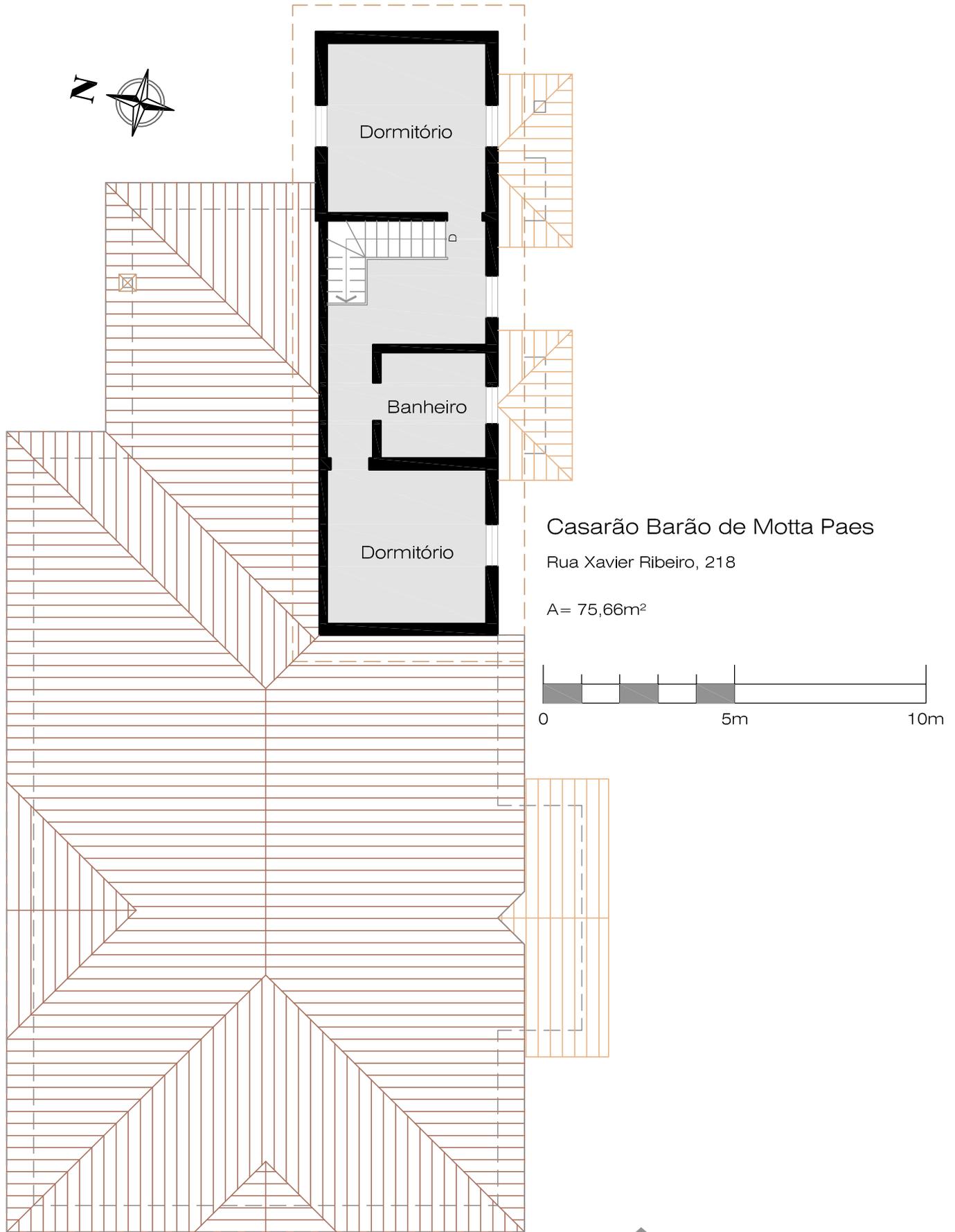


responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
José Roberto Domingues

data
Agosto / 2007 295

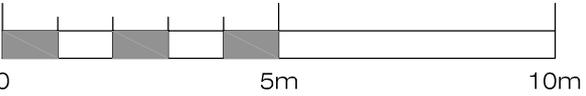
Casarão Barão da Motta Paes



Casarão Barão de Motta Paes

Rua Xavier Ribeiro, 218

A= 75,66m²



PLANTA Pavimento Superior

Acesso Principal

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
José Roberto Domingues

data
Agosto / 2007 296

É um sobrado, de uso residencial, elevada do solo e com porão, erguida no alinhamento, no estilo eclético onde predominam características classicizantes. Apresenta volumetria compacta, simetria na fachada principal, modenatura com proporções rígidas e ritimadas. O corpo principal está localizado de frente para a Rua Xavier Ribeiro, e o fechamento do acesso lateral é feito por meio de gradis fixos e um portão de grade, separados por colunas. A entrada principal está voltada para essa mesma rua, e há um acesso de serviços e automóveis pela Rua Silvestre Machado, nos fundos do lote, onde há edificações, e onde há acesso para o casarão pela cozinha. Há um grande jardim lateral, para onde está voltado o alpendre com a porta de acesso da edificação. O telhado é em águas, de telhas francesas e com beiral em todas as fachadas, e acompanha a planta.



Fachada e entrada principal, no jardim lateral.



Entrada lateral, em frente à Praça da Independência. 2008.



Fachada dos fundos, vendo-se o segundo pavimento.

Parte do jardim lateral.



O terreno tem declive, possibilitando o porão alto. A fachada frontal é simétrica e vemos no centro uma janela, destacada do conjunto, tendo sido encimada por frontão cimbrado interrompido em 1903, e é atualmente com beiral em duas águas, e outras duas janelas de cada lado. O tratamento da fachada lateral também apresenta simetria, por repetir o mesmo frontão da fachada principal no eixo da fachada lateral. As vergas das janelas são retilíneas, e estas são de abrir, com venezianas para fora, e de vidro para dentro, sendo que há uma bandeira de vidro fixo na parte interior.

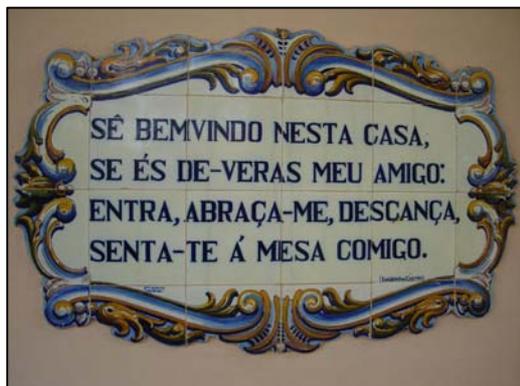
A entrada da edificação se dá por um palpendre voltado para o jardim lateral, cujo acesso se faz por uma pequena escada com piso em mármore branco. A porta é de madeira e vidro de duas folhas de abrir, e se abre para um hall de entrada. Todo o piso da casa é em parquet, com desenhos de madeira em duas cores, exceto o piso das áreas molhadas. A partir desse hall, chega-se à sala de estar, por onde se acessam os outros cômodos.



Vista da fachada principal, durante a reforma de 2007.



Alpendre da entrada principal, visto do jardim.



Detalhe de azulejo no alpendre de entrada.



Janelas. Fonte: Bartholomei (2010).



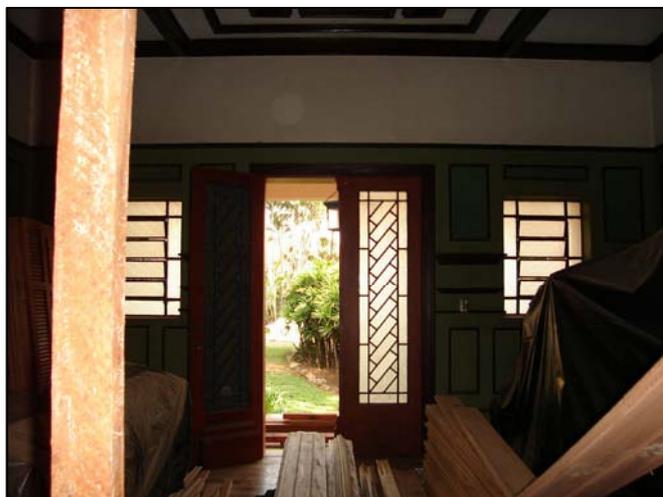
Portão de ferro trabalhado, da entrada de pedestres, na Rua Xavier Ribeiro.

No interior, encontramos paredes e tetos ornamentados nas áreas sociais, onde também o piso forma desenhos em parquet de duas cores. Nos tetos a ornamentação é em réguas de madeira, e os motivos das pinturas parietais são florais, onde também há réguas em madeira escura.

A porta que separa o hall de entrada da sala de jantar é em madeira e vidro, de duas folhas de abrir, com verga em arco. As demais portas internas, das áreas sociais, são em madeira com almofadas.



Porta que separa o hall da sala de jantar, vista da entrada.



Vista interna da porta principal.



Vista interna da porta principal.



Piso em mármore preto e branco no patamar da entrada principal.



Dormitório. Fonte: Bartholomei (2010).

O casarão apresenta uma via de circulação: um corredor interno, que é o eixo que divide simetricamente a planta atualmente. Esse corredor liga a sala de estar, acessada no hall de entrada, à zona de serviços, passando pela sala de jantar e possibilitando a entrada em dois dormitórios. Chegando à copa, passa-se à cozinha e daí ao quintal, e a partir dela também se chega a outro dormitório, um banheiro e à escada que leva ao pequeno segundo pavimento, composto por dois dormitórios e um banheiro. Pela sala de estar chega-se também, caminhando no sentido da rua, a outros dois dormitórios e mais um banheiro. Nos fundos da edificação há uma edícula e garagens.



A copa vista da sala de estar.



Copa, vendo-se o banheiro ao fundo.



Banheiro, no térreo.



Cozinha.



Detalhes do madeiramento do telhado, das paredes e das telhas. Fotografias obtidas no período da reforma, em 2007.





Porta externa da cozinha.



Fogão do final do século XIX.



Piso da sala de jantar, em parquet de duas cores.



Porta que separa a copa e a cozinha,
com um passa pratos.



Pisos interno, e do alpendre, respectivamente.

Comparando-se as fotografias de 1903 e atualmente, notamos que claramente houve reformas ao longo do século XX, onde foram mudados o alpendre da entrada principal; o telhado, que antes tinha platibanda e atualmente tem beiral; a ornamentação das fachadas, que era ricamente trabalhada em motivos florais, assim como os frontões que encimavam as aberturas, e que hoje é bastante singela; os óculos do porão, que eram pequenos, comum à época, e hoje são maiores e com grade. Nessa época, a parte do sobrado ainda não existia. Além dessas modificações, outras internas provavelmente aconteceram, mas não foram obtidas informações a esse respeito nem a data em que ocorreram.

Em 2007, ano do levantamento, houve uma reforma, bastante necessária, que arrumou os problemas apresentados, como umidade nas paredes, pinturas descascadas, madeira gasta, sem no entanto descaracterizar o casarão.



Paredes danificadas.



Fachada antes da reforma, com manchas de umidade no embasamento.



Piso da copa e cozinha, bastante danificado na época do levantamento.

Casarão Barão da Motta Paes

O Casarão Barão de Motta Paes foi construído em 1890, sendo residência urbana do Barão no final do século XIX, por José Ribeiro da Motta Paes, natural de Conceição dos Ouros, MG. Posteriormente, foi alugado para Silvestre Machado, seu advogado, sendo que no álbum organizado pelo Comendador Monte Negro o advogado aparece como proprietário.

O Grupo Escolar Dr. Almeida Vergueiro, projetado por Victor Dubugras e inaugurado em 28 de novembro de 1897, foi a primeira edificação a ter banheiro em Pinhal, e seus encanamentos possibilitaram a construção do primeiro banheiro em residência na cidade, no casarão.

O Barão foi o maior proprietário de terras em Pinhal, além de homem influente na cidade. Foi o mentor do processo que elevou a freguesia a vila em 1877, e atuando na política, foi Presidente da Câmara em 1879 e posteriormente, por mais três vezes, quando ainda era Tenente-coronel, sendo membro do Partido Liberal. Recebeu o título de Barão, por Decreto Imperial, em 23 de dezembro de 1887, por serviços prestados à sociedade e por sua atuação contra a escravidão. Inclusive, libertou, juntamente com outros fazendeiros da cidade, seus escravos em 16 de abril de 1888, antes, portanto, da assinatura da Lei Áurea. Foi também um dos organizadores da Companhia Carris de Ferro Pinhalense, que pretendia instalar a ferrovia na cidade. De acordo com Bartholomei (2010, p.86), o Barão passou seus últimos anos e faleceu no casarão, em 19 de dezembro de 1915, com 87 anos, de onde partiu o cortejo fúnebre.

O casarão encontra-se da área envoltória de bens tombados, definida pela Resolução SC-35, de 16.11.1992, processo de tombamento no 26.264/88, arquivo do Condephaat.



O casarão no início do século XIX, com o pequeno alpendre da entrada e ainda sem a parte do sobrado.
Fonte: Álbum do Pinhal, 1903.

responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato

José Roberto Domingues

data

Agosto / 2007

304

ARQUITETURA RESIDENCIAL URBANA ESPÍRITO SANTO DO PINHAL, 1880-1930

FICHA DE LEVANTAMENTO

identificação

Chalet Monte Negro

data da construção

1896

endereço atual

Rua Cel. Joaquim Leite, 31

endereço original

Rua Cel. Joaquim Leite

primeiro proprietário

**João Elisiário de
Carvalho Monte Negro**

atual proprietário

Jacob Leme Antunes

uso original

Residência

uso atual

Residência

construtor

**sem
informações**

área construída
269,12m²



- Chalet Monte Negro
- Bens Públicos
- Áreas Verdes

localização



Fachada principal do casarão. 2008.



Fachada lateral do casarão, no alinhamento do lote. 2008.

responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato

Jacob Leme Antunes

data

Junho / 2008

305

Chalet Monte Negro

O casarão está localizado próximo à antiga Estação Ferroviária, na entrada principal da cidade. Ocupa um lote bastante irregular e tem três faces voltadas para diferentes ruas. As entradas principal e de automóveis são voltadas para a Rua Coronel Joaquim Leite. Apresenta volumetria movimentada.



Chalet Monte Negro



Vista da Rua Armando Paiva, com o casarão do lado direito e a antiga Estação Ferroviária do lado esquerdo. 2010.



Vista do casarão e do lote a partir da principal rodovia de entrada da cidade. 2010.

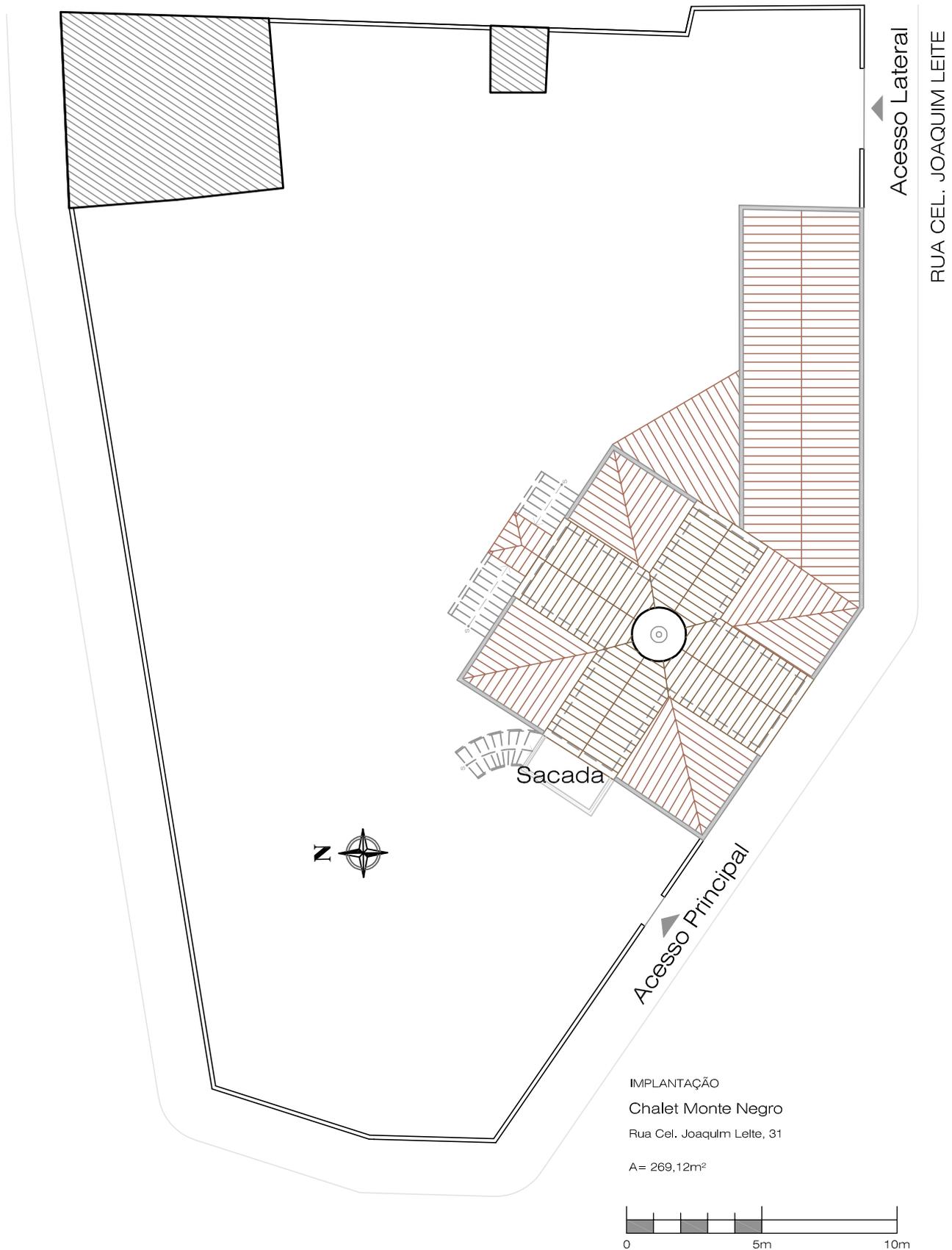


Vista da fachada do casarão na Rua Cel. Joaquim Leite. 2010.

implantação

identificação

Chalet Monte Negro



responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Jacob Leme Antunes

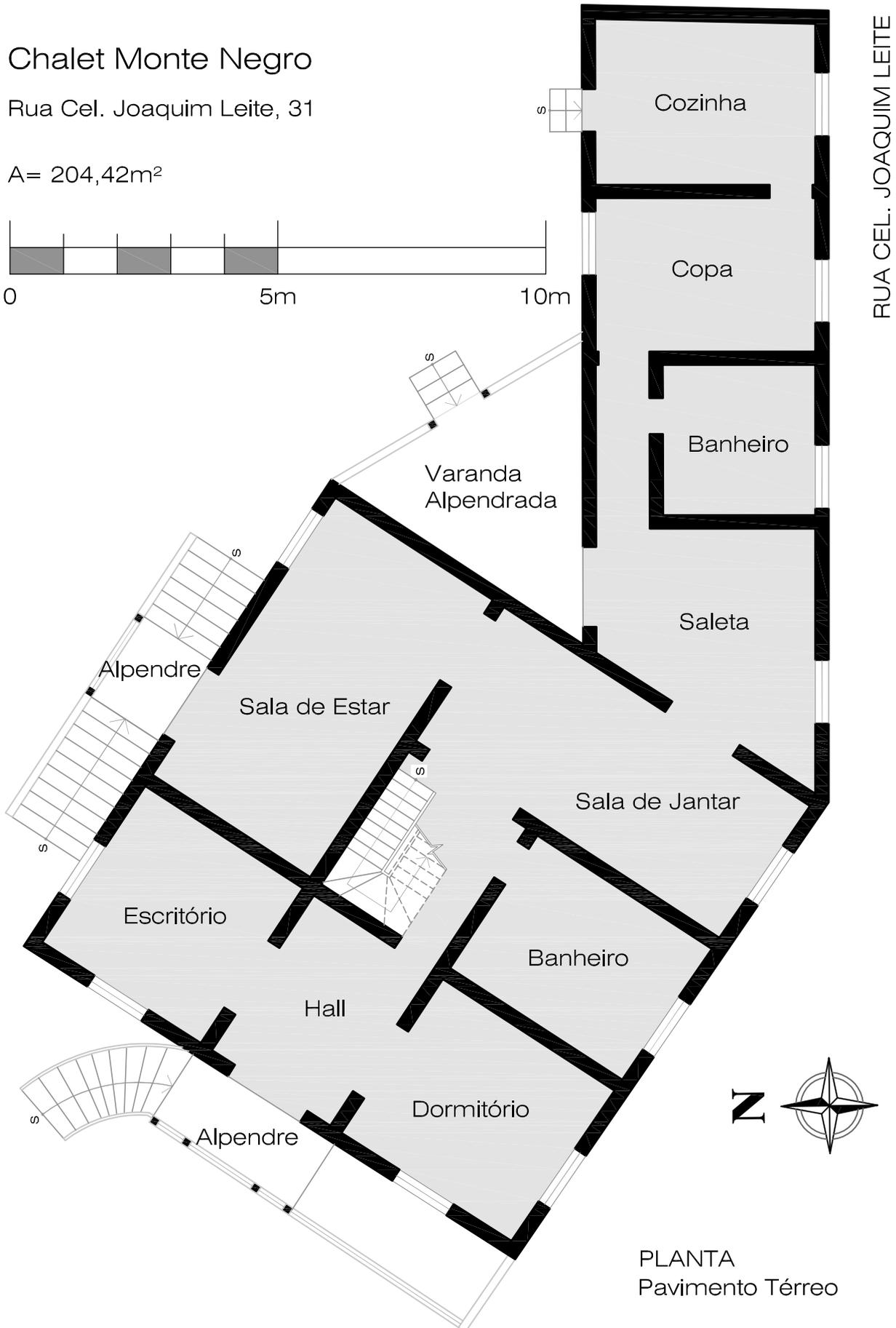
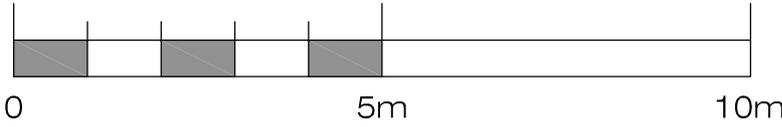
data
Junho / 2008 **307**

Chalet Monte Negro

Chalet Monte Negro

Rua Cel. Joaquim Leite, 31

A= 204,42m²



PLANTA
Pavimento Térreo

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Jacob Leme Antunes

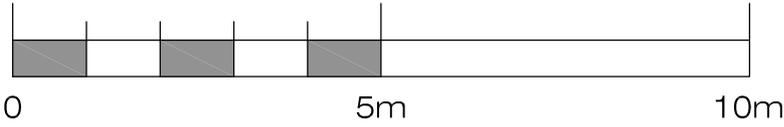
data
Junho / 2008 308

Chalet Monte Negro

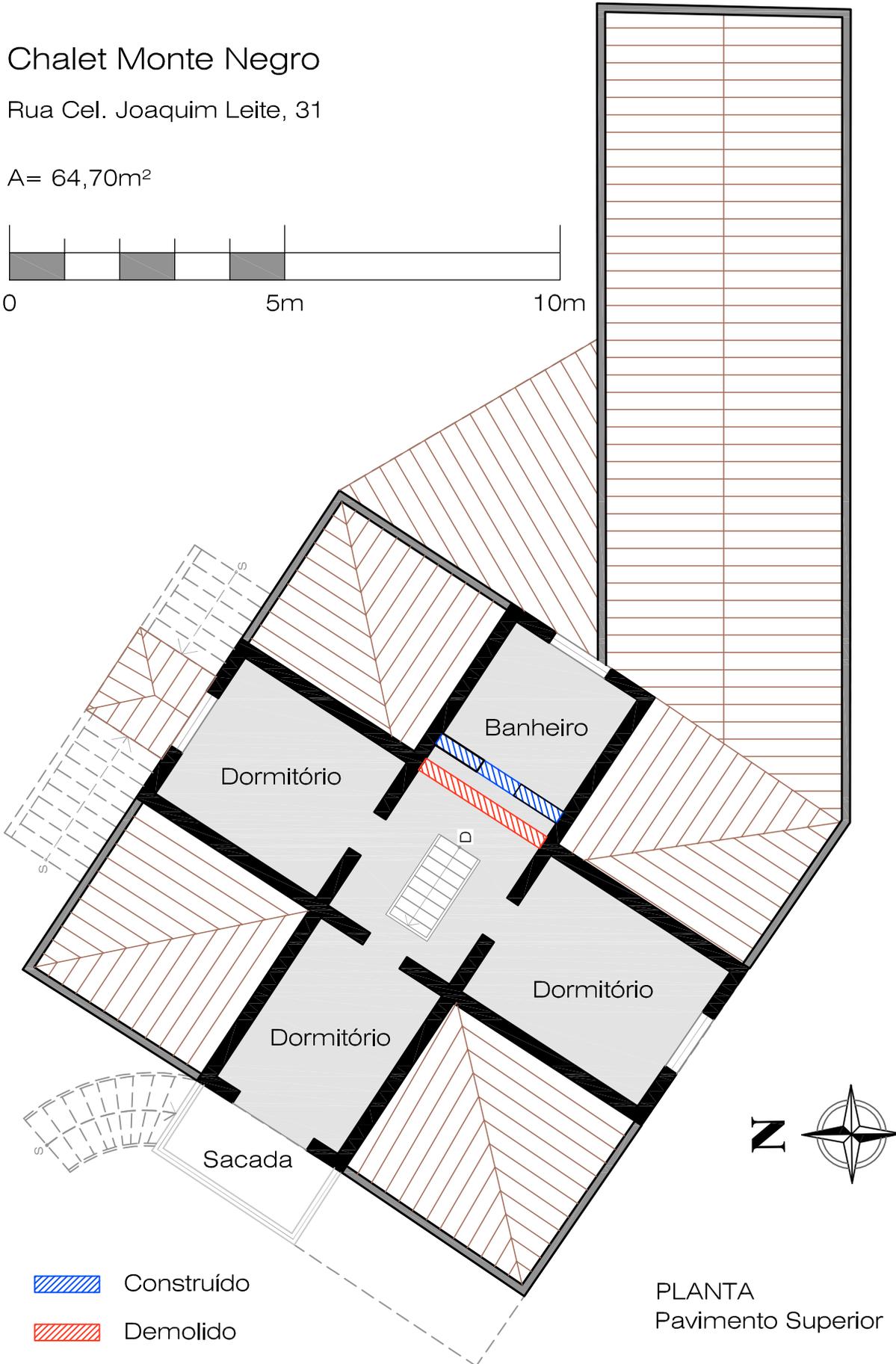
Chalet Monte Negro

Rua Cel. Joaquim Leite, 31

A= 64,70m²



RUA CEL. JOAQUIM LEITE



PLANTA
Pavimento Superior

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Jacob Leme Antunes

data
Junho / 2008 309

Chalet Monte Negro

É um sobrado, de uso residencial, elevado do solo com base de pedra e com porão que aproveita o declive natural do terreno, erguido no alinhamento, no estilo eclético onde predominam características de chalet. Apresenta volumetria movimentada, simetria na fachada principal, modenatura ritimada, telhados inclinados, ornamentação com rendilhados de ferro. Está implantado em lote bastante irregular, com seu formato parecido com um triângulo, e três faces são voltadas para diferentes ruas. Ocupa parte do alinhamento do lado da Rua Coronel Joaquim Leite, sendo cercado no outro lado, na frente e nos fundos por um grande jardim. A entrada principal está voltada para a rua paralela à rua do prédio da Estação Ferroviária, e há um acesso de serviços e automóveis nessa mesma rua, nos fundos do lote, onde existem uma garagem coberta e uma casa de empregados que não fazem parte do conjunto original. Por essa entrada há acesso para o casarão pela cozinha.

O telhado é em águas, com telhas cerâmicas francesas, escondido por uma platibanda ornamentada no térreo e sem platibandas no andar superior, e possui recortes que acompanham a planta movimentada.



Fachada da Rua Cel. Joaquim Leite, com o acesso de serviços e automóveis.



Detalhe da platibanda.



Entrada para o porão, embaixo do alpendre da entrada principal.



Detalhe da fachada construída no alinhamento.



Fachada interna, com varanda alpendrada, de acesso à saleta.

responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato

Jacob Leme Antunes

data

Junho / 2008

310

Chalet Monte Negro



Detalhes da ornamentação nas fachadas.



Detalhe do guarda corpo de escada externa;
detalhe de ornamentação de janela;
arandela externa.



Vidros das portas, com desenhos e as iniciais
do comendador Monte Negro, originais.

O terreno tem um pequeno declive. A fachada frontal é simétrica e apresenta no centro a porta principal, acessada por uma escada, e uma janela de cada lado. No andar superior há uma porta que se abre para uma sacada, localizada acima da porta principal. As outras fachadas voltadas para a rua apresentam apenas janelas. Já as fachadas voltadas para o jardim lateral e para o quintal apresentam portas e janelas. As janelas do térreo apresentam vergas retilíneas, encimadas por frontão em massa com volutas e motivos florais. As janelas do pavimento superior também apresentam vergas retilíneas, porem são encimadas por frontões triangulares. São de madeira, duplas de abrir com venezianas dentro e vidro por fora, onde há inscrição das iniciais MN - Monte Negro. A porta principal é de madeira de duas folhas de abrir, ornadas com grandes almofadas e com puxadores em cobre, e de bandeira fixa de vidro, onde há desenhos decorativos e uma imagem não identificada.



Vista da porta principal.



Almofadas trabalhadas da porta de entrada principal.



Detalhe de bandeira de vidro da porta principal.

Detalhe do gradil do alpendre da entrada principal.



Ornamentação em ferro, no alpendre da entrada principal.

A partir de um alpendre na parte da frente é acessado um hall, para onde se abrem o escritório e um dormitório. Existe uma divisória em madeira e vidro que separa essa parte do restante da casa. Atrás da divisória está a escada que leva ao piso superior, onde existem 3 dormitórios e um banheiro, que no projeto original era também dormitório.



Vista interna da porta principal.



Escada de acesso ao pavimento superior,
com a divisória de madeira atrás.



Iluminação zenital do pavimento superior,
com lustre original.



Hall do pavimento superior, com a porta
de um dos dormitórios no fundo.

identificação

data da construção

Casarão Chiquinho de Marco

por volta de 1900

endereço atual
Rua Jorge Tibiriçá, 454

endereço original
Rua da Louzã

primeiro proprietário
David Antônio Coelho

atual proprietário
Francisco de Marco

uso original
Pensão e armazém de secos e molhados

uso atual
Residência

construtor
não há informações

área construída
203,05m²



- Casarão Chiquinho de Marco
- Bens Públicos
- Áreas Verdes

localização



O casarão e a Rua Jorge Tibiriçá, sentido centro - prédio da Estação Ferroviária. 2010.

O casarão e a Rua Jorge Tibiriçá, sentido prédio da Estação Ferroviária. centro. 2010.



responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Francisco de Marco

data
Abril / 2008

Casarão Chiquinho de Marco

A edificação localiza-se em frente à antiga Estação Ferroviária, distante seis quadras da Praça da Independência. Ocupa um lote irregular de esquina, com frente para a Rua Jorge Tibiriçá e fachada lateral voltada para a Rua Benjamim Constant, e apresenta volumetria pouco movimentada.



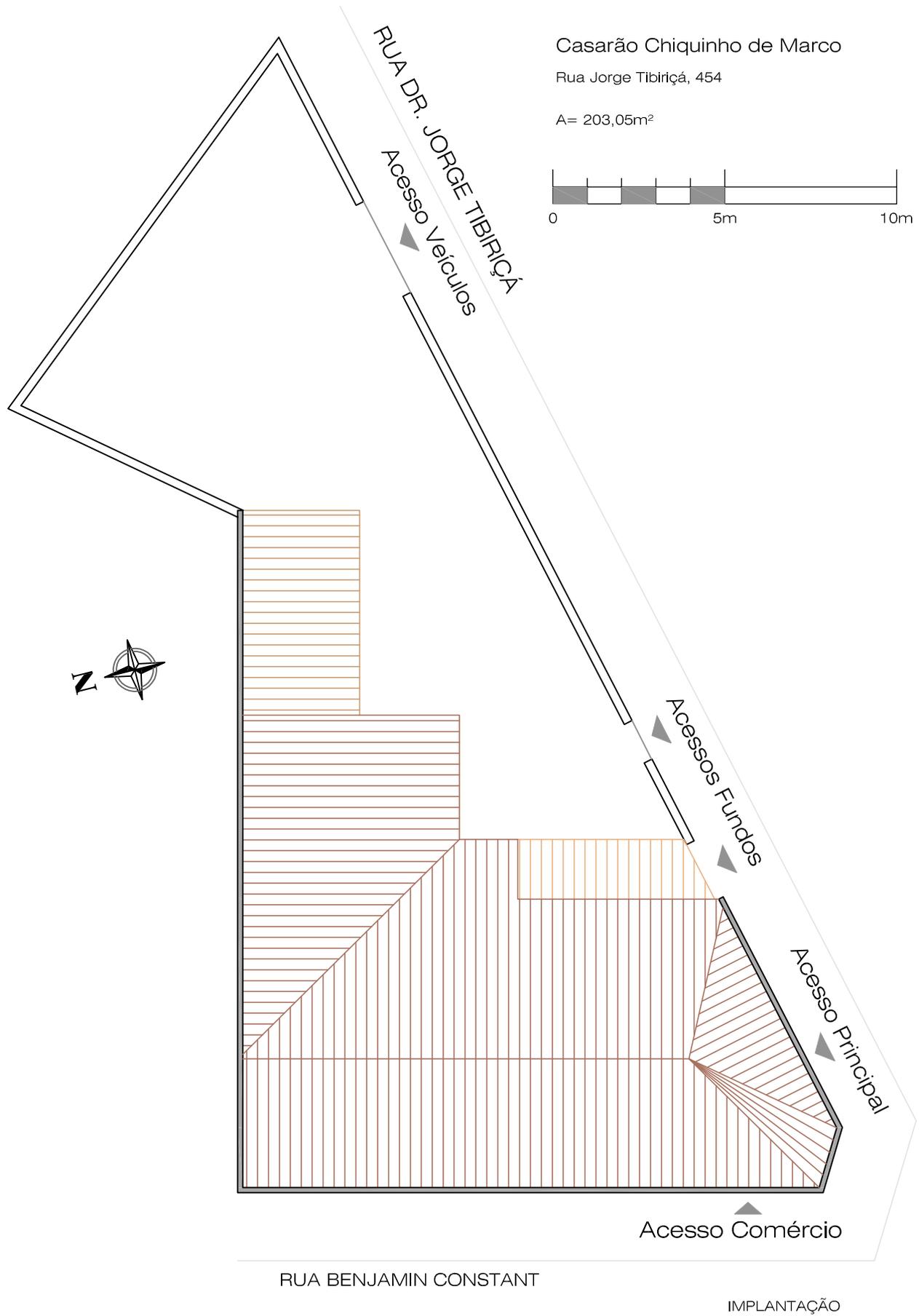
Casarão Chiquinho de Marco



O casarão visto da antiga Estação Ferroviária. 2010.



Casarão Chiquinho de Marco



RUA BENJAMIN CONSTANT

IMPLANTAÇÃO

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Francisco de Marco

data
Abril / 2008

316

Casarão Chiquinho de Marco

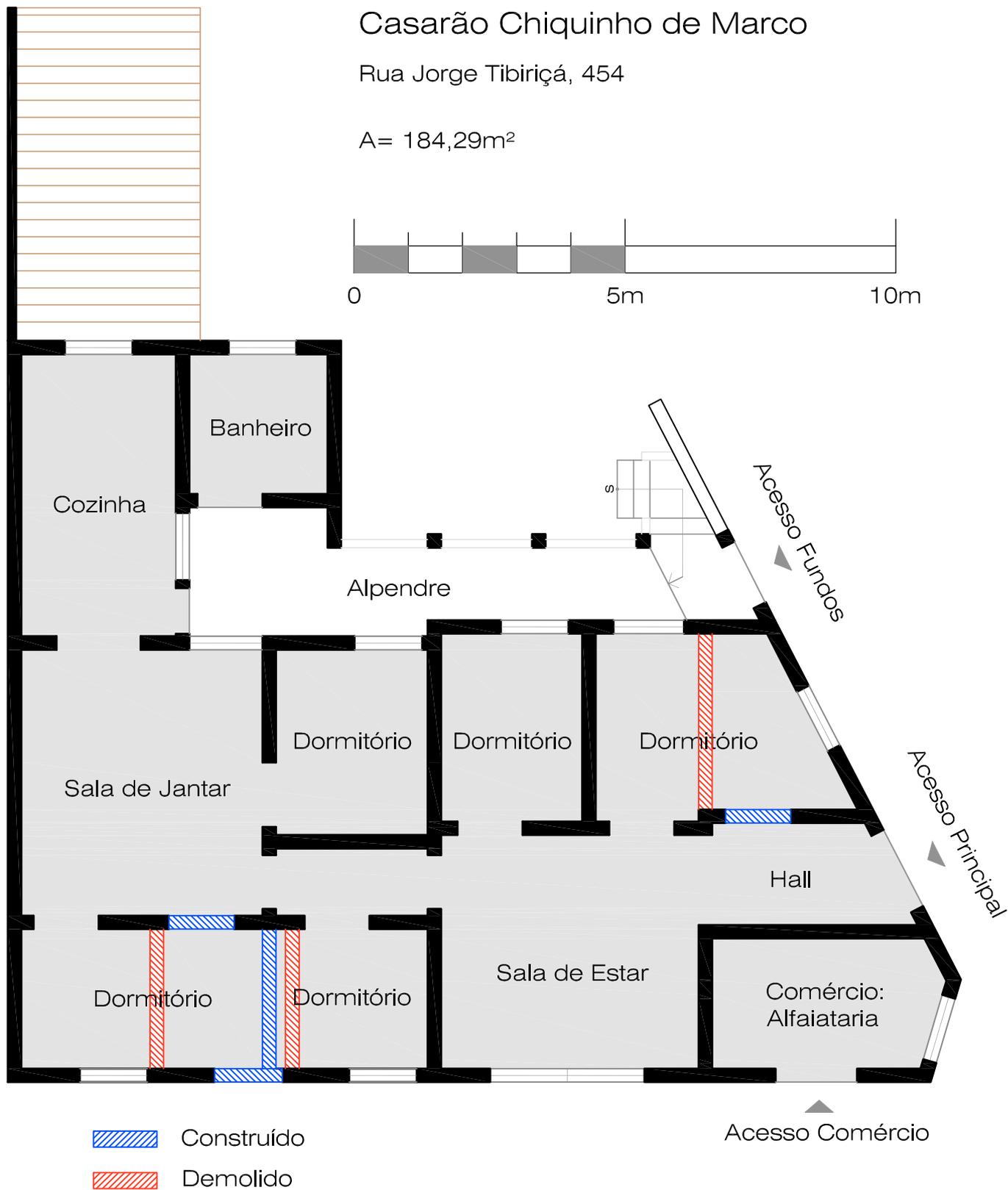
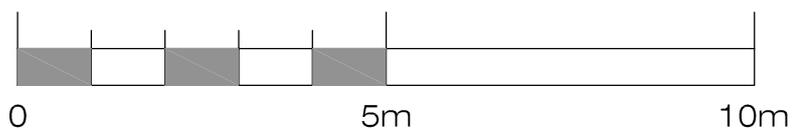


PLANTA
Pavimento Térreo

Casarão Chiquinho de Marco

Rua Jorge Tibiriçá, 454

A= 184,29m²



plantas

identificação

Casarão Chiquinho de Marco

Casarão Chiquinho de Marco

Rua Jorge Tibiriçá, 454

A= 18,76m²

Garagem

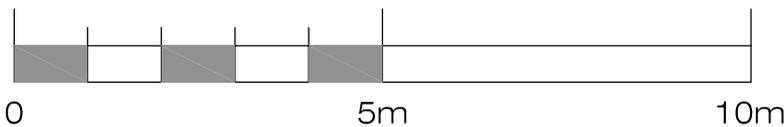
Banheiro

Depósito

Quintal

Porão

Acesso Fundos



PLANTA
Pavimento Inferior - Porão

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Francisco de Marco

data
Abril / 2008

318

É uma casa térrea com porão, originalmente de uso misto, atualmente de uso residencial, erguida no alinhamento. A importância desse exemplar está relacionada principalmente à sua tipologia, pois ainda está preservado em sua implantação original, com o primeiro - e único banheiro existente no século XIX - ainda existente do lado de fora do corpo principal da edificação. Não apresenta características estilísticas relevantes. O casarão está implantado em lote irregular de esquina, e ocupa os alinhamentos frontal e lateral. A entrada principal está voltada para a Rua Jorge Tibiriçá, que liga a antiga Estação Ferroviária ao centro da cidade. Desse lado há um acesso de serviços, um acesso de pedestres para o quintal e acesso de automóveis para a garagem nos fundos do lote. Na fachada lateral há uma porta de acesso ao comércio e quarto janelas.

O telhado é irregular e acompanha o desenho do lote. Apresenta platibanda nas fachadas voltadas para as ruas desde sua construção, reta e com poucos ornamentos retilíneos em massa, e beiral na parte interna. Nas divisas das fachadas frontal e lateral há imitação de pilastras em massa, com base saliente, e que se prolongam até a platibanda. As telhas são do tipo colonial como em 1903. Atualmente, a entrada é constituída por um hall para onde se abre a porta da frente, cuja soleira forma um degrau sobre a calçada. O piso é todo original, em assoalho de pinho de Riga importado, de acordo com o proprietário. O interior do casarão é bastante simples, sem ornamentos.



Fachada principal. 2010.



Fachada lateral. 2010.



Entrada lateral, na Rua Jorge Tibiriçá.

O terreno apresenta um pequeno declive, que possibilita a existência do porão. Por ter sido construída originalmente como comércio na frente, não apresenta porão alto. Tem base em alvenaria de tijolos, com porão aproveitando o desnível natural do terreno, e o fechamento do muro da frente é feito por um portão de ferro de acesso ao alpendre dos fundos, um portão de madeira de acesso de pedestres ao quintal e um portão de madeira para automóveis.

A fachada frontal, apesar da irregularidade do lote, é simétrica, e apresenta duas janelas e uma porta. A fachada lateral apresenta quatro janelas e uma porta. Não há recuo na divisa com o lote vizinho, apenas o grande quintal nos fundos que acompanha a Rua Jorge Tibiriçá e cujo muro em tijolos apresenta um portão de ferro de acesso ao alpendre dos fundos, um portão de madeira de acesso de pedestres ao quintal e um portão de madeira para automóveis.

A porta principal é em madeira com almofadas e bandeira com vidro fixo, com verga reta. As portas em 1903 eram em madeira lisa, com bandeira de vidro fixo ornada com gradis em ferro. As envasaduras apresentam janelas de verga reta, de abrir de madeira lisa do lado interno e vidro do lado externo, sendo alguns coloridos, e bandeira com vidro fixo, transparentes e coloridos. Pela foto de 1903, percebemos que as janelas também eram de abrir, com vidro para fora, madeira por dentro e bandeira de vidro fixo.



Corredor da entrada lateral, com a cozinha ao fundo.



Porão, com passagens em arco.



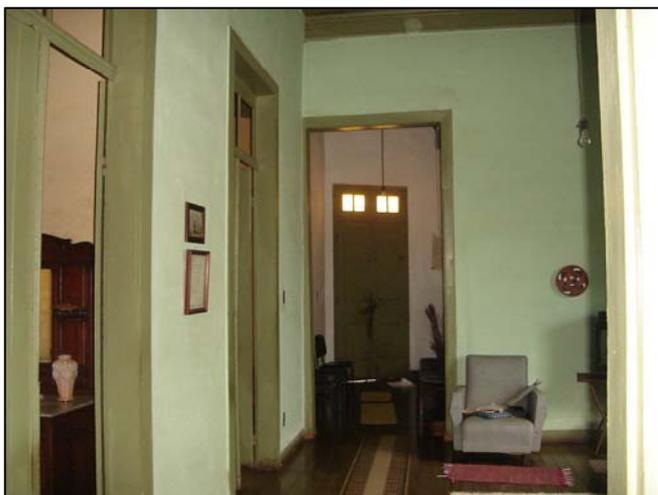
Porão, vendo-se a estrutura do piso de assoalho.



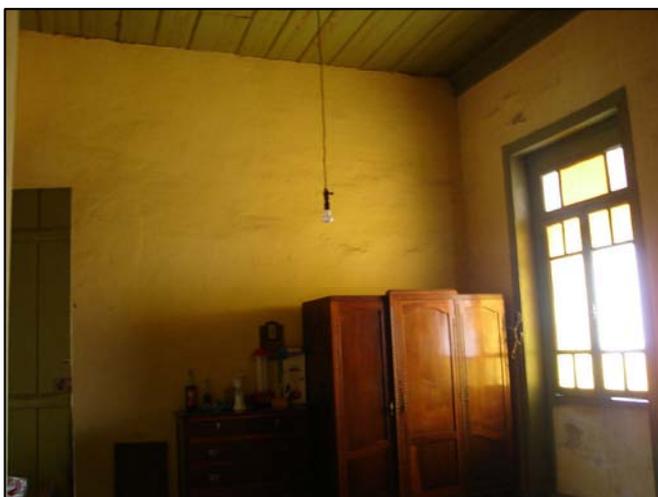
Vista da entrada lateral, a partir do quintal.



Vista do hall de entrada.



Vista do hall de entrada e da sala de estar, a partir da sala de estar.



Dormitório voltado para a Rua Jorge Tibiriçá.

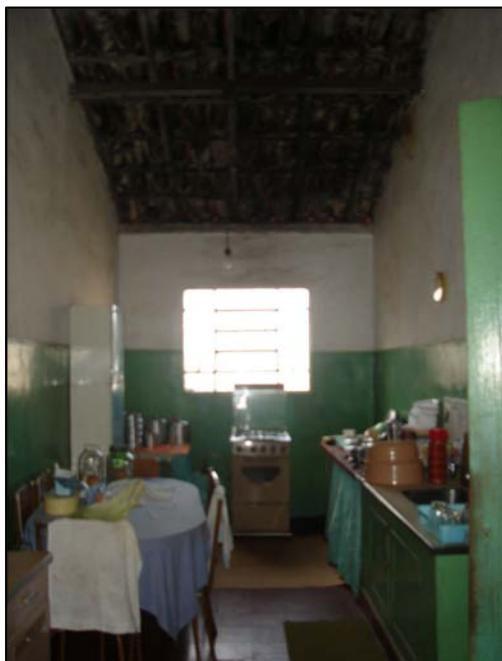


Sala de jantar, com a entrada da cozinha ao fundo.



Sala de jantar, vendo-se a porta de um dormitório à esquerda e o corredor de acesso à sala de estar à direita.

A partir do hall acessa-se à esquerda a sala de estar e dois dormitórios à direita; depois há um corredor que dá acesso a um dormitório do lado esquerdo e à sala de jantar. Depois, dessa sala acessam-se um dormitório à esquerda, um dormitório na parede do fundo e a atual cozinha do lado direito. Pela cozinha chega-se ao alpendre dos fundos, por onde se acessa o banheiro e para onde se abrem as janelas dos quartos. O piso na cozinha, no banheiro e no alpendre é o ladrilho hidráulico. Nota-se que existem basicamente duas as vias de circulação paralelas, uma interna pela construção, e outra pelo alpendre. Nos fundos do lote há um cômodo para despejo, um local para lavar roupas e um banheiro, provavelmente fossa na época da construção. O pé-direito é de 3,20m.



Vista da cozinha.



Alpendre, visto a partir da cozinha.



Banheiro localizado ao lado da cozinha, acessado pelo alpendre.



Espaço para servir de depósito, no quintal.



Dormitório, com movéris da época da construção.



Movéris da época da construção.



Janela original.



Mobiliário antigo.



Banheiro localizado no quintal.



É possível notar, analisando-se o piso de assoalho, que paredes foram removidas, o que indica que a edificação já passou por reformas ao longo do século XX. Esta informação foi confirmada pelo proprietário, que afirmou ter sido realizada uma intervenção em 1953, onde houve modificações nos quartos e na cozinha. Os cinco quartos existentes na lateral da Rua Benjamim Constant foram subdivididos e transformados em uma sala de estar e dois dormitórios. A antiga cozinha passou a ser a sala de jantar, e foi construída uma cozinha e um banheiro no final do alpendre dos fundos. Voltados para esse alpendre, havia três dormitórios, sendo que dois permaneceram iguais e o dormitório da frente foi unido com uma parte do comércio. No banheiro que há no quintal, originariamente o único da construção, recebeu instalações de água e esgoto e um vaso sanitário. Tanto a cozinha quanto o banheiro deram continuidade ao porão, com laje nesse trecho. A fachada frontal foi mantida nos poucos ornamentos e no local das envasaduras, tendo sido trocadas duas portas do antigo comércio por duas janelas; a porta do meio abre-se para um pequeno hall de acesso. Na fachada lateral permaneceram iguais três janelas dos dormitórios, tendo sido removidas duas venezianas para dar lugar à janela de ferro e vidro da sala de estar. Apenas a esquina foi preservada como uso original de comércio, onde hoje funciona a alfaiataria do proprietário.



Manchas de umidade nas paredes.

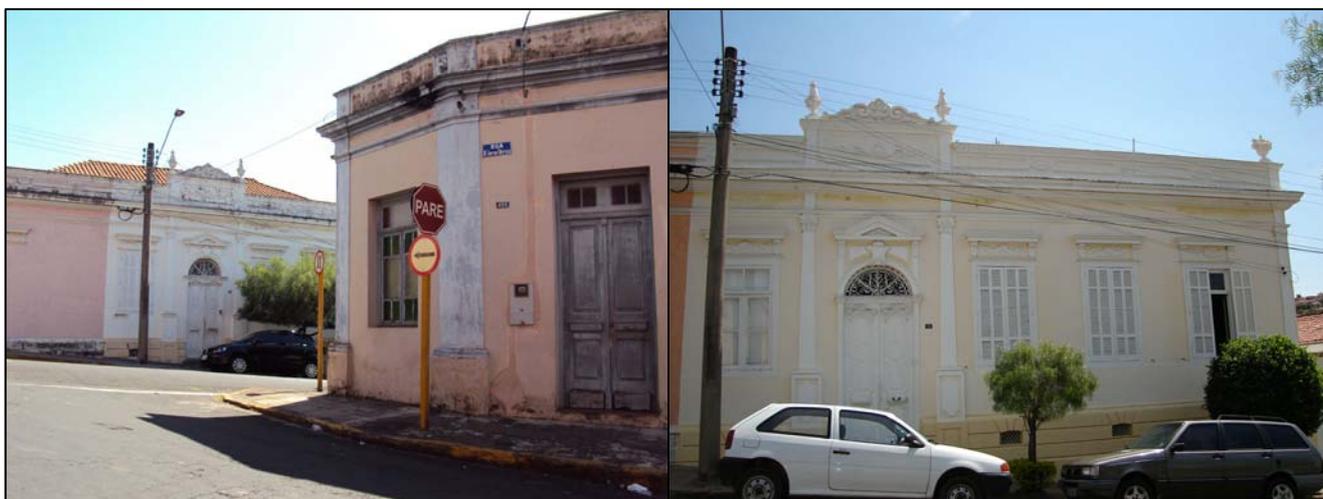


Marcas no forro de local onde existia uma parede na época da construção.

Casarão Chiquinho de Marco

A edificação foi contruída por volta de 1900, provavelmente tendo servido como pensão para pouso de quem chegasse à cidade, pois está localizada em frente à antiga Estação Ferroviária. Aparece em foto de 1903 como sendo de propriedade da viúva de David Antonio Coelho, que era também proprietária do casarão da esquina da frente, que servia de residência. Em 1944 pertencia a Isolino de Oliveira e mulher, ainda apresentado tipologia de pensão e comércio. Em 1949, era de propriedade de Pascoalino Fuzzetto e sua mulher, Cecília Capra Fuzzetto, que a venderam em 22 de abril de 1949 a Nicola de Marco e Francisco de Marco (este menor à época, assistido por seu pai Cristovão Antonio de Marco). Hoje Francisco é o proprietário e mora no casarão, e foi ele quem forneceu tais informações e possibilitou acesso à Escritura de Compra e Venda do imóvel.

O casarão encontra-se a menos de cem metros do edifício da antiga Estação Ferroviária, tombado pela Resolução SC-35, de 16.11.1992, processo de tombamento no 26.264/88, arquivo do Condephaat.



O Casarão Chiquinho de Marco e, na frente, o outro casarão que pertenceu ao primeiro proprietário em 1900, já bastante descaracterizado.



Padaria União Restaurante - Prop. da viúva de David Antonio Coelho.
Fonte: "Álbum do Pinhal", 1903.

responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato

Francisco de Marco

data

Abril / 2008

325

ARQUITETURA RESIDENCIAL URBANA ESPÍRITO SANTO DO PINHAL, 1880-1930

FICHA DE LEVANTAMENTO

identificação

Casarão Dr. Fabiano A. Nogueira Porto

data da construção

antes de 1903

endereço atual

Rua Vicente Gonçalves, 187

endereço original

Rua Ten. Cel. Vicente Gonçalves

primeiro proprietário

Dr. Fabiano Augusto Nogueira Porto

atual proprietário

Suzana Colleti de Assunção Fagundes

uso original

Residência

uso atual

Residência

construtor

não identificado

área construída
195,04m²



- Casarão Dr. Fabiano A. Nogueira Porto
- ▨ Bens Públicos
- Áreas Verdes

localização



Fachadas principal e lateral do casarão em 2009.

responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato

Silvana e Conceição, funcionárias

data

Mai / 2009

326

O casarão localiza-se no centro da cidade, a duas quadras da Praça da Independência, em direção à antiga Estação Ferroviária, na esquina da Rua Vicente Gonçalves com a Rua Jorge Tibiriçá. Ocupa um lote de esquina, com frente para a Rua Vicente Gonçalves e lateral para a Rua Jorge Tibiriçá, e apresenta volumetria pouco movimentada.



 **Casarão Dr. Fabiano A. Nogueira Porto**



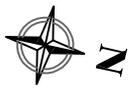
O casarão, vendo-se ao fundo a antiga Estação Ferroviária.



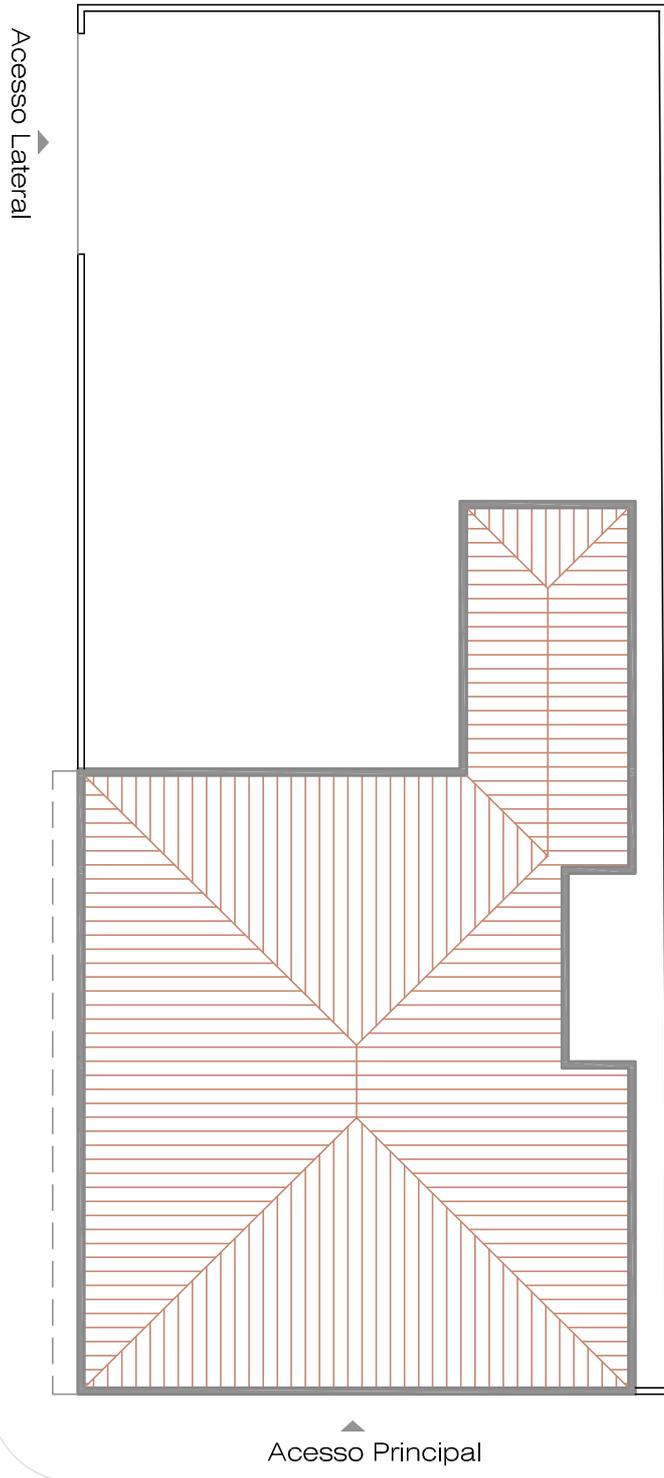
Vista de via de acesso do casarão. 2010.



Fachada lateral e a Rua Jorge Tibiriçá. 2010.



RUA JORGE TIBIRIÇÁ



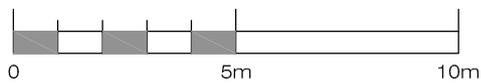
IMPLANTAÇÃO

RUA VICENTE GONÇALVES

Casarão Dr. Fabiano Augusto Nogueira Porto

Rua Vicente Gonçalves, 187

A= 195,04m²



responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Silvana e Conceição, funcionárias

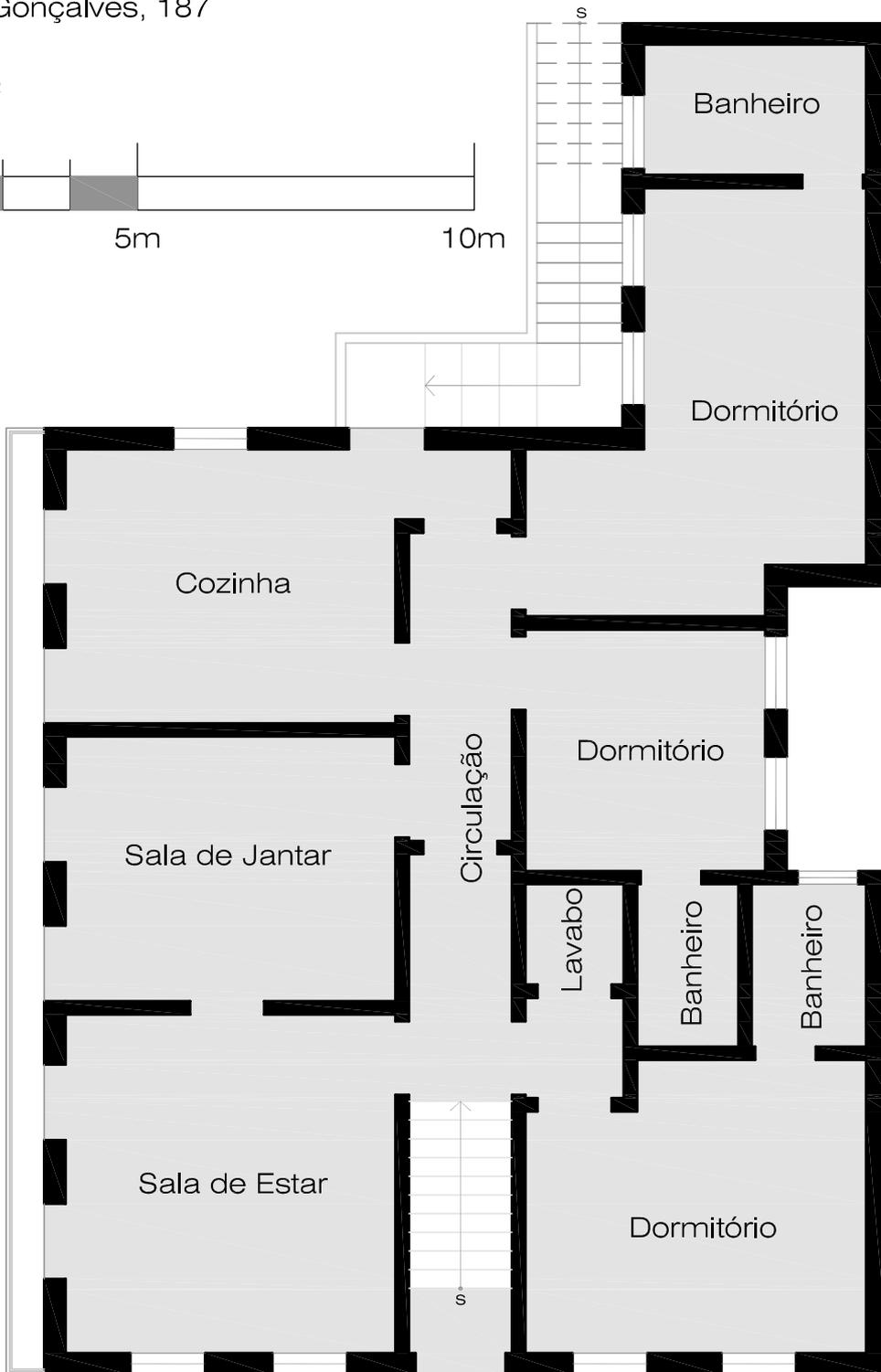
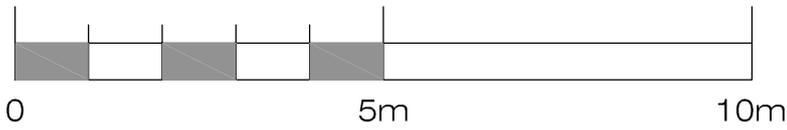
data
Maior / 2009

328

Casarão Dr. Fabiano Augusto Nogueira Porto

Rua Vicente Gonçalves, 187

A= 195,04m²



PLANTA
Pavimento Térreo

▲ Acesso Principal



**descrição arquitetônica, dados
tipológicos e construtivos**

identificação
**Casarão Dr. Fabiano A.
Nogueira Porto**

É uma casa de porão alto, de uso residencial, erguida no alinhamento, no estilo eclético onde predominam características classicizantes. Apresenta volumetria compacta, simetria na fachada, modenatura com proporções rígidas, planta retangular, platibanda com balaustrada, janelas de vergas em arco pleno, porta encimada por frontão e pilastras. A entrada principal está voltada para a Rua Vicente Gonçalves, e há um acesso de serviços e automóveis pela Rua Jorge Tibiriçá, onde há acesso para o casarão pela cozinha. Do lado da divisa com o lote vizinho há um recuo mínimo, sem acesso pela rua.

As telhas em 1903 eram do tipo colonial. Apresenta platibandas ornamentadas com balaustradas, acompanhando o alinhamento das ruas, e platibandas retas e sem ornamentos nas outras fachadas. Na foto de 1903 aparece com um pequeno beiral arrematado por frisos retilíneos.



Detalhe da volumetria nos fundos.



Fachada principal, antes da nova pintura. 2005.



Fachada dos fundos, vendo-se as janelas da cozinha e o volume saliente da suíte.



Janela, com vidros coloridos.

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Silvana e Conceição, funcionárias

data
Maior / 2009

330

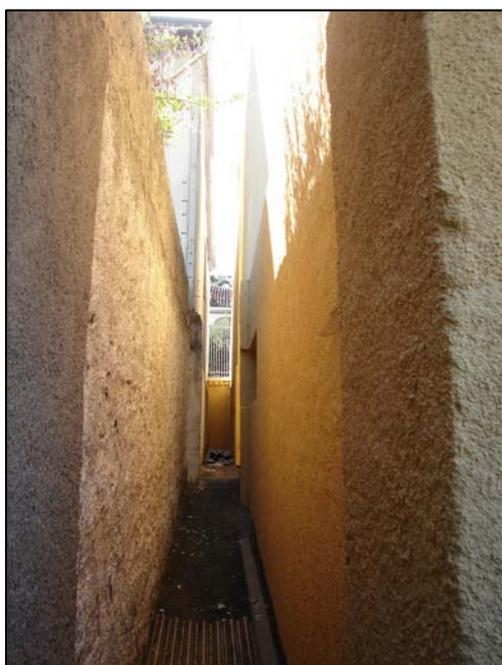
O terreno tem um grande declive. A fachada frontal é simétrica e apresenta no centro a porta principal, e duas janelas de cada lado, com aberturas dos porões imediatamente abaixo dos vãos das janelas. Há na fachada lateral seis portas que se abrem para uma estreita varanda com balcões de ferro fundido. No encontro das fachadas há pilastras em massa que seguem até a platibanda. O telhado apresenta quatro águas no corpo principal, e três águas no anexo do fundo, onde existe um dormitório e um banheiro.



Portas e balcão de ferro batido, andar superior, fachada lateral.



Portas e gradil em ferro trabalhado.



Mínimo recuo lateral, para permitir as aberturas dos dormitórios.



Vista da fachada dos fundos e do portão da entrada de serviços e automóveis à esquerda, em ferro trabalhado.

A porta principal é em madeira de duas folhas de abrir, ornadas com grandes almofadas e com puxadores em cobre, encimada por um gradil que cobre a bandeira fixa e vai até a verga em arco pleno. Em 1903, esse gradil existia apenas na verga, e a bandeira abaixo era em madeira. Podemos ver as letras AV e a data de 1911 gravadas no gradil. As janelas e as portas da fachada lateral são em vergas de arco pleno, sendo que as janelas são de duas folhas de madeira com almofadas de abrir para dentro e duas folhas em vidro de abrir para fora, com bandeira de vidro fixo. As portas também têm duas folhas de madeira com almofadas de abrir para dentro e duas folhas em vidro de abrir para fora, com bandeira de vidro fixo. Nota-se, comparando as fotos atuais com a de 1903, que o desenho das folhas das janelas e portas mudou, sendo que atualmente os vidros são em parte transparentes e em parte coloridos. O gradil de ferro que forma o guarda corpo da pequena sacada aparece em 1903, e é artisticamente trabalhado. Sobre a porta de entrada, exatamente no eixo de simetria da fachada, há um frontão na altura da platibanda, em arco e com uma roseta de cada lado. Esse mesmo frontão aparece no eixo de simetria da fachada lateral. A entrada é constituída por um patamar sobre o qual se abrem as folhas da porta principal. A soleira de granito forma um degrau sobre a rua, e o patamar apresenta piso em madeira. Depois, há onze degraus em madeira que levam ao nível do casarão, um pequeno hall, com piso em madeira, para o qual se abrem as portas da sala de visitas e de um atual dormitório. Todo o piso da casa é assoalho em madeira, e cerâmica na cozinha e banheiros. Esse hall é fechado por uma porta de madeira com almofadas e bandeira de vidro fixo, que dá acesso à área íntima da casa.



Porta principal.



Frontão em arco com rosetas.



Puxador da porta principal, original.



Detalhe do gradil da porta de entrada, com as iniciais AV, provavelmente inseridas em 1911, ano de uma das reformas, e pertencente ao então proprietário Almeida Vergueiro.

A partir desse hall acessa-se um pequeno corredor para onde se abrem as portas da sala de jantar, de dois dormitórios e da cozinha, que possui uma escada de acesso direto ao quintal e ao porão. Notamos que não há, em nenhum compartimento, paredes e tetos ornamentados. Há, no entanto, lustres ricamente ornamentados nas salas de estar e de jantar, e lustres originais nos dormitórios.



Sala de estar, vendo-se a porta para acessar a sala de jantar.



Hall de entrada.



Porta de fechamento do hall de entrada.



Sala de jantar, com a porta que dá acesso ao hall íntimo ao fundo.



Figuras 169,170, 171 e 172. Lustres do hall de entrada, da sala de estar, da sala de jantar e de um dormitório, respectivamente. Originais.

O casarão apresenta uma via de circulação: um corredor interno, que é o eixo que divide simetricamente a planta, hoje um pouco modificada. A partir desse corredor acessam-se os vários cômodos da edificação, sendo que do lado direito de quem entra estão localizados os dormitórios, e do lado esquerdo estão as salas de estar e jantar, ambas com portas abrindo-se para a sacada de guarda corpo de gradil de ferro, localizados na fachada lateral. Nos fundos estão localizados um dormitório e um banheiro, e também a cozinha, que se liga ao quintal por uma escadaria de dezoito degraus. O porão, de altura suficiente para ter sido habitado no tempo em que foi construído, passou por uma reforma e hoje abriga uma casa separada do casarão, com dormitórios, cozinha, banheiro e área de estar. É evidenciado nas fachadas por bossagem.

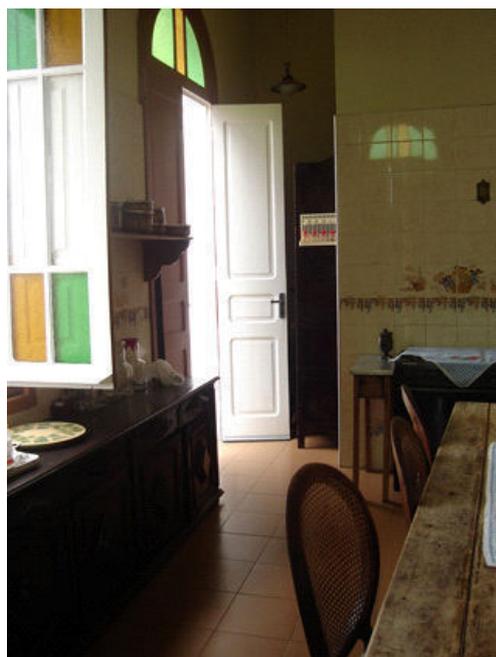
Foi edificado com base de alvenaria, com altura de 1,50m na parte da frente e medida crescente na lateral, seguindo o desnível do lote. As paredes externas têm 0,30cm de espessura, e o piso é assoalho de madeira nas áreas sociais e íntimas, ladrilho hidráulico na cozinha e cerâmica nos banheiros.



Sala de jantar, vista a partir do vestíbulo.



Vestíbulo de distribuição.



Vistas internas da cozinha, com mesa da época.



Mobiliário da sala de estar, da época.



Mesa de centro com gavetas laterais.



Esporas de prata.



Chapeleira, hall de entrada.



Relógio da época da construção do
casarão, na sala de estar.



Mesa de trabalho, original.



Peso de cobre, de 1910.



Pratos de balança, usados com os pesos da segunda figura.



Mobiliário de dormitório, original.

descrição arquitetônica, dados
tipológicos e construtivos

identificação
**Casarão Dr. Fabiano A.
Nogueira Porto**



Conjunto de cama e mesa de cabeceira.



Armário em madeira maciça.



Conjunto para dormitório.



Penteadeira.



Altar em madeira, da época.



Entalhe na madeira, oratório.

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Silvana e Conceição, funcionárias

data
Mai / 2009

337

De acordo com a funcionária Silvana, o casarão foi reformado por Cory Porto para tornar o porão da residência habitável, com dormitórios e instalações hidráulicas. No interior, o casarão teve seu único banheiro dividido em dois, formando duas suítes, e mais um lavabo. O dormitório do anexo também se tornou suíte ao receber um banheiro.

A fachada foi modificada provavelmente em 1911, pois essa data aparece no gradil da porta de entrada, que não havia em 1903. Talvez foi nessa data que os beirais do telhado foram removidos para dar lugar à platibanda, e que a fachada recebeu ornamentos ao gosto eclético então em voga. Como aconteceu na maioria das casas remanescentes desse período, a cozinha e o banheiro foram modernizados, tendo sido construídos banheiros novos e um lavabo na parte da frente. Foi restaurada pela atual proprietária, tendo sido recuperados a fachada, as esquadrias e todo o interior do casarão, sem no entanto descaracterizá-lo. Em 2009, a fachada foi pintada, e foram feitos novos reparos necessários.



Gradil da porta principal, com a data de uma das reformas.



Porão depois de reformado, tornando-se habitável, com cozinha, copa, banheiro e dormitórios.

responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato

Silvana e Conceição, funcionárias

data

Maior / 2009

338

A edificação pertenceu ao primeiro juiz de direito da comarca de Espírito Santo do Pinhal, instalada em 12 de outubro de 1892. Os registros mais antigos indicam o Dr. Fabiano como primeiro proprietário do imóvel, que foi edificado antes de 1903, sendo que não há registros anteriores a essa data sobre o casarão. Em 1960 pertenceu a Odilon Porto, depois a Cory Porto Fernandes, que a reformou, e por fim a Suzana Colleti de Assunção Fagundes, atual proprietária. No imóvel encontramos móveis antigos, adquiridos na década de 1960 vindos de casarões demolidos. Aparece em foto de 1903 como sendo de propriedade de Dr. Fabiano Augusto Nogueira Porto.

O casarão encontra-se na área envoltória de bens tombados, definida pela Resolução SC-35, de 16.11.1992, processo de tombamento no 26.264/88, arquivo do Condephaat.



Casarão do Dr. Fabiano Augusto Nogueira Porto, 1903.

Fonte: "Álbum do Pinhal", 1903.

identificação

data da construção

Casarão Arnaldo D'ávila Florence

década de 1910

endereço atual
**Rua Arnaldo D'ávila
Florence, 22**

endereço original
Rua Anita Garibaldi

primeiro proprietário
Paulino de Sousa Pinto

atual proprietário
**M. Célia do Amaral D'ávila
Florence**

uso original
Residência

uso atual
Residência

construtor
**sem
informações**

área construída
258,57m²



- Casarão Arnaldo D'ávila Florence
- Bens Públicos
- Áreas Verdes

localização

O casarão e a entrada de automóveis. 2010.



O casarão e o alpendre, na entrada de pedestres. 2010.

responsável
**Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista**

contato
**M. Célia do Amaral D'ávila
Florence**

data

Setembro / 2007 340

O casarão localiza-se na Rua Arnaldo D'ávila Florence, em uma das quadras ao redor do prédio da Prefeitura Municipal - Praça Rio Branco. Na quadra em frente há o atual prédio da Câmara Municipal. Ocupa um grande lote no meio da quadra, e apresenta volumetria pouco movimentada.

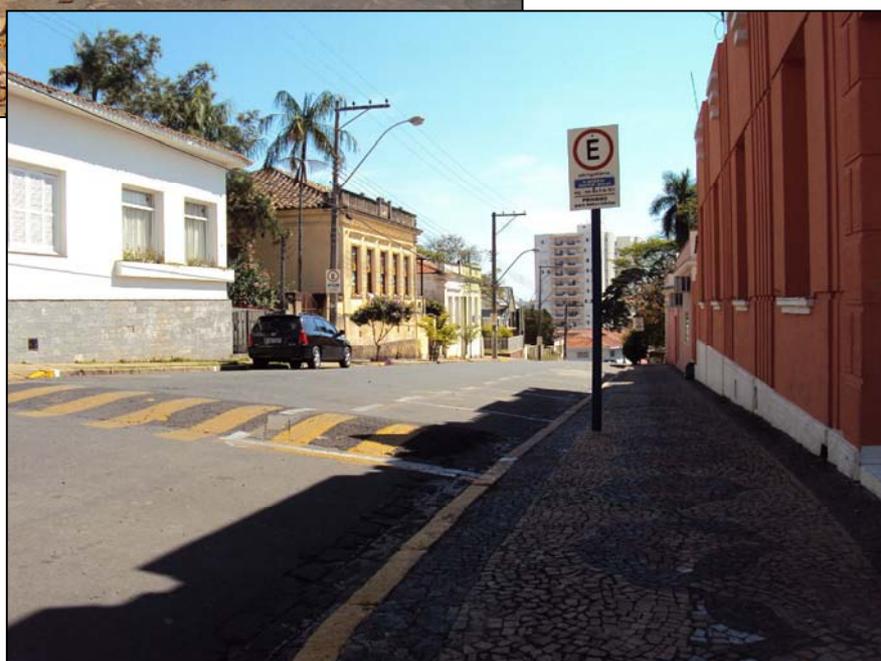


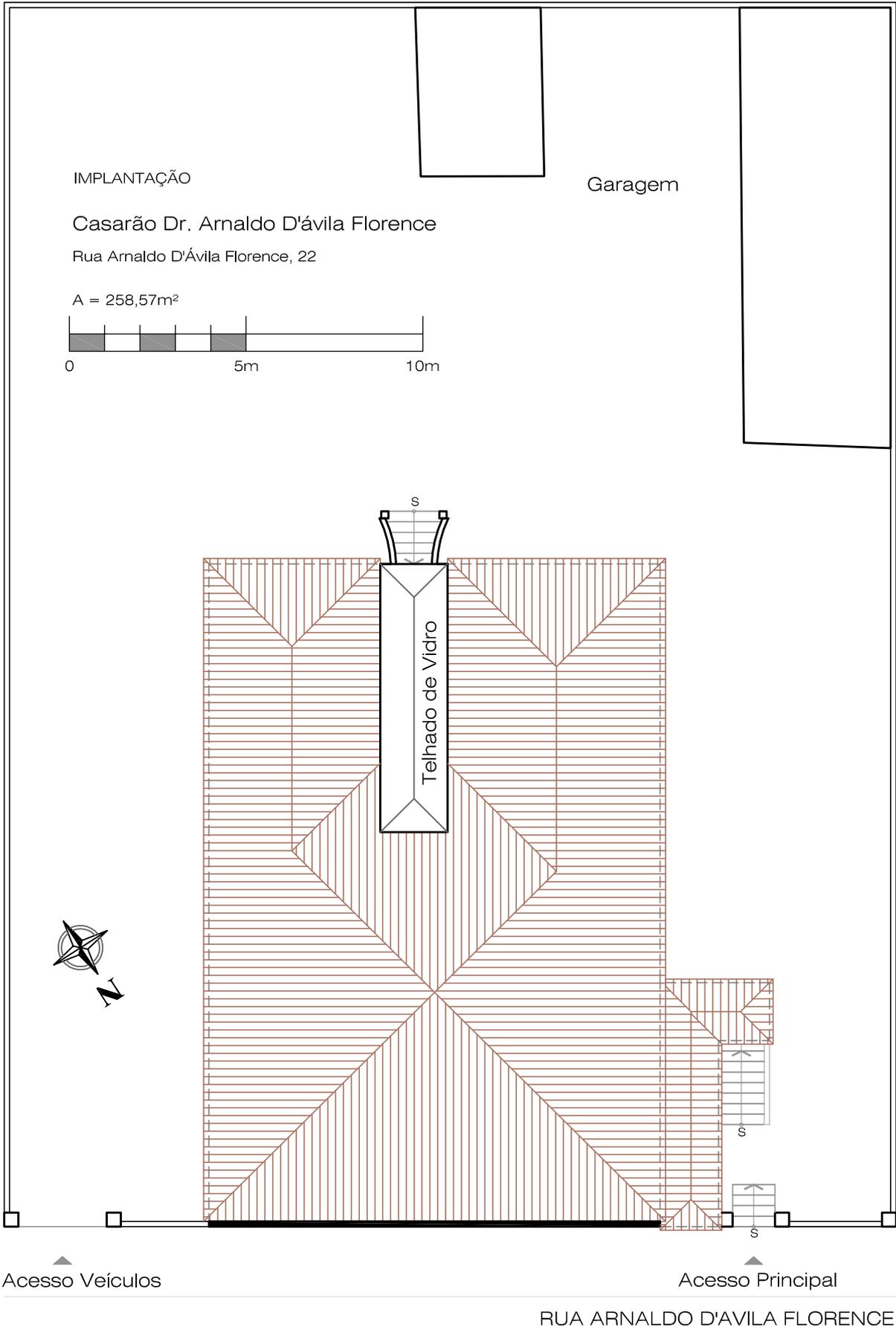
 Casarão Arnaldo D'ávila Florence

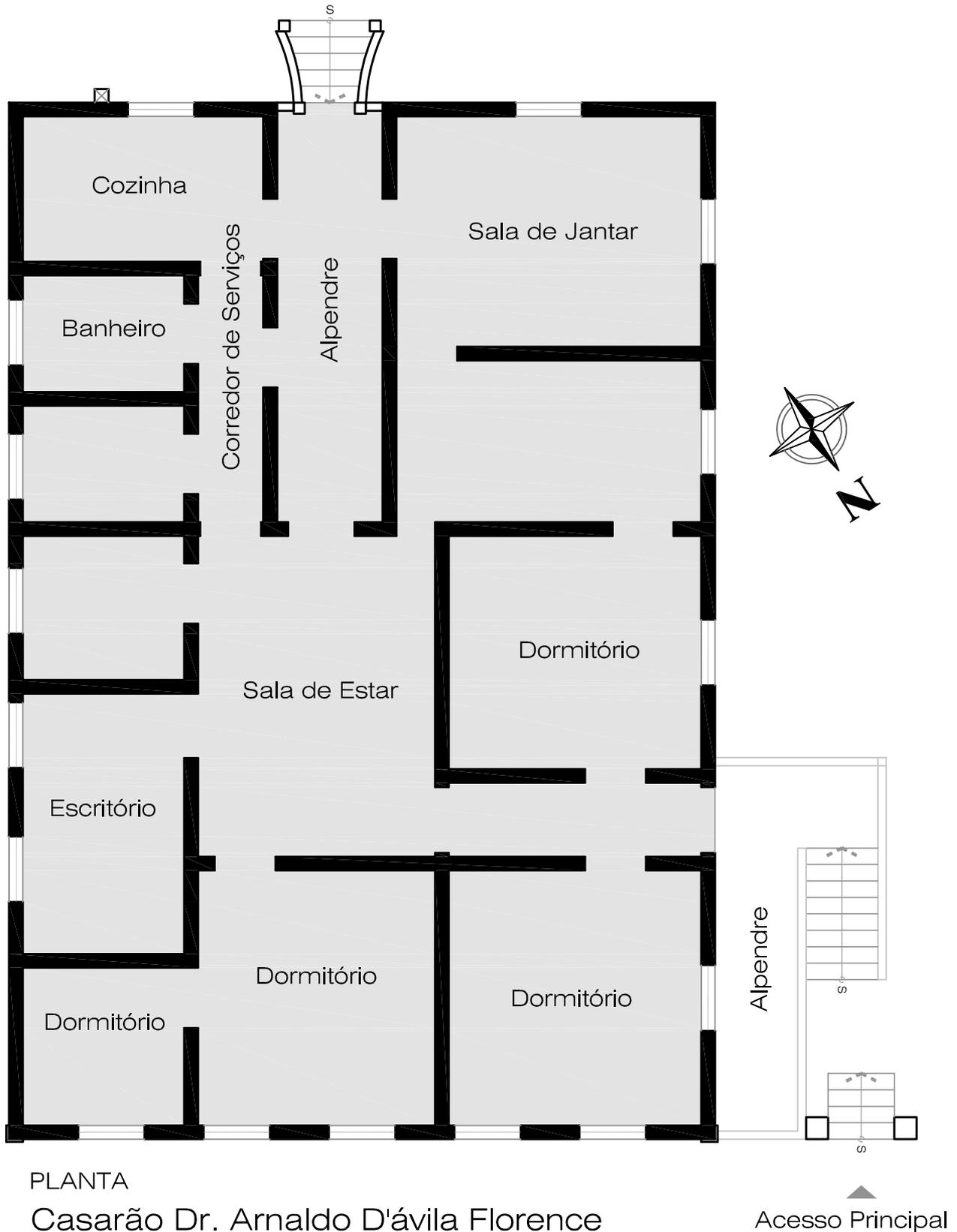


O casarão visto a partir da Praça Rio Branco, onde está localizada a Prefeitura Municipal. 2010.

Vista de via de acesso ao casarão. 2010.







O casarão está implantado em um grande lote no meio da quadra, ocupando o alinhamento frontal e tendo duas entradas com jardins laterais. Olhando o casarão de frente, vemos, do lado direito, a entrada para pedestres, que leva por uma escadaria ao alpendre de acesso principal à residência. Do lado esquerdo existe um acesso para automóveis, além do jardim.

É uma casa de porão alto, de uso residencial, que se configura em formato de “U”, com a fachada principal erguida sobre o alinhamento das ruas, com pouca e sóbria ornamentação, no estilo eclético, apresentando influência do Art Nouveau e algumas características neoclássicas, como volumetria compacta, simetria na fachada, modenatura com proporções rígidas, platibanda com balaustrada. As aberturas são primitivas.

O telhado é de quatro águas na parte da frente, e segue os blocos laterais com três águas, sendo a parte do centro do “U” coberta com telhas transparentes sustentadas por estrutura em ferro, tendo um gradil trabalhado em voltas em seu final. Apresenta platibanda ornamentada com pequeno frontão no eixo e com balaustradas apenas da fachada frontal, tendo beirais nas demais fachadas. Foi construído em alvenaria de tijolos.



Cobertura em ferro e vidro, no alpendre voltado para os fundos do lote.



Entrada lateral de automóveis.



Detalhe da platibanda.



Entrada lateral e alpendre de acesso principal.

**descrição arquitetônica, dados
tipológicos e construtivos**

identificação
**Casarão
Arnaldo D'ávila Florence**

O terreno apresenta pouco declive. A fachada frontal é simétrica e apresenta cinco janelas, com aberturas dos porões imediatamente abaixo dos vãos das janelas, e falsa bossagem na base. A fachada lateral esquerda também é simétrica, com cinco janelas e aberturas dos porões sob os vãos, e a fachada lateral direita apresenta quatro janelas e uma porta, de acesso principal, pelo alpendre, que tem telhado independente sustentado por finas colunas de ferro sem ornamentos.

A porta principal tem verga reta, as portas internas são em madeira lisa, de duas folhas de abrir, com bandeira de vidro fixo, e a porta que se abre para o átrio central iluminado é em madeira e vidro, com bandeira de vidro fixo. As janelas têm vergas retas e moldura em massa no contorno, sendo encimada por frontão retilíneo, e são de guilhotina com vidros coloridos de motivo geométrico do lado externo, e duas folhas de abrir no lado interno, em madeira lisa.



Vista da porta principal, vista de dentro da residência.



Fachada principal.



Placa sobre Arnaldo Florence.



Janela tipo guilhotina com vidros coloridos.



Fachada dos fundos.

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
**M. Célia do Amaral D'ávila
Florence**

data
Setembro / 2007 345

O acesso principal do casarão se dá pelo alpendre de entrada lateral. A partir da calçada, existem cinco degraus que levam ao nível onde se encontra o jardim lateral e o quintal nos fundos, formando um pequeno patamar a partir do qual se atinge o alpendre, subindo mais nove degraus. Aí há a porta principal, de duas folhas em madeira com almofadas e bandeira de vidro fixo, que se abre para um pequeno hall de distribuição. O piso nesse hall e na sala central é o parquet com duas cores, e assoalho em madeira comum nos dormitórios, e em cerâmica e ladrilho hidráulico nas demais dependências. A partir desse hall acessam-se dois dormitórios, e este é fechado por uma porta de madeira e vidro, com bandeira de vidro fixo, que dá acesso às outras áreas da casa.



Escritório, acessado a partir da sala de estar.



Sala de estar, com piso em parquet original.



Sala de estar, vendo-se a porta de um dormitório à esquerda e a porta do escritório aberta.



Dormitório voltado para a Rua Arnaldo D'ávila Florence.

Notamos que não há paredes e tetos ornamentados em vários cômodos. Na sala de estar as paredes são lisas e o teto em forro de madeira, e há aí lustre em madeira ornamentado. Nos dormitórios voltados para a rua as paredes são ricamente pintadas com motivos florais até a altura das vergas das janelas e portas.



Dormitório.



Dormitório, acessado passando-se por outro dormitório.



Dormitório.



Detalhes da ornamentação interna das paredes de dormitórios.

A principal via de circulação interna acontece a partir do hall de distribuição, paralelo à rua, por onde se acessam dormitórios dos dois lados e em seu final a sala central, atualmente sala de estar. A partir desse grande salão acessam-se um dormitório voltado para a rua, que dá acesso a outro dormitório também voltado para a rua; um escritório voltado para a lateral; um corredor de serviços que leva à cozinha nos fundos, no final do bloco do lado esquerdo, passando por banheiro; um cômodo a partir do qual se chega à sala de jantar, no final do bloco do lado direito; e finalmente, o átrio central que leva ao quintal, dando acesso também à sala de jantar do lado direito e à cozinha do lado esquerdo, por portas de duas folhas de abrir de madeira lisa com bandeira de vidro fixo. Esse átrio divide simetricamente a planta, e leva ao quintal através de uma pequena escada de seis degraus, ladeada por muretas finalizadas por pedestais encimados com pinhas de louça nas cores azul e branco. O porão alto pode ser acessado por uma estreita abertura, de um metro de altura, nos fundos, e é evidenciado nas fachadas por ressaltos.



Vista do alpendre no centro da edificação, coberto com estrutura em ferro e vidro.



Sala de Jantar, com entrada pelo alpendre dos fundos.



Corredor de serviços, com piso de ladrilho hidráulico original.



Cozinha, com piso original.

descrição arquitetônica, dados
tipológicos e construtivos

identificação
Casarão
Arnaldo D'ávila Florence



Mobiliário de dormitório.



Telefone do início do século XX.



Espreguiçadeira e piano, do início do século XX.



Lustre da sala de estar, porta interna e janela, vistas interna e externa.



Piso da sala de estar em madeira e da cozinha, de ladrilho, respectivamente.

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
M. Célia do Amaral D'ávila
Florence

data
Setembro / 2007 349

Foi realizada uma pequena reforma em 2008 nas janelas da edificação, que estavam bastante degradadas. Os vidros coloridos, pintados com composição geométrica, foram refeitos e recolocados como originalmente. Não foram encontradas fotografias antigas que pudessem nos mostrar possíveis modificações na fachada e/ou no interior.



Parede do escritório, danificada.



Paredes de dormitórios, danificadas.



Detalhe do forro e de reachadura em parede da sala de estar.



Paredes externas, com rachaduras e umidade.



O casarão foi edificado na década de 1910, mas não foram encontradas informações sobre a data exata da construção. Estima-se que tenha sido construída nesse período através de dados obtidos em jornais da década, e também porque a edificação faz parte dos bens pinhalenses tombados, construídos entre 1880 e 1920. O primeiro proprietário foi Paulino de Sousa Pinto, neto do fundador da cidade, Romualdo de Souza Brito. O imóvel foi vendido para Dr. Arnaldo D'ávila Florence próximo à década de 1940, e permanece na família até hoje, sendo de propriedade de M. Célia do Amaral D'ávila Florence, mulher do neto de Arnaldo. Dr. Arnaldo era filho de Amador Bueno Machado Florence, que era neto de Hércules Florence, francês que chegou ao Brasil em 1824, famoso por participar da Expedição Langsdorff e por ter sido o precursor no invento da fotografia. Seu avô era também Amador Bueno Machado Florence, irmão, entre outros, de Francisco Álvares Machado Florence, pai de Francisco Álvares Florence, prefeito de Pinhal na década de 1940; e por parte de pai, irmão de Henrique Florence, engenheiro formado na Alemanha, que morou e trabalhou em Pinhal em fins do século XIX, por volta de 1890. Dr. Arnaldo ocupou, por quase vinte anos, a vaga da Cúria Metropolitana do Estado no conselho do Condephaat.

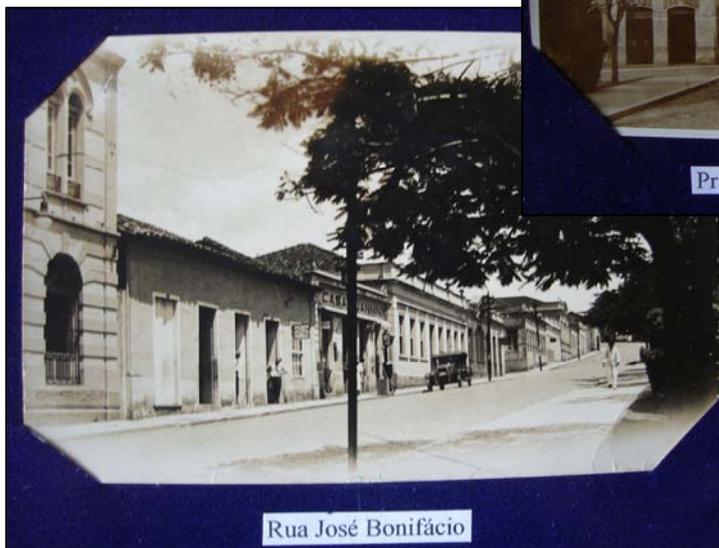
A edificação foi tombada, como componente do Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal, pela Resolução SC-35, de 16.11.1992, processo de tombamento no 26.264/88, arquivo do Condephaat. O parecer para tombamento deste imóvel, além de ressaltar o valor arquitetônico, informa seu "significado histórico afetivo, referência de um espaço de luta, de quem precocemente militou na área da preservação constituindo-se o imóvel, sobretudo por seu acervo, em núcleo da memória paulista e local", referindo-se ao Dr. Arnaldo.



Câmara Municipal - atual Prefeitura



Praça Rio Branco- atrás da Prefeitura



Rua José Bonifácio

Fotografias do entorno do casarão de Dr. Arnaldo, de data não sabida. Não foram encontradas fotografias antigas do casarão.
Fonte: Arquivo do Museu e Biblioteca Municipal.

responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato

M. Célia do Amaral D'ávila
Florence

data

Setembro / 2007 351

identificação

data da construção

Casarão Francis C. Davidson

1912

endereço atual
Praça da Independência, 263 - Centro

endereço original
Praça da Matriz

primeiro proprietário
Francis Cavenagh Davidson (Inglês)

atual proprietário
Laura Luiza Del Guerra

uso original
Residência

uso atual
Residência

construtor
sem informações

área construída
253,25m²



- Casarão Francis C. Davidson
- Bens Públicos
- Áreas Verdes

localização



Vista do casarão a partir da Praça da Independência. 2010.

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Laura Luiza Del Guerra

data
Fevereiro / 2007 352

Casarão Francis C. Davidson

O casarão localiza-se no centro da cidade, em uma das quadras em torno da Praça da Independência, onde está implantada a Igreja Matriz. Ocupa um lote de esquina, que confronta com as ruas Cel. Joaquim Vergueiro e Abelardo Cezar, e apresenta volumetria bastante movimentada.

O acesso ao imóvel aconteceu apenas na parte da zona de estar, não tendo sido permitido o acesso aos outros cômodos da casa.



 Casarão Francis C. Davidson

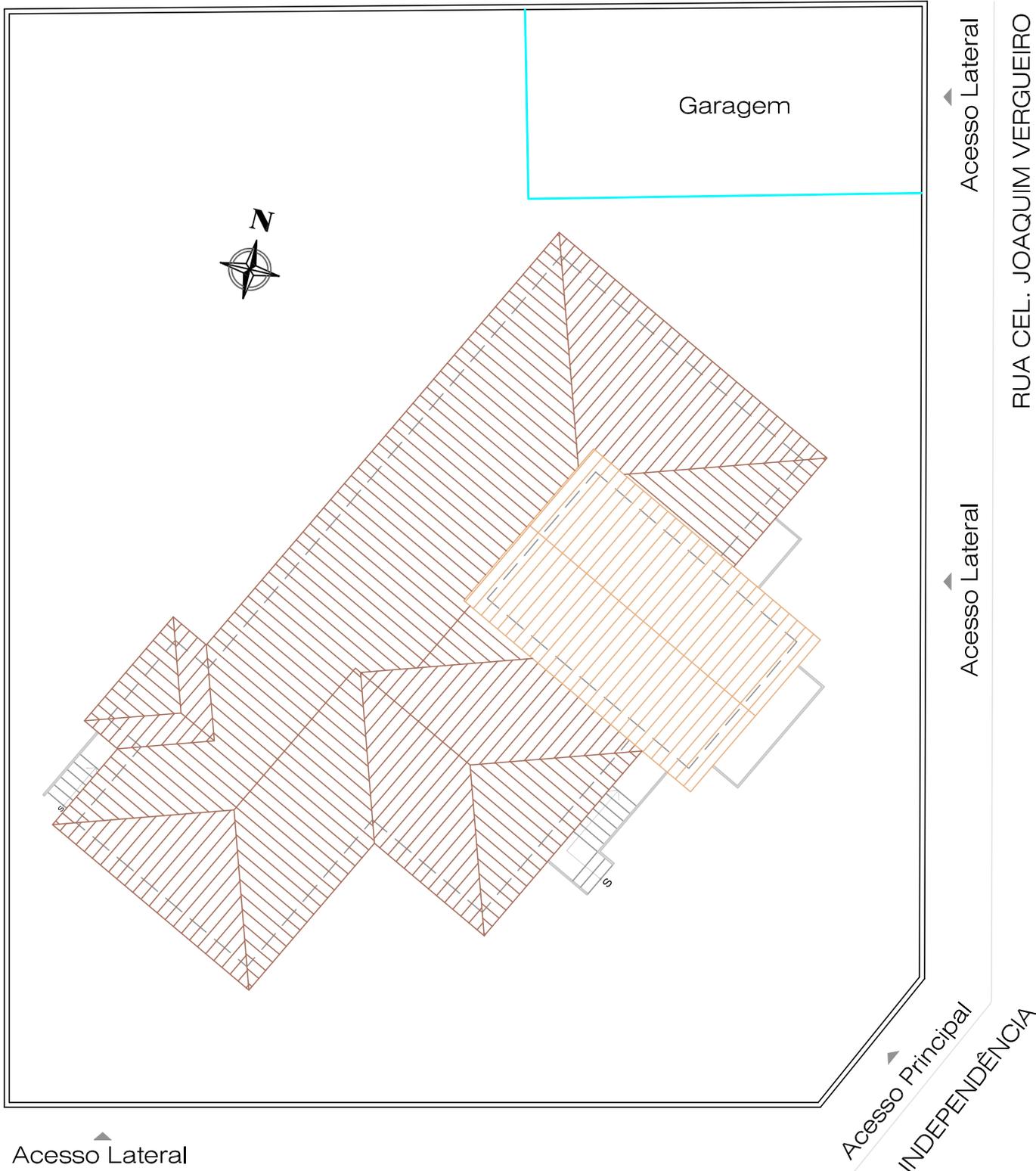


Acessos da Rua Abelardo Cesar e Cel. Joaquim Vergueiro, respectivamente. 2010.



Fachada principal do casarão, voltada para a praça. Do lado esquerdo, vemos o Casarão do Museu e Biblioteca Municipal, de 1886; do lado direito, o Casarão Almeida Vergueiro, de 1880. 2010.

Casarão Francis C. Davidson



Acesso Lateral

RUA ABELARDO CÉSAR

Acesso Principal
PÇA. INDEPENDÊNCIA

Casarão Francis C. Davidson

Praça da Independência

Área Total = 253,25m²



IMPLANTAÇÃO

responsável
Camila Corsi Ferreira
 Arquiteta e Urbanista

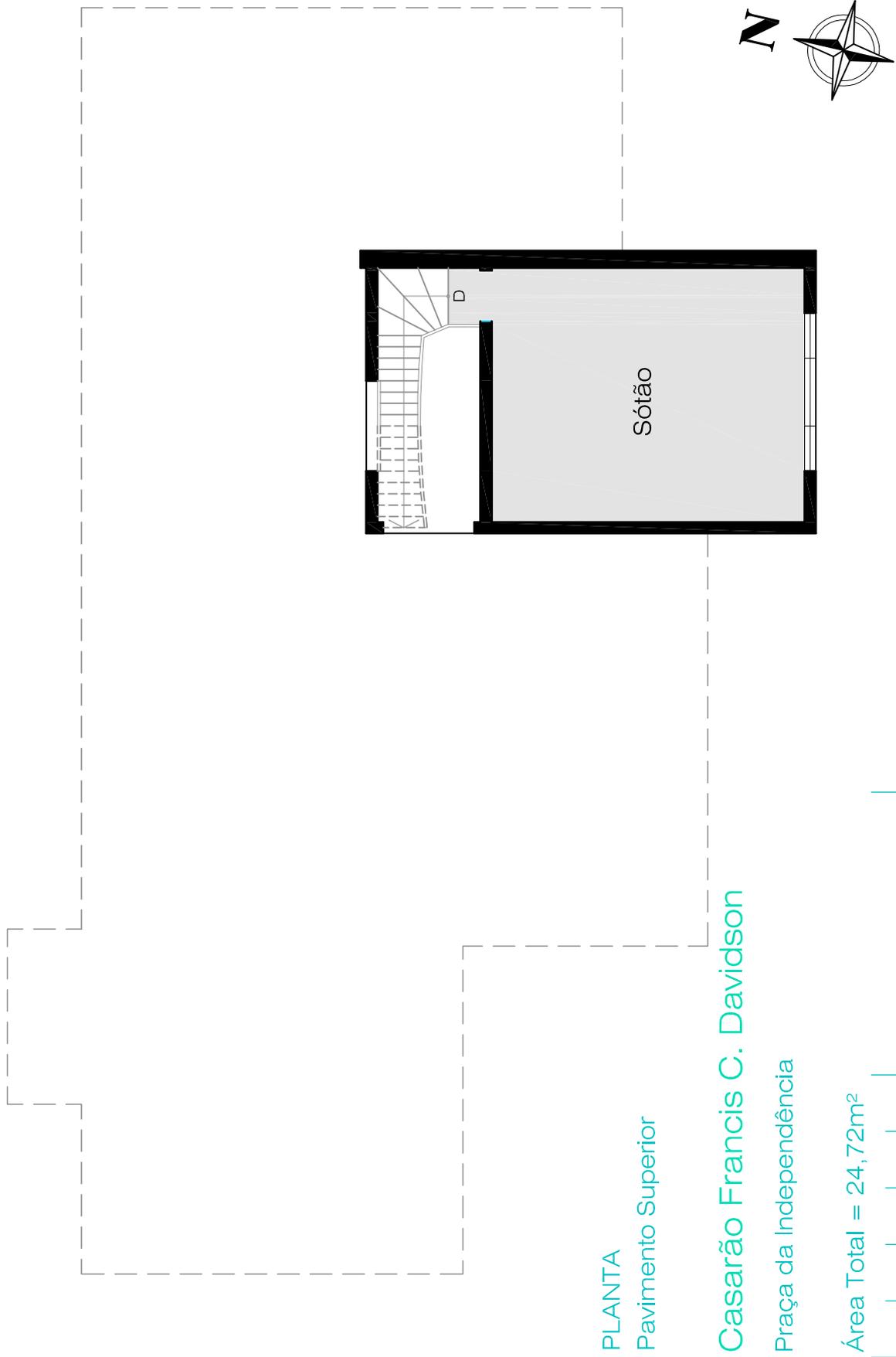
contato
 Laura Luiza Del Guerra

data
 Fevereiro / 2007 354

Casarão Francis C. Davidson



Casarão Francis C. Davidson



É um sobrado, de uso residencial, com porão habitável e com as fachadas apresentando imitações de réguas de madeira e sem outro tipo de ornamentação. Percebemos claras referências ao movimento estético e social inglês Arts and Crafts, da segunda metade do século XIX, cujo apogeu aconteceu entre 1896 e 1898. O casarão está implantado em lote de esquina, totalmente isolado no lote, com jardins na frente acompanhado as ruas. Ao contrário das outras edificações da época, já isoladas totalmente no lote, este casarão foi implantado de modo a fazer frente para a esquina, sem seguir paralelamente, portanto, o alinhamento das ruas. A entrada principal está voltada para a esquina e para a praça, e há um acesso de automóveis pela rua Cel. Joaquim Vergueiro, além de outro acesso para pedestres pela Rua Abelardo Cezar, que chega nos fundos do lote, onde há acesso para o casarão pela cozinha.

O telhado, em águas e com telhas do tipo francesa, é movimentado e apresenta beirais em todo o perímetro.

Tem base em alvenaria, com porão, e o fechamento do lote é feito com de gradis ornamentados fixos sobre uma base de alvenaria, tendo um portão também de ferro ornamentado localizado na esquina para acesso de pedestres ao palacete. Na entrada lateral de automóveis, na rua Cel. Joaquim Vergueiro, há um portão de madeira e muro, e na entrada lateral da rua Abelardo Cezar há um portão de ferro com muro.



O jogo de volumes do
Casarão Francis C. Davidson.

Volume saliente da
fachada, o mais
vertical, é onde se
localiza o sótão no
pavimento superior.



Ao analisarmos as fachadas do Casarão Francis C. Davidson, percebemos que as soluções plásticas encontram paralelo, por exemplo, nos cottages de Barry Parker para Letchworth, na diferenciação entre térreo e pavimento superior, e além disso, notamos também assimetria e movimento nos volumes compositivos, cujo telhado único, com beirais e em águas, acompanha a movimentação da planta. Outra influência que podemos perceber nessa edificação é o destaque do que seria a estrutura, através de recursos de cor diferenciando as falsas réguas de madeira da vedação das paredes. O movimento Arts and Crafts representou um retorno à natureza, uma vez que buscou a adequação do edifício ao seu entorno, e onde se destaca uma continuidade e unidade entre casa, entorno e interior. As novas proporções formais e as experimentações com os materiais a serem utilizados indicam liberdade de desenho, sendo destacadas as características estruturais, enfatizando o processo de construção do edifício.

O Casarão foi edificado em 1912, quase dez anos antes da consolidação do Arts and Crafts paulistano, o que pode indicar que o proprietário, que era inglês, trouxe consigo essa referência que ele provavelmente vivenciou na Inglaterra no final do século XIX.



Vista da porta principal.



Porta de acesso ao porão, e acima sacada de dormitório do pavimento térreo.



Entrada do casarão.



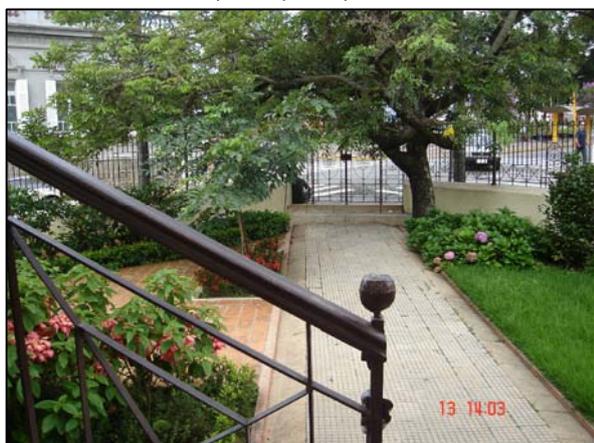
Janelas da copa e da cozinha.



Escada de acesso ao casarão.



Vista da porta principal.



Vista do jardim, a partir da escada da entrada.

O acesso principal do casarão acontece por meio de uma pequena escadaria em “L”, que leva do nível do jardim a um patamar intermediário subindo-se três degraus, e depois ao patamar da porta de entrada, através de sete degraus. Essa escada tem piso em mármore cinza e cerâmica decorada. A soleira de granito forma um degrau sobre o patamar, e aí há a porta principal, de duas folhas em madeira com almofadas trabalhadas e frontão triangular em madeira, bandeira de vidro fixo e com puxadores em cobre, que se abre para um pequeno hall de distribuição. Todo o piso da casa é o parquet, com desenhos de madeira em duas cores, exceto o piso das áreas molhadas.

A porta principal tem verga reta; as portas internas são de madeira de duas folhas de abrir com almofadas e com bandeira de vidro fixo, e a porta que se abre para a zona de serviços é em madeira e vidro colorido, tipo vai-e-vem. As janelas têm vergas retas, sendo encimada por imitação de réguas de madeira, e existem em vários tipos. Vemos janelas de duas folhas de abrir com vidros do lado externo, janelas com vidro e veneziana, janelas de uma folha de vidro de abrir, todas em tamanhos e desenhos variados.



Janelas do sótão, no pavimento superior.



Porta e janelas da sala de estar.

responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato

Laura Luiza Del Guerra

data

Fevereiro / 2007 359

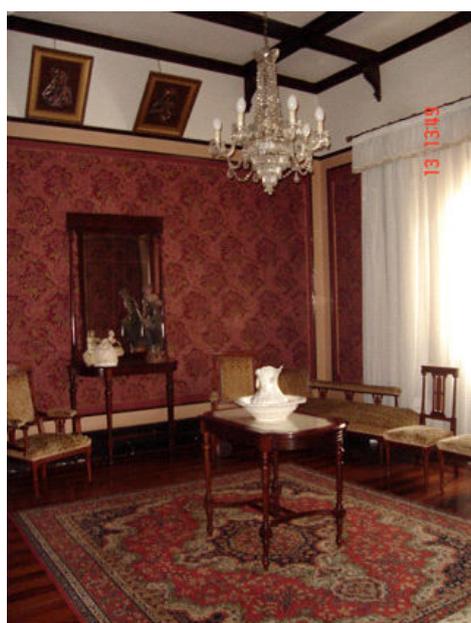
No interior das salas à esquerda e à direita da porta principal, com pé-direito alto, as paredes são divididas em painéis por meio de régua ricamente trabalhadas. A régua horizontal corre fixando o arremate das portas e janelas. Esses painéis são subdivididos por régua, e em seu interior há pinturas com motivos florais. O teto da sala de estar apresenta régua em madeira escura, ornamentadas com pequenas volutas, em todo o perímetro, e no centro, marcando o local do grande lustre de cristal, um círculo com detalhes em madeira. Já o teto da sala de jantar é todo ornamentado em massa, com motivos de flores, folhagens, geométricos, e acanto em volutas. O exemplar se enquadra na linguagem eclética, pois os recursos estilísticos de influência do Arts and Crafts referem-se apenas à ornamentação da fachada, não havendo nenhuma relação com o sistema construtivo, que era de alvenaria de tijolos. Também notamos o estilo eclético presente no interior do casarão, onde há paredes, tetos e pisos ricamente trabalhados e ornamentados, como nos demais exemplares, caracterizando o destaque à zona de estar.



Hall de entrada, vendo-se à direita a porta de acesso à sala de estar.



Sala de estar.



Sala de estar, com lustre de cristal.



Sala de jantar.

Pelo hall de entrada, a partir do qual acontece a principal via de circulação interna, são acessadas a sala de jantar à esquerda e a sala de estar à direita, que tem uma porta que se abre para uma pequena sacada, voltadas para o grande jardim frontal, e em seu final chega-se a um acesso à esquerda para a zona de serviços, e a um acesso à direita para a área íntima do casarão, bem como de uma escada em madeira que leva ao sótão.



Sala de Jantar.



Circulação interna de acesso à
zona de serviços.



Escada em madeira, de acesso ao sótão.



Piso em mármore e ladrilho hidráulico, do
patamar da escada da entrada principal.



Piso em madeira, da área social.



Lustre e interruptor do hall de acesso, respectivamente.



Lustre e detalhe da ornamentação em madeira do teto da sala de estar.



Lustre e detalhe da ornamentação em estuque do teto da sala de jantar.



Pinturas das paredes da sala de jantar e sala de estar, respectivamente.



Portão do acesso principal e do acesso lateral, respectivamente, em ferro trabalhado.



Portão de acesso de serviços,
na Rua Abelardo Cesar.



Óculo de ventilação do porão.

A única informação que conseguimos a respeito de reformas foi dada pela atual proprietária, que afirma que o casarão foi restaurado em 2004. Internamente, no entanto, pudemos observar alguns pontos onde se faz necessária uma intervenção, como rachaduras em paredes. Infelizmente, esse processo não foi realizado à exaustão, devido a restrições de permanência no casarão.



Marcas de rachaduras no teto da sala de jantar.



Interruptor do hall de entrada, com a parede danificada entre ele e o batente da porta.

O terreno onde se localiza o Casarão Francis C. Davidson pertencia ao Barão de Motta Paes, que o deixou para sua filha Emiliania da Motta Paes na primeira década do século XX. Foi vendido em 1911 para Francis Cavenagh Davidson, natural da Inglaterra, que nessa época era comprador de café em Santos. Por causa de sua atividade comercial, Davidson viajava para Pinhal a fim de comprar café, e nessa cidade se casou com Amélia, filha de Alfredo de Almeida Vergueiro. O Casarão foi inaugurado em 1912, e foi residência de Davidson e Amélia por tempo desconhecido, até que o 'Inglês', como era conhecido, mudou-se para Ubatuba levando seus dois filhos mais velhos e deixando em Pinhal a esposa e o filho bebê. O casarão permaneceu na família e hoje pertence à viúva de Fernando Vergueiro, Laura L. Del Guerra (BARTHOLOMEI, 2010).

O casarão encontra-se da área envoltória de bens tombados, definida pela Resolução SC-35, de 16.11.1992, processo de tombamento no 26.264/88, arquivo do Condephaat. Foi solicitado estudo de tombamento pelo processo nº 27.094/89 - "Ass.: Solicita Abertura de Estudo de Tombamento do imóvel situado à Praça da Independência, 263. Município de Espírito Santo do Pinhal".



Espírito Santo do Pinhal em junho de 1916. Pode-se ver o Casarão Francis C. Davidson logo à frente da torre da Igreja Matriz.

Fonte: Arquivo Renata Tamaso.

responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato

Laura Luiza Del Guerra

data

Fevereiro / 2007 365

ARQUITETURA RESIDENCIAL URBANA ESPÍRITO SANTO DO PINHAL, 1880-1930

FICHA DE LEVANTAMENTO

identificação

data da construção

Casarão Francisco Ribeiro

1920 - 1925

endereço atual
Rua Vicente Gonçalves, 219 - Centro

endereço original
Rua Vicente Gonçalves

primeiro proprietário
Francisco Ribeiro

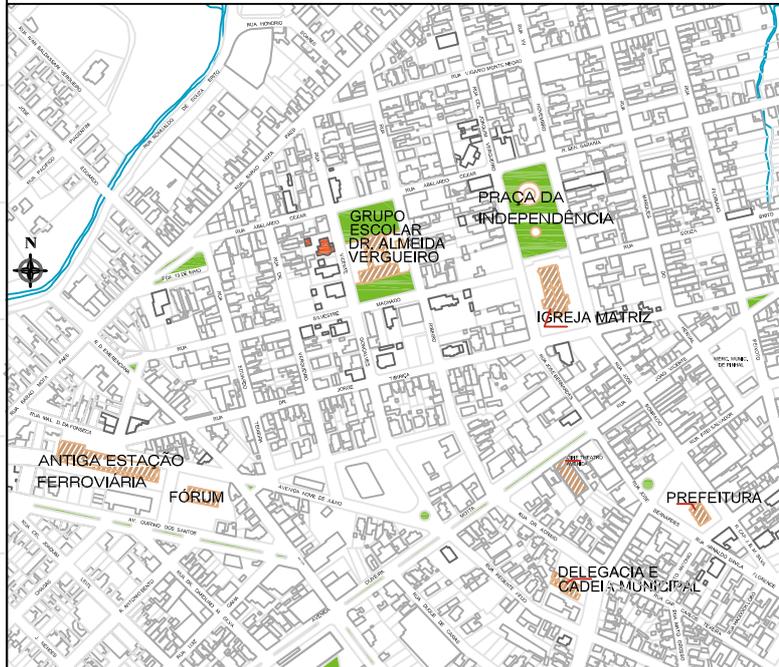
atual proprietário
Pedro Marangoni

uso original
Residência

uso atual
Residência

construtor
sem informações

área construída
261,84m²



localização



Fachada principal. 2010.

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Pedro Marangoni

data
Fevereiro / 2007 366

Casarão Francisco Ribeiro

O casarão localiza-se no centro da cidade, a duas quadras da Praça da Independência, e tem a frente voltada para a Praça da Bandeira, onde está edificado o Grupo Escolar Dr. Almeida Vergueiro. Ocupa um lote no meio da quadra, e tem volumetria movimentada.



 **Casarão Francisco Ribeiro**



Vista da Rua Vicente Gonçalves, com o casarão ao fundo. 2010.



O casarão visto da Rua Abelardo César. 2010.



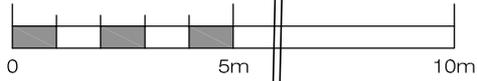
Fachada principal. 2010.

Casarão Francisco Ribeiro

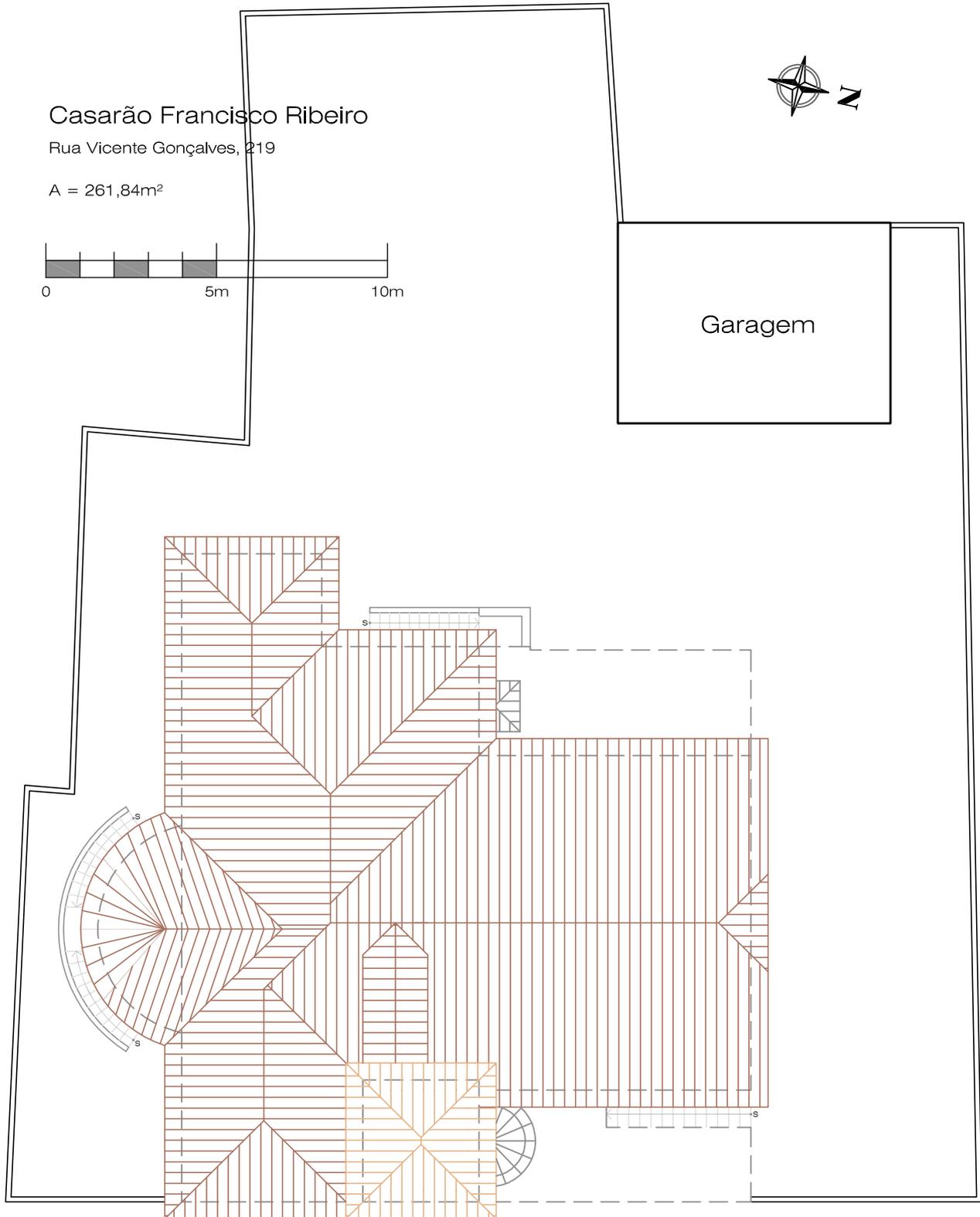
Casarão Francisco Ribeiro

Rua Vicente Gonçalves, 219

A = 261,84m²



Garagem



Acesso Principal

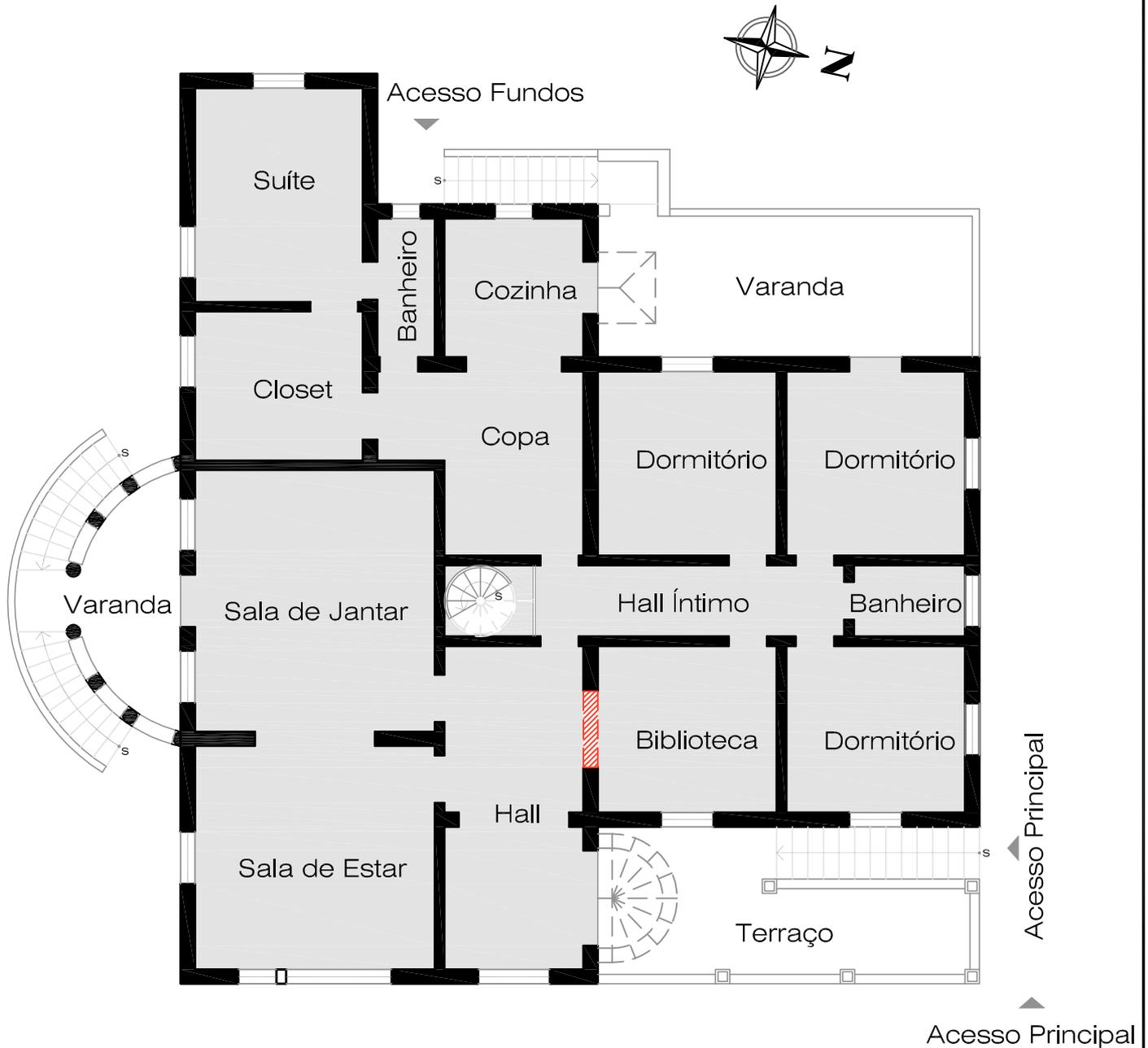
RUA VICENTE GONÇALVES

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Pedro Marangoni

data
Fevereiro / 2007 368

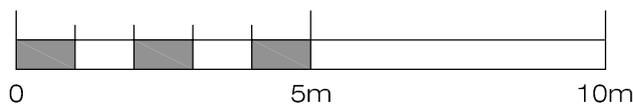
Casarão Francisco Ribeiro



Casarão Francisco Ribeiro

Rua Vicente Gonçalves, 219

A = 243,56m²



Construído

Demolido

PLANTA

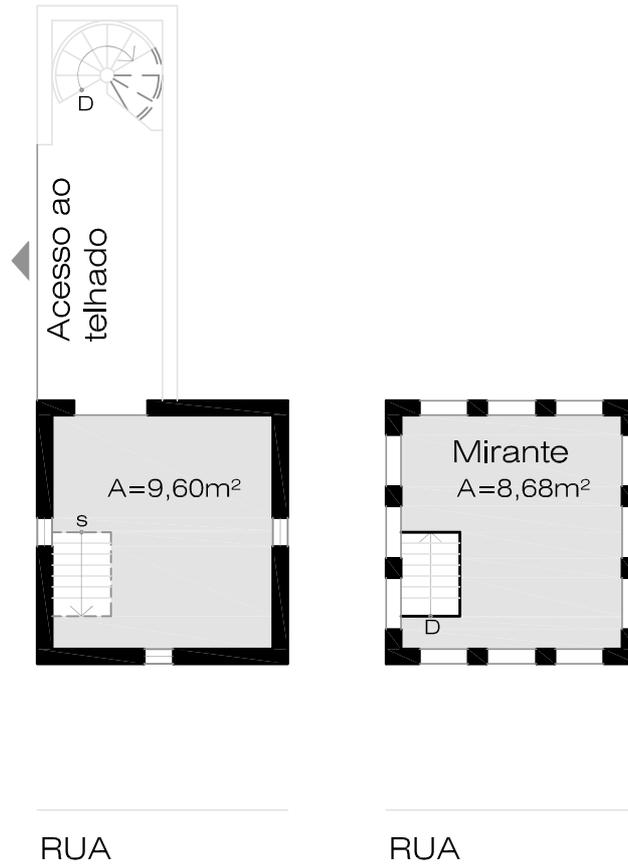
Pavimento Térreo

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Pedro Marangoni

data
Fevereiro / 2007 369

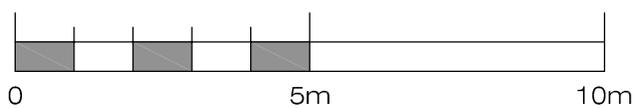
Casarão Francisco Ribeiro



Casarão Francisco Ribeiro

Rua Vicente Gonçalves, 219

A = 18,28m²



PLANTA
Mirante

É uma casa de porão alto, de uso residencial, que se configura em formato de “T”, com a fachada principal erguida sobre o alinhamento do lote, tendo dois grandes recuos laterais com jardins, sendo que apenas um dá acesso à residência e à garagem. Pode ser caracterizado como eclético, influenciado pelo art nouveau da fase orgânica do arquiteto Victor Dubugras. O telhado é bastante movimentado, com várias águas e com beiral, sendo de água cortada na fachada lateral direita, e as telhas são do tipo colonial. Foi construído em alvenaria de tijolos.

O terreno apresenta pouco declive. Olhando o casarão de frente, vemos, do lado direito, a única entrada, com um portão de ferro artisticamente trabalhado, que leva por uma escadaria ao alpendre de acesso principal à residência. O lado esquerdo, sem acesso, é fechado por gradis trabalhados sobre base de alvenaria.



O casarão em 2010.



Fachada principal, no alinhamento.



Vista do terraço da entrada principal.



Vista do mirante.

A fachada frontal é assimétrica, sendo que do lado em que há o acesso existe um alpendre, e a parede do casarão fica, portanto, recuada em relação ao alinhamento. Essa parede tem duas janelas com venezianas, de verga retilínea. No centro da fachada, cuja parede está no alinhamento, há uma janela de verga em arco pleno, e acima se ergue o mirante, coberto. Em seguida, continuando no alinhamento, há três janelas de verga retilínea. Abaixo dos vãos das janelas há os óculos dos porões. A ornamentação da fachada é sóbria, com faixas retilíneas em massa sobre as envasaduras, e imitações de pedra marcando o embasamento. O guarda corpo do alpendre apresenta ornamentos. Na fachada lateral direita há o alpendre e a escada de acesso, três janelas de vergas retas, óculos dos porões logo abaixo, e o alpendre dos fundos. Já na fachada lateral esquerda há um alpendre, em semicírculo, para onde se abrem a porta e as janelas da sala de jantar. É um alpendre coberto, com guarda corpo ornamentado e colunas unidas por arcos, e ladeado dos dois lados por escadas, com piso de ladrilho hidráulico de motivos geométricos. O acesso principal do casarão se dá pelo alpendre da entrada lateral direita, com escada de quatorze degraus em mármore, cujo piso é ladrilho hidráulico com motivos florais. A entrada é coberta por uma estrutura de ferro trabalhada, com telhas de vidro em formato de concha, logo acima da verga.



O mirante e as janelas da sala de estar,
à esquerda.



Vista da varanda da sala de jantar, voltada
para jardim lateral, no recuo sem acesso à rua.



Fachada do fundo, com
volume do dormitório saliente.

responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato

Pedro Marangoni

data

Fevereiro / 2007

372

A porta principal é em madeira e vidro de duas folhas de abrir e duas folhas fixas, com gradil trabalhado em motivos art nouveau, bom bandeira de vidro fixo. Esta se abre para um grande hall de distribuição, que tem piso de assoalho e forro também em madeira. Esse é o piso em todo o casarão, exceto nas áreas molhadas, que é cerâmico. Tem verga reta, as portas internas são em madeira lisa, de uma folha de abrir, com bandeira de vidro fixo, e a porta que se abre para o alpendre da sala de jantar é em madeira e vidro com gradil trabalhado, e com bandeira de vidro fixo, de duas folhas de abrir. As janelas têm vergas retas e moldura em massa em cima, e são de duas folhas de vidro de abrir, com bandeira de vidro fixo. As janelas dos dormitórios têm veneziana.



Cobertura de ferro e vidro da porta de entrada, com gradil trabalhado em art nouveau.



Porta da entrada principal.



Hall de entrada.



O terraço da entrada, vendo-se a cobertura em forma de concha.



Sala de estar, com pinturas florais nas paredes.

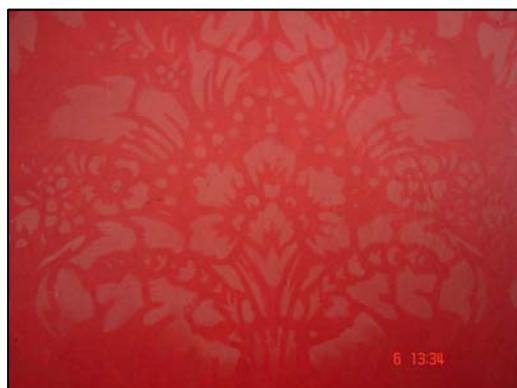


Porta de madeira e vidro entre as salas de estar e de jantar.



Sala de jantar, com a porta de acesso à varanda semicircular à esquerda.

Apenas as paredes das salas de estar e jantar são ornamentadas. No interior da sala de estar, com pé-direito de 3,70 metros, as paredes são divididas em painéis por meio de régua de madeira. A régua horizontal corre fixando o arremate das portas e janelas. Esses painéis apresentam pinturas com motivos florais. Na sala de jantar também há esses painéis com pinturas de motivos florais, e o teto aí é em forro de madeira com grande lustre de madeira. Essas salas são ligadas por uma grande porta de madeira e vidro, de quatro folhas, duas de abrir no centro e duas fixas nas laterais. As paredes dos outros cômodos são lisas, bem como os tetos.



Detalhes da ornamentação interna das paredes da sala de estar e da sala de jantar, respectivamente.

A principal via de circulação interna acontece a partir do hall de distribuição, perpendicular à rua, por onde se acessam a sala de estar, voltada para a rua; a sala de jantar, que se abre para o alpendre da fachada lateral esquerda; uma biblioteca e nos fundos, fechado por uma porta de madeira, a área íntima e de serviços. Do lado direito estão os dormitórios e um banheiro, e do lado direito está a zona de serviços. Nesse lado há também um dormitório e um banheiro, mas não se sabe se fazem parte do conjunto original. A porta da cozinha abre-se para um grande alpendre, para o qual se abre também um dormitório. A porta da cozinha é também encimada por uma estrutura de ferro com telhas de vidro em formato de concha, logo acima da verga, mas sem ornamentos. A partir desse alpendre chega-se ao quintal por uma escadaria de treze degraus. O piso é de ladrilho hidráulico como o da entrada.



Varanda semicircular, vista da sala de jantar.



Dormitório.



Banheiro, reformado em 1975.



Cozinha, também reformada em 1975.



Porta da cozinha, com
cobertura em ferro e vidro.



Terraço da cozinha, vendo-se ao fundo a
porta de um dos dormitórios.



Dormitório.



Fachada dos fundos, vendo-se as janelas
da cozinha, à esquerda, e do banheiro.



Garagem, original do projeto.



Interruptor e detalhe
de trava de porta, na
cozinha.

No centro da planta há uma escada de madeira em caracol, que leva a um pavimento intermediário, que dá acesso ao telhado, e a partir do qual se chega ao mirante, por uma escada de madeira sob um alçapão. No térreo, ao lado da escada, há um alçapão que leva ao porão por uma pequena e estreita escada de madeira. O porão tem pé-direito de 2,45 metros, e aí vemos a estrutura de sustentação de grandes vigas do piso de madeira, e também as abóbadas de tijolo com estreitas vigas de ferro sobre as quais se apóiam os pisos de ladrilho hidráulico.



Piso do mirante, vendo-se a escada de acesso ao piso intermediário.



Escada em madeira, de acesso aos outros pavimentos, e piso intermediário do mirante, respectivamente.



Mirante.



Escada, no piso intermediário, dentro do telhado.



Escada de acessos aos pavimentos, e a escada que leva ao porão.



Detalhe da abobada que sustenta o piso.



Inscrição em viga de ferro.



Vistas do porão, com as vigotas em madeira aparecendo.



Óculos de ventilação dos porões, sob as aberturas.



Janelas, com detalhe do gradil, e portas internas.



Gradil de ferro, na fachada frontal.



Piso do porão.



Piso da varanda da sala de jantar.

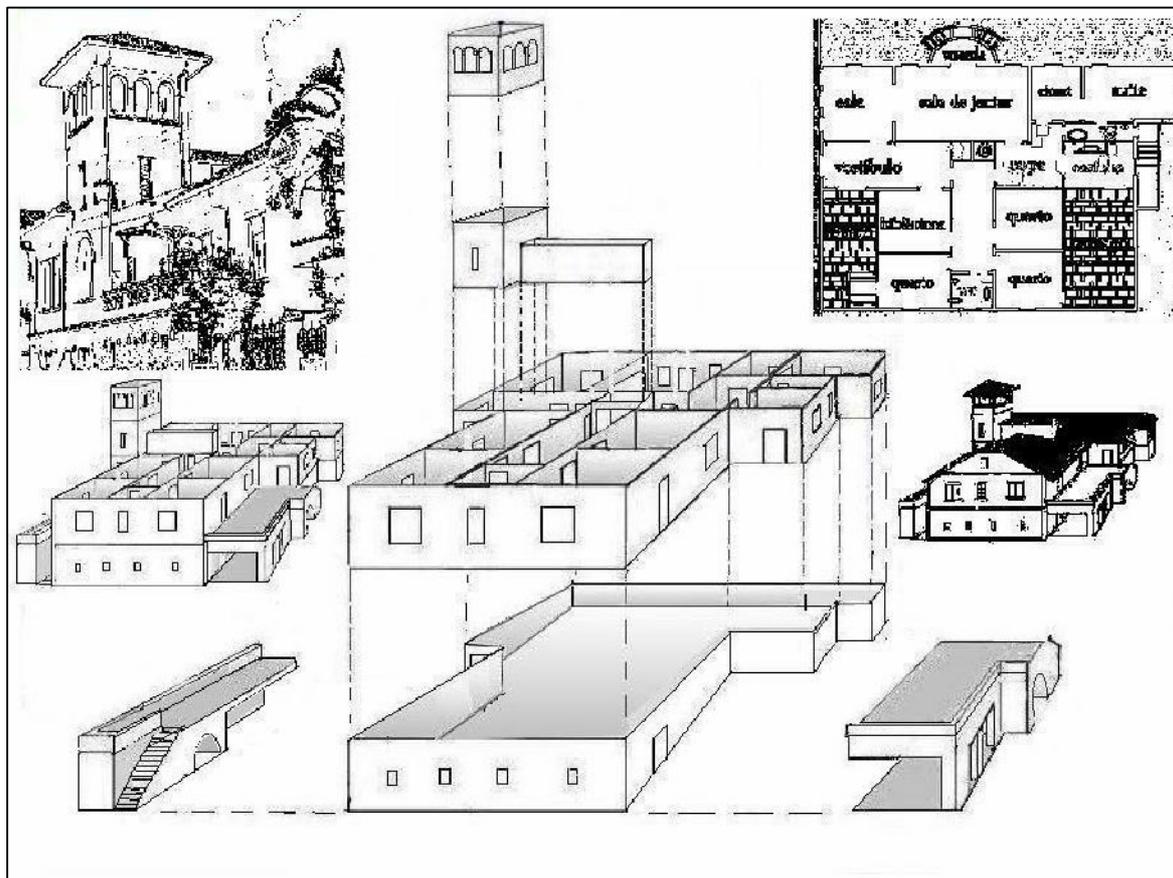
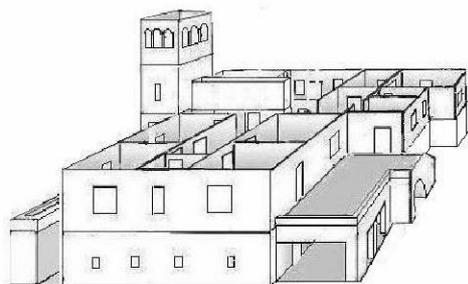


Piso do terraço da cozinha.

Casarão Francisco Ribeiro

Segundo relato do proprietário foi realizada uma reforma em 1975 nas áreas molhadas, onde foram trocados o forro e o piso da copa, da cozinha e do banheiro. Além disso, a estrutura também passou por melhoramentos, no madeiramento e nas vigas do telhado, pilares e porão.

Abaixo serão apresentados croquis do casarão, feitos pelo atual proprietário, Pedro Marangoni.



Casarão Francisco Ribeiro

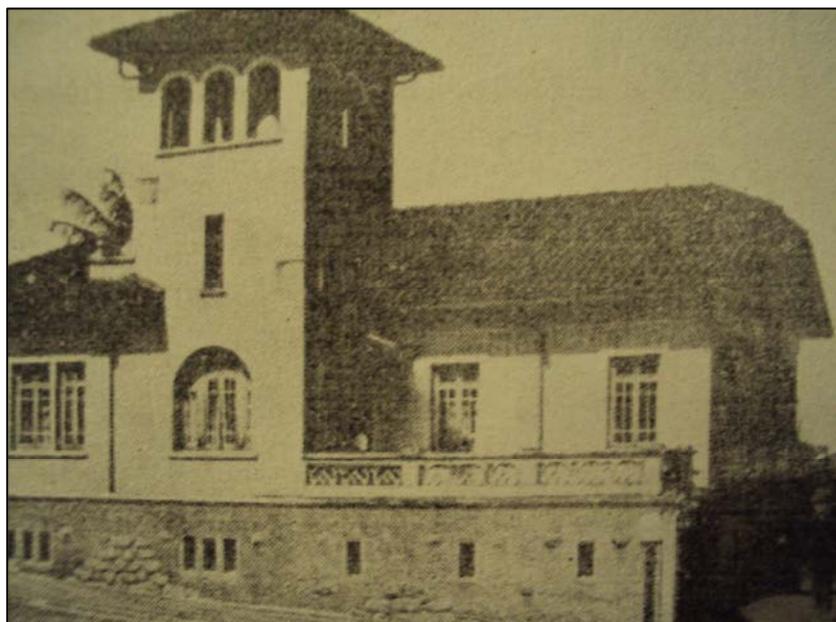
Começou a ser construído em 1920, e foi finalizado em 1925. De acordo com relatos do atual proprietário, o médico Dr. Coutinho iniciou a edificação, mas vendeu o casarão logo em seguida para o fazendeiro Francisco Ribeiro, que o finalizou. O atual proprietário também afirma que Francisco utilizava o mirante para deixar trancadas suas filhas mais velhas. No entanto, não foram encontrados documentos que comprovem essa versão.

Encontramos no livro de Roberto Capri, *O Estado de São Paulo e o Centenário da Independência: o Comércio e a Indústria*, de 1926, uma foto do casarão como sendo de propriedade do fazendeiro de café José dos Reis Pontes.

Aparece em foto de 1949 como sendo de propriedade de João Alfredo Ribeiro. Atualmente, o lote onde está o casarão apresenta-se subdividido, sendo que a parte dos fundos, que chegava até a rua da quadra de baixo, foi desmembrado e vendido em data não sabida.

O casarão localiza-se em frente à Praça da Bandeira, onde está edificado o Grupo Escolar Dr. Almeida Vergueiro, escola construída em 1897 pelo arquiteto Víctor Dubügras, e tombada através do Projeto Memória Escolar do Estado de São Paulo, do governo Montoro. A escola é componente do Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal, pela Resolução SC-35, de 16.11.1992, processo de tombamento no 26.264/88, arquivo do Condephaat.

Fotografia do casarão quando consta ser de propriedade de José dos Reis Pontes.
Fonte: Capri (1926).



O casarão na década de 1940, quando pertencia a João Alfredo Ribeiro. Fonte: Poliantéia (1949).

responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato

Pedro Marangoni

data

Fevereiro / 2007

381

FICHA DE LEVANTAMENTO

identificação

data da construção

Casarão Villas Boas

1922

endereço atual
Rua Vicente Gonçalves, 247 - Centro

endereço original
Rua Vicente Gonçalves, 2

primeiro proprietário
Joaquim Villas Boas

atual proprietário
Pedro Henrique Sertório

uso original
Residência

uso atual
Escritório de Advocacia

construtor
Giovanni Turbiani e Guerino Costa

área construída
543,51m²



localização



O Casarão em 2007.

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Mônica Sertório
(filha do proprietário)

data
Agosto / 2007 **382**

Casarão Villas Boas

O casarão está localizado na esquina da Rua Vicente Gonçalves com a Rua Silvestre Machado, na região central da cidade, a duas quadras da Igreja Matriz e próximo ao Grupo Escolar Almeida Vergueiro. Ocupa um grande lote de esquina, que alcança a rua de baixo (Rua Dr. Vergueiro), e apresenta volumetria bastante movimentada.



 **Casarão Villas Boas**



Rua Silvestre Machado. 2010.



Rua Vicente Gonçalves. 2010.

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Mônica Sertório
(filha do proprietário)

data
Agosto / 2007 383

Casarão Villas Boas



Antigo depósito de café

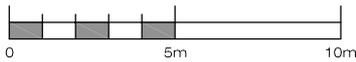
Garagem

Dependência
de Empregado

Casarão Pedro Sertório

Rua Vicente Gonçalves, 247

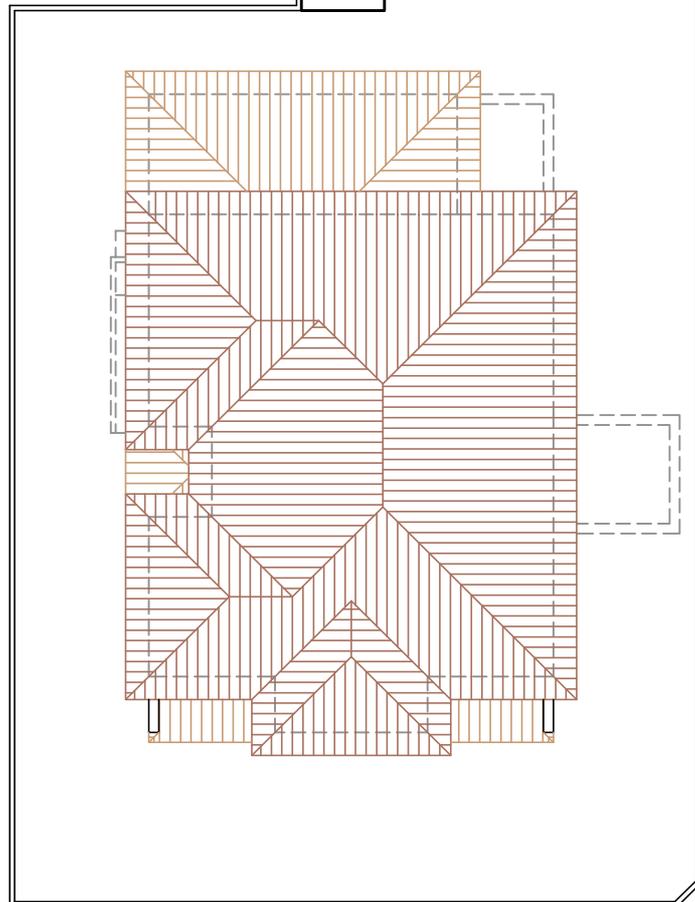
A= 543,51m²



← Acesso Depósito

RUA SILVESTRE MACHADO

← Acesso Lateral



RUA VICENTE GONÇALVES

↑ Acesso Principal

responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato

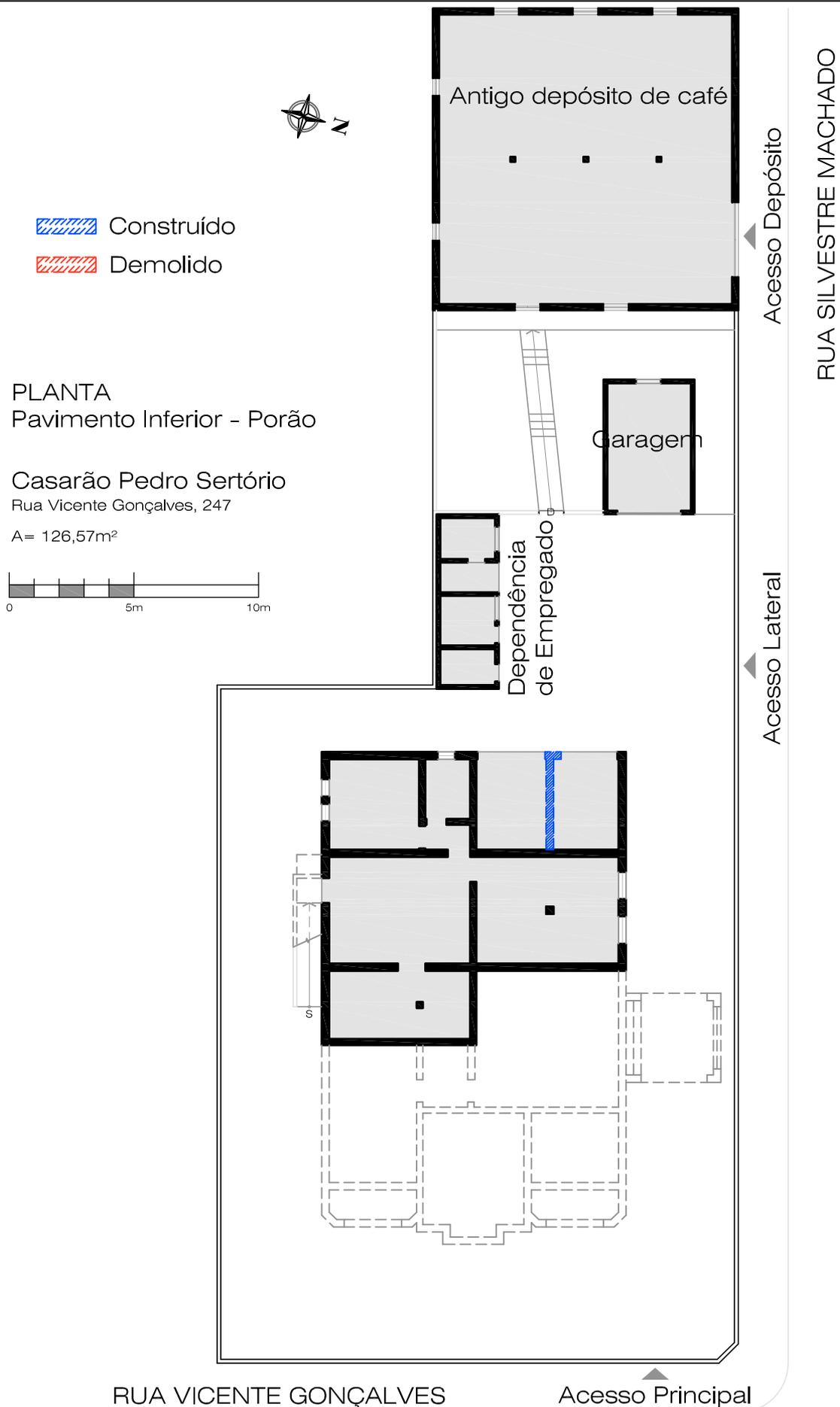
Mônica Sertório
(filha do proprietário)

data

Agosto / 2007

384

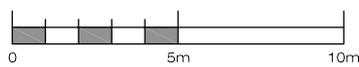
Casarão Villas Boas



PLANTA
Pavimento Inferior - Porão

Casarão Pedro Sertório
Rua Vicente Gonçalves, 247

A= 126,57m²



- Construído
- Demolido

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Mônica Sertório
(filha do proprietário)

data
Agosto / 2007 385

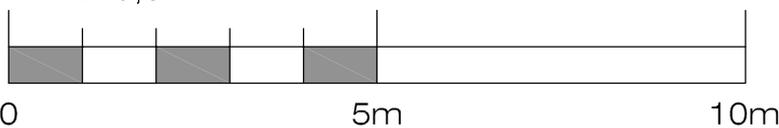
Casarão Villas Boas



Casarão Pedro Sertório

Rua Vicente Gonçalves, 247

A= 249,81m²



 Construído
 Demolido

▲ Acesso Principal

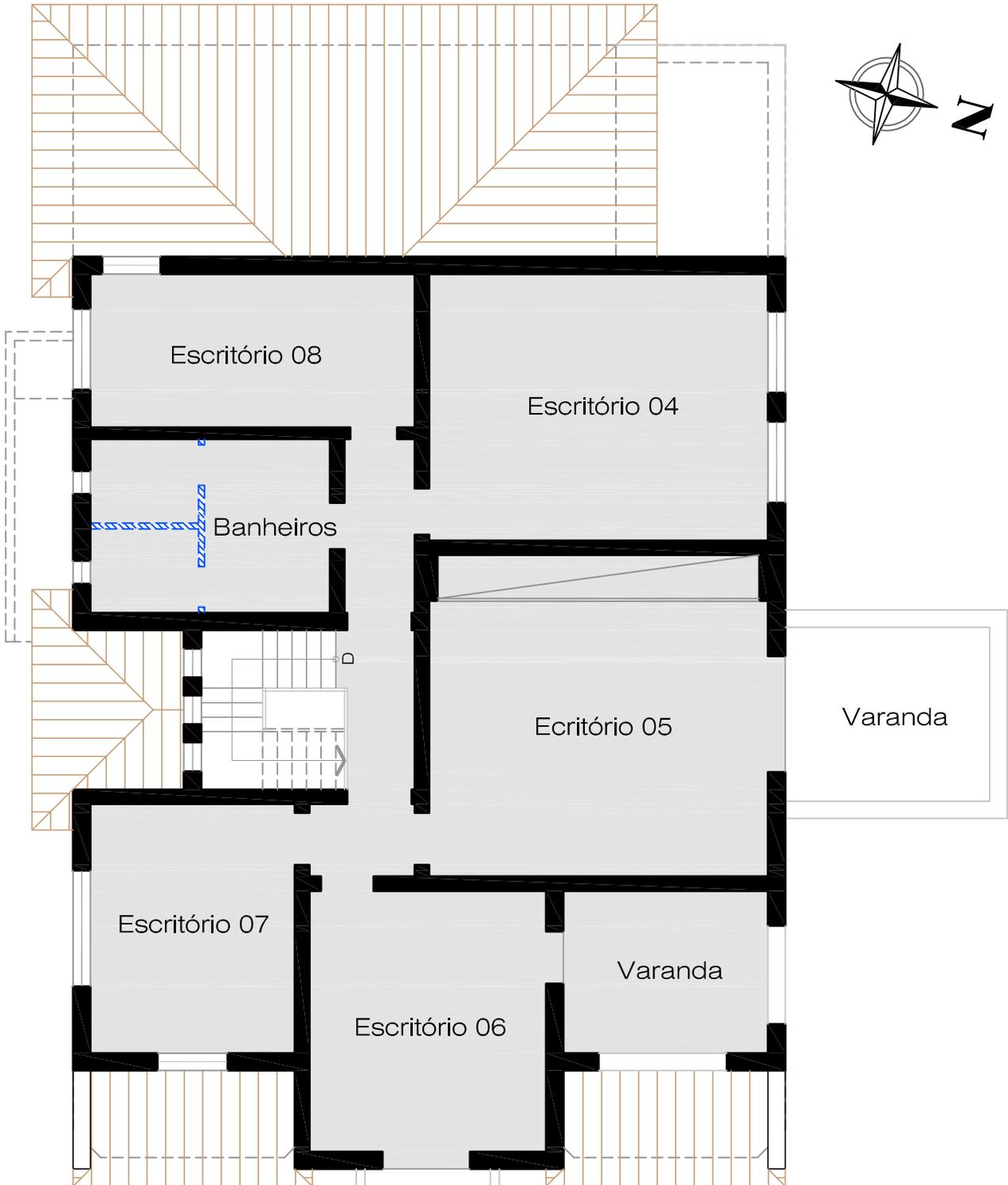
PLANTA
Pavimento Térreo

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Mônica Sertório
(filha do proprietário)

data
Agosto / 2007 386

Casarão Villas Boas



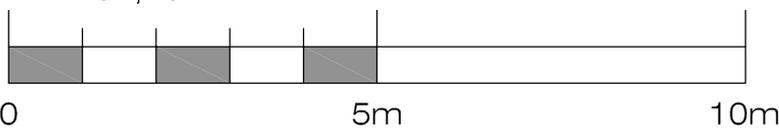
Casarão Pedro Sertório

Rua Vicente Gonçalves, 247

-  Construído
-  Demolido

▲ Acesso Principal

A= 167,13m²



PLANTA
Pavimento Superior

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Mônica Sertório
(filha do proprietário)

data
Agosto / 2007 387

Casarão Villas Boas

É um sobrado, originariamente de uso residencial e atualmente usado como escritório de advocacia, com porão habitável, erguida totalmente isolada no centro do lote e cercado por jardins, no estilo eclético onde predominam características neocoloniais, como o tipo de arremate do telhado (com beirais), volutas nas janelas, Ornamentação em estuque nas paredes externas, inspirada em motivos platerescos e churriguerescos, e uso da pedra, fazendo referência ao estilo missões. Internamente, manteve-se fiel às manifestações ecléticas através da permanência das pinturas parietais e ornamentação nos tetos.

O telhado é em águas, com beirais arrematados com estuque, e com telhas do tipo colonial. Foi construído em alvenaria de tijolos, e tem base em alvenaria ornamentada com imitação de pedra. O fechamento do lote é feito com gradis ornamentados fixos sobre uma base de alvenaria, tendo um portão também de ferro ornamentado localizado próximo à esquina, voltado para a Rua Vicente Gonçalves, para acesso de pedestres e de automóveis ao palacete. Além do casarão, há no grande lote uma edícula, uma garagem e um barracão, antigamente utilizado para estocagem de café.



Fachada e jardim frontal.



Pórtico de entrada, visto da rua e da garagem no fundo, respectivamente.

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Mônica Sertório
(filha do proprietário)

data
Agosto / 2007 388

O terreno apresenta grande declive, o que possibilitou a existência de um porão que não aparece na fachada frontal, que está em nível. A fachada frontal é simétrica e apresenta no centro uma janela no térreo e uma porta no andar superior, ressaltadas com relação à face principal, e ornamentada com volutas e pedras. O tratamento das fachadas laterais não apresenta simetria, sendo diferentes entres si. As portas e janelas são encimadas por faixas retilíneas na parte inferior e curvas na parte superior.



Fachada lateral, voltada para a
Rua Silvestre Machado.



Fachada principal.



Vista do conjunto, vendo-se o casarão à direita e o
antigo galpão para estocagem de café à esquerda.

A entrada da edificação se dá pela fachada lateral, e as folhas da porta principal se abrem diretamente na recepção, onde antigamente era a sala de estar. O piso nesse cômodo é o ladrilho hidráulico; todas as paredes têm pinturas e o teto apresenta ornamentação em madeira. A porta é de madeira e vidro de duas folhas de abrir, com bandeira fixa em vidro, e apresenta gradil trabalhado. O piso das áreas sociais no térreo é o parquet, trabalhado em duas cores. No corredor o piso é taco. Já o piso do local da escada é o ladrilho hidráulico, e os demais cômodos do térreo tiveram seus pisos trocados. No andar superior, o piso é o taco, não original. A sala hoje usada pelo proprietário do imóvel foi originalmente usada como sala de música, e apresenta grande profusão de ornamentação no teto e nas paredes, ainda preservados.



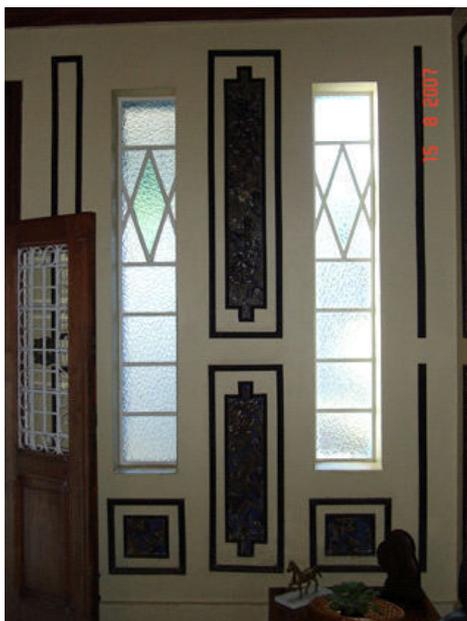
Antiga sala de estar, hoje recepção
do escritório de advocacia.



Hall de entrada.



Vista da ornamentação em madeira do teto.



Janelas e porta da recepção.

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

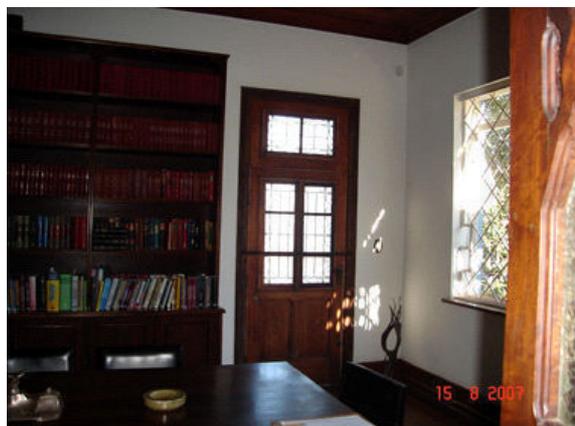
contato
Mônica Sertório
(filha do proprietário)

data
Agosto / 2007 390

O palacete apresenta, no térreo, uma grande área social, que engloba a antiga sala de estar, sala de música e a atual sala de reuniões, que funcionava como sala de jantar. Nos fundos estão localizados a cozinha e os banheiros construídos posteriormente, a antiga cozinha, um escritório que era um dormitório, e um depósito que antigamente funcionava como sala de costura. No pavimento superior se localizava a área íntima, apenas com dormitórios, hoje salas para os advogados. Os cômodos do térreo vinculados à antiga área social apresentam sacadas e varandas, e apenas o cômodo maior do andar superior apresenta uma grande sacada.



Porta entre a recepção e a sala de reuniões, antiga sala de jantar.



Sala de reuniões.



Portas da sala de reuniões.

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Mônica Sertório
(filha do proprietário)

data
Agosto / 2007 391

descrição arquitetônica, dados
tipológicos e construtivos

identificação

Casarão Villas Boas



Antiga sala de música, hoje escritório do proprietário.



Pinturas da parede da antiga sala de música.



Ornamentação do teto.



Detalhes da profusa ornamentação do teto.

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Mônica Sertório
(filha do proprietário)

data
Agosto / 2007 392



Detalhe do teto, da porta e vidro da porta, respectivamente.



Antigo dormitório, hoje escritório.



Detalhe das pinturas parietais e do teto em madeira.

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Mônica Sertório
(filha do proprietário)

data
Agosto / 2007 393



Cozinha.



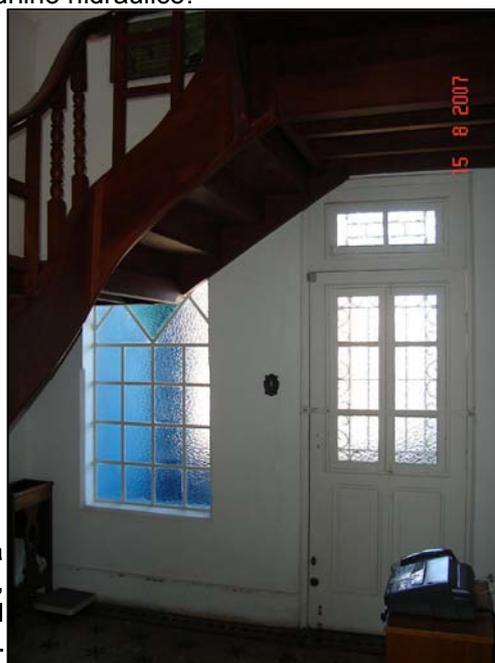
Corredor de acesso à escada.



Detalhes da escada e do piso de ladrilho hidráulico.



Entalhe do guarda
corpo da escada.



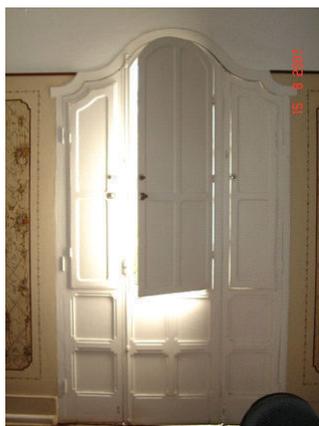
Porta e janela
embaixo da escada,
de acesso à lateral
interna.



Hall do andar superior.



Antigo dormitório, hoje escritório.



Portas e pinturas parietais do cômodo do andar superior.

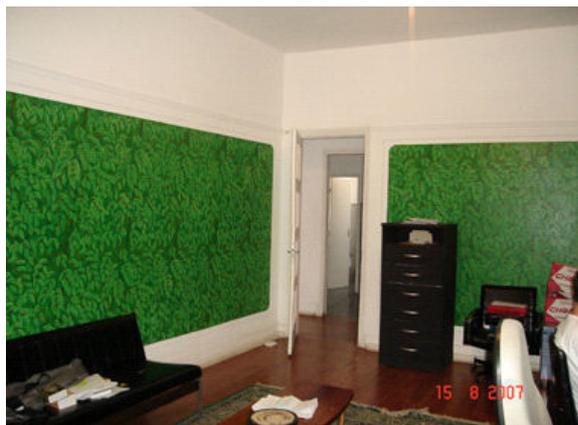


Detalhes da sacada.



Ornamentação da sacada em estilo missões.

Casarão Villas Boas



Antigo dormitório, hoje escritório do andar superior.



Antigo dormitório, hoje escritório do andar superior, e detalhe do puxador.



Fachada do fundo.



Fachada lateral, voltada para o terreno.



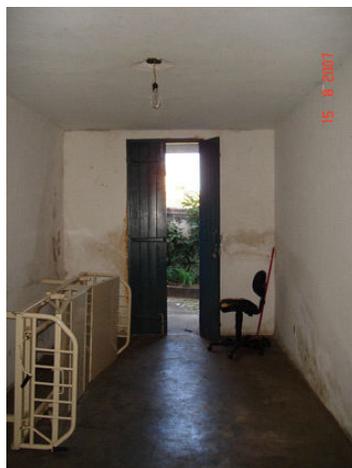
Rampa de acesso à cozinha.



Detalhe dos telhados.



Janela do porão.



Vistas do porão habitável.

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Mônica Sertório
(filha do proprietário)

data
Agosto / 2007 397



Pilar, vigotas de sustentação do piso assoalho, e janelas, no porão.



Porta e janelas do porão.



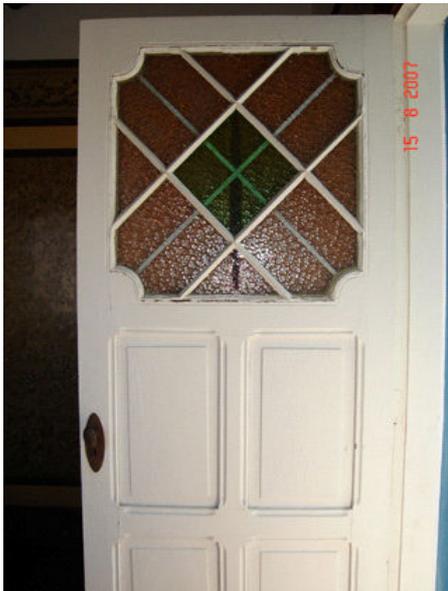
Detalhes da sustentação do piso.



Portas internas.



Portas externas,
nas sacadas.



Porta de sacada, com vidros coloridos.



Porta da entrada principal.

descrição arquitetônica, dados
tipológicos e construtivos

identificação

Casarão Villas Boas



Fechaduras originais.



Dependência de empregados.



Garagem.

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Mônica Sertório
(filha do proprietário)

data
Agosto / 2007 400



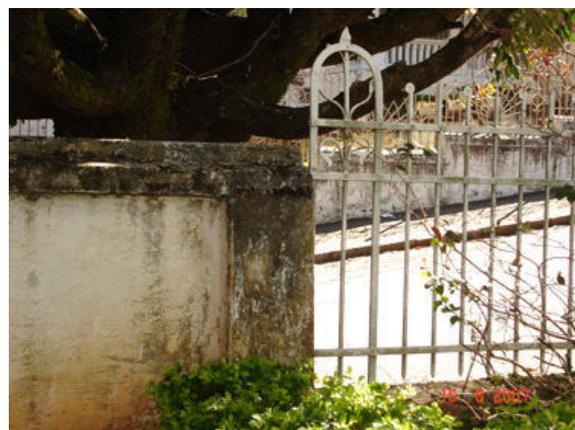
Detalhe das telhas e da voluta no acabamento do telhado.



Detalhe da ornamentação do balcão.

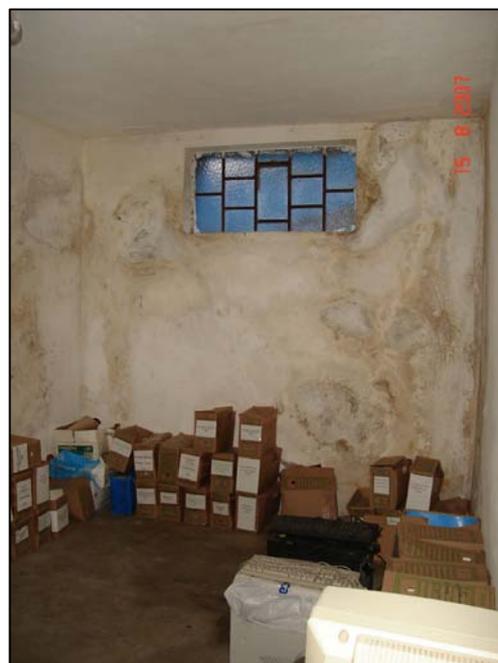


Guarda corpo, vaso, voluta e pedra na base do balcão, remetendo ao estilo missões.



Gradil da entrada lateral, portão da entrada principal e encontro do gradil com muro em alvenaria, respectivamente.

Foi realizada, por volta de 1997, uma reforma que modificou a cozinha, no térreo, que por ser muito grande deu lugar a dois cômodos e dois banheiros. No andar superior, um dormitório foi modificado e transformado em banheiro. As pinturas parietais foram restauradas, mantendo-se os motivos originais, porém com tonalidades diferentes.



Estado precário de conservação do porão e de forros externos do casarão, em 2007.

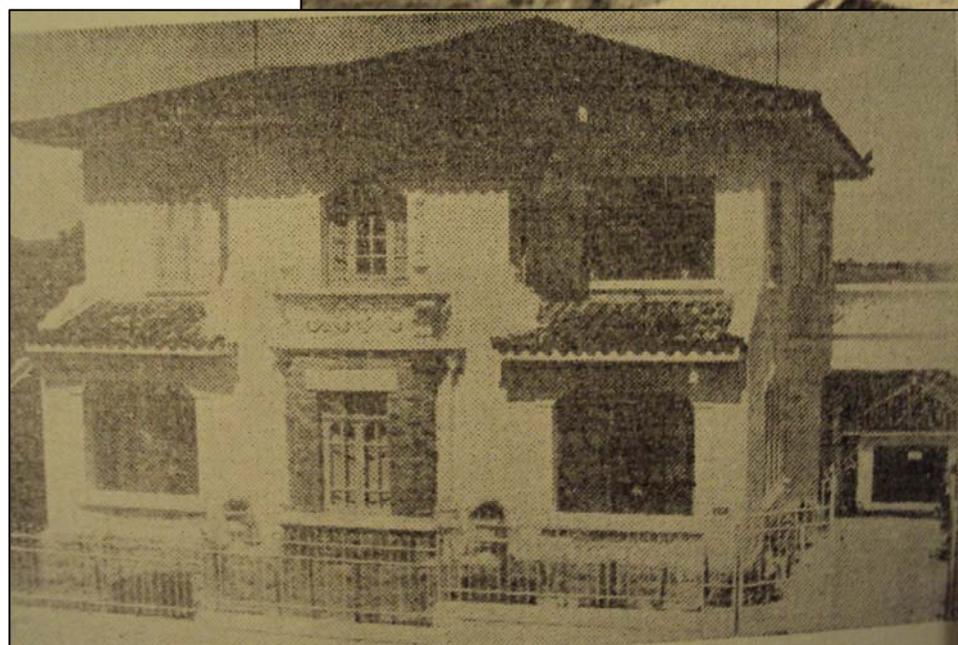
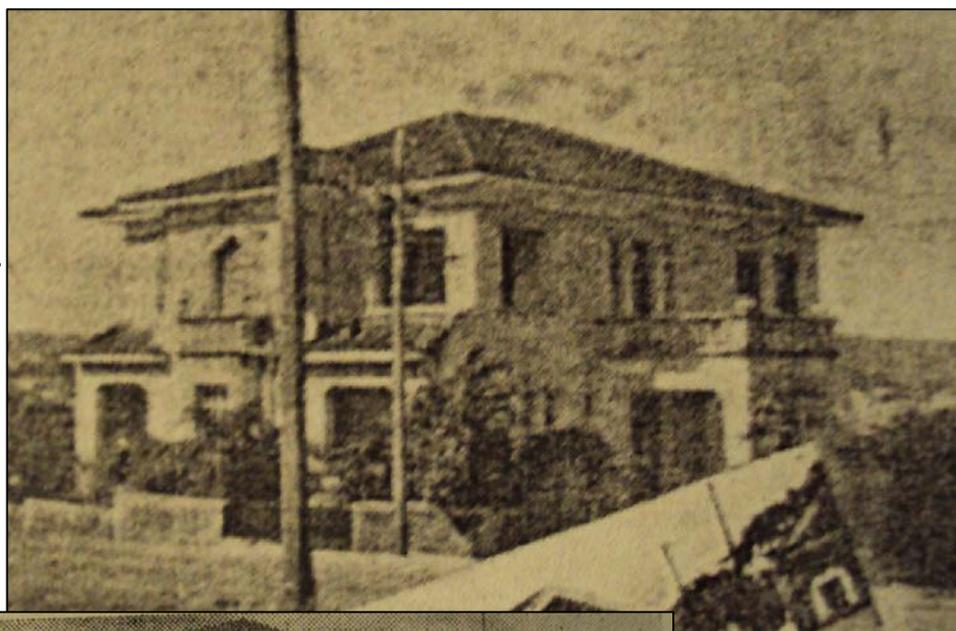
Casarão Villas Boas

Foi edificado pelo Coronel Joaquim Villas Boas, fazendeiro de café do município, em 1922, para ser sua residência urbana. Construiu também um grande depósito para estocagem de café, segundo informações da família.

Aparece em foto de álbum de 1936, e também na Revista Poliantéia de 1949, como sendo de propriedade da viúva do coronel, Dulce Vergueiro Villas Boas. No entanto, aparentemente a foto do álbum de 1936 é mais recente que a foto que aparece na Poliantéia, pois observamos que na primeira existe a cobertura na entrada principal do palacete, que é também sacada no pavimento superior. Na segunda foto essa estrutura não faz parte da edificação, o que nos leva a concluir que foi construído inicialmente sem essa cobertura. Não foram encontradas, entretanto, informações que comprovem essa hipótese, nem outras fotografias antigas que pudessem mostrar como era essa fachada inicialmente.

O casarão encontra-se da área envoltória de bens tombados, definida pela Resolução SC-35, de 16.11.1992, processo de tombamento no 26.264/88, arquivo do Condephaat.

O casarão já com a cobertura da entrada principal e sacada do pavimento superior.
Fonte: Caldeira (1936).



O casarão provavelmente na época da construção, em 1922, vendo-se ao fundo a garagem.
Fonte: Poliantéia (1949).

responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato

Mônica Sertório
(filha do proprietário)

data

Agosto / 2007

403

identificação

Casarão dos Moutinho

data da construção

depois de 1923

endereço atual
Avenida Oliveira Motta, 201

endereço original
Avenida Oliveira Motta

primeiro proprietário
Irmãos Moutinho

atual proprietário
Vonildo G. Fonseca

uso original
Residência

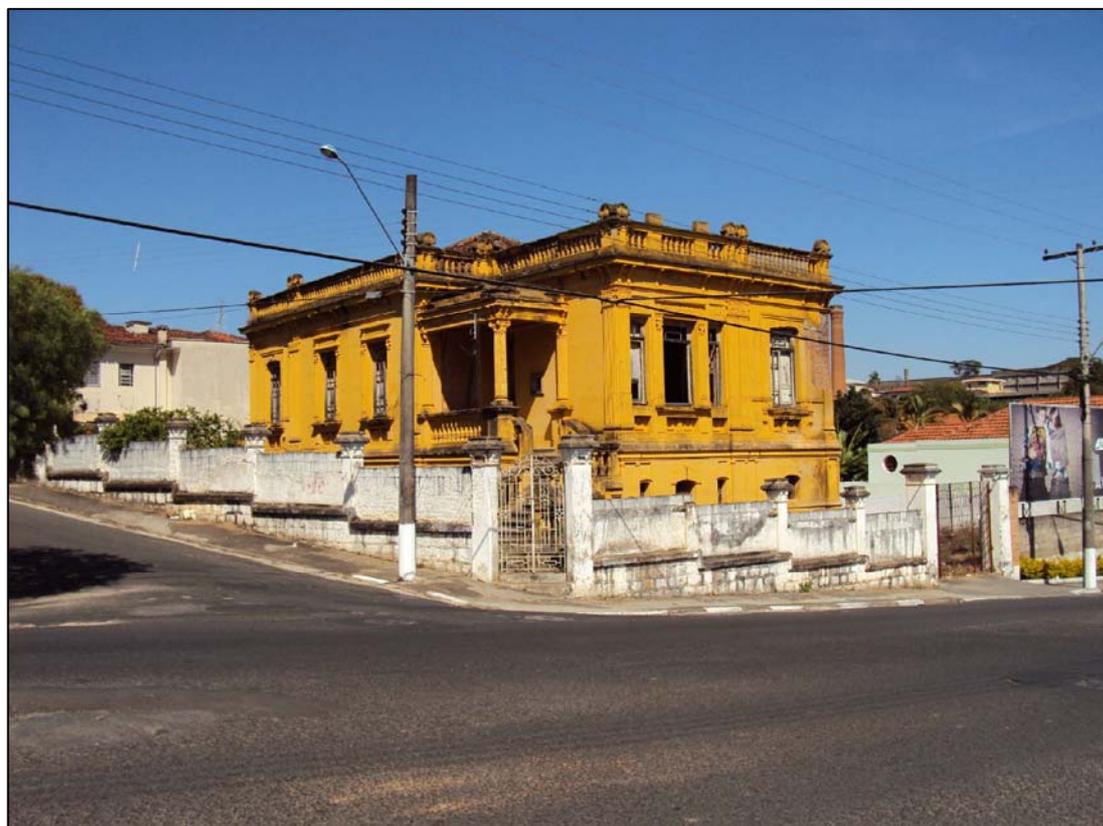
uso atual
Abandonado

construtor área construída
Giovanni Turbiani e 170,81m²
Guerino Costa (?)



- Casarão dos Moutinho
- Bens Públicos
- Áreas Verdes

localização



O casarão em agosto de 2010.

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Vonildo G. Fonseca

data
Agosto / 2007 404

Casarão dos Moutinho

O casarão localiza-se na Avenida Oliveira Motta, esquina com a Rua Regente Feijó, afastado da Praça da Independência. Nessa mesma avenida, localizado algumas quadras acima, há o Cine Theatro Avenida, de 1927. Ocupa um grande lote de esquina, e apresenta volumetria pouco movimentada.



 **Casarão dos Moutinho**



Avenida Oliveira Motta, com o casarão à esquerda. 2010.



Vista do casarão a partir da Rua Vicente Gonçalves. 2010.

O casarão visto da Rua Regente Feijó. 2007.



responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

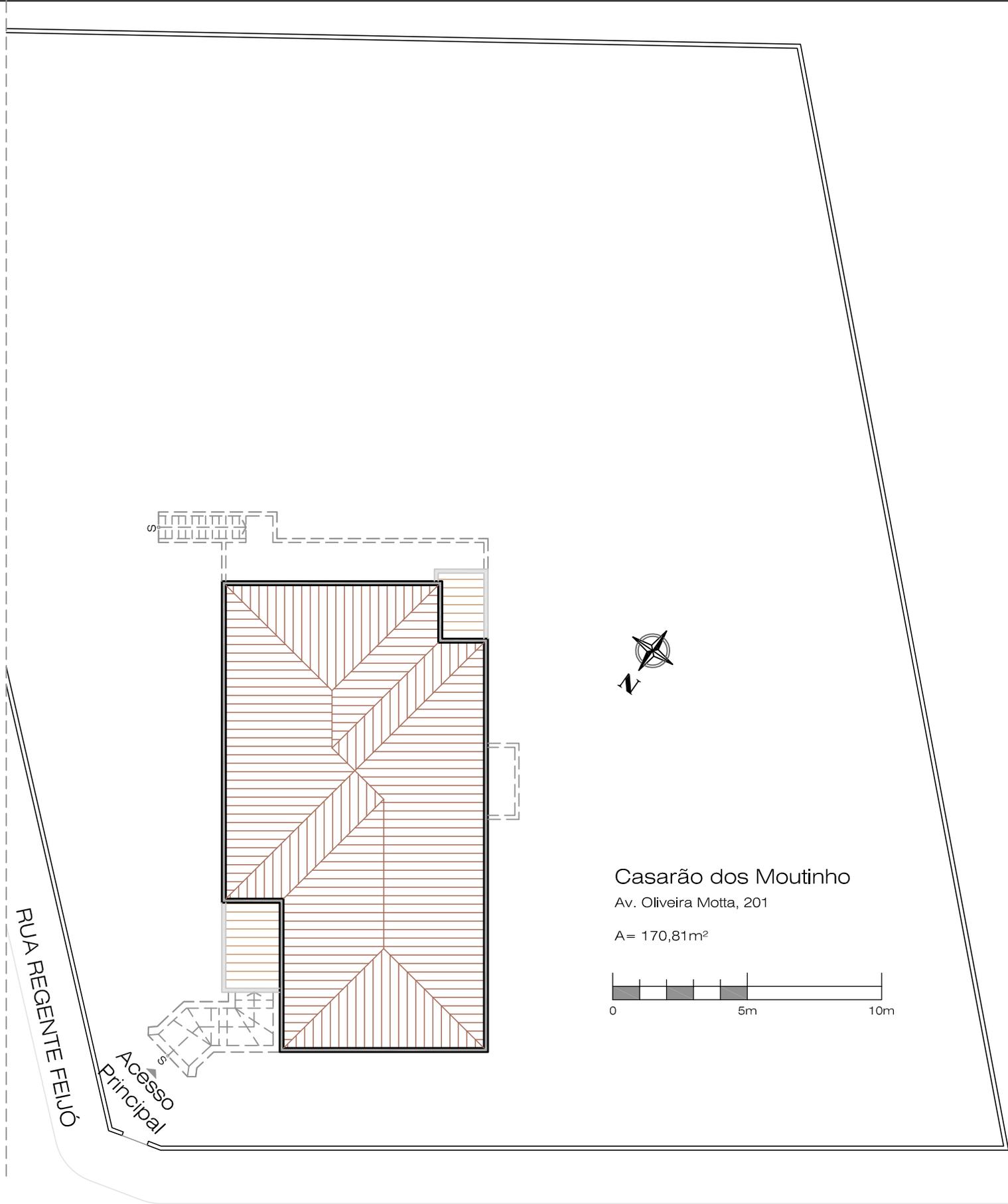
contato
Vonildo G. Fonseca

data
Agosto / 2007 405

implantação

identificação

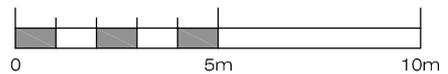
Casarão dos Moutinho



Casarão dos Moutinho

Av. Oliveira Motta, 201

A = 170,81m²



AVENIDA OLIVEIRA MOTTA

responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato

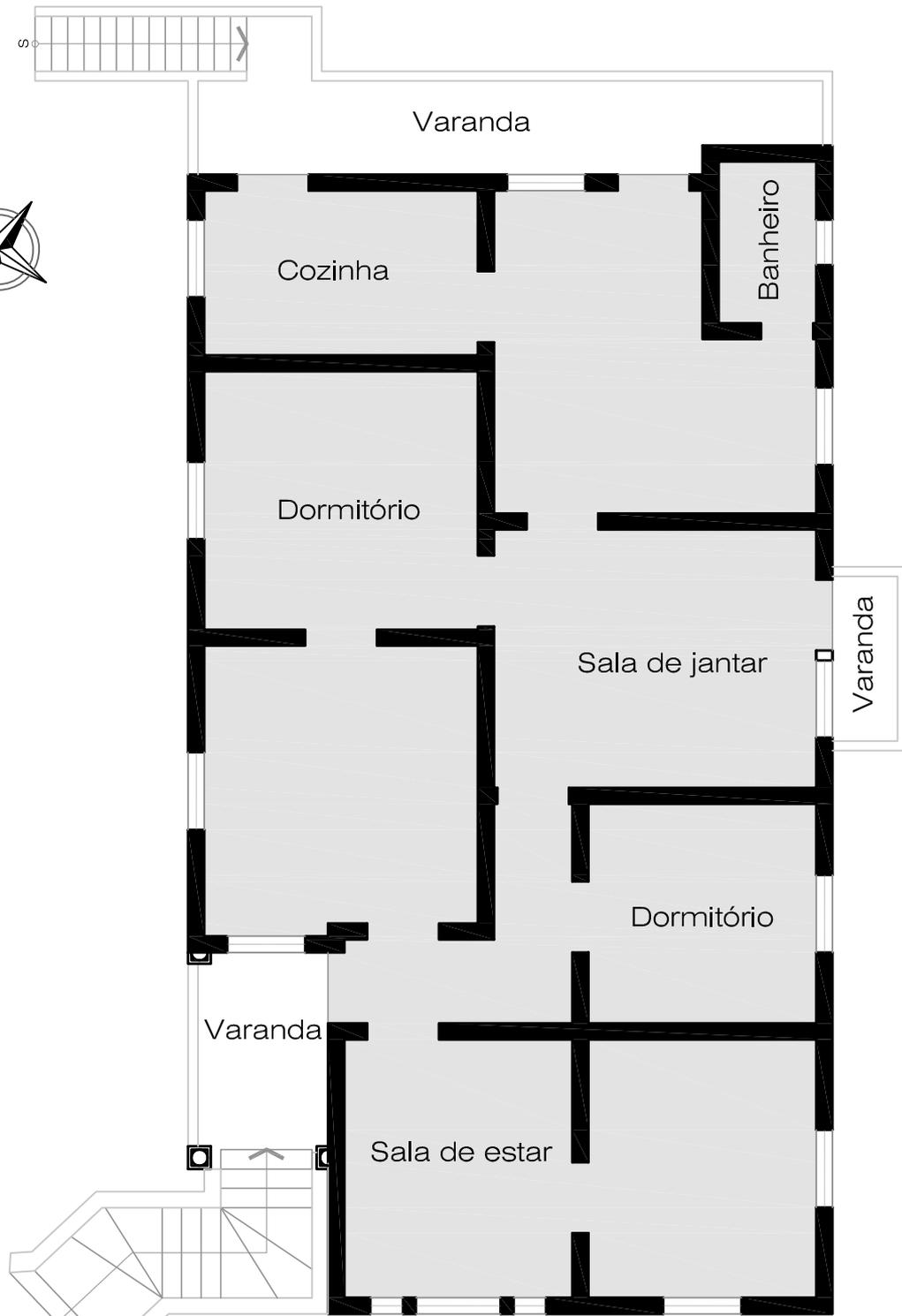
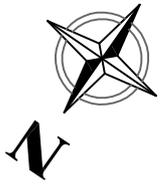
Vonildo G. Fonseca

data

Agosto / 2007

406

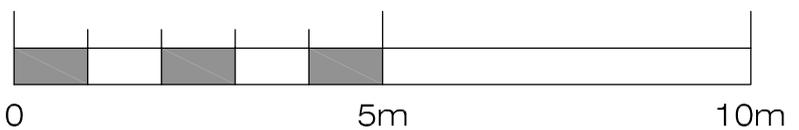
Casarão dos Moutinho



Casarão dos Moutinho

Av. Oliveira Motta, 201

A= 170,81m²



PLANTA
Pavimento Térreo

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Vonildo G. Fonseca

data
Agosto / 2007 407

Casarão dos Moutinho



Entrada lateral, em frente à Avenida Oliveira Motta. 2007.



Fachada lateral. 2007.



Entrada lateral, voltada para a Rua Regente Feijó. 2007.



Detalhe de composição da fachada, vendo-se pilastra e platibanda com balaustres.

É um sobrado, com porão habitável, implantado em um grande lote de esquina, totalmente isolado e cercado por jardins, de uso residencial, porém atualmente abandonado, no estilo eclético com características classicizantes. Esse casarão é um exemplar tardio, pois as outras edificações da mesma época apresentavam características neocoloniais. Apenas a forma de implantação segue a tendência da época. Podemos classificá-lo como um exemplar de transição. O telhado é em águas, e apresenta platibanda ornamentada com balaustradas em todas as fachadas. A profusa ornamentação exterior apresenta colunas e pilastras com capitel renascentista com acanto em volutas e colarinho e fuste com caneluras. Uma das janelas da fachada voltada para a Avenida é encimada por frisos com dentes românicos, bem como duas janelas da fachada voltada para a Rua Regente Feijó e todas as janelas da fachada do fundo. A fachada lateral voltada para o interior do lote já está em processo de ruína, não sendo possível identificar os elementos que ali existiram.

Tem base em alvenaria de tijolos, com porão, e tem dois acessos, sendo o de pedestres na esquina, com um portão de ferro artisticamente trabalhado, e um portão maior, para entrada de automóveis, voltado para a avenida. O porão alto pode ser acessado por três portas na fachada direita, e é evidenciado nas fachadas pelos óculos sob as aberturas do andar superior, bem como por bossagens. O fechamento do lote é feito atualmente com muros entre os pilares originais, onde provavelmente existia um gradil de ferro como nas outras construções da época.

O terreno tem pouco declive. O acesso de pedestres ao lote é feito a partir da esquina, e a partir daí por uma escada de quatorze degraus que leva ao alpendre de acesso ao casarão. A fachada voltada para a Avenida Oliveira Motta é assimétrica, tendo no centro três janelas de vergas retas, com óculos do porão logo abaixo e encimada por ornamentos em massa, que possuem duas pilastras nos seus limites; à direita há uma janela também de verga reta, e uma pilastra marcando o ângulo da fachada; e à esquerda vemos o alpendre, de telhado com platibanda independente e cercado por balaustres. Nos quatro cantos da edificação, um retângulo, há pilastras em massa, e no alpendre há colunas com caneluras no fuste e capitel de acantos em volutas típico do Renascimento. A fachada lateral direita é simétrica, tendo no eixo uma sacada, para onde se abria a sala de jantar. Do lado esquerdo, a fachada apresenta três janelas e o alpendre, e nos fundos há uma janela e duas portas, que se abrem para um

alpendre descoberto, que leva aos fundos da edificação por uma escada de quatorze degraus. Apresenta platibanda ornamentada por balaustradas em todo o perímetro, que escondem o telhado de quatro águas, de telhas do tipo colonial. Foi construído em alvenaria de tijolos.



Portão de entrada.



Detalhe do muro de fechamento.



Escada de acesso à área social e detalhe de ornamento.



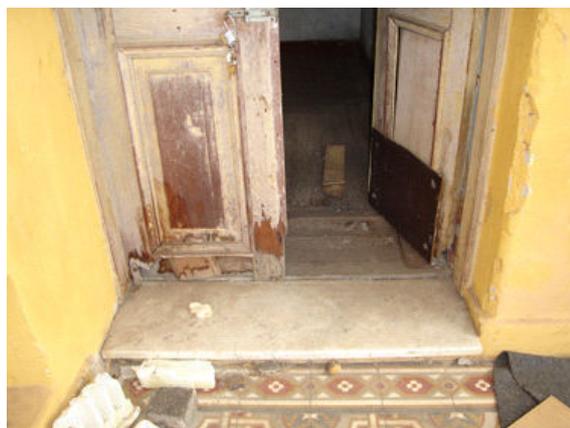
Vista do alpendre de entrada a partir da escada.



Vista do portão de acesso a partir do alpendre.



Alpendre de entrada e detalhe do quadro de força.



Porta da entrada principal.

O acesso principal do casarão se dá pelo alpendre de entrada lateral, de piso de ladrilho hidráulico decorado, onde há a porta principal, de duas folhas em madeira com almofadas e bandeira de vidro fixo, que se abre para um pequeno hall de distribuição. O piso em toda a casa é o assoalho de madeira, exceto na cozinha e no banheiro.



Hall de entrada e respectivo teto, já bastante deteriorado.

Casarão dos Moutinho



Detalhe de porta interna.

A partir desse hall, acessa-se do lado esquerdo o que pode ter sido um dormitório, que por sua vez tem comunicação com o provável dormitório contíguo, que se abre para a sala de jantar. Do lado direito há duas prováveis sala de estar, voltadas para a avenida. Seguindo pelo hall e virando à esquerda, temos mais um cômodo do lado direito, e se chega ao que deve ter sido a sala de jantar, que se abre para uma pequena sacada. Essa grande sala dá acesso a um cômodo do lado esquerdo, e nos fundos à cozinha, a uma provável copa e ao único banheiro. A cozinha e a copa abrem-se para um alpendre descoberto nos fundos.



Provável antigo dormitório.



Porta do hall para sala de jantar.



Vistas da provável sala de jantar.

Casarão dos Moutinho



Piso e janela da sala de jantar, vendo-se a porta do banheiro.



Vistas do banheiro.



Vista de provável dormitório.

Notamos que não há paredes e tetos ornamentados em vários cômodos. Como está abandonado há anos, não podemos saber se havia ornamentação, nem como eram os tetos, pois estes não mais existem. Todas as portas são em madeira com almofadas, de duas folhas de abrir, com bandeira de vidro fixo, ornamentadas. As poucas janelas que ainda existem são de duas folhas de abrir, com madeira do lado interno e vidro do lado externo, com bandeira de vidro fixo. Todas as aberturas t ê m v e r g a s r e t a s .

responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato

Vonildo G. Fonseca

data

Agosto / 2007

412

Casarão dos Moutinho



Vistas internas da cozinha.



Provavelmente antiga lavanderia.



Varanda, vendo-se porta e janela da cozinha.



Detalhe da pilastra e da platibanda.



Vista externa de janela.

responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato

Vonildo G. Fonseca

data

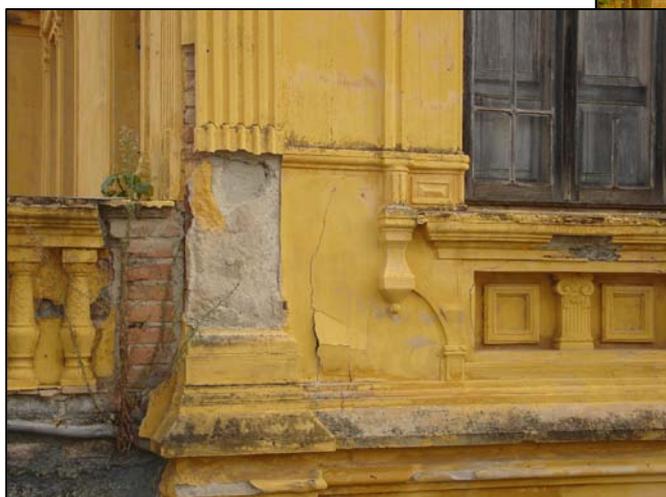
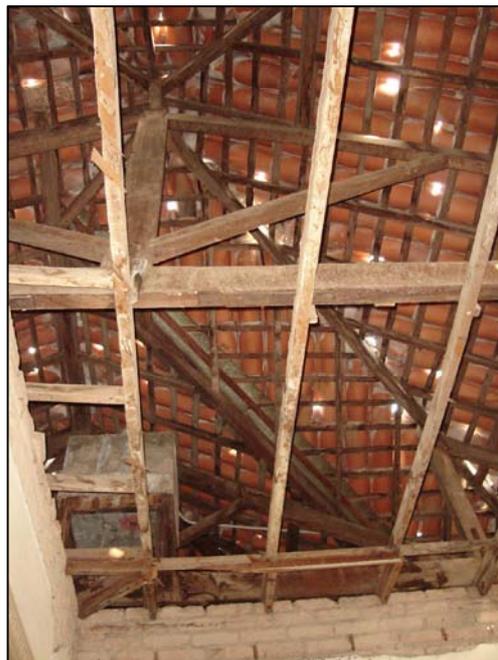
Agosto / 2007

413

Não há informações oficiais sobre reformas no casarão, nem foram encontrados vestígios de reforma na edificação.



O casarão abandonado, em estado precário. 2007.



Estado precário de conservação, praticamente em ruínas, o casarão está abandonado, mostrando o descaso com o patrimônio por parte da população.

Casarão dos Moutinho

Foi edificado depois de 1923, mas não foram encontradas informações sobre a data exata da construção. Estima-se que tenha sido construída nesse período através de dados obtidos em jornais da década, pois nesse ano consta um terreno em nome dos Irmãos Moutinho nesse endereço. Os irmãos Moutinho foram os primeiros proprietários. Eram comerciantes portugueses, donos de uma padaria na principal rua de comércio da cidade.

Não há registros que confirmem o nome do construtor, mas de acordo com a família Turbiani, o casarão foi edificado por Giovanni Turbiani, juntamente com Guerino Costa. Ambos foram responsáveis por várias edificações nesse período na cidade. O atual proprietário não forneceu nenhuma informação sobre o histórico da edificação.

Foi usado até uns quinze anos, como residência e ocasionalmente como serviços no porão. Na década de 1960 ou antes foi utilizado pela prefeitura municipal, e na década de 1970 havia no porão um curso de inglês, com a família de Atério Cavalheiro habitando a casa. Há uns cinco anos o terreno foi usado como concessionária.

Foi solicitado estudo de tombamento para o casarão, pelo processo nº 55.901/07 do Condephaat: "Ass.: Solicita Abertura de Estudo de Tombamento do prédio dos Moutinhos, situado na Avenida Oliveira Mota com Rua Regente Feijó. Município de Espírito Santo Do Pinhal".



O palacete, em data não sabida.
Fonte: Arquivo Família Turbiani.

responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato

Vonildo G. Fonseca

data

Agosto / 2007

416

identificação

data da construção

Casarão Manoel Almeida Vergueiro

1928

endereço atual
Rua Jorge Tibiriçá, 104

endereço original
Rua Jorge Tibiriçá

primeiro proprietário
Manoel Almeida Vergueiro

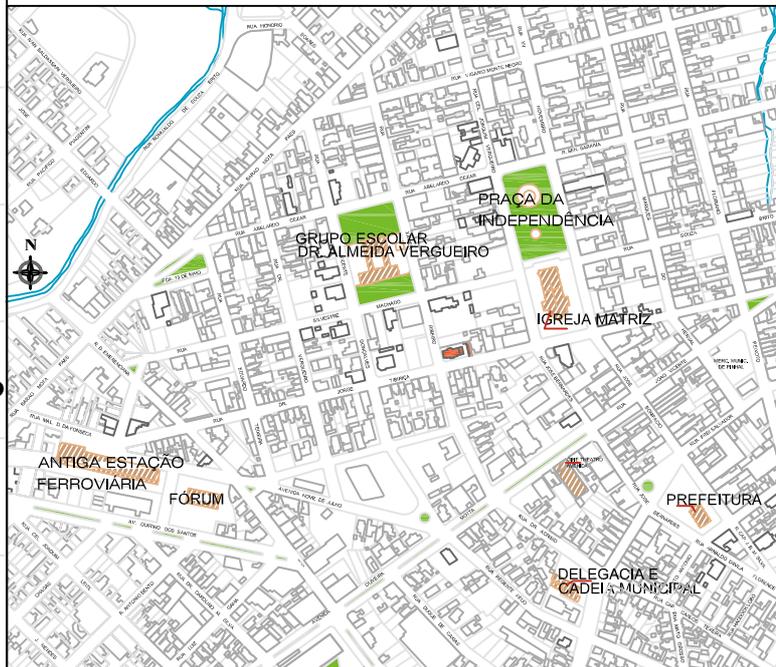
atual proprietário
João Batista Novaes Vergueiro

uso original
Residência

uso atual
Residência

construtor
Giovanni Turbiani e Guerino Costa

área construída
344,04m²



- Casarão Manoel Almeida Vergueiro
- Bens Públicos
- Áreas Verdes

localização



O casarão em 2007.

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
João B. N. Vergueiro

data
Setembro / 2007 417

Casarão Manoel Almeida Vergueiro

O casarão está localizado na esquina da Rua Jorge Tibiriçá, com a Rua Xavier Ribeiro, na região central da cidade, a uma quadra da Igreja Matriz. Ocupa um grande lote de esquina, que fazia divisa com o lote do casarão do Barão de Mota Paes, mas que foi subdividido e reduzido. Apresenta volumetria movimentada.



Casarão Manoel Almeida Vergueiro

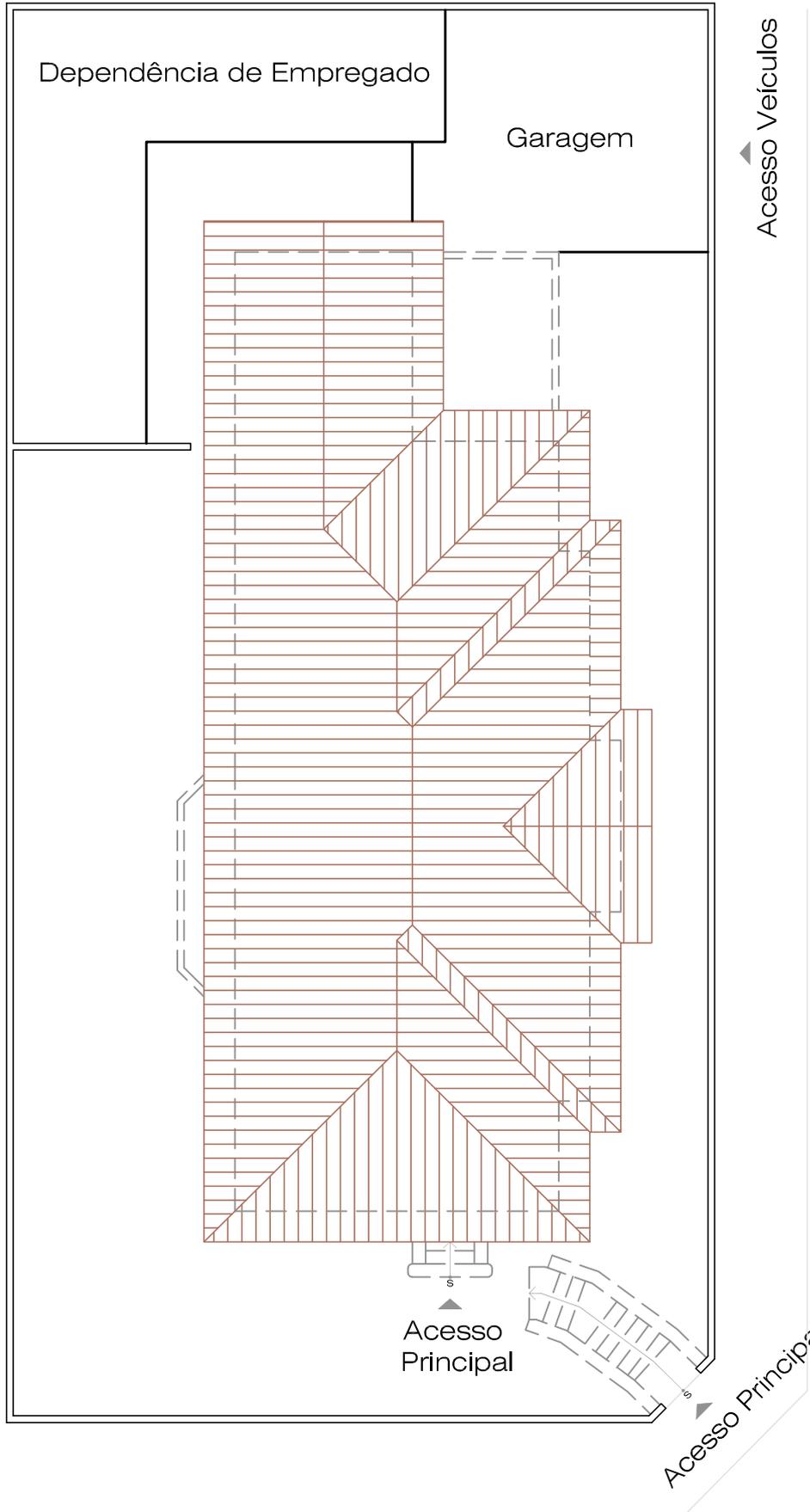


Rua Xavier Ribeiro, com o casarão à direita. 2010.



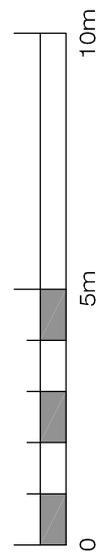
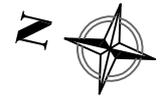
Rua Jorge Tibiriçá, vendo-se o casarão à direita e o edifício da antiga Estação Ferroviária bem ao fundo. 2010.

Casarão Manoel Almeida Vergueiro



RUA JORGE TIBIRIÇÁ

Casarão Manoel Almeida Vergueiro
Rua Jorge Tibiriçá, 104



A = 344,04m²

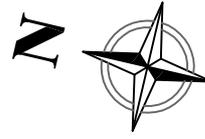
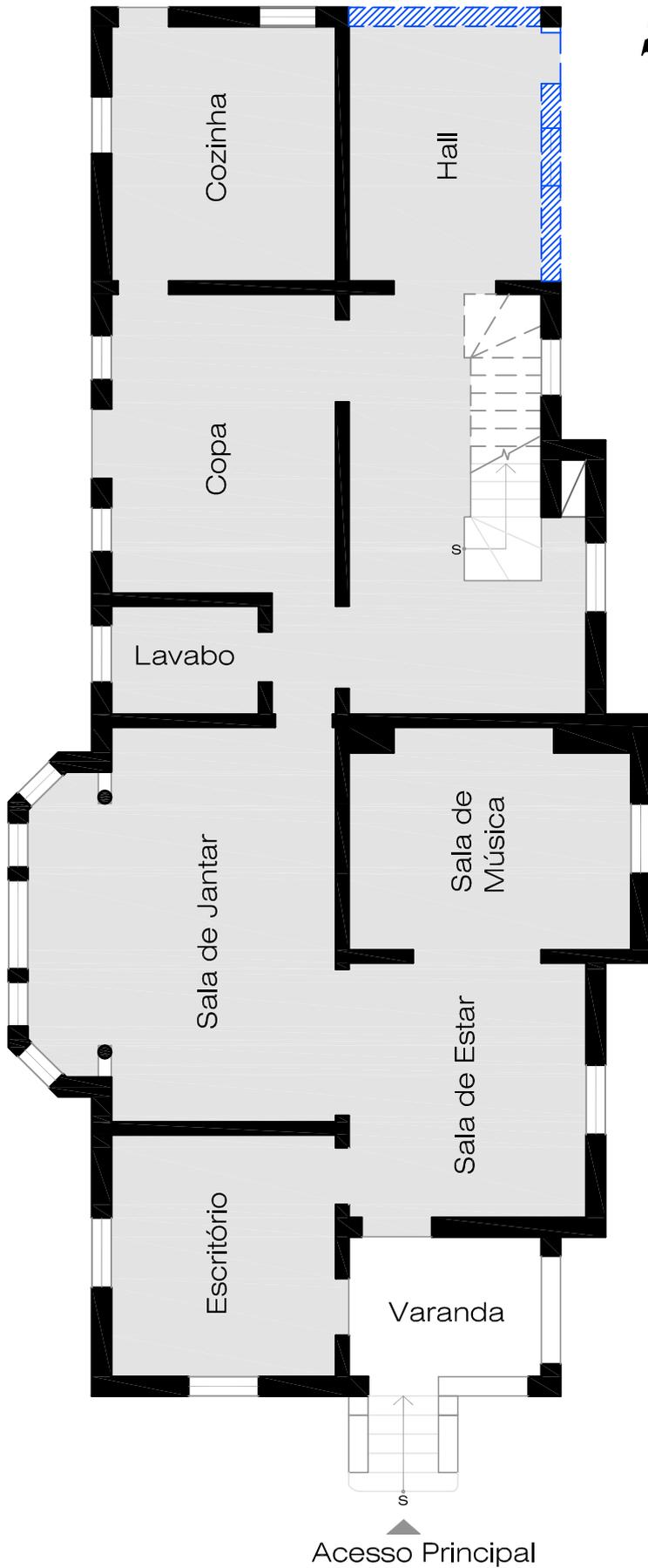
RUA XAVIER RIBEIRO

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
João B. N. Vergueiro

data
Setembro / 2007 419

Casarão Manoel Almeida Vergueiro



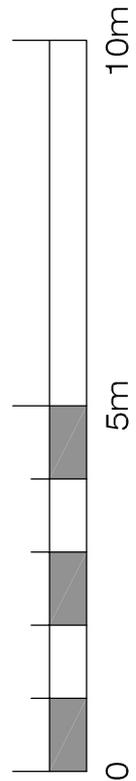
Construído
Demolido

PLANTA
Pavimento Térreo

Casarão Manoel Almeida Vergueiro

Rua Jorge Tibiriçá, 104

A= 177,04m²

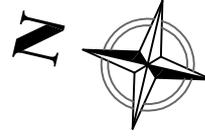
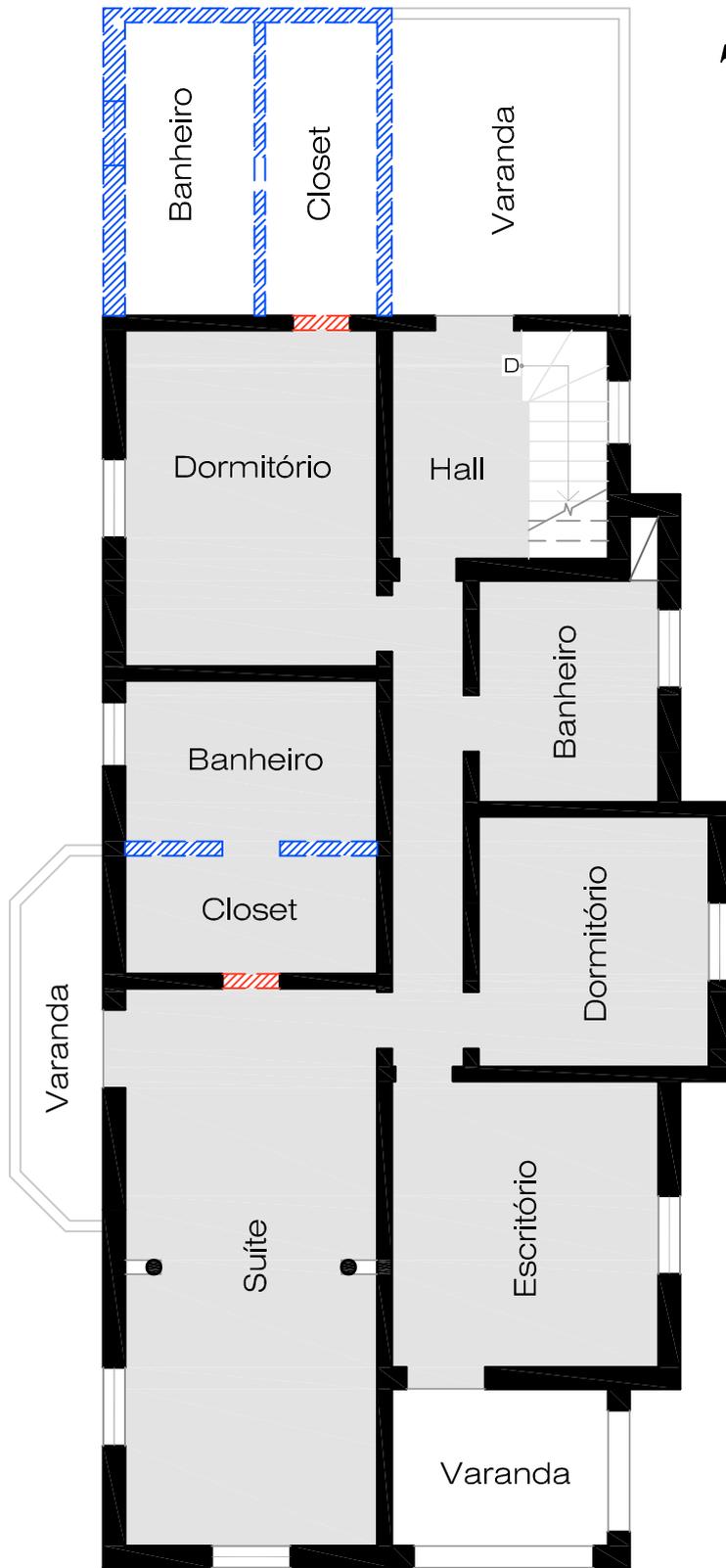


responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
João B. N. Vergueiro

data
Setembro / 2007 420

Casarão Manoel Almeida Vergueiro



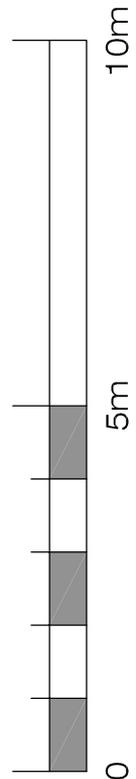
Construído
Demolido

PLANTA
Pavimento Superior

Casarão Manoel Almeida Vergueiro

Rua Jorge Tibiriçá, 104

A= 167,04m²



É um sobrado, de uso residencial, elevado do solo e sem porão, implantado totalmente isolado no lote e cercado por jardins, no estilo neocolonial, com referências ao estilo eclético e ao estilo missões. Possui telhados movimentados com beirais e acabamento em estuque, sacadas com peitoris de acabamento em arcos sobrepostos, com os eixos desencontrados, floreiras sob as janelas, vitral na escada, elementos de composição do estilo neocolonial. Além disso, tem elementos ecléticos, como os ornamentos das fachadas e as colunas do patamar de entrada e dos balcões. Internamente, manteve-se fiel às manifestações ecléticas através da permanência das pinturas parietais e ornamentação nos tetos.

Tem base em alvenaria, sem porão, e o fechamento do lote é feito com gradis ornamentados fixos sobre uma base de alvenaria, tendo um portão também de ferro ornamentado localizado na esquina, para acesso de pedestres ao palacete, e um acesso de automóveis pela Rua Jorge Tibiriçá. Além do casarão, há no lote uma edícula e uma garagem. O terreno tem grande declive, e o acesso de pedestres ao lote é feito a partir da esquina, e a partir daí por uma escada de quatorze degraus que leva ao alpendre de acesso ao casarão.



Escada do acesso principal.



Fachada da Rua Jorge Tibiriçá.



Fachada lateral interna.



Fachada da Rua Xavier Ribeiro.

responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato

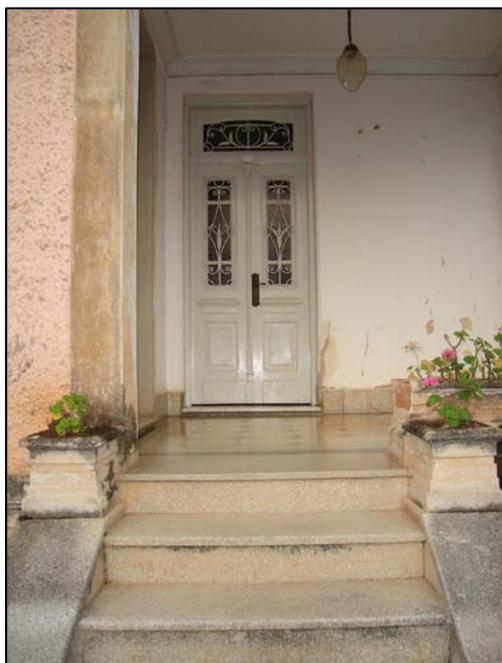
João B. N. Vergueiro

data

Setembro / 2007 422

A fachada voltada para a Rua Xavier Ribeiro é simétrica, e apresenta no térreo uma janela com veneziana por fora e vidro por dentro, de abrir, e o alpendre, e no pavimento superior, seguindo as aberturas do térreo, uma janela e uma sacada, com a porta do escritório. A fachada voltada para a Rua Jorge Tibiriçá é simétrica, e as aberturas do andar superior acompanham as aberturas do pavimento térreo, sendo que há nessa fachada apenas janelas. Ao contrário da fachada frontal, ela tem a parte do eixo saliente, e o telhado nessa parte é em duas águas. Há janelas com venezianas, janelas só com vidro, e um vitral no pavimento superior onde passa a escada. Já a fachada voltada para o recuo lateral tem um volume saliente na sala de jantar, e que forma uma sacada no pavimento superior.

Em todas as fachadas o térreo e o pavimento superior têm diferenciação na textura das paredes externas, e floreiras cob as janelas. As colunas das sacadas são clássicas, com êntase no fuste e com capitéis renascentistas.



Vista da porta principal.



Porta principal à direita, e porta do escritório.



Detalhe de coluna.



Ornamentação do alpendre de entrada.

responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato

João B. N. Vergueiro

data

Setembro / 2007 423

O acesso principal do casarão se dá pelo alpendre de entrada lateral, de piso de ladrilho hidráulico decorado, onde há a porta principal, de duas folhas em madeira com almofadas e vidro e bandeira de vidro fixo, que se abre para a sala de estar. Há também nesse alpendre uma porta de acesso ao escritório, usado dessa mesma forma pelo primeiro proprietário. Entre o escritório e a sala de estar há também uma porta. Seguindo a partir da sala de estar, há a sala de música, e à esquerda há a sala de jantar, a partir da qual há o único acesso aos fundos da edificação. Entre a sala de jantar e a cozinha há atualmente um lavabo, que originalmente foi um banheiro completo, e uma sala, usada como copa. Em frente a essa sala há uma escada em madeira, que leva ao pavimento superior, e nos fundos, ao lado da cozinha, há um hall, que era aberto originalmente. A escada que leva ao segundo pavimento chega a um hall, que de um lado se abre para uma varanda, e de outro segue por um corredor em direção à Rua Xavier Ribeiro, eixo da planta, que dá acesso a dois dormitórios, um banheiro, duas suítes e um escritório ao fundo. O escritório abre-se para uma varanda, exatamente em cima do alpendre de acesso da casa. A grande suíte voltada para a rua tem também uma pequena sacada.

Sala de estar, vendo-se à esquerda porta para a sala de jantar, e à direita porta para sala de música.



Sala de estar, vendo-se à direita porta para a sala de jantar.

Vista do escritório.



Lustre do escritório, original.



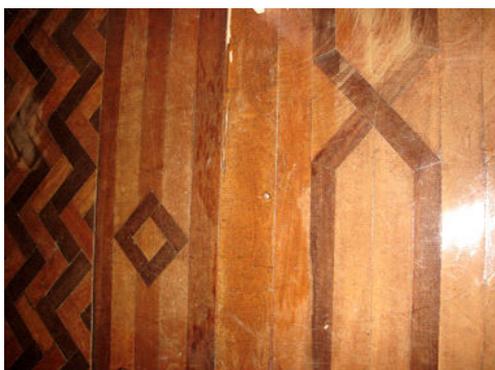
Vistas da sala de música, bastante danificada.



Pintura da parede da sala de música.



Mesa da época da construção.



Piso de parquet duas cores da sala de música.



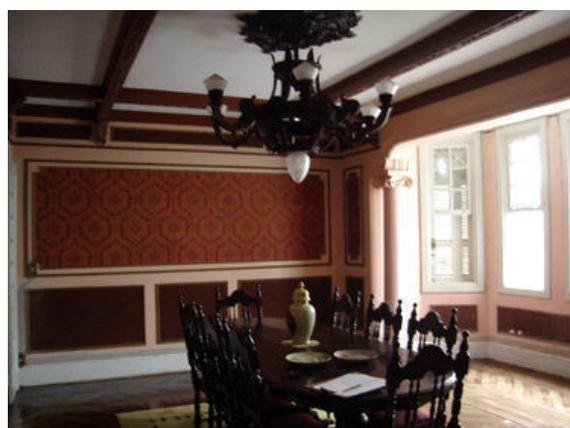
Cadeira da época da construção.

No interior da área social, nas salas de estar, de música e de jantar, há rica ornamentação. As paredes são divididas em painéis por meio de régua de madeira, ricamente trabalhadas. A régua horizontal corre fixando o arremate das portas e janelas. Esses painéis são subdivididos por régua, e em seu interior há pinturas com motivos florais. O teto da sala de jantar apresenta régua, ornamentadas com pequenas volutas, em todo o perímetro, e no centro há um grande lustre ornamentado em madeira. Na sala de música o teto é igualmente decorado, com um lustre central em cristal.

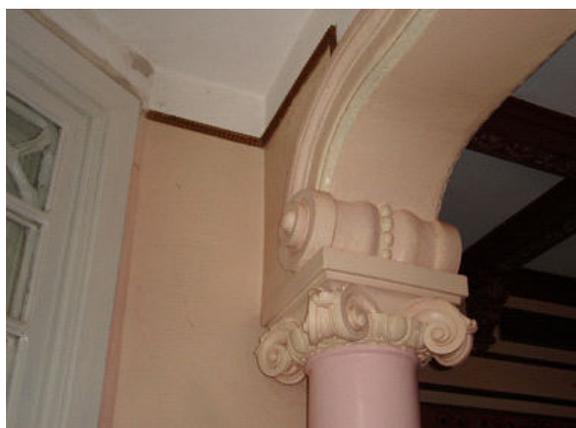


Lustre e detalhe do teto da sala de música.

O piso da área social é o parquet, com trabalhos em duas cores de madeira, e em madeira nos outros cômodos, exceto na cozinha e no banheiro. No pavimento superior, o piso é original em peroba rosa. No alpendre e nas sacadas o piso é o ladrilho hidráulico ornamentado. As portas principais são em madeira e vidro, de uma ou duas folhas de abrir, e as portas que separam a sala de estar da sala de música e da sala de jantar são de quatro folhas em madeira e vidro. As janelas são em madeira, de veneziana e vidro nos dormitórios, e de ferro e vidros coloridos em outras dependências, com vergas retas; as janelas com ornamentação em volta, na fachada da Rua Lorge Tibiriçãm têm verga curva. Em algumas janelas há jardineiras com gerânios. Os lustres são originais.



Vistas da sala de jantar, vendo-se o grande lustre de madeira ao centro.



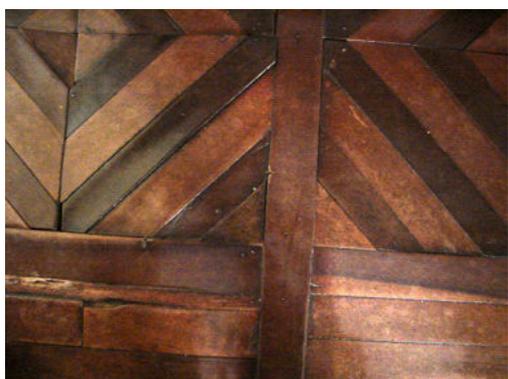
Detalhes da coluna da sala de jantar.



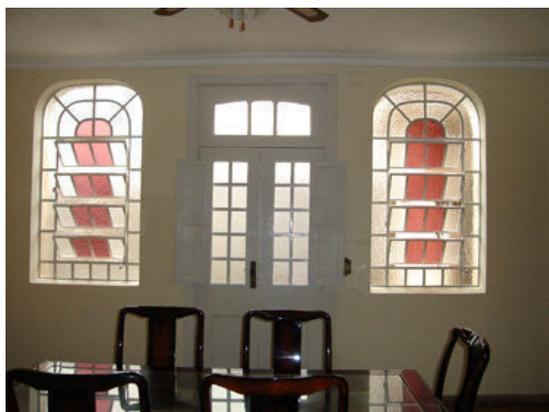
Pintura da parede e lustre de madeira da sala de jantar.



Detalhes do teto em madeira e em estuque.



Piso da sala de jantar, em parquet de duas cores.



Vista do corredor de acesso à sala de jantar, e vista da segunda sala de jantar, nos fundos.

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
João B. N. Vergueiro

data
Setembro / 2007 427

descrição arquitetônica, dados
tipológicos e construtivos

identificação

Casarão Manoel Almeida Vergueiro



Mobiliário da época da construção.



Vista da cozinha e da segunda sala de jantar.



Vista do hall de entrada dos fundos, e da porta de entrada dos fundos.

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
João B. N. Vergueiro

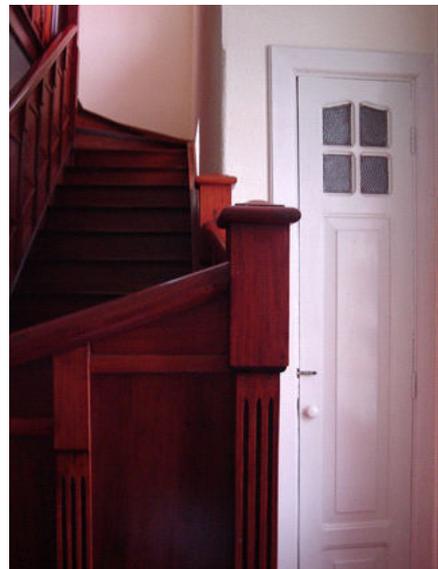
data
Setembro / 2007 428



Vistas da escada em madeira.



Janela da parede da escada.



Porta de armário.



Escada e guarda corpo, no andar superior.



Hall do andar superior.



Detalhe de ornamento da porta.



Hall de acesso aos dormitórios.



Banheiro do andar superior.



Peças importadas, da época da construção.



Luminária e revestimento do banheiro superior.



Azulejos decorados, da época da construção.



Lustres dos dormitórios.



Detalhe de coluna.



Suíte no andar superior, e lustre original.



Escritório do andar superior, e vista interna da janela.

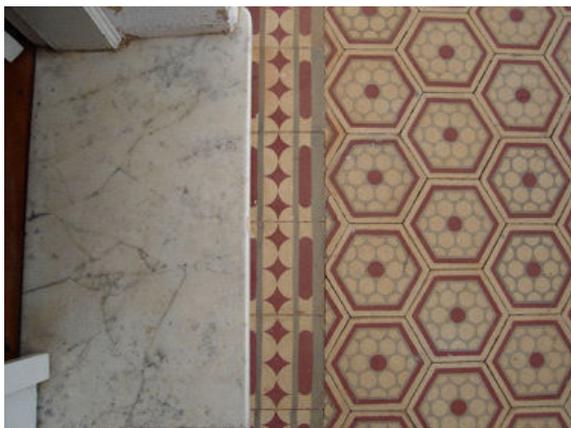




Porta do escritório do pavimento superior, para a sacada.



Detalhe da sacada frontal.



Piso e detalhe do guarda corpo da sacada frontal.



Janelas da fachada lateral interna e da Rua Jorge Tibiriçá, respectivamente.

De acordo com o proprietário, poucas foram as modificações no projeto original na parte de estar da edificação. Ainda no ano da construção, o local da escada foi alterado, indo da parte da frente para trás, onde se encontra atualmente. A cozinha foi modernizada. O banheiro do térreo tornou-se um lavabo, mas o banheiro do andar superior permaneceu inalterado. Em cima da cozinha, onde era telhado, foram construídos um closet e um banheiro, transformando um dormitório em suíte. Outro dormitório foi também transformado em closet e banheiro para o dormitório maior. Sobre o hall construído posteriormente na parte dos fundos, foi construída uma sacada. O beiral em estuque, que era ornamentado, foi pintado na década de 1960. Em 2005, foi feita uma reforma para melhorias, sem alterações na tipologia.



Estuque do beiral seriamente danificado. Pode-se perceber que havia pintura decorativa, que foi coberta pela tinta que está descascando.



Sala de Música, necessitando de reparos nas paredes que estão prejudicadas por causa da umidade.

Casarão Manoel Almeida Vergueiro

Foi edificado pelo fazendeiro e advogado Manoel Almeida Vergueiro, e aparece em foto de 1936, como sendo de sua propriedade. O atual proprietário, que mora no imóvel, é neto de Manoel, e mantém no casarão móveis antigos, deixados pelo avô, além de cuidar para que a edificação não sofra alterações que a descaracterize.

O casarão encontra-se da área envoltória de bens tombados, definida pela Resolução SC-35, de 16.11.1992, processo de tombamento no 26.264/88, arquivo do Condephaat.



O palacete em foto de data não sabida, vendo-se a cúpula da Igreja Matriz ao fundo.
Fonte: Poliantéia (1949).



O palacete em 1936.
Fonte: Caldeira (1936).

responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato

João B. N. Vergueiro

data

Setembro / 2007 435

ARQUITETURA RESIDENCIAL URBANA ESPÍRITO SANTO DO PINHAL, 1880-1930

FICHA DE LEVANTAMENTO

identificação

data da construção

Casarão Norma Barsotini

1929

endereço atual
Rua Jorge Tibiriçá, 178

endereço original
Rua Jorge Tibiriçá

primeiro proprietário
Capitão Eduardo Vieira

atual proprietário
Norma Antunes Costa Barsotini

uso original
Residência

uso atual
Residência

construtor
Giovanni Turbiani e Guerino Costa

área construída
371,96m²



- Casarão Norma Barsotini
- Bens Públicos
- Áreas Verdes

localização



Entrada do casarão. 2010.

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Norma Barsotini

data
Setembro / 2007 436

Casarão Norma Barsotini

O casarão está localizado na esquina da Rua Jorge Tibiriçá, com a Rua Vicente Gonçalves, na região central da cidade, a duas quadras da Igreja Matriz. Ocupa um grande lote de esquina, e apresenta volumetria movimentada.



 Casarão Norma Barsotini

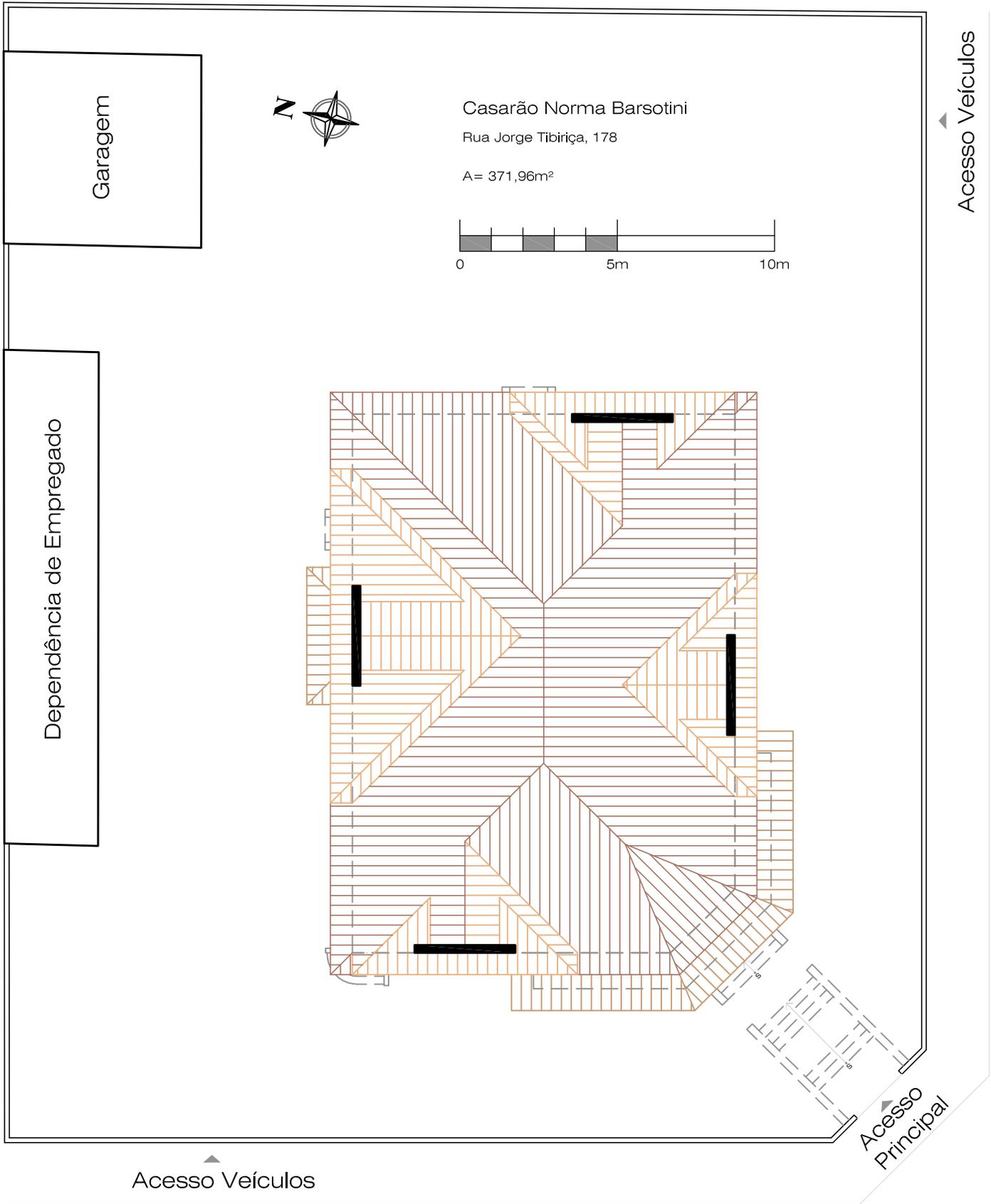


Rua Jorge Tibiriçá, com o casarão à esquerda. 2010.



Rua Vicente Gonçalves, com o casarão à direita. 2010.

Casarão Norma Barsotini



RUA VICENTE GONÇALVES

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Norma Barsotini

data
Setembro / 2007 438

Casarão Norma Barsotini

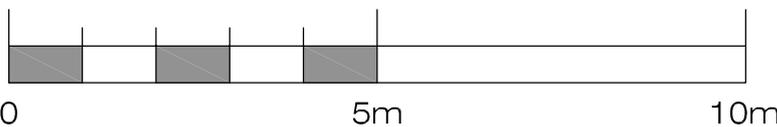
-  Construído
-  Demolido



Casarão Norma Barsotini

Rua Jorge Tibiriçá, 178

A= 222,00m²



PLANTA
Pavimento Térreo

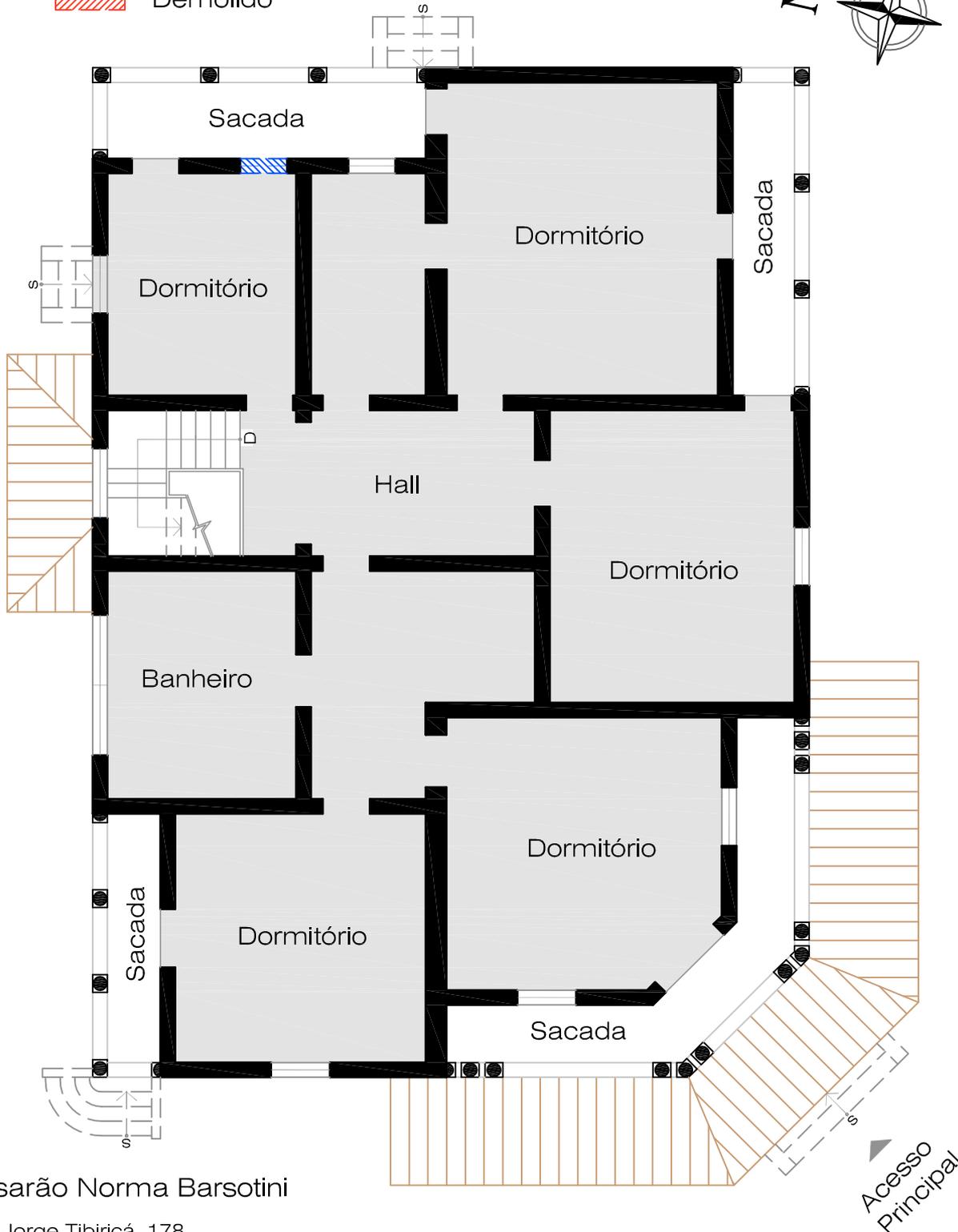
responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Norma Barsotini

data
Setembro / 2007 439

Casarão Norma Barsotini

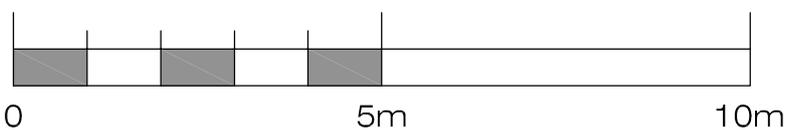
-  Construído
-  Demolido



Casarão Norma Barsotini

Rua Jorge Tibiriçá, 178

A= 149,96m²



PLANTA
Pavimento Superior

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Norma Barsotini

data
Setembro / 2007 440

É um sobrado, de uso residencial, elevado do solo e sem porão, implantado totalmente isolado no lote e cercado por jardins, no estilo neocolonial, com referências ao estilo eclético e ao estilo missões. Tem base em alvenaria, sem porão, e o fechamento do lote é feito com gradis ornamentados fixos sobre uma base de alvenaria, tendo um portão também de ferro ornamentado localizado na esquina, para acesso de pedestres ao palacete, e um acesso de automóveis pela Rua Jorge Tibiriçá. Além do casarão, há no lote uma edícula e uma garagem. O terreno tem declive acentuado, e o acesso de pedestres ao lote é feito a partir da esquina, e a partir daí por uma escada de dez degraus que leva ao alpendre de acesso ao casarão. O telhado é em águas, bastante movimentado e com recortes e frontões barrocos.



Entrada principal.



Fachada da Rua Jorge Tibiriçá.



Detalhe da fachada da Rua Vicente Gonçalves.



Fachada voltada para a Rua Vicente Gonçalves.

A fachada voltada para a Rua Vicente Gonçalves tem um eixo central marcado por um frontão saliente no telhado, e tem em cada lado alpendres no térreo e sacadas no pavimento superior. A fachada voltada para a Rua Jorge Tibiriçá acontece da mesma forma, com a parte central com janelas e encimada por frontão, e com alpendres e sacadas em cada lado. As janelas dos dormitórios não têm venezianas, e sim muxarabis, indicando influência moura, provavelmente decorrente de raízes ibérica, dentro do estilo missões.

Possui telhados movimentados com beirais e acabamento em estuque, sacadas com peitoris de acabamento em arcos sobrepostos, com os eixos desencontrados, vitral na escada, frontão barroco, janelas com muxarabis, elementos de composição do estilo neocolonial. Além disso, tem elementos ecléticos, como os ornamentos das fachadas e as colunas do patamar de entrada e dos balcões. Internamente, manteve-se fiel às manifestações ecléticas através da permanência das pinturas parietais e ornamentação nos tetos.



Detalhe da fachada da
Rua Vicente Gonçalves.



Detalhe do frontão.



Entrada do alpendre da sala de TV.



Janela existente nas sala de jantar e de música.

descrição arquitetônica, dados
tipológicos e construtivos

identificação

Casarão Norma Barsotini



Vistas dos detalhes das fachadas, cujos elementos remetem ao neocolonial e ao estilo missões.



responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Norma Barsotini

data
Setembro / 2007 443



Vistas da fachada lateral interna.



Dependência de empregados.



Fachada do fundo.



Detalhes da fachada do fundo, e porta da cozinha.

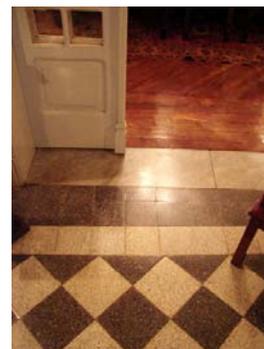
O acesso principal do casarão se dá pelo alpendre de entrada paralelo à esquina, de piso de ladrilho hidráulico decorado, onde há duas janelas e a porta principal, de duas folhas em madeira com almofadas e vidro e bandeira de vidro fixo, que se abre para a sala de estar. Seguindo a partir da sala de estar, há à esquerda a sala de música, com acesso a um alpendre lateral, e em frente há a sala de jantar, a partir da qual há um acesso a uma varanda. Também a partir da sala de estar, chega-se a um hall de circulação, que dá acesso a uma saleta, à escada de madeira que leva ao pavimento superior, e aos fundos, onde leva à sala de almoço. Dessa sala acessa-se a cozinha do lado esquerdo, e uma suíte do lado direito, além de outro alpendre, este de acesso ao quintal.



Vistas da sala de estar.



Porta da sala de estar para a sala de jantar, e para o corredor, respectivamente.



Detalhe do teto, da pintura da parede e do piso da sala de estar.

No interior da área social, nas salas de estar, de música e de jantar, há rica ornamentação. As paredes das salas de estar e de música são pintadas inteiras, com motivos florais. O teto da sala de jantar apresenta réguas de madeira, ornamentadas com pequenas volutas, em todo o perímetro, e no centro há um grande lustre ornamentado em madeira. Na sala de música o teto é igualmente decorado, com um lustre central em cristal.



Vistas da antiga sala de música.



Coluna da antiga sala de música, e detalhe do capitel.



Detalhes da antiga sala de música, e lustre de cristal.



Vista da sala de estar a partir da sala de jantar, e vista da sala de jantar.



Sala de jantar, vendo-se ao fundo a porta para a cozinha.



Lustre e pintura da parede, na sala de jantar.



Mobiliário da época da construção.



Corredor de acesso à área íntima e à de serviços.



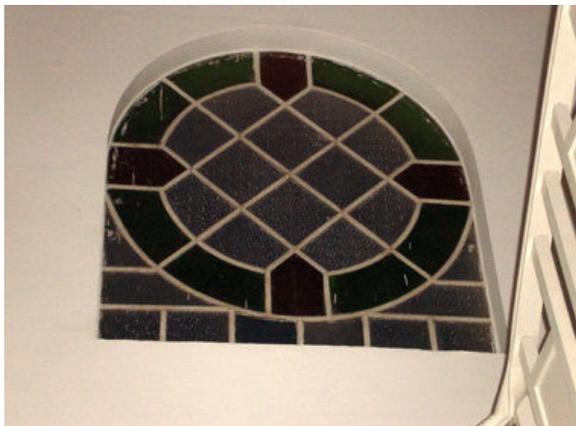
Sala de TV, no térreo.



Vistas internas da cozinha.



Vistas da escada de acesso ao andar superior.



Vitral, e escada em madeira.



Vistas da escada e do guarda corpo.



Hall do andar superior.



Dormitório, no andar superior.

A escada que leva ao segundo pavimento chega a um hall, que dá acesso aos dormitórios e ao banheiro aí existentes. Há nesse pavimento quatro varandas, nos quatro cantos da edificação, para onde se abrem os dormitórios.

As portas principais são em madeira e vidro, de uma ou duas folhas de abrir, e a porta que separa a sala de estar da sala de música é de quatro folhas em madeira e vidro. As janelas são em madeira, de veneziana de abrir e de guilhotina com vidro nos dormitórios, e de ferro e vidros coloridos em outras dependências. Os lustres são originais. O piso dos alpendres é ladrilho hidráulico com motivos geométricos, e o piso da sala de estar é o mesmo do alpendre de acesso principal. Nas salas de jantar e de música o piso é em madeira, bem como no pavimento superior. Na cozinha, na sala de almoço e nos banheiros o piso é cerâmico.



Dormitório voltado para a esquina, e janela com muxarabi.



Sacada e piso do dormitório voltado para a esquina.

De acordo com a proprietária, as pinturas existentes nas paredes da sala de jantar foram cobertas, e o banheiro do pavimento superior foi modificado. No térreo, o único dormitório existente nos fundos foi dividido, sendo agora uma suíte. Não foi precisada a data das modificações. Notamos que na saleta no térreo havia uma janela, que foi fechada.

Abaixo, lustres originais existentes no casarão.



Janela fechada em data não sabida.



Lustre da sala de música.



Lustre da sala de TV.



Lustre de dormitório.

Casarão Norma Barsotini

Foi edificado pelo fazendeiro e advogado Capitão Eduardo Leite Vieira, e aparece na Poliantéia, de 1949, como sendo de sua propriedade. A atual proprietária, que mora no imóvel, é viúva do neto do Capitão, e mantém no casarão móveis antigos, além de cuidar para que a edificação não sofra alterações que a descaracterize.

Em 1931 foi o local escolhido para hospedar o Cardeal Leme, pinhalense, o segundo cardeal do país e da América Latina, um dos responsáveis pela campanha pelo monumento do Cristo Redentor no Rio de Janeiro (BARTHOLOMEI, 2010).

O casarão encontra-se da área envoltória de bens tombados, definida pela Resolução SC-35, de 16.11.1992, processo de tombamento no 26.264/88, arquivo do Condephaat.



Casarão Norma Barsotini, em data desconhecida.

Fonte: Poliantéia (1949).



Multidão em frente à residência do Cap. Eduardo Leite Vieira, onde ficou hospedado o Cardeal Leme durante sua visita, em janeiro de 1931. Fonte: Bartholomei (2010).

responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato

Norma Barsotini

data

Setembro / 2007 452

ARQUITETURA RESIDENCIAL URBANA ESPÍRITO SANTO DO PINHAL, 1880-1930

FICHA DE LEVANTAMENTO

identificação

data da construção

Casarão Francisco Belize

1930

endereço atual
Praça da Independência, 309 - Centro

endereço original
Praça da Matriz

primeiro proprietário
Dr. Francisco Belize

atual proprietário
Ilusca Tereza Vergueiro Baldassari

uso original
Residência

uso atual
Residência



construtor **Giovanni Turbiani** área construída **237,74m²**

- Casarão Francisco Belize
- Bens Públicos
- Áreas Verdes

localização



Fachada principal. 2010.

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Ilusca Baldassari

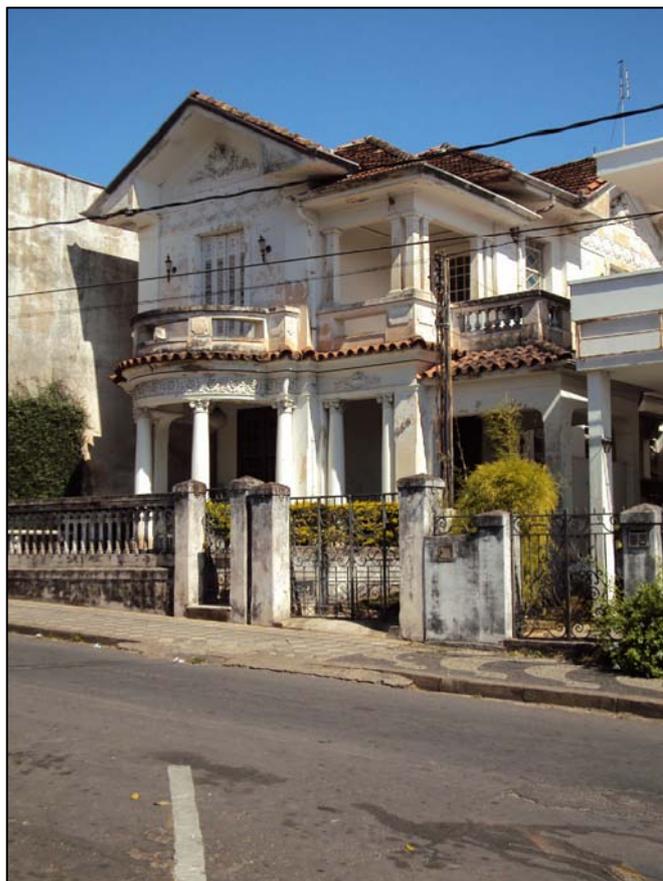
data
Fevereiro / 2007 453

Casarão Francisco Belize

O casarão localiza-se no centro da cidade, em uma das quadras em torno da Praça da Independência, onde está implantada a Igreja Matriz. Ocupa um lote no meio da quadra, que faz frente com a referida praça, e apresenta volumetria movimentada.



 **Casarão Almeida Vergueiro**



Fachadas principal e lateral. 2010.



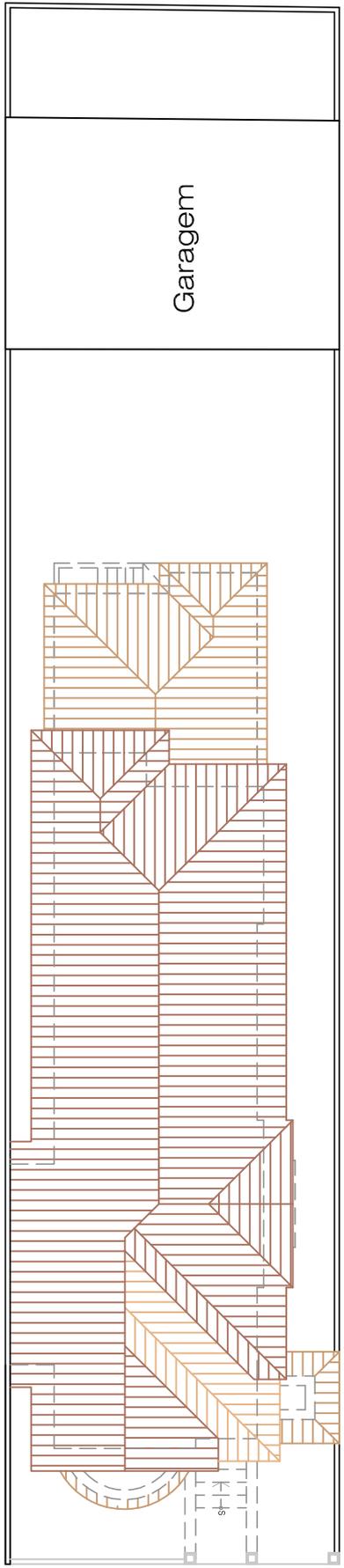
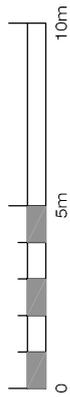
Praça da Independência, com o casarão à direita. 2010.

Casarão Francisco Belize

Casarão Francisco Belize

Praça da Independência, 309

Área Total = 337,74m²



PÇA. DA INDEPENDÊNCIA

Acesso Principal

Acesso Veículos

responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato

Ilusca Baldassari

data

Fevereiro / 2007 455

Casarão Francisco Belize

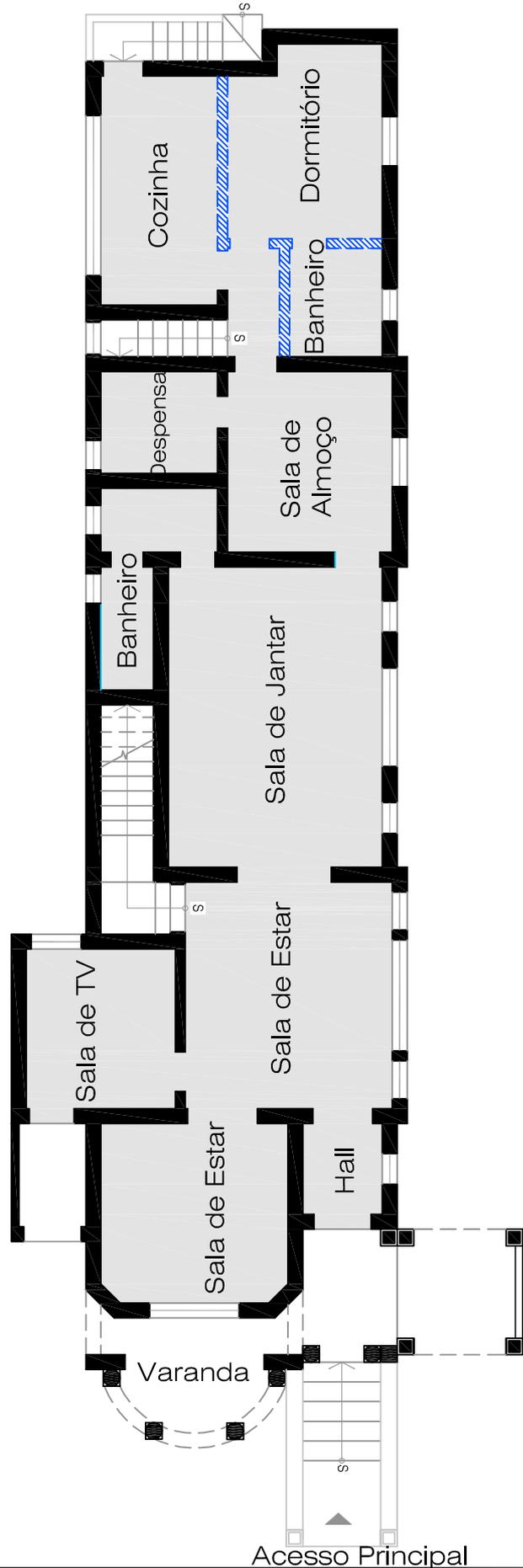
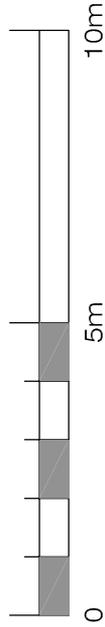
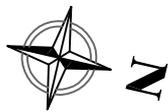
PLANTA
Pavimento Térreo

Casarão Francisco Belize

Praça da Independência, 309

A= 191,11m²

 Construído
 Demolido



responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Ilusca Baldassari

data
Fevereiro / 2007 456

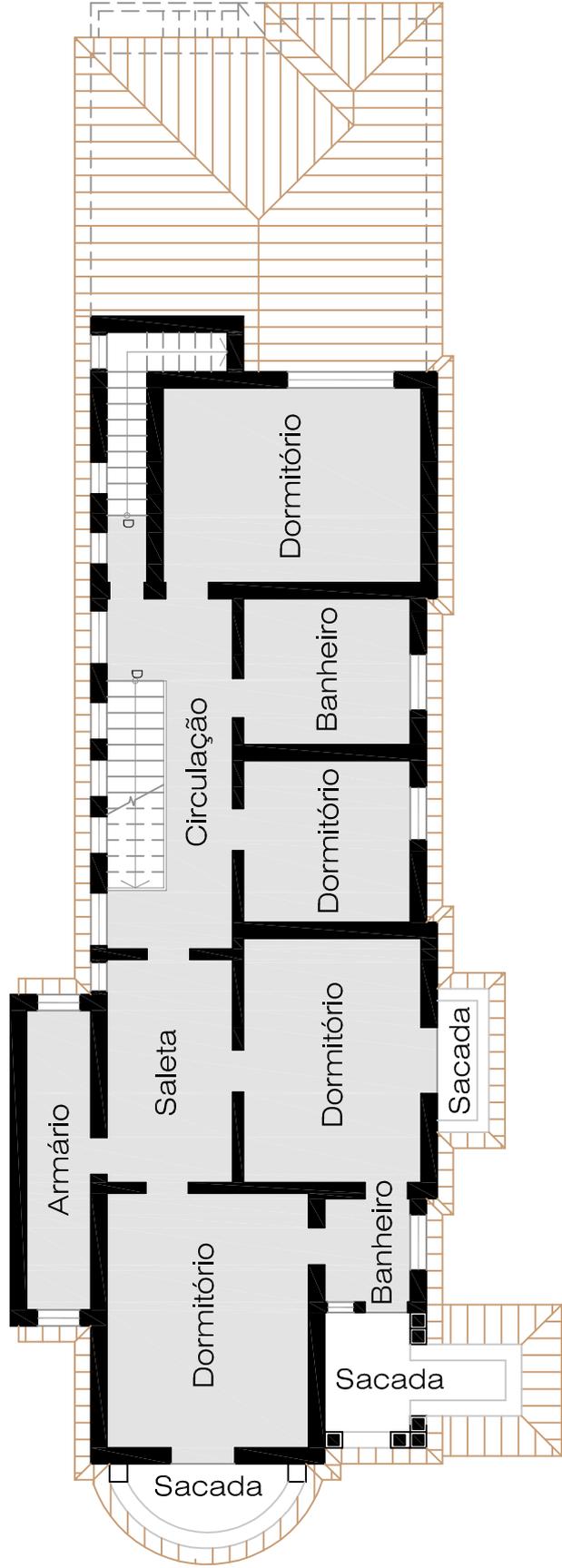
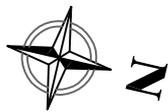
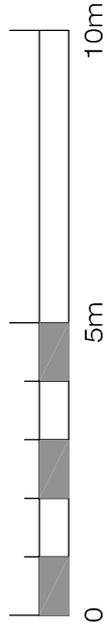
Casarão Francisco Belize

PLANTA
Pavimento Superior

Casarão Francisco Belize
Praça da Independência, 309

A = 146,63m²

 Construído
 Demolido



▲
Acesso Principal

responsável
Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato
Ilusca Baldassari

data
Fevereiro / 2007 457

É um sobrado, de uso residencial, elevado do solo e com porão no fundo aproveitando o desnível do lote, erguida no alinhamento de uma lateral, com recuo do outro lado sem jardim e com jardim frontal, no estilo eclético com referências neocoloniais e estilo missões. Apresenta volumetria movimentada, fachadas assimétricas, telhados movimentados em várias águas, com beirais e acabamento em estuque. A profusa ornamentação das fachadas apresenta elementos ecléticos, como as colunas clássicas e os balaustres no balcão lateral. A presença do estilo missões pode ser notada pelos lampiões de ferro na fachada principal, e também pela forma semicircular do balcão. A entrada principal está voltada para a praça, e há um acesso de serviços e automóveis que leva ao fundo do lote, onde há garagem, e onde há acesso para o casarão pela cozinha. Tem base em alvenaria, e o fechamento do recuo frontal é fechado por meio de balaústres, tendo portão de ferro artisticamente trabalhado para acesso de pedestres, e outro portão em ferro, também trabalhado, para acesso de automóveis. Os portões são separados por colunas.



Ornamentação eclética, cm referência ao estilo missões.



Entradas de pedestre e de automóveis, respectivamente.

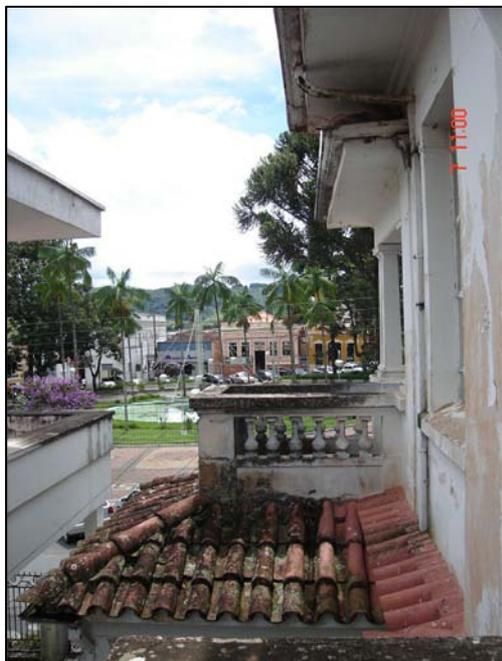


Sacada e detalhe dos telhados.



Varanda semicircular, com a porta da sala de estar.

A fachada frontal é assimétrica, e apresenta no centro um balcão semicircular, que forma uma varanda no térreo e uma sacada no andar superior. As esquadrias são em madeira, e as janelas de veneziana de abrir. A fachada lateral também apresenta assimetria, com saliências mínimas marcando a sala de jantar e a sala de almoço, com o telhado em duas águas sobre o ressalto da sala de jantar, que tem no pavimento superior uma sacada. Toda a extensão das fachadas é marcada na laje de piso do pavimento superior por um elemento como um beiral, mas saindo das paredes. A fachada dos fundos não tem aberturas, só a porta que leva da cozinha ao quintal por uma escada, para vencer o desnível do terreno, e tem volume saliente, sem ornamentação.



Sacada do banheiro, no segundo pavimento.



Fachada lateral, com vista da sacada de dormitório.



Detalhe do beiral que contorna a edificação na altura da laje do segundo pavimento.



Vista interna da varanda semicircular.

A entrada da edificação se dá por um patamar sobre o qual se abrem as folhas da porta principal, de duas folhas de abrir com vidros coloridos e ornamentação em gradis de ferro artisticamente trabalhados. A escada que leva da calçada até o hall da porta de entrada principal é em mármore branco, e o piso é de ladrilho hidráulico em preto e branco. Do lado oposto, junto ao alinhamento do lote, há a porta que dá acesso ao que hoje é uma sala de TV, e que na década de 1930 era a entrada do consultório médico do proprietário. É como a porta da entrada principal, de duas folhas de abrir, em madeira e vidro, e para se chegar nela passa-se por um hall externo, coberto.



Vista interna da porta principal.



Piso em mármore preto e branco no patamar da entrada principal.



Hall de entrada, vendo-se a porta que dá acesso à sala de jantar ao fundo.

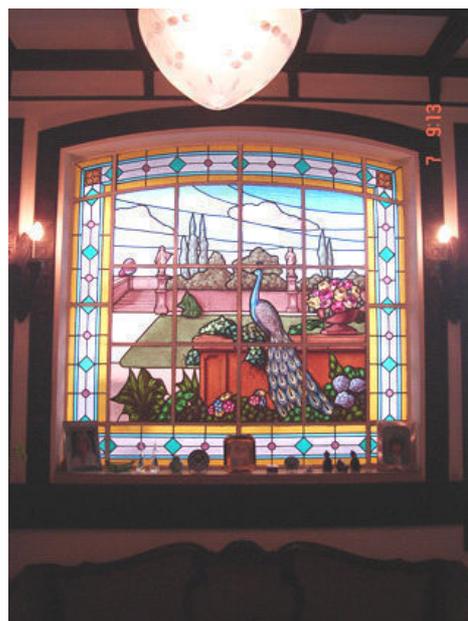
A planta se configura como as tipologias coloniais do século XIX, pois tem uma sequência de cômodos enfileirados, havendo a necessidade de caminhar por dentro deles para se chegar aos outros. A zona de estar é ornamentada. Existe um cômodo que servia de consultório médico para o proprietário, com acesso independente pelo jardim frontal. A partir do hall de entrada, acessa-se a sala de estar, com um grande vitral e teto ornamentado. Por essa sala chega-se a outra, cujas janelas se abrem para a frente do lote, no balcão semicircular, e que utilizada, segundo a proprietária, como sala de música. Ainda na sala de estar, acessa-se o antigo gabinete médico, hoje sala de televisão, a escada em madeira e a grande porta de madeira e vidro que leva à sala de jantar. Esta apresenta profusa ornamentação no teto, e réguas de madeira nas paredes, que já não possuem as originais pinturas. O piso da área social é o parquet, com composições em duas cores. Pela sala de jantar, chega-se a um pequeno lavabo construído embaixo da escada, e à copa, ao depósito e à cozinha, ambientes modificados. A cozinha foi subdividida e diminuída, e o espaço remanescente transformado em uma suíte.



Vista interna da porta de entrada principal.



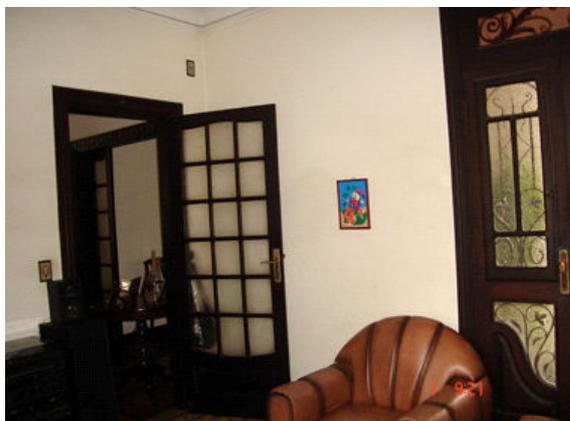
Sala de estar, com a porta de acesso ao antigo consultório médico à esquerda, e a escada de acesso ao andar superior à direita.



Vitrail importado da Itália.



Detalhes do teto e parede, e lustre da sala de estar.



Antigo consultório médico, hoje sala de TV.



Porta de acesso à antiga sala de música, hoje sala de estar, e a sala por dentro, com as pinturas das paredes cobertas.



Lustre da sala de estar e detalhe do acabamento.

Existem duas escadas que dão acesso ao piso superior, uma a partir da sala de estar, como já foi dito, e outra em área reservada, a partir da copa. No andar superior há um grande hall, de onde se pode ver os vitrais que acompanham a escada, e de onde se acessa um dormitório, voltado para os fundos, um banheiro da época da construção, que ainda apresenta as peças sanitárias originais, e uma saleta íntima. Passando por essa saleta, acessam-se dois dormitórios, ambos com balcões, e um armário. O dormitório que se abre para o balcão semicircular, na frente da edificação, é uma suíte, e a porta do banheiro se abre para um terceiro balcão, que se estende até o alinhamento lateral do lote. Todo o perímetro da edificação apresenta, na altura da laje, um pequeno beiral. O piso dos banheiros do piso superior são ladrilhos hidráulicos originais, e assoalho nos demais cômodos.



Vistas da sala de jantar.



Detalhes do teto da sala de jantar.



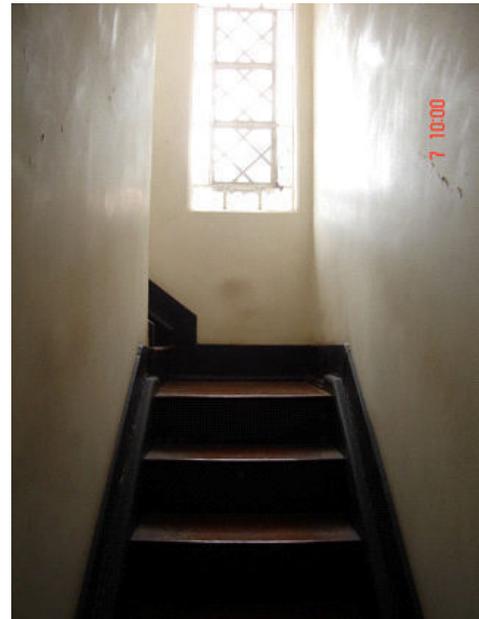
Ornamentação do teto da sala de jantar.



Sala de jantar, vendo-se ao fundo a porta para o lavabo à esquerda, e a porta para a zona de serviços à direita.



Copa, com a porta do depósito e da cozinha ao fundo.



Escada de acesso ao andar superior a partir da zona de serviços.



Vista da cozinha.



Fachada do fundo.



Garagem, e detalhe do ornamento.





Escada de acesso ao andar superior, a partir da sala de estar.



Janelas da parede da escada.



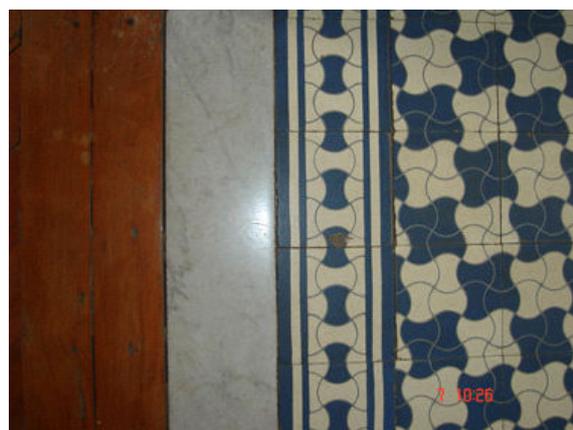
Dormitório voltado para o fundo.



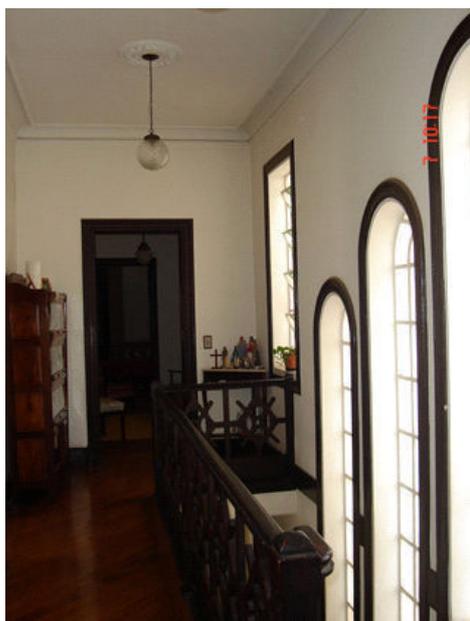
Detalhe do guarda corpo da escada, e relógio da época da construção.



Vistas do banheiro, com as peças originais.



Detalhes do piso do banheiro.



Vista do hall e da saleta, respectivamente.



Lustres dos dormitórios.



Porta de dormitório.



Detalhes de ornamentação e de luminária.



Piso e colunas da sacada do banheiro da suíte.

De acordo com a proprietária, a cozinha do casarão foi reformada em 1980, sendo subdividida e diminuída. Dessa forma, houve espaço para a inserção de uma suíte no pavimento térreo. As pinturas parietais das áreas de estar foram cobertas pela mãe da atual proprietária, em data não sabida.



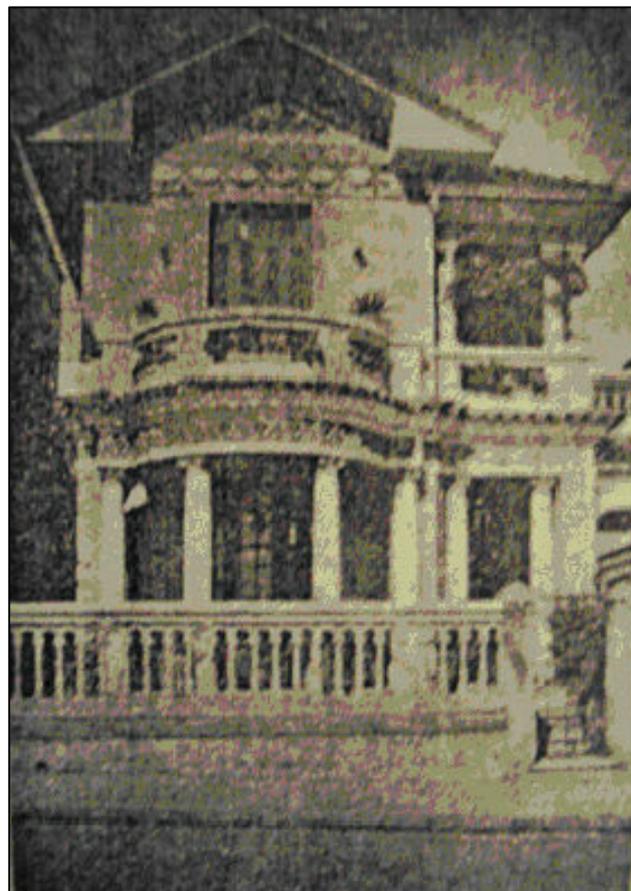
Estado de conservação precário das fachadas, onde podemos ver problemas de umidade em várias partes e no embasamento, e pinturas descascadas. Já o interior da edificação está bem conservado.



Casarão Francisco Belize

Foi edificado em 1930, por Francisco Belize, médico e tio avô da atual proprietária, Ilusca Tereza Vergueiro Baldassari. Utilizava o escritório da residência para atender pacientes. Aparece em foto de 1936 como sendo de propriedade do Capitão Antenor de Almeida Vergueiro, avô de Dona Ilusca.

O casarão encontra-se da área envoltória de bens tombados, definida pela Resolução SC-35, de 16.11.1992, processo de tombamento no 26.264/88, arquivo do Condephaat.



O casarão na década de 1940, pertencente a Antenor Vergueiro, e ao lado um casarão em estilo neocolonial pertencente a Rene Baldassari, demolido.

Fonte: Poliantéia (1949).

Foto de 1936.
Fonte: Caldeira (1936).

responsável

Camila Corsi Ferreira
Arquiteta e Urbanista

contato

Ilusca Baldassari

data

Fevereiro / 2007 469

ANEXO 01. Colônia Nova Louzã

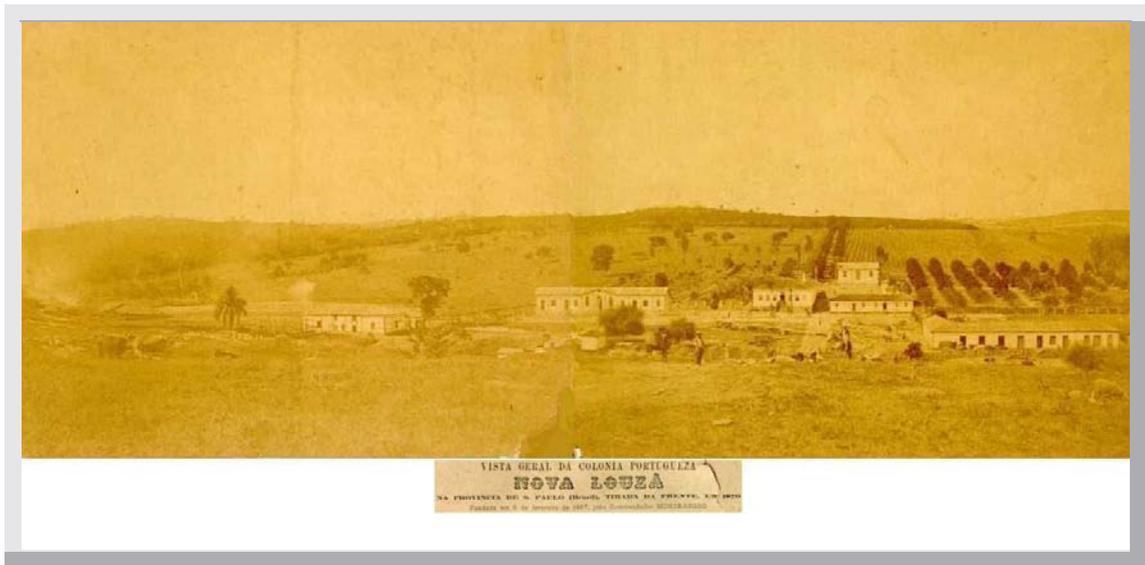


Figura 01. Vista da Colônia Portuguesa Nova Louzã, em fins do século XIX.

Fonte: <http://www.proerdpinhal.com.br>

Em 25 de Janeiro de 1867 foi comprada a fazenda, em que se fundou esta Colônia, pelo actual proprietário, como consta da escritura pública passada no livro de notas do escrivão do juízo de paz da freguesia de Mogy-Guassú.

Acha-se esta fazenda situada na freguesia do Espirito-Santo do Pinhal, município e comarca da cidade de Mogy-Mirim, de onde dista três léguas.

Na época da sua compra, ela não continha mais do que 200 alqueires de terreno (cada alqueire contém 5 000 braças quadradas), mas, com a aquisição de vários terrenos que temos comprado, possui actualmente o estabelecimento 400, sendo as terras de superior qualidade para a cultura e duma uberdade prodigiosa.

Acha-se em via de construção a estrada de ferro de Campinas a Moy-Mirim.

II

No dia 6 de Fevereiro daquele ano entraram na nova Colônia os primitivos moradores, em número de 30, inclusivamente o seu proprietário e fundador.

O número actual de moradores do estabelecimento eleva-se a 80, entre homens, mulheres e crianças, sendo algumas nascidas e baptizadas na Colônia.

Naquele número se compreendem alguns artistas; carpinteiros, pedreiro, ferreiro, sapateiro, etc., sendo todos os empregados da casa naturais da comarca da vila da Lousã, em Portugal, de onde também o é o proprietário do estabelecimento, que daquela formosa terra saiu em demanda do Brasil, faz hoje 32 anos.

É pois todo o pessoal escolhido por nós, ou por pessoa não menos competente, sendo todo laborioso, activo e morigerado; lisonjeando-nos portanto de que todos os nossos empregados sejam naturais da terra de nosso nascimento.

Para comprovar o que deixamos dito, além de outras circunstancias felizes, bastará apontar que, não seguindo nós o sistema geralmente adoptado na província, de locação de serviços, vulgarmente chamado —engajamento, — dos poucos empregados, que se hão retirado da colónia (dois acham-se estabelecidos na lavoura, em terras próprias), ainda nenhum nos prejudicou deixando de pagar o que deviam.

III

O sistema, pois, adoptado no estabelecimento para a retribuição do serviço, é o salário mensal, o único sistema que deixa de produzir descontentamentos nos colonos, causar ou dar azo a queixas e até a sérios motins, como tem sido exemplo vivo algumas colónias desta bela província.

O imigrante, que vem justo por salário, já sabe qual o interesse, que deve auferir, deixando de ser imbuído de promessas artificiosas, como é norma empregar-se para com aqueles, que são contratados, segundo o sistema de parceria, que, salvo raras e honrosas excepções, só tem servido para desacreditar a colonização na Europa.

Quando em Abril de 1870, o muito ilustrado sr. dr. João Pedro Carvalho de Moraes, veio em comissão do Governo Imperial visitar as colónias desta província, no relatório que apresentou ao Exm.º Ministro da Agricultura e que por este foi apresentado ao Corpo Legislativo, dizia que era cedo para decidir-se se os resultados que tínhamos alcançado eram devidos às excelentes relações, que mantínhamos com os nossos empregados, ou às regras que regulavam essas relações. E findando o seu trabalho sobre a Nova-Louzã diz: «A questão, porém, é de facto, e sua apreciação depende do conhecimento exacto de todas as suas circunstancias e experiencias».

E tinha razão o ilustre funcionário público, que actualmente administra a importantíssima província de S. Pedro do Rio-Grande do Sul. A questão é de facto, e contra factos não há argumentos.

Aí estão quase seis anos de vida da nossa Colónia, que depõe a favor do sistema, que adoptamos.

Estamos piamente convencidos que o progresso do nosso estabelecimento, a paz, a harmonia e moralidade, que nele tem existido, não é unicamente devido à boa escolha do pessoal e às boas relações, que existem entre ele e seu chefe e amigo, mas também, e em grande parte ao sistema do salário.

Temos fé que este sistema ainda se há- de vir a generalizar na província para interesse dos imigrantes e dos próprios lavradores.

Citaremos um exemplo único, mas de bastante força, a nosso ver, que confirma a nossa humilde opinião.

Chega um colono à província e entra na colónia, suponhamos, com uma divida de 150\$000. O fazendeiro, em regra, faz-lhe entrega de certo e determinado número de pés de café, já cansados ou velhos, em terreno baixo, e por conseguinte mais sujeito à acção destruidora da geada.

No fim do ano o pobre colono, em vez de ter amortizado a sua divida aumentou-a consideravelmente, porque a geada queimou-lhe o cafezal e ele para poder subsistir e sua família, teve de recorrer à bolsa do proprietário e aumentar, portanto, o seu débito e agravar a sua triste situação.

Além do exposto acresce a circunstância de que, para adoptar-se o sistema de parceria, é indispensável que exista uma completa confiança entre o fazendeiro e o colono, e entre pessoas, que não se conhecem, como há-de dar-se esta circunstância?

A confiança, pois, é substituída pela desconfiança. O proprietário é, em regra, quem manda ao mercado, nas praças marítimas, os géneros coloniais ou agrícolas e a venda destes faz-se segundo suas indicações e só no fim do ano é que o colono recebe a conta e a parte, que lhe pertence dos géneros vendidos.

Conhecemos muitos fazendeiros de uma honradez e probidade a toda prova, que possuem grandes e importantes colónias nesta província, mas que apesar da sua probidade não estão salvos das desconfianças dos seus empregados ou consócios. O colono nem por isso deixa de queixar-se que foi iludido na venda do café. Onde está a causa? Está no vício do sistema de parceria.

Os anos de 1870 e 1871 foram de tristes e funestas recordações para a lavoura de S. Paulo: tal foi a abundância de geada que, felizmente, por um destes fenómenos da natureza, só aparecem em períodos de 20 ou de 30 em 30 anos.

A imprensa da província e até mesmo a da corte amiudadas e repetidas vezes tem publicado queixas amargas dos colonos de várias fazendas em relação à sua sorte, que se acha agravada com o crescente e espantoso aumento de suas dívidas; e, em mais de uma colónia teve a autoridade que syndicar destes factos, aliás pouco agradáveis para o fazendeiro e para o emigrante.

Nas colónias, como a de que tratamos, onde impera o sistema do ordenado mensal, só em circunstâncias anormais para o trabalhador deixará este de ter pago o seu débito no fim de 18 meses.

O empregado António da Serra, um dos fundadores do nosso estabelecimento que ainda nele reside com toda a sua família, entrou na Colónia com sua mulher e sete filhos, sendo dois muito crianças, os quais pouco ordenado recebiam por causa de sua pouca idade.

Apesar dessa circunstância e entrar sobrecarregado com uma dívida superior a 600\$ no fim de 16 meses estava quite.

Mas, tal é a força da opinião a favor do sistema de parceria, que o próprio Governo Imperial, até hoje, concede muito maior protecção pecuniária ao imigrante, que vier trabalhar em colónias onde é adoptado este sistema.

Felizmente, não poucos fazendeiros tem visitado o nosso modesto estabelecimento e alguns de entre eles tem saído convencidos da vantagem do sistema por nós adoptado e seguido.

De entre eles nomearemos o nosso excelente amigo, o sr. João Manuel de Almeida Barbosa, um dos mais opulentos e conceituados fazendeiros do rico município de Campinas, que demorando-se alguns dias nesta Colónia, fazendo um estudo prático de tudo quanto dizia respeito ao trabalho, ordem e sistema nela adoptado, daí a meses convidou-nos para, de sociedade com ele, estabelecermos uma colónia em parte da sua grande e rica fazenda, a cujo convite só ultimamente acedemos.

A imprensa da província e mesmo a da capital do Império também tem tomado a peito tudo quanto se refere à imigração, e nomeadamente à Nova-Louzã.

Na Memória, que escrevemos em 1870, o "Diário do Rio de Janeiro", o nestor ou patriarca dos jornais do Brasil, publicou todo o conteúdo desse nosso humilde trabalho.

O "Diário de S. Paulo", a "Gazeta de Campinas" e o "Correio Paulistano", além de outras folhas, têm dado à luz artigos, que muito nos lisonjeiam, acerca do nosso estabelecimento e do sistema adoptado.

A "Vida Fluminense", excelente folha semanal ilustrada que se imprime no Rio de Janeiro, não só escreveu um belo artigo relativo à nossa Colônia, como até nos penhorou publicando o nosso retrato.

O "Echo Americano", folha também ilustrada, e de reconhecido merecimento, impressa em Londres, e em língua portuguesa, honrou-nos como a "Vida Fluminense".

Ultimamente até o "Jornal do Comércio" da corte, sem dúvida o órgão de toda a imprensa brasileira que goza de mais preponderância, e que exerce mais influência sobre as coisas públicas do país, também se pronunciou a respeito da Nova-Louzã e do sistema do jornal dum modo tão judicioso, como lisonjeiro para nós.

Temos sido mais extenso neste capítulo, do que, comporta o limitado espaço deste opúsculo, mas, mau grado nosso, não podemos deixar de assim proceder, tal é a importância que ligamos ao assunto.

IV

Esta fazenda acha-se linda e vantajosamente situada no sopé duma extensa e vistosa colina. Do centro das casas corre uma rua em linha recta ao cafezal, que mede 150 braças, orlada de ambos os lados de árvores frutíferas e arbustos. De um lado acha-se a colina revestida duma linda vinha, que contém 5.000 pés de parreira ou videira, e que no próximo ano deve duplicar o seu número. Da outra margem da rua acha-se o terreno coberto de grama, que serve de pastagem aos animais da fazenda.

A parte mais elevada da colina acha-se coroada dum extenso cafezal, e ao longe, como que servindo de moldura a este pitoresco quadro, na montanha mais elevada da fazenda, vê-se outro lindo cafezal circulado de majestosa floresta virgem, menos na sua base.

Em frente às casas, na extrema do terreiro corre placidamente o ribeiro —Arouce, — cujas águas servem de força motriz às máquinas de beneficiar algodão, aos moinhos, e aos "monjolos".

Dentro das duas cozinhas correm bicas de água límpida, e no alto do pomar e hortas desliza-se um pequeno arroio, cujas águas os fertilizam.

Na época da fundação, apenas encontramos uma pequena e tosca casa de vivenda, cozinha e casa de "monjolos". Actualmente à no estabelecimento boas casas de residência, paióis ou tulhas para café e géneros alimentícios, moinhos, casa e máquinas para descarregar e enfardar algodão, ranchos ou telheiros, etc.

Quanto à parte relativa à lavoura, diremos que apenas encontramos cerca de 20.000 pés de café em mau estado. Actualmente já o estabelecimento conta cerca de 100.000 pés.

Na fazenda cultiva-se com abundância toda a sorte de géneros alimentícios para uso dos empregados, como seja: o milho, o feijão, o arroz, legumes e farináceos.

O principal ramo da lavoura é o café, mas também temos tratado do plantio do algodão, cuja cultura teremos que abandonar logo que os cafezais novos produzam café com abundância; não procedendo assim em relação à cultura da parreira americana, que produz maravilhosamente, sendo apenas suficientes de 80 a 100 pés para uma pipa de vinho, cuja qualidade é semelhante ao Bordeaux.

Também temos ensaiado a cultura de algumas qualidades de uvas da Europa que, suposto produzam muito menos do que a parreira americana, nem por isso tem deixado de dar algumas uvas de tamanho regular e dum sabor muito agradável.

Resta dizer que 10.000 pés de café produzem, termo médio, de 800 a 1,000 arrobas de café.

V

O alimento comumente fornecido aos empregados consta do seguinte: depois que saem da cama tomam café e uma fatia de pão de milho, a que geralmente na Europa se chama broa. O almoço consta de feijão, hortaliças e arroz. Ao jantar comem sopa, arroz ou carne, alternadamente. À noite ceiam e no fim da mesma tomam café. Em todos os quartéis tem à sua disposição e à vontade, broa ou pão de milho.

Se acontece molhar-se o empregado no serviço, dá-se-lhe um cálice de aguardente, e o mesmo se faz em dias de maior calma.

VI

Os filhos menores dos empregados também são alimentados à custa da casa, e do mesmo favor gozam seus pais, em relação a todo o tratamento quando doentes; médico, botica, etc.

Tanto os trabalhadores, como os menores têm roupa lavada e remendada à custa da casa.

VII

Sobre indústria pouco temos que dizer. No entretanto, fabrica-se na Colónia azeite de mamoto para seu gasto, sabão, velas de sebo, fia-se algodão à roda, tece-se para uso de roupa grossa, bem como para toalhas e sacos.

VIII

Relativamente ao clima da fazenda, ele não se precisa recomendar, se dissermos que em um prazo aproximado de seis anos não temos tido doenças endémicas ou epidémicas, e que apenas tivemos que lamentar o falecimento de um empregado, que sucumbiu a um ataque apoplético fulminante.

Manda porém a verdade que se diga que no estabelecimento não se desprezam as condições higiénicas, que estão ao nosso alcance fazer manter e respeitar.

Embora já falássemos de passagem sobre o pessoal da Colónia, não podemos furtar-nos à doce satisfação de dizer que todos os documentos oficiais ou graciosos, que publicamos na Memória sobre esta Colónia em 1870, acham-se inteiramente no mesmo pé, não só quanto ao bom comportamento dos nossos empregados, como também no que individualmente nos diz respeito em relação aos mesmos.

Até hoje nem uma desordem, nem uma queixa de estranhos contra qualquer empregado do estabelecimento, ou destes contra seu chefe.

Nem a autoridade se há visto incomodada com queixas dos nossos empregados, nem também de pessoa alguma contra eles; e se ela tem honrado este estabelecimento por mais de uma vez, tem sido sempre debaixo do caracter particular e nunca oficial.

Continuamos pois a ufanar-nos de contarmos no nosso estabelecimento gente de tão apreciáveis e bons costumes e filha da terra do nosso nascimento.

X

Dois anos de grande geada causaram males e atrasos incalculáveis à lavoura de café nesta bela província.

Este estabelecimento não foi daqueles que mais sofreu, porquanto, como é notório, não poucos lavradores de café ficaram completamente arruinados e muitos atrasados. Nós somos dos últimos.

A falta de prática e mesmo conhecimento dos terreno mais próprios para a plantação de café em a nossa fazenda fizeram que tivéssemos plantado 20.000 pés de café em lugar mais baixo, e portanto mais sujeito à acção destruidora da geada da qual foi vítima todo esse cafezal, além de perdermos mais 5.000 mudas de café novo chamado replantas, em outro cafezal.

Em dois anos as nossas plantações de algodão, bem como a de muitos outros lavradores, foram quase que completamente devoradas pela lagarta.

Isto suposto, nunca nos faleceu o ânimo, e, mercê de Deus, esperamos que em breve chegaremos à época em que vejamos os nossos esforços coroados de um animador resultado.

Novas plantações de café em terrenos mais altos e onde a geada nunca chegou a causar o menor estrago não só substituíram aqueles que a geada queimou, como ainda aumentaram o seu número.

A nossa lavoura tem tido um regular merecimento, e as obras tanto para cómodo dos colonos, como também para diferentes misteres do estabelecimento, tem tido seu impulso e nomeadamente a construção de casas e máquinas para o beneficio do algodão, tanto para o descaroçamento como para o enfardamento.

XI

Sempre que se trata de promover e animar a emigração da Europa, dividem-se as opiniões sobre a preferencia que se deve dar à nacionalidade do emigrante. Este prefere o alemão, aquele o suíço, e a maior parte faz recair a sua escolha sobre o português, não só pela identidade da língua e da religião como também pela afinidade de costumes e doutras circunstâncias.

O "Correio do Brasil", folha diária que se publica no Rio de Janeiro, e de incontestável interesse e merecimento, em o seu n.º 226, de 14 de Agosto último, contém um excelente e judicioso artigo editorial, que muito honra a illustração e bom senso daquela redacção, sobre a imigração para o Brasil, dando a preferênciã à nacionalidade portugueza.

É verdade que Portugal não tem uma população tão abundante, que só por si possa suprir o grande número de braços livres, de que em tão vasta escala precisa este Império gigante, mas, também é inegável que ainda pode dispensar um bom número de seus filhos que não só venham engrossar a torrente da emigração europeia, fazendo crescer a população e aumentar a riqueza pública deste hospitaleiro país, como também fazer que parte dessa fortuna angariada pelo braço português reverta em benefício da família e da pátria do emigrante.

Eis aqui conciliada a reciprocidade de interesses.

E se alguns, ou mesmo muitos emigrantes voltarem ao seu país com alguma fortuna, longe de prejudicarem os interesses do Brasil e os interesses da emigração, serão a mais poderosa e mais competente recomendação a bem da causa da colonização.

Se o emigrante europeu, que se dedica à lavoura junta alguma fortuna, ninguém deve ter ciúme do resultado do seu trabalho, e muito menos pretender tolher-lhe o indisputável direito de dispor dela a seu arbítrio e belo prazer. Se ele não tivesse remexido e explorado a terra com a sua enxada, ela não teria produzido o café, o algodão, ou o tabaco (fumo) que não só melhorou a fortuna particular do proprietário, como também aumentou a fonte da receita pública, o que também se comprova com o articulado no citado relatório do digno comissário do Governo Imperial.

Há cerca de cinco meses saíram desta colônia, com destino a Portugal, dois dos fundadores do nosso estabelecimento.

Vieram aqui pagar as suas passagens com o fruto do seu laborioso e honesto trabalho, e voltaram ao seu país no fim de cinco anos e meio de ausência, com algumas patacas, ou com algumas dezenas de moeda, que adquiriram com seus esforços e economia.

Já mataram saudades da pátria e das famílias, e em breve estarão de novo na sua segunda casa, como eles chamam a Nova-Louzã.

Certamente esta pequena quantia, que os nossos antigos empregados levaram para o seu país, e com a qual fizeram bem às suas famílias, não diminuiu a riqueza pública ou particular deste riquíssimo país.

A sua volta à terra do seu nascimento não foi prejudicial à causa da emigração para o Brasil, antes pelo contrário, pois foi despertar em muitos filhos do povo o desejo, que aliás nunca tinham alimentado, de emigrarem para este Império, e nele tentarem fortuna.

Se o Governo de Portugal entende que ao país é inconveniente a emigração para o estrangeiro, proporcione aos filhos do povo meios de melhor subsistência, fazendo abrir novas vias de comunicação, decretando o esgoto de tantos pântanos, que inutilizam grande parte de terrenos que, podiam ser aproveitados em vantagem da agricultura e riqueza particular e pública, além de outras medidas de que pode lançar mão em vista de melhorar a condição dos proletários.

É deste modo que o Governo do meu país pode opor legais e louváveis embaraços à emigração, mas nunca coibir a liberdade ao cidadão de abandonar a sua pátria em demanda de novos países, em procura de tornar melhor a sua sorte.

Vários estadistas e homens, eminentes nas letras do nosso país, têm tratado magistralmente desta questão, e nomeadamente um dos nossos mais ilustres patriotas, como seja o sr. Latino Coelho, cuja opinião neste ponto seguimos completamente.

Conhecemos que somos suspeitos porque temos colónias no Brasil, mas as autoridades do nosso país que cumpram o seu dever coibindo os abusos, que porventura se derem na aquisição de colonos, e nunca embarçando de um modo ilegal e reprovado a emigração espontânea e livre de promessas artificiosas ou enganadoras.

A este respeito dizemos, embora de passagem, que a melhor recomendação, que temos a favor deste estabelecimento, são os pedidos, que em sua maior parte os nossos empregados nos dirigem para mandarmos vir parentes ou vizinhos seus.

Também não nos é menos lisonjeiro o juízo, que a tal respeito tem feito a imprensa do nosso próprio país, e nomeadamente o "Conimbricense", cujas honrosas palavras aqui não podemos transcrever por falta de espaço.

Se por seu lado o governo do Brasil deseja sinceramente promover a emigração para este país, dê mais largas à protecção, que ainda tão acanhadamente lhe concede, e corte de uma vez tudo quanto humanamente lhe seja possível para que o emigrante não seja prejudicado em seus direitos e defraudado em seus interesses.

A sábia e humanitária lei de 28 de Setembro de 1871, que tão profundo golpe deu na escravidão, e que considera-se como a precursora de sua completa emancipação, deve ser acompanhada de perto, e com verdadeiro zelo e empenho, de medidas vantajosas a bem da emigração.

E dirigindo-me por último a alguns homens de ideias mesquinhas e ânimos apoucados na sua macieira de verem e ajuizarem do modo porque o europeu volta ao seu país com alguma fortuna, dir-lhe-emos que eles são os inimigos mais perigosos da causa da emigração e da prosperidade real do seu país.

Na nossa humilde opinião, o incentivo mais poderoso mesmo mais natural para chamar o laborioso camponês ao Brasil, é a visita ou mesmo a volta de alguns seus conterrâneos à terra da sua naturalidade, indo acompanhados de alguma, embora insignificante, fortuna.

Quereis vinte emigrantes agricultores? Fazei que um, somente um, volte ao seu país com alguma fortuna.

Muitas vezes a prática suplanta a teoria. Nesta questão falamos escudados na prática.

Se bem que o Brasil seja a terra hospitaleira por excelência, é inegável que as classes menos ilustradas ainda olham o estrangeiro, mesmo quando seja colono, com olhos de pouca benevolência.

Ora, se o Brasil tanto gosta de imitar os Estados-Unidos da América, porque neste ponto não há de seguir à risca o exemplo dos seus irmãos Americanos do Norte, que de braços abertos recebem todo o estrangeiro, proporcionando-lhe grandes meios de vida, e olhando-os sempre como a seus naturais ou conterrâneos?

Parece-nos que nisto está, em grande parte, o futuro desenvolvimento deste vastíssimo país, e o seu próprio engrandecimento.

Calcula-se que desde 1800 os Estados do Norte (só os do Norte!) da União Americana tem ganho pela emigração uma população de 17.500.000 habitantes, uma riqueza de 10.000.000 de contos de réis! (Vide o "Novo Mundo" vol. 2.º, n. 24, pag. 218.)

Não concluiremos este artigo sem fazermos uma observação que nos parece a propósito. É de grande necessidade e conveniência a reforma da legislação brasileira sobre contractos de locação de serviço.

Para que a colonização possa produzir os desejados e benéficos efeitos, e mesmo para que o emigrante possa transportar-se ao Brasil com mais ânimo e confiança, é, a nosso ver, indispensável que novos favores e mais latas garantias se concedam ao colono, do que lhes são dadas pela respectiva lei vigente.

XII

A linguagem, que empregamos no capítulo antecedente, será rude, e talvez até taxada de inconveniente por aqueles, cuja susceptibilidade não consente que se digam verdades desagradáveis ao seu melindroso paladar.

Isto suposto, preferimos sempre dizer a verdade descarnada ao tergiversar entre ela e a lisonja. Mas, nem assim entendemos que ela possa, nem de leve, ofender os interesses e nem mesmo os brios da terra do nosso nascimento, ou do país que hospitaleiramente nos acolhe.

Falando deste modo não fazemos mais do que seguir o natural impulso da nossa consciência, e o conselho do nosso grande épico que diz:

"Dizei em tudo a verdade

A quem em tudo a deveis".

Já que falamos na transição, porque está passando a lavoura, cuja causa principal talvez seja a falta de braços, além de outras que lhe são correlativas, resolvemos dizer aqui algumas palavras, que não sabemos se de todo serão alheias ao objecto primordial deste Opúsculo.

Além da falta de braços, uma das causas que mais actua sobre o estado menos animador da lavoura, do que ele poderia ser, é a falta de instrução teórica e prática do geral dos lavradores do país, que não se afastam, genericamente falando, do trabalho rotineiro.

Derrubadas de majestosas e ricas florestas, contendo inapreciáveis e abundantes madeiras de construção, e de matas novas, geralmente chamadas capoeiras, em seguida o fogo, que deixa tanta riqueza reduzida a cinzas, e mais tarde a enxada manual — eis em poucas palavras o sistema geralmente seguido nas lides da lavoura.

É verdade que alguns fazendeiros mais adiantados tratam de remediar a presente situação, e de prevenir o futuro, lançando mão de modernos instrumentos agrários, aperfeiçoando os processos agrícolas e superando em parte a escassez de braços.

Em várias fazendas notáveis já se lança mão do cultivador americano, do arado, que tem a grande vantagem de deixar a terra afogada, e doutros instrumentos agronômicos.

A grade, tão pouco usada ainda nessas mesmas fazendas, é um instrumento não só auxiliar do arado, como até indispensável do mesmo, senão o seu complemento.

Entre nós a maior parte dos terrenos, que se prestam à lavoura, são de feição montanhosa, e com especialidade aqueles que são próprios para o plantio do café.

Da natureza destes terrenos resulta que, sendo eles lavrados ou arados, como vulgarmente se diz nesta província, as águas pluviais conduzem pelos sulcos do arado as camadas vegetais para o fundo do declive dos morros.

O serviço da grade em seguida ao do arado, não só faz desaparecer aquele inconveniente, deixando lisa a superfície do solo, como até limpando o mesmo das raízes nocivas que ficaram depois da lavra.

O pequeno cafezal, que encontramos neste estabelecimento, e que conta maior antiguidade, tem sido beneficiado ou tratado por este sistema, tendo sido ao mesmo tempo ligeiramente estrumado, mostrando como consequência não só um lindo aspecto vegetal, como também dando maior produção de frutos.

Já fizemos sentir que a classe agrícola ressentia-se muito da falta de instrução própria.

O pouco ou muito, que alguns lavradores sabem, devem-no à sua força de vontade, à sua própria iniciativa acompanhada quase sempre de não pequenos sacrifícios pecuniários.

Mas como não ser assim? Onde está a fonte pública, onde o lavrador há-de ir beber, científica ou praticamente as luzes, de que necessita?

Ainda não houve uma assembleia legislativa provincial (certamente por motivos poderosos) que dotasse esta, talvez mais rica província do Império, com uma escola teórico-prática de agricultura, na qual os filhos dos lavradores pudessem ir estudar o verdadeiro sistema da lavoura.

Se tivéssemos um estabelecimento: desta natureza, qualquer filho do povo poderia ir aí, ao menos praticamente passar algumas semanas, embora mediante uma indemnização ou retribuição pecuniária, e colher melhoramentos vantajosos ao processo agrícola.

Resta-nos dizer alguma coisa sobre um objecto, que tem immediata relação com o articulado no presente capítulo.

Uma das maiores e mais deploráveis causas, que se opõem ao florescente progresso da lavoura, é a falta de um estabelecimento bancário-rural, onde o grande fazendeiro, ou o modesto lavrador, possa recorrer mediante a garantia de sua propriedade agrícola quando tem necessidade de dinheiro, não só para o custeio diário do seu estabelecimento, como também para a construção de obras indispensáveis e mesmo para a aquisição de braços.

Na falta deste salutar recurso, onde o lavrador poderia encontrar o capital mediante um juro módico e prazos largos, com amortização razoável, vê-se obrigado a recorrer ao particular, onde tem de sujeitar-se à excessiva e onerosa taxa de um e um e meio por cento, e algumas vezes à capitalização de seis em seis meses, tendo de sujeitar-se muitas vezes às exigências dum credor, quando para o seu estabelecimento apenas começava a despontar a brilhante aurora dum risonho porvir!

Porque os poderes públicos não olham séria e patrioticamente para estas e outras palpitantes necessidades da indústria agrícola, que é a indústria matriz de todas as outras do país?

A época, que atravessamos é crítica, mas os poderes públicos coadjuvados poderosamente pela iniciativa individual e pela força de vontade daqueles, que verdadeira e sinceramente almejam o brilhante futuro da lavoura, principal fonte de riqueza deste país, muito podem e devem fazer para conjurar a tempestade.

O tempo urge. Cada um que, se coloque no seu posto e avante!

Não era intenção nossa publicar este Opúsculo, mas sim fazer uma nova edição da Memória que já publicamos, isto porém mais de vagar, mas tendo de imprimir-se o novo regulamento, acedemos ao desejo que nos manifestaram alguns amigos, de fazer preceder o mesmo regulamento de algumas observações, que tivessem relação imediata não só com o nosso modesto estabelecimento, como também com a colonização, deixando para ocasião mais oportuna a publicação dum trabalho mais extenso e mais descritivo.

Após este ligeiro escrito publicamos o novo regulamento da Colónia, e em seguida alguns artigos, que tem relação mais directa com o nosso estabelecimento e com o sistema nele adoptado, aguardando a ocasião em que tivermos de publicar novo e mais detalhado trabalho para darmos publicidade a outros artigos, quiçá de não menos interesse e merecimento.

Não concluiremos porém as rápidas considerações sem emitirmos ainda a nossa franca opinião relativamente à colonização no Brasil.

A emancipação da escravatura caminha a passos largos para o seu complemento. A lei de 28 de Setembro foi como que o prólogo deste humanitário drama, cujo acto final ou epilogo não se fará esperar por muitos anos. Os acontecimentos precipitarão o seu desfecho.

Como sua consequência, já a lavoura deste país entrou, por assim dizer, em uma transição, e oxalá que os poderes competentes e os particulares se compenetrem da indeclinável necessidade de preparar o terreno a tempo, e que não se achem desapercibidos no dia, em que para sempre raiar para todos os filhos do Brasil o sol expellido da liberdade.

O sistema de parceria está condenado. O de empreitada apenas é em parte admissível. O único que pode substituir e auxiliar lavoura do país é o salário, adoptado em a nossa Colónia.

Este e idênticos estabelecimentos serão as escolas, onde se educarão os trabalhadores rurais, para daí a poucos anos saírem com o seu pecúlio, comprarem modestas propriedades e fundarem a pequena lavoura. Só esta pode salvar o Brasil.

A grande propriedade já teve a sua época. Foi um meteoro, cujo rasto breve de todo desaparecerá.

Ainda há pouco mais de quatro anos muita gente boa e de juízo agudo nos chamou de utopista.

Onde estará actualmente a utopia, em nós, ou naqueles que professam ideias contrárias às nossas em matéria do trabalho livre?

O futuro o dirá.

Nova-Louzã, 8 de Dezembro de 1872

João Elisario de Carvalho Monte-Negro

NOVO REGULAMENTO ADMINISTRATIVO E POLICIAL DA COLONIA NOVALOUZÃ

Art. 1.º

Todos os moradores deste estabelecimento são obrigados a observar e cumprir as disposições deste Regulamento, a ter um comportamento morigerado e honesto, e a respeitar-se mutua e reciprocamente.

Art. 2.º

Qualquer questão mais grave, que se suscitar na Colónia entre empregados da mesma, será ventilada e decidida na Assembleia ou Congregação dos empregados da casa.

Art. 3.º

Fazem parte da Assembleia e nela tem voto deliberativo todos os empregados da casa, dum e doutro sexo, com tanto que os homens sejam maiores de 18 anos, e as mulheres de 16.

Art. 4.º

O Chefe do estabelecimento é o Presidente nato destas Reuniões ou Assembleias, e a ele compete a sua convocação, e a nomeação dum secretário.

Art. 5.º

Também é permitido a qualquer dos empregados da casa solicitar do seu Chefe a convocação da Assembleia, quando entender da sua conveniência, dirigindo-lhe uma representação assinada pelo menos por metade e mais um dos empregados maiores (art. 3.º) e mencionando nela a causa porque se requer a reunião. Também é facultado a qualquer empregado que for multado em virtude do disposto no art. 25 apelar da imposição da multa para a Assembleia, uma vez que julgue ter circunstâncias atenuantes, que o desobriguem dela e sendo o requerimento assinado por três empregados, que estejam ao facto dessas circunstâncias.

Este recurso caducará 24 horas depois de publicado a multa em ordem do dia.

Art. 6.º

Todas as deliberações da Assembleia serão tomadas por votação feita por escrutínio secreto. Em casos menos graves o quesito apresentado à Assembleia pelo seu Presidente versará apenas sobre saber-se, se o empregado acusado cometeu uma acção indigna de um empregado do estabelecimento.

Nos casos mais graves o Presidente poderá propor a expulsão do empregado, da casa.

Art. 7.º

O disposto no artigo antecedente não tira ao Chefe do estabelecimento o direito de admoestar ou despedir a qualquer empregado, podendo lançar mão deste meio, ou do que dispõe o art. 6.º, de combinação com o art. 2.º, conforme entender que é mais conveniente à boa ordem e moralidade do seu estabelecimento.

Art. 8.º

Ao romper do dia o sino dará o sinal de — Avé-Maria, e um quarto de hora depois dará o sinal para tomar-se café, findo o qual seguir-se-á para o trabalho.

Art. 9.º

As horas de quartéis ou refeições, bem como as de levantar, recolher, etc., variam segundo as estações, devendo servir de norma a tabela adoptada no estabelecimento.

Os sinais do sino são aqueles que se acham descrito na respectiva tabela.

Art. 10.º

As sextas ou horas de descanso terão lugar do modo seguinte:

Do 1.º de Outubro a 30 de Novembro, de 1 hora.

Do 1.º de Dezembro a 31 de Janeiro, de 1 ½ hora.

Do 1.º de Fevereiro a 31 de Marco, de 1 hora.

Nos outros seis meses do ano, em que não há sextas, os empregados terão 1/2 hora para o almoço, e 1/2 dita para o jantar.

Art. 11.º

Aos Domingos e mais dias Santificados não se trabalhará, salvo em serviço urgente, chamado de terreiro.

Art. 12.º

A resa (em voz baixa) terá lugar ao levantar, no fim do jantar e da ceia. Nos dias Santificados em que não possa ter lugar a missa no Oratório do estabelecimento, os empregados serão convidados a assistir na sala do Oratório à invocação ao Todo Poderoso, seguida da oração dominical e da ladainha de Nossa Senhora

Art. 13.º

Continua no estabelecimento a escola nocturna de primeiras letras, a qual ter lugar depois da ceia, nas segundas, quartas e sextas-feiras; mas durante os meses de Outubro ao fim do de Fevereiro, a escola só terá lugar as segundas e sextas-feiras.

Art. 14.º

Todos os empregados serão admitidos à escola, seja qual for o seu sexo ou idade, mas só serão obrigados a frequentar a mesma, os menores de 7 a 14 anos, salvo se, setas superiores a isso se opuserem.

O Chefe do estabelecimento continuará a fornecer à sua custa os objectos precisos, além de luzes, livros, tinta papel, etc.

Art. 15.º

Quando o serviço for em roças mais distantes da casa, a comida será feita no rancho, que estiver mais próximo do trabalho.

Art. 16.º

A hora de largar o serviço será ao toque da — Avé-Maria, mas se o serviço for em lugar mais distante, da casa, o feitor findará o trabalho a tempo de chegar-se à mesma casa à referida hora.

Art. 17

Os homens de trabalho agrícola ganharão 14\$ rs. por mês corrido, no 1.º ano; no 2.º, à razão de 15\$ rs. por mês; e no 3.º ano e nos seguintes, à razão de 16\$ rs.

As mulheres vencerão 7\$ rs. por mês no 1.º ano; à razão de 8\$ rs. por mês no segundo ano e seguintes, exceptuando-se as mulheres, que estiverem alimentando filhos, em cujo período, perceberão apenas à razão de 6\$ rs. por mês.

Art. 18

Os menores ganharão segundo suas habilitações. Os menores de 18 anos, que tiverem pai ou pessoa que o represente no estabelecimento, terão o seu salário justo com essa pessoa, e quando não tiver tais superiores, será o seu ordenado arbitrado pela Assembleia dos empregados, declarando cada membro da mesma, em uma cédula sem assinatura, a quantia que julgar dever vencer esse empregado, e feita a chamada competente serão depositadas as cédulas em uma urna, e em acto continuo apuradas, decidindo a maioria de cédulas, que contiver certa quantia, do salário em questão.

Art. 19

Todo o empregado possuirá uma caderneta, em a qual deve ser lançado o seu debito e credito, e por esta caderneta serão justas suas contas no fim de cada ano civil. O empregado, que tiver saldo a seu favor e o não retirar, vencerá o juro ou prémio de 10 por cento ao ano.

Art. 20

O empregado, que se conservar no estabelecimento em serviço activo pelo espaço de seis anos, no caso de que queira retirar-se para o seu país natal, receberá nesse acto a importância da sua passagem da cidade de Santos à de Lisboa, na proa de qualquer paquete a vapor, isto como prémio de sua constância e bom comportamento na fazenda.

Art. 21

Se qualquer empregado se despedir do serviço da Colónia antes de findarem os seis anos marcados no artigo antecedente perderá o direito ao dito prémio. Se, porém, o empregado for despedido do terceiro ano em diante, terá o direito à parte do prémio correspondente ao tempo, que tiver servido no estabelecimento, isto no caso que se realize a sua retirada para o seu país.

Art. 22

Em qualquer quartel, onde residam três ou mais indivíduos, cada um dos mesmos terá a seu cargo a limpeza do respectivo quartel durante uma semana, até que todos tenham feito esse serviço, e voltando ao primeiro empregado descrito na tabela até o último, e repetir-se-á sempre o mesmo serviço pela ordem da numeração.

Art. 23

Em todo e qualquer quartel, que se achar compreendido no artigo antecedente, será nomeado um inspetor, que terá á seu cargo

- 1.º Fazer executar o disposto no art. 22 e o § 15 do art. 24.
- 2.º Fazer manter a boa ordem e respeito no seu quartel.
- 3.º Dar parte ao chefe e na sua falta ao feitor, de qualquer empregado do seu quartel, que ficar doente.

Art. 24

É expressamente proibido:

- 1.º Dar pancadas em qualquer pessoa dentro da fazenda, embora seja estranha a ela.

O empregado, que infringir esta disposição, incorrerá na multa do prejuízo do ordenado, que vencer durante duas semanas.

- 2.º Provocar barulhos, dirigir ameaças ou palavras consideradas ofensivas, a quem quer que for. A pessoa que infringir esta disposição incorrerá na multa do prejuízo do ordenado que vencer em uma semana.

- 3.º Tirar qualquer qualidade de fruta, legume ou coisa que o valha, quer seja da fazenda, quer seja de empregados da mesma. Multa de 2\$ rs.

- 4.º Fazer barulho à mesa, proferir palavras indecentes e tocar ou servir-se dos pratos dos companheiros. Multa de 500 rs.

- 5.º Encontrando-se qualquer objecto estranho, conservá-lo em seu poder, sem que se entregue ao seu dono e se este não for conhecido, ao feitor. Multa de 2\$ rs.

- 6.º Servir-se de roupa alheia ou revistar caixa ou gavetas sem ordem de seus donos. Multa de 1\$ rs.

- 7.º Sair do estabelecimento sem ordem do Chefe, e na sua falta, do feitor. Multa de 1\$ rs.

- 8.º Fazer barulho ou assuada depois do toque de recolher, passear nos quartéis, de tamancos, falar alto, tocar qualquer instrumento, ou proceder de qualquer modo que interrompa o silêncio e incomode os companheiros. Multa de 1\$ rs.

- 9.º Deixar a ferramenta fora do lugar marcado, e servir-se da ferramenta alheia sem ordem superior ou do possuidor. Multa de 500 rs.

Par evitar queixas continuará a ferramenta a ser numerada, correspondendo o seu número ao do seu possuidor.

10.º Lançar mão de sacos da fazenda fora do serviço de terreiro, e não os entregar ao feitor do terreiro depois do serviço feito. Multa de 500 rs.

11.º Dar sinais falsos no sino, ou mesmo em horas próprias não se achando encarregado desse serviço, salvo em casos de incêndio, ou ameaçando chuva, se houver café ou qualquer género nos terreiros. Multa de 500 rs.

12.º Jogar cartas ou qualquer outro jogo a dinheiro ou a coisa que o valha. Multa de 500 rs.

13.º Não conservar limpeza nos quarteis, em volta das casas, nos terreiros e caminhos próximos às casas. Multa de 500 rs.

14.º Fazer uso de faca, tanto em casa como no serviço, salvo em serviço especial, que demande esse instrumento. Multa de 500 rs

15.º Também é proibido o receber ou conservar nos respectivos quarteis, depois do toque de-Ave—Maria- qualquer pessoa que não fizer parte do estabelecimento, salvo precedendo licença; ou se for hospede da casa. Multa. de 2\$ rs.

Art. 25

O importe recebido das multas será lançado em uma caderneta a cargo do feitor, e o seu produto será aplicado a favor do empregado, que por doente tiver de retirar-se ao seu país.

Não se dando esta circunstância, a Assembleia, em ocasião oportuna, deliberará sobre o destino, que se lhe deva dar.

Art. 26

Está subentendido que este Regulamento só tem aplicação às pessoas residentes na Colónia, e que dela fazem parte ; e que a sua acção não ultrapassa os limites do estabelecimento.

(Discutido e aprovado na Assembleia dos empregados da casa, em 6 de Agosto de 1872)

O Director e Proprietário da Colónia,

João Elisário de Carvalho Monte-Negro

NOVA LOUSÃ

Gazeta de Campinas de 17 de Outubro de 1872



Figura 02. Edificação remanescente da antiga Colônia Nova Louzã, hoje totalmente descaracterizada. 2009.



Figura 03. Prédio da antiga Estação Ferroviária de Nova Louzã, atualmente subdividido internamente e transformado em moradia. 2009.



Figura 04. Prédio da antiga Estação Ferroviária de Nova Louzã. 2009.

ESTAÇÃO DE NOVA LOUZÃ

Ramal de Pinhal - km 19,225 (1937) SP-0190

Inauguração: 01.10.1889

Uso atual: moradia - sem trilhos

Data de construção do prédio atual: 1889

HISTORICO DA LINHA: O ramal de Pinhal foi aberto em toda a sua extensão (37 quilômetros) em 1889, partindo da estação de Mogi-Guaçu, no tronco da Mogiana, e chegando até a estação de Pinhal, em Espírito Santo do Pinhal, perto da divisa com Minas Gerais. Funcionou até 1961, quando foi extinto, ficando os primeiros quatro quilômetros e meio servindo como desvio industrial para a “Refinações de Milho Brasil”, em Mogi-Guaçu. Os trilhos foram retirados somente em 1967, menos o desvio, que continuou por alguns anos.

A ESTAÇÃO: "Eu vou dar-lhes um quadro rapido e singello da Nova Louzã, aquela notável colônia que é um dos mais nobres titulos de orgulho para a nossa provincia (...) É o seu proprietario (...) meu excellent e velho amigo commendador João Elisario de Carvalho Monte-Negro (...) Realmente não se descreve a jovial perspectiva da Nova Louzã, para quem a sauda pela primeira vez ao dar de face com aquelas casas alvejantes, aquelle

soberbo pomar, que a cerca por todos os modos, aquelle mimoso jardim odorifero, aquelles comodos elegantes, aquelles engenhos, aquellas plantações, aquelles riachos e tanques onde a formosa se está a mirar como noiva desmaiada e tremula (...) Da estrada que passa em frente ao estabelecimento, dominam-se as pastagens cuidadosamente tratadas, e desce-se procurando a morada além sobre uma outra elevação encantadora, depois de atravessar-se o caudaloso correjo, Arouce (...) Duas vezes fomos à rua dos Bambus, uma avenida bellissima. Percorremos o laranjal e todo o mais arvoredo de fructas, chegando enfim ao delicioso lago da Saudade, onde passamos instantes embevecidos na observação de logares tão apraziveis e que prendem a attenção não só pela formação natural dos terrenos, como pelos ornatos que a arte e o bom gosto têm por alli distribuido a mãos largas (...) Os cafezaes estavam luxuriantes de seiva e de forças. Deve ser muito consideravel a sua actual colheita e muito maior a seguinte. Planta-se tudo alli: o trigo, a cevada, o centeio, a mamona, a hortalice, os legumes, etc.: há completa abundancia de viveres e não só do que é propriamente preciso para a manutenção, mas ainda do que é mais para lisongear o paladar que o estomago, como os fructos raros e exquisitos (...) Vimos as novas construcções: commodos para tudo - capella, quartéis de casados, dormitorios de solteiros, tulhas, celleiros, macchinas de beneficiar café, olarias, terreiros, poço, lagar, lavanderia, etc, e tudo nas melhores dimensões e tudo aceiado, largo, respirando conforto e aconchego (...) Campinas, Francisco Quirino dos Santos, 11 de setembro de 1879". Assim foi descrita a colônia em artigo publicado no Almanach Litterario de S. Paulo, de 1880, cujo autor era irmão de Bento Quirino, mais tarde presidente da Cia. Mogiana e nome de estação. Em 1889, a ferrovia chegou em Nova Louzã, no mesmo dia da abertura do ramal todo, estação construída pelo empreiteiro Nicolau Rehder. Era, na época, uma estação que rivalizava em importância com a de Pinhal. Mais tarde, construiu-se ali uma usina. Em 1961, a estação foi fechada, juntamente com o ramal de Pinhal (*RM-1961). Com o fechamento da usina, a vila entrou em decadência e hoje está praticamente abandonada, sendo pouco habitada. Somente restou a paisagem, ainda como era há 120 anos; a única cultura que existe por aquela região é a de cana, em terrenos que hoje são da Usina São João, de Araras. A antiga estação é usada como moradia e está completamente descaracterizada e cercada.

Fontes:

Ralph M. Giesbrecht, pesquisa local, 1999;

Douglas Razaboni, 2009;

Relatórios da Cia. Mogiana, 1875-1965;

José M. Lisboa: Almanach Litterario de S. Paulo, 1879;

Relação oficial de estações da Cia. Mogiana, 1937;

<http://proerdpinhal.com.br>.

ANEXO 02: Estação Ferroviária

A INAUGURAÇÃO DO RAMAL PINHALENSE

Houve preparativos para grandes festejos na inauguração do Ramal Férreo. A comissão dos festejos não poupou esforços para desempenhar-se do grande encargo que tomou sobre si, sendo convidadas pessoas gradas da capital e da imprensa, para assistirem as festas.

Abaixo, a reprodução da matéria publicada no jornal Diário de Campinas em 02/10/1889, sobre a inauguração da Linha Férrea em Pinhal:

Campinas, 02.10.1889

RAMAL PINHALENSE

— Inauguração —

Partiu ontem desta cidade (Campinas), as 10,20 da manhã, o trem inaugural, levando o Dr. Gomide, engenheiro da Companhia Mogiana, no caráter de representante da «Gazeta de Campinas» e Henrique de Barcelos, do «Correio de Campinas» e mais convidados.

Em Mogi-Mirim, reuniram-se ao trem inaugural dois carros de convidados vindo da Penha do Rio do Peixe (Itapira), os quais traziam também a banda de musica Ananias, recebendo novamente em Mogi-Guaçu grande numero de pessoas que se destinavam à mesma inauguração.

Na estação de Nova-Louzã, que se achava vistosamente enfeitada, foi servido um café aos convidados.

Ao chegar o trem, na estação do Espírito Santo do Pinhal, as 4 horas da tarde, subiu ao ar grande números de foguetes, cujo estrugido se misturava com as entusiásticas aclamações do povo.

Quando o entusiasmo do povo serenou, o Sr. capitão Lucio da Motta Paes, em nome da Câmara Municipal, saudou calorosamente a Companhia Mogiana, engenheiro, empreiteiros e trabalhadores, congratulando-se ao mesmo tempo com o povo pinhalense por aquele adiantamento material que representava um grande passo no progresso daquela cidade.

Essa saudação foi fervorosamente correspondida pela multidão.

Em nome da Companhia Mogiana respondeu o Dr. Gomide, saudando o povo pinhalense e agradecendo ao mesmo tempo a saudação dirigida à Companhia Mogiana.

Em seguida, o préstito acompanhado de duas bandas de musica, dirigiu-se ao Paço da Câmara Municipal, onde foi lavrada uma ata de congratulações com os munícipes e agradecimento a Companhia Mogiana pelo modo altamente atencioso com que acorreu aos desejos e aos interesses daquela próspera localidade.

Usou da palavra, por essa ocasião, o distinto clinico Dr. Almeida Vergueiro, vereador da Câmara Municipal, saudando em nome desta, a Companhia Mogiana.

Em seguida, orou o Dr. Felizardo Pinheiro de Campos Muller, em nome da colônia italiana, que se identificava com a alegria geral, saudando ao mesmo tempo a Companhia Mogiana, empreiteiros e os homens do trabalho.

Depois desse ato oficial foram as pessoas presentes tomar parte num profuso copo-d'água (denominação dada antigamente aos aperitivos que eram oferecidos nas recepções), generosamente servido em casa do Sr. Barão da Motta Paes.

Mais tarde, teve lugar em casa do Dr. Almeida Vergueiro um lauto banquete oferecido pela comissão dos festejos à diretoria, engenheiro da Cia. Mogiana, no qual tomou parte grande numero de convidados, trocando-se por essa ocasião calorosos brindes entre os cavalheiros presentes.

Pelo Sr. Raposo foi levantado um brinde a Imprensa, representada pelo Sr. Henrique Barcellos, agradecendo esta a homenagem.

À noite, foi a cidade iluminada a giorno, algumas casas embandeiradas, reinando grande animação.

Com grande concurso de convidados, realizou-se animadíssimo baile naquela mesma casa, dançando-se até a madrugada, mostrando-se os promotores do baile extremamente afáveis para com as pessoas presentes, as quais se retiraram penhoradíssimas pela gentileza com que foram tratadas.

★★★

Por motivos independentes de nossa vontade, não pudemos, como era nosso ardente desejo, comparecer a essa festa de homenagem do povo pinhalense à Companhia Mogiana, mas daqui enviamos nossas congratulações a esse mesmo povo pelo agigantado passo que acaba de dar, e a Companhia Mogiana pelo modo pronto com que soube corresponder as elevadas aspirações daquela importante e próspera localidade.

DIÁRIO DE CAMPINAS

----- § -----

A primeira publicação do horário de trens, baixada pela Companhia Mogiana, 4 dias após a inauguração.

Horários de Trens COMPANHIA MOGIANA RAMAL DO PINHAL

ESTAÇÕES	E 2	ESTAÇÕES	E 1
	Misto		Misto
	Manhã		Tarde
E. S. Pinhal	6,00	Mogi-Guaçu	4,50
Motta-Paes	6,25	C. Laurindo	5,15
	6,29		5,19
Nova Louzã	6,51	Nova Louzã	5,49
	6,55		5,54
C. Laurindo	7,25	Motta-Paes	6,16
	7,29		6,20
Mogi-Guaçu	7,53	E. S. Pinhal	6,45

Os trens E 1 e E 2 estão em comunicação com Santos nos dias úteis e com São Paulo nos dias Santificados.

----- § -----

Este dia foi histórico para nossa cidade, pois o progresso estava iniciando-se, os fazendeiros já podiam contar com um meio de transporte para despachar suas produções para exportação, e também um meio de locomoção das pessoas para cidades vizinhas.

Durante décadas, a linha férrea transportou as riquezas de nossa terra, pessoas ilustres como do Cardeal Dom Sebastião Leme, pessoas da comunidade, até que, no ano de 1961 foi extinta, acaba-se aí, o triunfo pinhalense. Os trilhos foram retirados somente em 1967.

Hoje, ainda existe marcas do passado pinhalense referente à linha férrea, a estação ferroviária da cidade, hoje, abrigando a cooperativa dos cafeicultores, a estação do Motta Paes, servindo como moradia para famílias rurícolas, referente a estação de Nova Louzã, hoje encontra-se totalmente descaracterizada e servindo como moradia.

Para finalizar, abaixo, um comentário de Ernesto Rizzoni, sobre a Linha Férrea Pinhalense, publicado no livro Nossa Terra Nossa Gente – Pinhal Historia em Noticia.

06.02.1960 DA REDAÇÃO BONDES A VAPOR

Esta é a história de um grande plano, realizado com tenacidade por um homem que, coadjuvado por outros igualmente munidos de elevado espírito publico, consegui em beneficio de nossa terra, provocar a corporificação de uma das mais velhas aspirações de nossa gente: a construção do ramal férreo pinhalense.

Para o progresso de nossa terra e bem-estar de seu povo, na época em que se desenrolam estes acontecimentos, já não bastava o clima ameno e revigorante que beneficiava a cidade, construída sobre uma colina ao sopé dos contrafortes da Mantiqueira; não bastavam, a este povo sedento de progresso, as manadas e os rebanhos que percorriam os campos e que enriqueciam as fazendas; não bastava as ricas terras que possuía o município, alimentando com sua fertilidade a vida de milhões de cafeeiros, que em agosto engalanavam-se de brancas e odorantes e que em maio vergavam seus galhos ao peso de frutos vermelhos; não bastavam os arrozais que cobriam as vargens estendendo seu manto verde pela superfície das colinas; não bastavam em suma, infindos milharais que vicejavam nas terras lavradas e nas quebradas das serras, balouçando seus pendões ao sopro da brisa vespertina.

Realmente, esta riqueza era insuficiente para satisfazer um povo amante de progresso, um povo que desejava expandir cada vez mais suas atividades agrícolas e pastoris. Faltava-lhe transporte mais rápido e eficiente, para colocar nos portos de exportação suas grandes safras de café, afim de que o município não tivesse limitado seu desenvolvimento e não ficasse adstrito às contingências da distancia, das estradas e do tempo.

O transporte, hoje não abundante, era deficientíssimo no século passado, bem como as estradas, verdadeiros caminhos de gado, intransitáveis na época das chuvas. A condução de nossa preciosa rubiácea era feita desta cidade às estações ferroviárias de Mato-Seco e Mogi-Guaçu, com grandes sacrifícios, por tropas de carros-de-boi.

Corria o ano de 1886, 37º da fundação de Pinhal.

A companhia Mogiana que, mercê da campanha movida pela imprensa pelo comendador Monte-Negro, sob o pseudônimo de «Julio d´Arouce», aquiescera em registrar no ano de 1875 o traçado de um ramal, que partindo da então Vila de Mogi-Guaçu fizesse ponto terminal nesta cidade, dele definitivamente se desinteressara por ter construído outro que, tendo inicio na mesma Vila, terminava em Poços de Caldas, nas lindes mineira, após atravessar Mato-Seco, Cascavel (hoje Aquai) e São João da Boa Vista.

A decisão da Mogiana, preferindo o ramal de Poços de Caldas, era um travo para nossa expansão, era um fundo golpe as nossas mais caras ilusões de engrandecimento e de prosperidade; era, em sua suma, a morte de nosso progresso.

Dizem que Deus escreve direito por linhas tortas. Este provérbio, no caso que tratamos, teve inteira aplicação no seu sentido mais lato, na sua mais lidima expressão, rejuvenescendo energias e levantando o animo da cidade que agonizava ao peso das dificuldades e da desesperança.

Aconteceu que o cidadão Francisco Antonio Rosas (Seja para sempre lembrado seu nome!), teve uma feliz inspiração: se a Mogiana, apesar dos esforços despendidos, não atendera a justa aspiração do povo pinhalense, que esse povo, suprimindo sua falta, construísse o ramal com seus próprios recursos!

Francisco Antonio Rosas, procurando materializar sua idéia, obteve desde logo a cooperação do Barão da Motta Paes e de outros pinhalenses dignos, consegui a constituição de uma empresa denominada «Companhia Carris de Ferro Pinhalense», levantou o capital necessário, contratou engenheiros e trabalhadores para os estudos e

serviços iniciais da ferrovia, que seria servida por bondes a vapor, e obteve a necessária concessão por decreto do poder executivo.

A 13 de outubro de 1886, entre vias e aclamações populares, foi fincada em nossa cidade a estaca onde seria edificada a futura estação da Companhia Carris de Ferro Pinhalense, que utilizaria bondes a vapor para o exercício de suas atividades.

O destino, todavia, nos seus insondáveis arcanos, tinha outros desígnios: não permitiria o tráfego de bondes a vapor, mas sim de locomotivas a vapor, meio de transporte certamente mais seguro e mais rápido, e nem permitiria, em sentido objetivo, a constituição desta sociedade, que ficaria apenas na história de nossa terra como um dos maiores exemplos da iniciativa e da fibra de nossa gente!

Restava como última providência a indispensável autorização governamental para o início dos trabalhos. Solicitada esta, o governo, com espanto de todos, indeferiu o pedido, sob a alegação de que a Mogiana possuía prioridade, pois registrara o traçado do ramal pinhalense em 1875. Informara, todavia, que convidara a Mogiana a assinar o competente contrato.

A Mogiana, em face dos estudos realizados pela novel companhia e em face das conclusões de seus próprios técnicos, assinou o contrato, dando início aos trabalhos da construção do ramal pinhalense, que foi finalmente inaugurado, com grande regozijo da população, a 30 de setembro de 1889, iniciando o transporte de cargas e de passageiros a 1º de outubro do mesmo ano.

Não fora a luminosa idéia de Francisco Antonio Rosas, Pinhal não teria usufruído nos anos seguintes esse benefício, grande fator de seu progresso. E certamente jamais usufruiria.

Realmente, Deus escreve direito por linhas tortas.

Fonte: http://www.proerdpinhal.com.br/historiapinhal/fotospinhalantigo/estacao/estacao_historia.htm

ANEXO 3 – ÁLBUM DO PINHAL

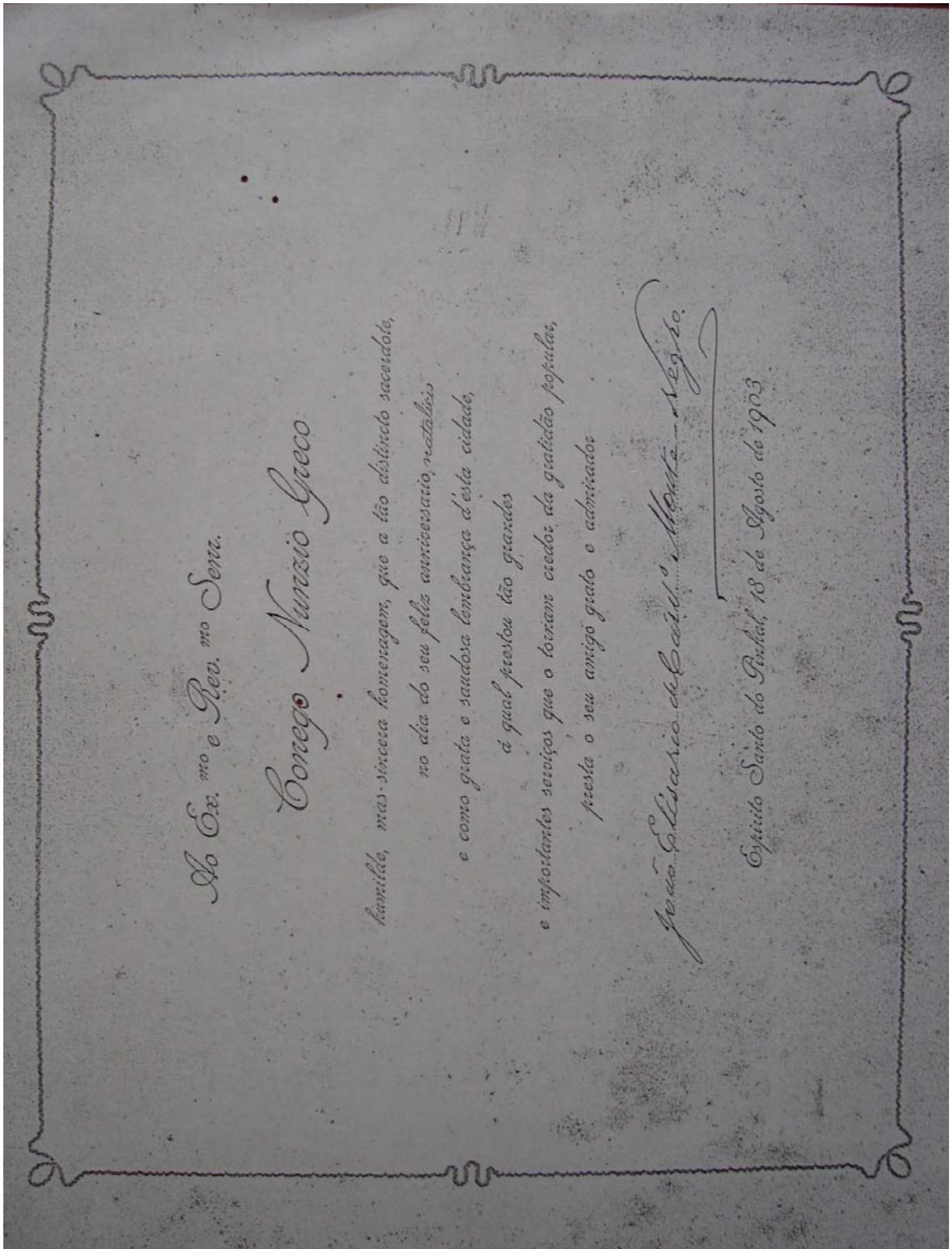


FIGURA . Capa do Álbum do Pinhal, organizado pelo Comendador Monte Negro.



FIGURA 01. Praça da Matriz - Vista exterior da Egreja Matriz.



FIGURA 02. Vista Interior da Egreja Matriz.



FIGURA 03. Vista Interior da Capella do Santíssimo da Matriz.



FIGURA 04. Vista Interior da Sachristia da Matriz.



FIGURA 05. Praça da Matriz - Sobrado da Viúva do Cel. Francisco Xavier Ribeiro.



FIGURA 06. Praça da Matriz - casa do Te. Cel. Joaquim Leite de Sousa.



FIGURA 07. Praça da Matriz - Sociedade Recreativa Pinhalense.



FIGURA 08. Praça da Matriz - Casa do Cap. Evaristo Domingues de Alvarenga.



FIGURA 09. Praça da Matriz - Casa do Cap. Joaquim de Almeida Vergueiro.



FIGURA 10. Praça da Matriz - Casa da viúva do Cap. Luiz Antonio Ribeiro.



FIGURA 11. Praça da Matriz - Casa dos herdeiros do Cel. Lucio Ribeiro da Motta.



FIGURA 12. Praça da Matriz - Casa do Dr. Carolino Ferreira da Silva.



FIGURA 13. Praça da Matriz - Confeitaria de Monici e Berardo.



FIGURA 14. Praça da Matriz - Prop. do Dr. Carolino Ferreira da Silva e res. família Novaes.



FIGURA 15. Praça da Matriz - Alfaiataria de Scanapieco.



FIGURA 16. Praça da Matriz - Casa e res. de Raphael Flores.



FIGURA 17. Praça da Matriz - Casa e res. Cap. Amando de Almeida Vergueiro.



FIGURA 18. Rua Gen. Carneiro - Casa e res. Manoel Joaquim Gonçalves.



FIGURA 19. Rua Gen. Carneiro - Casa e res. do Ten. Cel. José Ribeiro de Oliveira Motta.



FIGURA 20. Rua Gen. Carneiro - Comissões e res. de Luiz Baldassari.



FIGURA 21. Um trecho da Rua Conselheiro Saraiva.



FIGURA 22. Rua Conselheiro Saraiva - Armazem de Seccos e Molhados.



FIGURA 23. Rua Conselheiro Saraiva - Casa e res e Pharmacia de Julião Florencio Meyer.



FIGURA 24. Rua Conselheiro Saraiva - Grupo Escolar Dr. Almeida Vergueiro.

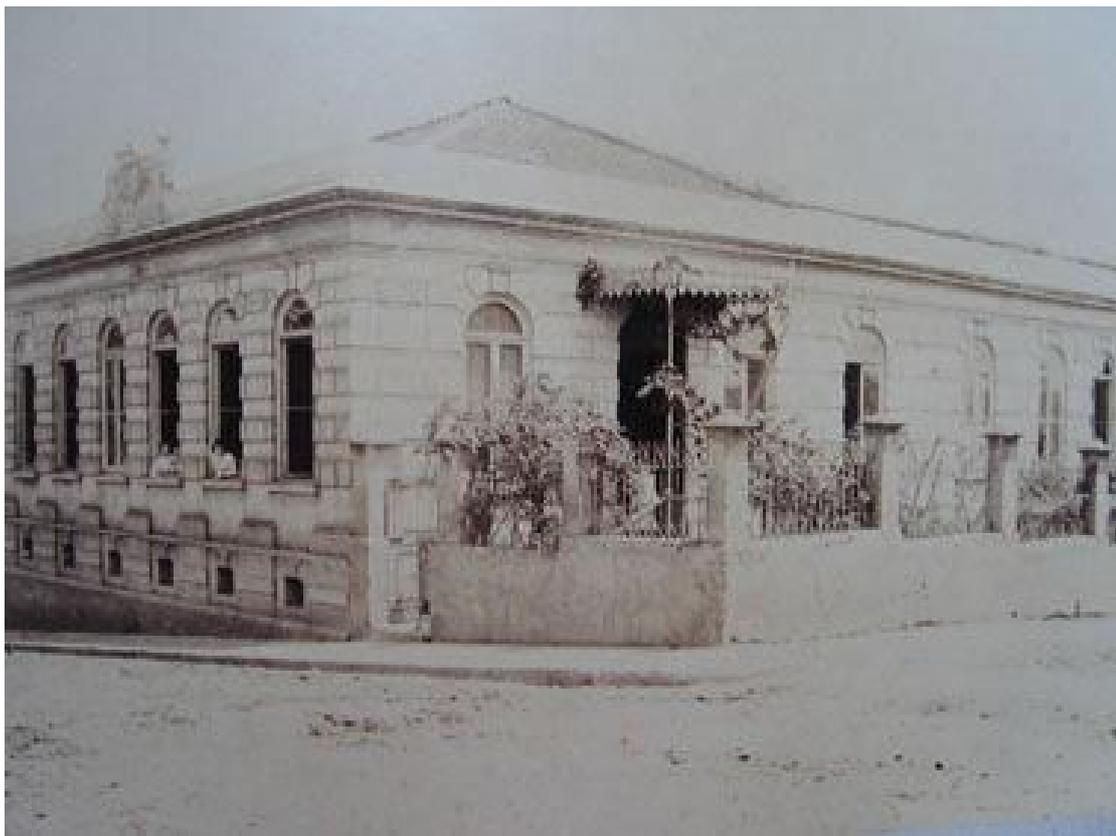


FIGURA 25. Rua Conselheiro Saraiva - Casa e res. da viúva do Ten. Cel. José Maria Loureiro.



FIGURA 26. Rua Conselheiro Saraiva - Casa e res. da viúva do Major José Antonio Fernandes.



FIGURA 27. Rua Conselheiro Saraiva - Grande Hotel Simões.



FIGURA 28. Rua Conselheiro Saraiva - Casa e res. de Eduardo de Almeida Vergueiro.



FIGURA 29. Rua Bernardo Guimarães - Propriedade do Cap. José de Souza Leite.



FIGURA 30. Rua Bernardo Guimarães - Prop. Barão de Motta Paes.



FIGURA 31. Uma vista de um trecho da Rua 16 de Abril.



FIGURA 32. Rua 16 de Abril - Res. Dr. Francisco de Azevedo Bonfim.



FIGURA 33. Rua 16 de Abril - Casa e res. do Cap. Americo de Almeida Vergueiro.



FIGURA 34. Rua Ten. Cel Vicente Gonçalves - Casa e res. Dr. Fabiano Augusto Nogueira Porto.



FIGURA 35. Rua Ten. Cel. Vicente Gonçalves - Prop. Dr. Carlos Alberto Ferreira Brandão.



FIGURA 36. Rua Cel. Francisco Xavier Ribeiro - Associação Italiana Dante Alighieri.



FIGURA 37. Rua Cel. Francisco Xavier Ribeiro - Agencia do Correio.



FIGURA 38. Rua Cel. Francisco Xavier Ribeiro - Hotel Olympio.



FIGURA 39. Rua Cel. Francisco Xavier Ribeiro - Prop. e res. Dr. José Silvestre Machado.



FIGURA 40. Rua José Bernardes - Prop. da viúva do Ten. Cel. Vicente Gonçalves da Silva.



FIGURA 41. Rua José Bernardes - Chalet do Ten. Cel. Eduardo Teixeira.



FIGURA 42. Rua 15 de Novembro - Modista M. del Guerra e marcenaria de Lourenço del Guerra.



FIGURA 43. Rua 15 de Novembro - Prop. e res. da viúva do Dr. José de Almeida Vergueiro.



FIGURA 44. Rua Vigário Monte Negro - Prop. e farmacia do Cap. José Baraúna.



FIGURA 45. Vista da Rua José Bonifácio.



FIGURA 46. Rua José Bonifácio - Armazem de ferragens Ricardino de Paula Junior.



FIGURA 47. Rua José Bonifácio - Salão de Barbeiro-officina de Alfaiate.



FIGURA 48. Rua José Bonifácio - Salão de Bilhares.



FIGURA 49. Rua José Bonifácio - Casa do Dr. Felisardo Pinheiro de Campos Muller.



FIGURA 50. Rua José Bonifácio - Alfaiataria de Luiz Bataglia.



FIGURA 51. Rua José Bonifácio - Sapataria Sportsman de Emilio del Greco - Salão de barbeiro de Francisco Spes.



FIGURA 52. Rua José Bonifácio - Loja de fazendas e Padaria.



FIGURA 53. Largo do Rio Branco - Cadeia.



FIGURA 54. Rua José Bonifácio - Casa e res. do Major Felix de Alvarenga e Silva.



FIGURA 55. Rua Floriano - Peixoto Prop. de Daniel Bertuceli.



FIGURA 56. Rua Marquez do Herval - Relojoaria de Luiz Ragazzoni.



FIGURA 57. Rua Marquez do Herval - Estabelecimento comercial de fazendas, ferragens, louças etc de Luiziti .



FIGURA 58. Rua 16 de Abril (em Villa Monte Negro) - Loja de barbeiro de Bonafé Casa de armazen e restaurant.



FIGURA 59. Rua 16 de Abril (em Villa Monte Negro) - Prop. do Ten. Cel. Joaquim Leite de Souza.



FIGURA 60. Rua Marquez do Herval - Mercado Municipal.



FIGURA 61. Rua Floriano Peixoto - Prop. do Cap. Joaquim de Almeida Vergueiro.



FIGURA 62. Rua da Misericórdia - Hospital Francisco Rosas.



FIGURA 63. Largo da Aparecida - Capella de N. S. Aparecida.



FIGURA 64. Vista geral da Villa Monte Negro (em continuação à cidade).



FIGURA 65. Villa Monte Negro - Um trecho da Rua General Carneiro.



FIGURA 66. Villa Monte Negro - Rua General Carneiro - Machina a vapor de beneficiar café de Antonio Lopes.



FIGURA 67. Villa Monte Negro - Rua General Carneiro - Um segundo trecho desta rua-sul.



FIGURA 68. Villa Monte Negro-Rua General Carneiro Escola Popular Villa Monte Negro.



FIGURA 69. Villa Monte Negro - Rua General Carneiro - Machina a vapor de beneficiar café de Monte Negro e Antunes.



FIGURA 70. Villa Monte Negro - Rua General Carneiro - Casa e res. de José Luiz da Costa.



FIGURA 71. Villa Monte Negro - Rua General Carneiro - Oficina de alfaiate de Guilherme Carreiro-Açougue.



FIGURA 72. Villa Monte Negro - Rua General Carneiro - Casa e oficina de serralheiro de Samuel da Costa Almeida.



FIGURA 73. Villa Monte Negro - Rua General Carneiro - Padaria, funilaria e sapataria.



FIGURA 74. Um trecho da Rua Villa Monte Negro.



FIGURA 75. Rua Villa Monte Negro - Grande Bazar Pinhalense.



FIGURA 76. Rua Villa Monte Negro - Selaria de Alypio Coto - Oficina de serralheiro e carpinteiro de George G.



FIGURA 77. Rua Villa Monte Negro - Armazem de seccos e molhados - Fábrica de Cerveja de Felipe de Felipe.



FIGURA 78. Villa Monte Negro - Rua 16 de Abril - Oficina de alfaiate de Luigi Policanni.



FIGURA 79. Villa Monte Negro - Rua 16 de Abril - Prop. de Vicente Pinto com deposito de madeiras e restaurant.

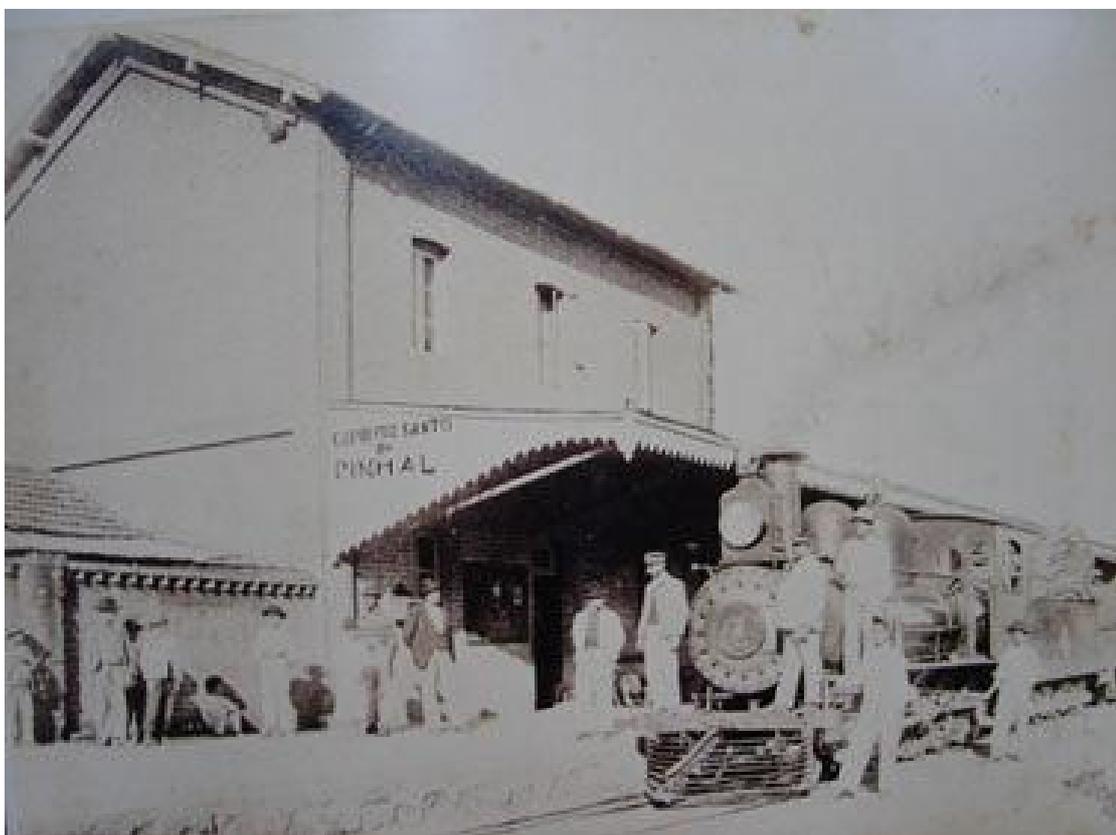


FIGURA 80. Villa Monte Negro - Rua da Louzã - Estação do ramal férreo pinhalense da Cia. Mogyana.



FIGURA 81. Villa Monte Negro - Rua da Louzã - Casa e res. da viuva de David Antonio Coelho.



FIGURA 82. Villa Monte Negro - Rua da Louzã - Padaria União Restaurante - Prop. da viuva de David Antonio Coelho.



FIGURA 83. Villa Monte Negro - Rua Lusitana - Res. e officina de carpintaria de Marcelino Rodrigues Guilherme.



FIGURA 84. Villa Monte Negro - Rua Ten. Cel. Joaquim Leite - Chalé Monte Negro - Prop. de Alfredo Monte Negro.



FIGURA 85. Villa Monte Negro - Rua Ten. Cel. Joaquim - Leite Fábrica de Sabão do Cap. Raphael Giogsu Lessonico.



FIGURA 86. Villa Monte Negro - Rua Pinheiro Chagas - Res. de José Monteiro e prop. do Ten. Cel. Joaquim Leite.



FIGURA 87. Villa Monte Negro - Av. Dr. Quirino dos Santos - Prop. de J. E. C. Monte Negro.



FIGURA 88. Villa Monte Negro - Rua Dr. João Mendes - Prop. e fábrica de cerveja de Constantino Corsi.

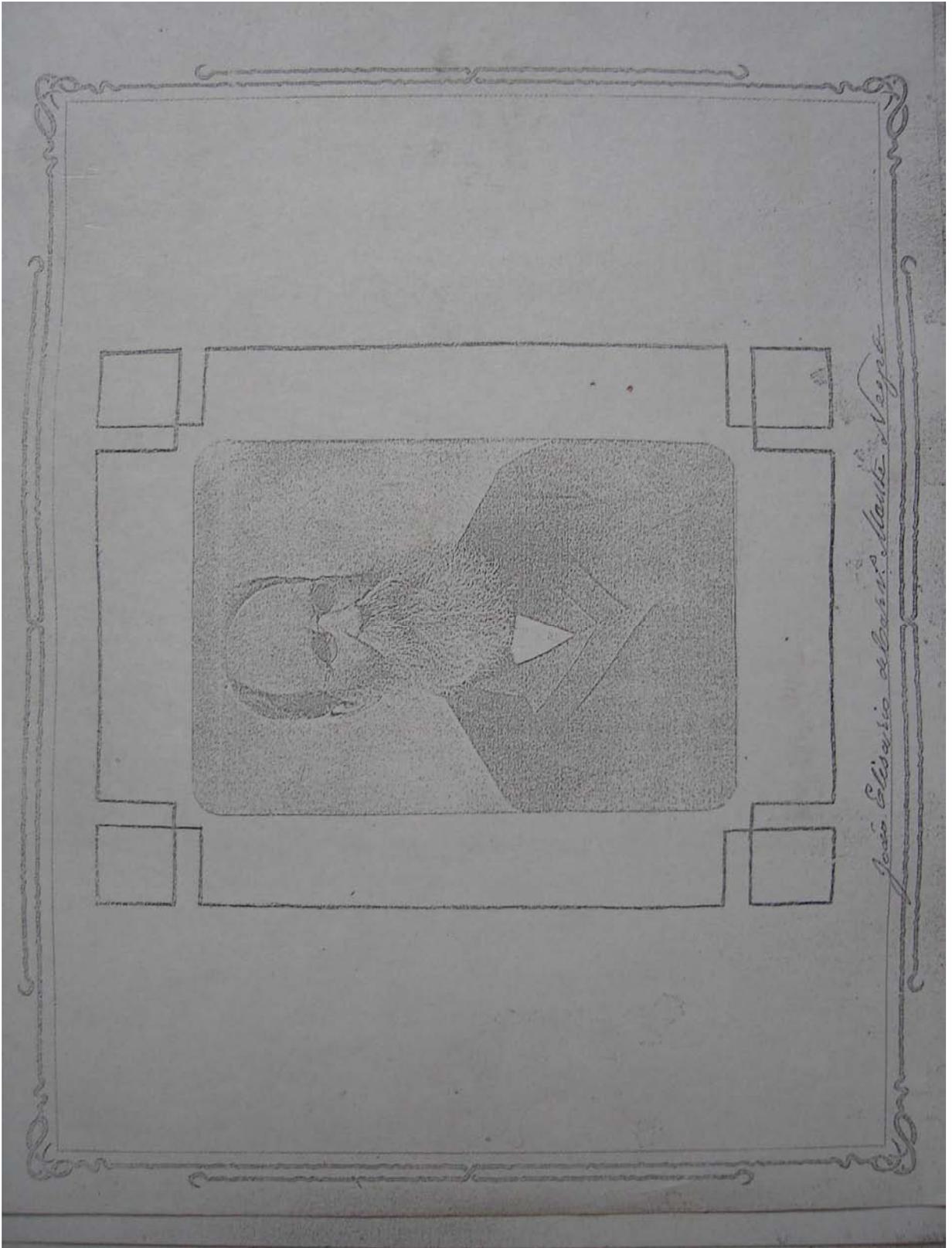


FIGURA 89. João Elisário de Carvalho Monte Negro.